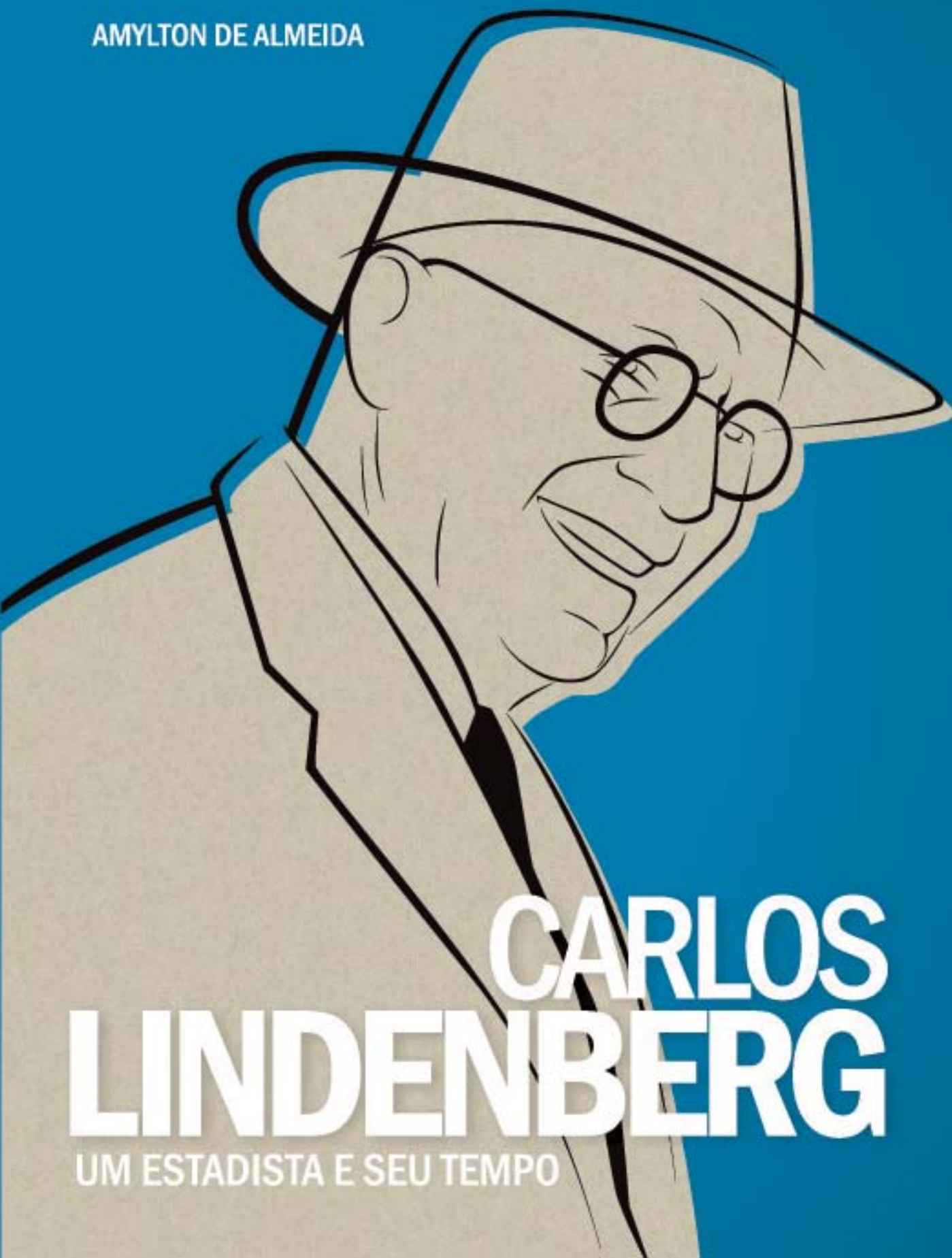
AMYLTON DE ALMEIDA



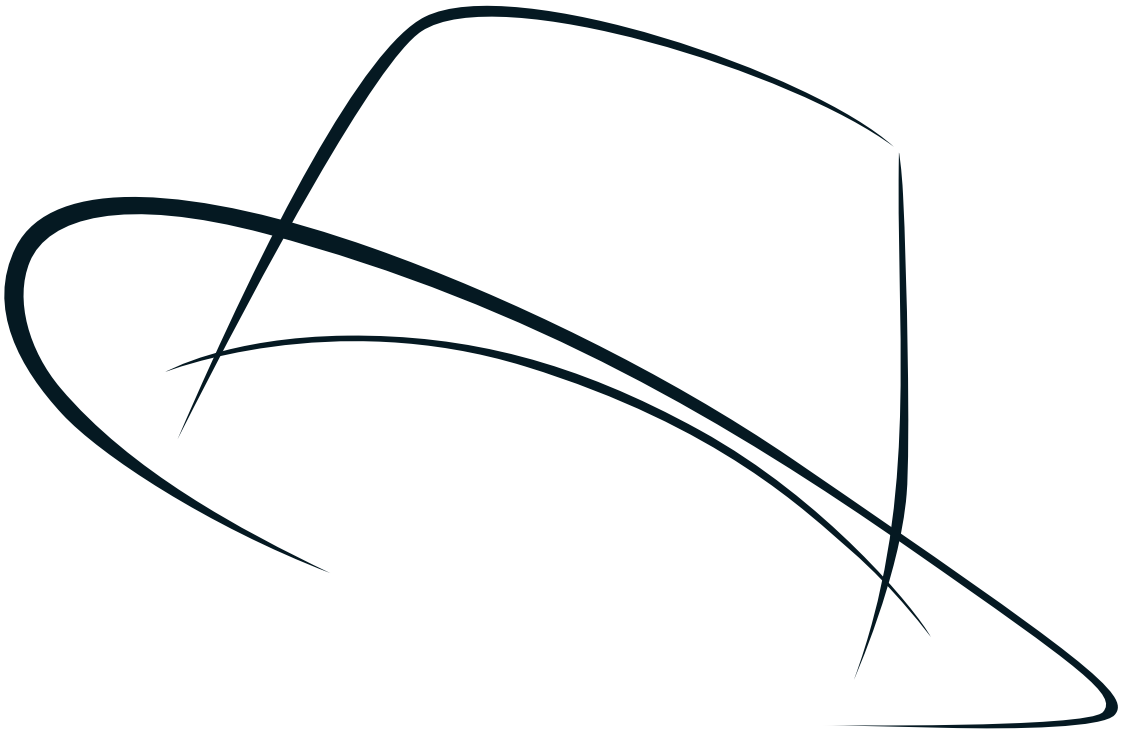
CARLOS LINDENBERG

UM ESTADISTA E SEU TEMPO





AMYLTON DE ALMEIDA



CARLOS LINDENBERG

UM ESTADISTA E SEU TEMPO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
GOVERNADOR

RICARDO DE REZENDE FERRAÇO
VICE-GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS
SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA

ERLON JOSÉ PASCHOAL
SUBSECRETÁRIO DA CULTURA

ANNA LUZIA LEMOS SAITER
SUBSECRETÁRIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA
GERENTE DE AÇÃO CULTURAL

RITA DE CÁSSIA MAIA E SILVA COSTA
GERENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AGOSTINO LAZZARO
DIRETOR GERAL

CILMAR FRANCESCHETTO
DIRETOR TÉCNICO

DEYNEL MENEGHINI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL SINCADES

IDALBERTO LUIZ MORO
PRESIDENTE

DORVAL DE ASSIS ULIANA
GERENTE EXECUTIVO

DOMINGOS GOMES DE AZEVEDO
GERENTE DE RELACIONAMENTO

ROSALVO MARCOS TRAZZI
GERENTE DE PROJETOS

DENISE MODOLO ASSUNÇÃO
ASSISTENTE

INSTITUTO SINCADES
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

AMYLTON DE ALMEIDA

CARLOS LINDENBERG

UM ESTADISTA E SEU TEMPO

ESTILAQUE FERREIRA DOS SANTOS
FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ
ORGANIZAÇÃO, APRESENTAÇÃO E NOTAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Coleção Canaã
VOLUME 11

VITÓRIA
2010

FICHA TÉCNICA

ESTILAQUE FERREIRA DOS SANTOS
FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ
ORGANIZAÇÃO, APRESENTAÇÃO E NOTAS

LINDA KOGURE
TRATAMENTO DOS ORIGINAIS

REINALDO SANTOS NEVES
REVISÃO

IDÉIA GRÁFICA COMUNICAÇÃO VISUAL
Giovanni Mesquita
Humberto Wanke
Pedro Junior Puppim
PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO, CAPA, TRATAMENTO DE IMAGENS E ARTE-FINAL

FAMÍLIA LINDENBERG
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CESSÃO DE FOTOS

GSA GRÁFICA & EDITORA
IMPRESSÃO E ACABAMENTO

FICHA CATALOGRÁFICA

A447c

Almeida, Amylton de.
Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo / Amylton de Almeida. - Ed. organizada, apresentada e anotada por Estilaque Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. - Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
504 p.: il. (Coleção Canaã, v. 11).

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-85-98928-06-7

1. Lindenberg, Carlos Fernando Monteiro – Biografia. 2. Espírito Santo (Estado) – História. I. Título.

CDD: 923



Pedro Fonseca, Vitória/AFL

Vitória, ES
Palácio Anchieta, 1962.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg nasceu na Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, em 13 de janeiro de 1899, filho do engenheiro Carlos Adolfo Lindenberg e de Bárbara Monteiro Lindenberg. Estudou as primeiras letras na escola municipal da Fazenda Monte Líbano e o curso preliminar no Colégio do Verbo Divino em Cachoeiro. Nesse educandário iniciou o curso ginasial, prosseguido no Ginásio Espírito-santense em Vitória e, como interno, no Colégio Salesiano Santa Rosa de Niterói e completado mediante exames supletivos. Em 1920, perde as eleições para prefeito de Cachoeiro de Itapemirim. É diplomado advogado pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1921.

Administra a Fazenda Monte Líbano da família durante alguns anos na década de 1920. Com mais dois amigos, abre a firma Duarte, Fundão & Cia. em Vitória, loja que vendia ferragens, tintas e materiais de construção. Casou-se em setembro de 1926 com Antonietta Pacheco de Queiroz no Rio de Janeiro e vieram morar em Vitória, à rua 13 de Maio. O casal teve duas filhas, Maria Henriqueta (Quetinha) e Maria de Lourdes (Lurdica), que eram bem pequenas quando Nietta faleceu de complicações da terceira gravidez, em março de 1931. Membro atuante da Associação Comercial de Vitória nos anos de 1920 e 1930; na época essa instituição se distinguia por representar a classe empresarial capixaba.

Em 1933, ajuda a organizar o Partido Social Democrático – PSD, de âmbito estadual, agremiação pela qual se elege deputado federal constituinte. Em 10 de dezembro de 1934 casou-se no Rio de Janeiro em segundas núpcias com Maria Antonietta Pacheco de Queiroz, e dessa união nasceu Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê). Participa da administração da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, onde exerce o cargo

de tesoureiro. No final dos anos 1930, adquire terras em Linhares, onde planta cacau e cria gado, propriedade posteriormente denominada Fazenda Três Marias.

Renunciou ao mandato de deputado federal em 1935 para ser nomeado secretário estadual da Fazenda. No ano seguinte acumula por alguns meses este cargo com a pasta da Agricultura, da qual será exonerado em novembro de 1939. Em 1940 trabalha como advogado no escritório do irmão, Fernando Lindenberg. De 1941 a 1945 preside a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, integrante da Justiça do Trabalho. Participa da fundação do diretório estadual do Partido Social Democrático – PSD em maio de 1945, e no final do ano é eleito deputado federal constituinte. Em 19 de janeiro de 1947 tem seu nome sufragado pelos capixabas como primeiro governador constitucional do estado do Espírito Santo, tomando posse a 29 de março seguinte.

Em 1949, adquire o jornal *A Gazeta*, núcleo do futuro conglomerado de comunicações, a Rede Gazeta. Sempre pelo PSD, é eleito senador em 1950, cumprindo o mandato de 1951 a 1958. Neste último ano, ganha as eleições para governador do estado, cargo em que toma posse em janeiro de 1959, exercendo o mandato até julho de 1962. Renuncia ao cargo para se candidatar a senador, mas perde as eleições. Em 1966 se candidata a senador pela Arena e vence o pleito; cumpre o mandato até o final de 1974, quando se despede da vida político-partidária.

Em 6 de janeiro de 1971 morre no Rio de Janeiro sua filha Maria de Lourdes. No final da década de 1970, faz parte por alguns anos da diretoria da Banestes Seguros, do governo do estado, e, em seguida, preside o Conselho Administrativo da Rede Gazeta. Após alguns meses em coma devido a um AVC, falece em Vitória no dia 6 de janeiro de 1991, sendo seu corpo sepultado no cemitério de Santo Antônio.

SUMÁRIO

Apresentação - Paulo Hartung 11
Mensagem - Instituto Sincades 13
A dimensão histórica de Carlos Lindenberg - Estilaque F. dos Santos 15
Atualidade de Carlos Lindenberg - Fernando Antônio de M. Achiamé 31
Prefácio 47

PARTE I - Nêni
1. *Fin de siècle* 53
2. Monte Líbano 79
3. O crime da rosa vermelha 109
4. A leste do Éden: Caim e Abel 123
5. A Revolução gera o PSD 141
6. O secretário da Fazenda e da Agricultura 159
7. Amarga ironia 197
Apêndice A: Pagamento da dívida externa 213
Apêndice B: Situação econômica do Estado (1934-1939) 223

CADERNO DE IMAGENS 227

PARTE II - Doutor Carlos
1. Arrumando a casa 333
2. Udenistas e comunistas 353
3. Novamente em campanha 369
4. O caos absoluto 381
5. Desenvolver para sobreviver 403
6. O grande erro 421
7. A saída honrosa 441
Apêndice A: Compromissos internacionais assumidos pelo Estado 457
Apêndice B: Ordens federais 463
Apêndice C: Despedida do Senado 467

Bibliografia 485
Entrevistas 488
Depoimentos 489
Publicações oficiais e artigos 489
Obras inéditas [na época em que o livro foi escrito] 491

Amylton Dias de Almeida 493

Índice onomástico 495

Para Augusto Dias de Almeida, in memoriam;
para Áttila e Iracy e para Laura e Raimundo
– imigrante e filhos de imigrantes.[1]

1 Augusto Dias de Almeida Filho, português, veio para o Brasil com quatro anos de idade e era avô paterno de Amylton; Áttila e Iracy são seus pais; Laura, uma tia paterna, casada com Raimundo. Cf. Bilich, Jeanne. *As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida: o cinema como mundo, a arte como universo*. Vitória, GSA Gráfica e Editora, 2005, p. 103 e ss. (FA)

Apresentação

Este livro tem como protagonista um dos mais destacados personagens da história capixaba do século XX. Integrante de uma família que deu ao Espírito Santo dois presidentes de estado, Jerônimo de Souza Monteiro (1908-12) e Bernardino de Souza Monteiro (1916-20), Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foi secretário de Estado da Fazenda e da Agricultura, deputado federal constituinte por duas vezes, em 1934-35 e em 1946-47, governador por dois mandatos, de 1947 a 1951 e de 1959 a 1962, e também senador da República em duas ocasiões, de 1951 a 1958 e de 1966 a 1974, ano em que encerrou formalmente sua longa e proveitosa carreira política.

Seus períodos à frente do Executivo foram marcados por tempos de notáveis desafios. No primeiro mandato, enfrentou as questões do pós-guerra, tendo assumido o governo do estado após anos e anos de intervenção getulista. O segundo mandato, mobilizado pelo enfrentamento de desafios relativos à administração pública e à economia capixaba, coincide ainda com o tempo da convulsão política nacional que levaria o país à ditadura em 1964. Lindenberg esteve, inclusive, com Jânio Quadros no dia da renúncia, em 25 de agosto de 1961, quando se encontraram e conversaram sobre a questão no aeroporto de Cumbica, em São Paulo.

Os detalhes dessa e de muitas outras passagens importantes da vida capixaba e nacional que tiveram a participação de Carlos Lindenberg estão descritos nesta especialíssima publicação, há muito reclamada. Para o Governo do Estado do Espírito Santo é uma honra ter participado dos esforços envidados no sentido da edição desta obra, escrita há tempos e agora editada pela louvável mobilização de João Gualberto de Vasconcelos, e com a não menos louvável organização dos historiadores Estilaque Ferreira dos Santos e Fernando Antônio de Moraes Achiamé, a partir da sábia decisão de publicá-la, tomada por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, o Cariê.

A história capixaba de tempos recentes é ainda pouco retratada em pesquisas e publicações, salvo, entre outras raras e rápidas iniciativas, a profícua produção da professora Marta Zorzal e Silva. Algo até compreensível, dado o pouco distanciamento no tempo, mas plenamente injustificável, em função do caráter estratégico daquelas décadas para a definição dos dias que estamos vivendo hoje. Afinal, o nosso presente é, em larga medida, o futuro que se vislumbrou e se plantou naqueles tempos. Tempos em que Carlos Lindenberg se colocou, a partir de uma precoce incursão no universo da política, em decorrência, sobretudo, da vocação familiar, como uma das lideranças mais destacadas da moderna história capixaba.

Liderança que vem descrita numa obra que faz jus ao gênio de Amylton de Almeida, mestre intelectual que se tornou referência para gerações de capixabas no projeto de

compreender, revelar e criticar o mundo por meio da arte e da cultura, com sensibilidade, inteligência e argúcia. Aqui não é diferente. Temos um livro de fôlego e conteúdo.

Tive o privilégio de conhecer Amylton ainda nos tempos do movimento estudantil na UFES, nos anos 1970. Nosso para sempre ímpar crítico de cinema, que esteve conectado a diversos campos da arte, numa "múltipla presença", foi essencial para a discussão acerca da importância da cultura na formação de nosso povo.

Se a trajetória do ex-governador Carlos Lindenberg é fundamental para compreendermos a vida política capixaba do século passado, a narrativa dessa existência não poderia ganhar corpo a partir de uma inteligência mais privilegiada que a de Amylton de Almeida, um de nossos mais brilhantes intelectuais do século XX. Feliz encontro, ímpar oportunidade de conhecer um pouco mais da nossa história por meio da trajetória de um dos nossos mais laboriosos homens públicos.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

Mensagem

O Instituto SINCADES – braço social do setor atacadista e distribuidor do estado do Espírito Santo – é parceiro nesta importante obra sobre um dos principais líderes da história capixaba recente. Este setor gera em torno de 12.000 empregos diretos e 40.000 indiretos e é composto por quase 500 empresas, que cumprem o importante papel de elo comercial ao organizarem a distribuição de produtos e colocarem fabricantes em contato com a vasta rede do varejo no país.

Disseminar a exemplar contribuição de Carlos Lindenberg como estadista é necessário. Ele liderou o estado do Espírito Santo em momentos de crise no estado e no país, e conseguiu – característica que o distingue – aglutinar forças políticas e empresariais que deram sustentação à construção de sólidos valores e de uma identidade capixaba, calcada no desenvolvimento socioeconômico, na ética e na melhoria da qualidade de vida.

Esta é a mesma característica que marca a liderança do governador Paulo Hartung. Não por acaso, ele foi o principal entusiasta para a publicação desta obra, escrita pelo saudoso jornalista Amylton de Almeida. Tão importante quanto oferecer subsídios preciosos para a história capixaba, ela reaviva a nossa memória para homenagearmos quem muito se empenhou, com seu exemplo, para o nosso desenvolvimento.

O legado de Carlos Lindenberg contribui, decisivamente, para que o estado do Espírito Santo esteja preparado para não só enfrentar crises mas, também, para ser a terra do orgulho de ser capixaba.

Boa leitura!

IDALBERTO LUIZ MORO
Presidente
Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo – SINCADES
Instituto de Ação Social e Cultural SINCADES – Instituto SINCADES

A dimensão histórica de Carlos Lindenberg

É indiscutível a tese de que só é possível construir-se uma democracia estável, próspera e justa, através do funcionamento pleno de boas instituições políticas, de um bom "desenho institucional", como se diz. Mas é igualmente certo que a qualidade intelectual, moral e ética dos mandatários políticos, ou seja, dos próprios homens que representam a nação, é também imprescindível para se alcançar aquele tão almejado resultado. Porque é improvável que se venha a ter boas instituições sem contar com a qualidade dos homens que manejam estas instituições, pois afinal são eles que as fazem boas ou más.

No Brasil, os primeiros e ainda vacilantes passos no sentido da construção de um sistema político nacional e da democracia representativa foram dados com a Independência do país, em 1822. Foi naquela época que se estabeleceram, não sem dificuldades, os alicerces sobre os quais se apoia até hoje qualquer regime democrático estável: constituição, parlamento renovável, liberdade de imprensa, eleições, partidos políticos, enfim, as instituições que balizam a vida política moderna, e é por isso que é sempre aconselhável o resgate positivo da história daqueles esforços de construção.

Mas a sobrevivência das práticas e hábitos políticos herdados do longínquo e duradouro passado colonial – tais como o patrimonialismo, o autoritarismo, o personalismo e o clientelismo – acoplada a uma estrutura social profundamente desigual e hierarquizada, dava uma feição muito particular e precária ao funcionamento daquelas ainda jovens instituições.

Esse quadro foi suficiente para fazer germinar desde aqueles primórdios uma tradição de pensamento crítico – o que era e é ainda muito desejável –, mas sobretudo profundamente cética com relação à eficácia da implantação da democracia no país, vista por muitos, desde então, como uma "ideia fora do lugar". E a voz desses céticos formou um coro que, através da imprensa, da tribuna parlamentar, das faculdades, e nas próprias ruas, disseminou um sentimento de descrença política que até hoje é uma das marcas mais salientes de nossa cultura política. Ao mesmo tempo, refletindo em parte essa herança, mas conferindo-lhe alguma coerência e consistência teórica, desde o século XIX, mas especialmente no século XX, intelectuais eminentes como Tobias Barreto, Machado de Assis, Lima Barreto, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Hollanda, Raymundo Faoro e muitos outros ajudaram a consolidar essa tradição com suas obras prestigiosas (Lamounier, 2005:15).

Hoje, infelizmente, mais de vinte anos depois que se encerrou o "regime militar" e se reimplantou a democracia no país, mesmo com a eleição de um presidente de "origem popular" – que antes disso também se apegava àquela herança cética – essa tradição de pensamento teima em sobreviver entre nós sob a forma de um profundo desprezo pela política e pelos políticos: na voz do povo, mas também na opinião da própria elite, "os

políticos não prestam", eles seriam todos iguais, interesseiros, corruptos e venais. E o que é pior ainda: escândalos políticos sucessivos e quase cotidianos, em todos os planos da vida política nacional, contribuem enormemente para afirmar a ideia de que a política e os políticos seriam mesmo um mal que apenas estorva o desenvolvimento do país.

No Espírito Santo não tem sido diferente. Não faz muito tempo, em governos anteriores ao atual, grassava um verdadeiro descalabro na administração pública, que tinha sido apossada e controlada desde o topo por grupos de indivíduos acusados de perpetrar os danos mais lastimáveis à "coisa pública", e que foram a causa da disseminação e da afirmação, por aqui também – no interior de uma sociedade desamparada e quase desprovida de forças para debelar esse quadro pernicioso –, de um profundo pessimismo e decepção.

Conjunturas políticas como essa, desgraçadamente, obscurecem quase completamente aquilo que só a história, como repositório das experiências do passado, pode salvar e manter viva na memória coletiva: a noção e a convicção de que, apesar de tudo, não foram inexistentes os momentos em que tivemos governantes probos, responsáveis e bem intencionados, tanto no plano nacional quanto no regional, apesar de eles não estarem imunes a qualquer crítica.

A historiografia capixaba tem destacado com alguma frequência, por exemplo, a obra meritória de um Francisco Alberto Rubim (1812-19) que, já no final da era colonial, abriu a estrada para Minas Gerais, até então quase completamente isolada do Espírito Santo, estimulou a implantação da cafeicultura e introduziu os primeiros imigrantes açorianos nas proximidades da capital. Mesmo na era imperial, entre aqueles quase sempre efêmeros presidentes de província que para cá vinham nomeados apenas para controlar e manipular as eleições, destaca-se, por exemplo, a figura de um Luís Pedreira do Couto Ferraz, que, apoiado pela Assembleia Provincial, soube divisar na imigração estrangeira uma das possíveis alavancas para o nosso povoamento e desenvolvimento econômico e social; foi graças à sua atuação que se implantou o núcleo pioneiro de Santa Isabel (no atual município de Domingos Martins) em 1847. Ele também se interessou, quando já ocupava o importante Ministério dos Negócios do Império, pela criação do núcleo de Santa Leopoldina em 1857.

Com a República, proclamada em 1889, os próprios capixabas tiveram que enfrentar o desafio de governar eles mesmos a sua terra e dar a ela um rumo que expressasse de alguma forma os antigos e persistentes anseios de desenvolvimento que vinham de sua relativamente pequena população.

Afonso Cláudio, o primeiro desses governantes, além de ter liderado a campanha pelo republicanismo e pela melhoria de nossos costumes políticos, no curto período em que governou o estado (1889-90) notabilizou-se por sua honestidade, por sua inteligência e pelo interesse em expandir a educação elementar. Mas foi com o hábil Muniz Freire, eleito governador em dois mandatos (1892-96 e 1900-04), que se consolidou definitivamente um projeto político e social abrangente para o Espírito Santo, baseado na afirmação da

centralidade da cidade e do porto de Vitória, na abertura de estradas de ferro para o interior e para Minas Gerais, no desenvolvimento da cafeicultura, da imigração e da pequena propriedade. Um projeto que teve sequência com a operosidade de um Jerônimo Monteiro (1908-12) – tio e grande referência política e pessoal do próprio Carlos Lindenberg –, que "modernizou" Vitória, implantando a iluminação e os bondes elétricos, concluiu o parque Moscoso e chegou a imaginar a possibilidade da implantação de indústrias no estado; e de um Florentino Avidos (1924-28), construtor das "Cinco Pontes" e da ponte de Colatina, que incrementaram o desenvolvimento de suas respectivas cidades. E, já no fim da chamada Era Vargas, foi muito marcante também a administração do mateense Jones dos Santos Neves (1943-45 e 1951-54), o qual, em meio ao possível esgotamento da cafeicultura estadual, elaborou um Plano de Valorização Econômica do Estado que implicava a eletrificação rural, a diversificação da agricultura e a implantação de indústrias.

É claro que essa "lista" não está ainda completa, pois outros nomes, principalmente mais recentes, devem nela ser acrescentados. Entretanto, parece-nos fora de dúvida que, na galeria de governantes respeitáveis, que são ainda hoje o pilar em que se pode assentar a negação daquela cultura cética que apenas vê nos políticos e na política um estorvo, e cuja memória é imprescindível para a reabilitação e consolidação necessária do ideal democrático entre nós, certamente deve figurar com destaque o nome do ex-governador Carlos Lindenberg (1947-51 e 1959-62).

Mas qual é o perfil que a historiografia tem traçado dele até aqui? Que feitos notáveis são comumente atribuídos à sua atuação na governança do estado? Quais os atributos pessoais que teriam tido relevância em sua atuação como líder político?

Infelizmente, porém, não é nada fácil responder a essas perguntas, uma vez que a historiografia do período mais recente de nossa história, para não falar de outros períodos, digamos, a dos últimos cinquenta ou sessenta anos, é completamente insuficiente, cheia de lacunas, e mesmo muito pobre. Aliás, só isso já bastaria para justificar a publicação desta obra, hoje.

José Teixeira de Oliveira, por exemplo, autor de obra clássica sobre a história do estado, publicada pela primeira vez em 1951, e reeditada recentemente por feliz iniciativa do governo estadual, acrescentou, em sua segunda edição, que é de 1975, um capítulo novo que intitulou "Arrancada para o Futuro", no qual teve a oportunidade de apreciar a história do período mais recente. Aí, relativamente ao "primeiro governo Lindenberg", emitiu ele a seguinte apreciação:

> Aureolado por ampla base política, em seu primeiro período governamental Carlos Fernando Monteiro Lindenberg devotou-se à adaptação de todo o aparelho administrativo aos novos mandamentos constitucionais e ao saneamento das finanças estaduais. A agricultura e a pecuária mereceram atenção especial do governo, consequência natural da filosofia política do homem que dirigia o estado. (Oliveira, 2008:474).

Mais à frente, o mesmo Teixeira de Oliveira também emitiu juízo afirmativo semelhante sobre o governo posterior de Lindenberg, a saber:

> Carlos Lindenberg voltou à curul [cadeira] do governo estadual em 1959. Graças à política de recuperação financeira que assinalou seus dois períodos administrativos, aquele prestigioso homem público lembra a figura lendária de Campos Sales no plano federal. Como no quadriênio anterior (1947-51), Carlos Lindenberg governou com os olhos voltados para os problemas do campo. Sem prejuízo, entretanto, dos cuidados devidos à saúde pública, à ampliação da rede escolar, ao asfaltamento de estradas, à eletrificação das sedes de vários municípios (idem, p. 479).

É muito notável a concisão e a precisão do trabalho de Teixeira de Oliveira, especialmente neste ponto, e é certamente muito difícil fazer-lhe qualquer retificação de peso, nem é essa nossa intenção aqui. Ressalte-se, entretanto, a ênfase que ele dá ao aspecto "saneador" das administrações do Dr. Carlos, base da comparação que faz dele com a "figura lendária de Campos Sales", e sobre a qual logo voltaremos a falar. Mas é muito notável também a identificação que faz entre Lindenberg e os "problemas do campo", base do que seria a sua "filosofia política", segundo Teixeira de Oliveira.

Por essa via interpretativa, a figura administrativa de Lindenberg deveria associar-se fundamentalmente à imagem de um governo preocupado com o saneamento financeiro do estado, mas voltado basicamente para a agricultura e para a defesa dos seus interesses.

Não por acaso, é essa também a orientação expressa no trabalho mais recente, e de grande mérito, da socióloga capixaba Marta Zorzal e Silva. Essa autora também admite que: "Novamente, o gasto corrente foi o grande alvo de Carlos Lindenberg em sua meta de obter o equilíbrio orçamentário" (Silva, 1995:355). Acrescentando logo a seguir que:

> Em essência, de certa forma, Carlos Lindenberg retomou o projeto de desenvolvimento iniciado por Jones dos Santos Neves, mas o fez imprimindo feições bem distintas daquelas idealizadas por Jones. Isso porque as concepções que têm, sobre as vias de desenvolvimento socioeconômico, *são bem diferentes* [grifos nossos]. Enquanto Jones dos Santos Neves partilhava as ideias getulistas de desenvolvimento industrial acelerado, induzido pelo Estado, como forma de desenvolvimento, Carlos Lindenberg solidarizava-se com a alternativa mais conservadora, também presente na formação social brasileira. Ou seja, aquela preconizada pela burguesia agro-mercantil, cuja base fundamental de interesses era expressa pela economia cafeeira. Para esse núcleo de interesses a alternativa de desenvolvimento capitalista admitia a expansão do setor industrial. Mas este avanço deveria se efetivar de forma moderada, não provocando grandes rupturas no ritmo do processo de desenvolvimento em curso (idem. p. 355).

Como se vê, embora a autora admita que Lindenberg não se opunha à industrialização, associa sua gestão fundamentalmente aos supostos interesses daquilo que ela chama "burguesia agro-mercantil", ou seja, para falar de forma menos polêmica, da agricultura.

Conclui-se, a partir desses dois autores, que essa associação entre Lindenberg e a agricultura – e o campo em geral – tende a tornar-se então uma imagem persistente de sua figura. Tanto que na biografia mais recentemente editada, com a autorização da própria família Lindenberg, pelo jornalista Antônio de Pádua Gurgel, da qual falaremos mais

logo adiante, o seu subtítulo, "Dr. Carlos, *um homem do campo e sua relação com o poder*" (grifos nossos), remete justamente a essa imagem. Aliás, o próprio Amylton de Almeida começa este livro com a afirmação peremptória, que logo se torna ambígua, de que "Carlos Fernando Monteiro Lindenberg sempre foi um fazendeiro… Só depois é que se poderia acrescentar a seu nome a classificação de estadista. A agricultura expõe a sua vida íntima. A vida pública foi a exteriorização desse profundo amor à terra."

No entanto, no "Roteiro [de Governo] do Candidato Carlos Lindenberg", publicado em *A Gazeta* em 19 de março de 1958, o então candidato a governador, com o apoio da aliança PSD/PSP nas eleições que naquele ano se realizariam, garantiu que:

> Empregaremos todos os esforços possíveis para a realização do programa de eletrificação propiciando a industrialização do estado, visando às nossas fontes de receita e produção que aludi. Como não compreendo industrialização sem produção agrícola, entendo que a agricultura, em todos os seus ramos, deverá ter todo o amparo, toda a assistência técnica, social e financeira, como seu mais legítimo direito. […] A meu ver a industrialização, em nosso País, está intimamente ligada ao desenvolvimento agrícola. Precisam caminhar paralelamente. Qualquer desequilíbrio será fatal, desastroso para a economia nacional (apud Silva, op. cit., p. 355).

Coerentemente com este discurso de campanha – o que já é em si mesmo um fato notável, tendo em vista a detestável sobrevivência entre nós de uma cultura política baseada em campanhas eleitorais cheias de promessas não cumpridas, portanto, demagógicas – ao ser eleito Lindenberg pugnou justamente pela realização desse programa, e é justamente isso o que nos mostra o notável capítulo deste livro de Amylton intitulado significativamente "Desenvolver para sobreviver", um dos capítulos mais elucidativos de seu trabalho.

Depois de mencionar o esforço de Lindenberg no sentido de iniciar a construção da Usina de Suíça – vital para "complementar as necessidades do estado em matéria de energia elétrica" – Amylton cita a mensagem do governador enviada à Assembleia Legislativa na qual, tendo em vista a crise da cafeicultura que se avolumava justamente naquela época e o fato de que a indústria contribuía com apenas 10% da renda estadual, dizia que:

> Nessa condição incumbe ao Governo adotar providências enérgicas no sentido de criar condições mínimas capazes, não apenas de impedir a evasão dos capitais do estado, como também visando a atrair, estimular e radicar novos investimentos, de tal forma que se faça registrar uma elevação no índice percentual de sua contribuição [da indústria] para a formação da renda total do estado.

Assim, e já que "a luta é de sobrevivência e estagnar não significa, hoje, estacionar, senão mesmo perecer, cumpre-nos desenvolver para sobreviver", Lindenberg criou um grupo de trabalho que propôs a implementação de algumas medidas, as quais, segundo depoimento de Cariê Lindenberg, à época secretário de seu pai, foram "vitais para a economia do estado e que depois seriam aperfeiçoadas nos governos seguintes" (idem).

Entre essas medidas, Amylton menciona a criação de um Conselho Técnico encarregado de fazer estudos e estabelecer diretrizes, por exemplo, para a siderurgia e a agroindústria. Em 1960 Lindenberg também criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico

(Codec), entre cujas funções estava justamente a de propor favores fiscais a serem concedidos às indústrias já existentes e a novas indústrias, estas últimas no sentido de estimulá-las a se radicarem no estado. Assim, em torno desses projetos agruparam-se algumas das figuras que desempenhariam papel de primeiro plano no processo de modernização industrial do estado, tais como Américo Buaiz, Artur Carlos Gerhardt Santos (futuro governador), Eliezer Batista e muitos outros. Este último, aliás, foi nomeado para a presidência da Companhia Vale do Rio Doce e, segundo Amylton, por intercessão de Lindenberg junto ao presidente Jânio Quadros, a sede da companhia teria sido transferida para Vitória, ampliando seus investimentos no estado. Por fim, em junho de 1962 o estado e a Vale assinam contrato de Cr$ 375 bilhões para a construção do porto de Tubarão, uma das bases sobre as quais se assentaria posteriormente o desenvolvimento industrial do estado.

Diante dessas informações preciosas salientadas por Amylton em seu trabalho, como persistir defendendo a imagem de Lindenberg simplesmente como um "homem do campo"?

A professora Marta Zorzal e Silva argumenta, depois de ter constatado ela mesma, já em seu influente trabalho de 1995, os esforços industrializantes do segundo governo Lindenberg, que "esse processo evidencia a forma como as forças mais conservadoras, detentoras do poder político regional, buscaram *adaptar* [grifo nosso] tanto seu discurso político, como os mecanismos através dos quais sua preservação no poder é garantida" (p. 377) e que "as forças políticas espírito-santenses, notadamente as mais conservadoras, de uma posição de articulação para manter o status quo vigente, passam a lutar pela modernização da economia estadual e por sua inserção no contexto nacional como estratégia de "sobrevivência" (p. 378).

É preciso enfatizar, no entanto, e sem nenhum intuito polêmico, em primeiro lugar, que já em sua candidatura de 1958, como vimos anteriormente, Lindenberg apontava a necessidade de uma pauta industrializante para o estado e, desse ponto de vista, não teria sido nenhuma surpresa a orientação que imprimiu a seu segundo governo, nesse sentido. Mas vamos admitir, em segundo lugar, que sua ação governativa de buscar a industrialização, preservando ao mesmo tempo o interesse na agricultura, fosse explicável, pelo menos parcialmente, apenas como uma reação adaptativa, como diz a professora. Quereria isto dizer que com essa ação ele apenas pretendia "sua preservação no poder", ou a simples manutenção do "status quo vigente"? Uma simples operação para salvar "as forças políticas espírito-santenses, notadamente as mais conservadoras"?

Alternativamente, achamos que é preciso qualificar de outra maneira aquela atuação, porque, se não estamos enganados, ela tem contribuído de alguma maneira para que não se dê ao nosso personagem a dimensão histórica que este livro de Amylton certamente ajudará a definir.

Dizia o sociólogo alemão Max Weber, um dos grandes mestres do pensamento sociológico e político contemporâneo, num texto clássico, que três qualidades seriam deter-

minantes do verdadeiro homem político: "paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção". Para ele, a paixão é importante num homem político mas não como uma "excitação estéril", romântica e inconsequente, e sim no sentido de se ter um "propósito a realizar", uma causa objetiva a defender. Porém, a paixão sozinha, "por mais sincera que ela seja, não basta", e o que realmente transforma um homem em "chefe político" – caso de Lindenberg? – é o sentimento de responsabilidade, especialmente quando este se torna o guia de sua atividade. E para isso se torna necessário o senso de proporção, "que é a qualidade psicológica fundamental do homem político". Textualmente, Weber acrescentava ainda que:

> Quer isso dizer que ele deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência, manter à distância os homens e as coisas. A "ausência de distância", como tal, é um dos pecados capitais do homem político… Surge, a essa altura, o problema seguinte: como é possível fazer conviverem, no mesmo indivíduo, a paixão ardente e o frio senso de proporção? Faz-se política usando a cabeça e não as demais partes do corpo. Contudo, se a devoção a uma causa política é algo diverso de um frívolo jogo intelectual, constituindo em atividade sinceramente desenvolvida, essa devoção há de ter a paixão como fonte necessária e deverá nutrir-se de paixão. Todavia, o poder de subjugar energicamente a alma, poder que caracteriza o político apaixonado e o distingue do simples diletante inchado de excitação estéril, só tem sentido sob a condição de ele adquirir o hábito do recolhimento – em todos os sentidos da palavra. O que se chama "força" de uma personalidade política indica, antes de tudo, que ela possui essa qualidade (Weber, 1970:106).

Ora, o leitor que se der o trabalho de ler o livro de Amylton inteiro, e nós esperamos sinceramente que muitos o façam (ainda que não necessariamente de uma só vez), terá inúmeras oportunidades de acompanhar a lenta formação em Lindenberg das qualidades apontadas por Weber como necessárias à constituição de um verdadeiro chefe político, como ele foi: em primeiro lugar a paixão pela política, que ele demonstrou desde muito cedo; em seguida, o sentimento de responsabilidade, que demonstrou ter não apenas no governo de seu estado mas em todas as funções que exerceu, especialmente quando lhe competia tomar as decisões mais difíceis, mas necessárias; e por fim o senso de proporção, que ele demonstrou sobejamente ao pautar sempre sua atuação pela busca de um equilíbrio entre opções aparentemente antagônicas, e que certamente explica sua opção pela industrialização sem perder de vista a agricultura.

Assim, com este livro de Amylton compreenderá o leitor muito melhor o verdadeiro significado da atuação de Carlos Lindenberg como um dos grandes líderes políticos da história de seu estado. Um homem que soube compatibilizar verdadeiramente, nos termos de Weber, a paixão do agir com o sentimento de responsabilidade e com o senso de proporção.

O leitor compreenderá, finalmente, que a decisão de Lindenberg no sentido de buscar a inserção de seu estado na industrialização do país e do mundo, ainda que de forma incipiente, mantendo ao mesmo tempo o interesse na preservação de sua estrutura produtiva rural, que ainda hoje é base do equilíbrio social do estado, representou uma sábia e necessária política. Agindo assim, o que ele buscava não era a simples preservação do poder, que poderia ter alcançado por outros meios, nem sequer a mera defesa de um ponto

de vista estreitamente "classista" e conservador; era, sim, o equilíbrio necessário entre uma experiência de vida que fora a base fundamental sobre a qual se assentara toda a cultura capixaba anterior, desde os tempos mais remotos –, ou seja, aquela do mundo agrário –, e uma modernização que, embora inevitável, impunha a necessidade de se lutar para que acontecesse. E é nessa luta que ainda nos encontramos hoje: mas não teria sido premonitória sua posição a esse respeito? Por acaso não é ainda hoje esse mesmo equilíbrio o que busca um estado cujos municípios, em sua maioria, vivem da cafeicultura e da cultura de outros gêneros, e que enfrenta ao mesmo tempo o desafio de descentralizar um relativamente poderoso setor industrial fortemente concentrado em sua região metropolitana?

Essa enfática caracterização de nosso personagem, sugerida por este livro de Amylton, ficaria bastante incompleta se não retornássemos, mesmo que rapidamente, como prometido, ao tema do saneamento financeiro.

Já vimos que os ilustres estudiosos apontados anteriormente são unânimes em afirmar também a preocupação central, expressada por Lindenberg nos seus dois governos e ao longo de toda a sua vida política, com o tema do saneamento financeiro e com a austeridade administrativa. Lindenberg foi (e este livro o mostra muito bem), ao longo do período áureo de sua vida política – compreendendo os dois quadriênios em que foi governador do estado –, essencialmente um homem de seu partido, o Partido Social Democrático, que ele ajudou a fundar no estado e que foi a base de seu poderio político até a sua extinção. Mas há um paradoxo que salta aos olhos neste seu pertencimento partidário. Não que ele tenha sido infiel ao partido, o que nunca foi. É que esse partido, ao longo de sua curta mas expressiva existência (1945-66), ficou caracterizado, especialmente por seus adversários, por ser o partido da "gastança", como se dizia, ou da irresponsabilidade fiscal, como se diz hoje, e da corrupção, afora outros atributos partidários menos depreciativos, que não importa agora discutir. Veja então nosso leitor se não é paradoxal que um homem com aquelas qualidades de seriedade e austeridade administrativa e financeira, muito bem retratadas no livro de Amylton, tenha sobrevivido tanto tempo num partido que era identificado justamente como o defensor de práticas contrárias a estas pelas quais ele sempre lutou.

Este é, sem dúvida, mais um ponto para sua biografia, e que ponto! Principalmente hoje, quando o descrédito dos políticos e da política tem tudo a ver justamente com aqueles males que são os principais responsáveis pela manutenção de um déficit público crônico causado basicamente por um volume de despesas do estado que está a sugar da sociedade, sob a forma de impostos, grande parte da riqueza que ela produz, inviabilizando com isso o crescimento acelerado do país ao ponto de nos encontrarmos hoje numa verdadeira encruzilhada: ou reorganizamos as finanças estatais, diminuindo suas despesas correntes, acabando com as desnecessárias e incorretas, punindo as ilegais, e ao mesmo tempo investindo naquilo de que o país realmente necessita, como infraestrutura, saúde, educação, segurança, juventude etc. – ou continuaremos a ver nosso país eternamente apenas como "um país do futuro".

Neste aspecto, mais uma vez, deve-se realçar o sentido de probidade, de "seriedade no trato da coisa pública", como se diz, e de austeridade administrativa, que transparece do relato de Amylton e que, segundo ele mesmo, qualifica Lindenberg como um verdadeiro estadista, cujas qualidades são hoje mais do que nunca necessárias para o soerguimento do país. Qualidades que tinham pouco a ver com a política de seu partido, e que, mais uma vez paradoxalmente, pareciam ser monopólio, naquela época, justamente do partido que era o maior adversário do PSD, a União Democrática Nacional, que reivindicava, na palavra de seus líderes mais conspícuos, p. e. Carlos Lacerda, este monopólio. Aliás, e para terminar as observações sobre este tema, lembramos que Teixeira de Oliveira comparou Carlos Lindenberg à grande figura do presidente Campos Sales (1898-1902), justamente o homem que governou o país nos anos turbulentos do início da República, conferiu-lhe alguma estabilidade política e ainda saneou-lhe as finanças. Mas, já no final do texto, Amylton nos lembrou também, a partir do depoimento do próprio Lindenberg, da amizade profunda que teria existido entre ele e o ínclito e saudoso político que foi Milton Campos. Político mineiro, foi governador de seu estado justamente na mesma época em que Lindenberg governava o Espírito Santo (1947-51), tendo imprimido ao seu governo o mesmo sentido de austeridade do governo vizinho: duas vezes candidato à vice-presidência da República, Campos foi uma das mais respeitáveis personalidades políticas de seu tempo, por sua inteligência, austeridade e dedicação à causa pública, e pela honestidade de um udenista convicto e militante. Mas o que será que aproximava esses dois homens, que, mesmo pertencendo a partidos antagônicos, se admiravam mutuamente, senão aquele sentido de grandeza possuído apenas pelos verdadeiros líderes políticos?

* * *

O livro que o leitor tem em mãos é uma biografia só agora autorizada de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Foi escrito pelo combativo jornalista, escritor e cineasta capixaba Amylton de Almeida em 1988, poucos anos antes das mortes do próprio biografado (1991) e do autor (1995). Para escrevê-lo, Amylton se baseou fundamentalmente na gravação de uma longa entrevista feita por uma das filhas de Carlos, Henriqueta Lindenberg, além de numa série de outras entrevistas com o próprio biografado e com outros personagens da época em que ele viveu, e ainda em extensa pesquisa bibliográfica feita pelo autor e pelos historiadores Renato Pacheco, Luiz Guilherme Santos Neves e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa.

Trata-se, como salienta o próprio Amylton logo no começo de seu prefácio, de uma "narrativa biográfica" que é "essencialmente jornalística", uma vez que se baseia primordialmente em entrevistas dadas pelo biografado, e retrata, via de regra, a visão particular que ele teve de sua própria trajetória pessoal e política. Não é uma obra de historiador, que Amylton não era nem se propôs a sê-lo, mas isso em nada diminui o mérito do trabalho.

Mas por que só agora esta biografia foi autorizada? Ou melhor, por que sua publicação não foi autorizada na época em que foi escrita? Essa é uma pergunta que não é fácil de responder, mas sobre a qual é possível aventar pelo menos uma hipótese.

Encomendado pela família Lindenberg a Amylton de Almeida, jornalista há muito tempo vinculado ao jornal *A Gazeta*, de propriedade da família, o texto produzido originalmente não correspondeu inteiramente ao que a família esperava dele. Mas será possível explicar por que isso aconteceu?

Na nota de esclarecimento que Cariê Lindenberg (filho, como se sabe, do biografado) redigiu para o livro *Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder*, escrito por Antônio de Pádua Gurgel e publicado em março de 2000, e que é outra biografia de Carlos Lindenberg baseada no mesmo texto de Amylton, ele esclarece que:

> O primoroso trabalho de Amylton, em vez de ressaltar esse ângulo mais humano do biografado, focalizou a vida e a obra do político, produzindo algo diferente da nossa expectativa. Hoje, percebo que nós mesmos fomos responsáveis por esse enfoque que Amylton deu, diferente do que queria a família. Afinal, nunca lhe dissemos com clareza qual era nosso propósito. Nem mesmo a sua pranteada morte nos curou a cerimônia de mexer no seu texto. Foi preciso que José Carlos da Fonseca, um amigo político e que conviveu bastante com meu pai, nos incentivasse a retomar a ideia. (Gurgel, 2000)

Esse depoimento pode esclarecer de certa forma mais de um aspecto da história do texto que merece ser ressaltado aqui. Em primeiro lugar, o fato de que, mesmo sendo uma obra "de encomenda", como se diz comumente, a família não teria estabelecido com clareza para o autor o sentido e o objetivo da obra, o que – e isto para nós é de grande relevância – teria deixado Amylton relativamente livre para imaginá-la à sua maneira. Mas pode-se dizer que teria sido justamente essa liberdade permitida ao autor, talvez por um mero descuido de seus patrocinadores, a causa, em parte pelo menos, do desapontamento posterior, depois de concluída a obra? É exatamente isso que foi sugerido no depoimento de Cariê acima mencionado.

Quando Cariê Lindenberg fala, em sua nota, da "cerimônia de mexer no seu texto", ele nos lembra também que poderia haver ali algo específico com o qual a família não havia concordado, mas seria possível saber exatamente o que era isso? Ele mesmo parece nos ter fornecido uma pista quando disse em sua nota que "em vez de ressaltar esse ângulo mais humano do biografado, focalizou a vida e a obra do político". Carlos Lindenberg, por sua vez, leu com atenção o texto de Amylton e fez nele inclusive pequenas retificações. Teria partido dele a decisão de não publicar imediatamente o livro? Não saberíamos dizer, mas é absolutamente certo que, se tivesse havido empenho de sua parte, a obra teria sido publicada ainda em vida dele, ou seja, antes de 1991, ano de sua morte. Mas por que não o teria feito? Vamos sugerir aqui uma hipótese.

Repare o leitor na diferença entre o título das duas obras: a de Amylton e a de Gurgel. Só para lembrar, na primeira o título é: *Carlos Lindenberg, um estadista e seu tempo*; já na segunda é *Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder*. Ora, é muito fácil

perceber a grande diferença de ênfase que se nota nesses dois títulos na caracterização do personagem de que trata cada obra. Na primeira, ele aparece de forma claramente enunciada como um "estadista" que teve relação com seu "tempo", enquanto na segunda é representado simplesmente como "um homem do campo" em sua "relação com o poder", uma caracterização bem mais modesta.

Essa diferença também fica muito clara no prefácio, onde Amylton pontua taxativamente que o objetivo de seu trabalho

> era expor o homem e também o estadista, ou seja, o homem que se tornou conhecido pelos feitos notáveis na direção do estado, durante dois mandatos; o homem que se manteve fiel a um partido durante toda a vida política; o político respeitado pelos adversários, que unanimemente lhe reconheciam a energia e a capacidade, assim como sua tolerância democrática.

A sugestão hipotética que fazemos é a seguinte: não teria essa caracterização aparentemente grandiloquente feita por Amylton constrangido seu personagem, um homem sabidamente avesso à vaidade política, como o próprio Amylton nos mostra ao longo de seu texto? Ora, se assim foi, ou seja, se estiver correta nossa hipótese de que Lindenberg teria feito objeções à publicação da obra de Amylton por considerá-la desproporcional ao que ele próprio julgava de si mesmo, estaremos diante de mais uma revelação de outra de suas qualidades enquanto político e enquanto pessoa: a ausência de vaidade, uma qualidade sua que, repita-se, transparece de fato ao longo de toda a narrativa de Amylton.

E, se isso for verdade, nesse caso torna-se inevitável nosso retorno ao grande Max Weber, para citar mais uma vez, com algum exagero, o que consideramos ser uma de suas mais belas passagens. Para Weber, há "um inimigo vulgar, muito humano, que o homem político deve dominar a cada dia e cada hora: a muito comum vaidade. Ela é inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa, inimiga do recolhimento e, no caso, do afastamento de si mesmo" (p. 107). Weber considerava que o "desejo de poder" é algo inevitavelmente presente na atuação do político, mas que o pecado mortal deste

> contra o Espírito Santo de sua vocação consiste num desejo de poder, que, sem objetivo, em vez de se colocar exclusivamente ao serviço de uma "causa", não consegue passar de pretexto de exaltação pessoal. Em verdade e em última análise, existem apenas duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não ter sentimento de responsabilidade […]. A vaidade ou, em outras palavras, a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira a mais clara possível, em primeiro plano, induz frequentemente o homem político à tentação de cometer um ou outro desses pecados ou os dois simultaneamente (Weber, 1970:107).

Sugestivamente, para nós, Weber atribuía estes "pecados" justamente à figura política do demagogo. Para ele:

> O demagogo é obrigado a contar com o "efeito que faz" – razão por que sempre corre o perigo de desempenhar o papel de um histrião ou de assumir, com demasiada leviandade, a responsabilidade pelas consequências de seus atos, pois que está preocupado continuamente com a impressão que pode causar sobre os outros. De uma parte, a recusa de se colocar a serviço de uma causa o conduz a buscar a aparência e o brilho do poder, em vez do poder real; de outra parte, a ausência de senso de responsabilidade o leva a só gozar do poder pelo poder, sem deixar-se animar por qualquer propósito positivo (idem).

Nesse caso é impossível deixar de lembrar aqui que a demagogia, como prática política, sempre foi um dos alvos preferidos da crítica de Carlos Lindenberg, cujo estilo político era sóbrio, modesto e comedido. Não custa lembrar aqui as passagens mencionadas por Amylton em que Lindenberg defenestrava seus adversários políticos – especialmente um dos maiores deles, que foi o por duas vezes governador Chiquinho Lacerda de Aguiar –, justamente por praticar uma forma de fazer política que ele julgava fortemente escorada na mesma demagogia por ele tanto detestada. Outro ponto positivo para sua biografia, segundo penso.

Mas se é possível aventar essa hipótese para a não publicação do livro de Amylton na época em que foi escrito, a de que o próprio Carlos, por questão de modéstia, o teria achado meio desmedido em face de sua própria autoapreciação, como explicar então sua publicação hoje?

Não poderíamos deixar de lembrar a esse respeito o ingente interesse e o empenho demonstrado nesta publicação pelo Prof. João Gualberto de Vasconcelos, que, tendo utilizado amplamente o texto de Amylton em sua tese de doutorado, de forma profícua, depois disso sempre defendeu a necessidade de publicá-lo, por avaliar muito bem a importância que teria em termos de registro e divulgação da história do Espírito Santo. Da mesma forma devem ser ressaltados a disposição e o empenho demonstrados pelo atual governador de nosso estado, Paulo Hartung, que juntamente com o vice-governador, Ricardo Ferraço, e a secretária de Cultura, Dayse Oslegher Lemos, não mediram esforços para sua realização. Por fim, não se pode deixar de lembrar o acolhimento decisivo e compreensivo que a família Lindenberg, especialmente Cariê Lindenberg, deu à sugestão para a publicação – na íntegra e sem cortes – do texto de Amylton, hoje, inclusive como forma de homenagear o seu autor.

* * *

O texto escrito por Amylton, agora disponível na íntegra, compõe-se, além do prefácio, de duas partes, cada uma delas formada por sete capítulos. A primeira parte abrange o período da vida do biografado que vai de seu nascimento até a sua ascensão ao governo do estado pela primeira vez, em 1947; e a segunda vai deste último momento até o fim de sua carreira política formal, em 1974, quando termina seu mandato de senador.

No primeiro capítulo, com base principalmente na raríssima obra de Augusto Lindenberg, intitulada *Luís Lindenberg: sua vida, sua descendência*, traça-se um longo perfil da trajetória da família alemã-pomerana dos Lindenberg. Nesse perfil, Amylton faz questão de destacar dois aspectos aparentemente contraditórios da tradição dessa família, que se teriam desenvolvido desde muito tempo: sua vocação agrícola e ao mesmo tempo sua vinculação à política. E o motivo do destaque especial parece óbvio: Amylton pretende ter divisado a presença dessas características no próprio biografado, herdeiro dessa mesma tradição familiar.

Na história familiar, Ludwig (Luís) Lindenberg foi a ovelha desgarrada que já nos primórdios do século XIX, em decorrência indireta dos sucessos relacionados ainda à Revolução Francesa e à invasão da Alemanha pela França, buscou o Brasil, aqui chegando em 1818.

Naquele momento, o Brasil estava experimentando muitas mudanças em decorrência do estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, mudanças que logo levariam à independência política do país em 1822. Luís Lindenberg aqui chegou nesse clima e nele se integrou plenamente, tornando-se inclusive amigo e admirador de um dos maiores personagens de nossa história, José Bonifácio de Andrada e Silva, cognominado, pelo relevante papel que desempenhou no processo de autonomia, de "Patriarca da Independência". Muito significativa foi essa aproximação entre os dois homens, pelo que tinham em comum. José Bonifácio era um sábio luso-brasileiro nascido em Santos, ilustrado nas melhores academias europeias; falava alemão e várias outras línguas, era engenheiro mineralogista e acabou formulando em seus escritos o mais abrangente projeto de modernização do Brasil, com base nos princípios científicos que o iluminismo europeu havia produzido. Entre esses planos estava justamente o de modernizar nossa agricultura, que ele considerava predatória e atrasada, aproveitando de maneira racional nossos recursos naturais. Por coincidência, Luís Lindenberg, coerente com sua tradição familiar, tinha interesses muito semelhantes a esses, o que talvez explique a amizade entre os dois.

O leitor pode até achar inicialmente que Amylton exagerou um pouco nessa retrospectiva da família Lindenberg, mas o fato é que, ao fazê-lo, ele realçou um aspecto muito importante da trajetória do próprio Carlos Lindenberg: o de que ele não provinha de uma família de agricultores atrasados e ignorantes, como comumente se supunha serem os agricultores brasileiros.

Mas não ficou nisso o longo primeiro capítulo da obra de Amylton. É ainda aí que ele introduz e conta a saga inicial da família luso-brasileira dos Monteiros, no Espírito Santo, a partir do casamento do engenheiro Carlos Adolfo Lindenberg, neto de Luís e pai de Carlos, com a filha do capitão Francisco de Souza Monteiro, um dos desbravadores dos sertões de Cachoeiro de Itapemirim. É muito bom, interessante e evocativo, ler e acompanhar, através de um relato familiar e pessoal, a descrição de um processo social que teve a maior importância na história do Espírito Santo: o estabelecimento, no sul do Espírito Santo, até então praticamente deserto, de fazendeiros mineiros e fluminenses que ali se radicaram com suas famílias e seus escravos em busca de terras apropriadas para a cafeicultura, que se tornaria desde então a maior riqueza do estado.

Com o aparecimento, na década de 1930, do livro clássico do sociólogo Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*, fixou-se e popularizou-se no imaginário nacional a ideia de que grande parte dos traços mais salientes de nossa cultura estava relacionada de uma forma ou de outra a esses dois espaços sociais inter-relacionados: a casa grande do senhor de engenho e a senzala onde viviam os escravos. E todo mundo sabe que essa realidade so-

ciocultural também marcou a trajetória do Espírito Santo, mas, apesar disso, não conseguimos facilmente associar a imagem da história do Espírito Santo a essa realidade. Alguns lembrariam, com alguma razão, que o Espírito Santo nunca teve de fato uma "aristocracia" agrária muito numerosa e poderosa, capaz de se projetar nacionalmente e fixar nesse plano uma imagem de si mesma, como foi o caso de sua congênere nordestina. E por isso nos faltaria uma imagem bem delineada do que teria sido essa experiência entre nós.

Pois é justamente essa imagem preciosa que nos fornece o capítulo dois deste livro, intitulado "Monte Líbano", o nome da "fazenda-berço" dessa que foi uma das famílias mais influentes da história do Espírito Santo, a família dos Monteiros – uma fazenda que, como está dito logo no início do capítulo, em 1870, "quinze anos após a sua fundação,… já era um império." Aí, o leitor encontrará não apenas um minucioso retrato físico e arquitetônico da fazenda e de seu funcionamento, mas também uma descrição muito sensível do seu cotidiano e do elemento humano que nela viveu, sem contar que foi nela que Carlos viveu sua primeira infância, o que imprimiu forte influência em sua formação e em sua personalidade. E não seria surpresa se o leitor aí também encontrasse, na descrição que Amylton faz das relações entretidas entre a família Monteiro e os seus servidores, escravos ou não, traços daquela mentalidade patriarcal e paternalista tão bem estudada por Freyre em seu livro famoso.

A cidade de Vitória nas primeiras décadas do século XX é o cenário da mocidade de Carlos e também o tema dos capítulos 3 e 4. Aqui, mesmo o leitor capixaba bem informado não pode deixar de se surpreender com a descrição que foi feita da "Revolta do Xandoca", dos filmes apresentados nos cinemas da cidade e dos jogos de futebol entre o Vitória e o Rio Branco, e certamente se divertirá com a descrição minuciosa e hilariante do "crime da rosa vermelha".

A maturidade política e pessoal de Carlos Lindenberg vem descrita com riqueza de detalhes nos três capítulos finais da primeira parte (5, 6, e 7). Mas é nos sete capítulos da segunda parte que se aborda o apogeu da trajetória política do biografado. É nesse espaço que os traços mais salientes de sua personalidade política e de sua atuação serão apresentados ao leitor.

Sintomaticamente, o primeiro capítulo intitula-se "Arrumando a casa" e se refere basicamente àquilo que teria sido o móvel fundamental da atuação de Carlos à frente do governo do estado no período que vai de 1947 a 1951. Era o período do chamado "pós-guerra", quando o país estava sendo governado pelo marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945 pelo mesmo partido (o PSD) a que pertencia Carlos e a que se manteria ligado até a sua extinção, como vimos. Quando Carlos assumiu o governo do estado em 1947, o Espírito Santo tinha sido governado por uma série de interventores, nomeados meio aleatoriamente pelo poder central, e suas finanças encontravam-se na maior desordem. Cumpria reorganizá-las, e foi isso mesmo que ele fez.

Nos capítulos seguintes e até ao final do livro o leitor terá também a oportunidade ímpar de conhecer muito melhor fatos e personalidades da história política capixaba mais recente. Fatos e personalidades que de outra forma permaneceriam em completo esquecimento, e é nesse ponto que reside outro dos grandes méritos do livro de Amylton.

Enfim, por todas as razões apontadas anteriormente, julgamos que a publicação desta obra hoje, além de contribuir enormemente para a definição da imagem histórica de um dos mais importantes personagens da história política de nosso estado, Carlos Lindenberg, e do período em que viveu, representa também uma sincera homenagem a Amylton de Almeida, seu autor, que foi, sem sombra de dúvida, um dos mais inteligentes e criativos intelectuais do Espírito Santo na segunda metade do século XX.

2 de dezembro de 2008

Estilaque Ferreira dos Santos
Professor Associado de História do Brasil
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Referências:

GURGEL, Antônio de Pádua. *Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda., 2000.

LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1970.

Atualidade de Carlos Lindenberg

Esta é uma biografia autorizada. Isso deve ser logo assegurado ao leitor para que ele possa se situar adequadamente frente ao texto que tem sob os olhos. Quando autorizadas, certas biografias são consideradas menores. Não é o caso aqui: o fato de ter sido ela aprovada pelo biografado somente aumenta seu valor. Mais que aprovar, Carlos Lindenberg leu os originais e os corrigiu: deixou suas emendas em diversas passagens. Por exemplo, naquela em que Amylton de Almeida, por ter seguido a transcrição equivocada da longa entrevista que Lindenberg deu em fevereiro de 1980 a familiares, registrou o nome de um chefe de polícia atuante em Vitória na década de 1920 como Dr. Otavino; no que foi corrigido por quem se recordava muito bem do nome correto da autoridade, Dr. Targino. Ou seja, este relato biográfico é agora publicado conforme realizado por seu autor, e enriquecido com essas e outras contribuições da própria pessoa objeto desta história de vida. O texto de Amylton teve ainda a leitura atenta da esposa do biografado, Maria Antonietta Queiroz Lindenberg, que também fez algumas retificações em trechos nos quais é citada, e do filho de ambos, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, o Cariê.

Em meados de 1988, a família Lindenberg encomendou este trabalho para homenagear seu patriarca quando completasse 90 anos no princípio do ano seguinte. Mas o texto de Amylton de Almeida tomou uma feição e uma dimensão bem maiores do que pretendia a família – um pequeno livro para mostrar o lado humano do homenageado – e com isso os originais permaneceram inéditos por mais de vinte anos.

* * *

Diversos estudiosos sintetizam uma das contribuições à teoria política realizada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci na sentença: "A grande obra do poder é fazer-se projeto amoroso", expressa também assim: "Todo projeto de poder é um projeto amoroso". Essa formulação teórica aplica-se plenamente à longa trajetória de homem público percorrida por Carlos Lindenberg nas décadas de 1930 a 1970, ou seja, por mais de quarenta anos. O livro de Amylton em muito contribui para se entender em sua inteira extensão esse "projeto de poder" que se constitui ao mesmo tempo em "projeto amoroso", pois em geral todo líder político quer ser amado por seu povo.

Órfão de pai ainda bem novo, desde sua infância Carlos Lindenberg convive com a política praticada intensamente por seus parentes maternos. Não se pode ignorar a forte influência da tia e madrinha Helena de Souza Monteiro, a Dodona, sobre suas primeiras opções políticas. Na sucessão estadual de 1920 que colocou em campos opostos os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro, ela influenciou-o no sentido de se alinhar com a facção jeronimista. E também não se deve esquecer o papel que Bárbara Monteiro Lindenberg, a Dona Barbinha, desempenhou na formação do caráter íntegro do seu filho. Que desde novo usa de franqueza no seu comportamento e pratica atos que possuem claras conota-

ções políticas, como é o caso do "Crime da Rosa Vermelha". Por sinal, esse "crime político" praticado pelo rapazola Lindenberg, apesar de condenável à época, era bem mais aceito pelo contexto social do que hoje em dia.

Em 1933, Carlos Lindenberg ascende ao mundo político-partidário para dele sair somente em idade avançada, organizando o Partido Social Democrático estadual e elegendo-se deputado federal constituinte. Realiza um feito digno de nota: em pouco tempo forma essa agremiação de apoio à interventoria e à administração getulista, congregando lideranças estaduais em torno do projeto de que era intérprete credenciado. Por uma dessas coincidências da história, no mesmo ano em que entra para valer no jogo político, seu tio Jerônimo Monteiro dele se afasta por falecimento. É significativo o modo como Lindenberg reiteradamente se referia ao seu ingresso na política nessa eleição em que concorreu com o antigo líder espírito-santense: não queria que pairasse a menor dúvida de que o tivesse traído. Se numa ação habilidosa tinha conquistado para o PSD parte dos importantes aliados do tio, o fizera com o seu expresso consentimento.

Depois da família, a grande escola em que Carlos Lindenberg aprendeu a enfrentar as contendas políticas foi a administração de João Punaro Bley. O interventor já dera seu beneplácito e incentivo para que ele organizasse o partido de apoio ao governo. Em 1935, Lindenberg abriu mão da candidatura ao Senado para ajudar nas composições articuladas pelo capitão Bley. Logo depois renunciou ao mandato de deputado federal para ocupar no governo estadual os importantes cargos de secretário da Fazenda e da Agricultura até 1939.

A austeridade no trato dos recursos financeiros do estado era uma das marcas de Carlos Lindenberg, que sempre considerou importante enfatizar a separação entre o público e o privado nesse aspecto. Sua atuação nos anos 1930 como secretário da Fazenda foi marcante por promover com bancos estrangeiros a liquidação da dívida do Espírito Santo, um dos poucos estados a executar tal medida na época. Pode ser difícil para muita gente, nos anos iniciais deste novo milênio, entender as limitações e apertos financeiros por que passava, setenta anos atrás, o governo de uma unidade da Federação economicamente atrasada. Poderiam ser até objeto de zombaria medidas aqui enfaticamente relatadas para economizar verbas do erário estadual que, aos olhos de hoje, seriam consideradas diminutas. Devemos atentar para a circunstância de que, no período em que essas ações foram praticadas, o mundo saía de uma grave crise financeira e a disponibilidade de crédito era muito limitada. Essa responsabilidade face às finanças públicas aparece com mais nitidez nas duas gestões governamentais de Lindenberg. Ele assumiu todo o ônus de ser um governante "pagador", e não "gastador", sendo na época muito criticado por isso; mas no decorrer do processo a história lhe fez justiça. Nessas e em outras passagens, os preciosos testemunhos transcritos neste livro somente são valorizados e se tornam inteligíveis depois de contextualizados do ponto de vista historiográfico.

Sua gestão como secretário da Agricultura foi de uma eficácia política a toda prova. E também de muita clarividência: incentiva os amigos, correligionários e mesmo conhe-

cidos do sul do estado a ocupar terras não colonizadas na região setentrional cortada pelo rio Doce, numa verdadeira "Marcha para o Norte". Poder-se-ia objetar que essa era uma política de "mais do mesmo": as famílias de trabalhadores rurais do centro e do sul, onde as terras já escasseavam frente ao aumento da população, iriam explorar pequenas propriedades em outra região do estado e produzir mais café para ser comercializado com lucro pelos mesmos exportadores. No entanto, era uma política totalmente coerente com a época em que o Espírito Santo abrigava dentro do seu território uma fronteira de expansão agrícola. Lindenberg já se preocupava com a diversificação da nossa agricultura, tema que somente mais tarde vai aparecer como carro-chefe na administração estadual. Aliás, essa ligação de Carlos com o campo era profunda e mostra também sua atualidade – levar ao meio rural e às populações interioranas as facilidades encontradas na cidade grande: água tratada, eletricidade, habitação popular, crédito bancário etc., o que contribuía para melhorar a qualidade de vida e fixar o homem ao local onde produz.

Se em 1933 tinha conseguido de Jerônimo Monteiro autorização para montar o PSD estadual com parte de seus antigos correligionários, e o fez de forma rápida e exemplar, Lindenberg não ficou preso a uma realidade do passado. Inovou ao traçar os rumos do novo partido de acordo com as diretrizes nacionais, mas sempre tratadas a partir de interesses regionais. Quer dizer, não se posicionava como um político espírito-santense que morava no Rio de Janeiro, como acontecia na época.

Por outra das coincidências da história, Lindenberg começou efetivamente a agir na vida pública no breve interregno de democracia limitada entre os anos de 1933 e 1937, e inserido na era autoritária protagonizada por Getúlio Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945. E encerrou sua participação na vida pública em 1974, ao término do seu mandato de senador pelo Espírito Santo, também num período autoritário, mas comandado por lideranças militares.

* * *

Sua atuação proeminente, entretanto, ocorreu no período democrático que vigorou na vida brasileira de 1946 a 1964, em que foi deputado federal constituinte, governador do estado por duas vezes e senador. Nesses anos, era muito grande seu prestígio na política capixaba. E são anos de transformações decisivas no Espírito Santo: a sociedade se torna mais complexa, o número de habitantes cresce de maneira significativa, a população deixa de ser predominantemente rural e as lideranças políticas e empresariais vislumbram na industrialização a saída para superar de fato as limitações econômicas espírito-santenses. Foram tempos de grandes mudanças no estado: a superexploração do trabalho vai dando lugar a relações trabalhistas próprias de um sistema capitalista moderno. Mas foram tempos difíceis para a terra capixaba: basta lembrar a decadência da lavoura de café e a inexistência de uma base econômica sólida. Falar do ponto de vista atual é fácil; aquela era uma época de incertezas que a frase gramsciana bem define: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer: neste interregno surge uma

grande variedade de sintomas mórbidos". Em meio a essa grave conjuntura, Carlos tomou as decisões corretas e converteu-se em estadista.

Se o regime democrático de 1946 a 1964 foi o tempo em que ele atuou por excelência, isso não se deu de forma tranquila. Nas democracias sempre crescem as demandas por negociações dentro da própria facção política que está no poder e com os adversários. Na política capixaba desse período havia o embate constante das forças conservadoras, organizadas no Partido Social Democrático – PSD, agremiação de âmbito nacional, frente às solicitações de movimentos sociais, expressas pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB no caso de reivindicações oriundas do meio sindical, e pela União Democrática Nacional – UDN, caracterizada pelo predomínio de bacharéis e apoiada sobretudo por setores da classe média urbana.

Era um jogo político forte, maiúsculo, disputado com toda intensidade pelos contendores e cuja soma era sempre zero – quando um lado ganhava, o outro estava inteiramente alijado do governo estadual. Nas vezes em que Lindenberg e as outras lideranças do PSD conseguiram manter unido seu grupo, ele empolgou o poder e predominou na política regional. No entanto, não podemos nos iludir e fazer uma interpretação maniqueísta desse período da história capixaba: a de que no grupo do PSD (que eventualmente se aliava ao PTB e ao Partido Social Progressista – PSP) estavam somente forças conservadoras, atrasadas; e que os avanços sociais, as posições progressistas, eram a marca exclusiva dos partidos de oposição ao PSD – que durante certo período se constituíram no próprio PTB e na UDN, aos quais se associavam ocasionalmente o Partido de Representação Popular – PRP e outras siglas menores. Havia lideranças conservadoras e progressistas nessas duas coligações políticas.

De qualquer modo, e como indicam as ações executadas pelos dois grupos quando no comando do estado, as forças conservadoras lideradas por Lindenberg e seu grupo estavam mais habilitadas acerca do papel histórico-político a desempenhar frente aos destinos espírito-santenses do que as forças chamadas "populares". Em outras palavras: no período em que Carlos Lindenberg atuou na política espírito-santense as forças conservadoras estavam mais conscientes de sua própria missão por conhecerem acertadamente a missão dos seus adversários. Os trabalhistas e udenistas, ao contrário, e por não estarem informados sobre os compromissos dos pessedistas, ignoravam suas próprias posições, para parafrasear um raciocínio desenvolvido por Gramsci quando analisa o período da história italiana conhecido por *Risorgimento*.

Esse predomínio das forças conservadoras na política capixaba dos anos de 1940 a 1960 se configurou também por outras razões. Os pessedistas contavam com quadros preparados para exercer o governo por terem sido forjados na luta política – antes de se tornarem dominantes no controle do poder estadual, eles foram dirigentes em associações de classe, em jornais, no comércio, em partidos políticos, em sindicatos patronais. Já as lideranças contrárias ao pessedismo, por terem acesso limitado às fontes do poder e sofrerem

variados tipos de constrangimentos e restrições, mais facilmente se enredaram em ações eivadas de populismo, de subserviência, de clientelismo, de mudanças de posição política para atendimento a interesses menores. Principalmente se essas lideranças fossem egressas das fileiras do próprio PSD, da qual tinham se afastado por divergências – conservadores dissidentes – ou oriundas do movimento sindicalista "chapa-branca", com todas as mazelas que o caracterizaram naquele tempo. Isso não quer dizer que os partidários do PSD eram isentos dessas ações viciosas; contudo, seus dirigentes no plano estadual estavam mais atentos que os adversários para evitar que elas contaminassem as práticas do grupo.

Assim, os pessedistas sabiam o que queriam e para isso trabalhavam – manter a estrutura socioeconômica vigente e, no máximo, promover pequenas e pontuais mudanças quando estritamente necessário, sempre por meio de reformas gradativas, mas sem transformar na essência o sistema. Quando as pressões populares se tornavam mais intensas, eles até se propunham entregar às novas forças sociais alguns anéis políticos (benefícios sociais, por exemplo) para manterem o controle dos dedos econômicos (os meios de produção), realidade que ocorria em âmbito nacional. A oposição ao PSD, geralmente com uma retórica raivosa, visava ao quê? A tomar o poder, o que era legítimo. No entanto, não soube governar nas duas vezes em que teve oportunidade para isso – de 1955 a 1958 e de 1962 a 1966. E se nesses períodos houve troca de pessoas nos postos-chave do governo, o que sempre se revelou imprescindível e saudável em um regime democrático, nem por isso as camadas populares obtiveram avanços sociais significativos ou foram beneficiadas de forma permanente. Ao se fazer essa afirmação, não se quer desmerecer o idealismo de muitas lideranças trabalhistas ou udenistas. Mas, em geral, elas não estavam à altura do momento histórico, como acontecia com os dirigentes pessedistas, cujo nome predominante, deve-se reiterar, era o de Carlos Lindenberg. Assim, devemos concordar com Gramsci quando sublinha que as "mudanças sem transformações", a tônica nessa quadra da história capixaba, são praticadas na vida política "muito mais habilidosamente pelas forças conservadoras". Enquanto Carlos sabia o que realizar com o poder, seus adversários, quando o conquistaram, não souberam o que fazer com ele...

Naturalmente havia certo intercâmbio entre esses dois grandes blocos políticos, que não eram tão estanques e separados como pode parecer à primeira vista. Existiam pessoas ligadas ao sindicalismo dentro do PSD, da mesma forma que existiam indivíduos de origem elitista entre seus adversários, como o próprio Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, grande fazendeiro em Guaçuí.

Nas décadas de 1940 a 1960, constata-se em linhas gerais que os integrantes do PSD, ao deterem o controle do executivo estadual, o colocaram a serviço dos seus interesses de classe, pois para isso mesmo é que se lançavam ao embate político. Mas, com raras exceções, não deixaram que a máquina estatal do Espírito Santo fosse utilizada para a consecução de objetivos subalternos, limitados a grupos, como o inchamento do quadro de servidores, ou o aumento de despesas, sobretudo as de custeio improdutivo, que comprometessem o bom desempenho da administração pública e a realização dos investimentos

então requeridos. Já as oposições, ditas "democráticas", ao assumirem o poder nas duas ocasiões antes indicadas, utilizaram o aparelho regional do Estado para promover o empreguismo, para fazer desmandos com o dinheiro público e, pior de tudo, para desperdiçar reais oportunidades de promover o desenvolvimento estadual.

Tudo isso está sendo dito aqui na tentativa de mostrar aos leitores como este trabalho de Amylton de Almeida, mesmo não sendo, como afirma seu próprio autor, um livro de história no sentido estrito, possibilita-nos conhecer diversos e ricos processos históricos que se confundem com a vida e a obra de um líder influente na política espírito-santense por muitos anos.

* * *

Apesar de serem tratadas com mais minúcia nesta obra, outras passagens decisivas na carreira política de Carlos Lindenberg devem ser ressaltadas.

Após o período de 1940 a 1945, caracterizado por curta passagem pela advocacia, e também por ocupar cargo relevante na justiça trabalhista, outro momento decisivo da vida pública de Carlos Lindenberg acontece na fulminante campanha de pouquíssimos dias que empreendeu para ser eleito primeiro governador constitucional do estado do Espírito Santo, em 1947. Aqui temos também um embate eleitoral resolvido de forma satisfatória e em pouco tempo. Qual era esse segredo de Lindenberg? Sua constante disponibilidade para a política, que exercia de forma integral e não amadorística, de maneira permanente, 24 horas por dia, sete dias por semana, em todos os meses do ano. Se sua estreia na vida pública se deu nos quadros da interventoria Bley, nem por isso Lindenberg ficou amarrado aos ditames da Era Vargas. Com a redemocratização de 1946, os tempos eram outros e ele soube interpretá-los a favor do seu grupo. A vitória para a governadoria, passagem bem descrita por Amylton, correspondeu à situação em que o eleitorado e as forças estaduais entenderam ser mais importante consagrar o projeto ligado a um líder comprometido pessoalmente com o estado, ao contrário do senador Atílio Vivacqua, intelectual e advogado de projeção, mas que morava e trabalhava no Rio.

Outro momento importante na vida de Carlos Lindenberg foi a aquisição em 1949, por interposta pessoa, do jornal *A Gazeta*, veículo para apoiar a linha político-partidária adotada por seu proprietário e correligionários. Nos anos seguintes, Lindenberg transformou o jornal em empresa superavitária, com ajuda do seu cunhado Eugênio Pacheco de Queiroz; mais tarde, esse empreendimento deu origem ao grande complexo de comunicação, a Rede Gazeta.

Em 1950, Carlos Lindenberg se elegeu senador e ajudou a fazer Jones dos Santos Neves seu sucessor na governadoria. A derrota do PSD frente ao grupo capitaneado por Chiquinho no pleito seguinte, em 1954, foi encarada por Lindenberg como um desastre eleitoral: aceita o desafio e é eleito novamente governador do estado em 1958, no que são momentos também decisivos em sua carreira política.

Lembro-me bem da festa noturna que foi a inauguração da avenida Beira-Mar em Vitória, em meados de 1962 – a iluminação moderna com os postes semelhantes aos existentes em Brasília e os motoristas buzinando alegres num grande engarrafamento que não existia na cidade daquele tempo. Poucas semanas depois, Lindenberg renunciou ao mandato de governador para se candidatar ao Senado pelo PSD. No auge do prestígio político, cometeu o maior erro da sua carreira, do qual se arrependeu até o fim da vida: não tanto pela derrota da sua candidatura ao senado, mas pelo fato de, renunciando ao mandato de governador, ter permitido que de novo tomassem o poder estadual políticos adversários – muitos considerados por ele incompetentes, demagogos, corruptos ou tudo isso junto. É bem possível que essa derrota do PSD em 1962 tenha sido o ponto de inflexão na vida pública de Carlos Lindenberg.

Sua eleição em 1966 para senador pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA constituiu justa homenagem do povo espírito-santense ao homem que durante tantos anos foi sua liderança política maior.

* * *

Aquele "projeto político-amoroso" carlista era detentor de uma forte e destacada marca: a fidelidade. Essa característica estava sempre presente nas ações de Lindenberg e se apresentava em diversas modalidades.

Em primeiro lugar, a fidelidade a si mesmo – aos seus ideais e ideias, às suas origens, aos seus sentimentos. Tudo reunido numa só e mesma realidade e identificado com a fidelidade à família. É muito comum as pessoas idealizarem as lideranças políticas e a elas atribuírem características de super-homem, de todo-poderoso. Mas, como sabemos, os políticos são também humanos. Ao longo do relato escrito por Amylton, essa dimensão humana de Carlos Lindenberg nunca é esquecida. Ele tem indecisões, sofre, se desespera, chora. Nessas horas de angústia e de dor, o apoio da família mostrou-se imprescindível. Assim, a mútua fidelidade dele à família e desta a seu chefe é uma dimensão integrante do "projeto político-amoroso" cumprido pelo líder capixaba. Projeto de uma existência inteira que tudo engloba, tudo submete, a todos seduz e que não se divide com nada – dele seus familiares participaram de maneira total. De fato, e como pode ser comprovado em diversas passagens desta obra, é muito forte e decisiva a presença da família de Carlos Lindenberg nos seus destinos políticos. Ela constituía o seu ponto de equilíbrio em todas as horas, o refúgio nos momentos difíceis e, sobretudo, evitava que perdesse contato com a realidade cotidiana. Lindenberg era uma pessoa simples que gostava desse lado simples da vida, do convívio em família, e que confiava nas pessoas do seu círculo íntimo. Em seu segundo governo, o filho Carlos Fernando ocupou na administração estadual um cargo de pequena remuneração, complementada pelo pai, e foi seu braço direito, conforme se depreende deste relato de Amylton.

Em seguida, deve ser relembrada a fidelidade de Carlos Lindenberg aos princípios do seu partido, o PSD. É fácil explicar tal compromisso partidário: ele não ingressou sim-

plesmente num partido, como é muito comum nos dias de hoje, em que certos políticos não estabelecem laços duradouros com a agremiação a que pertencem e, visando à consecução de interesses imediatos ou menores, trocam de partido como quem troca de camisa. Nas duas ocasiões em que ajudou a estruturar no Espírito Santo um partido político – em 1933 o PSD de âmbito estadual, e em 1945 a seção capixaba do PSD nacional – Carlos o fez desde a base: organizou-os de maneira orgânica, compromissada, "amorosa" por assim dizer. E mantinha com seus correligionários uma relação estreita, personalista mesmo, de modo a reiterar o seu compromisso de lealdade partidária, sempre coerente com a fidelidade a si próprio e aos seus ideais. Era proverbial sua memória para guardar fisionomias e nomes de eleitores, o que significava cultivar um hábito que respeitava e valorizava o cidadão, e com ele estabelecia um relacionamento afetuoso. E nisso também teve sorte: nos mais de quarenta anos em que fez política de forma ininterrupta, a população do estado cresceu, mas não a ponto da explosão demográfica que veio depois, justamente na década de 1970, quando ele já estava afastado das lides eleitorais. Para sintetizar esse seu compromisso com o partido, os aliados e os eleitores, podemos repetir a frase do militar e político Carlos Marciano de Medeiros, o Carlito Medeiros, correligionário e depois adversário do nosso ilustre biografado, que pode muito bem ser tomada como uma apreciação definitiva sobre sua postura política: "O Carlos nunca traiu!"

Lindenberg elogiava de maneira reiterada certo procedimento dos antigos coronéis; e o que à primeira vista pode parecer uma posição retrógrada é, na verdade, a reafirmação de um princípio ético – manter a palavra empenhada. No decorrer da sua atuação como líder, e nas muitas entrevistas que concedeu após se ter retirado da vida pública, não disfarçava ou se envergonhava ao proclamar a boa qualidade de certas atitudes que testemunhou na Primeira República: o cumprimento dos acordos celebrados pelas lideranças locais, os chamados coronéis, que costumavam honrá-los e, desse modo, conferiam certa estabilidade ao jogo político, mesmo que realizado por meio de composições intraoligárquicas. Da mesma forma, elogiava nesses antigos políticos a defesa intransigente dos interesses dos homens do campo, fossem eles pequenos colonos, muito comuns em nosso estado, ou principalmente grandes proprietários; o respeito devido aos adversários, que eventualmente se poderiam transformar em amigos; e, sobretudo, o tratamento educado e atencioso dispensado aos aliados. Cada um destes itens, se desdobrado, poderia servir como tema para um ensaio de história política.

Falemos ligeiramente de um deles: o cumprimento do que foi ajustado ou prometido em termos políticos, atitude que nos dias de hoje pode soar dispensável ou ridícula para alguns homens públicos, mas era norma muito valorizada ao tempo em que nosso biografado começou a atuar na cena partidária. Ao afirmar, por exemplo, que se comprometera a levar energia elétrica para a cidade de Anchieta de forma a resgatar promessa feita a seu padrinho, o bispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Lindenberg não utilizou mero recurso retórico. Procedeu dessa maneira porque empenhara sua palavra para a execução do empreendimento. Acerca desse episódio, já ouvi depoimentos espontâneos de pessoas com

mais de oitenta ou noventa anos de idade, nascidas e criadas naquela cidade, que corroboram as palavras do biografado. Assim, a versão aqui contada coincide com testemunhos independentes e contemporâneos aos fatos, o que a torna veraz.

Por último, e não menos importante do que as outras duas modalidades, mencionemos sua fidelidade às aspirações das elites e da população espírito-santense. Carlos Lindenberg nunca escondeu de ninguém que o seu projeto político era vinculado à defesa dos interesses das elites econômicas, compostas de fazendeiros, comerciantes e empresários. Ele acreditava sinceramente que agindo assim, que incentivando o investimento feito pelos detentores do capital, estaria também ajudando os trabalhadores e, por consequência, promovendo o progresso da sua terra, o desenvolvimento harmônico de todo o povo capixaba. Para Lindenberg, a política se fazia com propósitos definidos como esses e com muito realismo, que deviam sobrepor-se a considerações teórico-ideológicas, a aspirações idealistas ou a tinturas bacharelescas. Coerência sempre esteve presente no seu percurso de homem público, pois não se dobrava a injunções políticas mesquinhas. E que coerência seria essa? O caminho do meio – evitando os extremismos políticos num período em que predominavam, tanto à direita quanto à esquerda.

* * *

São várias as leituras que podem ser feitas desta obra. Uma delas privilegia os casos pitorescos, de que estão repletos os depoimentos do próprio biografado, de seus familiares e amigos. Acredito que considerar este livro um mero apanhado de situações e passagens anedóticas sobre a vida de um importante político capixaba não passa de observação ligeira, quando não maldosa. A fixação para a posteridade desses casos inusitados é importante por diversas razões. A primeira se relaciona ao registro dos costumes da época – por exemplo, o flerte entre moças e rapazes na praça Costa Pereira. A segunda diz respeito ao que se poderia chamar de parte do "folclore" da família Monteiro Lindenberg, em que se confundem ações de convívio cotidiano e de natureza pública: todas elas nos informam acerca da face humana, calorosa e mesmo comum do biografado e do seu círculo de familiares, amigos, aliados e conhecidos; enfim, do seu *entourage*, do meio em que viveu e conviveu. Outra razão da importância desta abordagem feita pelo livro de Amylton, talvez a mais significativa do ponto de vista historiográfico, se prende ao fato de que por trás de cada brincadeira, de cada caso cômico, de cada situação esdrúxula ou mesmo inverossímil *pode-se vislumbrar a dimensão política maior*.

E aqui estamos na esfera de outra leitura possível para este trabalho. A dimensão do estadista Carlos Lindenberg se confunde de maneira indissociável com seu comportamento político cotidiano: ele recebe o governador da Bahia para resolver questões de limites entre os dois estados; recepciona o embaixador do Japão para discutir investimentos ligados à rizicultura; mas não descuida de atender os correligionários que tinham de ser prestigiados nas horas mais angustiosas (enterro de um ente querido) ou mais alegres (bailes, inaugurações, visitas ao interior do estado, que percorreu de alto a baixo). E considera-

va que a contra-hegemonia estava sempre presente; os adversários trabalhando de forma constante para alcançar seus objetivos. Todas essas situações podiam gerar casos divertidos, dar origem a ditos engraçados ou mesmo enriquecer o anedotário político. Devemos, mais uma vez, recorrer à teoria gramsciana para entender tais procedimentos naquela conjuntura da história capixaba:

> A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. *Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política*. Cf. Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 21, grifo meu.

Como agora podemos constatar com o auxílio do texto de Amylton, essas brincadeiras e casos curiosos, que envolvem adversários e amigos e correspondem à pequena política que então se fazia no dia-a-dia da administração estadual, não devem evitar que enxerguemos a grande política promovida nessa época para a defesa e eventual reforma da estrutura econômico-social vigente no Espírito Santo.

Praticando a pequena e a grande política no seu estado, Carlos Lindenberg continua a nos oferecer ensinamentos. Citemos somente dois: em primeiro lugar, seu permanente compromisso com a ética; em seguida, o nítido sentido pragmático-realista com que moldou muitas de suas ações e que se confunde com o conceito de *virtù* empregado por Maquiavel – capacidade de o homem público, apesar das determinações do destino (a *fortuna* para esse pensador florentino), tomar atitudes necessárias para permanecer no poder e cumprir seu projeto de governo, isto é, "manter seu estado e realizar grandes feitos".

Nesta altura, devo também oferecer um testemunho. Muitas das histórias relatadas nos depoimentos que recheiam esta obra, eu mesmo as ouvi das pessoas que as vivenciaram: de Waldemar Mendes de Andrade, que deixava seu gabinete de secretário do Interior e Justiça e atravessava a rua para ir conversar com os servidores do Arquivo Público, repartição na qual eu trabalhava, então sediada à rua Pedro Palácios na Cidade Alta em Vitória, e relembrar casos sobre Carlos Lindenberg, ainda vivo à época; de Milton Caldeira, servidor modelar do estado, amigo querido a quem visitava regularmente na Casa Civil para saber das novidades do passado e do presente espírito-santenses; e de Netinha, Maria José Salles de Sá, que em bate-papos antes das reuniões no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo me contava as angústias por que passou Lindenberg no seu segundo governo, de quem foi secretária particular. E, assim, confirmo indiretamente a veracidade e procedência de muitas desses depoimentos, por estarem aqui transcritos com uma variação mínima de como me foram relatados, e pelo fato de tê-los conhecido por meio de conversas informais, sem o propósito de se transformarem em testemunhos para a história. Quanto ao episódio em que o secretário da Educação Arnulfo Matos recusa indignado uma insinuação de suborno, dele tomei conhecimento por intermédio de con-

versas familiares, em que era enfatizado o caráter honesto, prudente e mesmo austero desse digno homem público, meu tio-avô.

Também sou testemunha da maneira de agir do biografado, como referido em algumas passagens deste livro. Certa ocasião, Carlos agradeceu em cartão de próprio punho convite que lhe fizera para comparecer a uma cerimônia, justificando sua ausência. De outra vez, encontrando-me com ele na calçada em frente ao Arquivo Público, perguntei-lhe por que não mandara imprimir com mais detalhes e fotografias os relatórios dos seus governos. Ele respondeu-me de modo educado e paciente que, na época, a situação financeira do estado era muito precária, o que não permitia gastos que considerou supérfluos; e acrescentou que realmente se arrependia de não ter feito tais relatórios mais completos e ilustrados, à semelhança daqueles elaborados pelos governos dos seus tios Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos.

* * *

Mas o político Carlos Lindenberg também tinha seus senões. Os mais comuns talvez tenham sido alguma credulidade no trato com os aliados e amigos e determinado paternalismo em relação aos eleitores. Devo sublinhar: credulidade e não ingenuidade. Essa atitude até certo ponto crédula de Lindenberg perante vários de seus aliados está presente em passagens desta obra em que relata traições políticas por ele experimentadas. Logo nos vem à mente outra frase significativa do filósofo italiano já muito citado aqui e que nos ajuda a entender as reações de espanto e mágoa referidas pelo próprio Lindenberg quando descreve as situações de deslealdade que sofreu por parte de correligionários. Assegura Gramsci: "Se um inimigo lhe causa um dano e você se lamenta por isto, você é um estúpido, porque é próprio dos inimigos causar danos. Mas, se um amigo o prejudica, justifica-se o ressentimento" (op. cit., p. 311).

O paternalismo que Lindenberg praticou em relação a eleitores e mesmo conhecidos é possível explicar pelo extremo amor que nutria em relação ao seu estado e por tudo que lhe dissesse respeito. Era um espírito-santense *radical*, no sentido de possuir suas *raízes* afetivas bem fincadas em nossa terra, e lutava com todo empenho para o engrandecimento do Espírito Santo. Se um capixaba estivesse passando por uma situação de necessidade material, ou precisasse de ajuda para se encaminhar na vida, ou dependesse de um pedido político para ter reparada alguma injustiça sofrida, então Carlos Lindenberg costumava agir, dentro das possibilidades. Até alguns membros do velho PCB (Partido Comunista Brasileiro) podiam ser chamados de "seus comunistas". E por quê? Apesar de seguirem ideologia contrária à que professava, eram acolhidos por Lindenberg por serem antes de tudo cidadãos espírito-santenses, idealistas, de origem humilde, a quem competia proteger ou amparar.

* * *

A divulgação desse trabalho de Amylton de Almeida será benéfica para muitos espírito-santenses. Em especial para os mais novos e para os que vieram morar no estado

recentemente e se consideram capixabas de coração, pois terão chance de conhecer o lugar proeminente ocupado de forma merecida por Carlos Lindenberg na história do Espírito Santo. Ao ouvirem falar do porto de Tubarão, por exemplo, não mais ignorarão que o descortino administrativo do biografado ajudou e muito para que o governo federal levasse a bom termo tal empreendimento. Lindenberg era um administrador de visão em muitas áreas: o engenheiro elétrico Cesar Abaurre, já aposentado, testemunha que no seu segundo governo ele desencadeou programa consistente de eletrificação rural, sobretudo em áreas do norte do estado desprovidas de energia elétrica.

Para os capixabas que conheceram pessoalmente Carlos Lindenberg, este livro representará um momento de recordação e de saudade. Há pouco tempo, comentando com Rachide Daher Santos, competente cirurgiã-dentista, que colaborava para a edição desta biografia, ela se lembrou com carinho do notável político capixaba. Ainda pequena o conhecera na casa do seu pai, Antonio (Tonico) Daher, comerciante e chefe político em Nova Venécia, onde Carlos se hospedava quando em campanha eleitoral na região. Era de manhã, e ele fazia tranquilamente a barba com uma navalha em frente ao espelho, junto à pia existente no lado de fora do banheiro social. E a menina Rachide ficou ali vendo os gestos daquele homem imponente, e o encheu de perguntas, a que ele respondia com calma e tranquilidade. Depois, à mesa do café, ele se demorou em conversação com Tonico Daher, sempre amassando com os dedos um pedaço de miolo de pão, do qual fez um pequeno cubo; em seguida, retirou uma caneta do bolso, marcou em cada face os pontos adequados, e ofereceu à filha do correligionário um dado pronto. Esses eram gestos e métodos de se fazer política, bem distantes dos atuais horários eleitorais televisivos.

Os críticos de plantão, e sempre os há, tentaram argumentar sobre a inutilidade de publicar os originais de Amylton de Almeida, tendo em vista ter sido impresso um resumo deles, o livro *Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder* organizado por Antônio de Pádua Gurgel; e considerando que também já foi editada, com o título *De viva voz*, a entrevista concedida por Carlos Lindenberg no IHGES e transcrita pelo historiador Luiz Guilherme Santos Neves. Sem contar o oportuno e belo depoimento prestado por dona Maria Lindenberg a Lia Neiva e publicado em 2008 sob o título de *Parabéns para você*. Ocorre que a presente obra nos oferece uma visão mais completa e abrangente do que aquelas citadas sobre a história da vida e da atuação política do nosso homenageado.

Este livro é um ponto de partida – apresenta a versão do biografado, de quem participou dos acontecimentos narrados, versão que fazia muita falta em nossa historiografia. Cabe aos estudiosos dos temas espírito-santenses, sobretudo aos historiadores, fazer o confronto com outras interpretações dos fatos, metodologia geralmente adotada nos estudos históricos. Com isso, se busca o correto equilíbrio, o ponto mais próximo possível do que se estabelece como "verdade" histórica. Nesse aspecto, a obra de Amylton também sobressai por ter dado conta do recado: eis aqui uma explicação dos acontecimentos; outros autores que apresentem novas considerações a respeito dos temas tratados.

O presente estudo possui outros méritos: por um lado, humanizar um "monstro sagrado", um mito da política espírito-santense, apresentando o lado prosaico, comum da sua vida. Por outro, permite que as pessoas desinformadas – conhecedoras de Carlos Lindenberg por ouvirem falar, ou por seu nome designar uma grande avenida em Vila Velha, um município pequeno do estado, a nova ponte em Vitória – fiquem sabendo os motivos de ser ele considerado um estadista espírito-santense.

Quer se goste da figura política de Carlos Lindenberg, quer se tenha alguma restrição às suas ações, um aspecto não pode ser ignorado: sua presença ficará nos registros da vida capixaba de forma imorredoura. Assim, não se poderá escrever a história espírito-santense de boa parte do século XX sem se fazer um balanço dos prós e contras que representou nos nossos destinos essa liderança ímpar.

* * *

Na organização desse livro foram adotados diversos procedimentos. Algumas passagens, naturalmente devido à pressa com que Amylton as redigiu, ele que era detentor de excelente e ágil texto, continham repetições de palavras e expressões ou sintaxe truncada, e tiveram que ser reescritas, sempre respeitando o sentido original. Este trabalho, apesar das restrições impostas pela ausência do autor, foi realizado por Reinaldo Santos Neves, antes na qualidade de editor que de simples revisor do texto, com a competência e o cuidado que lhe são peculiares; ainda mais por ter convivido com Amylton, de quem já fizera a revisão de outra obra: *Autobiografia de Hermínia Maria*. Mantiveram-se os espaços em branco utilizados pelo autor para mudar de tema dentro de um mesmo capítulo; mas os originais, compostos de antigas laudas de jornal – datilografadas e muito emendadas –, estão num estágio que não permite estabelecer com segurança todas as passagens nas quais esse recurso foi empregado por Amylton, que não fez a revisão final da sua obra. A ortografia foi atualizada, bem como se fez o cotejo das citações com os textos de onde foram extraídas, quando isso se revelou possível. As poucas notas com a referência (AA) são do autor; aquelas identificadas com as iniciais (EFS) são do historiador Estilaque Ferreira dos Santos; e as que trazem no final as letras (FA) são de minha autoria; e lamento não ter tido acesso a fontes orais e documentais que possibilitassem oferecer ao leitor informações básicas sobre a vida de muitas pessoas citadas, especialmente se capixabas. Diversas expressões, designações e datas manifestamente equivocadas foram corrigidas sem qualquer registro, com exceção de uns poucos casos, assinalados em nota para servirem de amostra referente ao extenso trabalho de correção feito no texto de Amylton.

Agradecemos a Jeanne Bilich e Sérgio Blank pelos contatos iniciais para organização deste livro, e a Linda Kogure, que escaneou e digitou o texto de Amylton a partir de fotocópia dos originais. Agradecemos também a dona Maria Queiroz Lindenberg, que gentilmente escolheu fotos do seu arquivo familiar e as cedeu por empréstimo, permitindo que, após nova seleção, diversas imagens integrassem este livro. Os agradecimentos também são devidos a Cilmar Franceschetto, diretor técnico do Arquivo Público do Estado, e

às servidoras Juliana Sabino Simonato, Ivana Araújo e Patrícia do Carmo pelas facilidades proporcionadas para consultar e reproduzir dezenas de negativos do riquíssimo acervo fotográfico relativo aos dois governos de Carlos Lindenberg custodiado na entidade, de modo a valorizar a obra de Amylton de Almeida; deve-se consignar aqui que a referida consulta foi feita de forma rápida e limitada devido às atuais condições de atendimento do Arquivo Público que passa por ampla reforma em sua nova sede. O *Caderno de Imagens* inserido neste volume, mesmo incompleto por ter sido organizado às pressas (por exemplo, não foram localizados os negativos que retratam as visitas de Jango Goulart ao estado no início dos anos 1960), tem outra utilidade além daquela de proporcionar ao leitor uma viagem no tempo por meio de fotos de época – muitas narrativas e passagens relatadas pelo biografado encontram sua correspondência e testemunho nos registros fotográficos. Cilmar também concordou com nossa sugestão – à semelhança do que já ocorrera com as obras de Levy Rocha e José Teixeira de Oliveira – de este volume integrar a Coleção Canaã daquela prestigiosa instituição. Mas agradecemos, sobretudo, a Cariê Lindenberg por ter compreendido a importância de divulgar estes originais para o público. Ele honra a memória do pai e, apesar de não ter feito carreira política, é um vitorioso não somente como empresário, mas também como protagonista em nossa vida pública: muito contribuiu para transformar o jornal *A Gazeta* em um grande conglomerado de comunicação, verdadeiro patrimônio espírito-santense, a Rede Gazeta – voz poderosa no cenário político capixaba, por sua imparcialidade e independência em face de governos ou agremiações partidárias.

* * *

O padrinho deste livro é o cientista político e empresário João Gualberto Moreira Vasconcellos: a edição dos originais de Amylton de Almeida se deve em grande parte à sua persistência. Há muitos anos, tenho notícia dos elogios que faz ao trabalho, demonstrando a autoridades e pesquisadores o seu valor para nossa historiografia. Ele se utilizou largamente desse texto como fonte do seu livro *A invenção do coronel*, em que Carlos Lindenberg é apresentado como um coronel dos coronéis, ou um coronel de novo tipo, ao contribuir para renovar a política capixaba nos anos de 1930 a 1960. A pregação de Gualberto por ceca e meca com objetivo de publicar esta pesquisa teve um final feliz, e por isso ele também merece o reconhecimento da comunidade espírito-santense.

A família Lindenberg, ao oferecer ao público uma obra que valoriza a história do seu patriarca, na verdade realiza uma espécie de restituição: Carlos Lindenberg, muitas vezes consagrado nas urnas pelo povo capixaba, a este mesmo povo retorna na dimensão da história, por meio de um livro que retrata com fidedignidade a existência do homem e a obra do estadista, ambas guardando inteira atualidade para os cidadãos e políticos do nosso estado. A família Dias de Almeida também entendeu a importância deste trabalho, inédito há mais de vinte anos, convém repetir, e não negou sua colaboração para que fosse divulgado; assim fazendo, dignifica a memória de Amylton Dias de Almeida, que legou ao Espírito Santo uma obra importante como jornalista, cineasta e escritor.

Não podem ser esquecidos os esforços do governador Paulo César Hartung Gomes, do vice-governador Ricardo de Rezende Ferraço e da secretária de Cultura Dayse Maria Oslegher Lemos em valorizar as manifestações culturais capixabas: eles se dedicaram com afinco para estabelecer uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, à qual o Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo soube corresponder, criando o Instituto Sincades, partícipe nesta edição. Aqui temos uma síntese da vida de Carlos Lindenberg, homem público que também se distinguiu no meio empresarial e no relacionamento com a coletividade. Certamente se vincula à sua vida e à sua obra a lição fundamental que permanece após a leitura deste proveitoso livro: quando o poder público, o empresariado e a sociedade civil trabalham em harmonia, com competência e visando ao bem comum, é possível construir uma era de paz, prosperidade e sucesso para todos.

Vitória, 13 de dezembro de 2009.

Fernando Antônio de Moraes Achiamé
Pesquisador Associado
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (PPGL – Ufes)

Prefácio

Esta narrativa biográfica é essencialmente jornalística. Isto é, baseia-se numa série de entrevistas feitas, a partir de fevereiro de 1980, por Maria Henriqueta Lindenberg Monte, com seu pai, Carlos Lindenberg, na Fazenda Três Marias, em Linhares. A ela se acrescentou uma série de outras entrevistas com o próprio biografado, com membros de sua família e com as pessoas que conviveram com ele durante os dois governos.

O objetivo foi expor o homem e também o estadista, ou seja, o homem que se tornou conhecido por feitos notáveis na direção do estado, durante dois mandatos; o homem que se manteve fiel a um partido durante toda a vida política; o político respeitado pelos adversários, que unanimemente lhe reconhecem a energia e a capacidade, assim como a tolerância democrática. Ao longo desta narrativa o leitor compreenderá tudo isso, percebendo-lhe a coerência não só partidária, mas também comportamental – e, igualmente, o humor. Por isso este livro está recheado de histórias. Não são muitas as do período do primeiro governo, porque a maioria dos envolvidos já morreu. Já o segundo governo reserva as melhores histórias, todas revelando o caráter e a sobriedade do biografado.

A história principal começa em 1530 e vai até 1988, envolvendo centenas de personagens, principalmente imigrantes alemães, portugueses, italianos e africanos. Para situar melhor o leitor na história de duas famílias, os Monteiro e os Lindenberg, registraram-se os acontecimentos mundiais, nacionais e regionais, entremeados com os particulares – mesmo porque, de uma forma ou de outra, todos estão intrinsecamente ligados. Algumas histórias públicas foram confirmadas por duas ou mais fontes. A da posse de Jerônimo Monteiro, em 1908, por exemplo, surgiu, truncada, em algumas entrevistas, até que, juntando-se detalhes, apareceu inteira e límpida. Por isso, restringi as notas de rodapé às situações em que foi preciso esclarecer um fato ou omitir nomes por solicitação das fontes (citadas, no entanto, em ordem alfabética, na bibliografia). As demais fontes de referência também estão listadas no final do volume.

Muitas vezes mantive o depoimento conforme foi registrado – principalmente por uma questão de clima, para manter os regionalismos, as expressões interioranas, o calor e a intimidade da frase, o que sempre – no caso deste livro – revela características da personalidade do biografado, que o leitor, tenho certeza, aprenderá a admirar, como aconteceu comigo ao longo do trabalho. Porque, afinal, esta é a história do Espírito Santo do ponto de vista de duas famílias e, depois, de um homem a quem a palavra dignidade se pode aplicar sem soar deslocada. Algumas vezes respeitei a lenda não só no caso do biografado, mas igualmente dos personagens circunstanciais – mesmo porque, como queria Oscar Wilde, não se deve nunca destruir as lendas: "através delas temos uma vaga ideia da verdadeira fisionomia de um homem".

A generosidade e a elegância de muita gente foram fundamentais durante a elaboração deste livro. Quero agradecer a Djalma Eloy Hees, que, mesmo com muita dificuldade,

tentou lembrar-se de detalhes preciosos; pelo mesmo motivo, a Lauro Pinheiro, também de Cachoeiro de Itapemirim; a Eurico Rezende, pela narração de fatos surpreendentes e, algumas vezes, extraordinários em nobreza; a Otaviano Santos, pela gentileza do empréstimo de livros raros e fundamentais para a compreensão de certo período de nossa história; a Frederico Seide, cônsul da Alemanha, pelo acesso a importantes documentos; a Maria do Carmo de Novaes Schwab, pela presteza em localizar livros raros; a Nádia Alcuri Campos Silva, da Divisão de Memória do Departamento Estadual de Cultura, pelo mesmo motivo; a Orlando Eller, por inúmeras gentilezas; a Ilza Dessaune, pelo empréstimo de algumas fotos que ilustram o livro; a Luiz Guilherme Santos Neves, Renato Pacheco e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, pela pesquisa histórica do estado e do país e pela atenção e orientação; a Gildo Loyola, pelas preciosidades fotográficas. Muito especialmente, agradeço a Maria Alice Lindenberg e a Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, pela compreensão e pelo interesse; a Graça Ruy, que possibilitou novamente meu interesse pela escrita; às minhas irmãs, Léa e Irá, pelo carinho e zelo; a Nelmir Peixoto Schneider, pela constância da amizade e pelo incentivo; e a Ademir Alves Torres, pelo empréstimo do local para redação da obra e pelo carinho e atenção constantes em nossos vinte e cinco anos de amizade.

Por causa disso tudo, este livro foi escrito com afeto, delicadeza e prazer. Espero que esses mesmos sentimentos possam ser transmitidos ao leitor.

Parte Um

Nêni

Ver erat aeternum, placidique tepentibus auris
mulcebant Zephyri natos sine semine flores
Ovídio, *As Quatro Idades*

A primavera era eterna, e os meigos zéfiros
acariciavam com o sopro tépido as flores nascidas sem semente

Capítulo Um

Fin de Siècle

Capítulo Um

Fin de siècle

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg sempre foi um fazendeiro. Não necessariamente no sentido de proprietário, de homem que cultiva a terra em benefício próprio, mas de pessoa que aprendeu "as coisas que devem ser feitas" nela. Só depois é que se poderia atribuir a ele a classificação de estadista. A agricultura expõe a sua vida íntima. A vida pública foi a exteriorização desse profundo amor à terra.

Ele teve "a quem puxar", isto é, "estava no sangue". Seu bisavô, Ludwig (Luís) Lindenberg, aos 19 anos, em 1809, ao sair do colégio de Lübeck, na Alemanha, onde nasceu, passou a praticar lavoura em Grabow, no ducado de Mecklenburg. No ano seguinte, preferiu os estudos teóricos no Instituto Superior de Agronomia de Moeglin – vila situada a 50 quilômetros de Berlim –, então sob a orientação do professor Albert Thaer, que estabelecera "novas diretrizes em todos os setores da atividade econômica alemã, graças à aplicação, na agricultura, do resultado de investigações nos domínios das Ciências Naturais". Seu pai, Johann Gaspar, era contra: afirmava que ele teria "melhores resultados técnicos e possibilidades de pronta colocação se estagiasse em boas fazendas de conhecidos".[2]

O nome Lindenberg significa *monte de tílias*. O brasão da família ostentava, em campo indiviso, uma tília sinople[3] sobre um monte sinople que se destaca de um fundo de prata. A tília é reproduzida ainda como ornato de elmo. Os Lindenberg emergem da obscuridade nas províncias da Pomerânia e de Mecklenburg, em meados do século XVI, com o registro, na cidade mecklenburguesa de Rostock, de Johann Lindenberg: tornou-o conhecido a influência que exerceu quando da implantação da Reforma naquela cidade, em 1530-31.

Pedro Lindenberg, nascido em março de 1552 e falecido em julho de 1596, destacou-se como autor da *Crônica de Rostock*, tendo recebido, por isso, o título de *poeta laure-*

2 A partir deste parágrafo Amylton procurou retratar com algum detalhe a história da família Lindenberg ainda em seus tempos de Alemanha, desde o século XVI. Para isso baseou-se no livro raríssimo de Augusto Lindenberg, *Luís Lindenberg: sua vida, sua descendência*. Gráfica Papiro, São Paulo, 1968. (EFS)

3 O termo sinople é definido na rubrica "heráldica" como "a cor negra, o negro [na heráldica francesa, a cor verde]" pelo *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, versão 1.0, dezembro de 2001. (FA)

atus. A linha ininterrupta começa com Gaspar I, nascido na Pomerânia, que chegou a ser conselheiro em Rostock. Seu filho foi pregador nas proximidades da mesma cidade. Seu neto, Gaspar II, falecido em 1664, foi comerciante em Lübeck e, de seu casamento com Elisabeth Reuter, nasceu, em janeiro de 1665, nessa cidade, Gaspar III, que ali veio a ser político prestigiado e estimado. Todos esses personagens pertenciam, principalmente, às camadas intelectuais e econômicas da burguesia.

Gaspar III, que aperfeiçoara seu conhecimento de latim e línguas orientais em Oxford e Cambridge, na Inglaterra, foi pregador da igreja do mosteiro de São João (Kirche des Johannis-Klosters) e da igreja de São Pedro (Petri-Kirche). Seus contemporâneos louvavam sua erudição e suas "prédicas cheias de ensinamentos". Eram muito lidas suas obras de "fundo confortador e dissertações sobre os mais variados assuntos". Entre essas figuram subsídios para a *Acta Nova Literaria Maris Baltici*, contendo dados mais tarde aproveitados para o estudo e a investigação da história do país. De outros estudos depreende-se que desconfiava dos israelitas. Escreveu também obras esotéricas, como *De Vitris et Poculis Ominoes* (*A respeito de bolas de cristal e copos adivinhatórios*).

Nascido em 1740, Johann Gaspar Lindenberg também foi político prestigiado e respeitado em Lübeck. Esta cidade foi fundada em 1143 pelo conde Adolfo II de Schanenburg, no local da antiga Luibice, para ser um porto no rio Trave. A "cidade das seis torres", chamada Rainha da Hansa (Associação de Comerciantes) em 1669, manteve sempre um grande comércio, nessa época o de lã, cereais e do "ouro branco", o sal de Lüneburg, além de ser famosa por seus estaleiros. As salinas se originaram do descongelamento das geleiras dos mares do norte.

Johann Gaspar perdera a mãe, Catherine Dorothea, quando tinha só dez dias de nascido e o pai, o comerciante Dietrich Gerhard Lindenberg, antes de completar nove anos. Ele e a irmã Maria foram residir com uma parenta, Gertrud Cartens, bastante idosa, que passou as crianças aos cuidados do tio Baleman, um pastor parcimonioso e de princípios severos. O que não o impediu de pagar professores particulares para o rapaz, que desejava estudar direito. Em 1758, Johann Gaspar ingressou na Universidade de Iena, na Turíngia, onde estudou também história, filosofia, matemática, economia e ciências naturais. Uma vez formado, aprimorou-se em Leipzig, voltando a Lübeck quando morreu a irmã.

Após praticar durante algum tempo a advocacia, viajou dois anos pelos principais centros europeus. Retornou a Lübeck para defender em 1765 sua tese de doutorado, *Sobre as diferenças entre o Direito Civil e o de Lübeck na questão de juramentos* (*De Differentiis Juris Civilis et Lubecencis in Argumento Juramentorum*).

Johann Gaspar casou-se três vezes. Em 1766 casou-se com Elsabe Henriette Dreyer, que morreu de um ataque cardíaco seis anos depois, deixando-o com três filhos pequenos e a saúde abalada: foi aconselhado a passar uma temporada nas montanhas do Harz, de onde seguiu para a Dinamarca. O segundo filho desse primeiro casamento, Adolph Friedrich, foi cônsul-geral hanseático em Lisboa e formou o tronco Lindenberg em Portugal.

Acometido de grande melancolia e tristeza, Johann Gaspar procurou refúgio no estudo da filosofia e do Evangelho. No livro *Diversas considerações feitas na solidão* escreveu: "O sossego do Espírito é o maior e único tesouro da Terra: quem não o conseguiu, não começou a viver." Registrou a saudade da esposa em frases que talvez prenunciassem o Romantismo, mas que também poderiam ser exemplos típicos do espírito da época: "Passar os dias em permanente alheamento e descontentamento não se chama viver, mas existir com tormento e martírio para si próprio. Toda a nossa dor e tristeza provêm do fato de perdermos prematuramente alguma coisa que certamente teríamos de perder." Ao mesmo tempo se encorajava, adotando a forma de discurso indireto: "Ninguém pode ser herói sem ter tido inimigos; por que clamais vós, cristãos, se vos assaltam sofrimentos e preocupações, perdas e inquietações? Quem entrar em campo de luta tem de lutar: se ceder, perde; se se tornar tímido, sucumbe. Somente a coragem, a persistência e a confiança em Deus dão a vitória, a coroa".

Três dias antes de completar um ano da morte da esposa, Johann Gaspar venceu a si mesmo e esqueceu o sofrimento: casou-se com Anna Maria Binder, filha de Gerhard Binder, burgomestre (prefeito) de Bergedorf. União profícua, porém infeliz: dos nove filhos que tiveram, quatro morreram em menos de cinco anos. Poucos dias após a morte da mulher, em novembro de 1790, morre em Iena o filho mais velho, Johann Heinrich, que se formara em medicina e já alugara em Lübeck um consultório. Pouco depois o filho Carlos, nascido em 1786, morria também.

Voltou a melancolia. "O terno amor para com os filhos, como me fez feliz", escreveu ele. "Mas também quanto sofrimento me causou. Que cuidados dispensei à sua educação, quantos sacrifícios fiz. Entretanto, poucas flores vi se abrirem, poucos frutos saboreei na vida. Talvez eles apareçam e amadureçam completamente na Eternidade." O tom fatalista de seu texto se justificava: sofria de reumatismo, gota e também saudades.

Charlotte Amalie Carstens não foi só enfermeira cuidadosa, que o assistiu até a morte, mas também sua terceira mulher, que lhe deu cinco filhos, dos quais três sobreviveram. Assim, Johann Gaspar voltou a trabalhar, estabelecendo um escritório de advocacia, que lhe trouxe reconhecimento público e um convite para entrar na política. Em 20 de fevereiro de 1786 foi eleito senador, ocupando várias vezes a presidência do Senado. Uma de suas primeiras realizações foi a criação da Casa de Penhores, "para pôr término à usura", prática então associada aos judeus. Em seu currículo político constam a resolução de problemas de divisas com cidades vizinhas e a criação de escolas para estudo da pomicultura e de campos experimentais e hortas para plantio de "essências convenientes". Durante catorze anos, à frente da administração financeira de Lübeck, empenhou-se no aproveitamento racional e lucrativo do patrimônio do estado, em especial regulando a exploração das matas, cuja superintendência lhe fora conferida em 1801. Presidiu em vários períodos o Supremo Tribunal.

Enquanto sua saúde permitiu, Johann Gaspar não se afastou da natureza: cuidava diariamente de seu jardim e de seu pomar. Aplicou seu conhecimento de história natural no melhoramento técnico da agricultura de seu estado. Do avô Gaspar III herdara o in-

teresse pelos estudos, pela pintura e pela música: colecionava quadros, gravuras em cobre, moedas e cristais naturais. Às vezes ficava, com colegas, até o amanhecer no pequeno observatório astronômico que haviam montado em sua residência. Até o fim da vida dedicou-se à sua coleção de pedras e cristais. Segundo seus contemporâneos, tinha tempo para tudo porque tinha tudo organizado e arrumado, adotando a máxima "um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar". Definiam-no também como homem metódico, meticuloso, enérgico e, ao mesmo tempo, alegre e brincalhão. Aos filhos dizia com frequência: "Nada adiar, crianças." Em carta aos amigos ou aos filhos, mencionava máximas: "Ora et labora et Deus aderit sine mora" (Ora e trabalha e Deus auxiliará sem demora) ou "Quem muito dorme, perde a melhor parte de sua vida a sonhar".

Mas houve um período em que teve dúvidas: foi quando entraram em voga as teorias de Kant. Tendo crescido e estudado em meios evangélicos, Johann Gaspar acreditava que a religião cristã era parte natural da vida. Kant atrapalhou-o um pouco: passou muitos anos estudando suas obras, ora escrevendo contra, ora a favor, para no final decidir-se pela certeza de sua fé evangélica: "É verdade que a fé cristã tem também suas dificuldades e obscuridades e não se pode facilmente eliminar todas as dúvidas que existem em nossos dias contra alguns de seus pontos: mas existe no mundo outra luz que ilumine melhor o nosso espírito? Que me mostre pois alguém uma religião melhor e eu logo a abraçarei."

Quase impôs uma conduta ao escrever: "Na vida moral dos homens dois são os pontos essenciais e toda a sua vida pode ser comparada a uma linha entre eles traçada; um se chama necessidade e o outro bem-aventurança; como ir de um ponto a outro sem guia? Andará às tontas, para um e outro lado, impossibilitado de chegar pela linha reta ao ponto final; como entre esses dois pontos só pode existir uma reta, que na religião é a palavra de Deus, essa deve ser a conduta para se chegar à bem-aventurança."

Na época em que Johann Gaspar escrevia essas linhas em defesa da tranquilidade e da felicidade, Lübeck, após quase trezentos anos de estagnação, voltava a progredir como cidade comercial. Erguida numa baía entre os rios Trave e Wakenitz, a cerca de sessenta quilômetros de Hamburgo, na Idade Média fora capital da Liga Hanseática e excelente porto no mar Báltico. Era também famosa por suas igrejas góticas, construídas no século XIII. Os dinamarqueses a haviam ocupado em 1801.

No dia 2 de agosto de 1805, Johann Gaspar Lindenberg foi eleito burgomestre de Lübeck. Porém, Napoleão marchava sobre o norte da Europa. Dirigindo-se ao Senado, Johann expôs a gravidade da situação, pedindo que os senadores agissem "com decisão viril e ânimo inabalável". Menos de um ano depois, em 6 de novembro de 1806, as tropas francesas ocupavam e saqueavam a cidade, incorporando-a ao império francês. O Senado foi fechado em fevereiro de 1811 e o prefeito substituído por duas comissões, uma de Justiça e outra de Administração. Johann Gaspar permaneceu na presidência desta última até agosto, quando, com a imposição total da administração francesa, afastou-se de volta à vida privada.

Em consequência da derrota de Napoleão na Rússia, os franceses desocupam Lübeck em 19 de março de 1813. Logo Johann Gaspar recebe a visita de deputados que o convidam, assim como a seu imediato Tedsdorff, a reassumir o cargo. Relatos da época informam que, "no trajeto, a população radiante desatrela os animais da carruagem, conduzindo em triunfo os dois anciãos à prefeitura e depois a suas residências". Assegurada a liberdade, reorganizada a administração e implantada a paz na cidade, "Johann Gaspar, não querendo adotar inovações administrativas e sentindo a redução gradativa da saúde, aceitou a oferta de seu colega, parente e amigo Tedsdorff para substituí-lo na prefeitura, o qual assumiu a administração em junho de 1813".

Não o fez sem recompensa: "pelos grandes serviços prestados à cidade, recebeu o título de 'Burgomestre Vitalício'". Pouco depois abandonou também o Senado, gerindo seus negócios sem sair de casa, em especial a administração das igrejas e fundações beneficentes de Lübeck e a Superintendência da Biblioteca do estado, "cujo prédio ampliou, completou obras célebres e adquiriu muitas outras novas". Morreu, após dois meses de muito sofrimento, em 28 de abril de 1824.

Em que medida Ludwig Lindenberg era diferente do pai? O que o teria levado a imigrar para o Brasil, cinco anos após a libertação de Lübeck? Primeiro, o senso de aventura e de ação; segundo, a fome, uma consequência da guerra.

Os princípios da Revolução Francesa de 1789 – liberdade, igualdade, fraternidade – marchavam com os exércitos de Napoleão, levados ao povo da Itália entre 1796-97 e aos da Alemanha e da Polônia nas campanhas de 1805-07. Mas às recepções calorosas de que inicialmente era alvo o Grande Exército logo se seguiu uma hostilidade geral nas nações ocupadas. Londres era o centro da violenta propaganda antinapoleônica, mas mesmo na França cartazes e caricaturas, alguns postados até nas paredes das ruas, mostravam que o império crescia enquanto decrescia a popularidade do "Monstro Napoleão". À medida que continuava a fazer a guerra, Napoleão necessitava de mais e mais jovens para seu exército; no campo e nas montanhas, os desertores se multiplicavam. Alguns jovens chegavam a mutilar-se para não serem convocados. Ironicamente, o conquistador tornou-se popular porque surgira a princípio como "mensageiro da paz". Não prometia estabelecer a paz apenas nas fronteiras, enfrentando a coligação antifrancesa de reis e imperadores europeus, mas também na França. Essas duas promessas uniriam todas as classes e partidos. "Não sou revolucionário ou aristocrata, sou um nacionalista", afirmava.

Ludwig Lindenberg não se mutilou quando Lübeck e o Norte da Alemanha passaram a fazer parte do império francês. Atingido pela conscrição militar francesa, preferiu, porém, como a lei permitia, apresentar um substituto. Não sem contratempos e dissabores para seu pai: por fuga dos substitutos apresentados pelo filho, Johann Gaspar foi obrigado a pagar cinco mil táleres (um táler = três marcos). Em março de 1813, após a derrota de Napoleão em Moscou, os franceses se retiraram da região e, para prevenir eventuais incur-

sões dos invasores, formou-se a Legião Hanseática, à qual Ludwig se filiou, chegando ao posto de tenente. Vestindo a farda dessa legião fez pintar seu retrato.

Porém a ação foi substituída pela melancolia e pela possibilidade da fome. O império de Napoleão, amalgamando a velha ordem e as conquistas da Revolução, não significava um retorno ao passado, mas sim uma legitimação militar da ordem social nascida com a Revolução: a ascensão da classe média. Ele representava uma segurança contra o passado, contra a desordem da monarquia e da Revolução, mantendo a estabilidade. Depois do tormento da Revolução, ele era a ordem. Sob o império, a sociedade, que durante certo tempo conheceu uma moda de igualitarismo, tornou-se novamente uma coleção de hierarquias claramente definidas. A sociedade, antes de 1789, se baseava em classes que viviam de acordo com princípios imutáveis.[4] Após a Revolução, consolidada por Napoleão, crescia a classe média, que reconhecia na segurança um princípio básico. Dinheiro, renda, vendas – esses elementos, característicos do sistema capitalista, perpassavam cada aspecto da vida diária. Stendhal escreveu: "O banco é a cabeça do estado. A classe média substituiu a aristocracia, e o banco é a nobreza da classe média."

De março de 1810 a setembro de 1813 a família Lindenberg enfrentou uma situação até então inédita: a falta de mantimentos e as dificuldades de transporte deixaram claro que havia uma situação angustiante no país. Johann Gaspar escreveu em 1811 a Ludwig, então no Instituto Agronômico do professor Thaer: "Temos aqui a mais triste situação: os abastados tornaram-se pobres; todos os dias temos declarações de falências: as casas nada mais valem e estão vazias; os aluguéis se atrasam. Aí o Instituto é caro demais para você; você deve procurar se empregar o quanto antes, a fim de ganhar dinheiro para suas necessidades."

Após citar o nome de vários rapazes da idade de Ludwig que conseguiriam iniciar uma carreira vantajosa depois de uma experiência prática em boas fazendas, Johann afirmou: "Você vê, pois, que é possível tornar-se um agricultor hábil sem ter cursado um instituto. Hoje em dia somos obrigados a alimentar-nos miseravelmente e abandonar todos os planos grandiosos e ideais elevados, que só custam dinheiro e são agora prejudicados. Se o estudo da agricultura enriquecesse ou pelo menos proporcionasse alimentação, seu falecido irmão, que estudou essa matéria durante três anos, que escrevia e discutia formidavelmente sobre agricultura e que escreveu grandes trabalhos, não teria sacrificado toda a sua vida e fortuna. Seja econômico e arranje logo, por intermédio do Doutor Thaer, um emprego vantajoso. Eu agora nada mais posso fazer."

Com tudo isso, Ludwig não cedeu ao espírito melancólico que atingia o país. Após a guerra, a evasão para outros mundos, remotos e longínquos, era uma tônica na literatura:

---

4 Segundo o sociólogo Sedi Hirano, "a sociedade francesa do século XVIII, pré-revolucionária, foi *estamental* e a transformação desta sociedade em sociedade de *classes* ocorre somente quando o Terceiro Estado deixa de ser *estamento* para se tornar *classe burguesa* – o que ocorre de uma forma cabal em meados do século XIX." Cf. Hirano, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974, p. 53. (EFS)

o conto *Peter Schlemihl*, de Adelbert von Chamisso, era o símbolo do desterro do exilado; a Terra era apresentada como um "vale de lágrimas". Particularmente no norte da Alemanha faziam sucesso os romances e os dramas "nórdicos" de Friedrich Heinrich de La Motte Fouqué, como *Der Herr Nordens*, primeira tentativa de dramatizar a saga dos Nibelungos, confundindo o heroico passado germânico e o passado alemão e fornecendo, como consequência, a alimentação saudosista do orgulho vencido do povo. Schumann musicaria os *lieder* puros e espontâneos de Joseph von Eichendorff, geralmente definido como poeta popular da primavera, das florestas, das viagens a pé, da saudade do sul. Todo alemão conhecia de cor os versos "In einem kühlen Grunde", "Laue Luft kommt blau geflossen", "Es scheinen so golden die Sterne". Com Napoleão, os escritores alemães transformaram-se de repente – após a destruição dos pequenos estados e bispados autônomos do oeste e do sul do seu território – em literatos profissionais, alguns tornando-se boêmios meio vagabundos ou vivendo de aulas, conferências, revistas e jornais. Surgia o Romantismo.

Nas pequenas cidades do norte, os pequenos proprietários de terra (*junker*, que significa "mancebo", isto é, escudeiro de cavaleiro) sofriam com a terra arenosa e infértil.[5] Dependiam em sua pobreza de um mísero estipêndio pago "por um governo sovina a funcionários públicos locais ou a capitães de infantaria". A heroína dessa classe de pessoas havia sido a rainha prussiana que, de acordo com a lenda, durante as guerras napoleônicas remendara com as próprias mãos o vestido de baile para que durasse mais uma temporada. Ludwig, no Instituto, pedia licença e dinheiro ao pai para ir a Berlim (em meados do século XVIII Frederico, o Grande, o Velho Fritz, fizera de Berlim, então pequena vila desolada de pescadores às margens de um riacho pantanoso, uma das capitais do Iluminismo europeu). O pai respondeu-lhe, às vésperas de completar 21 anos: "Mandar dinheiro daqui é proibido: você deve mandar uma letra contra mim, pois permito que você saia daí para ir a Berlim. Somente tenha cuidado com as seduções e extravagâncias, pois Berlim é uma cidade sedutora. Diariamente pense no seguinte: uma vez abandonada a decência e principalmente a virtude, ela nos abandona para toda a vida e nenhum arrependimento a traz de volta. Conserve sempre a religião e os bons costumes; trate porém também de se empregar até a Páscoa, pois daqui em diante nada mais posso fazer por você. E será sua a vantagem economizando. Este ano sua fortuna diminuirá bastante. Até agora custeei sua vida; para o futuro tudo será por sua conta."

Dois meses depois, Ludwig abandonou o Instituto e em princípios do ano seguinte empregou-se numa fazenda em Augustenburg, no Schleswig. Pouco tempo depois, porém, resolveu comprar, com recursos herdados da mãe, uma fazenda de 44 alqueires em Reinfeld, perto de Lübeck. Em agosto de 1812 tirou passaporte para viajar pela Europa,

5 De fato, o dicionário *Langenscheidts Taschen-Wörterbuch* traduz o substantivo masculino *Junker* como "morgado", "cadete", mas acrescenta que o termo se refere na verdade à aristocracia agrária alemã, cuja riqueza se baseava na grande propriedade. (EFS)

fazendo várias excursões durante um ano. Mas a desorganização econômica resultante da guerra obrigou-o a vender sua propriedade em 1816.

Foi então que Ludwig tomou conhecimento da lei de 25 de novembro de 1808, decretada pelo príncipe regente brasileiro, futuro D. João VI, que concedia terras aos estrangeiros. Em meados de 1817, obteve o passaporte de número 14.992, com visto do cônsul brasileiro em Hamburgo, Pedro Massarelo. Declarou-se agrônomo de profissão. O passaporte também registrava suas características físicas: alto, barba e cabelos pretos, olhos castanhos, rosto oval. Ao passar por Lisboa, visitou o irmão, Adolph Friedrich, cônsul hanseático, e, em 27 de janeiro de 1818, desembarcou no Rio de Janeiro, recebendo o visto de entrada da Polícia Marítima.[6]

Em sua primeira tentativa como empreendedor no Brasil, ele seguiu a orientação paterna: já em 1819, Luís Lindenberg era "administrador e interessado" na Fazenda Mandioca, em Mauá, na Baixada Fluminense, de propriedade do barão Georg Heinrich von Langsdorff. A língua facilitou sua permanência na fazenda, cujo produto de maior importância era o anil. No ano seguinte, fazia com Langsdorff um contrato de sociedade; dois anos depois, por desavença, a sociedade foi desfeita.[7]

Luís não desistiu: em companhia de amigos percorreu as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro e, em fins de 1823, descobriu Cabo Frio, impressionando-se com o alto grau de salinidade das águas da lagoa de Araruama, suas condições climáticas e a formação natural de sal nas margens da lagoa, o que fazia lembrar Lübeck.

Duas cartas régias (de fevereiro de 1690 e janeiro de 1691) proibiam a extração de sal nas colônias e ordenavam "ao Governador Geral do Estado que não consentisse o consumo de outro sal que o importado do Reino, e que não houvesse uso do que a Natureza produzia em Salinas e Lagoas". As cartas não impediram a extração e o comércio do sal,

---

6 O decreto joanino de 25 de novembro de 1808 visava justamente a atrair para o Brasil povoadores de origem europeia e foi o primeiro ato oficial regularizando a colonização de estrangeiros no país, embora muitos deles já vivessem aqui. Cf. Iotti, Luiza Horn, "Imigração e Colonização", in: http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/07-Luiza_Iotti.pdf. Acesso em 20/09/2008. (EFS)

7 O barão George Heinrich von Langsdorff, descendente de nobres alemães, foi um misto de aventureiro e cientista que, após várias expedições científicas ao redor do mundo, foi nomeado cônsul e encarregado de negócios da Rússia no Brasil. Estabeleceu-se nos arredores do Rio, onde foi proprietário da famosa Fazenda da Mandioca: uma espécie de "fazenda-modelo" que se tornaria "quartel general dos homens de merecimento" e de conhecimento daquela época, inclusive de José Bonifácio de Andrada e Silva, poderoso ministro de D. Pedro I, em cujo projeto para o Brasil estava o desenvolvimento de uma agricultura "científica", supostamente nos moldes da fazenda de seu amigo Langsdorff. Luís Lindenberg se tornaria amigo e grande admirador de José Bonifácio, motivo pelo qual lhe prestaria sincera homenagem dando a um dos seus filhos, como Amylton anota logo adiante, o nome de Luís Bonifácio. Em 1825 Langsdorff organizou e chefiou uma grande expedição, junto com outros cientistas estrangeiros, ao Mato Grosso e ao Pará, onde perderia a memória e seria tido como louco. Cf. Manizer, G. G. *A Expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, S. Paulo, 1967; e Becher, Hans. *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff: pesquisa de um cientista alemão no século XIX*. São Paulo, Edições Dia; Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1990. (EFS)

que era vendido pelos colhedores às povoações vizinhas. Os administradores do contrato do produto na capitania do Rio requereram ao governador Luiz Vahia Monteiro o "sequestro do sal, bem assim das fazendas e bens dos que o negociavam". O governador "pôs até à sua disposição alguma tropa de gente armada". Mas a violência contrariava a lei de agosto de 1720, que proibia aos vice-reis, capitães, generais e governadores "mandar fazer sequestro nas fazendas dos moradores sem autorização da justiça". A Câmara do Rio enviou requerimento ao rei D. João V "no sentido de serem reparados os danos e prejuízos que haviam causado aqueles administradores com suas violências". O rei atendeu às súplicas: "Vendo a justa razão com que Me apresentais e vexame que vos causa o Contratador, na próxima arrematação do mesmo Contrato, que está para se fazer, vos darei a providência, conforme o que Me requereis". Em julho de 1759 foram tombadas as salinas do distrito, sendo alguns proprietários "autorizados a colherem e comercializarem com sal".[8]

Essa vitória esqueceu-se dos impostos: desde abril de 1592 um alvará mandava arrecadar um por cento de todos os contratos reais, rendas e direitos estabelecidos no Brasil, de acordo com o regimento da Fazenda, mandado organizar pelo rei D. Manoel, o Venturoso. Carta régia de março de 1676 determinava que o sal ficasse por conta da Fazenda Real e não mais em contrato. Em 1703, a Câmara da Capital estipulava o imposto de 80 réis por alqueire de sal vendido, para perfazer os 4.500 cruzados (um cruzado correspondia então a 400 réis) anuais do soldo dos governadores do Rio de Janeiro. Além dos contratadores, havia os dizimeiros, arrecadadores do antigo dízimo, que atingia qualquer extração. A morosidade dos trâmites legais, da Coroa às salinas, e a ignorância das leis tributárias (principalmente para quem só então aprendia o português) davam chance à ação dos aproveitadores do fisco, que cobravam tributos há muito extintos.

Em 1824, Luís Lindenberg recorreu à Coroa, pedindo meia légua em quadra em terras devolutas, com frente para a lagoa, para montar "um estabelecimento para fabricação de sal". D. Pedro I concedeu-a em maio do mesmo ano, mandando que "o juiz de fora da cidade de Cabo Frio não ponha embaraço algum ao suplicante, para escolher e preparar a formação de terreno, que refere, onde possa erigir um estabelecimento público para o fabrico do sal e outros ramos de indústria, reservando para tempo conveniente, legalizar a demarcação do mesmo terreno".

As salinas foram instaladas imediatamente após a concessão, produzindo sal em grandes caldeirões de ferro pela evaporação, a fogo, da água salgada já adensada ao sol até o 11º. Ao observar os processos usados em outras salinas, todos sem melhor resultado, Luís concluiu que as águas deveriam ser adensadas em tanques sucessivos, só no último ocorrendo a cristalização. O local escolhido para a usina, entre as pontas do Costa e Perinas, foi batizado por ele de Salinas Perinas.

8 Amylton continua utilizando como referência o livro de Luís Lindenberg, já citado. (EFS)

Em março de 1836 a Câmara Municipal de Cabo Frio convidou-o a apresentar seu título de propriedade e informações a respeito da indústria do sal, as salinas existentes, seus proprietários, localizações e características, dados sobre a produção até então, processos de construção das salinas e vantagens que apresentavam. Luís apresentou a portaria de 22 de maio de 1824 da Secretaria de Estado de Negócios do Império, que lhe conferia a propriedade de 1.500 braças com frente para a lagoa de Araruama, e, num manuscrito de treze laudas, acompanhado de uma carta – todo o material escrito em português –, expôs as experiências que vinha realizando desde 1824 em busca de um processo prático e econômico de construção de salinas. Como não estava satisfeito, continuava ininterruptamente as pesquisas e experiências.

Informou ele que as salinas naturais "estão situadas nas terras que separam a lagoa de Araruama do mar grosso, a restinga, ora estreita, ora mais larga, da qual adentram pontas na lagoa, onde se encontram brejos com água salgada, que são defendidas da entrada com águas pluviais pelas vargens salgadas. Com dias seguidos de sol, as águas desses brejos salgados se evaporam, deixando o sal cristalizado".

As primeiras experiências, com a abertura de tanques ou charcos ao redor das salinas naturais para o aumento da área, deram resultados negativos, pois alguns não secaram e em outros a água se infiltrava sem deixar sal. Luís experimentou limpar os brejos, retirando a lama, que deixava o sal sujo e depreciado. Também aí obteve resultados negativos: depois de limpos, os brejos não retinham a água, que se infiltrava toda. Fez fundos com tabuado, de barro socado, preto e vermelho, e tijolos assentados com argamassa de cal, areia e até betuminados: todos deixavam infiltrar as águas. Os custos: proibitivos.

Após alguns anos, adotou novo sistema: esplanadas (ou aterrados) de 500 palmos (110 m) de comprimento com queda de duas polegadas (5 cm), divididas longitudinalmente em faixas de cinco palmos e revestidas com tabatinga – terra calcária contendo gesso e lama – socada durante vários dias. Em sua parte superior lançava a água salgada, conduzida por calhas, elevada por bombas manuais de tanques compridos escavados até um nível inferior ao de maré baixa. Aos tanques cobertos afluía, por infiltração subterrânea, uma água com maior densidade do que a que provinha diretamente da lagoa. Nos aterrados a água descia lentamente, sob a ação do sol e do vento, chegava ao fim do percurso com densidade salina bastante alta e assim, com pouco tempo de fogo, cristalizava.

Esse processo deu resultado, mas apresentava outros inconvenientes: com vento contrário, as águas não desciam, mas infiltravam-se no terreno; os aterrados trincavam se não estivessem sempre cobertos com água; o processamento era caro, não só pela constante conservação das salinas, mas também pela coleta da água saturada para os caldeirões; sem esquecer o consumo de lenha e o desgaste dos tachos e dos caldeirões.

Luís Lindenberg não era homem de desistir: "precisava conseguir a cristalização ao sol, usando o fogo só extraordinariamente". Imaginou a concentração por etapas, concluindo que "nas quadras de cristalização a espessura da água não podia ser superior a meia

polegada. Com 30 palmos em quadro, com diferença de nível de uma para outra, passando as águas por portinholas, as quadras rasas para cristalização tinham o fundo revestido com tabatinga a mais liguenta que encontrou. Com esse sistema, conseguiu a concentração da água em sete dias e mais outros sete para cristalização, colhendo assim o sal diretamente das salinas. No inverno, quando a cristalização era lenta, terminava a operação no fogo. Por isso, entre 1831 e 1835, produziu 9 a 10 mil alqueires (138 mil litros) por ano pela evaporação ao sol e de 7 a 8 mil (110 mil litros) ao fogo. Perinas, também chamada Salinas Grandes, era então a maior produtora de sal da região."

Continuando insatisfeito com o resultado, Luís apontou em seu relatório à Câmara Municipal de Cabo Frio os defeitos e inconvenientes do sistema: embora o chão dos tanques e quadras de cristalização estivesse revestido com tabatinga a mais liguenta e socada possível, sempre filtrava água, e mesmo os mais antigos sempre perdiam uma linha (2 mm) por dia de água já concentrada, o que constituía "grave perda". Havia necessidade de uma administração mais cuidadosa, portanto dispendiosa, para que os tanques estivessem sempre cobertos com água, pois bastava que ficassem secos por três horas para racharem, de modo que três dias de má administração punham as salinas a perder. Ele reclamava também das despesas elevadas, do pequeno consumo na região e, no Rio, da concorrência do sal do norte, "de sorte que de há dois anos para cá, o produto dá para o custeio". Eram doze anos de "fadigas, trabalhos e despesas". Todas as experiências haviam dado resultado nulo ou nocivo: "a maneira de aproveitar melhor essas salinas há de ser ainda descoberta".

Ainda assim Luís é reconhecido como "o idealizador e criador da indústria salineira em Cabo Frio". Morreu em agosto de 1850, após se submeter a uma operação. Tinha-se também aventurado na plantação de coqueiros da Bahia: chegou a 1.000 pés que, crescidos e em produção, provocaram nele um comentário: "O futuro dos meus filhos". As boas colheitas duraram pouco: em alguns anos, pragas e moléstias infestaram os coqueirais.

Devido à sua obsessão salineira, Luís Lindenberg só se casou aos 38 anos. Sua esposa foi Rosa Maria Leal, filha de Manoel Cardoso Leal, lavrador e pescador do município de Cabo Frio, neto de Miguel Carlos de Mendonça, imigrante da ilha Terceira, Açores. Rosa, que se casara aos dezessete anos, ficou conhecida por sua administração enérgica na casa residencial de Perinas. Por exemplo: a salina enviava quase diariamente mantimentos ao mercado de Cabo Frio, por meio de canoa, tendo aos remos um "escravo de confiança". Ainda assim, com um "óculo de alcance", Dona Rosa acompanhava a embarcação até desaparecer de vista no canal de Baixo: o escravo não podia parar de remar. Toda manhã ela fiscalizava, da porta dos fundos da residência, a chegada dos escravos ao serviço. Eles desfilavam com as ferramentas e cumprimentavam, ao passar diante dela: "Bença, Sinhá". Dona Rosa conhecia a todos, nenhum deles poderia faltar, nenhum carrinho ou ferramenta poderia estar em más condições. Embora enérgica, seus descendentes informavam que "jamais ouviram falar de qualquer maldade que tivesse praticado com os escravos".

Dona Rosa Leal e Luís Lindenberg tiveram cinco filhos: Luíza Maria, nascida em 1832; Luís Bonifácio (em homenagem a José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, amigo de Luís), nascido em 1836; Adolfo, em 1841; João, em 1846; e Maria, em 1850. Aos 39 anos de idade, quatro anos após a morte de Luís, com um grande estabelecimento agrícola e industrial a dirigir, Dona Rosa casou-se novamente. Seu segundo marido, Joaquim Nogueira da Silva, ampliou substancialmente a residência e construiu uma capela isolada com torre e zimbório, em substituição à capela interna. Os filhos foram estudar em Lübeck, aos cuidados de parentes, e a filha Maria em colégio interno, no Rio. Silva morreu em 1859, ano em que Luís Bonifácio retorna casado da Europa e passa a gerenciar as salinas.

O terceiro casamento de Dona Rosa, com Guilherme de Carvalho Pais de Andrade, ocorreu em 1861. Aí deu-se a surpresa: o marido, segundo os parentes, era um dilapidador e, dois anos após o casamento, as finanças das salinas se achavam em situação de falência. Henrique Arens, importador e comerciante de máquinas do Rio, concedeu um empréstimo, obtendo como garantia hipotecária as próprias Salinas Perinas, com "900 braças de testada e todos os armazéns, depósitos de sal e demais prédios existentes, assim como 10 escravos e metade da casa residencial". Como, até o início de 1867, o casal não fizera qualquer pagamento, o credor executou a hipoteca. Adolfo e João, este de volta da Europa, tentaram, junto com Luís Bonifácio, arrematar as salinas. Mas Luís Bonifácio, adoentado, não compareceu ao leilão e, como não houve outra licitação, as salinas foram adjudicadas a Henrique Arens.

Dona Rosa já havia então requerido separação judicial de Andrade, contra a vontade deste. Mesmo depois de concedida a separação, Andrade recusava-se a abandonar as salinas, até que Adolfo, por causa da insolência do ex-padrasto, desafiou-o para um duelo, caso não partisse imediatamente. Andrade foi embora, ainda que continuasse molestando a família, enviando assalariados, à noite, para roubar. Dona Rosa não se fez de rogada: organizou um corpo de bodoqueiros, que, usando bolotas de argila cozida, aguardavam escondidos os ladrões. O resultado é que Andrade abandonou Cabo Frio definitivamente.

Em 1866, os três irmãos tentaram acertar a dívida com Henrique Arens, mas não dispunham de toda a importância: acabaram deixando o imóvel em hipoteca, com oito escravos de Adolfo e oito de João. Em 1877, os irmãos resolveram dissolver a sociedade que haviam constituído e pagaram o empréstimo a Bento José Martins; em seguida Luís Bonifácio e sua mulher, Jenny, únicos proprietários das Salinas, hipotecaram-nas ao mesmo Martins, em garantia da dívida de 6 contos e 510 mil réis e uma carta de crédito de 7 contos de réis.

Luís Bonifácio estudara Química em Hanover e casara, em 1859, em Lübeck, com Jenny Lunau, filha do diretor de uma fábrica de pianos. Após recobrar as salinas, construiu uma nova seção, com cinco hectares de área, que denominou Salinas Novas. Morreu em Cabo Frio, em 1881. Era conhecido por seu temperamento brando, atencioso, sempre

muito obsequioso. Gostava de recepcionar os amigos, presenteando-os às vezes "simplesmente por terem demonstrado agrado pela coisa exibida".

A viúva continuou a administração das Salinas Perinas, formando com o filho Luís Benjamim a firma Viúva Lindenberg & Filho. Foi Benjamim quem instalou o primeiro moinho de vento em Cabo Frio, nas Perinas, em 1884, e fundou as Salinas do Peró, à margem leste do canal de entrada da lagoa de Araruama, próximo à Barra. Em fins de 1909, mudou-se com toda a família – nove filhos e a mulher, Zenith Quintanilha – para Vitória, no Espírito Santo, trabalhando como agrimensor em Alegre, no sul do estado.

Em meados de 1892, a firma Viúva Lindenberg & Filho vendeu o que restava das Salinas Perinas ao Banco do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, a presidência do banco constituiu a Companhia Salinas Lindenberg de Cabo Frio, induzindo a viúva e seu filho a se tornarem sócios. Passados três anos, para surpresa geral, um procurador do Banco do Brasil sequestrou as salinas e todo o sal armazenado: a companhia não fora constituída legalmente. Após esse desastre financeiro, a viúva continuou residindo em Cabo Frio até meados de 1906, quando retornou a Lübeck, em companhia da filha Alice. Morreu em fevereiro de 1931.

Dos sete filhos de Luís Bonifácio Lindenberg e Jenny Lunau Lindenberg (Alice, Guilhermina, Alice Maria, Eugênio – doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Munique, em 1898 –, Hermann e Luís Benjamin), apenas Carlos Adolfo Frederico Lindenberg permanecerá nesta história. Porque, muito antes do irmão Luís Benjamim, seu destino já fora o Espírito Santo.

De 1848 ao fim do século XIX uma metamorfose ocorreu na Europa e no resto do mundo: a era da máquina, do ferro e do aço, dos bancos e das estradas de ferro (no início, ligando cidades produtoras de carvão a pequenas áreas, depois cruzando todo o continente norte-americano) deu ao mundo um novo ritmo. Os dias e a vida de milhões de pessoas foram medidos e regulados pelo esquema da produção industrial. Era o nascimento do que se chamou, talvez ironicamente, *Belle Époque*.[9]

A era do ferro realmente começou depois de 1850: o aço se tornou o material do século, substituindo a madeira e o couro em todos os projetos de engenharia, em cadeiras,

9 Convencionalmente, esse período é demarcado pelos anos de 1880 a 1918 (final da Primeira Guerra Mundial) na história da França. Caracterizou-se pela ascensão de movimentos sociais organizados das classes trabalhadoras, pelo florescimento das artes e por inovações tecnológicas (cinema, automóvel, avião, telefone, telégrafo sem fio) que modificam a vida cotidiana, especialmente em Paris, então centro irradiador da efervescência na vida cultural. Cf. verbete "Belle Époque" in: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_belleepoque.htm. Acesso em 21/06/2009. (FA)

solas de sapatos e bicicletas. Os símbolos do século foram feitos de aço: a torre Eiffel, a ponte de Brooklyn, os suportes das galerias de vidro de Milão e Paris. O aço, em todos os lugares, mudava o cotidiano. A indústria química fez sua aparição nesse período. Embora menos desenvolvida do que a metalurgia, isso não impediu que incrementasse a produção agrícola com fertilizantes e inseticidas, alterando também a indústria com novos itens para fabricação: os fósforos deram a todo mundo o acesso ao fogo; a luz a gás se expandiu. O sabonete contribuiu para a limpeza e melhores cuidados sanitários, novos hábitos que ajudaram a estender a expectativa de vida: dentes e cabelos passaram a ser mais bem cuidados, e especialistas supervisionavam o nascimento de crianças. A tecnologia e a urbanização impunham o abandono de velhas práticas. Lentamente emergia uma nova civilização.

No livro *A riqueza das nações* o economista escocês Adam Smith propunha o trabalho como base do bem-estar: o liberalismo pregava a liberdade pessoal, a liberdade de opinião, a liberdade de expressão, proclamando a igualdade dos direitos, mas não a dos bens ou a da instrução. A doutrina se fundamenta nas noções de contrato de trabalho e no direito natural, conforme formulado no chamado Século das Luzes, triunfando na Revolução de 1830 na França.[10] A obra – cuja filosofia foi aplicada com mais frequência à economia, ao trabalho, à produção – foi apontada como ideário da burguesia capitalista conservadora. No final do século XIX a "economia clássica" de Smith influenciaria a Europa e os Estados Unidos. Embora não definido como doutrina, o socialismo surge na França em 1832, opondo-se ao capitalismo liberal, numa reação contra a doutrina do *laissez-faire, laissez-passer*: a Revolução Industrial criará excessos que os socialistas pretendem evitar para proteger os proletários. Republicanos moderados e radicais da extrema esquerda e da direita conseguem nas câmaras reformas como liberdade sindical, liberdade de imprensa, liberdade de reunião, ensino gratuito, laico e obrigatório. A Inglaterra, primeira a industrializar-se, é também a primeira a reconhecer, em 1824, a liberdade de associação.

Segundo os poetas do movimento decadentista, na França, por volta de 1880, a civilização francesa era a de uma nação em decadência.[11] Tem-se aí uma possível influência de Nietzsche, que usara a palavra *decadente*, em sentido pejorativo, contra o racionalismo, a burguesia e o cristianismo, elementos, segundo ele, geradores da melancolia europeia e, portanto, inimigos da alegria, "porque toda alegria quer uma profunda, profunda eternida-

---

10 Na França, a Revolução de 1830 distingue-se pela revolta das classes populares e burguesas contra as tentativas do rei Carlos X de impor medidas absolutistas contrárias aos interesses do liberalismo adotado pela burguesia nascente. Esse movimento teve motivações liberais e nacionalistas em diversas outras regiões da Europa, a exemplo da Bélgica, Estados Italianos, Estados Alemães e Grécia Cf. Hobsbawm, Eric. J. *A era das revoluções 1789-1848*. 25 ed. rev. São Paulo, Paz e Terra, 2009. (FA)

11 O romance *Às avessas* (1884) do escritor francês Joris-Karl Huysmans (1848-1907) é considerado uma manifestação bem característica do movimento decadentista na França, que teve como um dos seus precursores o poeta e crítico literário Charles Baudelaire (1821-1867). Cf. Dempsey, Amy. "Estilos, escolas e movimentos: guia enciclopédico da arte moderna", verbete *Movimento decadentista*, in http://books.google.com.br/books?id=2k1kGrB-Cx0C&pg=PA30&lpg=PA30&dq=decadentismo. Acesso em 25/06/2009. (FA)

de", como escreveu em *Assim falava Zaratustra*. Em seu manifesto os poetas afirmavam: "Dissimular o estado de decadência a que chegamos seria o cúmulo da insensatez... Religião, costumes, justiça, tudo decai, ou antes, tudo sofre uma transformação inelutável. A sociedade se desagrega sob a ação corrosiva de uma civilização deliquescente. O homem moderno é um insensível. Afinamento de apetites, de sensações, de gosto, de luxo, de prazer; nevrose, histeria, hipnotismo, morfinomania, charlatanismo científico, schoppenhauerismo em excesso, tais são os pródromos da evolução social [...]. A decadência política nos deixa frios."[12]

Ao mesmo tempo em que a literatura se confina, a ciência e a técnica avançam: surgem a locomotiva elétrica de Siemens (1879), o automóvel de Daimler e Benz (1885), o pneumático de Michelin (1891), o motor de Diesel (1897), o dirigível de Zeppelin (1900), o telefone de Graham Bell e Gray (1876), o fonógrafo de Edison (1877), a telegrafia sem fio de Branly (1890), o cinematógrafo de Lumière (1895), o frigorífico de Linde (1876), a lâmpada incandescente de Edison (1879), a turbina a vapor de Parsons (1884), o linotipo de Meisenbach (1881), a máquina de compor de Mergenthaler (1884), a metralhadora de Maxim (1883), o raio X de Röntgen (1895), a descoberta do *radium* por Madame Curie (1898). No mesmo período, Robert Koch isola os esporos do bacilo da cólera e da tuberculose, Hans Adolf Krebs e Friedrich Loffler descobrem o bacilo da difteria e Torben Bergman anuncia sucesso na área da assepsia.

A palavra "evolução" passou a ser uma exigência da cultura de base provinciana do Rio de Janeiro. Jovens poetas desejavam a renovação da poesia, inspirados no manifesto simbolista assinado por Jean Moréas em 1886 ("Inimiga do ensinamento, da declamação, da falsa sensibilidade, da descrição objetiva, a poesia simbolista busca vestir a Ideia de uma forma sensível que, entretanto, não terá um fim em si mesma, mas que, servindo para exprimir a Ideia, dela se tornaria submissa."). O índice de adultos analfabetos no país é de 84% em 1900, para uma população de pouco mais de 14 milhões. A febre amarela era uma epidemia: de 1890 a 1902 registram-se 16.549 mortes só no Rio de Janeiro. A sociedade letrada lê revistas e jornais europeus: os jornais cariocas têm até representantes em Paris. Há algum escândalo quando da publicação de *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro, e de *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, duas expressões do naturalismo.

A bandeira e o hino da República são aprovados, assim como o lema: *Ordem e progresso*. Dois anos após a abolição da escravatura, Rui Barbosa escreve: "Se o patriotismo, pois, é uma religião, construamos em torno desta data o seu santuário, um tabernáculo onde não penetre nem a covardia, nem a imoralidade, nem a violência, onde o povo vá retemperar a sua energia, e a nação buscar os títulos do seu direito." Há falta de recursos para a multiplicação do número de escolas. A reforma da instrução primária é acompanhada

12 Do pequeno artigo *Aos leitores*, publicado em 10 de abril de 1886 no primeiro número do jornal *Le Décadent littéraire et artistique*. Cf. http://bohemelitteraire.canalblog.com/archives/2009/week20/index.html. Acesso em 26/07/2009. (FA)

pela organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, junto à qual, estranhamente, estão os serviços dos Correios e Telégrafos. A imprensa notifica as dificuldades encontradas no preparo da Constituição: a maioria dos homens de governo não tem experiência, exceto Rui Barbosa, capacitado por causa de seus conhecimentos jurídicos. A imprensa, com novo maquinário, torna-se empresa e abandona o romantismo de pequenos jornais serem distribuídos na própria tipografia. O Ministério da Justiça tenta impedir que se divulgue "a onda de boatos sobre a revolta de corpos de artilharia": houve um motim de soldados, dominado em seguida. O decreto nº 85 "cria uma comissão militar para julgamento dos crimes militares de sedição". Na noite de 30 de novembro de 1890 a redação de *A Tribuna* é assaltada e um operário assassinado: praças à paisana e militares, parentes do marechal-presidente Deodoro da Fonseca (a imprensa havia noticiado "a gravidade de sua moléstia") são apontados como responsáveis. Seis ministros pedem demissão, mas Deodoro se recusa a formalizar os pedidos.

O decreto de 17 de janeiro de 1890, do Ministério da Agricultura, serve de pretexto à fundação de bancos, companhias e sociedades. No decorrer daquele ano, são fundados 295 bancos, companhias e empresas. É a vez da "imigração subvencionada": o Governo Provisório publica mais um decreto do Ministério da Agricultura; segundo ele, o estado pagará 100 mil francos à companhia de navegação que introduzir dez mil imigrantes no país, além da passagem de cada um. A política dispensa agora, como nos tempos coloniais, a necessidade do povoamento do Brasil semidesértico e da sua defesa. Agora é preciso incrementar a lavoura cafeeira, por causa da abolição da escravatura. O trabalho do negro seria substituído pelo do estrangeiro, através do sistema assalariado: o contrato de trabalho seria assinado após o desembarque, quando o trabalhador fosse encaminhado às terras mais necessitadas. Registra-se em 1890 uma média mensal de oito mil imigrantes, predominantemente italianos e alemães.

O país continua a importar, dos Estados Unidos e da Europa, os chamados produtos de *carregação*, como fósforos, polvilho, cerveja, manteiga, cimento, bacalhau, conhaque, batata, arroz, querosene, banha, chá, carne-seca (no ano seguinte, um decreto do Ministério da Fazenda isenta dos direitos de importação diversos artigos provenientes dos Estados Unidos, fixando em 25% a redução sobre os mesmos direitos a que são submetidos outros artigos da mesma origem). Em janeiro de 1890, um decreto proíbe a intervenção da autoridade federal e dos estados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade dos cultos e extingue o padroado. A Constituição eliminará a inelegibilidade do clero: não são elegíveis somente os arcebispos, bispos, curas e coadjutores que exerçam autoridade eclesiástica em suas confissões (a comissão entrega em maio ao governo o projeto que, após uma revisão, será publicado em junho, para ser debatido na Assembleia Constituinte. O Congresso eleito é convocado para 15 de novembro, um ano após o golpe republicano). O casamento passa a ser ato civil, separado do religioso.

A imprensa critica a fusão do Banco Nacional e o dos Estados Unidos do Brasil: o país não consegue empréstimo externo porque os banqueiros se negam a tratar com um

governo transitório. A emissão bancária é a solução. A corrida especulativa tem início, evidenciando a crise: dezenas de milhares de contos, sem juros, nos prazos de sete a 22 anos, são fornecidos aos bancos, que, pelos ajustes com a Fazenda, emprestam à lavoura o dobro das importâncias. Prazos: de um a quinze anos, com juros de seis por cento. Os bancos são favorecidos com o adiantamento da moeda e a lavoura não recebe benefício algum. O barão do Rio Branco reclama em carta a Rui Barbosa que a questão não era mais entre a Monarquia e a República, "mas entre a República e a Anarquia". Em 1890, o país conta com nove mil quilômetros ferroviários e mais 1.500 em construção.

Carlos Adolfo Frederico Lindenberg escolheu seguir a conduta do avô Luís: ao invés de permanecer no centro da evolução, preferiu o novo e o desconhecido. A solução estaria no interior do país. Em 1892, quando assumiu o governo do estado do Espírito Santo, José de Melo Carvalho Muniz Freire teve a sorte de contar com a ascensão do preço do café. A cultura desse produto, ensaiada em 1842, alcançou, no fim do primeiro ano de seu governo, 362.280 sacas. O crédito nacional, com a consolidação da República, abria boas perspectivas para os estados da Federação. Em mensagem ao Congresso Legislativo, afirmava Muniz Freire: "O estado, que até os últimos dias, que antecederam à Constituição Republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como fardo da Nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riquezas e de vida própria, sopesando, sem constrangimento algum, os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior do que o da antiga Província."

O exercício financeiro de 1893 foi encerrado com um saldo 32% a mais sobre o orçado: as propriedades se valorizaram; o comércio de Vitória e do Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina importavam diretamente da Europa mercadorias, manufaturados, enlatados e bebidas.

Assim, nos termos do artigo 5º da lei número 30, de novembro de 1892, o estado do Espírito Santo faz sua primeira dívida externa: 17 milhões e 500 mil francos franceses, a juros de cinco por cento (a amortização anual seria de um por cento, durante 33 anos, a começar de 1896). As obrigações continham a seguinte declaração: "le produit de cet Emprunt est destiné à l'achévement de la construction du Chemin de Fer Sud de Espirito Santo".[13] Anteriormente,[14] em suas *Cartas ao Imperador* (1885), Muniz Freire, magoado "com o desfecho imprevisto que acabava de se ter o contrato celebrado com o governo imperial por Waring-Brothers para a construção da via férrea de Vitória a Natividade (MG)", aproveitou a ocasião para expor "a sua majestade as inqualificáveis injustiças e preterições que o seu governo cometia repetidamente contra o progresso da terra espírito-santense,

13 Tradução: O resultado deste empréstimo destina-se ao término da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. (FA)

14 Amylton empregou nesta passagem, por equívoco, a palavra "posteriormente". (FA)

região de que o Império só se lembrava para arrecadar os tributos destinados a manter os ócios dos magnatas da Corte".

"Datava de remotas eras o apelo que o Espírito Santo fazia ao Estado, a respeito de uma estrada de ferro que tornasse francamente accessíveis os nossos opulentos sertões e comunicasse a província com o portentoso vale do Rio Doce, onde viria desaguar naturalmente a produção das zonas confins do solo mineiro", escrevia Muniz Freire, acrescentando: "Foi Buarque de Macedo, o imortal cidadão que, na pasta da agricultura, com o elevado zelo que tanto recomenda à estima pública seu nome imaculado, selou a aspiração da província, reduzindo-a a um compromisso solene dos poderes do estado, para cujo pagamento foram, durante esse espaço de tempo, envidados esforços que pareciam-nos de plena eficácia, quando um recente ato do vosso governo, veio mostrar-nos a que baixeza são levados os nossos homens públicos, pelo prurido de interesses pessoais. A via férrea da Vitória a Natividade, que de promessa aquele eminente brasileiro convertera em realidade, foi sacrificada não há muitos dias aos planos da alta advocacia administrativa, que jogou contra o futuro de uma província brasileira, na carteira do Tesouro, ganhando airosamente a sua partida, pela imbecilidade ou cumplicidade de um alto funcionário. Os anelos de duas centenas de mil brasileiros foram vendidos a alto preço a especuladores audazes, decidindo-se da sorte de uma província, a troco dos dinheiros do estado, sagrado penhor das nossas contribuições para o engrandecimento deste Império. Não é possível, Senhor, nem quiséramos traduzir aqui a antipatia profunda, o desgosto amargo, o desespero enorme que veio causar a todas as classes da sociedade espírito-santense, a notícia dessa infame traficância do seu futuro, protraído em refém à ganância e aos lucros administrativos das propostas de empresas potentadas".

Apesar de seus meros 24 anos, Muniz Freire tinha coragem de denunciar: a queda do projeto de 1856, que concedia uma modesta subvenção à navegação do rio Doce; a exclusão do porto de Vitória das escalas obrigatórias dos paquetes da Companhia Brasileira de Navegação; a supressão "das bancas de preparatórios, da companhia de aprendizes marinheiros, da Caixa Econômica"; o desprezo votado à questão dos limites das províncias e o adiamento indefinido da construção do edifício da Alfândega. A ampliação da estrada permitiria o desenvolvimento de "importantes fazendas, estabelecidas no Guandu e Santa Joana, que aguardam apenas para estender suas culturas, o anúncio definitivo desse progresso. A imigração viria logo engrossar a população estrangeira das antigas colônias avizinhadas dessas regiões, que prospera apesar de todas as contrariedades".

Para o "engrandecimento desta província" Muniz Freire afirmava que "são urgentes os seguintes incitamentos: a) subvenção a uma boa navegação do Rio Doce até porto do Souza, como um meio eficaz de derivar os produtos do norte de Minas e acoroçoar o progresso agrícola das zonas vizinhas e das marginais do rio; b) subvenção a uma linha de navegação regularizada e semanal entre todos os portos da província até os do sul da Bahia; c) prolongamento da estrada de ferro do Carangola até Cachoeiro de Itapemirim, como meio de trazer ao Baixo Itapemirim e daí para Vitória, toda a produção do sul, com o qual

também a capital ficaria em contacto mais fácil do que a Corte, para a sua importação; d) cessação do auxílio ou estipêndio dado atualmente à Companhia Espírito Santo e Caravelas, a fim de libertar os portos intermediários da atração do monopólio fluminense, e fazer a passagem dessa subvenção à Companhia Brasileira de Navegação, obrigando-a a fazer três escalas mensais pelo porto de Vitória, e assim suprir a falta de outra companhia que nos proporciona comunicações como grande centro comum; e) para complemento de tudo isto – subvenção temporária a uma ou duas companhias estrangeiras de vapores transatlânticos, que abram-nos o comércio direto das praças europeias ou norte-americanas; f) auxílios a imigrantes que se internarem no oeste da província, e boa viação para esse centro".

As ideias de Muniz Freire foram tidas na Corte como "tocadas de exagerado republicanismo e punham em sítio as chamadas conveniências políticas". Ele deveria se contentar com pouco: em 8 de outubro de 1893 chegava ao porto de Vitória o primeiro navio trazendo material para construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo que, durante décadas, seria o meio mais prático de ligação entre Vitória e o Rio de Janeiro. Foi também a origem da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, depois que, deficitária, foi vendida aos ingleses que, aliás, terminaram a ligação entre Matilde e Cachoeiro.

Carlos Adolfo foi um dos engenheiros na lista dos construtores dessa estrada. Formado em engenharia civil pela Escola de Ouro Preto, ele trabalhou também, mas antes, na Estrada de Ferro Caravelas. Definido por seus contemporâneos como "um homem trabalhador, alegre, entusiasta e vivo de espírito", era também o único da família com tendências republicanas. "Carlinhos" sempre reunia em torno de si rodas de "acalorados debates políticos". Trabalhava na construção do trecho da ferrovia entre Cachoeiro e Rio Novo (uma necessidade premente, já que Vitória precisava de interligações com os municípios do interior, para onde afluíam colonos estrangeiros, em levas regulares, desde 1856), quando conheceu o distrito de Cachoeiro e também Bárbara de Souza Monteiro, nascida na Fazenda Monte Líbano, com quem se casaria em março de 1894.

Ela tinha dezesseis anos, idade ideal, segundo os costumes da época, para que a moça estivesse apta para o casamento. Ele tinha 28 anos. Tiveram sete filhos: Luís Antônio, nascido em 1895, médico, prefeito de Cachoeiro em 1924, e falecido em 1955, no Rio; Ary Adolfo, nascido em 1896, funcionário público, falecido em 1930, em Cachoeiro; Carlos Fernando, nascido na Fazenda Monte Líbano em 1899; Francisco, nascido em 1900, em Campanha, Minas Gerais, e falecido no ano seguinte na mesma cidade; Maria Ester (Filhinha),[15] nascida em 1902, também em Campanha; José Sinval, nascido em 1904, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio, em 1928, e marechal; e Fernando, nascido em 1906, que se formou em advocacia e foi promotor público em Afonso Cláudio.

15 Casou-se com o comerciante Anísio Fernandes Coelho, com quem teve nove filhos. Faleceu em 7 de fevereiro de 1994, em Vitória. (FA)

Dona Barbinha era irmã de Dom Fernando, Jerônimo e Bernardino de Souza Monteiro, que foram bispo e governadores do Espírito Santo, bem como de José e Antônio de Souza Monteiro, deputados estaduais e presidentes da Assembleia Legislativa. Em 1901, Carlos Adolfo transferiu-se para Campanha, em Minas Gerais, onde foi vereador e presidente da Câmara Municipal. A mudança tinha o objetivo de evitar dissidências políticas com a família Monteiro, além de aproveitar melhores oportunidades de trabalho. Lá, associou-se a uma fazenda de café e criação de gado. Em 1905, passou a trabalhar como engenheiro na construção da cidade de Belo Horizonte. Ao morrer no ano seguinte, aos quarenta anos, deixou a mulher grávida de seis meses: Fernando nasceria em Monte Líbano, para onde Dona Barbinha retornou com os filhos.

A Cachoeiro de Itapemirim que Carlos Adolfo conheceu só se tornaria cidade – uma velha aspiração – após a República, em outubro de 1889.[16] Quando ainda vila de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, ali foi criado o primeiro clube republicano capixaba; um jornal, *O Cachoeirano*, também defendia a causa da república. Em 1889, o Grêmio Bibliotecário Cachoeirense dispunha de uma sala de leitura com dois mil volumes, "além de grande número de jornais, revistas, mapas, folhetos, etc.". Mais da metade da população empregava-se na cultura cafeeira. À época da abolição da escravatura o Espírito Santo tinha 13.403 escravos, dos quais o município de Cachoeiro registrava 6.965.[17]

Dois elementos, o negro e o café, foram fundamentais para o progresso do município. Quinhentas casas abrigavam três mil pessoas em 1892, com sete ruas e travessas e quatro praças. Eram então motivos de orgulho a ponte de ferro sobre o rio Itapemirim; a primeira estrada de ferro; a usina para café com capacidade para beneficiar trezentas arrobas diárias; o escritório de imigração; três trapiches de importação e exportação; duas estações telegráficas; palacete-sede da Intendência e Cadeia Pública; mercado municipal; agência do correio; duas igrejas, um cemitério, escolas públicas, escritório de agrimensura, farmácias, padarias, três hotéis, fábrica de cerveja; iluminação pelo sistema belga (numa extensão de cinco quilômetros, os lampiões eram acendidos por um funcionário público às 18 horas e apagados às 22 horas); fábricas de tijolos e telhas; muitas casas comerciais; "gabinete de fotografia"; "arte dentária"; ourivesarias e relojoarias, salões de bilhar, oficinas de calçados, três médicos, cinco advogados e cinco cartórios.

Séculos antes, cronistas seiscentistas referiam-se ao local como Iapemiri ou Iapemirim. Algumas informações indicam que missionários jesuítas, em busca de ouro a oeste de

16 Amylton menciona outubro de 1889, mas a data correta da elevação de Cachoeiro à condição de cidade, aí sim, "após a República", é a registrada por Maria Stella de Novaes, qual seja, 26 de dezembro de 1889. Cf. Novaes, M. S. *História do Espírito Santo*. Vitória, Fundação Editorial do Espírito Santo, s. d., p. 320. (EFS)

17 São exatamente estes os números apresentados por Teixeira de Oliveira, mencionado na bibliografia de Amylton. Cf. Oliveira, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed., Vitória, APEES, 2008, p. 408. (EFS)

sua aldeia de Reritiba (hoje Anchieta), fundaram em 1625 a aldeia dos Montes. A segunda intenção dessa entrada era catequizar os índios puris e botocudos. Outras informações dizem que os jesuítas exploravam essas minas desde a fundação de Reritiba em 1565. O certo é que em 1701 jesuítas e índios se uniram para o descobrimento das minas. A exploração estava proibida desde 1710 por D. João V, "sob pena de degredo para Angola e confisco de bens". O que não impediu que Domingos Correia da Silveira fosse nomeado capitão para dar fim às lutas frequentes entre exploradores e indígenas. Surgiram, na época, os arraiais de Barra do Castelo, Caxixe, Ribeirão do Meio, Batatal e Salgado. No ano de 1754, Pedro Bueno e Baltazar Caetano Carneiro fundaram um engenho de açúcar, próximo à foz do rio, onde já havia outro engenho, o Caxangá, de propriedade de Domingos Freitas Bueno. Foi assim que se iniciou o povoamento do Baixo Itapemirim, até então conhecido como "valhacouto de escravos fugidos, que ali faziam seus quilombos".

O decréscimo de produção das minas e os sucessivos ataques dos puris e, posteriormente, dos botocudos, obrigaram os moradores das aldeias do Castelo a dirigirem-se para Minas Gerais, a oeste, onde fundaram o arraial de Cuité, ou para a vila de Itapemirim, no litoral. Em 1820, Manoel José Esteves de Lima, natural de Bordeiro, em Riba dos Mouros, Portugal, e fazendeiro em Minas Gerais, junto com 72 mineiros, abre estradas e fazendas na região. Os ataques dos índios dificultam o desbravamento: só em 1845 concordariam com a paz, em reunião com Joaquim Marcelino[18] no Aldeamento Imperial Afonsino.[19] No ano seguinte surgem as primeiras casas comerciais, formando, de acordo com a lei provincial nº 11 de 16 de julho de 1856, a freguesia de São Pedro do Cachoeiro.

Em 1881 *O Cachoeirano* relatava que a vila começara com a atividade de pessoas dedicadas ao comércio e à lavoura, vindas das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. "O primeiro negociante foi Cipriano da França Horta e o primeiro fazendeiro o capitão Pedro Dias do Prado, que muito concorreu para a emigração de diversos amigos e parentes seus." Apenas "habitações ligeiras marcavam os claros abertos na mata, em começo de desbravamento".

Tudo começou lentamente porque naquela época mesmo os aventureiros tinham medo – de índios, insetos, onças. E também de manobras políticas. Afirma-se que o príncipe regente D. João tinha bastantes informações sobre o Espírito Santo, fornecidas por Francisco da Cunha Menezes, governador da Bahia, a cuja jurisdição pertencia então a capitania capixaba, e por representantes dos vedores da Fazenda Real, dos capitães-gerais, incumbidos da defesa da costa brasileira: em 1796, nos mares de Vitória, navios franceses saquearam barcos portugueses, sem ser atacados pelas fortalezas, por falta de munição. Por

18 Joaquim Marcelino da Silva Lima, paulista, primeiro barão de Itapemirim, como se verá logo adiante, foi rico e influente fazendeiro da região de Itapemirim e ocupou várias vezes o cargo de vice-presidente da província, como chefe do Partido Liberal. Cf. Oliveira, op. cit., p. 367 e outras. (EFS)

19 Situado em terras compreendidas nos atuais municípios de Conceição do Castelo e Venda Nova do Imigrante, por algum tempo teve como responsável Joaquim Marcelino da Silva Lima (1779-1860). (FA)

isso D. João nomeou governador da capitania, no ano seguinte, Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, nascido em Mariana, Minas Gerais, capitão de fragata e geógrafo formado em Coimbra. Este levou três anos para assumir o cargo, por motivos ignorados até hoje. Ficou famoso pelo feito de 8 de outubro de 1800: na cachoeira das Escadinhas (no atual município de Baixo Guandu), assinou o auto de divisa entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais, através do qual cedia oitocentas léguas quadradas aos mineiros e, também, a seus familiares.

Silva Pontes foi também o responsável pela navegação do rio Doce. No pouco tempo que durou seu governo fez um levantamento desde a foz até a cachoeira das Escadinhas, o que demonstrou a possibilidade de navegação do rio. Este trabalho topográfico, o primeiro executado na capitania, provava que a saída natural de Minas para o litoral era pelo Espírito Santo. "Só o distrito desta nova capitania das cachoeiras para baixo do Rio Doce forma a mais bela província das marítimas do Brasil", escreveu ele. O Porto de Souza serviria de entreposto para o comércio de exportação e importação de Minas Gerais.

Para povoar a localidade agora chamada de Coutins[20] foram enviados os condenados pela justiça, que atraíram "os desertores e os criminosos que buscavam suas matas para escaparem à punição das leis". A travessia era penosa, longa, cheia de corredeiras. Os fugitivos de Minas também se escondiam nas redondezas. Em 1814, o então governador Francisco Rubim iniciou a construção da estrada para Mariana e Vila Rica, numa extensão de 72 léguas, tido então como o "mais arrojado e temerário empreendimento praticado pela monarquia portuguesa no Espírito Santo". Em 22 de julho de 1820, o mineiro Antônio Alexandre Eloy de Carvalho chegou com a primeira boiada ao porto de Itacibá: começava o comércio entre as duas capitanias. Entretanto, Vitória não tinha consumo de carne e a importação de sal para Mariana e Vila Rica não exigia a manutenção de tropas regulares e de lotes de burros na trilha perigosa. Por economia, a estrada foi abandonada, servindo, como a outra, de passagem para fugitivos.

Um deles não era criminoso, mas sim um comerciante rico em Paulo Moreira (hoje Alvinópolis), Minas. No relatório de 23 de maio de 1855, o presidente Sebastião Machado Nunes dizia à Assembleia Legislativa do Espírito Santo: "Os cidadãos Bernardino Ferreira Rios e Misael Ferreira de Paiva, auxiliados por Manoel Pereira de Faria e Francisco de Paula Cunha, realizaram a abertura de uma picada na extensão de nove léguas, desde a povoação de Alegre, no município do Itapemirim, até a Estrada de São Pedro de Alcântara, no lugar denominado Santa Cruz, procurando, desse modo, pôr em comunicação o referido povoado com Abre Campo, em Minas."

Em Paulo Moreira, Bernardino Ferreira Rios, casado com Domitila Rios, possuía uma casa comercial. Era chefe do Partido Liberal na zona de Abre Campo a São Domingos

20 Evidente equívoco do autor: diferente do Porto de Souza, localizado na divisa com Minas Gerais, o quartel de Coutins situava-se no Baixo Rio Doce e deu origem a Linhares. (FA)

do Prata quando seu partido assumiu o poder no país, embora por pouco tempo. Bernardino era um político exaltado e tudo indica que sua chefia foi tumultuada porque, logo após a volta do Partido Conservador ao poder, foi atacado em sua própria loja. Foi tão perseguido que não faltou a promessa de "uma liquidação a tiros" e uma possível tocaia de capangas.

Bernardino vendeu tudo, preparou uma tropa e arranjou a mudança junto com a mulher e os filhos, para "desaparecer". Seu objetivo era o município de Itapemirim. Com ele veio o noivo de sua filha Henriqueta, Francisco de Souza Monteiro, seu "empregado de balcão".

Esse Francisco teve como avô o português Antônio de Souza Monteiro, nascido em fevereiro de 1733 em Santa Eulália de Margaride,[21] que se casou em 1775 com Joana Gomes Pereira de Macedo, também portuguesa. Foram pais do alferes Antônio de Souza Monteiro, nascido em 1776, em Mariana. Do terceiro casamento deste, com Graciana Justa da Piedade, nasceu Francisco, em abril de 1823, também em Minas. Órfão de pai aos onze anos, com sete irmãos, tentou estudar "português e aritmética", além de latim, e, nas horas vagas, lecionava. Acabou mascate e, com a ajuda de Bernardino Rios, que lhe emprestou um burro e mercadorias, percorreu o interior. Na volta, pagou o empréstimo. Com o produto da excursão seguinte comprou seu próprio burro, aumentando o transporte de mercadorias. Formou uma tropa. Saiu-se tão bem que o credor Bernardino admitiu-o como "caixeiro de sua caixa forte" e, finalmente, como seu sócio.

Nesta época, Henriqueta, sua futura esposa, tinha seis anos e ouvia na loja contos de fada que o "empregado do pai", de 22 anos, lhe contava. Numa das muitas viagens, Francisco adquiriu por um conto e quinhentos réis uma posse de terras de cerca de 1.500 alqueires em matas, do rio Itapemirim até o Itabira, no município de Cachoeiro. Foi ele quem convenceu o futuro sogro a fugir para o Espírito Santo.

Bernardino construiu a Fazenda Cachoeira Grande, com uma casa comercial para as tropas, que traziam toucinho, carne, fumo e levavam para Minas sal e fazendas. Dois veleiros, *Deus Te Ajude* e *Santa Bárbara*, levavam mercadorias para o porto de Itapemirim, à beira-mar, e de lá para o Rio. Ele próprio arranjara à sua moda uma solução para o escoamento dos produtos pecuários. Francisco e Henriqueta casaram-se em agosto de 1855, na Fazenda Cachoeira Grande, ele aos 32 anos e ela aos 16. Além da propriedade comprada por Francisco, o casal tinha o dote de Henriqueta: uma faixa de terras à margem do Itapemirim e dois escravos, Faustino e Jerônima, mais o filho deles, Isaac, de dez anos, para o serviço da lavoura.

Cachoeiro era então uma vila pastoril, porém em constante mudança. O fiscal da freguesia recebia reclamações do número de cães e porcos soltos pelas ruas e também "de onça no lado norte desta vila". Em 1885, ameaça recolher todos os animais ao curral do Conselho, com multa de quinze réis, de acordo com o Código de Posturas. Mas cães, porcos

21 Pertence atualmente ao município de Felgueiras, distrito do Porto, norte de Portugal. (FA)

e cabritos continuaram seu passeio. Companhias teatrais apresentavam peças como *Manda quem pode* e *O diabo a quatro*: os moradores do lado sul tinham, nas canoas de travessia, passagem franca para assistir aos espetáculos. Apareciam também mágicos e ventríloquos, um deles com o boneco Manoel Gosto, e garantia-se "às exmas. famílias a existência de bancadas e divisão para homens e senhoras". No Carnaval registrava-se, às vezes, a presença de mascarados promovendo desordens, invadindo estabelecimentos, abrindo gavetas e carregando o dinheiro. Alguns corriam atrás das quitandeiras, tomando-lhes os doces. Tudo aparentemente em paz: ladainhas, missas cantadas, procissão, Te Deum, leilão de prendas, quermesses, festas juninas, boi pintadinho, visita de reis. De vez em quando uma corrida de cavalos: em 1883, registrou-se o páreo entre os cavalos Grifo e Coquete, com a aposta de quinhentos mil réis. Os entusiastas tentariam criar em 1886 o Prado Cachoeirense, "sociedade para orientar esta diversão agradável e incitar a criação de animais de boa raça". Em junho de 1883 foram exibidas na cidade as primeiras projeções fixas, "quadros pela projeção de luz elétrica", em número de 35, reproduzidos por uma máquina premiada na Exposição de Filadélfia. Em 1885, o Circo Equestre e Ginástico apresentava o Rei do Ar. Na mesma época, a atriz Ludgéria Lessa apresentava *La Traviata* e *Miguel, o Operário*. Os anúncios no jornal *O Itabira* informavam: "A Casa da Barateza convida as famílias econômicas a prevenirem-se de artigos de fazendas, armarinhos, perfumarias, moda, calçados, molhados e muitos outros artigos que recebi ultimamente. Aproveitem a pechincha, tudo por pouco dinheiro. Querendo-se receber um meigo sorriso é comprar uma linda caixinha de cetim com superior perfumaria e muitos outros objetos na Casa da Barateza que ouvirá em seguida: 'Je vous remercie mon chéri'".

Essa paz era ocasionalmente rompida por "brigas de mulher que em altas vozes proferem nomes bonitos" e "larápios que modestamente vão aqui fazendo profissão de roubo". Os escravos fugiam: em outubro de 1866, na fazenda da Safra, pertencente à viúva Josefa Couto, o feitor Guilherme Johnson foi atacado, enquanto dormia, por dois escravos que, saltando a janela, "descarregaram-lhe um golpe de foice sobre a região frontal". Depois de "grande luta" os escravos fugiram, porém um foi preso. A sublevação se ampliou: o lavrador Antônio de Jesus Lacerda, que tentara conter os escravos, foi assassinado. Em 1867, 21 escravos se rebelaram e o "pardo Joaquim" foi enforcado com "o látego de um relho, mostrando o corpo de delito ter sido o mesmo arrastado ao lugar do crime": ele assassinara, na Fazenda União, vizinha à Safra, um homem chamado José Fernandes Anchieta. Em janeiro de 1873 ocorre um grande incêndio nos canaviais da Fazenda da Safra, "desconfiando-se ser posto o fogo pelos escravos da mesma fazenda; os prejuízos causados não foram pequenos, e se o fogo não fosse atalhado em tempo se comunicariam aos cafezais e às matas" Nessas ocasiões, a cidade viveu "horrível pânico".[22]

22 Detalhes desses acontecimentos foram mencionados por Basílio Daemon em seu *Província do Espírito Santo: sua Descoberta, História Cronológica, Sinopses e Estatística*, às p. 377, 379, 402, in http://www.ape.es.gov.br/pdf/Daemon/Daemon_Parte_8.pdf. Acesso em 11/11/2008. (EFS)

Esse pânico provavelmente não teve repercussão na família do capitão Souza. Após o casamento, ele levantou um rancho perto do Salgadinho, córrego de água salobra, no ponto mais estreito da corrente, na confluência do rio Itapemirim. Rodeada pela mata, a casa que começou a ser erguida teria 58 janelas: no início não havia mobília, por isso uma pedra servia de cadeira no que viria a ser a sala de visitas.

Havia um princípio naquela época: "Mulher deve saber fazer, para saber mandar"; por isso, costuras, bordados e as demais prendas e serviços domésticos esperavam Henriqueta. Enquanto o capitão Souza e os escravos saíam para o trabalho, ela preparava o almoço, auxiliada pelo menino Isaac, encarregado de carregar água e lenha para o fogo. Conta-se que certa feita surgiu um veado à soleira do rancho, atraído pelo milho destinado ao pequeno moinho. Saíram em seu encalço, prendendo-o pelas canelas e amarrando-o depois à porta da casa.

Francisco era capaz de outros atos de coragem: abria a mata e fazia roçados, embora não encontrasse as onças de que falavam as lendas. Quando Henriqueta ficou grávida do primeiro filho, ele planejou a casa que substituiria o rancho, porque as enchentes do Itapemirim represavam as águas do Salgadinho, que atingiam o local. Havia outros escravos, entre eles os carpinteiros Leandro e Pedro que, sob a orientação de Francisco, ergueram os esteios e armaram a cumeeira da nova casa, na encosta voltada para o leste. Quando ficou pronta, com suas 58 janelas, Francisco pediu uma sugestão de nome a Henriqueta: ela respondeu que "a casa grande" se chamaria "Monte Líbano, a terra de Nosso Senhor".

Foi para lá que Bárbara Lindenberg voltou. Seu sobrinho Henrique de Novaes – engenheiro que dez anos depois, enquanto prefeito de Vitória, faria os estudos e dirigiria a construção das estradas de Santa Leopoldina a Santa Teresa e de Castelo a Muniz Freire (estradas que modificariam fundamentalmente a estrutura econômica dessas regiões, já que a produção das montanhas passaria a circular em caminhões) –, a mando de Henriqueta foi buscá-la em Campanha, em 1906. Seu marido, Carlos Adolfo, havia morrido em 26 de fevereiro em consequência de um edema pulmonar. Na construção da cidade de Belo Horizonte, o vereador e presidente da Câmara de Campanha dormia em sua barraca quando foi chamado a verificar um defeito qualquer numa aparelhagem. Era de madrugada, o acampamento quase todo coberto pela geada, a temperatura pouco acima de zero. Ninguém ousava sair das tendas ou barracas. Só o engenheiro Carlos Adolfo, que ficou bastante tempo exposto ao frio, quase sem agasalho.

Henrique de Novaes ajudou-a na venda da propriedade e na mudança. Ela teria o sétimo filho em Monte Líbano. Estando todas as vias férreas interditadas devido às chuvas, foi necessário fazer um desvio até o litoral para então, no navio *Guarani*, do Lóide Brasileiro, chegar à Barra do Itapemirim e de lá subir o rio, até Cachoeiro, numa das embarcações a motor de propriedade do coronel Simão Rodrigues Soares. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, então com sete anos, já tinha o apelido de Nêni.

Capítulo Dois

Monte Líbano

Capítulo Dois

Monte Líbano

Em 1870, quinze anos após sua fundação, a Fazenda Monte Líbano já era um império. O fato de sua sede localizar-se no alto da encosta não significava apenas uma defesa natural contra as enchentes, os répteis e as feras. Não deixava de ser uma ascensão geográfica: ela poderia ser vista a certa distância.

Era uma casa construída em forma de U, em dois andares, com 58 janelas. Exatamente no interior desse U foram organizados os terreiros de "pedra grande para a secagem do café". O produto era despejado no primeiro terreiro, em seguida passado para o segundo e, finalmente, para o último. O mesmo espaço abrigava os paióis e a senzala dos escravos.

O capitão Francisco de Souza Monteiro preferia chamá-los de "servos". Eram onze no início, quando começou a plantar café, cana, milho, feijão. Porém, foi sozinho que puxou a água do riacho Salgadinho, a três quilômetros de distância, para tocar o moinho, o lavador de café e as duas rodas d'água – uma do engenho de cana e outra do engenho de café e serraria.

A água ia sendo "tocada" por série: mais em cima, mais em baixo, bem mais em baixo: Francisco construiu uma espécie de riozinho de dois metros de largura, plantando bambus de um lado e de outro, quase um túnel, e no meio um carneiro hidráulico (máquina para elevar água, acionada pela própria água). Servia para a lavagem da casa, para o banho, para a cozinha. Para beber, só água de chuva, guardada em grandes potes.

À margem do rio funcionava a olaria – um cepo munido de uma argola enorme, no ápice, e da qual partiam correntes fortes, que se atavam aos cabrestos dos bois. O cepo erguia-se no centro do depósito de barro molhado: os animais marchavam em círculo sobre a lama espessa, aferroados pelos guiadores, horas e horas, até que a massa homogênea permitisse as operações complementares ao preparo das telhas e tijolos, cozidos em fornos especiais. Trabalhava-se também com pedras de cal, num terreiro perto dos outros.

Francisco teve tempo também para organizar colmeias e aprisionar pássaros em gaiolas dispostas na varanda da sala de jantar. Criou pombos também: a carne servia para alimento dos doentes e das crianças, embora as escravas afirmassem que eram "aves agou-

reiras". Nos barrancos perto dos currais ele escavou buracos, forrados de palha, para servirem como chocadeiras às galinhas, patos, perus e marrecos que abasteciam a fazenda. O aviário foi transferido para o pomar perto da casa da família quando a filha Helena, regressando do colégio de Matoso, foi encarregada da cunicultura.

Uma parreira dividia o coelheiro e o jardim. Mangas, ameixas, sapotis, figos brancos e roxos, jabuticabas, pinhas, goiabas formavam o pomar. Os coqueiros, mais abaixo, indicavam o porto da canoa – dali se atravessava para a Fazenda Pau Brasil, a mais próxima. O escravo Isaac era o remador – na margem oposta, muitas vezes, acenavam pessoas perdidas e errantes que, agasalhadas e abrigadas, passavam "a fazer parte útil da fazenda". Embora se afirmasse na época que "quem planta coqueiro não vê o coco", Francisco não ouviu o vaticínio sobre a morosidade do crescimento e a pouca rentabilidade desse produto. Arranjou uma solução estética: plantou-os em frente à casa grande.

Na parte inferior da construção depositavam-se ferramentas, arreios, trastes velhos. No andar superior ficavam os quartos de hóspedes, os aposentos da família, as salas de jantar, de espera e de visitas e a capela. À direita, em retângulo, as divisões para empregados e forasteiros que pedissem abrigo; à esquerda, a sala de café, a despensa, os banheiros, a cozinha e os quartos correspondentes à senzala.

Já os mais antigos consideravam a terra ubérrima. "È tutta un giardino, e tutto quello che vi si raccoglie è oro", como dissera em 1455 o veneziano Cadamosto a respeito da ilha da Madeira. Os dias eram longos, o ritmo suave. A vida da mulher era uma sucessão de partos: nasceram Antônio (Antonico), em 1856; Bárbara (Sinhá Bárbara) em 1858; Maria (Maricota), em 1860; Maria Graciana (Iota), em 1862; Bernardino (Didino), em 1864; Fernando, em 1866; Helena (Dodona), em 1869. No mesmo ano, em seu batizado, seria inaugurada finalmente a casa: foi o auge da prosperidade da Fazenda Monte Líbano. Em 1870 nasceu Jerônimo. Em 1876, José. Em 1877, Bárbara (Barbinha), numa homenagem a Sinhá Bárbara, falecida em 1875. Finalmente, Henriqueta (Quequeta) em 1879.

Quando a casa foi inaugurada, o capitão Francisco de Souza Monteiro havia perdido completamente o antigo status de burguês comerciante, já que nos tempos coloniais o mercador era profissão desclassificada, socialmente falando. Os titulares do Império eram todos escolhidos entre proprietários rurais e banqueiros.

Em Cachoeiro, o sargento-mor de milícias Joaquim Marcelino da Silva Lima, paulista que veio para o Espírito Santo em 1802, foi agraciado com o título de barão de Itapemirim por D. Pedro II em 1841 e, posteriormente, "com as honras da grandeza", em 1849. Era também diretor geral dos índios da província (o que lhe valia honras de brigadeiro), negociante de escravos e "apaniguador dos navios negreiros".

"Sobre o alto de uma colina de onde se descortinava a vastidão do oceano" o barão de Itapemirim ergueu um palacete, à margem do Itapemirim, no feitio dos castelos medievais, tendo escadarias de mármore com leões à entrada e torreões nos cantos. O interior era luxu-

oso e brunido, contendo bibliotecas, salões de bilhar, sala d'armas e alcovas primorosas com leitos marchetados. Os salões eram adornados de quadros e grandes retratos de antepassados. As baixelas de prata pesada brilhavam na vasta copa severamente decorada e sombria. Como os castelos feudais, também tinha "os seus desvãos meio subterrâneos e capela magnífica".

Com seus mil alqueires, a Fazenda Monte Líbano não possuía o esplendor da do barão de Itapemirim. Porém, com capela, jardim, pomar, colmeias, aviários, pocilgas, currais, engenhos de cana, de café, serraria, olaria, forno de cal, pastos, cafezais, só precisava mesmo comprar querosene e sal, produtos então importados. Na sala de visitas, a mobília era de jacarandá, com mesa e consoles de mármore, jarrões de porcelana chinesa, castiçais com mangas de cristal, espelhos enormes com moldura dourada, lustres de cristal, louça imperial, paredes forradas de papel acetinado, almofadas bordadas a miçanga e lã; na sala de jantar, as paredes eram forradas de tecidos estampados com gravuras do romance popular *Paulo e Virgínia*, uma história de amor. Na saleta de espera, mobília austríaca. Era o império do café: determinado ano havia registrado 357.382 arrobas exportadas pelo Espírito Santo, principalmente por Cachoeiro, o maior produtor da província.

Em 1800, aproximadamente, o café foi introduzido no Espírito Santo, plantando-se algumas sementes, como experiência, na zona de Linhares, no vale do rio Doce. Em 1812, a capitania exportou as primeiras arrobas de café, que alcançaram no mercado do Rio de Janeiro o preço de três mil contos a arroba. O governador Francisco Rubim, "entusiasmado com a perspectiva de bom futuro oferecido pela cultura cafeeira", recomendou a Luís José da Costa, seu assessor, que "fizesse com que os pés de mamona nos quintais da Vila de Vitória fossem substituídos pelo cafeeiro".[23]

A terra não era a ideal, "roxa", como a de São Paulo e não tinha grande profundidade como aquela. Mas as propriedades físicas (permeabilidade e aptidão para a água, deixando-a circular, assim como o oxigênio) exercem uma influência muito decisiva. Na

23 Francisco Alberto Rubim, oficial da marinha portuguesa, governou o Espírito Santo entre 1812 e 1819. Deixou fama de "arbitrário e déspota", confirmando a acusação genérica feita pelo jornalista Hipólito José da Costa de que "qualquer governador, por mais insignificante que seja a sua graduação, tem, no Brasil, o direito de mandar prender a quem lhe pareça e pelo tempo que quiser, sem dar razão de seu feitio". Mesmo assim, a administração de Rubim tem sido considerada pela historiografia capixaba muito profícua para o Espírito Santo. Além de incentivar o cultivo do café, viabilizou a vinda dos primeiros colonos açorianos para Viana, abriu a estrada para Minas, incentivou o desenvolvimento da agricultura etc. Cf. Freire, Mário A. *A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)* 2. ed. ampliada e anotada pelo autor e organizada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves. Vitória, Flor&Cultura; Cultural-ES, 2006, p. 227-38. Ver também Hollanda, Sérgio Buarque de. (org.) "História Geral da Civilização Brasileira" Tomo II, *O Brasil Monárquico*, vol. 2, p. 353-63. (EFS)

cultura tropical, afirmava-se, cabia ao cafeeiro mais ou menos o mesmo papel que à videira na Europa. Ambos "dão ainda rendimento lucrativo onde outras plantas cultivadas não dão resultado".

O café era "a moeda agrícola brasileira". Um terço dos cafezais era sombreado, único meio de lhes garantir uma vida mais dilatada. Sugeria-se para o clima seco do Brasil a obrigação de "carpir todo o cafezal três a cinco vezes por ano, até a última haste das mondas. O emprego das carpideiras, associado ao trabalho manual, é o meio mais eficaz para esse fim". Mas a colheita do café no Espírito Santo se fazia pelo método chamado *processo da terra*, não se usando o de São Paulo, denominado *método do lençol*. Os lavradores capixabas usavam o método seco, que consistia em derrubar o café, maduro ou verde, e fazê-lo fermentar em montes, espalhando-o em terrenos de terra socada depois de bem fermentado.

Além do trabalho rudimentar, outros problemas: os pulgões e cochonilhas, insetos que causavam "sérios danos à planta, não só por debilitá-la pela sucção, como também por permitir o desenvolvimento de bolores negros sobre as folhas e ramos, conhecidos pela denominação de fumagina". Havia também um inimigo especial, denunciado pelo presidente da província Venceslau de Oliveira Belo, em 1843, ao abrir os trabalhos da Assembleia Legislativa: "A agricultura que já se ressente da falta de braços, luta nesta Província com um inimigo que, a não combater-se desde já, virá em breve aniquilá-la e inutilizar os terrenos da costa, que nas proximidades dos portos marítimos tão necessários se fazem em seu desenvolvimento: falo, senhores, da Formiga, cuja reprodução é tão prodigiosa, é tão daninho o seu trabalho, que, a não acordardes desde já com os meios de a extinguir, não tardará o tempo em que os agricultores sejam por elas obrigados a abandonar-lhes os terrenos, para irem nos Sertões ocupar outros que, conquanto estejam mais fortes, não lhes proporcionarão os mesmos cômodos e vantagens que aqueles, que lhes oferecem fácil exportação. Não se diga que isto é uma ficção: Províncias temos que permaneceram por longo tempo e, por tal motivo, na indigência, prosperando desde que se deram ao trabalho de as extinguir".[24]

Tratava-se de um inimigo que, por sua persistência, engenho e capacidade de reprodução, jamais seria totalmente extirpado do solo. O que não impediu que o Espírito Santo detivesse a exclusividade da produção do café capitania, "famoso pelas suas propriedades de aroma e sabor deliciosos" – variedade obtida de plantas cultivadas à sombra, na região litorânea. Nos sertões não tinha êxito, porque não se observavam as suas características diferenciais no tamanho das sementes, na cor e na gustação: degenerava logo em café comum. "O crioulo, mesmo sob o abrigo da sombra, não dá o capitania. O clima e o solo alteram a natureza do produto. As condições climatéricas e os agentes telúricos da nossa zona litorânea fixaram o hábitat do tradicional capitania".

24 Cf. Relatório do presidente da província, Venceslau de Oliveira Belo, de 25 de maio de 1843, acessível em http://www.crl.edu/brazil/esp.htm p. 5. (EFS)

Enquanto a qualidade do produto era elogiada em todo o país, surgiu uma ameaça real para a produção. No período de 1859-74 o café constituiu quase a metade do valor total da exportação brasileira e, ao fim do Império, 57%, representando 56,63% da produção mundial: quatro milhões de sacas em 1870 e 5.586.000 exportadas em 1889. Quando a produção mundial era mínima, o mercado internacional recebeu muito bem a nova bebida. Restrito um século antes aos países árabes, e artigo de luxo na Europa, o hábito de tomá-lo se generalizou quando os padrões de moralidade pública começaram a mudar. Os ricos, os talentosos e os que viviam à margem da sociedade dividiram uma vitória comum: o prazer de viver. As paixões não eram mais colocadas em xeque por considerações de moral: a *demi-mondaine*, a prostituta e os aventureiros se tornaram tipos sociais e literários. Eram encontrados pessoalmente e nos livros, nos s*alons* e nos *cafés* – locais onde as pessoas podiam se encontrar e, ao mesmo tempo, perder o anonimato, refúgios para as "almas solitárias" e os passantes. A frequência feminina não incluía somente aquelas mulheres cuja profissão exigia a espera da atenção do cliente, mas também as mulheres de classe média, que não hesitavam em entrar após um dia de compras. As mudanças na moral pública possibilitaram que as mulheres, em anúncios, convidassem os consumidores a comprar absinto, cerveja, champanhe e café.

A ameaça, no distante país do "ouro verde", veio em forma de fato político: em maio de 1888 foi abolida a escravatura. De repente, os fazendeiros se viram ameaçados pela falta de mão de obra. Porém a Fazenda Monte Líbano logo se recuperaria do impacto da mudança e de suas consequências: Antônio de Souza Monteiro, o filho mais velho, que passou a administrar a fazenda após a morte do pai um ano antes, e ainda estudante de Medicina no Rio de Janeiro, obteve, exatamente dois meses e quatro dias depois, em 17 de julho de 1888, autorização do Serviço de Imigração do Ministério da Agricultura para receber em suas terras vinte famílias de italianos.

No terreiro da Fazenda Monte Líbano foi erguida uma cruz, alta o suficiente para ser vista da porteira, onde se localizava o sino. A organização social exigia um ritual, com símbolos e ideologia: as crianças nessa época eram versões em miniatura de seus próprios pais. Nas cidades da Europa, o fato de as famílias de classe média terem apenas um descendente, ou mesmo dois ou três, não era mais excepcional: era quase uma norma. Porém, na zona rural ao tempo do Império, o conceito de família se estendia a tios, tias, primos e os pais necessitavam de muitos braços para o trabalho na roça.

Os sentimentos eram simples e por isso exigiam, na observância da convenção, clareza na conduta e ordem na aparência externa. Quando inaugurou a fazenda, a família observou as normas: o primogênito, Antônio, sentava-se à cabeceira da mesa. À direita, a

mãe, Henriqueta, as filhas e as outras moças da casa. À esquerda, o pai e os rapazes. Enquanto na Europa a descoberta de antissépticos e vitaminas ajudava os médicos a diminuir o índice de mortalidade infantil, na Fazenda Monte Líbano as crianças obedeciam às antigas normas: "Criança come o que está no prato." Nunca era permitida a intromissão na conversa "dos mais velhos". Quando a casa recebia estranhos, "criança não dava um pio". Em seguida, o almoço dos "servos" (em 1853, em Minas Gerais, de sociedade com o sogro, Francisco adquirira "vinte e duas cabeças". À época da inauguração da fazenda, já contava com duzentos). Enquanto Francisco tomava as lições que havia passado aos meninos (que estudavam até às 16 horas), Dona Henriqueta ensinava o bê-á-bá às meninas, que também recebiam lições de crochê e costura. Às 18 horas, um dos negros tocava o sino na porteira: estabelecia-se o silêncio na fazenda; rezava-se coletivamente mesmo depois do término das seis badaladas. Após o "toque da ave-maria", as crianças corriam a "tomar a bênção" dos pais, irmãos primogênitos, padrinhos, madrinhas, didis, babás: sinhazinhas e sinhozinhos, afilhados, escravos, molequinhos, as "crias de casa", todos participavam; a capela ficava no centro da casa, isolada por uma "parede movediça", que se abria para a sala do almoço da família; a enorme sala de jantar seria destinada aos escravos. Altar, castiçais, santos, e a mesa de comunhão foram esculpidos por Domingos Santeiro (Domingos de Abreu e Lima), importado de Minas pelo capitão Souza para essa função. Teve tanto sucesso que foi convidado a fazer o mesmo trabalho na igreja de Nosso Senhor dos Passos, na sede de Cachoeiro, mandada erguer pela família Souza Monteiro – mais especificamente, pela pessoa de Dona Henriqueta Rios de Souza.

Ela era uma senhora relativamente baixa, porém forte. Tinha uma personalidade tremenda: era resoluta e sabia mandar, "muito boa pessoa mas muito severa": quem mandava naquilo tudo era ela. "Não tinha conversa, todos obedeciam à sua orientação." Na opulência, era ela quem estava por trás, quando o marido mandou buscar em Minas os parentes menos favorecidos pela sorte: Antônio Lino de Souza Monteiro recebeu o sítio de Maquinê; Joana, casada com Modesto Gomes, ganhou Cobiça, perto de Cachoeiro; Felisberto, marido da prima Aninha, herdou a Divisa; Severiano de Souza Monteiro, casado com Rosa, irmã de Henriqueta, o Valão; João Paulo e Antônio Rios, irmãos dela, também foram atendidos. A família deveria permanecer por perto, espalhando-se por Cachoeiro.

Sinhá Riqueta também supervisionava as refeições: Francisco saía cedo para os cafezais, acompanhado dos cães Polícia e Turco. Às 9 horas, recebia o almoço, em gamela: comia com os escravos, verificando a qualidade. Às 12 horas, recebiam a merenda: café com batata assada, banana e angu. Às 18 horas, em casa, todos tomavam café com broa de milho ou angu e melado. Nos dias frios ou chuvosos, os escravos tinham direito a uma caneca de aguardente, "para esquentar o corpo", e uma ração de fumo. Por ser mulher, Dona Henriqueta tinha também funções determinadas: ela e uma escrava distribuíam a roupa aos demais.

Aos sábados, o capitão Souza, por ser homem, é quem passava em revista os escravos, examinando as unhas, os carapinhos e o asseio geral. Também sozinho, montava a cavalo bem cedinho no domingo para assistir à missa em Cachoeiro. Os que ficavam na

fazenda rezavam o terço e cantavam a ladainha de Nossa Senhora na capela. Era Francisco quem viajava para o Rio para comprar ternos, calçados, xales e vestidos para os escravos nas festas de Natal ou da Páscoa. Os mais bem comportados ganhavam sabonetes, lenços de chitão e outras miudezas. Também aos sábados as escravas casadas tinham folga para cuidar dos maridos e preparar-lhes a roupa. Um orgulho de Sinhá Riqueta: os servos da Monte Líbano eram os mais vistosos nas ruas. O capitão Souza fazia o pagamento: cinco mil réis a cada trabalhador, por semana.

Aqui e ali, havia resquícios do patriarcalismo bíblico. Como no resto do país nessa época, a fazenda era um estado médio entre uma família e um principado: dentro do seu domínio, o fazendeiro tinha o alimento, a vestimenta, a iluminação e a proteção contra as intempéries. "O Brasil é o maior produtor de café", dizia uma publicação oficial, "e nada nos faz temer que ele venha a perder a supremacia mantida até agora".

O silêncio e a obediência eram as formas da aceitação: Sinhá Riqueta encontrava tempo para observar, de binóculo, as varas fincadas no leito do rio com as quais os escravos pescavam robalos, tainhas, camarões, cascudos. Aos sábados, organizava a matança dos porcos: a carne, cozida e frita, era conservada em latas cheias de gordura; os sinhozinhos auxiliavam as mucamas no trabalho de encher linguiças e chouriços. Ela mandava separar o sebo dos bois para o sabão de decoada. Fiscalizava as escravas que, grávidas, ou com filhos recém-nascidos, eram dispensadas do serviço na roça, passando a cuidar das crianças: banhavam-nas, providenciavam a mamadeira, trocavam-lhes as fraldas, ministravam-lhes os remédios. Francisco organizaria logo depois uma botica de tratamento homeopático (com o tempo, a farmácia da Monte Líbano aviaria receitas de médicos). A escrava Salustiana destacava-se como tecedeira: conseguia, diariamente, de três a quatro metros de tecido. Os sinhozinhos e sinhazinhas enovelavam os fios: a mestra do serviço colocava os grandes novelos na urdideira. Dona Henriqueta costurava. Vez ou outra abandonava a máquina de manivela, acionada por uma criança escrava: de binóculo na mão direita e rosário na esquerda, observava as escravas encarregadas de lavar e bater as roupas nas pedras, à margem do rio. Percorria os corredores, rezando, até alcançar o salão de engenho: era preciso verificar o número de sacos na moega. Ainda rezando, chegava à porta do leste: observava o açúcar em ebulição no tacho de cobre – quinze dias depois de pronto, o açúcar seria espalhado no terreiro, enrolado num pano grosso, para secar. Em caixões e barricas, arrobas de açúcar branco, mascavinho e escuro serviriam para o consumo da fazenda. O mel de tacho, resultante da cristalização, seria levado para a fábrica de aguardente.

A placidez dessa paz bíblica seria interrompida em 1875 por uma epidemia de tifo na região: no dia 9 de fevereiro, após oito dias de agonia, morria Bárbara, aos 18 anos. Os escravos fizeram o caixão com tábuas da serraria, revestido de cetim branco, e eles mesmos o levaram: à frente, a cavalo, o capitão Souza e o noivo da filha, Alexandre de Carvalho, que, em seguida, vendeu o que possuía e voltou para Portugal.

No ano seguinte, foi a vez de Maricota. Porém, desta vez, o capitão "despachou um escravo, montado num burro, até Rio Novo, em busca do médico Manoel de Novaes Melo." A filha sobreviveu, mas, quando o capitão pediu as contas, o médico disse que queria como pagamento "a mão de sua filha". A resposta: só daqui a dois anos. O médico estabeleceu-se em Cachoeiro, abriu uma farmácia e voltou no prazo determinado, casando-se com a moça em março de 1878.[25]

Em junho do mesmo ano de 1875, foi a vez da própria Sinhá Riqueta: atingida por beribéri, ficou "entrevada". Francisco agiu sozinho: levou a mulher para a Barra do Itapemirim, acompanhado pelo filho Jerônimo (Nhonhô). Henriqueta se recuperou, mas, em 1881, Maria Graciana (Iota), a musicista da família, que alegrava as festas tocando valsas de Chopin no piano de cauda, também morreu de tifo: o Dr. Novaes não estava em Cachoeiro na ocasião.

Os Souza Monteiro prestavam atenção às datas e às comemorações. Henriqueta escolhia na folhinha o nome dos filhos de acordo com os santos do dia e festejava, à maneira portuguesa, a passagem, em junho, dos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro: fogueiras com cana, aipim, batata complementavam as danças – os servos tinham direito ao jongo e ao batuque, caxambá[26] e sanfona; as sinhazinhas e os sinhozinhos, na varanda, também tinham direito a dançar ao compasso do piano tocado por Iota. No sábado de aleluia, José se encarregava de redigir o "testamento" humorístico do Judas, cuja efígie era queimada a seguir. Pelo carnaval, Antônio Rios, irmão de Henriqueta, conduzia um cortejo de mascarados, a cavalo, até a fazenda: primos e irmãos brincavam de "batalha de confetes e serpentinas", sendo o confete uma novidade parisiense. Servia-se chá, canjica, bolo de milho, roscas-doces, café e leite. Uma jovem delicada, com um sinal preto na face, seguindo a moda de então, apareceu mascarada, com um chapéu florido, leque de plumas e anquinhas. Delicadamente, dançou com Antônio, o primogênito. Às 22 horas, antes da ceia, Dona Henriqueta deu ordem para que todos tirassem as máscaras: a moça era Bernardino, seu quinto filho.

Naquela época, "negro se vendia como se vende um animal. Dava-se de garantia como se dá hoje uma casa". Quando o capitão Souza resgatou a escritura da hipoteca de dezenas de negros no Banco do Brasil, no Rio, trazendo-os para a fazenda, sua ascensão social se havia consolidado em prestígio político: era "um sujeito adiantado, um fazendeiro

25 O casamento de Manoel Leite de Novaes Melo com Maria de Souza de Novaes Melo, a Maricota, gerou "treze filhos, mas apenas quatro sobreviveram: Zita (que se tornou a famosa Irmã Tereza), Henrique [engenheiro e político], Maria Stella [professora e historiadora, (1894-1981)], e Benvindo", agrônomo do Ministério da Agricultura. Cf. Leite, Juçara L. *Maria Stella de Novaes*. Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo. Vitória, Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007, p. 19. (FA)

26 Deve ser o mesmo que caxambu – dança de origem africana, executada ao som de um grande tambor (o "caxambu") e de outros menores, e acompanhada de canto; cf. verbete "caxambu" no *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, versão 1.0, dezembro de 2001. (FA)

abastado". Passou a ser chefe político do Partido Conservador, em Cachoeiro, enquanto, na Barra do Itapemirim, o barão disputava com ele a primazia de toda a região. Para ampliar seu prestígio, distribuía roupas, calçados e miudezas a seus compadres e eleitores do partido e atendia a pedidos de auxílio: de longe, às dezenas, vinham os matutos gozar a hospedagem do "Chefe" e aprender a assinar o próprio nome: os eleitores de Monte Líbano tinham em sua maioria o sobrenome Sá, porque, sendo breve, era fácil de ser aprendido pelos analfabetos. Multiplicavam-se as canetas de flecha e pena embutida. Henriqueta preparava a carne de novilhos, enchia capoeiras com galinhas e ovos, arrumando tudo num carro de boi. Francisco levava compadres para Cachoeiro, além de escravos. As eleições se conduziam no interior das igrejas. Após a vitória, a festa era realizada no adro. Às vezes, no auge das discussões, uma urna se quebrava com os socos dados na mesa: anulavam-se as eleições, iniciava-se outra campanha eleitoral. A festa antecipada era sempre a mesma, assim como a vitória do Partido Conservador.

A abolição da escravatura, em maio de 1888 (assim como as medidas abolicionistas anteriores, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários), desorganizou o sistema de produção baseado no trabalho escravo: todos os fazendeiros do país "da noite para o dia" ficaram sem mão de obra. Raros foram os escravos que permaneceram nas fazendas: alguns ficavam "passeando de lá para cá, muitos morrendo na miséria, mas estavam em liberdade". O coronel Souza (que morrera um ano antes) não chegou a ver desaparecerem todas as fazendas do barão de Itapemirim, nem a de Morro Grande, que pertencia ao filho de um barão.[27] A Monte Líbano foi uma das poucas que sobreviveram como fazendas organizadas. Primeiro pelo pioneirismo da escolha de imigrantes italianos para substituir os escravos, agora em regime de meia. Segundo, pela tenacidade de Sinhá Riqueta que, mesmo viúva, era "uma senhora de muita força, de muita vontade". Com os recém-chegados e os poucos escravos que permaneceram no local, "continuou tocando a fazenda". Houve até uma colheita muito grande de café. Perderam também muito café, mas a fazenda sobreviveu.

A viúva mal tinha tempo para manter a ordem no império que passou a comandar com o filho primogênito. Obedecia às leis: os servos que permaneceram passaram a receber salários, como qualquer outra pessoa. Na época da escravidão, "a fazenda dava tudo, roupa, comida, calçado. Não ganhavam nada, só trabalhavam, mas tinham tudo que era preciso". Agora eles mesmos cuidavam de si. Muitos saíram, depois voltaram. Sinhá Riqueta deu a Isaac, seu primeiro escravo, que a acompanhara durante toda a vida, um terreno na beirada da fazenda, com cinco alqueires. Ele se estabeleceu ali como sitiante. O ex-escravo Cirilo também tinha seu lote de terra e igualmente trabalhava por conta própria. Os outros que

27 A Fazenda Morro Grande, no distrito de Cachoeiro de Itapemirim, era de propriedade de Joaquim Antônio de Oliveira Seabra (1828-1888), segundo barão de Itapemirim, casado com Leocádia, filha de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o primeiro barão, e Leocádia Tavares Brum, sua segunda mulher; cf. http://www.sfreinobreza.com/NobI3.htm. Acesso em 15/05/2009. (FA)

voltaram eram carreiros, cortadores de cana, apanhadores de café, agora assalariados. Ainda assim, continuavam fiéis.

Até mesmo os animais. À Fazenda Monte Líbano conjugava-se uma outra, a Cachoeira Alegre, localizada perto da pedra do Itabira, nos terrenos que Francisco comprara ainda como mascate. Às vezes a viúva, com os filhos, passava um tempo em Cachoeira Alegre. A cadela Viúva, que sempre acompanhava a família à frente do carro de boi que levava a bagagem, certa feita teve nove filhotes. Ela estava presente quando, nos preparativos para a viagem de retorno, Sinhá Riqueta disse a um empregado: "Olha, essa cachorra não vai, não. Você deixa ela criar os filhos e depois que você puder dar todos eles já criadinhos, então você leva ela para Monte Líbano." "Ah, sim senhora, pode deixar", respondeu ele.

Quando já se preparava para subir no carro de boi, Sinhá Riqueta percebeu os movimentos da cadela: passava repetidamente na frente da casa com algo na boca e depois seguia para o moinho. Sinhá Riqueta chamou novamente o empregado: "Veja ali o que a Viúva está arranjando no moinho. Ela está passando com um negócio na boca e eu quero saber o que ela está fazendo." O empregado voltou com a informação: "Ai, ai, ai, sinhá. Ela matou os cachorrinhos, os nove, jogou no cubo do moinho." Viúva matara os filhotes para ficar livre e ir embora, acompanhando Sinhá Riqueta.

Os grandes proprietários rurais formavam uma classe à parte, e privilegiada: riqueza, poder e autoridade constituíam a base para a aristocracia, que desfrutava de respeito e prestígio, formando a tradição, sob a autoridade absoluta do chefe, que escolhia os casamentos, por exemplo. O respeito advinha do fato de que ele e a família haviam vencido a natureza hostil – bela e ubérrima, que precisava ser domesticada para gerar frutos e dividendos e permitir o crescimento. O ritual católico era também uma manifestação da cultura portuguesa. À força do português juntaram-se, como se afirmou, a sensibilidade da raça africana e a paciência do índio. Sinhá Riqueta, viúva, revivia a própria situação do país de seus antepassados: com as navegações e as colonizações, houve escassez da população masculina. Poucos homens voltavam: "Portugal se tornou um país de viúvas".

O trabalho escravo era indispensável para os colonizadores brasileiros. Antes de 1783, as ilhas açucareiras britânicas tinham poucos competidores: o Brasil e as colônias francesas. Em 1806, o excedente de açúcar na Inglaterra atingiu a seis mil toneladas. Para diminuir e restringir a produção, o tráfico de escravos deveria ser abolido: isso ocorreu na Inglaterra em 1807. Em 1826, por causa da pressão dos plantadores das Índias Ocidentais, que pretendiam manter o monopólio, o governo britânico conseguiu, após quatro anos de negociação, que o governo brasileiro tornasse ilegal o tráfico de escravos. Mas, em 1856, foi aprisionada uma escuna norte-americana, com 350 africanos a bordo, nas costas de Vitória. Há registros também no porto de Itapemirim, onde o próprio barão de Itapemirim seria responsável pelo tráfico. Em 1845, tendo-se o governo brasileiro recusado a renovar os contratos com a Inglaterra, o parlamento inglês aprovou a *Bill Aberdeen*, que declarava

lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, sujeitando os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado.

Na década de 1870, a sociedade brasileira, antes indiferente ao problema servil, passou para o lado do escravo e da abolição. Entre as causas dessa mudança de atitude estavam a participação do negro na Guerra do Paraguai, o fato de o Brasil ser na época um dos últimos países com escravos e a pressão por parte de organizações abolicionistas estrangeiras e da opinião pública mundial. Marcaram fundo as palavras do naturalista inglês Charles Darwin, escritas após deixar o Brasil: "No dia 19 de agosto deixamos por fim as praias do Brasil. Graças a Deus nunca mais vou visitar um país de escravos." No resto do mundo o Brasil tinha a fama de ser o país da escravidão e da febre amarela. Exibir escravos na rua já não era uma manifestação nobre. Via-se com constrangimento o período em que para os escravos eram necessários três pês – pau, pano e pão. A Monte Líbano tinha um "salão de prender". No começo se batia nos escravos.

O movimento abolicionista também encontrou eco em Cachoeiro. O médico Manoel de Novaes Melo, genro do capitão Souza, filiado ao Partido Liberal, depois juiz de paz e deputado provincial, nunca admitiu escravos em casa e distinguiu-se como abolicionista. Na cidade foi criado um fundo de emancipação pela Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo, fundada em Vitória em outubro de 1869 (dezessete escravos foram libertados em 1881).

Na Fazenda Monte Líbano, a "sensibilidade do negro" foi uma espécie de contraponto aos rituais católicos. As "servas" prendiam uma caveira de boi à porta da pocilga à chegada de visitas porque estas "punham quebranto" nos leitões e causavam-lhes a morte. Um "homem de maus olhos" teria provocado a morte dos veados criados no pomar, assim como dos coelhos. Uma caveira com cascas de ovo, colocada no alto de pequena estaca, afugentava o mau-olhado e fazia as lagartas respeitarem os legumes da horta. Perto do cruzeiro, "faziam a reza" em dias especiais: "Arreda de mim, Satanás / Pois tu, em mim, não terás paz / Porque, no dia de Santa Cruz / Cem vezes me ajoelhei / Cem vezes me levantei / Cem vezes disse Jesus, / Cem vezes beijei a cruz, / Cem ave-marias rezei."

Essa aceitação de valores seria exemplificada após os festejos da Lei Áurea: Cachoeiro festejava desde junho de 1887, quando foi inaugurada a ponte municipal com a libertação de dois escravos. A maioria dos escravos da Monte Líbano abandonou a colheita do café (em dois meses cresceu o mato na lavoura, a colheita se perdeu, pois na rotina da sobrevivência trabalhavam apenas os de casa e os servos que se recusaram a partir). A Banda Estrela do Norte puxou a passeata pelas ruas da cidade. Alguns dias depois, muitos ex-escravos, famintos, voltaram para a Monte Líbano. Delfino, empunhando um facão, ameaçou Antônio: "Minhas contas, sinhô!" Não conseguiu repetir a frase porque na varanda surgiu, de mão erguida e ameaçadora, Sinhá Riqueta, ordenando: "Põe-te lá fora! Guarda esse facão! Nem mais um passo." A autoridade explícita versus o ex-escravo armado. Este recuou e foi embora.

As famílias Volpato, Matielo, Galiazzo, Campagnaro, Stefanatto, Lugatto, Scatamburlo e Meiatto embarcaram no porto de Gênova, na Itália, no vapor *Mário*, em maio de 1888. Alguns desembarcaram atacados de sarampo e foram levados ao hospital. Em 1894, chegariam os Maitan e os Bremede.

Houve um período de adaptação: além da dificuldade de comunicação, havia o problema do clima; embora fossem lavradores na Itália, sofriam aqui com o calor, os bichos-de-pé, as pulgas, o tifo, o impaludismo, a febre amarela. Trabalhavam em regime de "meia": Antônio de Souza Monteiro dava a floresta, eles a derrubavam, plantavam o café. Antônio fornecia a semente e pagava cem réis por cada pé. Após a colheita, os italianos ganhavam a metade e também podiam plantar cereais só para suas famílias. No princípio estranharam a alimentação porque faziam muita questão de trigo, que não havia na fazenda. Acabaram se acostumando com o fubá, com o que faziam a polenta, sua alimentação básica.

A Câmara de Cachoeiro não deixou de registrar que, "a exemplo dos mais adiantados do Império", o município reconheceu a necessidade de "procurar na imigração a substituição do braço escravo pelo braço livre, a fim de manter e desenvolver a lavoura existente. Alguns lavradores do município tanto têm compreendido essa necessidade que já têm mandado vir, aproveitando-se dos favores do Governo Geral, imigrantes estrangeiros, dos quais algumas famílias já têm aportado a esta vila e estão bem colocadas. Acontece, porém, que são aqui pessimamente alojados por não haver casa apropriada para recebê-los e acomodá-los durante sua estadia nesta Vila, o que incontestavelmente causa má impressão, e mesmo certo desgosto aos mesmos imigrantes e aos próprios lavradores que os mandam vir". Por causa desses fatos e da possibilidade de chegada de mais imigrantes, foi proposta a construção de um prédio destinado "à recepção e agasalho dos imigrantes que se destinarem à lavoura do Município." O prédio foi construído, eles passaram a se apresentar "mais ou menos com a roupa boa". É certo que mais tarde grandes latifundiários como José Gonçalves da Costa Beiriz e Antônio José Duarte "retalharam suas propriedades em pequenos loteamentos e os venderam por preço módico e a longo prazo aos colonos italianos, fornecendo-lhes ainda os meios de trabalho".

Na Fazenda Monte Líbano permaneceu o "direito ao sábado" concedido antes aos escravos: os colonos italianos iam a Cachoeiro para vender ovos, galinhas e vassouras (que produziam em grande quantidade). O café também era vendido na cidade, às vezes à própria fazenda. As casas comerciais forneciam os produtos não encontrados na fazenda e recebiam café como pagamento.

Com a ajuda dos italianos, a fazenda continuou vendendo leite, queijo, arroz, feijão. Mas o forte era o café. Em seguida, a cana, segunda fonte de renda ("moía-se a cana, fazia-se

cachaça, melado e açúcar"). O gado bastava, mas valia muito pouco. Como na lavoura de seu próprio país, o colono italiano trabalhava com o arado aiveca, pequeno, manejado por uma pessoa e puxado por burro ou cavalo. Os cafezais não dispensavam a enxada. Em geral, o café do Espírito Santo tinha baixa cotação no mercado brasileiro por causa da falta de cuidados no seu beneficiamento. Mas isso não acontecia na Fazenda Monte Líbano, que possuía o lavador de café (antes de ir para a máquina, o grão era passado no lavador e depois pilado. Outra garantia de limpeza: os terreiros tinham piso de pedra e cal, o café era espalhado e secado para depois ir para a máquina). O café da Monte Líbano era o "de melhor qualidade, mais limpo e mais bonito", alcançando o melhor preço em Cachoeiro, onde era vendido.

Embora o preço no Rio de Janeiro fosse melhor, o café era vendido em Cachoeiro por causa dos impostos locais: a ligação ferroviária entre Cachoeiro e Vitória encarecia muito o transporte (a estrada subia a quase mil metros para depois descer ao nível do mar), mas o imposto era cobrado em Cachoeiro, assim como na Barra do Itapemirim, de onde o café era escoado por barcos até o Rio.

Em abril de 1839 o governo central "expediu uma ordem ao presidente da província Gabriel Monteiro de Mendonça para que fossem reservadas terras de agricultura a 400 colonos de Bremen que seriam colocados às margens da estrada que, pelo Itaúba, ligava a província a Minas".[28] Em 1847 fundou-se a colônia de Santa Isabel, seguindo-se a de Rio Novo em 1855 e a de Santa Leopoldina em 1857. Houve uma paralisação em 1880 em consequência do insucesso da colonização na região do rio Doce: especuladores tiveram a ideia de estabelecer, de distância em distância, no vale dos rios Mucuri e Doce, grupos de colonos que servissem de ponto de apoio a vias de comércio entre o planalto e o mar. Agentes de imigração partiram para a Europa, de onde trouxeram milhares de alemães, holandeses, suíços e alsacianos. Nada estava, entretanto, preparado para recebê-los. O desastre foi completo: a maioria dos estrangeiros pereceu pelo tifo e pela fome. Mais tarde as colônias de Mucu)ri foram designadas pelo nome de Açougue.[29]

Em 1870 o engenheiro Costa Alves defendia: "De todas as províncias do Norte, é a do Espírito Santo a mais própria para o estabelecimento de grandes núcleos coloniais. Tendo apenas de 20-25 léguas de largura, todos os seus pontos acham-se próximos ao

---

28 Na verdade, Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça foi nomeado presidente da província do Espírito Santo em 9 de dezembro de 1830 e deixou o cargo a 8 de abril de 1831. Portanto, a ordem mencionada por Amylton só poderia ter sido dada em 1831, quando Gabriel era de fato presidente da província do Espírito Santo. Cf. Oliveira, José Teixeira, op. cit., p. 542. (EFS)

29 O autor misturou indevidamente dados da colonização do Espírito Santo com informações referentes à colonização da região do rio Mucuri. No Espírito Santo, as tentativas de colonização realmente estrangeira, excluindo a dos açorianos, anteriores a 1847, não chegaram a ser implementadas de fato, por uma série de motivos. Estima-se que entre 1847 e 1896 teriam entrado na província cerca de 45 mil imigrantes oriundos de vários países europeus, sobretudo italianos. Entre 1882 e 1887 ocorreu significativa redução desse fluxo, que só foi interrompido depois de 1896. Cf. Saletto, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. (mimeo) p. 120-2. (EFS)

litoral, onde, além dos magníficos portos de Vitória e Rio Doce, encontram-se ainda os de Itapemirim, Piúma, Santa Cruz e São Mateus, onde fazem barra os rios do mesmo nome, cuja navegação para o interior pode ser utilizada. Acresce a isso ser ainda o território quase todo devoluto, sendo proverbial a uberdade do solo." Em maio de 1889, o presidente Moscoso oficiava ao Ministério da Agricultura no mesmo teor: "Das províncias do Império é, incontestavelmente, a do Espírito Santo a que mais elementos reúne para larga e profícua colonização de estrangeiros e nacionais, pela uberdade de seu solo, valor dos produtos de sua aptidão agrícola, magnificência hidrográfica do seu vasto território devoluto, altitudes, clima e proximidade dos portos marítimos. Em seu território devoluto podem ser estabelecidos 250.000 indivíduos em lotes coloniais, nas melhores condições de prosperidade, e neles acham-se efetivamente estabelecidos cerca de 25 mil estrangeiros de diversas nacionalidades, predominando a italiana, alemã e suíça, em condições invejáveis de riqueza e bem estar, constituindo quinze importantes núcleos coloniais."

A palavra uberdade seria repetida em outros documentos. Em 1862 o barão Tschudi, enviado da Confederação Helvética, escreveu um relatório que ficou conhecido como uma verdadeira sentença condenatória da colonização. José Fernandes da Costa Pereira Júnior rebateu as acusações, afirmando que a fundação de uma colônia e sua prosperidade não são fatos ligados entre si. Uma das causas dos problemas: a dificuldade de aclimatação. "Já não estamos no tempo das narrações fabulosas a respeito do continente misterioso da América. As maravilhas do Eldorado passarão com os séculos da ignorância, graças ao vapor que aproxima todas as distâncias e a este grande telégrafo que se chama a imprensa – a vencedora do tempo e do espaço. Infelizmente o Brasil tem sido bastante caluniado pelos seus hóspedes para que os homens mais ignorantes da Europa possam julgar que em nosso país o solo produza com a maravilhosa fecundidade de Canaã – terra da promissão. Se o colono encontra aqui a vantagem de ser proprietário, ele que em seu país exorbitante de população não possuía um cantinho de terra em que colhesse o necessário para viver, uma granja mesquinha a cuja sombra repousasse a cabeça fatigada ou enferma, nem por isso obterá prontamente desta propriedade os frutos abundantes nascidos da espontânea uberdade da natureza." Em seguida, trocando a poesia pelo realismo, continua: "O trabalho é a condição da natureza humana – e a maldição Divina que o impôs, estendeu o castigo a todos os povos e a todos os continentes. E este trabalho é tanto mais penoso nos primeiros anos de estabelecimento no Brasil quando a terra, coberta de florestas, aquecida em quase todos os pontos pelos ardores do sol tropical, exige os esforços do machado antes dos da enxada ou da charrua, os sofrimentos da aclimatação, o hábito dos alimentos peculiares do país, o conhecimento da língua e todos os demais fatores que constituem uma verdadeira aclimatação. E tudo isso não se opera rapidamente, como por encanto, tudo isso é mais do que a obra da imaginação ou da vontade, é obra do tempo."

De qualquer forma, foram criadas comissões distritais para regular o Serviço de Terras e Colonização em julho de 1892. Os "grandes gastos" do estado não foram compensados "por causa da anarquia que o invadiu".

Faltavam "pessoas idôneas que dirigissem os núcleos", o que provocou a repatriação e, finalmente, em julho de 1895, o decreto do governo italiano suspendendo a imigração para o Espírito Santo. O cônsul da Itália no estado, Carlos Nagar, apontou as razões: "deficiência nos meios de transporte para os imigrantes da Hospedaria Central aos núcleos coloniais; barracões distritais infectos e apertados, com aglomeração, sem distinção de idade nem de sexo, de centenas de pessoas durante muitos meses e algumas vezes anos, à espera da medição dos seus lotes; demora excessiva na medição e divisão dos terrenos; alimentação escassa, má e a preços exorbitantes; pagamentos em bônus em vez de dinheiro e demora desses pagamentos; abusos da polícia e justiça tardia, custosa e incerta; insalubridade do clima nos pontos destinados aos núcleos coloniais; deficiência do serviço médico, do serviço postal, de vias de comunicações, de escolas, etc.; remuneração pouco lucrativa em relação ao trabalho, perigos, incômodos e o preço elevado dos víveres".

Todos esses dados, em italiano, foram publicados em folheto e largamente difundidos na Itália. O presidente do estado, Muniz Freire, respondeu ao cônsul italiano em sua curta permanência no estado, reconhecendo, primeiro, algum fundamento nas acusações. Admitia que não se conseguira organizar um serviço regular de transporte entre os portos e os núcleos coloniais no interior ("esse serviço sempre foi feito por contrato e raros têm sido os contratantes escrupulosos na sua execução"); que havia exploração ("o estado paga para o imigrante ser bem tratado, mas em regra ele é apenas explorado: demoram-no no porto para alimentar o ônus dos cofres, mas dão-lhe má hospedagem, má condução e mau alimento até o núcleo); porém, considerava como inconvenientes sem gravidade a demora das demarcações e a má qualidade dos barracões: "Não há aglomeração de um tão grande número de pessoas, nem a promiscuidade que se alega; e depois, a não ser no Rio Doce, onde todos os núcleos são novos, é raro os imigrantes ficarem nos barracões: todos eles são imediatamente atraídos pelos grandes e pequenos lavradores dos arredores, e vão trabalhar nas lavouras existentes; a maior parte mesmo prefere conservar-se nas lavouras, enquanto prepara as suas, a ir trabalhar nas estradas que o estado mandou abrir para dar-lhe os meios de subsistência." Muniz Freire informava também que a demora nos barracões era "ato voluntário", porque, assim que chegava, o estado dava ao imigrante o "necessário adiantamento para a construção da sua habitação provisória no lote que lhe é designado". Ainda teve tempo de atribuir aos imigrantes italianos duas características, a preguiça e o senso de aventura, antes lançados aos colonizadores portugueses, dos quais descendia: porque os recém-chegados "não tendo a necessária persistência no trabalho ou tendo perdido as ilusões da vida fácil que esperavam encontrar lançavam o seu desapontamento à conta do estado".

O "súdito alemão" Maurício Lamberg, no livro *Brasil*, publicado em 1896, foi mais complacente. Dizia que os colonos de seu país viviam aqui "sem preocupação e felizes. Se as suas casas não oferecem o conforto que se encontra na dos nossos camponeses alemães ricos, a culpa é só deles. Vi, aliás, também algumas habitações rurais realmente cômodas, iguais às das melhores da Europa. Isso depende em geral apenas das qualidades morais e intelectuais dos colonos". Porque o clima era bom, o estado sanitário dos colonos era sa-

tisfatório. O solo produzia duas ou três vezes mais que o europeu e "em muitos lugares até cinco vezes mais".[30]

Lamberg aconselhava a quem não encontrasse "em sua pátria meios suficientes de vida, que é sadio de corpo e de espírito, possua boa vontade e energia e a quem as ilusões não perturbaram, a imigrar corajosamente para o Brasil e recomendo muito o estado do Espírito Santo".

O odor e o sabor seriam guias fiéis para a construção do prazer que o menino Nêni desfrutou na Fazenda Monte Líbano. Só depois é que a emoção forneceria a imagem para a memória. Mesmo após a morte de todos os que a habitavam, mesmo após sua venda e destruição, ainda assim se mantinha o mesmo esplendor. O mundo existia como seu próprio reflexo.

Isso incluía o banho no rio, a pesca, o passeio de canoa, o jogo de pique, o passeio a cavalo, acordar na hora que quisesse (geralmente entre 6 e 7 horas) e ouvir os sons: às vezes, o vento nos coqueiros, nas mangueiras; os pássaros na gaiola ou voando pela casa e até mesmo por seu quarto; o riso das empregadas na cozinha, seus cantos ("Fui na horta apanhá couve / espetei um espinho no pé / amarrei com fita verde / dos cabelos de José"). E o cheiro de café, do leite, da comida em preparo. As galinhas no terreiro, andando de cá para lá, extraviadas do ninho. E também a certeza de que, ao acordar, as pessoas estavam todas lá. Como Isaac, o ex-escravo, de mãos calejadas. "A bênção, pai velho", pediam as crianças. "Deus te abençoe para o mundo", respondia ele toda manhã.

Lá fora, o tio Antônio aguardava os irmãos para o "banho de mar semanal": a adição de sal, em boa quantidade, numa tina com água. Toda criança deveria tomar banho de mar, "pois faz muito bem à saúde. O sal tem função importante na epiderme e fornece a pigmentação, assim como limpa os poros", dizia, enquanto marcava no relógio Roskoff a permanência de cada um dos sobrinhos dentro da tina. Como estudara medicina durante alguns anos no Rio, tinha conhecimentos suficientes para aviar receitas e indicar remédios, quase todos homeopáticos, para combater as doenças infantis das inúmeras crianças da casa. As crendices e ditados os filhos de Sinhá Barbinha aprendiam através dos ex-escravos e dos italianos: "Tem uma formiga preta que ela se chama correição porque ela faz um caminho e fica correndo pra lá e pra cá. Quando ela está subindo em parede ou em árvore é sinal de que vai chover: ela já está prevendo as poças d'água e se muda com a família inteira, inclusive a rainha-mãe. E quando está descendo é o contrário; é seca prolongada."

30 Não foi possível descobrir de onde Amylton retirou esta citação do livro de Maurício Lamberg, que se pode encontrar na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em São Paulo. (EFS)

Poderia ser verdadeira também a afirmação – já que viviam na roça – de que "quando você olha para a lua e tem um círculo em volta, vai chover se ele estiver longe dela. Se estiver perto, não chove". Para as crianças que se espantavam com a imensidão do céu, à noite, quando a escuridão era maior, afirmava-se: "Se você aponta com um dedo para uma estrela você fica com uma verruga". Às vezes, tio Antônio era enigmático: "É preferível ficar vermelho meia hora do que amarelo toda a vida" Quer dizer: um sujeito lhe pede um dinheiro que você sabe que ele não vai pagar; você fica vermelho na hora para dizer a ele que não dá, mas ficará amarelo a vida toda se empresta e não recebe o dinheiro de volta.

Diziam lá na fazenda que, quando a criança nasce fraquinha, deve-se pegar um galho de pé de maracujá. Em seguida, parte-se o galho ao meio. Separando-se os dois pedaços (o galho de maracujá parece um cipó), passa-se a criança dentro dele. Depois, amarra-se o galho para juntar outra vez, guardando-o. "Se o galho juntasse outra vez, a criança ficava curada."

Uma ocasião deu uma doença nas crianças e elas ficavam piscando, piscando sem parar. Seu Ladislau era um preto casado com Serafina, que é quem fazia os partos da região. Ele punha a criança sentada numa cadeira, pegava uma bacia com água e um montinho de pólvora. A criança ficava olhando para a água e ele colocava fogo na pólvora. Quando explodia, a criança ficava curada.

Tudo isso as crianças aprendiam ao anoitecer, depois que o velho Tramontini, hortelão e jardineiro, e também sacristão e sineiro, mesmo debaixo de chuva, após conferir a hora no relógio Roskoff, batia o sino para a Ave-Maria. Voavam pássaros noturnos, longe da fogueira.

Diante da curiosidade das crianças, na varanda, Sinhá Riqueta, agora "signora parona", interrompia as orações do terço e tinha tempo para narrar:

— Era uma vez, naquele tempo havia uma festa no céu e geralmente os pássaros eram convidados. Mas havia um pássaro que se chamava bacurau e que estava pelado e não podia voar porque não tinha pena. Os pássaros todos se reuniram e resolveram que cada pássaro daria uma pena ao bacurau para que ele se vestisse e pudesse ir à festa no céu. Quando voltassem da festa, ele devolveria as penas de cada um. E assim fizeram e ele ficou muito bonito porque ficou todo colorido. Foram todos à festa e eles voltaram e os outros pássaros ficaram esperando que o bacurau devolvesse as penas e ele nada de devolver. Chamaram o bem-te-vi e mandaram atrás do bacurau, para saber o que tinha havido. O bem-te-vi voltou dizendo que no outro dia ele devolveria. Esperaram, esperaram e nada. Chamaram o gavião e mandaram falar com o bacurau e ele disse: Amanhã eu vou, já disse ao bem-te-vi, amanhã eu vou. Esperaram mais oito dias e nada do bacurau. Então chamaram o gavião para ir atrás dele outra vez. Procurou, procurou e, encontrando, falou novamente com ele e ele só respondia: Amanhã eu vou, amanhã eu vou. O gavião então voltou e falou: Olha, o bacurau não anda mais nem de dia, eu custei muito a encontrá-lo, e, quando a gente encontra ele, ele só fala: Amanhã eu vou. Ele estava andando só de noite para não

encontrar com nenhum pássaro mais. E até hoje o bacurau faz o ninho no chão e, quando algum pássaro encontra com ele, vai em cima dele para arrancar as penas e ele só canta assim: Amanhã eu vou, amanhã eu vou. Ele realmente tem as penas todas pintadinhas, cada uma de uma cor. E fica mesmo voando de noite e dizendo: Ba-bacurau, amanhã eu vou.

As crianças se calavam: havia na história um sentido oculto e uma lição, provavelmente a ser esquecida ao longo dos anos. Tinham então todo o direito de olhar e ouvir: os sons da noite incluíam latidos, piados, miados e também silvos. Ao prestar atenção, estariam aptas a uma leve tristeza e abatimento: a beleza de tudo provocava então sentimentos ternos. Era a consciência do tempo e a formação da memória.

O que incluía também os italianos, presentes domingo pela manhã para rezar o terço, e também para as festas de Santo Antônio, quando surgiam com os trajes característicos de Pádua: lenços, aventais, saias franzidas, chinelos de traça, chapéus de abano, gorros genoveses e lã preta: "Eles faziam muita festa para Santo Antônio de Pádua e tinha um padre italiano que ia lá, parece que o nome dele era padre Valentim, e ele fazia muito sermão e era metido a engraçado. Um dia quando se estava festejando Santo Antônio de Pádua ele virou-se para os italianos e disse: Santo Antônio não é italiano, ele é português."[31]

Porém, foi adotado pelos brasileiros: houve até uma câmara, a de Iguaraçu, em Pernambuco, que o incluiu entre os seis vereadores, pagando-lhe os 27 mil réis anuais que todos os outros percebiam. Em 1716, o governador Lourenço de Almeida dirigiu uma carta ao rei, comunicando-lhe que, "em vista passada à infantaria, lhe fora apresentada uma petição de Santo Antônio, que tendo prestado grandes serviços, só percebia soldo de praça, pelo que o promovera a tenente da fortaleza". Este ato foi aprovado pelo Conselho Ultramarino em agosto de 1717. D. João VI, quando no Rio de Janeiro, ordenou que o santo fosse promovido ao posto de tenente-coronel. Em seguida ele receberia o grande cordão da Ordem de Cristo.

Na Monte Líbano, um outro ditado afirmava: "mulato de olho azul ou amarelo, sai de perto dele que tem barda", isto é, defeito. Certa feita, Nêni, um "menino muito abelhudo", escondeu-se atrás da porta e observou: um ferreiro, um mulato de olho amarelo, veio acertar as contas com o tio Antônio. Iria embora de vez. Na entrada da casa, antes da varanda, guardavam-se as gaiolas dos pássaros e uma grade obrigava as pessoas a atravessar um portão até chegar à varanda. Quando Antônio foi atender ao ferreiro, Sinhá Riqueta permaneceu entre a grade e a varanda. Ela usava uma bata comprida e manteve a mão, atravessada, por debaixo dela. Quando Antônio voltou, viu a mãe e perguntou: "Mamãe, por que você veio assistir eu conversar com esse homem?" Respondeu ela: "Vim assistir

31 E tinha razão o padre, já que o santo franciscano nasceu de fato em Lisboa no ano de 1195, vindo a falecer na cidade italiana de Pádua em 1231, motivo de seu nome. Foi e ainda é um dos santos mais populares do catolicismo no mundo inteiro, tendo convivido com o próprio São Francisco de Assis. Seu nome original era Fernando, motivo pelo qual, em Portugal e aqui no Brasil, muitas crianças de pais católicos são batizadas em sua homenagem também com este nome. (EFS)

você conversar com ele, pois eu tinha sabido que ele disse que ia te desfeitear. E eu estava marcando o sangrador dele com esta faca de ponta. Porque, se ele te desfeiteasse eu ia empurrar esta faca até o cabo no sangrador dele."

Nêni descobriu a política aos oito anos. A pedido do tio, coronel Antônio, já então substituindo o pai, participou, junto com os primos Benvindo de Novaes e Nelson Monteiro, do "constituo" (primeira palavra do instrumento procuratório) em favor da candidatura do tio Bernardino Monteiro, eleito deputado estadual em 1907.

A partir de 1889, com a República, o procedimento eleitoral se baseava em eleições a "bico de pena". Como o processo eleitoral regulado pela Constituição estabelecia prazos para inscrição de eleitores, o coronel organizava diversões e quermesses para os eleitores do campo, que recebiam também almoço, roupa, calçado. O alistamento dos eleitores pela Junta Federal incluía cidadãos analfabetos, menores de idade e até nomes de pessoas já falecidas. Se o eleitor não sabia preencher ou assinar a documentação necessária, qualquer membro da mesa receptora de votos preenchia cédulas e assinava por ele. Na maior parte das vezes, os eleitores votavam em aberto, assustados com as possíveis represálias. Relembra Carlos Lindenberg:

— Tinha idade mínima, mas não precisava apresentar certidão de nascimento e então eles alistavam como eleitores gente até com quinze anos. Quem tinha barbinha na cara dizia que tinha 21 anos e se alistava. Eles pediam para a gente fazer o "constituo", que era uma procuração que dizia assim: Constituo meu bastante procurador para efeito de me alistar em Cachoeiro de Itapemirim o Sr. coronel Antônio Monteiro. E então assinava, dava a procuração para tio Antônio e então ele alistava o camarada como eleitor. Depois meu tio levava toda a documentação para Cachoeiro e lá os registrava como eleitores. O camarada só apareceria no dia da eleição. Era chamado, assinava o nome, votava e ia embora. E aí foi o meu ingresso na política. Eu mesmo assinava ou eles assinavam. Eu e os outros primos também; o "constituo" era só para constar, era só para aparentar uma eleição.

Nêni começou a estudar na própria fazenda, numa escolinha nas proximidades, com a professora Silvana Silva, que morava com os pais na localidade. Ela ensinava a todas as crianças da fazenda, incluindo os filhos dos italianos. No mesmo ano, a família dela se retirou da fazenda e Sinhá Riqueta arranjou então uma sala na casa grande: quarenta crianças aprenderiam com a própria mãe de Nêni, Barbinha, que então só tinha o curso primário.

Embora viúva aos 28 anos, Barbinha não quis se casar novamente. Consta que teria dito na ocasião: "Não vou permitir que meus filhos tenham padrasto. Meu marido está morto e não há ninguém no mundo que possa ocupar seu lugar." Foi para "melhorar as rendas e ter uma ocupação a mais para distrair-se" que ela aceitou ser professora. Era uma

mulher igualmente firme, como a mãe, mas que manteve "aquela pureza, aquela ingenuidade da mulher de antigamente, ela era a expressão da bondade". Por seu próprio empenho, a escola foi mantida pela prefeitura de Cachoeiro. Quando a família se transferiu para Vitória, em 1914, ela foi morar com o irmão, o bispo Dom Fernando, no episcopado. Foi quando "entendeu de estudar, queria o diploma de professora". Fez exames preparatórios com professores particulares como Aristides Freire, que era muito conhecido como professor de português. Em seguida, fez novos exames para entrar no Colégio do Carmo, onde sua única filha, Maria Ester (Filhinha) fazia o curso normal na mesma classe. Formaram-se no mesmo dia, na mesma turma: a filha recebeu o diploma em público, mas a mãe preferiu pegá-lo depois, na Secretaria de Educação. Ela ficara com vergonha, encabulada, porque era a única senhora da turma.

Nomeada professora pelo irmão Bernardino, na época presidente do estado, foi lecionar numa escola no alto do morro de Argolas, onde ficou muitos anos: com chuva ou com sol ela comparecia, não falhava de forma alguma, atravessando a baía de barco, indo e voltando a pé para casa. Mais tarde foi transferida para outra escola, no centro da cidade, e em seguida para o Grupo Escolar Gomes Cardim, onde se aposentou. Não sem dificuldades: era preciso contar o tempo de serviço, estadual e municipal. No tempo municipal, faltavam três anos. Ela nunca conseguiu documentos comprobatórios, mas descobriu a razão: seu irmão, Antônio, presidente da Câmara de Cachoeiro, que conseguira sua nomeação, havia mentido: ele mesmo pagou o ordenado dela, de 60 réis por mês, durante seis anos. Teve escrúpulos, como irmão, de nomeá-la. Ela só seria realmente nomeada pelo presidente seguinte da Câmara, coronel Marcondes Alves de Souza, que mais tarde governaria o estado entre 1912 e 1916.

Manteve a delicadeza até morrer, aos 89 anos: quando um moleque quebrava a lâmpada de sua rua, escrevia um cartão ao prefeito, pedindo o favor de providenciar o conserto, "explicando que por certo isso era coisa de namorados, que quebravam lâmpada para poder ficar no escuro". O prefeito respondia, ela enviava outro cartão agradecendo a atenção.

Na época em que decidiu ser professora havia uma frase que restringia o saber da mulher a apenas dois livros: o de receitas e o de orações. Com o desenvolvimento do pneumático em 1889 e depois do Tour de France em 1903, a bicicleta deixara de ser apenas uma moda e se transformara num esporte e num meio de locomoção. Embora utilizasse o cavalo para percorrer toda a fazenda, Nêni disse à mãe: "Eu queria uma bicicleta." Ela respondeu: "Se você me copiar todo aquele livro de receita de Dodona eu te dou a bicicleta." Relembra Carlos: "Aí ela me entregou o livrinho em branco, e eu meti a cara, copiei o livro todinho. Quando acabei de copiar, ela mandou buscar no Rio, para mim, uma bicicleta alemã, a Opel, que custou 250 mil réis. Coitada, deve ter sido um sacrifício danado, porque meu pai deixou muito pouca coisa."

Era uma época em que as pessoas tinham um ar distante, perdido, cheio de melancolia. Vestiam-se de preto. Aos oito anos, os meninos eram indivíduos sombrios; já sabiam

nomes dos três inimigos da alma: já sabiam somar, multiplicar e dividir; já declinavam em latim. Andavam a passo de enterro e vestiam-se de preto, chapéu e roupa de homem. Nêni ia para a escola levado pelo cavalo que ganhara de presente, *Castainho*: eram seis quilômetros, gastos em uma hora. Deixava o cavalo amarrado perto da casa de uma parenta, à beira do rio, e saía a pé para o Colégio do Verbo Divino, estabelecido em 1905 como instituto de Artes e Ofícios, com regime de internato e externato. Luís e Ary, irmãos mais velhos, cursavam o ginasial. Nessa época, Nêni estudava português, aritmética, geografia, caligrafia e leitura, ao longo das classes primárias de A a C.

Ele já vinha almoçado de casa. Às 9 horas fazia-se a chamada das classes no pátio, depois rezava-se nas salas o Pai-Nosso e, então, com muito rigor, estudava-se até às 15 horas, com um pequeno intervalo de meia hora. O recreio era o momento mais esperado: o colégio tinha seis salas de aulas, mais capela, e, no andar superior, o dispensário dos padres e alojamento dos alunos internos. Ao redor, um enorme caramanchão de maracujá, cujas folhas impediam a entrada do sol: apesar do cheiro das flores e, posteriormente dos frutos, os alunos não se atreviam a tocá-los. Passado o caramanchão, finalmente surgia o pátio: à sua disposição os alunos tinham o passa-valente (peteca) e uma barra para exercícios.

Os colegas de Nêni lembram-se dele na época como um menino calmo, bem sociável, que fazia boas relações na sua classe, porque os mais velhos, mais adiantados, não ligavam para os menores. Era também um menino brincalhão. Sua principal característica: a camaradagem. "Mesmo de família abastada, dava-se muito bem com os mais simples."

Nêni batia bola com os colegas. Havia uma só trave, o que não impedia o entusiasmo dos meninos, para constrangimento dos padres diante desse esporte moderno. Só um ano depois foi admitida a outra trave. Afinal, desde 1897, quando o futebol apareceu, os jornais cariocas combatiam-no por ser violento e perigoso. Os seis padres-professores insistiam que, ao invés de correrem atrás de uma bola, eles se sentassem e comessem a merenda que traziam de casa. Como, porém, "chovesse ou fizesse sol", eles eram obrigados a ir à aula, os meninos insistiam no esporte, tornando essa escola a primeira em Cachoeiro a incorporar a atividade esportiva. Então ficavam livres "dos padres rigorosos, que não consentiam que ninguém fizesse barulho durante as aulas, todo mundo ficava em silêncio. Passavam sempre com média boa, mas não ligavam para esse negócio de estudo, gostavam mais era de vadiar."

A aceitação do aprendizado de somar, multiplicar, dividir, diminuir, e da História do Brasil revista e adulterada não impediu a descoberta súbita da violência: certa vez, Euclides Vitti, interno de Santa Teresa, brigou com Augusto de Barros, interno de Alegre. O primeiro muito nervoso, o segundo muito calmo, o que não o impediu de debochar de Euclides, mais atrasado. Este pegou uma caneta com pena e feriu o rosto, o pescoço e o braço de Augusto. Os padres, preocupados, queriam a expulsão dos dois. Os meninos, como times de futebol, dividiram-se: uns a favor da reação, outros, da ironia.

Em 1908 Nêni terminou o curso preliminar em Vitória, no Colégio do Carmo. Residia no episcopado, junto com o tio e padrinho, Dom Fernando (que assumira em 1902 a diocese do Espírito Santo como seu segundo bispo), e com a tia Maria (Maricota). Como não havia ligação férrea entre Cachoeiro e Vitória, ele viajou sozinho, a cavalo, de Cachoeiro até Matilde, onde tomou o trem para Vitória.

A religiosidade da família do capitão Monteiro já fora reconhecida pelo episcopado carioca desde 1887. Considerando a distância entre a fazenda e a vila de Cachoeiro e também "o quanto ele (o capitão) deseja que a sua digna família e até todos os seus escravos possam frequentar os sacramentos, mormente quando em sua hospitaleira casa está hospedado ou de passagem algum sacerdote", permitiu-se a comunhão na capela da casa grande. Até as mulheres teriam direito, "desde que houvesse um confessor".

Mas havia o conceito de que "religião era coisa de mulher", originado, provavelmente em Vitória, pelas imposições que a Igreja impunha aos costumes. No campo, ao filho eram ministradas as primeiras letras. Quando ele era muito inteligente, "viraria padre". O capitão Francisco não gostava de que o filho Fernando brincasse de missa, ritual que eventualmente ocorria em sua casa, com as irmãs Maricota e Sinhá Bárbara: no batizado das bonecas das irmãs, ele se vestia de padre. Elas faziam os paramentos de papel e pregavam uma coroa na cabeça dele. Uma saia de Sinhá Riqueta era a sobrepeliz. Mais tarde, ele foi estudar no Colégio do Caraça, em Minas Gerais, e tornou-se professor do Colégio Seminarial São Vicente de Paulo, em Petrópolis, e por fim no Seminário São José do Rio de Janeiro.

Era ele, segundo seus contemporâneos, homem de muita energia, lutando pelo ensino religioso: visitou todo o Espírito Santo. No ano em que Nêni ficou hospedado em sua casa, seu irmão Jerônimo fora empossado como presidente do estado. Sinhá Riqueta e o senhor bispo estiveram presentes no antigo Congresso. Dom Fernando era tido também como humilde: convidado pelo irmão para os banquetes em palácio, preferia enviar um substituto representando a Igreja. O parentesco também não era um privilégio: em dezembro do mesmo ano, Jerônimo vetou a lei pela qual o estado entraria com 20 mil réis de auxílio às obras de restauração do Convento da Penha. À noite, no jantar, Jerônimo explicou ao irmão bispo que, de acordo com a nova Constituição, a Igreja estava separada do Estado. Porém, indenizou o bispado, que reclamava os aluguéis de seus imóveis ora utilizados pelo governo, como a torre de São Tiago, ocupada pelo Posto Semafórico,[32] e a igreja de Araguaia, incendiada durante os trabalhos da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, em janeiro de 1898. No bispado, o ritual se mantinha: todos eram obrigados a assistir à missa pela manhã e às preces à tarde. Nessa época, Nêni descobria o mar: a baía localizava-se em frente à residência episcopal.

32 Existente em uma das torres da antiga igreja jesuítica de São Tiago, hoje parte do Palácio Anchieta, e que por meio de bandeiras comunicava a chegada de navios ao porto de Vitória. Desativado no início do século XX. (FA)

A persistência, humildade e religiosidade do senhor bispo tiveram profunda influência sobre Nêni. Mas ele era ainda criança, por isso voltou à vida da fazenda e ao Colégio Verbo Divino. Ali ficou como interno até a metade do segundo ano ginasial, quando adoeceu: "Foram quarenta dias de febre, quase morri e, quando passou, eu estava esquálido, com a saúde comprometida. Me levaram a um médico no Rio e ele achou que eu estava tuberculoso e mandou que eu suspendesse os estudos e ficasse solto na fazenda, comendo bem e vagabundeando para recuperar a saúde. Então me colocaram na fazenda sem estudar, sem fazer nada, passei dois anos assim. Sentia muita falta de meu pai e todas essas coisas, mas fui mais ou menos feliz."

Entre 1898 e 1914, as cidades eram o centro de empolgação e de atividade, um local de confrontação, onde havia debate de ideias e contato com as novas invenções da ciência e da tecnologia. Em 1910, havia 183 cidades europeias com mais de 100 mil habitantes; nos Estados Unidos, 48. Em cada continente havia uma cidade com mais de um milhão de habitantes. Os fenômenos, para milhares de pessoas, significavam uma ruptura com o modo rural de vida. A leitura de jornais e livros passou a ser um hábito: textos licenciosos e ilustrativos começaram a surgir, já que o anonimato da vida na cidade favorecia a desintegração do puritanismo. Histórias de amor e de estranhos destinos foram escritas para atrair a mulher urbana da classe média, agora com deveres domésticos mais limitados.

Os anarquistas publicavam jornais e, à medida que incorriam em violência e assassinatos, os jornais conservadores ampliavam seu público. Um deles, Marius Jacob (que pode ter servido de modelo para Arsène Lupin, o ladrão elegante, herói dos romances populares de Maurice Leblanc), dizia: "A luta não terminará até que o povo divida suas alegrias e seus problemas, seu trabalho e sua saúde, até que tudo pertença a todos." Apesar da execução dos anarquistas François Ravachol na França, em 1892, e Francisco Ferrer Guardia na Espanha, em 1909, o movimento continuou: escândalos financeiros e a exposição de corrupção da elite política provocavam o ressentimento público. Novas ideologias – cientificismo, socialismo, pragmatismo – substituíam os ensinamentos da religião, restritos ao campo e à velha aristocracia. Um homem viril, sem camisa, rompendo algemas, ao amanhecer, é o que anunciava o jornal socialista italiano *Avanti!* Os sindicatos promoviam greves: em 1909 houve 1.537 na Alemanha, 1.205 na França, 435 na Inglaterra. Quatro milhões de trabalhadores pertenciam a sindicatos na Inglaterra e dois milhões e meio na Alemanha. Os da França e da Itália eram profundamente socialistas ou anarquistas. A despeito das grandes diferenças entre os dois movimentos e das controvérsias sobre o rumo a ser tomado pelos sindicatos, o trabalho realmente passou a se organizar. A imigração ajudou o movimento trabalhador a se tornar um fenômeno internacional.

Em novembro de 1908 os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, em Cachoeiro, entraram em greve: oitocentos trabalhadores, durante três dias, exigiram o pagamento atrasado. Forças federais foram convocadas e um contingente do 2º Batalhão de Infantaria do Rio chegou mas limitou-se "a umas escaramuças, nas estradas, com pequenos grupos de grevistas, já de regresso aos seus barracões".

Em 1913 registravam-se 687.500 quilômetros de ferrovia em todo o mundo. Cachoeiro recebia trezentas cartilhas do professor Gomes Cardim para o grupo municipal. O engenheiro Kronenberg recolhia amostras de cal e argila da Fazenda Monte Líbano, enviando-as, segundo as normas do governo alemão, para Braunschwieg, onde a firma Amme, Giesecke & Koenegen Aktien-Gesellschaft fabricava o cimento Portland. A análise mostrou que as jazidas calcárias "se apresentam sob a forma de calcita muito pura". Planejou-se então a construção da fábrica de cimento. Já existia, coberta de cana, uma área com mais de quinhentos hectares de terra: a produção seria destinada à usina de açúcar, então a ser inaugurada. A Companhia Industrial do Espírito Santo possuía, para a serraria, "várias extensões de matas com as madeiras mais procuradas e úteis para construções". Planejavam-se fábricas de papel e de óleo. A firma inglesa Henry Rodgers, Sons & Co fundaria a fábrica de tecidos, "apta para o aproveitamento das fibras têxteis, de que é fartamente provido o estado". Cachoeiro foi a primeira cidade do estado a possuir luz elétrica. Todas essas medidas do governo Jerônimo Monteiro eram necessárias porque "a região estava em crise, após a cultura cafeeira intensiva de quase um século". A tentativa de avanço industrial também "vinha favorecer a lavoura".

A produção continuada de dormentes, o corte para lenha, carvão e toras e as queimadas mudavam a paisagem da cidade. De longe em longe, no meio dos pastos, encontrava-se um pau d'alho. Desapareciam árvores de araribá, cacunda de espinho, caixeta, cerejeira, carne de vaca, coração de negro, canjerana, folha-larga, óleo, sucupira. Nas ruas, os grunhidos dos porcos e os latidos dos cães vadios vão sendo substituídos por outros sons, como os de criança chorando, o cheiro acre de estrume dos cavalos e dos bois, subindo no ar puro e doce. A cidade acompanhava o ritmo de um poema de Gil Vicente aprendido na escola: "Este é maio, o maio é este, este é maio e floresce. Este é maio das rosas, este é maio das formosas, este é maio e floresce. Este é maio das flores, este é maio dos amores, este é maio e floresce".[33] As mudanças também exigiam um ritmo: aqui e ali, as vozes dos adultos; fumaça ao longe.

Em Paris, causava sensação o texto do Manifesto Futurista assinado pelo poeta Marinetti: "Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destrutor dos anarquistas, as belas ideias que matam, e o menosprezo à mulher. Nós queremos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o femi-

33 Da farsa *Auto da Lusitânia*, de 1532; cf. http://www.fl.ul.pt/centros_invst/teatro/pagina/Publicacoes / Pecas /Textos_GV/lusitania.pdf. Acesso em 01/08/2009. (FA)

nismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias. Nós cantaremos as grandes multidões movimentadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela revolta."[34]

Porém ali, em cima do cavalo, o menino Nêni observava a habilidade de um alfaiate na confecção dos ternos negros dos novos senhores. Tudo isso sentado o dia inteiro: como Homero, Nêni descobria que "a natureza das folhas e dos homens é a mesma": "Então eu achava que aquilo é que era profissão para mim, ficar sentado ali e tal. Meu ideal era ser alfaiate para ficar como o alfaiate de Cachoeiro." Não era o despertar da vocação. Era pura preguiça.

— Cheguei à conclusão de que aquilo era verminose. Nesse meio tempo eu tive também tifo lá em Monte Líbano, no fim de minha pausa dos estudos, que eu completei com tifo. Havia poucos meses que eu tinha retomado os meus estudos em Cachoeiro e aí eu saía do colégio e ia todo dia a cavalo visitar um primo meu que tinha tifo também e o resultado é que apanhei tifo. Me limparam de todo jeito, fiquei bom de tudo, vermes, acabou tudo, aí eu passei a ter outros ideais mais elevados do que ser alfaiate. Então aí criei alma nova.

Em 1913, no ano de sua recuperação, morre o tio, o deputado estadual Antônio. Três anos depois, morreria o tio bispo, Dom Fernando. Sinhá Riqueta resolveu mudar-se para Vitória com a família: a fazenda continuaria fornecendo alimentação para todos, sendo administrada por João Evangelista de Carvalho, que morava no local e tomaria conta. O tio Jerônimo ocuparia a vaga deixada pelo irmão.

Todos passaram a residir na Chácara do Forte, de propriedade do bispado.[35] Sinhá Riqueta administrava a horta, o pomar e o aviário, que proveriam assim à manutenção de seus filhos e netos e dos empregados. A imprensa oposicionista denunciava: "A família vive à custa da diocese", para constrangimento do bispo Dom Fernando.

Nêni era irresistível para as mulheres. Além da beleza física, que chamava atenção já aos catorze anos, ele era extremamente gentil, polido, correto em suas maneiras. Calado, não desperdiçava palavras: nada precisava ser dito. Ficava ali, olhando, com expressão de quem enfrentara o desamparo e vencera. Na Cidade Alta, junto ao palácio do governo, num jardim público, a banda da polícia executava alguns números em certas noites: as mo-

---

34 Transcrição refeita de acordo com o original do primeiro Manifesto Futurista, publicado no jornal parisiense *Le Figaro* em 20 de fevereiro de 1909; cf. http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/ sys/start.htm?from_info_index=61&infoid=1203 &sid=370. Acesso em 12/09/2009. (FA)

35 Provavelmente a antiga Chácara do Azevedo, onde hoje se situa o Colégio Estadual do Espírito Santo no bairro do Forte de São João, Vitória. (FA)

ças e os rapazes, todos cheios de ilusões, de olhos brilhantes, faziam o *footing* – passeavam nas alamedas dos jardins entre roseiras e manacás.

Nessa época ele morava com a tia Dodona (Helena), ao lado do palácio do governo, em prédio da praça João Clímaco, vizinho à atual Assembleia Legislativa.[36] Dodona não tinha disposição de mãe, porém era uma mulher igualmente forte, sabia o que queria e, muito política, influenciava as diretrizes de governo do irmão Jerônimo. Nêni estudava no Ginásio Espírito-Santense, que, inaugurado em 1908, agora abrigava outros meninos que haviam passado pelo Verbo Divino em Cachoeiro. Gomes Cardim, trazido de São Paulo pelo governo, iniciava a reforma do ensino no estado: surgiu a Escola Modelo e já funcionavam o Colégio Americano de Vitória, de orientação batista, e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, também conhecido como Colégio do Carmo, sob a direção de freiras vicentinas.

A passagem pelo ginásio não foi longa. A beleza física talvez tenha sido responsável por isso: ouvindo dizer que ele era "levado da breca", "pintava o diabo", "muito sem-vergonha", "matava aula" e "namorava as meninas todas", a tia Donona reuniu-se com Sinhá Riqueta e a mãe Barbinha e decidiram: Nêni iria para o Rio, onde estudava medicina o irmão Luís Antônio. Obedeceu a contragosto: não gostava de estudar, preferia aproveitar a fama de bonitão. O fato é que arranjara algumas namoradas sapecas e aí deu galho – "substantivo humilhante de espalhação marital", como se dizia na época entre homens. Talvez tivesse provocado o irrecuperável – "o que não se recupera nem com pedra-ume".

O Colégio Santa Rosa de Niterói, primeiro estabelecimento do ensino salesiano fundado no Brasil, em 1883, seguia as diretrizes do fundador da Ordem, Dom Bosco, que aliava ao ensino de humanidades o ensino profissional. O prefeito do colégio era Dom Helvécio Gomes de Oliveira,[37] nascido em Anchieta, que depois foi bispo de Mariana. Por causa da ligação com Carlos Lindenberg, o Colégio Salesiano se instalaria em Vitória, primeiramente na rua Presidente Pedreira, no Parque Moscoso, e depois em terreno doado pelo estado, na avenida Vitória. Dom Helvécio impediu a expulsão de Nêni: havia sido ameaçado duas vezes, por indisciplina. Havia outros onze alunos do Espírito Santo matriculados no estabelecimento.

Faltando água em Niterói, os alunos ficaram quatro dias sem banho. Quando normalizou o fornecimento, Nêni aproveitou: meteu-se numa chuveirada, "me ensaboei todo

36 A Assembleia Legislativa Estadual funcionou na Cidade Alta até 1999, antes de se mudar para a atual sede na Enseada do Suá, Vitória. (FA)

37 Nascido em 1876 na localidade de Olivânia, município de Anchieta, era padre salesiano; nomeado bispo de Corumbá em 1918, trabalhou depois no Maranhão e foi arcebispo de Mariana de 1922 a 1960, quando faleceu, após desenvolver intensa atividade apostólica em prol das vocações religiosas, de asilos, do Museu de Arte Sacra e na reestruturação do centenário arquivo arquidiocesano; cf. http://www.sefaz .es.gov.br/painel/vultos06.htm; e http://pt.wikipedia.org/wiki/Helv%C3%A9cio_Gomes_de_Oliveira. Acesso em 18/08/2009. (FA)

e esperei a segunda e a terceira chamadas e não queria sair mais do banho". Quando finalmente saiu, recebeu um bilhete de advertência do inspetor Otacílio Nunes, um mulato alto e forte que controlava as crianças no recreio. Nêni leu e jogou-o n'água. Após o café, foi chamado pelo inspetor, que o mandou "ficar de coluna" (de braços cruzados nas costas ou no peito, olhando a coluna do pátio, em pé). Na chamada para a classe, Otacílio Nunes retirou-o da fila, ordenando que se apresentasse ao prefeito. Como este não apareceu, Nêni voltou para o recreio, o que ficou fazendo até a terceira chamada, quando então apareceu Dom Helvécio. Ciente do fato, mandou-o buscar os livros para estudar em seu gabinete, o que aconteceu durante oito dias. Afinal, ele chamou Nêni e disse: "Olha, você está me dando um trabalho danado, eles estão tratando da sua expulsão e você sendo expulso deste colégio vai ser difícil entrar em outro." Carlos explicou: "Padre Helvécio, o que eu fiz foi isto: recebi um bilhetinho do professor Otacílio porque tinha tomado mais de um banho, pois estava uma porção de dias sem banho, justificou-se Nêni." "Mas você devia ter obedecido e rasgou o bilhete e jogou n'água." O rapaz esclareceu: "Rasguei e joguei no canalete."

A admiração por Dom Helvécio surgiu porque, dias depois, ele lhe participou que não seria mais expulso, mas não receberia nenhum prêmio. No final do ano, Nêni tirou o segundo lugar.

Pouco antes, em junho, fora assassinado o arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo e, como consequência, em julho, o império austro-húngaro declarou guerra à Sérvia. Começava a Primeira Guerra Mundial. A Rússia, aliada da Sérvia, imediatamente se mobilizou; a Alemanha declarou guerra à Rússia e, numa sequência rápida, a França, a Bélgica e a Grã-Bretanha aliaram-se à Rússia contra a Alemanha e a Áustria. Era um novo tipo de guerra: os milhões de homens nos campos de batalha provinham de todos os níveis da sociedade, embora os camponeses fossem maioria.

No Rio, em 8 de outubro, devido à agitação nos meios operários e na oposição, o presidente Hermes da Fonseca pede ao Congresso a decretação do estado de sítio e é atendido.

Nas comemorações do dia 1º de maio de 1917, os operários do Rio e São Paulo protestaram contra a Primeira Guerra: desde março, representantes de organizações e jornais operários tentavam fazer conhecida a Comissão de Agitação contra a Guerra. A guerra interrompia o fluxo migratório. Em Cachoeiro, faltavam peças para a fábrica de cimento, inclusive para a construção da linha aérea de transporte de calcário: o custo da produção dessas unidades era considerado inviável. A serraria industrial estava paralisada devido ao baixo preço da madeira. A fábrica de óleos não funcionava por falta de matéria-prima. Esperava-se o final da guerra na Europa para que as fábricas do vale do Itapemirim voltassem a funcionar. O preço do café, que em 1912 atingia 13$056 a arroba, caiu para 9$553 em 1913. Durante todo o período da guerra o café do Espírito Santo não subiria mais de preço.

Em 26 de outubro de 1915 comemorou-se o aniversário do cardeal Arcoverde, do Rio de Janeiro. A diretoria do Colégio Santa Rosa decidiu que o batalhão militarizado (quatrocentos alunos) fosse cumprimentar Sua Eminência. Uma barca da Cantareira, a

Sétima, que fazia o percurso Rio-Niterói, foi alugada para o transporte dos meninos que, formado o batalhão, iriam a pé do cais Pharoux até o palácio São Joaquim. Os meninos fizeram todas as evoluções. Sua Eminência sorriu agradecido e eles voltaram ao cais da Praça 15. Ao todo, incluindo professores e inspetores, a antiga barca de duas rodas transportava 470 pessoas.

Era um dia de farra, todos tiveram direito a um grande lanche: Nêni nunca se esqueceria da soda de bolinha (uma garrafa com uma bola de vidro que, empurrada, se abria). Aproximando-se de Niterói, perto de Mocanguê, o mestre da embarcação, para cortar caminho, passou justamente no local onde uma embarcação havia naufragado: a barca Sétima foi atingida e começou a adernar. O mestre tentou dar marcha a ré, mas, quinze minutos depois, afundou totalmente, "até a chaminé". Estabeleceu-se o pânico:

— Eu nadava um pouquinho. Estava no salão de cima. Eu era o porta-bandeira do colégio. Quando nós chegamos, coloquei a bandeira num banco comprido e os outros deitaram as armas: nós fomos de carabina, espada, tudo aquilo. A bandeira estava ali e eu estava lá em cima quando um menino passou e gritou pelo salva-vidas. Aí, eu subi num banco e tive que arrancar uma tabuinha, pois estavam todas coladas, tinham pintado aquele negócio. Mas quando arranquei o primeiro fui arrancando tudo e jogando para o pessoal. Quando não tinha mais menino por ali, eu peguei um para mim. Quando desci do banco já tinha água acima dos meus joelhos e, quando caminhei para o lado da grade para poder sair, a água já estava na altura do peito. Não consegui amarrar o salva-vidas, segurei com um braço só e saí nadando com o outro livre. Quando olhei para o mar, tinha menino com a cabeça do lado de fora, gente nadando para lá, barco correndo para cá. Em minha direção veio um barco de verduras do Mercado. Um sujeito me deu a mão e me botou dentro da barca. Depois eu vi o Paulo Bremer, um alemão que era professor de francês. Eu segurei no braço dele e o ajudei a ser puxado para o barco. Colocamos mais dois ou três naquele barquinho e fomos para o lado do Mocanguê. Tinha uma porção de barcos, submarinos, etc.

Treze alunos morreram quando a barca afundou, além do professor Otacílio Nunes, que era muito forte, nadava muito bem, mas um dos alunos agarrou-o pelo pescoço, apertando-o: encontraram-no com marcas no pescoço. O padre Delavia levou um apertão no peito mas aguentou. Em Mocanguê, num hospital de Marinha, os sobreviventes receberam roupas e café quente. Mais tarde, voltaram para Niterói, onde tiveram uma recepção enorme, com muita emoção. O presidente Nilo Peçanha surgiu no colégio, assim como Jerônimo Monteiro, à procura do sobrinho, além dos parentes dos outros alunos. Ninguém conseguiu dormir: todos pulavam da cama, acordavam gritando, tinham febre. Luís Lindenberg apareceu às 24 horas para conferir se o irmão estava vivo. Com a repercussão do incidente na imprensa, o colégio dispensou todos os alunos. A família preferiu chamar Nêni de volta a Vitória.

Porém o colégio resolveu explorar uma notícia ligada ao acidente: seria "uma prova da educação cívica" que transmitiam aos alunos; a educação era de tal ordem que um dos

meninos preferiu salvar a bandeira, arriscando a vida. Embora essa fosse sua função, Nêni se esquecera dela. No momento em que a barca Sétima começou a afundar, o mineiro Francisco Carlos Chagas pegou a bandeira e foi para a janela, agitando-a de um lado para o outro, para chamar a atenção de quem pudesse estar vendo. Surgiu uma lancha: ele jogou a bandeira para um lado e pulou, não molhando "nem o sapato". Mais tarde, quando a imprensa de todo o país ainda noticiava a história ("Mais seis corpos putrefatos"), na limpeza da lancha encontraram, no meio das roupas dos meninos mortos, a bandeira. A direção do colégio (Dom Helvécio já havia saído de lá) pediu a Nêni que assumisse o gesto heroico. Ele se recusou, ainda que o governo federal lhe oferecesse, gratuitamente, qualquer curso de sua escolha, civil ou militar. O colégio também ofereceria instrução até o término do ginásio. Francisco Carlos Chagas assumiu publicamente o fato. Mas morreu como oficial escriturário da antiga Feira de Amostras de Belo Horizonte. Nêni acreditava que Francisco fosse um "pouquinho atrasado mental".

Capítulo Três

O crime da rosa vermelha

Capítulo Três

O crime da rosa vermelha

Em fevereiro de 1916, quando aumentavam as greves e manifestações de protesto contra a carestia e a polícia invadia a sede da Confederação Operária Brasileira, no carnaval o povo cantava "o meu boi morreu, que será de mim, manda buscá outro, ô maninha, lá no Piauí". Enquanto isso, continuava a matança na Europa: ao fim de 1915, o exército francês havia perdido seiscentos mil homens, dos quais dezesseis mil eram oficiais. Em 1916, a batalha de Verdun, que durou seis meses, expunha um saldo de trezentos mil mortos. Dois milhões de soldados morreriam naquele ano; a Rússia, nos dois anos do conflito, já havia perdido três milhões e oitocentos mil homens.

Havia no Brasil nesse ano dezesseis faculdades de Direito, formando anualmente 408 bacharéis. Tobias Monteiro lamentava que num país essencialmente agrícola não houvesse escolas de agricultura, mas somente fábrica de doutores, particularmente bacharéis (desde 1910 funcionavam escolas profissionais de ensino prático imediato que não visavam apenas a fornecer diplomas e títulos de doutor: as escolas de Agricultura e Veterinária, as escolas de Aprendizes e Artífices e as escolas de Comércio, que formavam guarda-livros em vários estados). Os bacharéis ocupavam todos os postos públicos mais importantes, mesmo os técnicos e especializados, dos quais não tinham nenhum conhecimento. Tobias Monteiro aconselhava a mocidade a procurar o comércio, a indústria, a agricultura, em vez de "formar-se". Mas era a cultura do bacharelismo: uma mania generalizada entre a classe média de *formar* os filhos, dar-lhes de qualquer modo um título de doutor. Era uma vergonha um pai não formar pelo menos um filho; estaria no último degrau da respeitabilidade social e econômica. Ser doutor significava ascender socialmente e, consequentemente, ter uma chance para o enriquecimento. Ao doutor abriam-se todas as portas e os melhores cargos do funcionalismo.[38]

---

38 No texto original, Amylton atribui essa crítica ao "bacharelismo" brasileiro ao historiador Tobias Monteiro, mas essa indicação primitiva foi corrigida para "Tobias Barreto", provavelmente pelo próprio biografado. É difícil saber com certeza qual a indicação correta. Amylton refere-se ao ano de 1916, mas Tobias Barreto, o polêmico pensador da controvertida "Escola de Recife", falecera muito antes, em junho de 1889, e não poderia ter conhecido a realidade do ensino a que se refere Amylton. Já o historiador, jornalista e senador pelo Rio Grande do Norte, Tobias Monteiro, faleceu somente em 1953, deixando copiosa obra historiográfica e jornalística onde fazia severa crítica aos costumes políticos de sua época,

A legislação do começo do século chamava os atuais exames supletivos de exames parcelados: no Ginásio Espírito Santo formava-se uma banca de sisudos catedráticos, vinha um fiscal do Rio (Osório Duque Estrada, autor da letra do Hino Nacional, foi um deles) e o aluno fazia as provas, parceladamente, obtendo ao fim, se aprovado, o diploma de bacharel em letras, que o habilitava aos cursos superiores. Nessa época, Nêni estudou com professores particulares e fez os exames das matérias que faltavam para terminar o curso ginasial. Ao mesmo tempo trabalhava como auxiliar na secretaria do Ginásio, ganhando 110 mil réis por mês.

No auge da guerra, ocorreu no Espírito Santo a Revolta do Xandoca, que era o apelido do político Alexandre Calmon. A princípio companheiro de chapa de Bernardino Monteiro como candidato à vice-presidência do estado, rompeu com os antigos correligionários, aliando-se ao outro candidato, José Gomes Pinheiro Júnior. Realizadas as eleições, os partidários de Pinheiro Júnior instalaram um Congresso Legislativo em Vitória sob a presidência de Joaquim Guimarães. Em 15 de abril, a oposição, com jagunços, assumiu a Câmara e o quartel na vila de Alegre e "promoveu desordens" em Cachoeiro. No dia 18, chegaram a Vitória cinquenta soldados, sob o comando do capitão Miguel Ferreira Lima, "para guardar as repartições federais". A 21 de abril chegavam à capital o segundo tenente José Barreto e dois praças do destacamento de Colatina, feridos a bala pelos jagunços do coronel Alexandre Calmon. A 22 de maio foram cortados os condutores de energia elétrica da capital. A oposição tentou tomar o palácio do governo, o congresso e o quartel: a Força Pública reagiu, "as fachadas desses prédios ficaram crivadas de balas" e a redação do jornal *A Tarde* – de onde partiram os primeiros tiros – foi cercada pela polícia até que os jagunços, escondidos no local, se renderam ao capitão do Porto, entregando as armas e a munição. No dia 23 de maio, Bernardino assumiu o governo do estado. Pinheiro Júnior, porém, instalou um governo pessoal em Colatina, proclamando-a capital do estado, mas embarcou, em seguida, para o Rio, e daí para Teresópolis, onde clinicava. Calmon, o vice-presidente, aguentou até 29 de junho, quando se refugiou em território mineiro, seguido de um grupo de companheiros solidários.

Como o café ainda contribuía com 60% da receita total do estado, e reconhecendo que ele "era o resumo da história econômica do estado nos dias republicanos", Bernardino Monteiro iniciou as estradas de Santa Leopoldina a Santa Teresa e de Castelo a Muniz Freire e encampou o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, que passou a ter direção autônoma.

---

característica também presente na obra de Barreto que, em seu "Sobre uma nova intuição do direito", já dizia que o direito, "como nós o temos, como aprendemo-lo e ensinamo-lo, não confere honra a ninguém": ponto de vista muito próximo da crítica mencionada por Amylton. Para uma boa biografia intelectual de Tobias Barreto ver Lima, Hermes. *Tobias Barreto – a época e o homem*. Brasiliana Vol. 140, São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1957. Ver também o seu *Introdução ao estudo do Direito (Política Brasileira)*. São Paulo, Landy Editora, 2001. (EFS)

Estabelecida a calma, apesar da guerra na Europa que fecharia os portos aos navios brasileiros, Bernardino Monteiro (ao sair do governo, em 1920, ele deixaria nos cofres públicos 8 contos e 500 mil réis)[39] deu prosseguimento a uma ideia do irmão e antecessor Jerônimo: uma vez por semana, abria os salões de sua residência para a sociedade capixaba. O Clube Vitória e o dos Boêmios passaram a ter frequência diária, todo mundo animado com a vida social. O Teatro Melpômene registrava "noitadas agradáveis", as regatas "se revigoram em competições festivas e interessantes. A juventude se exercita no jogo de futebol amador, em partidas famosas, disputadas entre os clubes Vitória e Rio Branco, ambos ambicionando popularidade maior".

Cresce o número de estudantes capixabas que cursam escolas superiores na capital federal. Trens da Leopoldina e navios da Companhia Costeira fazem a ligação com a cidade do Rio de Janeiro. Até então o capixaba pouco viajava. "Os habitantes dos municípios do sul do estado, tributários do Rio, tornam-se frequentes na ilha vaidosa e progressista."

O cinema era então a mais popular das artes. A produção brasileira registrava *Lucíola*, baseado em livro de José de Alencar. Mas o cinema americano já exibia o clássico *Intolerância*, de W. D. Griffith. Mae Murray, Wallace Reid, Mary Pickford, Theda Bara, Harold Lloyd, Charles Chaplin, Nazimova, Clara Kimball Young, Edna Purviance, Norma Talmadge, Douglas Fairbanks, Mabel Norman, Lionel Barrymore eram nomes pronunciados, ora entre suspiros, ora com doçura, admiração e respeito. O cinema mudo exigia todo um ritual de gala: na antessala do Cine Central[40] uma "orquestra de câmera se fazia ouvir com repertório de valsas vienenses". O cinema escolhia os rumos da comédia (Harold Lloyd liderava com *Sorte única*, ao lado de Babe Daniels), do drama popular (Dorothy Donelly fazia todo mundo chorar com a história da mãe que abandona o filho para, mais tarde, ser julgada por ele, como promotor público, em *Madame X*) e do faroeste (William S. Hart virava ídolo infantil com o faroeste *O homem do deserto*). Adultos se chocavam com o "beijo tórrido" entre Anna Luther e George Walsh em *A besta*. Mas todo mundo se deliciava com *Os perigos de Pauline*, seriado em que Pearl White sofria "acidentes de máquinas voadoras, excitantes resgates, incêndios no mar, descarrilamentos de trens, acidentes de automóveis, em suma, tudo o que pode ser visto com emoção". Theda Bara lançava a palavra *vamp* – a mulher que seduz e destrói os homens. As mulheres capixabas não ousavam tanto: limitavam-se a copiar os penteados, os olhares lânguidos e as roupas das atrizes.

---

39 No original estava "8 milhões e 500 mil réis"; em moeda da época, a soma de oito milhões de réis era comumente chamada de oito contos de réis. (FA)

40 O Cine Central situava-se aproximadamente onde hoje funciona a sede da Secretaria de Estado da Fazenda (Ed. das Repartições Públicas ou Ed. Aureliano Hoffman) à avenida Jerônimo Monteiro, na altura da escadaria da Misericórdia. (FA)

Existiam dois jornais na capital naquela época: O *Diário da Manhã*, órgão do Partido Republicano Construtor (a partir de 1921, órgão oficial do estado, deixando de circular em 1936, quando foi substituído pelo *Diário Oficial*), e *A Tarde*, publicado pela Tipografia Brasil, de Coutinho, Silva & Cia, desde agosto de 1912 (deixou de circular em 1916, quando Bernardino Monteiro candidatou-se à presidência do estado).[41] O diretor era Afonso Correia Lírio, que "não respeitava ninguém".

Durante a campanha para a presidência do estado, o jornal *A Tarde* fazia uma "oposição tremenda", o que incluía "desaforos, xingamentos, pintavam o diabo". Era até mesmo grosseiro: quando Sinhá Riqueta veio definitivamente para Vitória, em companhia de sua filha Dodona, a manchete foi a seguinte: "Chegaram ontem de Cachoeiro os canhões e os torpedeiros que o governo mandou buscar para a campanha política." Canhões e torpedeiros eram, obviamente, palavras inspiradas na guerra na Europa.

O bispo Dom Fernando também era atacado. Quando morreu, em março, Sinhá Riqueta se opôs a que o cadáver do filho fosse enterrado em Vitória, por causa dos ataques dos adversários nos jornais. O clero e as freiras do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora intercederam e o filho foi enterrado num túmulo "na rocha viva, aos pés do altar da Virgem Imaculada", isto é, nas dependências do próprio colégio.

A manchete leviana provocou constrangimento entre a família, ainda abalada pela morte do bispo. Nêni, observando o desespero das mulheres, "começou a arquitetar uma forma de acabar com o jornal". A inspiração veio através do cinema. Sugeriu a ideia a amigos, mas todos eram contra. O capitão Ramiro Martins foi lacônico: "Menino, deixa de bobagens." Algum tempo depois, finalmente três amigos aceitaram participar do "Crime da Rosa Vermelha":[42] o português Antônio Pereira, Emiliano dos Anjos, ambos compadres de Nêni, e Zé Furtado. Mas como este foi visto conversando com Filomeno Ribeiro, diretor no jornal, Nêni o excluiu, ficando com os outros dois.

Era uma noite bonita de luar, a de 16 de dezembro de 1916. Nêni disfarçou seu trajeto: foi ao Bar Central, tomou café, conversou com os conhecidos. O encontro com Antônio Pereira estava marcado para as 22h10 em frente ao Hotel Europa: nesse horário, a redação estaria vazia, só às 24 horas se distribuiria a edição do dia seguinte. Funcionava numa casa nas imediações da praça Costa Pereira: num quarto se encontrava a máquina impressora e, na parte de cima, a caixa de linotipos. Um dos funcionários morava num

41 Informação de Heráclito Amâncio Pereira: "No mês de março de 1913, suspendeu a publicação por motivo de terem sido, na noite de 13, subtraídas diversas peças de sua máquina, reaparecendo no dia 24 do mesmo mês". O depoimento de Carlos Lindenberg conflita com esta informação. (AA)

42 Em seu depoimento, Carlos Lindenberg afirma que esse caso ocorreu em 16 de dezembro de 1916 e que se inspirou num filme russo a que havia assistido. Nessa época, o cinema russo era incipiente (o país atravessava uma revolução). É provável que ele tenha se inspirado no filme *Pimpinela Escarlate*, sucesso naquele ano com Winifred Kingston e Dustin Farnum, que conta aventura semelhante. (AA)

quartinho ao lado: sua mulher dormia sozinha no horário combinado para o "crime". Na mesma rua, uma delegacia e o Ninho das Ninfas, casa de prostituição.

O luar ajudava ao cenário e ao senso de aventura. Porém Antônio Pereira "chegava a tremer a língua de tanto medo", por causa do policial à frente da delegacia. Nêni perguntou: "Você não entrou? Mas eu vou entrar."

Trocou então os sapatos, para não fazer barulho, por outros de sola de corda, comprados especialmente para a ocasião. A indumentária era importante para a ação: amarrou uma corda na cintura, embora não precisasse saltar de um ponto a outro; colocou um revólver na cintura, assim como uma faca, e uma rosa vermelha no bolso. No filme que vira, os criminosos deixavam como pista apenas uma rosa vermelha após o crime.

Enquanto Antônio Pereira apenas espiava, com medo, Nêni entrou. Não sem dificuldades: uma tábua quebrada quase o denunciou, apesar do sapato especial. Emiliano se assustou quando o viu, porque esperava Pereira e não o rapaz imaginativo. Os dois separaram a máquina impressora em duas partes: Emiliano retirou um ferro, sem o qual seria impossível a máquina funcionar, e também o número de fabricação, porque assim ninguém conseguiria uma identificação posterior. Colocaram todo o material em dois sacos e saíram calmamente, passando, indiferentes, junto com Antônio, pelo soldado. Subiram a ladeira da Matriz, beirando a Assembleia Legislativa, e entraram na casa de Dodona pelos fundos, colocando as peças no quarto de Nêni. Em seguida lavaram a única prova circunstancial: as mãos cheias de tinta.

Para disfarçar, ficaram conversando amenidades em frente à igreja de São Gonçalo. A lua ajudava a espairecer. Mas eis que surgem quatro soldados, comandados por um cabo. "O que é que vocês estão fazendo por aqui?" perguntou a autoridade. Nêni foi o único a conseguir falar o óbvio: "Estamos conversando." O cabo retrucou: "Eu vi vocês passando com um saco nas costas." Nêni continuou com o mesmo tom calmo e baixo: "Não, passaram dois sujeitos aqui com um saco nas costas, mas já estão lá em baixo, já devem estar na Vila Rubim." Enquanto o cabo os olhava desconfiado, Nêni convocou os companheiros: "Bem, já está na hora de irmos embora."

Os cúmplices saíram um pouco na frente: moravam na Praia Comprida e já não havia mais bonde. Nêni os acompanhou, todos de vez em quando olhando para trás. Mas o cabo não seguiu a pista. Nêni, reproduzindo o clichê da literatura policial, voltou então ao local do crime. Muita gente espiava e discutia a presença da rosa vermelha em cima do que restara da aparelhagem.

Houve inquérito, logo esquecido porque o chefe de polícia, Dr. Targino, achou preferível que o povo continuasse espalhando o boato que o acusava como responsável: sentia-se muito importante por ter, indiretamente, ajudado Bernardino Monteiro. O boato virou consenso.

— Tio Jerônimo só soube quando, na campanha seguinte, ele precisou de um jornal para fazer campanha política. Então eu o chamei e disse: O senhor pode comprar a máquina que está na mão do seu amigo Dr. Guimarães que no dia seguinte eu ponho tudo em ordem. Então ele comprou e no dia seguinte estava tudo funcionando. No dia seguinte ao "crime", começaram a aparecer os autores. Eu chamei tio José, levei lá para o quarto onde estavam os dois caixotes todos direitinhos. Olha, falei, aqui está, olha, se o senhor quiser pode comprar a máquina que eu conserto. Ele falou: Mas como você mantém um negócio desses aqui na casa da sua avó? E se derem uma busca aqui? Eu disse: Não tem perigo. Peguei um parafuso, limpei bem limpinho e dei ao tio Bernardino, que era o governador. Ele disse: O que quer dizer isto? Eu respondi: Eu estou lhe dando de presente um parafuso da máquina. E ele: Mas não foi o Targino?

Nêni trabalharia durante dois anos como auxiliar da secretaria do Ginásio do Espírito Santo. Em 1916 seria reprovado na seleção para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, localizada no Catete. Dos nove "candidatos" [do Espírito Santo] que fizeram provas, só ele foi reprovado. Talvez por um único motivo: não levara "pistolão". Em 1917, conseguiu uma apresentação do tio Jerônimo Monteiro (em cuja casa se hospedava) e, "sem ter pegado em nenhum livro", foi aprovado. A maioria dos cursos jurídicos, na prática, dispensava a frequência: os capixabas iam ao Rio entre os meses de junho e dezembro só para fazerem provas. O bedel (contínuo) é que respondia à chamada, ganhando para isso uma gratificação dos interessados.

Nêni pretendia ser médico, mas, como agronomia era mais fácil, planejou estudar a matéria com o primo Benvindo de Novaes. Uma gripe muito forte não permitiu que embarcasse para se matricular na escola de Pinheiral, no estado do Rio. O que não o impediu de ser campeão de futebol naquele ano, jogando pelo Sul América Futebol Clube, na primeira disputa promovida pela Liga Esportiva Espírito-Santense, fundada em maio de 1916. Os times Juventude e Vigor (hoje Rio Branco), Barroco, Vitória e Moscoso também participaram do certame.

O ensino era muito maçante: ele tinha horror da disciplina Filosofia do Direito. Gostava mesmo da "parte de crime, porque o professor contava uma porção de histórias, crimes que tinham acontecido aqui e ali, de modo que distraía muito a gente". Na mesma ocasião, recebeu o certificado de 2ª categoria do Serviço Militar, em Vitória: fizera apenas algumas provas, porque já havia estudado em colégio de orientação militar, o Salesiano de Niterói: um oficial do Exército aparecia lá em certo período, colocava todos os adolescentes em forma e "ensinava a mesma coisa que se ensina no próprio Exército". No entanto, continuava muito aborrecido: queria estudar medicina, tinha certeza de que seria um bom

médico, mas um péssimo advogado. Ainda assim continuou o curso, até ser diplomado em 22 de janeiro de 1921, colando grau, já fora da época de formatura, na secretaria da Universidade do Rio de Janeiro: não compareceu à festa porque administrava então a Fazenda Monte Líbano.

Ainda em Vitória, em 1917, ele encontrava tempo para remar: ganhou duas medalhas de prata e uma de bronze, integrando a equipe do Saldanha da Gama. Aos sábados, à noite, trajando terno completo e o inseparável chapéu, Nêni não perdia um baile nos clubes sociais: as danças continuavam sendo o tango brasileiro, a valsa e, em certos clubes, como o Ninho das Ninfas, o maxixe.

Em 27 de outubro do mesmo ano, após o afundamento de três navios, o governo brasileiro reconhece e proclama "o estado de guerra, iniciada pelo Império Alemão contra o Brasil". Começa a agitação nacionalista. Um mês depois, o governo decreta o estado de sítio no Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por causa das agitações políticas e operárias e pela presença, nos estados do sul, de grande concentração de imigrantes alemães. Na viagem para Gibraltar, em 1918, ocorre "a batalha das toninhas": os brasileiros abrem fogo sobre um cardume de toninhas, pensando serem submarinos alemães. No dia seguinte à chegada a Gibraltar, os brasileiros são surpreendidos com o armistício: a guerra terminara.

Possivelmente a gripe espanhola foi trazida para o país por marinheiros que estavam em Dacar, na África (morreu grande parte da tripulação do navio). O nome surgiu porque os primeiros surtos da gripe foram diagnosticados na Espanha, embora, segundo outra versão, teriam sido em Kansas, nos Estados Unidos, possivelmente num acampamento de soldados. Matou mais do que a guerra: aproximadamente vinte milhões de pessoas em todo o mundo.

A gripe chegou ao Rio em outubro: mais de seiscentas mil pessoas foram atingidas no país, entre elas o próprio presidente da República, Rodrigues Alves, que não chegou a tomar posse para seu segundo governo. A situação de calamidade no Rio era tão grande que até o campeonato sul-americano de futebol teve que ser transferido; o número de coveiros era insuficiente: utilizaram-se prisioneiros políticos. Com base em projeto apresentado por Jerônimo Monteiro, que era senador, o governo decretou que, como as escolas estavam fechadas, todos os alunos fossem aprovados. Chamou-se a essa medida "passar por decreto".

A espanhola chegou a Vitória em novembro: "Era raro um que não pegava. Tinha uma espanhola em uma casa, pegava a casa inteira, dava muita febre." Nêni pegou a gripe, "passou mal pra burro, só não morreu de ruim". Depois viajou para o Rio e, aproveitando o decreto, tentou concretizar o sonho: matriculou-se na Escola de Medicina (chegaria a frequentá-la, após a gripe, durante seis meses). Mas, como não conseguiu emprego no Rio, e como a mãe, a avó e a tia não poderiam sustentá-lo, desistiu e voltou a Vitória, onde foi transferido da secretaria do ginásio para a função de segundo escriturário da Secretaria

da Fazenda. Um ano depois seria nomeado terceiro escriturário, atividade que exerceria até 1920.

Entre as vindas e idas ao Rio, Nêni recebeu da avó Riqueta, em 1919, uma função: "fazer o levantamento da escrita" da Fazenda Monte Líbano, então administrada por João Evangelista de Carvalho. Enfrentou grande dificuldade no início: não entendia nada daquilo, mas "acabou aprendendo". A produção da fazenda era muito pequena: os cafezais morriam, era preciso renová-los, plantar mais. A sugestão partiu do próprio João Evangelista. Chegaram a plantar trezentos mil pés de café. Em 1920, Nêni passava mais tempo na fazenda do que em Vitória, já desempregado e desvinculado da Secretaria da Fazenda. Passou então a advogar em Cachoeiro, fazendo pequenos serviços de contrato.

De herança do tio bispo, Nêni e a prima Maria Stella de Novaes (Stellinha) receberam uma casa. Nêni preferiu vender à prima a sua parte, paga em apólices federais de dois contos e 200 mil réis. Da mãe recebeu como parte da herança do pai mais dois contos e 500. Trocou tudo em marcos alemães, por sugestão do tio José, que antes trocara 50 contos de réis pela moeda alemã. O marco caiu até não valer nada: ao mudar a moeda, o governo alemão fez com que os marcos antigos – que Nêni tinha comprado — não valessem mais nada. Ele perdeu tudo.

"Começou a vida" com uma porca, comprada por 180 mil dos 280 mil réis que ganhava como segundo escriturário. Na fazenda haviam permanecido, após a abolição, os ex-escravos Salomão, Narciso (o único solteiro), Francisco e Cirilo Vicente, que havia comprado um lote de terra de Sinhá Riqueta. Todos, junto com os filhos, trabalharam na fazenda até sua venda em 1924. Cirilo tinha uma porca, da raça piau, preta e branca, com onze leitões. "Ah, Cirilo, você quer me vender essa porca?" perguntou Nêni. "Quero sim, senhor", respondeu o outro. "Quanto você quer?" "180 mil réis". No dia seguinte, Cirilo levou a porca, que se juntou às outras dezenas da fazenda. Na hora de matar e vender porcos, Nêni separava a que comprara. Não precisava gastar nada: a alimentação era a mesma dos outros. Quando os leitões foram crescendo, ele os vendeu, já gordos, e foi juntando um dinheirinho: acabaria vendendo a porca por dois contos de réis. Chegaram então os "muladeiros", "uns sujeitos que apareciam tocando uma porção de burros". Nêni comprou seis burros por seis contos de réis. Um deles escolheu para montar ("Eu o levava para o cocho para comer, etc. e este burro nunca pulou, foi quase amansado por mim"). Um outro era "bom de sela". Era uma besta, castanha e com uma estrela na testa, e "devia ter alguma barda" (defeito), segundo João Evangelista, porque era "muito boa". Com os dois animais Nêni percorria a fazenda. Mais tarde, vendeu todos por seis contos de réis cada um, "juntando mais um dinheirinho". Acrescentava-se a isso mais um pouco dado pela avó, pelo seu trabalho em época de colheita.

Em 1920, Nêni foi candidato à prefeitura de Cachoeiro. Confiava no prestígio da família. Certamente se esquecera do que presenciara um ano antes, ao fiscalizar a eleição no município da Serra. Sabia que tudo era mero pretexto, porque o governo ganhava sempre, falsificando os votos. Na Serra, atrás de uma grade, um coletor federal, com uma lista, chamava os eleitores, dando-lhes a cédula que queria. Quem se recusava a receber era marcado com uma cruz vermelha. A maioria ficava com medo e aceitava. Em cidades menores nem havia eleição.

Na véspera da eleição de 1920 apareceu à tarde na Fazenda Monte Líbano um escrivão, cunhado de Marcondes Alves de Souza, ex-presidente do estado. Marcondes era candidato, junto com Seabra Muniz, este casado com uma filha do presidente de então, Bernardino Monteiro, tio de Nêni. O escrivão Agostinho Alves dos Santos montava uma mula muito bonita e parecia não ter pressa:

— Seu Agostinho, o senhor por aqui, logo hoje? perguntou Nêni.

— É, vim pernoitar com vocês.

— Mas como, se a eleição é amanhã, você é escrivão lá, como é que fica?

— Não, a eleição já está aí na garupa da mula, explicou o escrivão.

— E eu? insistiu a curiosidade de Nêni.

— Você? Tem meia dúzia de votos.

Apesar da "surra", Nêni ficou em segundo lugar, ultrapassando o coronel Marcondes.

Em 1922, ele percebeu que a fazenda estava tendo prejuízo porque vendia café em coco e o café pilado encontrava melhor preço no mercado. Nêni pensou ter encontrado a solução reformando uma máquina que vira em funcionamento de 1908 a 1912, quando a família toda morava no local. Um carpinteiro ajudou-o com as correias de couro de boi (a industrializada era bem mais cara). Como as rodas d'água já não funcionavam, optou pela movimentação elétrica. Mesmo desconhecendo como funcionava, Nêni comprou um motor, calculando que aguentaria "o negócio", e chamou um eletricista: o café dos colonos e o da fazenda aguardavam o funcionamento da máquina para a moagem. A inauguração foi um desastre: com a "barulheira danada" da máquina, os colonos saíram correndo e Nêni, sozinho, acabou quebrando a máquina, sem mesmo saber como funcionava: ela tinha uma velocidade de 100 rotações, ele colocara 1.200 rotações.

No dia seguinte, com a tranquilidade de sempre, Nêni foi para Cachoeiro; na usina do amigo Lídio Machado, sentou-se em cima de um saco de café, observando a máquina dele, diferente, mas elétrica, pilando o café. Ao tomar conhecimento do fato, Lídio disse que a máquina rebentara o descascador e o separador (uma folha de zinco). Nêni ouviu todas as explicações, mas esperou um mês até sua máquina ser recuperada. Desta vez, o sucesso: depois de pilado, o café era repartido com os colonos, que trabalhavam no sistema

de meia (metade para os colonos, metade para a fazenda). Aumentou assim a renda da Monte Líbano.

Durante seu governo, Jerônimo Monteiro construíra a Fábrica de Cimento Monte Líbano (Portland) dentro do perímetro urbano da cidade de Cachoeiro (o que foi considerado "um erro do ponto de vista higiênico"), à margem esquerda do rio, com mecanismo da firma alemã Amme, Giesecke & Koenegen, de Braunschwieg, "por conta do governo do estado" (isto é, o Banco do Espírito Santo). Quando se iniciara a montagem de uma grande parte do mecanismo, após a construção do edifício principal, a produção da fábrica foi suspensa. Num relatório de 1925, o então presidente Florentino Avidos informava que "não obstante a qualidade superior do produto obtido, o Banco do Espírito Santo desistiu da exploração permanente. Pela sua natureza esse gênero de indústria não oferece remuneração, senão em larga escala e com ínfimas despesas de transporte, porém a fábrica não comporta uma grande produção nem as condições de transporte são favoráveis. Para se modificar essa situação, seria necessário o emprego de grandes capitais, o que não convém ao Banco nem ao Estado".

O calcário era fornecido pela Fazenda Monte Líbano. Mas houve desavenças familiares: netos como Henrique de Novaes e o genro Florentino Avidos chegaram a afirmar que "comeriam todo o cimento que aquela fábrica produzisse". A afirmação, mais uma briga política entre os dois filhos, Jerônimo e Bernardino, em 1920, colocaram Sinhá Riqueta "danada da vida". Acreditava que, após sua morte, os parentes brigariam mais ainda por causa da herança. A solução: vender a Fazenda Monte Líbano, que era considerada "um brinco" na época. Com quinhentos alqueires, foi colocada à venda por 360 contos de réis.

Havia um prêmio de cinco contos para quem pusesse uma fábrica de cimento em funcionamento. Sinhá Riqueta tinha interesse em fazer a fábrica Monte Líbano funcionar não só por causa disso, mas também como homenagem ao filho Jerônimo, que iniciara a construção em 1911 (em 1924, faltava pouco para ser concluída, mas a fábrica só passaria a funcionar em 1932). Apareceram o gaúcho Sr. Mourgues e o português Antônio Rebelo Zenha como interessados, porém com exigências: só poriam a fábrica em funcionamento se comprassem a fazenda. Não queriam só arrendar as jazidas de calcário, como pretendia Sinhá Riqueta. O contrato foi assinado em 1º de março de 1924.

Foi até então a maior frustração da vida de Nêni, que queria comprá-la mas não só lhe faltava dinheiro, como enfrentava um dilema familiar. Seu amigo Antônio Pedro Tavares Baião,[43] proprietário de uma serraria em Cachoeiro, chamou-o quando soube da notícia da venda: "Carlos, a fazenda não pode sair da família. Carlos, você vai comprar a fazenda." Carlos respondeu: "Eu? Com que dinheiro? Dez contos de réis é o que eu tenho. Não é possível." Antônio Pedro foi objetivo: "Eu estou dizendo para você comprar a fazenda, não

43 De acordo com informações fornecidas pela família, Antônio Pedro Tavares Baião nasceu no ano de 1870 em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Era casado com Zilda Zulmira Chaves Baião. Faleceu em Colatina no dia 19 de agosto de 1943. (FA)

estou perguntando se você tem dinheiro. A sua avó está dando um prazo de dois anos. Com a madeira que você tem lá você paga nestes dois anos. Quem vai pagar a fazenda sou eu. Vou tirar as perobas que você tem lá. Você vai me pagar com a madeira que tem lá, só de peroba." Diante da indecisão e do silêncio de Nêni, ele acrescentou: "Compra. Não deixa de comprar não. Vai sair de graça para você." "Vou pensar", disse enfim Nêni.

Foram necessários oito dias para que Nêni se decidisse a procurar o amigo. Antônio Pedro parou todo o trabalho na serraria, quando ele chegou, só para ouvir a decisão. Como era de seu feitio, Nêni disse calma e tranquilamente: "Muito obrigado a você. Fico muito grato com sua bondade, mas não vou comprar pelo seguinte: a família está toda brigada, irmão contra irmão, primo contra primo. Eu tomo conta da fazenda; se eu comprar a fazenda meus primos, meus parentes, que também são herdeiros de minha avó, vão ficar zangados comigo, achando que eu comprei porque convenci a minha avó a me vender nesse preço barato como está. Vão dizer que a minha avó vendeu porque era para mim. De modo que eu não compro não."

Foi difícil para Nêni dizer tudo isso porque a Fazenda Monte Líbano era "o local que mais gostava". O resto da vida se lembraria de lá como a melhor parte de sua existência. O amigo aceitou a resposta, porém comentou: "Bobagem sua. Essa briga de vocês daqui a seis meses acabou. E vão todos para lá passar tempo com você na fazenda."

Os compradores não cumpriram o trato: com a falência da fábrica de cimento, nomearam um administrador, que desmanchou toda a casa grande, vendendo a madeira e destruindo as plantações. Em 1934, quando secretário da Fazenda, Nêni seria o responsável pela transação final: a Sociedade Industrial Cimento Monte Líbano Ltda., tendo como principal acionista o gaúcho Antônio Mourgues, entrou em falência. Deviam muito ao estado, mas "ainda levaram 100 contos de réis para se afastarem do negócio". Porque a firma já havia transferido o contrato para outro grupo com direito de aluguel da jazida por sessenta anos e mais sessenta de prorrogação. A Secretaria de Agricultura desfez o negócio, arrendando as jazidas para outro grupo. Porém as terras entraram em litígio: o novo administrador da fazenda "pintou e bordou, desmanchou tudo aquilo, vendeu toda a madeira que a fazenda tinha, vendeu a madeira da própria construção da casa, que desmanchou, colocando muita gente invadindo o local".

Nêni nunca se esqueceria do ato de solidariedade de Antônio Pedro Baião: seria seu amigo até a morte. Responderia com a mesma gentileza anos depois, quando acumulava os cargos de secretário da Agricultura e da Fazenda. Baião perdeu tudo, depois que um sócio português que tinha no Rio tomou-lhe a serraria. Baião tinha muitos filhos. Apareceu na secretaria e disse: "Carlos, eu estou em dificuldade e você sabe que meu sócio me deixou limpo. Para eu sustentar a minha família tive que hipotecar a minha casa em Cachoeiro. É com isto que eu estou sustentando a minha família, enquanto não estou fazendo nada. É por isso que vim aqui para ver se você me arranja alguma coisa. Mas eu só sei mexer com madeira." Nêni pensou e disse: "Olha, existe aqui uma serraria do estado em Barbados,

perto de Colatina, que está parada há dez anos. O estado gasta, com o camarada que toma conta, seiscentos mil réis por mês. E dizem que de vez em quando ele ainda por cima vende umas peças por lá. Vá lá e veja o que você pode aproveitar dali e volta e me diz, pois vou fazer um negócio com você."

Baião voltou quatro dias depois, afirmando que o negócio servia, "mas teriam que ser compradas umas peças que desapareceram". Além disso, queria um contrato de aluguel com o estado. Nêni ofereceu: "Veja lá o que você pode pagar. Será que um conto e quinhentos por mês de aluguel está bom? O estado assim vai lucrar, pois deixa de pagar seiscentos e ganha com o aluguel. Além disso, você vai produzir, pagar impostos." Baião aceitou e transformou aquilo numa grande serraria, ao longo dos anos.

Porém Nêni nunca esqueceria a fazenda. Na primeira campanha para o governo do estado, ao passar pela estrada onde ela se localizava, fez questão de saltar do carro. Viram-no de longe, quando encontrou pedaços da cumeeira que os escravos levantaram para a construção da casa grande. Passou algum tempo reconhecendo o local, mas não havia referências, exceto as de sua memória. O som era o do canto das cigarras; tocos queimados substituíam as antigas árvores. Talvez se lembrasse então da presença do pai, na casa grande, quando tinha três anos – tranquilamente, ouvindo as folhas no escuro, olhando as estrelas, com os filhos ao lado. Ou da madrugada, quando tinha onze anos, em que todos ficaram acordados esperando o cometa Halley, que iria aparecer "daquele tamanho": ninguém viu porque estava muito nublado. Mas depois surgiu bem nítido, bem grande, aquela estrela com uma cauda muito bonita: aonde se ia, o cometa estava lá, até alta noite; no dia seguinte aparecia de novo, levou uns seis meses brilhando no céu.

A briga, em 1920, entre os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro, que provocaria a venda da Fazenda Monte Líbano, foi uma espécie de revolução. Até mesmo para o sobrinho Nêni. Porém, para entender essa revolução, é preciso passar antes pelo Éden.

Capítulo Quatro

A leste do Éden: Caim e Abel

Capítulo Quatro

A leste do Éden: Caim e Abel

Ortodoxis, para os gregos; *Ganheden*, isto é, Jardim do Éden, para os judeus; e *Paraíso Terreal* para os latinos – porque ali prevalece uma temperatura sempre boa – a ideia do Éden exigia como elementos constitutivos o perfeito acordo entre as criaturas, a feliz ignorância do bem e do mal, a isenção de todo trabalho penoso e fatigante, a ausência da dor física e da morte. A essa ideia bíblica foram acrescentadas mais tarde crenças do paganismo e juízos interpretativos de padres da Igreja e teólogos. Na era dos grandes descobrimentos marítimos, era inabalável a crença na realidade física do Éden. Uma vez perdidas a felicidade e a inocência, o jardim do Éden, localizado ao oriente, possuía quatro rios – Fison, Gion, Tigre e Eufrates. A fruta da árvore da vida seria a maçã.[44]

Em 1645, o licenciado Antonio Léon Pinelo fixava o local do paraíso antes da Queda: bem no centro da América do Sul, que tem formato de coração, dentro de um círculo de nove graus de diâmetro, que são 160 léguas, e 460 de circunferência. O oriente do texto original se referia a outra parte do mundo. Os quatro rios seriam o Prata, o Amazonas, o Madalena e o Orenoco. A fruta maldita não era a banana, ou o figo índico; só podia ser o maracujá, cujo aroma e sabor acendiam o apetite de Eva e cuja flor misteriosa "ostenta claramente as insígnias da Paixão do Senhor".

Ao voltar em 1722 a Portugal, Pedro de Rata Hanequim foi queimado, com o corpo reduzido a pó e cinza, sem direito a sepultura, acusado dos crimes de heresia e apostasia. Tendo passado 26 anos nas Minas Gerais, ele sustentava com obstinação que o Paraíso Terreal se sediava nas serranias do Brasil; para escândalo dos inquisidores, afirmava que o dilúvio poupara o Brasil; durante os três anos do inquérito, recusou-se ao arrependimento, preferindo a morte e a infâmia.

Apesar desse incidente, as antigas *terrae incognitae* manteriam seu aspecto taumatúrgico, num sincretismo vindo desde a Idade Média, através de obras populares em que paragens cheias de brilho não permitiam que o herói sentisse "nem calor excessivo, nem

---

44 Neste parágrafo, bem como nos dois seguintes, Amylton faz uma síntese das observações contidas no prefácio da obra *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, citada em sua bibliografia. (EFS)

frio, nem nada que o pudesse ofender ou molestar, pois todas as coisas ali viviam em paz, tudo era calmo, tudo agradável". *Ysola de Braçir*, *Braçile*, *O'Brazil* ou *Hy Bressail* para os irlandeses (significando ilha afortunada), *Obrasil* e *O Brasil* "mais tarde para os portugueses, mantinha a perene primavera e a invariável temperança de ar ou, como disse Santo Isidoro de Sevilha: *non ibi frigus non aestus*". Padre José de Anchieta escreveu cartas relatando a temperatura que tornava "mais agradáveis os sentimentos, as brandas aragens e os úmidos chuveiros". O padre Rui Pereira, em 1560, apressou-se a ratificar: "Se houvesse um paraíso na Terra eu diria que agora o havia no Brasil. [...] não pode viver senão no Brasil quem quiser viver no paraíso terreal". A imagem do paraíso terrestre, através da beleza da paisagem, pareceria a Pero Vaz de Caminha de tal inocência que "a de Adão não seria maior quanto à vergonha".

Se o Brasil era o local ao oriente do paraíso, certamente os querubins que vigiavam sua entrada teriam residência permanente no Espírito Santo, cujas matas, segundo os antigos, "parecem ter visto a infância do mundo". Mais especificamente Vitória, "onde reina constante viração que ameniza sobremodo o verão, com temperatura média calculada em 23,4º". Ideal, portanto, para a preservação do mito medieval.

A vila de Vitória está "em lugar igualmente defensável, e cômodo para a vida humana: cercado de água, armado de penedia, horrível por natureza, habitável por arte; junto ao rio, perto da barra, senhor de pescarias e mariscos sem número. Seus arredores são terra fértil, capaz de grandes canaviais, e engenhos; seus campos amenos, retalhados de rios, e fontes; suas matas recendem, são delícias de cheiros, bálsamos, copaíbas, almécegas, sassafrás". E "seus montes estão prenhes de minas de vária sorte de pedraria, e segundo dizem, de prata e ouro: será feliz o dia em que saiam à luz com seu parto".[45]

À visão edênica seguiu-se a inércia, uma das inúmeras características exigidas da fantasia sobre o paraíso. Depois do deslumbramento inicial, surgiu, tranquilo e insidioso, o desengano. Os primeiros colonizadores deviam ser almas simples e delicadas, incapazes de revolta e, sem compreender, resolveram esquecer, embora permanecesse a beleza da paisagem como constante lembrança do que poderia ter sido. Assim como nas antigas cavernas, eles tinham medo – não do fogo, mas dos répteis, dos insetos, dos índios e dos invasores.

Os primeiros índios preparados para o batismo contraíram a varíola e a malária. Entre 1558 e 1559, quando os índios hostis deram uma trégua, uma epidemia matou tanta gente que os jesuítas chegaram a sepultar dez cadáveres por dia no adro da igreja, conforme o costume da época. Em 1564 a bexiga matava mais ainda, principalmente na aldeia da Conceição (hoje Serra). O povo preferia jogar cartas, vício combatido por Vasco Fernandes Coutinho, em meio à sua atividade de distribuição de novas sesmarias e construção de

45 Citação de Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, certamente retirada do livro de Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo*, 2 ed. Vitória, Fundação Cultural, 1975, p. 63, constante na bibliografia listada por Amylton. (FA)

engenhos. Com poucas exceções, os colonos eram "abastardados de costumes, condenados a galé por crimes muitas vezes bárbaros, analfabetos e de más estirpes".

Os jesuítas seguiam costumes de Portugal na construção das casas, com sete cubículos, e plantavam laranjeiras, limeiras doces, cidreiras, acajus e outras frutas da terra, "com todo o gênero de hortaliças de Portugal. O terreno da casa descia até o porto, onde havia cais de embarque e desembarque privativo". Os índios aprendiam artes recreativas, cantos, música, declamação, danças. Cantavam também no coro das igrejas, e Anchieta escrevia autos especialmente para serem por eles representados. Nas horas de perigo, são recrutados contra as invasões: Arariboia é feito cavaleiro da Ordem de Cristo. Colonos e donatários se desentendiam a ponto de guerra, mas cresciam os engenhos de cana, a produção de açúcar, algodão, gado.

No início do século XVII, a vila, com casas construídas de taipa, cobertas de sapé ou palhas de pindoba, é só lavoura, "que cobrem manchas de terra entre o mar e as encostas dos morros". O algodão e a cana são as plantações que se destacam. A mandioca substitui o pão. A saúva destrói as plantações, não há instrução pública, e uma carta régia de 1620 proíbe a visita recíproca dos governos regionais e, através dela, cresce a fiscalização ao comércio: não se pode negociar com estrangeiros e o corte de pau-brasil só é permitido com licença do provedor da Fazenda. A pena de morte é prevista para o infrator. Chegam os primeiros escravos, 43 homens vindos de São Paulo, trocados por mercadorias, porque não há moeda.[46] O mesmo sistema se aplica ao pagamento dos tributos régios. A inércia e a submissão tiveram como consequência o estabelecimento oficial da corrupção: os donatários desinteressavam-se do feudo em decadência, delegando poderes a capitães arbitrários; a justiça não existia, as epidemias cresciam; o povo é intimado a contribuir para pagar dotes de princesas, soldo de tropa e os *filhos da folha*, apelido pelo qual eram conhecidos os funcionários coloniais: taxas, contratos, arrendamentos eram pagos através de leilão público dos ganhos. O concessionário teria de pagar em moeda corrente, porém ele próprio coletava as somas devidas em gado, pano, pau-brasil, açúcar ou cachaça, vendidos no mercado litorâneo, e ainda ganhava na negociação. Um cargo público valia mais do que ser proprietário de milhares de quilômetros quadrados de terras incultas, povoadas por botocudos.

---

46 Escravos vindos de São Paulo nessa época eram "negros da terra", isto é, índios; que, por sinal, também foram escravizados no Espírito Santo. Amylton não indica a fonte da qual retirou essa informação. Mário Freire registra: "A capitania, contudo, prosperava. Assim é de presumir, quando se sabe que, em 1629, Manoel de Melo trouxe de São Paulo 43 escravos para vender no Espírito Santo, segundo registraram os jesuítas"; cf. Freire, M. A., op. cit., p. 119 (1ª edição de 1945). Outra informação sobre esse episódio: "Na verdade, a única evidência mais contundente ligando a campanha de Raposo Tavares ao comércio intercapitanias surge numa devassa pública realizada em Salvador em resposta a uma queixa feita em 1629 pelos padres Mansilla e Maceta. De acordo com as testemunhas, alguns cativos carijó haviam sido, de fato, embarcados em Santos para serem vendidos no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Seriam estes 47 cativos transportados numa caravela, sendo que a maioria havia sido desembarcada no Espírito Santo". Cf. John Manuel Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 77. (FA)

Três vinténs passaram a valer quatro, e quatro tiveram o valor de um tostão. O vintém era moeda nobre, usada no bolso do colete e valia muito no mercado de mantimentos.

Em 1701, o capitão-mor proibia negras e pardas de usarem saias além de um certo tamanho; restringia o horário noturno dos passeios à beira-mar, "sob pena de multas cobradas em benefício das fortalezas"; impunha medidas de proteção ao dízimo sobre a pesca, vedando a venda do pescado a bordo de canoas, ao largo da baía; proibia a exportação de cereais; obrigava os agricultores a trazer farinha, todos os sábados, para venda à população urbana. Usavam-se calções de seda e chinós frisados, mas se desconheciam as mais elementares regras de construir habitações.

Os escravos traziam latas d'água das fontes dos morros; os ricos tinham poços no quintal. Quem pertencia ao clero ou ao governo era enterrado na nave das igrejas ou nos conventos; os cemitérios se destinavam "ao povo ou escravaria". As ruas eram tortas, esburacadas, enlameadas, com capim atingindo os tornozelos; animais domésticos provocavam brigas entre vizinhos; grassavam a varíola, a febre amarela, a escarlatina, a peste bubônica e o impaludismo. Usavam-se lâmpadas a óleo de mamona ou azeite de peixe. Os forasteiros transitavam a cavalo. Ameaçava-se de prisão quem não festejasse a presença de monarcas com luminárias nas fachadas. Os escravos alforriados e as marafonas ganharam uma rua: a do Piolho.[47] O cais das Colunas passou a chamar-se cais do Imperador quando sua majestade visitou a ilha, em 1860.[48] Os colonos pobres permaneciam "naquela ignorância lusitana": sobreviviam da farinha de mandioca, do peixe e da caça. Bebia-se muita cachaça como compensação: o paraíso, definitivamente perdido, era apenas uma paisagem.

A língua geral, derivada do tupi, era estudada e cultivada pelos missionários, sendo depois generalizada entre os brancos a ponto de ser usada até nos púlpitos. Essa prática foi proibida por carta régia de 1795, que exigiu o uso da língua portuguesa. O capitão Silva Pontes humilhava o povo, obrigando pessoas a cavalgar o dia inteiro, mesmo as que não pudessem; detinha habitantes meses seguidos em Vitória, em exercícios militares; forçava seus ajudantes de ordem a comer "as nojentas iguarias dos escravos".[49]

Em 1820, os capixabas conspiraram contra o absolutismo que se pretendia restabelecer em Portugal: os "corcundas" eram os monarquistas absolutistas e os "das liberdades" os nativistas liberais, com tendências separatistas, pré-republicanos. Com a publicação do decreto de 24 de fevereiro de 1821, aprovando a Constituição em projeto nas Cortes de

47 Atual rua Treze de Maio, no centro de Vitória. (FA)

48 Situava-se em frente à fachada voltada para o porto do palácio do governo. (FA)

49 O "capitão Silva Pontes", a quem Amylton se refere aqui, foi na verdade o governador Antônio Pires da Silva Pontes, primeiro governante da capitania do Espírito Santo com este título. Nomeado para o cargo em 1797, só chegou aqui em 1800, dando início a um governo que, apesar das acusações de despotismo, pretendia realizar aqui os "luminosos" planos "desenvolvimentistas" de seu protetor, o conde de Linhares. Cf. Santos, Estilaque F. "O território do Espírito Santo no fim da era colonial", in Bittencourt, Gabriel (org.) *Espírito Santo: um painel da nossa história*, Vitória, Edit, 2002, p.153-87. (EFS)

Portugal, o padre Francisco Ribeiro Pinto, capelão militar, liderou uma revolta popular. Mas em julho do mesmo ano, em solenidade religiosa na velha matriz, governador, clero, nobreza, povo e tropa juraram cumprir o estatuto português. Mesmo assim o Corpo da Tropa de Linha exigiu a substituição do comandante Francisco de Assis e Castro pelo sargento-mor José Marcelino de Vasconcelos: os civis promoveram arruaças e deram tiros pela cidade. José Marcelino substituiu o comandante. Manuscritos anônimos eram afixados nas portas das casas mais frequentadas, com referências a Assis e Castro: "Se nesta vires trinta do corrente / Morrerás, corcunda, infalivelmente".[50]

Quando da proclamação da Independência, Vitória também foi elevada à categoria de cidade. Ninguém comemorou: o povo era pobre e ignorante; a elite, pequena e dividida, esperava o rumo dos acontecimentos. A geometria só apareceria nas construções com a República: antes disso, raríssimas casas possuíam janelas em todas as peças; as águas furtadas mantinham minúsculas aberturas guarnecidas de cortinas de chita. O povo afirmava que "missa é coisa de mulher", mas adorava a procissão de Corpus Christi.

Em 1827, o brigue de guerra *Ururau* ancorou em Vitória, recrutando voluntários para a Campanha Cisplatina. Ao anoitecer, quando a procissão de *Corpus Christi* passava perto da embarcação, os marinheiros, ajudados por soldados do comandante das Armas, passaram a prender, indistintamente, moços e velhos, livres e escravos, embarcando-os em batelões atracados no Cais das Colunas. O pânico foi tamanho que o andor de São Jorge foi abandonado na praça e acabou recolhido à cadeia pública até 1864. Como gato escaldado sabe o pelo que tem, por muitos anos deixou-se de realizar o que era dantes a maior festa religiosa de Vitória.[51] O povo era também indisciplinado e, em seu tédio, achava tudo muito enfadonho: os casamentos eram celebrados à noite no meio da maior algazarra; não havia hora determinada para a missa: o povo só chegava quando a orquestra dignava-se a apresentar-se; não se pregava na igreja porque o orador nunca era ouvido; no *Te Deum*, a igreja ficava vazia: preferia-se o leilão lá fora. As crianças só eram batizadas após três dias de nascidas, à noite, na casa do pároco, "quando estivessem durinhas". Em 1864, para uma população de 45 mil habitantes em toda a província, apenas 50 pessoas se matricularam no curso secundário. Os fogos de artifício que saudaram a chegada de D. Pedro II ganharam o apelido de "ignoro". Na Serra, um popular assustado com o súbito barulho perguntou a outro companheiro, também espantado: "Que é isso, compadre?" Respondeu o outro: "Ignoro". O primeiro comentou: "Mas que *ignoro* bonito." Mais tarde, bispos formados

50 Nesta parte Amylton apresenta um resumo da análise e das informações fornecidas por Teixeira de Oliveira no cap. XV de sua clássica história do Espírito Santo. É uma interpretação dos fatos atinentes ao processo da independência no Espírito Santo, esta de Teixeira de Oliveira, passível de críticas e retificações. (EFS)

51 Também com base em Teixeira de Oliveira, Amylton reproduz aqui livremente o episódio do brigue *Ururau*, que passou por Vitória em 1827. O evento "traumático" de recrutamento forçado, feito naquela ocasião, bem exemplifica a gravidade dos atos arbitrários cometidos por ocasião daqueles recrutamentos, temidos durante todo o século XIX, especialmente pelos mais pobres. (EFS)

na França se chocariam com a *Procissão do Fogaréu*, na quarta-feira de Cinzas; por isso a proibiram, assim como a festa de São Benedito.

Foi São Benedito o responsável por uma súbita descoberta política. Em 1832, no dia 28 de dezembro, por causa da chuva, frei Manoel Santa Úrsula suspendeu a procissão, para horror da irmandade, que reunia em sua maioria os negros e que sempre fizera a procissão, com sol ou chuva: desfilar pelas ruas, em meio a fogaréu, não deixava de ser uma manifestação política. Em meio aos protestos, Santa Úrsula mandou que os escravos de sua igreja, a de São Francisco, jogassem fora os castiçais e tochas das irmandades e, por precaução, trancou a imagem do santo em sua cela monástica.[52] Um ano depois, em setembro, alguns escravos roubam a imagem, levam-na para a igreja do Rosário, anunciando, pelos sinos, o sucesso da ação noturna: até mesmo um tenente e um capitão foram escolhidos para vigiar a imagem. Nascia um conflito entre a confraria, *legítima*, do convento de São Francisco e outra, *dissidente*, da igreja do Rosário: de discussão em discussão, de briga em briga, até envolver todo o povo. Os conformados passaram a ser chamados *caramurus* e os protestantes, *peroás*, peixes da pior cotação no mercado. Escolheram-se cores: verde para os *caramurus* e marrom para os *peroás*.[53] Duas bandas que se chamavam "filarmônicas" foram fundadas, uma para cada confraria. Os conservadores e os ricos apoiaram os *caramurus*, os liberais e independentes se filiaram aos *peroás*. De repente, a cidade percebia, manifestando-se por esse meio, que havia pobres e ricos. Nessa época a cidade já sabia ler e escrever: a Biblioteca Pública foi inaugurada com uma doação de quatrocentos volumes.

Moscas, mosquitos, ratos, lixo por todas as ruas, matagal em todos os terrenos baldios; uma cidade suja – as fezes eram guardadas em tonéis de madeira (os *tigres*) e despejadas na maré. Italianos que se desviaram da roça apareciam nas ruas onde moravam as famílias mais abastadas entoando o pregão: "Signora, quero la merda". Usava-se sombrinha, mesmo em noite de luar, nas ruas mais pobres: os dejetos eram lançados pelas janelas às ruas. O entrudo não dispensava água, tinta, farinha, e também merda, lançadas no rosto dos participantes da alegria carnavalesca.

Morria-se muito de cólera, tifo, febre amarela. Em 1854, o presidente Felipe Pereira Leal pede à Assembleia uma lei para criar cemitério fora do perímetro urbano, provocando quase uma revolta. Só em 1859 foi proibido o enterro oficial nas igrejas e em 1861 construído um cemitério. Como morria muita gente em março, quando terminava o verão, chamaram-se médicos do Rio de Janeiro. Em 1875, Manoel Goulart de Souza, após observar a capital, sugeriu melhoramentos básicos: "impedir o despejo do lixo no cais; fazer

52 A procissão foi suspensa em 26 de dezembro, dia do santo; a ação de jogar no adro do convento de São Francisco os pertences da irmandade é que ocorreu no dia 28. Cf. Novaes, M. S. de, op. cit., p. 172-3. (FA)

53 Segundo diversos relatos, o verde caracterizava os caramurus enquanto os peroás adotaram o azul, cores que usavam nos manteletes envergados pelos membros das respectivas irmandades. A confusão de Amylton pode advir de a banda Caramuru "vestir uniforme de lã verde; a Peroá, cor de rapé". Cf. Novaes, M. S. de, op. cit., p. 177 e 179. (FA)

o calçamento em alguns lugares com declive suficiente para dar escoamento das águas nos tempos pluviosos, para não dar lugar a pântanos artificiais como se observa nas ruas; canalizar as águas da Fonte Grande, as quais descem por uma imunda vala, denominada Reguinho, receptáculo de tudo quanto se quer nele lançar; mandar fechar alguns cemitérios do centro da cidade, esses focos permanentes de exalações mefíticas, verdadeiros insultos à salubridade pública; estabelecimento de um edifício a fim de nele serem recebidos os que primeiro foram atacados de alguma epidemia, sequestrando-os do resto da população, podendo ainda servir de lazareto, quando seja adotado o sistema de quarentena; não consentir que os guardas fiscais durmam o sono da indiferença, não olhando eles para esses chiqueiros que existem até nas áreas de casas particulares além do péssimo estado em que constantemente estão os mais quintais e praças da cidade; mandar canalizar as águas, que descem de um simulacro de chafariz, que existe em um canto da rua do Duque de Caxias, que nenhuma utilidade tem, e cujas águas por falta de declive ficam estagnadas na rua".

De repente, em sua inércia e indiferença, a cidade percebeu que havia entrado no século XX: era então 1909 e o presidente se chamava Jerônimo Monteiro. Ele havia estudado em São Paulo e se ilustrara. A palavra progresso, antes uma abstração distante, passou a ser de domínio público. As pessoas não podiam mais manter seus segredos: todas as mudanças eram públicas. Foi um momento muito difícil para alguns: homens viraram padres, mulheres viraram freiras; alguns se mataram, outros preferiram morrer das endemias costumeiras; os ricos procuravam uma plateia: as roupas seriam as primeiras manifestações dessa mudança. Em dúvida, o povo achava, em sua maior parte, que aquelas ações seriam transitórias; e que os nomes daqueles homens, como o do próprio Jerônimo, seriam lembrados apenas em ruas, avenidas, logradouros.

Quando assumiu, Jerônimo Monteiro descobriu que o próprio palácio do governo era desprovido de água, luz e esgoto. Os funcionários públicos tinham direito a uma sala especial que chamavam em sua tranquilidade de *merdeiro*. Bem que Jerônimo estranhou o cheiro. Conta-se que interrompia de vez em quando o seu discurso de posse para olhar de soslaio as pessoas e, a seguir, os sapatos delas. Não o disse no discurso, mas acreditava que quatro anos seriam muito pouco tempo para executar o seu trabalho. Aos que lhe perguntavam se não sentia cansaço, respondia: "É preciso que se faça tudo." Se tempo não havia, dinheiro também não: contraiu um empréstimo com os banqueiros Charles Victor, de Paris, no valor de 70 milhões de francos franceses, para escândalo da oposição.

A cidade não seria mais um campo e sim uma capital, isto é: toda a beleza das matas se concentraria num único lugar, planejado e demarcado: a demografia criaria um meio onde o estranho fosse um desconhecido. O Campinho, antes "um local infecto", seria

aterrado para dar lugar ao Parque Moscoso: a rua da Vala, seu escoadouro, teria coberto seu canal também infectado e ressurgiria com o nome de avenida República. Os sócios de uma rinha de galos fugiram à aproximação das primeiras casas modernas, já que duas ou três famílias inteiras dividiam as habitações por falta de moradia. Não havia terra suficiente para aterrar o banhado do Campinho: uma colina foi rebaixada e ali se edificou o novo hospital da Santa Casa de Misericórdia. Até os animais estranharam tanta movimentação: os burros faziam o circuito com o carregamento de terra; dezenas deles: enchia-se a carroça, saía, alguém despejava a terra, o burro voltava para buscar mais. Um deles desmentiu a incapacidade geralmente atribuída a sua espécie: só fazia uma viagem por dia. Enchia-se sua carroça, ele trazia a terra; após o descarregamento, antes de sua carroça ser novamente carregada, retornava. Por toda parte os homens escavavam à mão: lago, "ruínas", repuxos, fonte luminosa, pontes, jardins, orquidários surgiam no novo parque.

Homens e mulheres choraram, ensopados, quando jorrou água do reservatório do morro da Santa Clara; inaugurou-se o cemitério público e o serviço funerário ganhou carros especiais; a luz elétrica criou um novo hábito: as pessoas saem mais à noite. Descobria-se o nacionalismo: poemas enchiam as páginas dos jornais, contavam-se lendas de amor, heroísmo e patriotismo. Trinta e seis dias após a posse do novo governo, chegava de São Paulo o professor Gomes Cardim, novo diretor da Instrução. Surgiam novas escolas: jogos, recreios, cultura física, hinos patrióticos, instrução moral e cívica, artes domésticas, modelagem, jornal escolar, novos professores, reabertura da Biblioteca Pública, uma escola de Belas Artes, congressos pedagógicos, a Festa da Árvore; pétalas de rosa caíam sobre os ombros do presidente nas inúmeras inaugurações; as conferências tinham elevado teor social: A praga das formigas e os meios de combatê-la; Os meios de conservar-se a saúde; Produção e cultura; Instrução e educação. Surgia a divisa do estado, *Trabalha e confi*a (baseada na divisa dos jesuítas, que certamente Jerônimo aprendera no colégio de Itu, onde estudara: "Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus"). As cores oficiais passaram a ser o rosa e o azul. O povo esperava o fim do mundo: a 19 de maio de 1910 temia-se a realização da profecia, quando o cometa Halley passou de madrugada.

Os urubus não escolhiam mais a cobertura do Teatro Melpômene: o lixo não aparecia mais nas marés baixas. As famílias perderam o Éden Parque, onde faziam o seu passeio, mas ganharam um parque só para elas. Havia tempo para jogar bilhar, pires, sargento, bagatela; os cubículos de duas camas, sem armários, cediam lugar a hotéis que preferiam nomes pomposos como Majestic e Europa. Diminuíram-se os vencimentos dos funcionários públicos, mas pagou-se em dia; a aposentadoria foi estendida a eles através de uma Caixa Beneficente "destinada à constituição de um pecúlio em favor da família do funcionário que viesse a falecer". Em prestações mensais e a longo prazo, 28 casas foram construídas para eles nas proximidades do Parque Moscoso. Martelos, pregos, madeiras, operários: trezentas escolas novas em todo o estado, sete mil alunos em quatro anos. A população teve que se acostumar com as "visitas, inspeções e desinfecções domiciliárias" e reclamava das novidades: taxas de água, luz e esgoto. Surgiram os bondes elétricos; a polícia ganhou

um quartel central e uma Caixa Beneficente. Os agricultores aprenderam técnicas novas através da Fazenda Modelo Sapucaia, em Cariacica, e ganharam passe livre da Estrada de Ferro Vitória a Diamantina para visitá-la, cinquenta litros de sementes do café conilon, animais reprodutores e dinheiro. A "indústria pecuária" começou com a chegada de "23 animais de raça já aclimatados no nosso país".

Numa medida inédita, o estado interferia no campo econômico: Jerônimo Monteiro criou o estado industrial, supletivo da economia privada, que ainda não havia ultrapassado o ciclo agrícola. A sede só podia ser Cachoeiro: serraria, papel, tecidos, cimento, usina de açúcar, óleos lubrificantes. A Fábrica de Cimento Monte Líbano foi a primeira no país, mesmo com os técnicos oficiais declarando não existirem jazidas de calcário a tal distância do mar. A usina de açúcar Paineiras era a de maior capacidade de produção no país. Jerônimo trabalhava com jovens técnicos e engenheiros formados em São Paulo e no Rio. No final de 1908, surgia a Prefeitura de Vitória. Ensaiou-se a cultura do cacau em Linhares, instalou-se a primeira repartição técnica do Ministério da Agricultura.

Em dezembro de 1917 a convenção do Partido Republicano Conservador apresentou o candidato Marcondes Alves de Souza para suceder a Jerônimo Monteiro. A oposição, que apresentara o capitão Getúlio Florentino dos Santos, realizou dois grandes comícios na recém-inaugurada praça Oito de Setembro: no último, houve tiroteio e luzes apagadas na cidade. *Rebola* era o apelido do *Diário do Povo*, jornal que só surgiu para fazer oposição à candidatura de Marcondes e saiu de circulação quando ele venceu. Em 1912, o governo ameaçava intervenção federal com a presença de um vaso de guerra. Jerônimo telegrafa ao ministro da Guerra: "A presa é demais pequena para um conquistador tão grande." Nessa época, já organizara o Banco do Espírito Santo (que faliu no princípio da Revolução de 30) e modificara a Lei de Terras, passando a vender as terras devolutas do estado na base de dois mil réis (uma dúzia de ovos custava então 300 réis) o hectare: o estado era quase todo mata pura e a população, diminuta. Em Vitória, o povo só se conscientizou de que o século XX realmente chegara quando apareceu nas ruas Rex, de propriedade de André Carloni: o primeiro automóvel.

Na década de 1920, todo mundo dançava para não ver o que estava acontecendo: para os sobreviventes da guerra, a exaustão física era a prova de que se encontravam vivos; o estado de espírito resumia-se na frase: "vamos comer, beber e divertir-nos porque amanhã estaremos mortos". Mas todos os automóveis eram ainda de cor escura: só em 1925, com a invenção da pintura a *pyroxylin* é que os carros adquiriram cores alegres e cintilantes (em 1929, os Estados Unidos tinham 23 milhões de automóveis particulares). Em 1920, a mulher tinha direito a votar e subitamente se viu em situação de igualdade com o homem;

as máquinas e os aparelhos domésticos diminuíam os serviços caseiros, o telefone permitia as compras antecipadas.

A Lei Seca, o automóvel, as revistas e o cinema contribuíam para uma mudança muito peculiar nos costumes. Ninguém se lembrava mais da *Ameaça Vermelha*, os comunistas que haviam tomado o poder na Rússia, que, aliás, ficava tão distante.

Na Europa, os ritmos estrangeiros entraram em voga: o tango e o fox-trote estiveram na moda antes da grande guerra, mas agora se tornavam "a loucura". Surgiu o *charleston*. Foi o começo da decisiva influência que o *American way of life* exerceria sobre a civilização europeia, espalhando-se depois pelos países que costumavam copiar a Europa, como o Brasil. O desembarque do exército americano na Europa em 1917 subitamente revelou um novo mundo aos europeus, através dos altos e imberbes rapazes, com seus carros e seus uniformes cáquis, e sua disciplina aparentemente relaxada: eles foram os embaixadores de tudo o que era moderno, do jazz ao corte de cabelo. Propunham uma liberação do corpo, um comportamento menos rígido. A América era o *ideal*: todos imitavam os americanos. Os anos 1920 se caracterizaram com o gosto pelo novo. Porém, pais, professores e educadores começaram a reclamar: o código moral estava ameaçado definitivamente.

Os especialistas em publicidade começaram a compreender a psicologia das multidões: não importava a qualidade dos produtos; tudo se vendia, para atender aos desejos, à vaidade e ao amor próprio dos leitores das revistas ilustradas. Todo mundo queria ser jovem, desejável, rico, invejado. A mulher magra e alongada, delicada, discreta e refinada era o sonho de milhões; milhões de outras mulheres viviam sob constante ansiedade, suscetíveis à pressão da publicidade. Os acontecimentos triviais adquiriam subitamente extraordinária importância: uma luta de boxe pelo título de campeão mundial, um julgamento por assassínio, um novo modelo de automóvel, a morte de um astro de cinema. Os americanos ingênuos e ricos viajavam para a Europa: os mais talentosos formaram a geração perdida, segundo Gertrude Stein, que reunia em sua casa os melhores nomes das artes sediados na mítica Paris. Eram os *roaring twenties*.

No Brasil, que antes imitava a França, a admiração pela "águia norte-americana" e a consagração das "escolas americanas", pioneiras na adoção da ginástica e do esporte, colocaram nas ruas o *sportman*-empresário, descontraído, moderno, prático. Saem as palavras francesas, entram palavras em inglês no vocabulário dos repentinamente modernos: *rowing* (remo), *sports*, *football*, clubes sofisticados, o *five o'clock tea* (chá das cinco). Subiam as saias das mulheres, o homem perdia as suíças e os bigodes senhoris do começo do século: permaneciam os bigodes curtos, cuidadosamente aparados, o rosto sempre bem barbeado, os cabelos curtos cuidadosamente penteados para trás. Cantava-se no carnaval "Ô pé de anjo, ô pé de anjo" e "Bê-á-bá, be-é-bé, be-i-bi, deixa as cadeiras da nega buli" e, no que provavelmente seria um comentário sobre a disputa entre o velho e o novo, "eu queria saber por que é / que no mar não se vê jacaré".

No dia 23 de maio de 1920 aconteceu uma revolta em Vitória. Bernardino Monteiro, que não demonstrara o mesmo entusiasmo do seu irmão Jerônimo no exercício da presidência do estado, diga-se de passagem, escolhera como candidato à sucessão o sobrinho de ambos, Henrique de Novaes. Porém Dodona, a irmã que influenciava toda a política da família, insistiu para que Jerônimo não aceitasse o nome indicado. Por sua vez, Henrique não gostava do ex-presidente. Assim, na convenção, Jerônimo apresentou o nome de Abner Mourão. Bernardino não aceitou e, como represália, começou a demitir todos os funcionários públicos que fossem correligionários e amigos de Jerônimo: naquela época, funcionário público não tinha garantias, bastava um decreto para ser sumariamente demitido. Todo dia o *Diário Oficial* trazia uma lista dos funcionários demitidos.

Afinal chegou-se a um acordo, intermediado por outros políticos, como João Manoel de Carvalho, Etienne Dessaune, coronel Francisco Schwab, em torno do nome do coronel Nestor Gomes, um guarda-livros que pretendia ser industrial e era amigo dos dois – mais de Bernardino do que de Jerônimo.

Quando tudo parecia em paz no jardim do Éden, novamente a dissidência entre os dois irmãos: Bernardino continuou demitindo os amigos de Jerônimo; de vez em quando demitia um, para não chamar muito a atenção. Jerônimo, outra vez influenciado pela irmã, não quis mais acordo: lançou novamente Abner Mourão como candidato à presidência. É óbvio que Nestor ganharia, porque, naquela época de eleição a bico de pena, o governo ganhava sempre. Porém, Jerônimo tinha um trunfo: a maioria dos deputados na Assembleia. Naquela época, o presidente de estado só poderia ser reconhecido por meio de homologação da Assembleia. Eram 25 deputados: 12 ficaram com Bernardino e 13 com Jerônimo.

Sinhá Riqueta, triste com os acontecimentos, não brigou; Dodona foi quem enfrentou o irmão Bernardino (ao final, dizia que o que ele fizera fora uma barbaridade) e Nêni apoiou o tio Jerônimo, a quem admirava. A Assembleia também se dividiu cenograficamente: o bloco de Bernardino permaneceu no próprio local; o de Jerônimo (que havia mandado buscar no Rio, como a lei permitia, o advogado Monteiro de Barros para defender sua causa), na casa de Basílio Pimenta, contratante de carne verde da cidade. Por isso o povo apelidou sua residência de *Palácio da Linguiça*.

Na véspera da posse, após muita discussão, a Assembleia não reconheceu a eleição de Nestor Gomes. O presidente Bernardino dera ordem ao porteiro da Assembleia para só abrir suas portas, no dia seguinte, na hora regimental: 13. Às 12h30m os dois grupos já estavam lá – de um lado, o presidido por Geraldo Viana, solidário com Bernardino; de outro, o presidido pelo coronel Dessaune. Quando as portas se abriram, os dois deputados, como crianças, saíram correndo escadas acima. Dessaune ganhou a corrida: aproveitou a vitória e sentou-se na cadeira do presidente da Assembleia. O outro grupo ficou esperando, nervoso, o desenrolar dos acontecimentos.

Eis que de repente aparece o próprio presidente não empossado, Nestor Gomes. Mas não por acaso: Bernardino Monteiro, no dia anterior, dera ordem para que a polícia

aparecesse sem armas: um batalhão seria formado, como exigia a lei, apenas de sabre, para saudar o novo presidente. Com essa garantia, Nestor entrou no plenário da Assembleia, cumprimentou os dissidentes com um aceno de cabeça, olhou para o espantado ocupante da cadeira, chegou-se mais perto e sussurrou-lhe ao ouvido: "Etienne, eu vou para o palácio tomar posse."

Acontece que os partidários de Jerônimo tinham planejado uma revolução que teria início exatamente às 13 horas daquele dia, da qual (como voluntário e estrategista) participava Nêni, então com 21 anos. A polícia, reconhecida a Jerônimo pelo novo quartel e pelos benefícios que trouxera à corporação (inclusive presentes para os filhos dos soldados), rebelou-se em favor dele. A conspiração previa que, às 13 horas, na hora da posse, Nestor Gomes seria preso e levado para o quartel, sem tiroteio.

Às 9 horas, um oficial chegou ao quartel com ordem de Bernardino Monteiro: a polícia devia ir desarmada. Um cabo revolucionário ouviu quando o capitão Carvalho deu a notícia ao pessoal encarregado de transportar o pelotão para a posse. A cidade entrou em pânico quando começou a ouvir os tiros trocados entre parte da polícia e o grupo revoltado.

Ouviram-se os tiros da casa de Jerônimo, onde se encontravam João Manoel, o coronel Schwab, o coronel Dessaune, Carlos Xavier e Nêni. Eram quase duas horas e Bernardino empossou apressadamente Nestor Gomes no cargo de presidente do estado. Seus amigos, saindo da Assembleia, passaram no armazém de Manoel Pessoa, compraram todo o material disponível – sacos de arroz e feijão – e fizeram uma barricada à frente do palácio para garantir a posse. Logo após, Bernardino saiu às pressas para a casa que havia alugado, distante do palácio.

Às 14 horas apareceram na casa de Jerônimo o capitão de polícia Ramiro Martins, eleito chefe militar, e Ramiro Conceição, o "chefe civil", com um ajudante de ordens, também nomeado para o evento. Conceição era um homem muito alto, muito forte, mas que falava compassadamente: "Dr. Jerônimo", anunciou ele com o fervor que a ocasião revolucionária exigia, "a revolução rebentou antes da hora. Agora só temos um caminho: marchar contra o palácio e afastarmos o presidente do governo."

Jerônimo levantou-se, muito pálido, e disse: "Os senhores lembrem que quem está lá é o meu irmão!" E saiu da sala. Então Ramiro Martins disse, estupefato: "Perdemos a nossa causa neste momento." O outro concordou: "Estamos perdidos."

Ao cair da tarde, Jerônimo embarcou para o Rio de Janeiro num navio de passagem por Vitória: queria convencer "os poderes da República de que o nome de Nestor Gomes não havia sido homologado pela Assembleia e, portanto, ele não poderia permanecer no governo: admitia até mesmo uma intervenção federal."

À noite, os revolucionários resolveram tomar o palácio à força: contavam com 222 soldados (embora no quartel). O governo ficou só com a guarda do palácio, mas ainda assim parte dos vinte homens voltou para o quartel quando começou o tiroteio. Era muito

difícil tomar o palácio porque os que estavam lá escondiam-se atrás das janelas para atirar; os revolucionários protegiam-se atrás de árvores e os mais audaciosos se expunham como William Hart no cinema. O exército chegou só para "manter a ordem pública" na parte baixa da cidade (o povo passeava, em meio às torcidas). A zona de guerra era a Cidade Alta. O tiroteio durou até às 10 horas do dia seguinte, quando então o funcionalismo aproveitou e entrou em greve não declarada: todas as repartições ficaram fechadas até o final da revolução, no dia 19 de junho. Aproveitaram para descansar, enquanto o tiroteio continuava na Cidade Alta. Os 222 soldados permaneceram no quartel, esperando, porém sem atos de rebeldia. A solução chegou: o presidente Epitácio Pessoa deu ordem para que o Exército, em Piratininga, no município de Vila Velha, ocupasse o quartel, dissolvendo o movimento e reconhecendo o direito de posse a Nestor Gomes.

Os revolucionários já estavam sem dinheiro para as munições e Jerônimo, seu chefe, mostrava sinais de esgotamento. No dia 24 de junho, Nêni, quase um advogado, foi encarregado de duas ações, já que todos os outros apresentaram justificativa para a primeira delas: conversar com o presidente Nestor Gomes e encontrar uma solução para os 222 soldados. Nêni, "o bestalhão aqui", como se classificou, marcou entrevista para as 15 horas, através de Mário Rezende e Afonso Ramos Carvalho de Brito.

Encontrou o presidente num quartinho, sentado numa cadeira pequena e com as mãos na cabeça. Nêni cumprimentou-o pelo reconhecimento da parte do governo federal. "O que é que o senhor deseja?" quis saber Nestor. Nêni esclareceu: "Desejo fazer uma proposta ao senhor. Estamos com 222 homens no quartel. Não temos mais recursos para sustentar essa gente nem para mandar embora. Então vim conversar com V. Excia. para encontrarmos uma solução."

Os soldados esfomeados no quartel queriam receber os 22 dias do mês de maio e passagem para onde quisessem ir. Nêni pediu: "V. Excia. mandaria pagar a eles o mês de maio, até o dia da revolta. O estado deve a eles essa importância e daí eles iriam para onde quisessem. Com isto Vitória ficaria livre desse pessoal, V. Excia. saberia que não haveria mais baderna e nós também."

Nestor Gomes parou de puxar os cabelos, pensou mais e contra-atacou: "O coração diz que sim, mas o dever diz que não." Nêni reagiu à altura: "Então, de agora em diante, V. Excia. será responsável por qualquer baderna por parte dessa gente, nós vamos dizer a eles que não temos recursos e que façam o que bem entenderem. Então V. Excia. devia pensar um pouco mais e dar uma solução para isso." "O coração diz que sim, mas o dever diz que não," repetiu Nestor. Diante disso, Nêni despediu-se: "Então passe bem. Muito obrigado."

No dia seguinte, Mário Rezende e Carvalho de Brito procuraram Nêni: Nestor pagaria 180 mil réis a cada soldado (o correspondente a vinte – e não 22 dias) e daria a passagem "para onde eles quisessem ir". Mas exigiam que Nêni fosse ter com eles, para oficiar a distribuição do dinheiro e da passagem. Nêni foi incisivo: "Isso eu não vou. Não vou oficiar nada."

A outra ação daquele dia não era propriamente revolucionária e sim um gesto de solidariedade a um compadre: João (Baiano) de Matos Barroso era estivador de Vitória, em 1912. Vivia brigando por causa de política (era da oposição). Foi preso; afirmou-se depois que Antônio Lino, então delegado de polícia, permitiu que ele fugisse para Muqui. De lá, apareceu na Fazenda Monte Líbano, pedindo serviço: era de boa conversa, boa estatura, ficou lá trabalhando. Casou-se com uma moça da fazenda; tiveram uma filha, afilhada de Nêni. Na briga política entre os dois irmãos, ele ficou com Jerônimo. Como falava muito ardorosamente, o juiz de direito, também baiano, acabou brigando com ele, proibindo-o de aparecer em Cachoeiro. Mas a polícia resolveu prendê-lo (por causa de uma acusação de 1912, em Vitória).

João Baiano pegou sua égua e fugiu para a fazenda vizinha à Monte Líbano, cujos limites eram um rio. Ali saltou, amarrou a égua, escondeu o arreio atrás de um murundu e atravessou para o outro lado com a canoa que sempre utilizava para cortar caminho até Cachoeiro. Então apareceu um homem pedindo passagem: "Ei, a canoa, quero passar." Baiano, curioso, perguntou: "Quem está aí?" A resposta óbvia: "É uma pessoa que quer passagem." Baiano reconheceu a voz: "Já sei, é o Bringalinha" (apelido que dera – e todos usavam – ao delegado de polícia Anísio Ramos, porque usava um brim muito vagabundo, chamado *bringalinha* pelo povo). "Pode vir, Bringalinha," respondeu João Baiano, começando a atirar. Com estratégia: dava um tiro aqui, corria, dava outro mais adiante, corria, dava outro, gritando: "Atira, Manoel, atira, Joaquim, atira, José." Bringalinha, apavorado, não quis atravessar o rio. Mas espalhou o boato: a Fazenda Monte Líbano estava cheia de jagunços. O juiz pediu providências à capital. Bernardino mandou para lá o capitão Abílio Martins e seus soldados.

Nêni, que de nada sabia, iria para a fazenda naquele dia. Mas o tio José impediu, pedindo-lhe para fazer um serviço e permanecer em Vitória. Martins atacou a Monte Líbano pelos dois lados: por cima atravessando um rio num local então chamado Boa Vista e por baixo vindo de Cachoeiro. Atacaram a casa grande, atirando "em tudo que é canto", quebrando vidros, ameaçando o administrador João de Carvalho e sua família e, por fim, matando o carreiro Jacob, que estava encostado, pacificamente, na frente de sua casa, mais acima: a bala atravessou a parede e matou também a filha, de quinze anos, que se encontrava no interior.

João Baiano, que vira a polícia chegar, escondeu-se no mato. Refugiou-se na fazenda vizinha, de propriedade de Anacleto Ramos, pedindo para não ser morto porque tinha mulher e filha. Anacleto comprometeu-se a não matá-lo; mas ele iria preso, porém sem ser maltratado. Baiano se entregou e foi trazido para Vitória e mantido no quartel, onde ficavam na ocasião os presos que ainda não tinham processo formado. No dia do julgamento – em que tudo se dividia entre Jerônimo e Bernardino – Nêni entrou com um requerimento e um atestado assinado pelo médico Luiz Tinoco da Fonseca (muito amigo de Jerônimo em Cachoeiro), dizendo que João Baiano estava doente e não podia comparecer. Por isso, não foi julgado. Nêni não tinha dúvidas de que ele seria condenado, naquela época.

No dia 24 de maio, antes da chegada do Exército, Nêni resolveu soltar João Baiano "de qualquer jeito". O primo Darcy Monteiro, filho de Jerônimo, arranjou um carro emprestado com Antenor Guimarães para a fuga. Nêni cortou o enorme bigode de Baiano, vestiu-o de sargento (a farda foi emprestada por outro compadre) e, durante o toque de silêncio, às 21 horas, Baiano saiu a pé, pegando o carro na esquina do Parque Moscoso. Darcy mal sabia dirigir, mas o levou para Jucutuquara, então uma capoeira: Nêni já estava lá, junto com Pedro Maria – que conduziria o fugitivo até a Bahia – e a mulher deste, vestida de homem. Nêni providenciara roupa e comida escondidas em trouxas e amarradas em enxadas para eles parecerem lavradores. No dia seguinte à fuga, o carcereiro do quartel apareceu, avisando a Nêni que João Baiano tinha fugido. Nêni ameaçou: "Se ele foi morto, você será o responsável." Mais tarde, João Baiano mandaria notícia: trabalhava numa fazenda na Bahia.

O coronel Nestor Gomes teria depois seu retrato em todas as prefeituras do estado. Alienou grande parte do parque industrial criado por Jerônimo Monteiro, arrendando os "Serviços Reunidos" (força, luz e tração) de Vitória e Cachoeiro.

Em 1924, Bernardino Monteiro, durante a convenção do Partido Republicano, polarizou a quase unanimidade dos votantes. Mas, para sua surpresa, seu candidato, Cassiano Castelo, não obteve os votos exigidos pelo estatuto. Receando o recrudescimento da luta entre os seus correligionários e os do irmão, desistiu da indicação. Nestor Gomes resolveu a questão indicando como sucessor o engenheiro Florentino Avidos, cunhado de Jerônimo e Bernardino, que assumiria o governo em 1924. Bernardino, que também foi senador, morreria em março de 1930.[54]

Jerônimo só voltaria a ser candidato (ao Senado) em 1927, quando perdeu para Teixeira de Mesquita. Defendia então a autonomia dos estados, a liberdade de imprensa, o respeito à Constituição federal, a soberania das urnas, o voto secreto e o voto feminino. Mas a eleição ainda era a bico de pena. Ao perder, publicou um relatório com a contestação apresentada à Comissão de Poderes do Senado Federal, em que refutava "a legalidade do diploma de senador pelo estado do Espírito Santo, expedida pela junta apuradora ao Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita, pelos seguintes fundamentos: 1) nulidade dos votos atribuídos ao candidato diplomado; a) por serem o resultado da pressão administrativa; b) por fraudulentos; e 2) inelegibilidade do mesmo candidato". Provava com dados estatísticos que "a polícia havia sido derramada em missão eleitoral pelo interior do território do estado" e, com reproduções, a fraude na ata das assinaturas, muitas delas da mesma pessoa.

54 Bernardino de Souza Monteiro faleceu a 12 de maio de 1930. Cf. *Vida Capichaba*, ano VIII, n. 236, 24 jul. 1930; e http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1512&li=30&lcab=1915-1917&lf=30. Acesso em 26/10/2009. (FA)

Em 1933 ele seria eleito deputado federal, mas as eleições de maio seriam anuladas em favor de outra, marcada para outubro, pela primeira vez com voto secreto – uma exigência da República Nova. Morreu em 22 de outubro, um dia antes da diplomação.[55]

Desde criança, mas principalmente a partir de 1920, Nêni estaria ao seu lado, observando seu modo de agir, primeiro nas campanhas políticas, depois na administração pública. Ambos eram o que se chamava então "homens caladões". Nêni, depois da formatura, por causa de seu trabalho no interior, perderia logo o apelido familiar. Passou a ser conhecido pelo povo como "Doutor Carlos".

Aprendera a lealdade aos amigos – mas já tivera a primeira decepção. Pouco antes da revolução, descia uma ladeira em companhia de um amigo, um dos mais conhecidos políticos do lado de Bernardino. Quando o amigo viu outra pessoa do mesmo partido subindo a escadaria, virou-se para Nêni e disse: "Carlos, você anda depressa porque, se aquele camarada me vir junto com você, eu fico mal."

Ele já era então muito respeitado pelos políticos. Após o episódio revoltoso, Nestor Gomes ficou convocando de volta o terceiro escriturário da Secretaria da Fazenda. Só foi demiti-lo, "por abandono de emprego", em 4 de agosto de 1920, quase três meses após a contestação à sua eleição.

55 Maria Stella de Novaes, na sua *História do Espírito Santo*, à p. 431, informa que Jerônimo Monteiro faleceu no Rio a 23 de outubro de 1933. No entanto, a mesma autora, no livro *Jerônimo Monteiro – sua vida e sua obra*, Vitória, Arquivo Público Estadual, 1979, p. 221, também constante na bibliografia deste trabalho, esclarece: "O Dr. Jerônimo faleceu no dia 22 de outubro de 1933 em hora avançada, motivo por que somente pela manhã do dia 23 foi divulgada a triste notícia, que ficou assim registrada." (FA)

Capítulo Cinco

A Revolução gera o PSD

Capítulo Cinco

A Revolução gera o PSD

Carlos Lindenberg atribui à sorte – pois "não tinha intenção alguma" – o seu sucesso como político, embora reconheça os percalços: "Eu acho que um político pode prestar muitos serviços ao estado e ao país, mas sofre muito porque recebe muitas calúnias, injúrias e injustiças como qualquer salafrário que exista por aí. Raramente um camarada reconhece que um político tem valor, e não procura ressaltar esse valor, mesmo que esteja bem claro à vista de todos."

A entrada na política ele imputa às circunstâncias mais do que à herança familiar: seu trisavô fora prefeito em Lübeck; o pai, vereador em Minas; o avô, chefe político em Cachoeiro; todos os tios foram políticos – quando estudante, hospedado em casa de Jerônimo, observava seu desempenho como senador; fora candidato a prefeito de Cachoeiro, perdera, pensava ter sido experiência única. Participou da Revolução de 30 mais por fraternidade: seu irmão José Lindenberg "estava metido nela até o pescoço". Por causa disso acabou convidado e, quando percebeu, já era novamente candidato.

Sua carreira vitoriosa não pode ser atribuída só às tradições oligárquicas de sua família e ao prestígio de que desfrutava no interior do estado. Em 1924, após a venda da Monte Líbano, junto com Licério Duarte e Francisco Fundão montou a firma Sociedade Duarte, Fundão & Cia., uma casa de ferragens localizada ao lado da escadaria do palácio do governo. Além disso, exercia a advocacia (inventários, contratos, sociedades anônimas etc.), ao mesmo tempo em que tratava dos negócios e dos processos de terras de "todo aquele pessoal do interior".

Já não havia mais tanta epidemia em Vitória: médicos da Fundação Rockefeller ajudaram a erguer postos de saúde, distribuindo remédios gratuitamente; a primeira agência do Banco do Brasil incluía a cidade no mapa econômico.[56] No princípio da década,

56 Segundo Maria Stella de Novaes, a 2 de abril de 1917 inaugurou-se em Vitória a primeira agência do Banco do Brasil, situada na atual avenida Jerônimo Monteiro. Cf. Novaes, M. S. de, op. cit., p. 397. Ainda segundo ela, em junho de 1911 fora criado o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, no governo de Jerônimo (idem, p. 380). Ormando Moraes atesta, porém, que "o primeiro estabelecimento bancário de nosso Estado foi o Banco Espírito-Santense, fundado em 4 de novembro de 1890, […] e

os rapazes e as moças frequentavam o Parque Moscoso, depois a praça da Independência (hoje Costa Pereira), com os rapazes e as moças circulando pela calçada em direções opostas. Quando da inauguração do Teatro Carlos Gomes, em 1926, todo mundo passou a frequentá-lo, bem como ao Clube Vitória, que reunia as famílias mais abastadas. Tudo era pretexto para festas: a entrada da primavera, uma festa chinesa, um baile branco. E tudo com muito rigor: o diretor social conferia na porta as carteirinhas dos sócios. As moças sempre iam acompanhadas de uma "pessoa responsável". Ninguém se atrevia a ir vestido de vermelho num baile branco. Orquestras do Rio eram especialmente contratadas.

O *Diário da Manhã*, que publicava atos oficiais na primeira página e a seguir acontecimentos sociais, sempre se referia ao Clube Vitória como "o Vitória Futebol Clube, o invicto glorioso". Mas o Rio Branco, de pessoas mais modestas, era mais popular. Embora perdesse para o Vitória, que reunia Nelson Monteiro, filho de Bernardino, e até um tenente do Exército que trazia uma escolta do 3º Batalhão para guarnecer o campo. Como vingança, o Rio Branco contratou Sanema, jogador carioca e, com ele, o time venceu. A torcida do Vitória reagiu cantando: "Ai, ai, meu pessoal, Sanema foi comprado pelo Rio Branco, um time avacalhado." A torcida ofendida respondeu: "Pessoal da nossa equipe deixa o nome na história, arrancando o invicto glorioso do Vitória." No remo aconteceu o mesmo: o Clube Álvares Cabral contratou o "Engole Garfo", campeão nacional de remo, do Rio Grande do Sul, para competir com Wilson Freitas, de dezessete anos, orgulho do Saldanha da Gama.

As moças da sociedade, que em 1918 ajudaram Bernardino Monteiro subindo os morros e distribuindo remédios entre os atingidos pela gripe espanhola, já não levavam doces feitos em casa para as recepções no palácio. Já havia rádio,[57] mas todo dia, às 18 horas, um funcionário da prefeitura soltava na Vila Rubim um foguete forte o suficiente para que todos na cidade o ouvissem e dessem corda a seus relógios.[58] Antes só o relógio

---

instalado na antiga Rua da Alfândega, nesta cidade de Vitória, em 15 de dezembro do mesmo ano." Cf. Moraes. *História dos Bancos no Espírito Santo*, Vitória, IHGES, 1992, p. 9. (EFS)

57 A radiodifusão foi inaugurada no Brasil a 20 de abril de 1923 quando começou a funcionar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquete Pinto e Henry Morize. Cf. Ortriwano, G. S. *A informação no rádio; os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo, Summus, 1985, p. 13. Mas a exploração comercial do rádio só iniciou no Brasil em 1931. Cf. Martinuzzo, J. A. (org.) *Rádio Club do Espírito Santo: memórias da voz de Canaã*. Vitória, Imp. Oficial, 2004, p. 15. Renato Pacheco, relembrando sua infância na década de 1930, registra que o rádio foi um divertimento "que surgiu neste período e alcançou, de pronto, extraordinário sucesso" e que: "Desde 1931 se vendiam receptores Super Hartley, e ouvia-se a Rádio Clube do Brasil […]. Mas as recepções eram ruins e havia a obrigação adicional de ter de registrar, mediante pagamento de taxa, a propriedade do rádio no Departamento de Correios e Telégrafos." Cf. Pacheco, *Os dias antigos*. Vitória, Edufes/SEMC, 1998, p. 107. (EFS)

58 Aqui, como em outras passagens, predominou a criatividade do escritor Amylton de Almeida. Relacionado a esse tema, Maria Stella de Novaes registra: "A 7 de janeiro de 1888, o chefe de Polícia baixou um edital determinativo de que os estabelecimentos comerciais fechassem as portas às vinte horas, quando se desse o 'toque de silêncio'"; cf. Novaes, M. S. de, op. cit., p. 308. Já Luiz Derenzi, discorrendo sobre o movimento comercial e a existência de quiosques à beira-mar no início do século XX em Vitória, informa em nota: "O 'tiro das oito'

do Teatro Melpômene indicava as sessões. O cinema dava ao espectador a oportunidade de se emocionar com uma história romântica ou heroica e de se identificar com os protagonistas. Não se esquecia o filme depois de terminado: na rua, o espectador continuava a ser Rodolfo Valentino ou Gary Cooper, Greta Garbo ou Marlene Dietrich. Copiava-lhes as roupas e os maneirismos ou simplesmente se sentia diferente. Esquecia que o fascismo havia triunfado na Itália em 1922 e que a "praga marrom" agora infectava a Alemanha: tropas de assalto agitavam as ruas, quebravam janelas e lojas de judeus, espalhando o terror entre os adversários do nazismo.

Em Vitória, criou-se uma expressão: "Eu não vou nesse negócio porque é corrida de ganso." Havia na cidade um parque de diversões (onde mais tarde, na década de 1930, seria erguido o Edifício Glória) com uma corrida de gansos – imagens pintadas de branco, recortadas de lata – que era "uma ladroeira incrível".[59] E proibia-se beijo de namorado no Parque Moscoso: por causa disso um soldado perseguiu um rapaz ladeira acima e só foi prendê-lo no palácio, onde se refugiara. Um amigo do fugitivo perguntou ao soldado: "Aonde ele vai?" O soldado respondeu: "Ele está preso." Era Moacir Avidos, então secretário da Agricultura, Terras e Obras Públicas e diretor do Serviço de Melhoramentos de Vitória.

Ambos muito bonitos, Carlos e sua noiva Antonietta Pacheco de Queiroz frequentavam assiduamente o Clube Vitória. Carlos, mais tímido, vez ou outra dançava valsa com Antonietta, ao som das orquestras vindas especialmente do Rio. Antonietta, tida como "pessoa muito boa" por todo mundo, nascida e criada em Vila Velha, tinha o curso completo do Sacré Coeur de Jesus, do Rio, e o de professora pelo Colégio do Carmo. Casando-se em 1926, os dois passaram a morar numa casa geminada à rua 13 de Maio: no andar de baixo residia a mãe dela, na companhia da filha menor, Maria, então com oito anos. Ali nasceram as duas filhas do casal, Maria Henriqueta (1928) e Maria de Lurdes (1929). Antonietta morreria em 1931. A avó de Carlos, Sinhá Riqueta, fora enterrada no cemitério de Santo Antônio em 1927.

---

marcava a hora de fechar o comércio. Era dado pelo disparo de um foguetão, na praça do Quartel de Polícia [atual Misael Pena], às oito da noite. Às seis da manhã começava o trabalho naquela época"; cf. Derenzi, L. S. *Biografia de uma ilha*. Rio, Pongetti, 1965, p. 172. (FA)

59 Diz Elmo Elton que no primeiro governo Muniz Freire (1892-96) foi construído o Jardim Municipal, exatamente onde hoje se encontram o Cine-Teatro Glória e a rua Marcelino Duarte. Em 1905, o local foi reformado e se transformou no Éden Parque, cujo espaço era "belo e bem arborizado", nele realizando-se quermesses, concertos e outras "festinhas sociais". No parque existiam dois galpões: um para espetáculos rápidos, paralelo à Marcelino Duarte, e o outro, sobre o mar, com botequim e bilhares. O local passou a ser muito frequentado pela população em geral, em especial por boêmios e notívagos. Em 13 de janeiro de 1907 uma novidade: estreou no parque o "cinematógrafo" e logo depois foi instalado ali também um "gramofone", cujas audições eram ouvidas colocando-se os transmissores nos ouvidos. No governo Nestor Gomes (1920-24) o parque desapareceu em virtude da abertura da avenida Capixaba, atual Jerônimo Monteiro. Segundo Renato Pacheco, o Cine-Teatro Glória foi inaugurado em 1931 (op. cit., p. 105). Cf. Elton, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*, 2. ed., Vitória, IJSN, 1987, p. 60-1. Ver também Novaes, op. cit., p. 358. (EFS)

No início dos anos 1930, nos Estados Unidos, era muito conhecida a história em que uma criança se queixa do frio à mãe. "Não temos carvão", responde a mãe. "E por que não temos carvão?", insiste o filho. "Porque há excesso de carvão", explica ela.

O *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, no auge da prosperidade, arrastou na queda a economia mundial. A razão principal foi a superprodução do mercado interno: os lucros fabulosos elevaram a cotação dos títulos das grandes corporações, atraindo o capital dos milionários mas também de investidores da classe média: todos compravam títulos que no dia seguinte revendiam com lucros fantásticos, empregados a seguir na compra de novos títulos. Com a paralisação de algumas fábricas e a queda do valor desses títulos, os que compravam passaram a vender. Estabeleceu-se o pânico: novas fábricas continuavam a parar, novos títulos eram lançados no mercado, sem encontrar compradores: todo mundo queria se livrar a qualquer preço dos papéis impressos, numa tentativa de reduzir o prejuízo. No início de 1930, 50% das fábricas estavam paradas ou trabalhando apenas dois ou três dias por semana; centenas de bancos faliram; em consequência, o número de desempregados chegou a trinta milhões: milhares de pessoas vendiam maçãs nas ruas, longas filas se formavam em busca de um prato de sopa no inverno. A Grande Depressão levou também à pobreza os fazendeiros do interior da América.

A economia brasileira durante o período 1889-1930 é essencialmente agrícola, baseada nas exportações de três produtos: borracha, cacau e café. A borracha atinge em 1912 o total de 42 mil toneladas: é a época da riqueza fácil, do esplendor e dos cenários suntuosos em Manaus. Em 1912, o cacau registra 36 mil toneladas exportadas. Ao café dá-se na época o epíteto de *General Café* ou *Marechal Café*. Em 1906, com o acordo de Taubaté, o governo brasileiro decide sustentar as cotações mundiais e conceder subvenções aos produtores brasileiros: é a política de valorização do café. O país quer tirar proveito de sua posição de quase monopólio no mercado mundial do produto (chegando até 67% do consumo mundial) para sustentar artificialmente as cotações. Uma tática simples: refrear as exportações para criar a falta do produto no mercado mundial e, segundo o princípio da oferta e da procura, os preços subirem. Os resultados, porém, são catastróficos: a produção nacional continua a subir, já que o governo se empenha em comprar, a preços da cotação mundial, as sacas que os exportadores não conseguem vender no exterior em virtude das próprias disposições governamentais. O governo forma estoques impressionantes (e os financia com empréstimos geralmente contratados no exterior, causando um sucessivo endividamento do país).

Entre novembro de 1929 e janeiro de 1930, o café perde 50% de seu valor: os produtores endividam-se para escoar suas produções. Quando as cotações mundiais caem e o governo deixa de sustentar as exportações através de subsídios, os pequenos e médios produtores abrem falência e muitos se suicidam. Em 1931, houve um excedente de aproximadamente trinta milhões de sacas de café, o dobro das exportações do ano anterior. Então o governo resolveu criar o Conselho Nacional do Café, que deveria arrecadar impostos sobre as exportações para pagar o serviço da dívida externa. Deveria, também, comprar e destruir

estoques: nesse ano foram queimados 14,4 milhões de sacas (em 1932, um decreto proibiu o plantio de novas mudas de café nos três anos seguintes).

A Guerra de 1914-18, a revolução socialista russa em 1917, a difusão de novas ideologias (marxismo, leninismo, nazismo, fascismo), a crise econômica internacional de 1929 produziram modificações que contribuíram para a crise política brasileira. Entre os sucessivos acontecimentos ligados à crise estão o motim da Escola Militar, o levante do Forte de Copacabana em 1922, levantes em diversos quartéis em 1924 (São Paulo, Rio, São Borja, Uruguaiana) e a Coluna Prestes, todos articulados pelos tenentistas.

Existia anteriormente entre São Paulo e Minas Gerais um acordo tácito, apelidado de "café com leite", segundo o qual políticos – representantes dos grandes plantadores e comerciantes – desses dois estados se sucederiam na presidência da República. Acresciam-se a isso a fraude eleitoral, a ausência de ressonância nacional dos partidos (todos de âmbito estadual) e a "política dos governadores", pela qual o governo central se absteria de qualquer intervenção nos negócios de cada estado da Federação. Assim, com autonomia para traçar sua política econômica comercial e financeira e definir sua organização política, cada estado tem sua própria constituição, sua bandeira e seu hino.

Às vésperas da abertura da campanha eleitoral de 1929, o presidente Washington Luiz, para garantir a continuidade das práticas de proteção do café, rompe o acordo "café com leite": ao invés de apoiar Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (era a vez de Minas), indica o paulista Júlio Prestes. Antônio Carlos era presidente de Minas, e o fato de se designar assim o chefe do executivo estadual evidencia o desejo dos estados de conservar sua independência em relação ao poder central. A atitude de Washington Luiz levou Antônio Carlos a articular-se com os presidentes do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e da Paraíba, João Pessoa, no sentido de lançar uma candidatura em oposição à de Júlio Prestes. O pacto era apoiado pelo recém-formado Partido Democrático de São Paulo, que se opunha ao Partido Republicano Paulista, força dominante no estado. Nascia a Aliança Liberal, que disputou as eleições tendo Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa a vice.

Em 13 de fevereiro de 1930, uma caravana da Aliança Liberal (composta, entre outros, pelo senador Pires Rebelo, do Piauí, de oratória inflamada, e Evaristo de Morais, e comandada pelo major Cristóvão Barcelos), com muita propaganda jornalística, obteve autorização do secretário de Interior e Justiça, Mirabeau Pimentel, para realizar um comício nas escadarias do Colégio do Carmo e não na praça Costa Pereira, como se planejara. O secretário impôs, porém, a condição de que não se atacasse Washington Luiz durante o comício, já que o presidente do estado, Aristeu Borges de Aguiar, apoiava o Partido Republicano do presidente da república. O deputado estadual Fernando de Abreu,[60] que

60 Nasceu em Abre Campo, Minas, a 5 de dezembro de 1884. Era farmacêutico e recém-formado instalou pequena farmácia em Cachoeiro. Eleito deputado estadual na década de 1920, fez oposição ao situacionismo e se destacou na política local como forte combatente contra os políticos situacionistas da Primeira República. "Com o advento da Revolução de 1930 é nomeado interventor em Cachoeiro de Itapemirim, pelo interventor

insistira pela praça Costa Pereira junto ao chefe de polícia, Fernando Duarte Rabelo, concordou com um comício pacífico. Aristeu Aguiar, de 33 anos, perdera sua popularidade, conquistada no exercício do magistério, ao formar um secretariado constituído em boa parte por pessoas a ele ligadas por parentesco.

Carlos e Nietta assistiram ao comício da janela de uma casa em frente ao colégio: na praça, nas ruas próximas e na escadaria do Carmo três mil pessoas esperavam, curiosas, para ouvir Pires Rebelo e Evaristo de Morais, ambos famosos por sua oratória. Os primeiros oradores limitaram-se a uma exaltação cívica.

O policiamento havia sido confiado ao esquadrão de cavalaria, sob o comando do tenente Messias, que recebera "ordens severas" para não tolerar o desrespeito às autoridades e que, segundo alguns relatos, se achava alcoolizado. A cavalaria cercou o povo nas ruas de acesso à praça. A curiosidade do público foi pouco a pouco cedendo lugar à intranquilidade.

Essa intranquilidade foi desfeita quando Pires Rebelo começou seu discurso. Muito aplaudido, ele se deixou levar pelo entusiasmo e, ignorando o compromisso assumido, gritou para todo mundo ouvir: "Washington Luiz, ladrão, ladrão de votos!"

O tenente Messias, que comandava os soldados, a cavalo, no meio do povo, deu o primeiro tiro para cima. Os cavalos, esporeados pelos milicianos, pisotearam os espectadores. Começou a correria e alguém respondeu ao tiro, ferindo mortalmente um cabo nos rins. Os policiais dispararam contra a multidão em fuga, e a cavalaria percorreria as ruas da cidade durante quatro horas. Os membros da caravana da Aliança Liberal subiram a escadaria, forçando as portas do colégio; alguns se esconderam debaixo da cama das alunas internas. Na casa em frente, alguém chamou a atenção de Carlos e Nietta, que se abaixaram para não serem atingidos pelas balas. Um curioso, refugiado no oitão do colégio, abriu uma janela, levou um tiro e morreu na hora. Resultado: onze feridos, treze mortos, um deles um ajudante do secretário da Justiça, atingido por uma bala em frente ao portão de sua casa.[61]

---

estadual João Punaro Bley, quando governa pelo período de 1930 a 1933. Durante essa gestão realiza ações voltadas, basicamente, para o campo da educação, podendo ser citadas: a criação do Liceu Muniz Freire, do Grupo Escolar Graça Guardia e do Grupo Escolar Quintiliano de Azevedo". Foi ainda deputado constituinte, participando da redação da Constituição Federal de 1934. Governou o município mais uma vez, no período de 1937 a 1944. Nessa segunda gestão construiu uma "estação de tratamento de água, o matadouro municipal, a ponte Governador Bley" e diversas estradas ligando a sede ao interior do município. Faleceu em Cachoeiro a 8 de setembro de 1948; na ocasião ocupava o cargo de secretário estadual da Educação e Cultura. Cf. http://www.sefaz.es.gov.br/painel/vultos40.htm e http://cachoeirodeitapemirim-es.blogspot.com/2009/04_/prefeito-fernando-de-abreu.html. Acesso em 11/12/2009. (FA)

61 Os momentos de dor e medo permaneceram durante muito tempo no imaginário da cidade e, por extensão, do estado, como provam os exageros acerca do número de mortos no episódio. Luiz Derenzi, que assistiu ao comício, descreve o episódio e fala em "inúmeros feridos e uma dezena de mortos". Renato Pacheco anota: "Em 4 de dezembro de 1942, em *A Tribuna*, Abílio de Carvalho se refere a 40 e tantos inocentes trucidados. Assim se faz a história". A maioria dos relatos contemporâneos ao acontecimento registra cinco mortos e muitos feridos. Cf. Derenzi, L. S. op. cit., p. 234-5; Pacheco, R., op. cit., p. 41; Achiamé, F., *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*, dissertação (mestrado), Ufes/CCHN/PPGHIS, 2005, p. 100-1. (FA)

A polícia cercou todas as saídas em busca de suspeitos. Numa casa perto do colégio, onde muita gente procurou se abrigar, uma senhora pediu ao marido: "Veja se você tira um homem que está lá atrás da cesta de roupa suja no banheiro." O marido foi lá e intimou: "Pode sair rapaz, você se escondendo logo aí?" O rapaz: "Olha, o senhor pode vir também porque todo mundo já veio aqui." João Milton Varejão tentava chegar em casa quando um soldado lhe perguntou: "O senhor fuma?" Ele respondeu: "Não, mas se o senhor quiser eu posso fumar."

Carlos e Nietta também saíram às pressas e tiveram certa dificuldade para chegar ao carro, estacionado nas proximidades, pois os soldados não deixavam ninguém passar sem ser revistado. Um baleiro surdo apareceu correndo: um soldado mandou-o parar. Como continuou correndo, assustado, levou um tiro e foi morto. Na praça, os detalhes da fuga: chapéus, guarda-chuvas, joias, lenços e até botinas.

No dia seguinte, José Lindenberg, irmão de Carlos, e Jair Dessaune, muito amigos do presidente Aristeu Aguiar, foram ao palácio reclamar; relataram o que viram e pediram providências. Aristeu prometeu a abertura de um "inquérito rigoroso" e a "punição dos responsáveis". Porém, no dia subsequente, o *Diário da Manhã*, oficial, publicou a notícia distorcida: a caravana da Aliança Liberal foi acusada de ter feito o tiroteio. José, estudante de engenharia, pediu demissão do serviço nas obras do Porto de Vitória e foi para o Rio, onde, através dos jornais cariocas, provocou um escândalo ao relatar o caso conforme realmente acontecera. Abriu-se então inquérito: o governo foi apontado como vítima e o tiroteio e o massacre imputados à caravana.

Em março de 1930 foram divulgados os resultados das eleições presidenciais: Júlio Prestes venceu com 1.091.709 votos de um total de 1.890.524 cédulas válidas. O Congresso, arbitrariamente, não reconheceu os mandatos da maioria dos parlamentares eleitos pelos estados da Paraíba e Minas Gerais. Em julho, no Recife, por motivos pessoais, o presidente da Paraíba, João Pessoa, foi assassinado numa confeitaria por João Duarte Dantas, membro de família tradicional. Ocorreram reações emocionais em todo o país, pois o assassinato foi de imediato creditado ao poder central.

Em setembro, José Sinval Lindenberg, que então trabalhava na Baixada Fluminense, voltou a Vitória. O secretário da Justiça, Mirabeau Pimentel, mandou prendê-lo, sob a acusação de subversão. José Sinval (Nêgo, para a família), depois de concluir o ginásio em Vitória, entrara para a Escola Militar no Rio em 1922 e, nesse mesmo ano, dela foi excluído por ter participado da Revolução de 1922, primeiro movimento tenentista, cujo episódio exponencial foi o chamado *18 do Forte*, em Copacabana.

Carlos foi conversar com Mirabeau, informando-lhe que o irmão viera a Vitória só para visitar a família. Mirabeau tinha as mãos cheias de balas de revólver. Jogou-as para cima e fez uma referência à delegacia auxiliar do Rio, a Quarta, famosa por suas arbitrariedades: "Seu irmão é subversivo e vai para a Quarta num navio que vai passar por aí."

Carlos entendeu que, na verdade, a prisão era uma represália às denúncias sobre o massacre de 13 de fevereiro que José fizera aos jornais cariocas. José foi preso; porém, por telégrafo, Carlos conseguiu comunicar-se com Francisco Monteiro (filho do tio Jerônimo), que fazia parte da Polícia Marítima que interceptava os navios antes de chegarem ao porto do Rio. A polícia esperava José no cais, mas, antes disso, Francisco embarcou-o numa lancha. José desapareceu sem dar notícias.

No dia 1º de outubro apareceu no escritório da Duarte & Fundão um "camarada barbado" que se apresentou como Jurandir Magalhães, irmão de Juracy. Era médico e, "naquela conversa mole", quis saber a situação política do estado e os planos do presidente. Por fim disse a Carlos que era amigo de José Lindenberg e "tinha vindo passar uns dias em Vitória".

No dia 3 de outubro apareceu o próprio José, que teve de ser escondido. No mesmo dia explode a esperada revolução em Porto Alegre: tomada a capital, os revolucionários preparam-se então para marchar sobre o Rio. Alguns dias mais tarde é a vez do nordeste, onde o major Juarez Távora não tem qualquer dificuldade para tomar a Paraíba e dali toda a região até a Bahia. De Minas, depois de terem ocupado a capital, os revolucionários dirigem-se para o Rio.

Em Vitória chegariam o capitão Magalhães Barata (paraense), Wolmar Carneiro da Cunha (pernambucano) e Pio Borges (carioca) para manter contatos com os militares daqui, que também se revoltariam. Tinham feito parte do grupo de revoltosos que deram origem ao episódio dos *18 do Forte* e igualmente foram expulsos do Exército. Ficariam todos escondidos na chácara que o cunhado de Carlos, Anísio Fernandes Coelho, possuía no bairro, então ermo, de São Torquato. Só que, como já havia muita gente presa e a polícia de Mirabeau Pimentel continuava muito vigilante, eles chegariam de trem até Viana: mais uma vez, Carlos foi encarregado da missão.

Pediu auxílio a um amigo, Asdrúbal Soares, que foi buscar os três revoltosos de carro, em companhia de Durval Avidos. À noite, Carlos e Anísio foram levar-lhes mantimentos e uma vela, pois os três preferiam conspirar na escuridão. O capitão Barata queria que Carlos e Anísio aliciassem os estivadores e "todos os trabalhadores" para que fossem atacar o 3º Batalhão dos Caçadores, do Exército, em Vila Velha, na noite seguinte. Anísio ponderou: "Mas, capitão, como é que os senhores vão atacar sem armas? Eles lá têm metralhadoras, Winchesters, essa coisa toda; tem um corte na entrada lá que não passa ninguém." O capitão não hesitou: "Não, nós vamos de pau, machado, do que quiser. Vamos atacar aquilo e tomar de qualquer maneira."

Anísio voltou a apontar os pontos inábeis da estratégia. Foi xingado, junto com Carlos, que concordava com ele, "de tudo quanto é nome que se possa imaginar". O nome mais suave e apropriado para a ocasião era o de "impatriota". Os dois chegaram a afirmar que o capitão ia "fazer uma burrada". Porém, na incapacidade de demovê-lo da ideia e de limitar seu vocabulário, levaram algum tempo mas conseguiram sair, com muito cuidado, vigiando os três do lado de dentro e também o lado de fora, como exigia a ocasião.

No dia seguinte, o capitão Barata já mudara de ideia: decidira ir ao encontro da força revolucionária de Minas, que julgava estar na divisa entre os dois estados. Carneiro da Cunha e Pio Borges ficariam para manter contato com o 3º Batalhão de Caçadores, enquanto José Lindenberg, escondido na casa da Tia Dodona, agiria sozinho, já que Jurandir também ia partir.

Mas o capitão Barata deu uma incumbência ao civil que era Carlos: como se dava muito bem com um tenente intendente e um capitão do 3º Batalhão de Caçadores, cabia-lhe avisá-los de que chegara a hora de tomar aquela unidade. Carlos saiu procurando quem o pudesse acompanhar: o amigo Rômulo Castelo esquivou-se: "o pessoal estava todo em cima dos morros, revoltado, e iria atirar neles." Eugênio Pacheco de Queiroz, seu cunhado, aceitou. Carlos pegou o "carrinho", mas, na ponte Florentino Avidos, surgiu uma coluna à paisana, porém marchando militarmente. Apesar do susto continuaram, mas logo depois estourou um pneu: os dois pensaram que fosse um tiro. Carlos trocou o pneu "com as pernas tremendo que nem vara verde", debaixo de um poste "bem iluminado", enquanto Eugênio vigiava com um revólver na mão.

O tenente e o capitão conversaram muito sobre a revolução, nas proximidades da igreja do Rosário, em Vila Velha, com Carlos e Eugênio. Mostraram um receio: o comandante do Batalhão era fiel a Washington Luiz. "Meio cabreiros, meio com medo", disseram a Carlos para guardar bem escondidos os conspiradores e "não os deixarem sair de forma alguma", porque "senão seriam presos".

No dia seguinte, o capitão Barata, disfarçado de roceiro, partiu de Vitória de trem para encontrar-se na divisa com o pessoal de Minas. Os agentes da polícia estavam à procura de Barata, que, num momento de distração deles, entrou no carro de segunda classe e "ficou comendo banana" (expressão da época que significava "fingir-se de bobo"). Barata saltou em Virgínia e foi encontrar-se, em Alegre, com um contato, Moacir Silva, tabelião da cidade, que lhe arranjou um carro para chegar à divisa. Mas já se sabia em Guaçuí que ele estava fugindo de carro: o prefeito e seus correligionários bloquearam a rua em que o automóvel passaria. O motorista fingiu que ia parar, mas jogou o carro em cima do prefeito e dos amigos; "cada um pulou para um lado" e Barata conseguiu escapar, apesar dos tiros: fugiram "quebrando porteiras" até a fronteira. Lá encontraram-se com a coluna do coronel Otávio Campos do Amaral.[62]

---

62 O autor se confundiu. A Coluna do Major Barata (a "patente" de major foi outorgada ao capitão Magalhães Barata no contexto do momento revolucionário) partiu de Carangola, Minas, dias depois dessa fuga e invadiu o estado do Espírito Santo no eixo de um ramal então existente da Estrada de Ferro Leopoldina; passou por Guaçuí, Alegre e chegou a Cachoeiro em 16 de outubro de 1930. Já a Coluna Amaral, chefiada pelo coronel Otávio Campos do Amaral, comandante geral da Polícia Militar de Minas, ficou alguns dias estacionada na altura de Aimorés e de Baixo Guandu; no dia 18 de outubro chega a Vitória, obedecendo ao traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas; cf. Achiamé, F., op. cit., p. 107-11, 118. (FA)

Luís Lindenberg, outro irmão de Carlos e José, viajara para o Rio, de onde envia simpatizantes do movimento para atuarem em Vitória. Mais tarde Carlos recebeu um bilhete em que lhe pedia que entrasse em contato com o tenente João Punaro Bley, "porque esse é um dos nossos camaradas". Guardou-o e depois jogou-o fora (quando deputado federal pela Constituinte, em 1934, descobriria que o autor do bilhete fora o coronel Barcelos, também deputado; o bilhete fora parar em suas mãos por causa do sobrenome contido nele, Lindenberg. Não se achara na cidade – que então vivia sob *black-out* – o verdadeiro destinatário).

Em Cachoeiro as milícias de Aristeu Aguiar organizaram os "batalhões patrióticos", constituídos de pessoas desempregadas e famintas, em andrajos e descalças. Recebiam uma pequena diária e aguardavam a chegada das tropas revolucionárias, para ajudar a polícia.

À medida que iam avançando em território capixaba, as tropas revolucionárias adotaram soluções práticas para impressionar o público, assustado com tanta movimentação, corre-corre, e ameaça de corte definitivo de água. Os praças revolucionários, por exemplo, foram encarregados de vigiar dia e noite um canhão, muito bem coberto por uma lona e atado com cordas. Os próprios soldados que o vigiavam ignoravam que aquilo era um pedaço de pau exposto na praça para que o boato da presença das tropas revolucionárias no Espírito Santo, espalhando-se, intimidasse ainda mais os partidários de Aristeu Aguiar.

No dia 15 de outubro Carlos acompanhou Wolmar Carneiro da Cunha e Pio Borges, tendo ao lado Eugênio Queiroz, até o 3º Batalhão, em Vila Velha, para "acabar de fazer a revolução". Os revoltosos ficaram no carro, enquanto Carlos foi conversar com o amigo capitão, que recomendou que desaparecessem imediatamente, "senão seriam presos". Os dois conseguiram se refugiar na casa de Eugênio, que era comerciante, nas proximidades. Saíram pelos fundos e de lá voltaram a Vitória, onde ficaram na casa de Heliomar Carneiro da Cunha. Como a polícia perseguia Eugênio por ter escondido oficiais em sua casa, ele também se escondeu. Todos os procurados se refugiaram na casa de Heliomar.

Aristeu Aguiar havia distribuído sua milícia em diferentes setores do estado para combater os revolucionários: faltou-lhe, no dia 16 de outubro, apoio absoluto do comandante da Guarnição Federal. Mal teve tempo de deixar o palácio e embarcar no cargueiro italiano *Atlanta* com destino a Lisboa, acompanhado dos amigos Xenócrates Calmon (deputado estadual) e José Pedro Fernandes Aboudib, que ficaram na Bahia. O capitão Bley chegou a acompanhá-los ao cais, até subirem a bordo.

Na ausência do presidente, foi chamado o presidente do Congresso Legislativo, Antônio Francisco de Ataíde, seu sucessor imediato, de acordo com a Constituição. Um secretário foi nomeado imediatamente para redigir a ata da posse ("considerando que o estado do Espírito Santo está em guerra civil desencadeada pelo estado de Minas, tendo já havido invasão de forças militares do estado de Minas Gerais no território do Espírito Santo; considerando que é indispensável pôr termo à guerra civil referida...", dizia o texto). Nesse instante três aviões – ninguém sabe de onde surgiram – sobrevoaram o palácio. O secretário, de tão nervoso, não pôde continuar escrevendo. Ataíde saiu do palácio às pressas

para "acalmar o povo", assustado com os voos rasantes. Quando voltou ao palácio, já estava sendo empossado o coronel José Armando Ribeiro de Paula, comandante do 3º Batalhão de Caçadores, nomeado interventor federal por decreto do presidente da República.

Na noite do dia 18, as tropas revolucionárias entraram em Vitória e o coronel Ribeiro de Paula resolveu abandonar o governo, quando viu que todo o 3º Batalhão de Caçadores aderira aos revoltosos. No dia 19, o coronel Otávio Campos do Amaral empossou a Junta Governativa, constituída por João Manoel de Carvalho, capitão João Punaro Bley e Afonso Correia Lírio. Talvez por precaução tardia, no dia 22 de outubro o Congresso Estadual reuniu-se e destituiu Aristeu Aguiar do cargo, "por ter abandonado a presidência". Treze votaram a favor, um contra, nove não estavam no plenário.

Voltando com as tropas mineiras, o capitão Barata, ao chegar a Guaçuí, nomeou um novo prefeito. Em Cachoeiro fez um discurso, no qual prometia "abrir um inquérito para apurar a corrupção". O deputado Fernando de Abreu protestou: "Aqui em Cachoeiro não vai haver inquérito nenhum, porque aqui não tem gente sem-vergonha, todo mundo é sério." Barata nomeou imediatamente Fernando de Abreu prefeito da cidade, em substituição a Francisco Ataíde. Ficara surpreso com a franqueza dele.

Mas a cidade de Vitória se espantou um pouco com "esses roceiros de Minas que eles andaram apanhando pelo caminho". Logo se dizia que os mineiros punham a mão no mar "para ver se era mesmo salgado".

A coluna militar do sul do país, comandada pelo coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chega a São Paulo. A imprensa prevê "a maior batalha da história da América Latina", em Itararé, na divisa entre os estados de Paraná e São Paulo. Mas a batalha não acontece. Os militares estabelecidos no Rio, porque Washington Luiz não admitia nem tentar um terreno de entendimento com os revolucionários, depõem o presidente e instituem uma Junta de Pacificação. Em 24 de outubro, a junta transmite o poder a Getúlio Vargas e o Rio é declarada "cidade aberta": seguem-se manifestações ruidosas, incêndios, alegrias. Era o *Brasil Novo*. Como acontecera em alguns pontos do país, os jornais da antiga situação, como *O País* e *Gazeta de Notícias*, são assaltados, depredados e incendiados. (Em Vitória, no dia 14 de fevereiro, ocorrera o empastelamento do jornal *A Gazeta*, que apoiava a Aliança Liberal.) "Assumo provisoriamente o governo da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo", dizia Vargas.

Achando que "não tinha capacidade", Carlos recusou o convite do capitão Bley para assumir a prefeitura de Vitória. No entanto, Bley nomeou José Lindenberg como secretário da Agricultura e, como prefeito, Asdrúbal Soares. Bley era inexperiente politicamente e, não sendo capixaba, desconhecia especificamente a política local: acabou manobrado, "ora para um lado, ora para o outro". Quando percebeu, já havia criado incompatibilidade com grande parte da população. Além disso, a situação econômica do estado era "dificílima". Em 27 de janeiro do ano seguinte, ele anunciaria a descoberta de um movimento liderado

pelo chefe de polícia local, Ademar Távora, para depô-lo.[63] Afirma-se que seguia o método de Mussolini: atacado pelo jornalista Epitácio Costa, chamou-o ao palácio e obrigou-o a beber uma garrafa de água mineral com óleo de rícino. Com receio de que o jornalista morresse, consultou um médico, que examinou a vítima e diagnosticou: "Ele vai se esvair, mas não dá para morrer não." No dia seguinte, Costa sumiu da cidade.

Quando aceitou o cargo de presidente da Junta Comercial, Carlos ainda estava muito abalado com a morte de sua mulher Nietta, ocorrida em março de 1931. Ficaria no cargo até 1934, quando se candidatou a uma vaga de deputado federal na Assembleia Constituinte.

Após sua instalação, o governo de Vargas empenhou-se em articular a fundação de partidos políticos de âmbito estadual, envolvendo representantes das elites políticas, com a finalidade de dar sustentação ao novo governo federal. O Partido da Lavoura reunia parte dos aliados de Jerônimo Monteiro e do Partido Republicano local e alguns integrantes da administração de Bley que se haviam incompatibilizado com a sua orientação política.

A maior parte das antigas forças políticas de Jerônimo Monteiro (junto com parte das forças políticas agrofundiárias e mercantis-exportadoras da região central) fundou o Partido Social Democrático do Espírito Santo, o PSD – o primeiro no país com esse nome.[64]

A fundação ocorreu em 1932, antes do rompimento com Jerônimo. Bley convidou Carlos a participar, assim como Francisco Otávio, Asdrúbal Soares, Oswald Guimarães, Carlito Medeiros – uma comissão composta de trinta pessoas. Carlos recebeu também a incumbência de ir ao Rio conversar com Jerônimo, que seria um dos chefes do partido, provavelmente o presidente do PSD.

Jerônimo estava sem mandato, porque "Getúlio havia fechado tudo, Câmara, Senado, e ele foi também no embrulho porque na época da Revolução era senador".[65] Carlos fez o convite mas ouviu a seguinte resposta:

— Não vou entrar nesse partido porque não acredito em Getúlio. Conheço muito esses gaúchos. Getúlio está fazendo isso de pantomima: ele só sai do governo ou morto ou com a barba branca até aqui (apontou o peito) e pela mão dos outros. Isso é uma patacoada e eu não entro nesse negócio. Não acredito e não quero ser coisa nenhuma. Carlos ponderou que, participando da fundação do partido, assumira compromissos:

---

63 Ademar do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribe, Ceará, em 1895, e era irmão de Juarez Távora. Ocupou o cargo de prefeito de Colatina de 1933 a 1934. Jornalista, advogado e político no seu estado natal, de cujo Tribunal de Justiça foi desembargador. Faleceu em Fortaleza em 1976; cf. http://www.colatina.es.gov.br/prefeito/?pagina=adhemar_do_n_fernandes_tavora; e http:// 64.233.163. 132/search?q=cache:V0juXWuDE-oJ:www.ceara.pro.br/fatos/historiaindex. Acesso em 21/08/2009. (FA)

64 Naquela quadra política foram diversos os partidos de âmbito estadual organizados com a mesma denominação de Partido Social Democrático – PSD para dar apoio à política dos interventores e de Getúlio Vargas; cf. Achiamé, F., op. cit., p. 193. (FA)

65 Na época da Revolução de 1930 Jerônimo Monteiro estava sem mandato político. (FA)

— Por isso espero que o senhor não ache mais tarde que o abandonei, que fui egoísta.

Afinal, em respeito ao tio, a quem admirava, disse: — Se à última hora o senhor aparecer como candidato, vai ser muito desagradável. Se o senhor pretender candidatar-se a alguma coisa, eu não continuo no partido, mas se o senhor não pretender, eu fico.

— Não. Você é moço, siga o seu caminho, pois eu não serei candidato a coisa alguma. Não acredito nessa gauchada.

Carlos informou, então: — Vou até Muqui, Mimoso, Alegre e conversarei com aqueles seus amigos para ver se eles querem fundar o partido.

— Pode procurar todos eles. Se eles quiserem participar, eu fico muito satisfeito. Só que eu não vou, não aceito coisa nenhuma.

Apesar da permissão dada por Jerônimo, estava implícito o rompimento. Vindo do Rio de trem, Carlos saltou em Muqui e falou com os Fraga. Em Cachoeiro procurou os amigos antigos, como Francisco Ataíde e Anacleto Ramos, além do então prefeito Fernando de Abreu. Em Alegre, com o coronel Tatão Gama.[66] Em Vitória, convidou o coronel Schwab. Alguns se recusaram, mas a maioria entrou para o partido. Às vésperas da eleição para a Assembleia Constituinte, quando Carlos foi lançado como candidato a deputado federal, o Partido da Lavoura lançou o nome de Jerônimo. Poucos largaram Carlos, porque já haviam assumido compromisso com o PSD. Mas o tio "tinha um prestígio danado" e também foi eleito.

— Era uma situação muito difícil para mim porque eu também era candidato a deputado federal, — relembrou Carlos. — Interessante é que, quando Jerônimo vinha a Vitória, ele se hospedava na casa de Dodona, onde eu morava, de modo que era uma situação muito constrangedora. Eu resolvi da seguinte maneira: quando ele estava para chegar, eu ia para o interior. Quando ele ia, eu voltava para casa. Nunca nos encontramos nessa fase da campanha. Ele foi eleito e eu também: deu para os dois (Carlos foi mais votado: em 15 de maio de 1933, registravam-se 6.609 votos para ele, contra 3.836 para Jerônimo).[67] Mas tio Jerônimo morreu na véspera da posse.[68] Essa foi uma fase muito difícil para mim: eu gostava muito dele e ele de mim, tinha muita confiança em mim. Na época da campanha,

---

66 Coronel Sebastião "Tatão" Monteiro da Gama. (FA)

67 A primeira votação, realizada em maio, foi anulada devido à transparência dos envelopes onde eram colocadas as cédulas; na outra votação, ocorrida em outubro de 1933 e relatada a seguir por Amylton, tio e sobrinho também foram eleitos; cf. Achiamé, F., op. cit., p. 201. (FA)

68 Isto é, na véspera da diplomação dos vencedores, ocorrida a 23 de outubro de 1933. "No mesmo dia em que o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo marcou a diplomação dos deputados eleitos, chega a Vitória telegrama anunciando a morte de Jerônimo Monteiro. Num gesto de homenagem ao ilustre homem público, o presidente do TRE-ES não toma conhecimento do telegrama e entrega o diploma a Jair Etienne Dessaune, procurador do falecido"; cf. Achiamé, F., op. cit., p. 202; cf. também Novaes, M. S., op. cit., p. 221-2. (FA)

minha tia, que era minha madrinha, insistia para que eu deixasse a candidatura e voltasse para Jerônimo. Eu dizia que era impossível porque havia assumido compromisso com as pessoas: não vou me desmoralizar. Dodona ficou um pouco zangada comigo até a eleição. A família dele ficou um pouco estremecida comigo, mas mais tarde voltamos às boas. Esquecemos o passado e começamos vida nova.

Em fevereiro de 1932 Getúlio Vargas publicou o Novo Código Eleitoral (voto aos dezoito anos, extensivo às mulheres, criação da justiça eleitoral), seguido, em março, de outro decreto, marcando o dia 3 de maio de 1933 como data das eleições para a Assembleia Constituinte: depois de 43 anos, a Constituição brasileira seria substituída. Tudo mudara: agora havia o impulso da industrialização, o crescimento do proletariado, a necessidade de desenvolvimento, entravado pelas estruturas arcaicas do país, e uma revolução instalada, procurando rumos e precisando garantir sua unidade, apesar de atingida por várias defecções e reações (entre elas, a Revolução Paulista de 1932, apoiada pelo Partido Democrático de São Paulo). Os regulamentos eleitorais permitiam que os sindicatos profissionais apresentassem um total de quarenta representantes classistas, junto com deputados eleitos pelo voto direto, em cada estado. Os representantes do sindicato votaram com os tenentes, conseguindo incluir e passar um projeto para transformar a Assembleia Constituinte na primeira Câmara de Deputados com poderes para eleger o presidente da República.

As eleições haviam sido relativamente honestas em todo o país. Mas, no Espírito Santo, Fernando Rabelo, então secretário do Interior, "muito sabido, muito esperto", mandou fazer envelopes transparentes para as cédulas de votação. Após a eleição, a oposição denunciou que os envelopes transparentes permitiam controlar-se o voto do eleitor, conseguindo a anulação do pleito. Foi feita nova eleição, com envelopes diferentes, e todos os candidatos anteriores voltaram a ser eleitos.

Na Serra, Rômulo Castelo não admitia perder de forma alguma. Líder do América Futebol Clube, quando o time estava perdendo ele entrava em campo e mandava o juiz marcar pênalti a favor do América. Na renovada (isto é, segunda eleição), durante uma feijoada dos oposicionistas em Itapocu, pouco antes da eleição, ele descobriu que o cozinheiro gostava de "um joguinho de campista". Procurou-o e ofereceu-lhe 500 mil réis só para colocar um vidrinho de tempero na feijoada. Era óleo de Cróton, purgante de cavalo. "Foi uma tragédia naquele descampado, todo mundo se sentiu mal". Rômulo ganhou também com a distância: naquela época, levava-se duas horas da Serra a Vitória de automóvel.

Em 15 de novembro de 1933, a Assembleia Constituinte começou a deliberar e, em meados de julho do ano seguinte, apresentou as bases legais para uma nova ordem constitucional do Brasil.

Os sete artigos da Constituição de 1891 sobre o poder judiciário foram substituídos pelos 24 da nova Carta, quando surgem as seções próprias para regular a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar. Lindenberg fez inúmeros discursos defendendo, nesse último aspecto, a dispensa – exceto em caso de conflitos – do homem do campo do Serviço Militar, para

evitar o êxodo rural, que era então uma realidade. Preocupava-se também com a usucapião: alterou-se em parte o artigo 125, quando o trecho da terra, até dez hectares, se ocupado e produtivo, durante dez anos, sem oposição, passaria para o domínio do ocupante, se já não fosse proprietário, e mediante título declaratório. As terras foram submetidas a nova apreciação quanto aos direitos, enquanto a assistência social foi reconhecida como atribuição do estado, além da particular. Empenhou-se para resolver a questão de limites estaduais entre Espírito Santo e Minas Gerais. Foi a matéria que mais o empolgou, mas foi vencido: "os mineiros eram muito fortes para deixar o Espírito Santo consertar a questão". No artigo 177, dava-se maior importância às secas do nordeste (no qual se integrava o Espírito Santo, à época), reservando-se 4% da receita tributária para "as obras de defesa contra os efeitos da calamidade".

Após a Constituição, passou a funcionar a primeira legislatura (1935) que deveria, através de leis complementares, dar expansão aos preceitos da nova Carta Magna. Porém, também em 1935, a Constituição sofreria alterações: surgiria a Lei de Segurança Nacional, dando ao governo federal poderes especiais para reprimir atividades políticas "subversivas". A política brasileira, como na Europa, marchava para a radicalização.

Um ano antes, Carlos se casara com sua ex-cunhada, Maria Antonietta Pacheco de Queiroz, então com dezessete anos, "primeiro porque eu realmente gostava dela e segundo para ter uma sogra só". Aos que lhe lembravam a beleza de Carlos – motivo de assédio das mulheres – Maria respondia, provocando risos: "Eu tenho confiança em mim".

Na época, por causa do casamento, Maria frustrou uma incipiente carreira de escritora: aluna do Colégio do Carmo e do professor Ciro Vieira da Cunha – que também era poeta – ela se entusiasmou, "porque sempre gostara de escrever", quando ele pediu à classe para apresentar no dia seguinte uma redação. Quando ele começou a dar notas aos trabalhos, parou no trabalho dela e perguntou: "E essa aqui, quem é? Maria... levante-se." "Sou eu", disse ela, levantando-se, apavorada. "Minha filha, vou lhe dizer uma coisa: você vai ser escritora." Logo depois, a surpresa: o professor publicou em jornal a sua redação. O recorte ela guarda até hoje.

Maria conheceu Carlos quando tinha sete anos, namorando sua irmã. Ela se impressionou não com a beleza dele, mas sim "com o lindo anel que usava, com cara de sol". A família era de Vila Velha, mas, para estudar, Maria morava com a mãe numa casa geminada: no andar de cima moravam a irmã e Carlos. Adolescente, começou a namorar Wilson Gonçalves e, junto com ele e algumas amigas, frequentava o Clube Saldanha da Gama para torcer pelo time de basquete. Os domingos eram reservados às matinês nos cinemas Glória e Carlos Gomes: era aquela "bobagem de criança", quando acendiam as luzes, um olhava para o outro, chupavam balas e, à noite, na praça da Independência, faziam o *footing*. "Era aquela troca de olhares, mas já bastava para o resto da semana." Além disso, quase sempre, havia as "domingueiras" no Clube Vitória: todo o grupo de amigas dançava muito.

Tudo sem compromisso: o namoro da época permitia que rapaz e moça sentassem um ao lado do outro no cinema; porém, se se dessem as mãos, já estavam noivos, publicamente.

A mãe, Eugênia Pacheco de Queiroz, "não fazia gosto" no namoro de Maria com Wilson Gonçalves. "Apertava para lá, apertava para cá" e Carlos insistia em ficar noivo. Mas Maria dizia às amigas: "Ah! eu não quero me casar. Quero aproveitar a vida, ainda é muito cedo para eu me casar." A mãe insistia. Mais tarde, Maria foi morar com uma tia no Rio, quando Carlos era deputado. Dona Maria relembra: "Tenho a impressão que ele achava que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Então, ele estava sempre lá e acabou me vencendo. Nunca mais vi o anel. Ele venceu pela persistência, acabou virando filme. Eu é que acabei também me apaixonando por ele."

Ela era fã de cinema. Lembra-se especialmente de um filme, *Aconteceu aquela noite* (*It Happened One Night*), Oscar de melhor filme em 1934, com Claudette Colbert e Clark Gable, que era o ídolo das mulheres em todo o mundo e causou sensação porque apareceu na tela de camiseta. Houve protestos, mas os fabricantes de camisetas agradeceram a Hollywood: a venda cresceu. Numa das cenas dessa comédia, Claudette Colbert (uma milionária fugindo da família pelas estradas dos Estados Unidos em companhia de Gable, que encontrara pelo caminho) vai dormir num motel. Ela instituiu o que se chamou na época de "muralha de Jericó": uma cortina de cobertas e lençóis separando os dois, hospedados no mesmo quarto. As muralhas caíam. Essa cena marcou muito os noivos Maria e Carlos, que então tinham direito a dar-se as mãos.

Casaram-se no Rio, em Laranjeiras, onde ele tinha alugado um apartamento. Maria logo engravidou e sofreu muito. Teve uma gravidez de alto risco e ficou aos cuidados da tia Sílvia Mello Leitão, enquanto Carlos veio para o Espírito Santo, a convite do interventor Bley, para ser secretário de Agricultura. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho nasceu em setembro de 1935, mas a mãe só o trouxe para o Espírito Santo um mês após o nascimento: passaram a residir na casa da sogra, mas um ano depois, no dia do aniversário do filho, mudaram-se para a casa que mandaram construir, desde março anterior, na que seria depois a rua Colatina, na Praia do Canto.[69] O terreno Carlos comprara de Áureo Ferraz, por 36 contos, quando ainda trabalhava na Duarte & Fundão: oito mil metros quadrados, incluindo uma casinha no centro do terreno. Deu seis contos de réis de entrada e o restante pagou em prestações mensais de quinhentos mil réis (o capital da firma era de sessenta contos para cada um). A casa, inclusive o muro, custou cem contos de réis.

Na época, a Praia do Canto era considerada um lugar de lazer de fim de semana, de passatempo: os amigos frequentavam-lhe a casa aos domingos para tomar banho de mar e acabavam ficando para o almoço. A chácara foi a primeira habitação moderna do local: antes a Praia do Canto era uma aldeia de pescadores. Para Carlos, era o local, em Vitória, mais parecido com o cenário da fazenda de sua infância. Só na década de 1940 é que che-

69 A casa situava-se perto do morro do Cruzeiro na atual rua Des. Sampaio, Praia do Canto, Vitória. (FA)

garia o progresso: o bonde, os postes de iluminação,[70] a urbanização e os amigos. O mais fiel era João Calazans, um comunista então muito ativo, seu companheiro de pescaria.[71] Em noite de lua cheia, os dois saíam com a tarrafa: pescavam em frente à praia, "enchiam a cara de cachaça" até de madrugada e depois voltavam para a casa de Calazans, onde sua mulher, Tereza, fritava os peixes. Gritavam pela rua, implicando com os outros amigos. Sem problemas com a polícia: era só o eco, não havia movimento algum na região.

Na cidade era diferente: os amigos faziam serenatas – às vezes, acompanhados pelo cantor Vicente Celestino e mais tarde pelo compositor Noel Rosa, ambos em visita a Vitória – mas a polícia proibiu depois que fizeram uma serenata em frente ao Colégio do Carmo e as meninas internas ficaram assistindo da varanda, de camisola.[72]

Então com 35 anos, "o homem mais bonito de Vitória" – consenso feminino e masculino – já era secretário da Fazenda.

---

70 O bonde e a iluminação pública para a Praia Comprida, depois conhecida como Praia do Canto, datam de período anterior aos anos 1940. (FA)

71 João Calazans (1910-1976), além de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, participou em Vitória da fundação da Esquerda Democrática em meados dos anos 1940. Reinaldo Santos Neves informa: "Calazans, autor da novela *Pequeno burguês* (José Olympio, Rio, 1952), defendeu o modernismo em suas colunas literárias no *Diário da Manhã* e na *Vida Capichaba*. No primeiro, Calazans publicou em 1929 o 'Bonde circular', uma espécie de manifesto antropofágico local. Em 1941 atuou como redator-chefe de *A Tribuna Ilustrada*, suplemento dominical do jornal *A Tribuna*; contraditório em suas convicções, nas páginas desse suplemento Calazans realizou o concurso para a escolha do 'príncipe dos poetas capixabas', iniciativa bem pouco compatível com sua cruzada modernista de doze anos antes. Ainda nos anos 40, concebeu a Coleção Autores Capixabas para publicar, com recursos do governo estadual, 32 títulos de autores capixabas clássicos; dessa coleção saiu apenas o primeiro volume, em 1944: uma reedição do *Esboço histórico* de Francisco Antunes de Siqueira". Cf. Neves, R. S., *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo*, in http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/mapa_04. htm. Acesso em 11/08/2009. (FA)

72 Num livro lançado recentemente sobre a história do Hotel Majestic, que pertenceu à sua família, Rubens Gomes também revela detalhes da passagem do compositor Noel Rosa por Vitória, que se teria hospedado no mesmo hotel, dedicando-lhe um capítulo de seu trabalho. Cf. Gomes, Rubens M. C. *Hotel Majestic: um prédio raro no coração de Vitória*. Vitória, edição do autor, 2008, esp. p. 37-40. (EFS)

Capítulo Seis

O secretário da Fazenda e da Agricultura

Capítulo Seis

O secretário da Fazenda e da Agricultura

Uma das consequências da perda do paraíso – perda porque as aspirações não se cumprem e paraíso por causa da uberdade, esta reverenciada desde os tempos antigos – é uma característica de comportamento, confundida às vezes com provincianismo, mas que ultrapassa essa classificação apressada: o fato de que todo mundo se conhecia no Espírito Santo.

Negros, cafuzos, caribocas e brancos, estes principalmente – talvez porque suas famílias se misturavam umas às outras, prolongando a tradição e mantendo o prestígio – mantinham o costume, ao conhecer uma pessoa, de descobrir sua ascendência: "Você não é filho de seu Fulano, casado com dona Beltrana, que é cunhada (ou prima, ou tia, ou irmã) daquele seu Coisinha, que era avô daquele seu Beltrano, que tinha um genro, que..." Geralmente era. A essa forma de identificação acrescentava-se uma bem-humorada abordagem de gentileza e afeto, senão pela paisagem, também pelo modo de falar, pelos costumes e pela alimentação. Não era uma atitude ostensiva, mas sim muito discreta, quase imperceptível. O reconhecimento não precisava de ostentação.

Carlos Lindenberg manteria esse costume ao longo de toda a sua carreira, ajudado por uma "memória fantástica", segundo amigos, familiares e mesmo opositores. Viram-no várias vezes, quando apresentado a uma pessoa, identificar-lhe, pelos traços, toda a sua origem familiar. Ele manteria sempre o costume, comum na roça, de, ao chegar à casa das pessoas, perguntar nominalmente por todos, até mesmo pelos cachorros, presentes nas visitas anteriores. Muita gente atribui a isso, entre outras coisas, as suas vitórias nas eleições: ele sabia o nome de todos os seus eleitores. Mas isso se dava mais pelo estilo simples em que sempre viveu, dispensando pompas e circunstâncias: "O mais importante é saber guardar nomes e fisionomias", ele admite em relação à atividade da campanha eleitoral:

— Eu tratava tanto o pobre quanto o rico com a mesma consideração e sempre prestando atenção e mostrando interesse ao que eles falavam. Eu sabia ouvir. Era apresentado a uma pessoa e não esquecia mais dela nem do nome. Mesmo quando comerciante, fiquei atendendo a essa gente toda. Durante toda a época da Revolução, os antigos políticos tinham se afastado e ninguém dava resposta nenhuma às cartas do pessoal do interior, mas

eu respondia a todo mundo. Depois da Revolução, eu ajudava: era processo na Diretoria de Terras, era processo na Secretaria da Fazenda, eram pedidos particulares, todos me procuravam e eram atendidos, não deixava ninguém sem resposta. Quando fui secretário da Agricultura, andei por todas as bibocas do estado: dormia em casa de muita gente por aí, passava na casa de um e na casa de outro. Fizemos bastante pelas prefeituras e eu acabei ficando conhecido no interior. Viajei por toda aquela zona brava de Barra de São Francisco que estava sendo povoada, viajei por todo o município de Colatina, por todos esses cantões aí eu viajava para saber das necessidades. Eu era a única pessoa que eles encontravam que correspondia à vontade deles, às suas necessidades, aos seus desejos. Meu sucesso eu atribuo a isso, porque, quando estava na Secretaria da Agricultura, não tinha intenção de entrar na política, para mim foi uma surpresa.[73]

Ele também nunca deixou de responder a uma carta, à mão, mesmo se fosse para negar um pedido ("com uma letra meio ruim, mas em todo caso ia assim mesmo. Até hoje de vez em quando um me mostra uma carta minha. E eu pergunto: Ah, você conseguiu ler isso aí? Respondem: Ah, li sim, senhor"). Uma gentileza que ele aprendeu com a mãe professora, que (mesmo usando negro até o fim da vida, por causa do luto pelo marido) respondia à mão aos convites para festas. Ele também nunca deixaria uma carta, um convite, um memorando sem resposta pessoal, à mão. A exceção veio quando se tornou governador e as secretárias batiam à máquina a correspondência oficial. À particular ele continuou respondendo à maneira antiga.

Quando secretário da Fazenda, Carlos recebeu uma carta de Cachoeiro: um rapaz, Maurício Paiva, secundarista da Escola Veterinária de Viçosa, havia interrompido os estudos por falta de condições financeiras. Sabendo que o estado mantinha alguns alunos na Escola de Viçosa, pedia a mesma ajuda. Na resposta que lhe enviou, Carlos contou que fizera um ofício ao então governador Bley para matriculá-lo. No despacho com Bley, porém, o governador recusou-se a assinar o ofício: "Não vou despachar isto não." "Mas eu já até mandei matricular o rapaz," explicou Carlos. Bley retrucou: "Mas como você mandou matricular aquele filho de um comunista?" O pai do rapaz era tabelião e, porque era contra o Bley, havia sido tachado de comunista. Carlos respondeu: "Vou matriculá-lo para mais tarde ele não ser comunista mesmo, e dizer por aí que não foi ajudado pelo governo."

Tempos depois, Maurício Paiva foi chefe numa fazenda experimental em Pedro Leopoldo e depois funcionário do Ministério da Agricultura.

---

73 Carlos Lindenberg foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte em outubro de 1933. Após promulgada a Constituição de 1934, os constituintes tiveram seus mandatos prorrogados e passaram a compor a Câmara dos Deputados, que teve aumentado o número dos seus participantes. Em 1935, ele renunciou ao mandato de deputado federal para ser nomeado secretário da Fazenda, acumulando o cargo durante alguns meses de 1936 com o de secretário da Agricultura, do qual foi exonerado somente em 1939, como relata Amylton. Cf. Achiamé, F., op. cit., p. 249. (FA)

O humor leve sempre esteve presente em diversas ocorrências de sua vida pública, assim como a leve superstição. Certa feita, indo de trem para o Rio (tinha encontro marcado com Getúlio Vargas no Palácio do Catete) e desconhecendo a crença popular de que "couro de onça dá azar", comprou em Matilde um "couro vermelho muito bonito de onça" e colocou o embrulho a seu lado no trem. O chefe do trem implicou com aquilo. No Rio, mandou curti-lo: acabou furado. Terminou dando-o para Augusto Cruz,[74] "que já estava meio sem saúde e foi piorando, piorando e morreu. Nessas alturas eu já sabia que couro dava azar, falei com ele, mas ele quis assim mesmo".

Aprendera na mesma ocasião que flecha de índio e bodoque dentro de casa também dão azar. Numa visita a Getúlio, no Palácio do Catete, foi pedir, a Lourival Fontes, antigo colega de escola e agora oficial de gabinete, passagens para alguns estudantes capixabas que pretendiam fazer uma excursão a Belo Horizonte. Carlos obteve as passagens, mas, quando ia saindo, viu pendurados na parede, de acordo com a moda nacionalista de então, bodoques e flechas. Como Lourival era meio surdo, Carlos gritou em voz alta: "Tira isso tudo daqui que isso dá um azar desgraçado, manda isso tudo para o museu, tira esses troços daqui!" Três meses depois, ao voltar ao Catete, Lourival lhe disse: "Olha, muito obrigado pelo seu conselho. Você saiu por uma porta e as flechas e os bodoques por outra, mandei tudo para o museu. Você sabe que duas horas depois a minha vida começou a se modificar? E aquela semana tinha sido a pior da minha vida. Tudo depois começou a melhorar."

Nessas viagens ao Rio aprendeu também alguma coisa com um guarda-freios. Um dia, observou que o homem cuspia muito e perguntou o motivo. Havia caído um cisco no olho do guarda-freios, que explicou: "Qualquer cisco que entrar nos seus olhos você não põe a mão, você cospe uma, duas ou três vezes no máximo e o cisco cospe dos seus olhos, não fica de jeito nenhum. Não pode é passar o dedo antes."

Às vezes, ocorria também excesso de gentileza. Um fiscal de "estrada de rodagem" chamado Castelo Branco (inclusive parente do futuro presidente) lhe deu um bicudo, que Carlos colocou numa gaiola em sua casa na Praia do Canto. Dois anos depois, viajando pela estrada de Linhares, encontrou-se com Castelo Branco: "Dr. Carlos, e aquele bicudo que eu lhe dei, como é que está?" Carlos respondeu: "É muito bom, cantador que é uma beleza e já está ficando preto e está ótimo." O outro perguntou: "E ele é cantador mesmo?" "Muito bom mesmo," respondeu Carlos. Castelo Branco olhou desconfiado e depois disse: "Desgraçado, lá em casa ele não cantava. Mas agora o senhor quer um papagaio falador?" Carlos declinou: "Não, Castelo Branco, não gosto de papagaio. Eles têm uma doença que pode pegar nas crianças."

---

74 Augusto Cruz foi comerciante destacado em Vitória, um dos proprietários da Casa Verde, loja que, segundo Elmo Elton, "vendia de tudo: fazendas, calçados, malas, chapéus, roupas feitas sob medida, perfumes importados, bijuterias, brinquedos, enfim, o que se imaginasse, segundo apregoava o próprio povo. Editava, anualmente, um almanaque, em cujas páginas se registravam acontecimentos sociais, religiosos, políticos e recreativos de Vitória, ali também se estampando prosa e versos de autores capixabas". Cf. Elton, E., op. cit., p. 40. (FA)

Todas as vezes em que viajava para o interior, quando via no caminho "um sujeito de estaca mais forte", Carlos adivinhava que era lavrador, parava o carro e dava carona, conversando sobre a lavoura. Uma vez, o PSD encontrava-se dividido, em São Mateus, por causa de um trombone. Carlos chamou seu assessor Paulo Fundão[75] e contou a história: na cidade havia o Baile dos Solteiros e o Baile dos Casados, este reunindo o prefeito Otavarino Santos e seus correligionários. O trombonista tocava nos dois bailes, acabava um, corria para o outro. Mas, como estava "apertado", foi obrigado a vender o trombone para a orquestra do Baile dos Casados. Então veio a briga, a dissidência política. A solução de Fundão: comprar um trombone para o grupo dissidente. Tomara nota de todas as especificações. Mas, de São Paulo, mandaram perguntar-lhe se o trombone era de diapasão antigo ou moderno. Paulo não sabia, foi obrigado a consultar o maestro da banda da polícia. O trombone foi enviado a São Mateus e o grupo acabou fazendo uma cota para pagá-lo.

Carlos também admirava a capacidade de Getúlio Vargas de guardar nomes, "apesar de presidente da República". Em 1934, ainda como deputado federal, foi visitá-lo no Catete: "Não tenho assunto nenhum, só vim lhe fazer uma visita." "Foi muito bom o senhor aparecer, porque não foi o senhor e o Eurico Sales que me pediram como candidato a diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo um senhor chamado Kosciuszko Barbosa Leão?" "Pedimos sim", respondeu Carlos. "Estou aqui com dois decretos, do Kosciuszko e de um outro. De modo que está resolvido, o senhor Kosciuszko vai ser nomeado." Vargas fez uma pausa e acrescentou: "Mas eu queria pedir um favor." "O senhor não pede favor, o senhor manda." "Eu tenho uma emenda lá na Constituinte para a casa popular e queria o seu voto." "Não tenha dúvida. Só que eu tenho uma emenda para apresentar." Getúlio indagou: "Qual é essa emenda?" Carlos explicou: "É uma emenda para que a casa popular não seja construída só na cidade, mas também no interior, nas fazendas, nos sítios, em tudo que é canto." Getúlio concordou, com ressalvas: "Olha, o senhor não apresenta essa emenda porque pode atrapalhar. Mas eu vou colocar no regulamento." O presidente cumpriu a palavra, mas as casas populares acabaram sendo construídas nas cidades do interior e não no campo. A ideia foi abandonada depois, talvez "porque se estava pagando a mesma prestação de quando ela tinha sido vendida".

Carlos nunca se esqueceria de um fato ocorrido em Barra de São Francisco: encontrou um menino, na beira da estrada, com um cachorro grande latindo em direção ao mato. Um outro menino cumprimentou: "Bênção, nhonhô." "O que você está fazendo aí?" quis saber Carlos. O menino explicou: "Estou esperando uma paca que quando passar por aqui eu mato ela a pau."

---

75 Segundo informações fornecidas pela família, Paulo Vieira Fundão era filho de Alcino Fundão, funcionário da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e de Adília Vieira Fundão, tendo nascido em Argolas, Vila Velha, a 2 de agosto de 1908. Tinha o curso de contabilidade e ocupou diversas funções na administração estadual, inclusive a de oficial de gabinete no primeiro governo de Carlos Lindenberg, e se aposentou pela Secretaria da Fazenda. Trabalhou também como relações públicas da Companhia Ferro e Aço de Vitória – Cofavi. Faleceu em Vitória no dia 19 de setembro de 1994. (FA)

Outra cena o marcara: quase formado em Direito, ainda administrando a Fazenda Monte Líbano, Carlos, quando ia a Cachoeiro, costumava jantar no hotel do coronel Jacinto de Moura, casado com uma parenta. Uma vez, já ia começar a comer quando viu chegar um rapaz empurrando uma carrocinha e apanhando estrume de cavalo na rua. Quando levantou a cabeça, Carlos reconheceu José Neves Moulais. Seus pais, seu Moulais e dona Fifi, eram muito amigos da família e, mais tarde, ela tomava conta do palácio, em Vitória, e ele da Penitenciária da Pedra d'Água. Quando criança, José havia sido colega de escola de Nêni. "Aquilo me deu uma dor no coração danada e aí eu senti a diferença da sorte"; por isso, no dia seguinte, procurou o prefeito Fernando de Abreu e pediu uma "melhora" para José, que não o reconhecera naquele início de noite. Mais tarde, Carlos soube que os pais dele haviam morrido e que ele agora morava com uma tia. Quando ele morreu, o jornalista Lourival Serra, de Cachoeiro, escreveu um artigo sobre José, elogiando sua bondade: tomara conta da tia até a morte. Carlos interferiu para que a tia dele legalizasse seu INPS para receber uma pensão.

Ainda como secretário, nas andanças pelo interior, ele conheceu Maria do Céu, em Afonso Cláudio, que foi matriculada por sua conta no colégio interno de Anchieta. Ele também "pagou os estudos" de Ivanilde, que achara no interior de Conceição da Barra, "no meio do mato em Taquara". Ela queria entrar para uma escola de docentes de emergência. Em Cachoeiro, duas crianças haviam ficado órfãs após o assassinato dos pais: Marly e Orly também foram por ele colocadas em colégio. Saíram todas professoras, nomeadas por Carlos, então governador. Ivanilde, no entanto, saiu influenciada: queria ser "irmã de caridade", embora, como Carlos lembrou-lhe, "não tivesse cara de irmã". Após dois anos no Rio, recebeu o hábito: seis meses depois abandonou-o e voltou para Conceição da Barra, nomeada como professora. Foi seduzida por um engenheiro da Petrobrás: quando ficou grávida, ele, que era casado, voltou para a Bahia. Ela foi atrás. Escreveu depois: não se casara, mas tivera outro filho. Em Itapemirim, Maria da Penha Laurindo, então com oito anos, pediu a Carlos que arranjasse um jeito para que pudesse estudar na Escola Técnica:[76] queria ser ferreira para trabalhar com o pai. Ele lhe disse para fazer primeiro o curso primário. Quatro anos depois voltou à cidade: a menina apareceu, toda molhada por causa da chuva, e disse: "Dr. Carlos, já fiz o curso." Ele lhe pediu para arrumar toda a documentação necessária, porque falaria com Artur Seixas, o diretor da Escola. Mas este objetou: "Eu posso arranjar para ela estudar de dia, mas com aquela rapaziada de lá não dá" (a frequência da escola na época era toda masculina). Carlos combinou com as irmãs de caridade do Pensionato São

76 A Escola de Aprendizes Artífices, criada em Vitória em 1909 por ato do Governo Federal, nos anos 1940 ganhou nova sede em Jucutuquara, Vitória, e recebeu a denominação de Escola Técnica, mudada em 1959 para Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES. Na década de 1990 foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – Cefetes, e a partir de 2008 é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Cf. http://portal.mec. gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 22/09/2009. (FA)

Luiz:[77] pagaria o alojamento e o vestuário de Maria da Penha. No primeiro mês, Seixas a convenceu a seguir uma profissão mais adequada para mulher: encadernação. Anos depois, ela se formou. Mas queria estudar medicina no Rio: Carlos lhe disse então que ela poderia se manter sozinha, já que tinha uma profissão.

Ajudou também a uma prima muito pobre que queria estudar: ele era ainda funcionário da secretaria do Ginásio Espírito Santo quando levou a prima Sinhá para estudar no Carmo. Depois de formada, ela casou-se com Dr. Mário Lima, médico e fazendeiro muito rico em Castelo, mas não tiveram filhos: possuíam, no entanto, dezesseis cachorros, além de um empregado, Manoelzinho, que de vez em quando andava pelado pela casa, e "umas garotas que eles também criavam" – dando sequência à ajuda que o primo lhe proporcionara em criança. Quando Lima foi eleito deputado (acabou presidente da Assembleia), trouxe consigo todos os cachorros. Uma vez, desapareceram Manoelzinho e um dos cachorros. Os dois "ficaram malucos" e saíram procurando por toda a cidade de Vitória, que os desaparecidos ainda não conheciam direito. Encontraram-nos na praça Oito de Setembro: Manoelzinho estava sentado numa cadeira no café e ao lado, tomando café com leite e comendo pão, o cachorro de estimação. Sinhá e Mário Lima se amavam muito: quando ele morreu, ela também não resistiu a ficar sozinha.

Às vezes, Carlos não conseguia muita coisa: "Foi o filho de João Gualberto. Ele queria entrar para a Marinha e eu encaminhei para meu irmão, José Lindenberg, que o colocou num curso que tinha no Rio. Depois o acompanhou nos exames para a Marinha, mas ele foi reprovado umas duas ou três vezes. Afinal, um oficial da Marinha chamou o Zé e falou: Não adianta insistir porque ele não é branco."

Outras vezes, a cor facilitava:

— Esse camarada eu conheci quando ele era menino em Cachoeiro e era filho de um carteiro que naquele tempo ganhava muito pouco, tinha uns dez a doze filhos e vivia numa penúria danada. Era muito meu amigo e de vez em quando eu ia na casa dele. Quando eu era deputado, apareceu lá um camarada, baixotezinho, chamado Alércio Moreira [Gomes]. Ele me disse: Olha, doutor Carlos, eu vim trazer este livro para o senhor. Quando eu abri o livro, era todo cheio de rabiscos de todo jeito, como se feito em mimeógrafo. Eu perguntei que livro era aquele e ele me disse que era um livro que ele tinha escrito para fazer um concurso na Marinha, e nesse concurso tinha tirado o primeiro lugar. Eu perguntei o que ele tinha estudado e ele disse que era um negócio sobre movimento celestial, qualquer coisa muito complicada. Era muito pobrezinho, mas foi para o Rio e conseguiu se formar nesse negócio assim complicado. Eu perguntei então se ele já estava nomeado, mas ele disse: Eu tirei o primeiro lugar, mas eles querem nomear o segundo porque ele já é oficial da Marinha e eu não, sou leigo. Então vim pedir ao senhor para ver se conversa

77 A ele se tinha acesso por uma escadaria no final da rua Henrique Coutinho, nas cercanias do Parque Moscoso, em Vitória. (FA)

com o ministro. Veja se o senhor faz alguma coisa para eu não ser passado para trás, depois de tanto esforço eu vou ficar frustrado se não entrar para a Marinha. Eu falei que ia ver o que poderia fazer.

Na época, Carlos estava relatando um processo em que o ministro da Marinha tinha muito interesse: a reforma da Marinha. Numa das conversas com o ministro, Carlos aproveitou e citou o caso. O ministro disse: "Já sei, é o Alércio?" Carlos confirmou: "É. Estão querendo passá-lo para trás. E eu vim pedir ao senhor para não deixar que se cometa essa injustiça, ou então não deviam tê-lo deixado entrar no concurso. E agora vão nomear o que tirou em segundo. Não deixe fazer uma injustiça dessas." "Mas ele não é oficial", justificou o ministro. Carlos insistiu: "Então não deviam ter deixado o rapaz fazer o concurso. Já que deixaram, agora não tem mais jeito. Têm que nomeá-lo. E eu estou lhe pedindo porque sei que o senhor é um homem muito justo e não vai permitir uma injustiça dessas."

Três meses depois, Alércio voltou para agradecer a Carlos a interferência: havia sido nomeado. Mais tarde, Carlos soube que Alércio fora fazer um estágio num laboratório dos Estados Unidos. Acabou descobrindo duas estrelas que levaram o nome dele.[78]

Do caos de 1929, apenas os Estados Unidos tentavam sobreviver, em 1935, com Franklin Roosevelt e seu sistema de *New Deal*. Porém, na Europa, o público que sempre colocava em primeiro lugar sua própria segurança hesitou um pouco antes de finalmente optar pelos fascistas e pelos nazistas, que foram eleitos dentro dos preceitos democráticos. Pelo menos nas urnas; na prática, a manipulação política e a violência predominaram. A opinião pública se juntou em torno de um único partido vitorioso e de um único homem – *Duce* ou *Führer* – que encarnava a pátria e o governo. Os mitos cresciam em torno de Mussolini e de Hitler, assim como acontecera com Stalin na União Soviética. Esses homens eram cultuados como figuras paternas, gênios, guerreiros, mesmo artistas. Mussolini, o mais teatral de todos, era mostrado pilotando um avião, capinando uma plantação, nadando como um campeão ou ministrando uma aula de história na Academia Italiana. Multidões eram organizadas para aclamar esses homens, cujas figuras apareciam em todos os muros; quando

78 Alércio Moreira Gomes (1915-1988), que trabalhou no Observatório Nacional do Rio de Janeiro, foi o primeiro astrônomo brasileiro a descobrir uma estrela supernova em agosto de 1960, tendo localizado outras três até janeiro de 1961. Suas descobertas foram denominadas de Gomes1, Gomes2, Gomes3 e Gomes4, e realizadas com auxílio de telescópio instalado no Observatório do Monte Palomar, Estados Unidos. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Al%C3%A9rcio_Moreira_Gomes; e Ronaldo Rogério de Freitas Mourão "As estrelas supernovas descoberta por brasileiros", in http://cacella.tachyonweb.net/Parana-Online.htm. Acesso em 23/09/2009. (FA)

surgiam, era sempre sob uma coordenação de luzes, cores e sons; uma vez o cenário pronto, o líder materializava dramaticamente as aspirações de seus seguidores fanáticos.[79]

O ano de 1935 assistira a uma radicalização político-ideológica jamais vista no Brasil: doutrinas e ideias, até então pouco difundidas no país, começam uma perigosa escalada e logo a propaganda é substituída pela ação armada. A esquerda se organiza numa frente popular chamada Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a direita e a extrema direita, no movimento integralista, que tem vínculos – até então unicamente ideológicos – com os totalitarismos de direita europeus.

Mas o primeiro semestre do ano era orientado pela Constituinte do ano anterior, que previa um sistema bicameral mais desequilibrado, com a minimização das atribuições do Senado: cada estado só poderá contar com dois senadores, que terão competência legislativa apenas para promover "a coordenação dos poderes públicos, manter a continuidade administrativa, velar pela Constituição." Os ministros de Estado são responsáveis por seus atos diante do Congresso. Limita-se a duração do mandato presidencial a quatro anos, não renovável. O sufrágio universal designará o presidente da República, exceto o daquele ano, pois a Constituinte elegera Vargas presidente até 1938 (quando deveria haver a eleição), conferindo-lhe 175 votos contra 59 a Borges de Medeiros, candidato da oposição, e quatro a Góis Monteiro, representante do que restava do movimento tenentista.

A adoção de uma Carta fundamental e a reabertura das Assembleias Legislativas estaduais e do Congresso Nacional – legalizando assim o poder de Vargas e dos revolucionários de 1930 – ao que tudo indica eram elementos capazes de apaziguar a vida política nacional.

Em maio de 1935, a Assembleia Legislativa capixaba elegeria o interventor Bley como governador do estado até 1938 e mais dois senadores.[80] Não sem problemas: quando se esboçou a sucessão, houve uma cisão no Partido. Asdrúbal Soares, eleito deputado federal pelo PSD, rompera com o interventor Bley e se candidatou também ao governo. O PSD tinha dezesseis deputados e o Partido da Lavoura nove, na Assembleia Legislativa.[81]

---

79 Amylton tem razão em apontar a diferença entre a resposta dos norte-americanos e a dos europeus à depressão econômica iniciada em 1929. Segundo o historiador John Lukacs, enquanto os alemães, na fase mais aguda da crise econômica, em 1932, votaram quase a metade em partidos extremistas, nazistas e comunistas, nos EUA os comunistas obtiveram menos de 0,5% dos votos, enquanto Roosevelt, com seu *New Deal*, que significou o estabelecimento definitivo do "estado de bem-estar social" no país, obteve grande reconhecimento, reelegeu-se várias vezes e praticamente salvou o capitalismo. (Lukacs, J. *Nova república: história dos Estados Unidos no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, p. 49. (EFS)

80 Essa eleição indireta foi realizada pela Assembleia Constituinte Estadual em 12 de abril de 1935. Cf. Achiamé, F., op. cit., p. 236-7. (FA)

81 Dos 25 deputados eleitos em 1934 para essa Assembleia Constituinte, 16 pertenciam ao PSD, oito ao PL e um ao PP (Partido Proletário, face legal do proscrito PCB). "Ainda em 1934, foi organizada pelo Partido da Lavoura (PL) e pelo Partido Proletário (PP) uma frente política, denominada de Oposições Coligadas do

Com o rompimento, Asdrúbal conseguiu mais adesões, ficando com catorze deputados. Às vezes com treze: Gilbert Gabeira ora passava para um lado, ora para o outro. "De modo que tinha dias que acordávamos com treze e dormíamos com doze", lembra Carlos, "e no dia seguinte era o contrário".

Bley conversou com Getúlio, que convocou os treze deputados, mais Carlos Lindenberg, que conhecia desde a Constituinte. O encontro ocorreria em Petrópolis, onde Getúlio estava hospedado. Todos ficaram numa pensão na rua Riachuelo, onde o deputado Fernando de Abreu se hospedava. Carlos ficou no apartamento do irmão José, na rua Monte Alegre. Lá, Carlos recomendou a Fernando de Abreu: "Você preste atenção no Gabeira porque ele pode nos deixar mal. Ele já fez uma molecagem e pode fazer a segunda." Fernando replicou: "Não, Carlos, a gente também não pode ter tanta má fé." Carlos disse: "Amanhã às onze horas eu passo aqui. Mas quero que vocês já estejam almoçados, você e o Gabeira, para irmos para Petrópolis."

No dia seguinte, na hora marcada, Carlos encontrou Fernando de Abreu no salão da pensão, andando de lá para cá, preocupado. Fernando explicou: "O Gabeira foi comprar cigarros e não voltou até agora." "Não é possível um homem fazer uma coisa dessas," disse Carlos, acrescentando: "Já está feito. Não tenha dúvida: ele não vai voltar." Fernando discordou: "Eu vou almoçar, mas vou esperar por ele, tenho certeza que ele vai aparecer, ele combinou comigo, ele não vai fazer isso comigo."

Os agora doze viajaram para Petrópolis: Getúlio, muito amável, sugeriu que conversassem com pessoas que ele conhecia, "que eram fáceis de voltar ao partido". Como o número não daria para completar a maioria, Carlos recebeu nova incumbência de Bley: voltar a Getúlio. Carlos admite que "gostava muito de Getúlio pelo seu modo de tratar, pela sua capacidade de trabalho; eu o admirava muito, embora eu fosse do PSD e ele era mais PTB do que PSD, mas tinha ajudado a criar os dois, de modo que ele era meio pessedista e meio petebista".[82]

Getúlio recebeu Carlos no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, andando de lá para cá nos salões, refletindo, até que lhe disse: "Mas os senhores não podem se considerar perdidos." Carlos esclareceu: "Não estamos nos considerando perdidos, não. Só que o Bley me mandou aqui para pedir uns conselhos." Getúlio recomendou: "Vocês façam o seguinte: conversem com Geraldo Viana, que é muito meu amigo. Conversem com Jerônimo Monteiro Filho, que também é um rapaz muito acessível e talvez vocês possam recompor a situação."

Espírito Santo, com o objetivo de confrontar o grande poder do Partido Social Democrático (PSD), especialmente no âmbito da futura Constituinte." Cf. Achiamé, F., op. cit., p. 219. (FA)

82 Amylton comete aqui um pequeno anacronismo. Menciona a avaliação que Lindenberg fazia de Getúlio, que correspondia na verdade a um momento posterior àquele de que se está falando no texto, a década de 1930, quando o sistema partidário que vigorou entre 1945 e 1964, que incluía os dois partidos criados por incentivo de Getúlio, o PTB e o PSD, ainda não existiam como tais. (EFS)

Ao final, Getúlio forneceu diretrizes: "Os senhores têm que ter uma norma de conduta. Não tenham nomes fixos, qualquer nome serve para governador do estado. Naturalmente uma pessoa capaz. Então, depois disso, poderemos estabelecer um candidato. O essencial é que o partido seja vitorioso. Todos os meios são bons desde que se alcance a vitória." Carlos assegurou-lhe: "Presidente, nós empregaremos todos os meios e vamos conseguir a vitória."

Carlos voltou a Vitória, relatou o encontro, mas retornou depois com Fernando de Abreu ao Rio para falar com Getúlio no palácio onde ele passava os meses de verão, seguindo uma tradição de governantes que remontava a Pedro II. Na descida de Petrópolis, os três (o deputado Carlito Medeiros também estivera presente) ouviram no rádio a notícia: Estelita Lins havia abandonado Bley e passado para a oposição. No Rio, enquanto Carlos providenciava um telégrafo para comunicar-se com Bley, Fernando, que se mantivera calado na descida, foi direto para o Hotel Avenida, onde Lins – em quem confiava a ponto de lançá-lo como candidato a deputado estadual – se hospedava também. Lins se assustou e correu, mas Fernando de Abreu teve tempo de dar-lhe umas coronhadas de revólver.

Como a situação parecia perdida – onze situacionistas e catorze oposicionistas –, Bley arranjou a solução: propôs a Vargas a retirada de seu nome, indicando Jerônimo Monteiro Filho para substituí-lo. Getúlio aceitou, assim como Jerônimo Filho, restabelecendo-se a maioria, treze contra doze votos (com a inclusão de Carlos Sá). Na véspera da eleição, Carlos Marciano (Carlito) de Medeiros discordou da candidatura de Jerônimo Filho, pois havia sido inimigo do pai dele, afirmando que só votaria em Bley. Para resolver a "dificílima situação", Bley chamou todos ao palácio para "um pacto de honra": como Jerônimo tinha esperança de trazer três deputados a mais da oposição e se eleger, combinou-se que ele seria votado no primeiro turno e Carlos Marciano votaria em si próprio.[83]

Três horas antes da eleição, Carlos foi chamado em casa, onde cuidava da mulher, Maria, que sofria uma cólica renal, por Josias Soares, pai de Asdrúbal, através de Benvindo de Novaes. Carlos perguntou: "Mas como vou sair daqui deixando a Maria nesse estado?" "É só por meia hora, você tenha paciência," disse o preocupado Benvindo de Novaes.

O encontro ocorreu na casa de Roberto Espíndula. Havia um grupo de senhoras conhecidas presentes, mas Carlos, por causa da pressa, não cumprimentou ninguém, passando direto ao quarto, onde Josias lhe disse:

— Olha, eu mandei chamar você aqui porque você vai salvar o Espírito Santo.

— Como, doutor Josias?

---

83 O "pacto de honra", cumprido à risca, estabelecia que no primeiro escrutínio Jerônimo Filho teria onze votos numa espécie de homenagem ao seu grupo político, e Punaro Bley contaria com dois votos (o do próprio Jerônimo Filho e o de Carlito Medeiros), certamente para que seu nome pudesse concorrer ao segundo escrutínio, quando foi eleito com treze votos. Cf. Achiamé, F., op. cit., p. 232-7. (FA)

— Você é o nosso candidato a governador, todos os que estão com Asdrúbal vão votar em você, já está combinado. Traga do seu lado um ou dois que você pode conseguir com facilidade e então nós salvamos o Espírito Santo desta desgraça que é o Bley.

Carlos, que era correligionário de Bley, respondeu:

— Não, doutor Josias, o senhor tenha paciência, mas o preço é muito alto para mim.

— Mas como, o senhor recusa?

— É o preço da traição. Não vou me sujeitar a uma coisa dessas. Posso ser governador durante quatro anos, mas o resto da minha vida toda serei um traidor. E também não acho que seja esta a desgraça do Espírito Santo: Bley tem se mostrado uma pessoa honesta, capaz. Pode não ser um grande progressista, mas na parte da administração ele vai indo muito bem. Não acho que seja esta a desgraça do Espírito Santo e nem vou salvar o estado a um preço tão alto para mim.

— Então o senhor não aceita? — perguntou Josias Soares, muito excitado e "vermelho de raiva".

— Não.

Carlos saiu e voltou para casa: a mulher melhorara. Por isso, foi para a Assembleia: parecia o cenário de 13 de fevereiro de 1930, só que não havia povo e sim assessores dos rivais e mais um batalhão do Exército, que cercara a Assembleia para "manter a ordem", além dos jagunços de todos os deputados. "Se houvesse um tiro ali seria uma mortandade danada" – Carlos sabia disso por experiência.

Não faltou nenhum político: Feliciano Garcia, do PSD, havia sofrido um desastre de automóvel e compareceu, mesmo machucado e enfaixado. Lá estava Gabeira, agora adversário também, "com a cara mais sem-vergonha do mundo". Na última hora, Jerônimo Filho passou a ser candidato a senador, assim como Genaro Pinheiro (na época prefeito de Alegre), e ambos foram eleitos. Uma eleição difícil: no primeiro turno, Jerônimo Filho teve doze votos, Asdrúbal Soares, doze e Carlito Medeiros, um.[84] Não houve maioria. No segundo turno, agora com o nome de Bley como candidato, o resultado foi de treze a favor dele e doze para Asdrúbal.[85]

---

84 No primeiro escrutínio, Asdrúbal Soares teve doze votos, Jerônimo Monteiro Filho, onze e Punaro Bley, dois votos; cf. nota anterior. (FA)

85 Apesar de terem sido secretas as votações, pela leitura do "pacto de honra" e de atas das sessões da Assembleia Constituinte, subsequentes à da eleição do governador, deduz-se que votaram em Bley os deputados Carlos Marciano de Medeiros, Álvaro de Castro Matos, Mário Lopes Rezende, Francisco Clímaco Feu Rosa, Carlos Gomes de Sá, Cristiano Andrade, Ciro Duarte, Feliciano Garcia, Jerônimo Monteiro Filho, João Soares, Luiz Tinoco, Paulino Müller e Astolfo Virgílio Lobo (13). E sufragaram o nome de Asdrúbal Soares os deputados Alcebíades Monjardim, Arens Barbosa, Atílio Vivacqua, Augusto Lins, Geraldo Viana, Gilbert Gabeira, Jair Ataíde de Freitas, José Aires, Monteiro Torres, Nelson Goulart Monteiro, Sólon de Castro e Álvaro Castelo (12). Cf. Achiamé, F., op. cit., p. 232-3. (FA)

Entre 1930 e 1934, Punaro Bley "reduziu e restringiu" o orçamento da Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, voltando-se principalmente para o campo educacional: foram criados o Departamento de Educação Física, o Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, o Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema, ampliando-se o escotismo e introduzindo-se o bandeirantismo. Criaram-se mais escolas normais e cursos noturnos de educação popular, além de vinte grupos escolares e dezesseis escolas primárias gerais. Passaram a funcionar as faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, todas equipadas.

Em 1936, Carlos – que deixara o cargo de deputado federal para ser secretário da Fazenda – acumulava também a pasta da Agricultura, em substituição a Augusto Seabra, que pedira demissão. Encontrou as finanças do estado numa "situação horrorosa, uma bagaceira danada: o estado era muito pobre na ocasião e Bley teve que tomar providências muito drásticas para poder mais ou menos colocar em ordem as finanças públicas, com demissão de muita gente, corte até de ordenado".

Uma das primeiras providências que Carlos tomou foi o pagamento da dívida externa do estado: 2 milhões e 500 mil dólares, concedidos em 1927 pelo Banco Ítalo-Belga para a construção da ponte Florentino Avidos (inaugurada em 1928), que finalmente ligaria a capital ao continente. No início do século, o único meio de locomoção do interior para a capital ainda era a estrada de ferro Leopoldina Railway. Para se chegar à ilha utilizava-se, em Paul, o bote *Guinbar* e mais tarde um serviço de lanchas.[86]

O diretor do Departamento Nacional do Café, Armando Vidal, então demissionário, contou a Carlos que o estado tinha direito a um depósito proveniente de uma taxa que no início da década de 1930 os cafeicultores pagavam ao governo de São Paulo e que era depositado naquele estado para pagar um empréstimo contraído no exterior, liquidado em 1934. Todos os estados, inclusive o Espírito Santo, haviam pagado a mais. O depósito para o Espírito Santo era, em 1935, de 22 mil contos de réis, quantia então muito alta. Na ocasião em que Florentino Avidos havia feito o empréstimo, o dólar atingira os 8 mil réis. Em 1935, como o dólar continuava subindo, a cotação era de 18 mil réis. Dois outros bancos participavam do negócio, o Banco Francês-Italiano e o Banco Alemão Transatlântico.

Carlos proporia aos bancos o pagamento de uma só vez, "oportunidade única em quase oito anos, para solução definitiva de um caso tão difícil. Escapada esta ocasião excepcional, não sei, como não sabe V. S., quando teremos outra", escreveu ele a Daniel Carlier,

86 Amylton confunde-se nessa questão. Logo depois da descoberta das minas de ouro nos sertões (hoje no estado de Minas) da antiga capitania do Espírito Santo, nos fins do século XVII, Portugal preocupou-se em evitar a abertura de estradas (ou a utilização dos rios), a partir do litoral, que pudessem facilitar o acesso àquela região. Com isso, o Espírito Santo, e não apenas a ilha de Vitória, como pensou Amylton, se converteria em "barreira de proteção" das minas, prejudicando-se com isso seu desenvolvimento. No início do século XIX, o regente D. João VI, revertendo aquelas restrições, autorizou o governador Silva Pontes a promover a reabertura do rio Doce e de sua navegação. Ver a propósito Oliveira, J. T., op. cit., p. 192 ss. E também Santos, E. F., *O território do Espírito Santo no fim da era colonial*, op. cit. (EFS)

diretor do banco Ítalo-Belga (ver correspondência completa no Apêndice A). O banco receberia 12 mil contos de réis, o restante através de café, ou seja, "das sobras das taxas de cinco xelins sobre o café", a que o estado então tinha direito.

As direções dos bancos Francês-Italiano e Alemão Transatlântico aceitaram a proposta, após alguma relutância, porém não tinham como não aceitar. Carlier, o diretor do banco Ítalo-Belga, com sede no Rio de Janeiro, que "tinha cara de holandês", ouviu toda a explanação e ao final disse a Carlos: "A teoria do senhor é de comunista." Carlos responde: "Bem, se o senhor acha que ser comunista é não querer que minha gente passe fome e pagar ao banco só o que posso pagar, então eu sou comunista. Mas se os senhores quiserem, a proposta já está feita e eu vou providenciar para fazer esta liquidação. Mas, se os senhores não concordarem, tomem as providências que quiserem. Passe bem."

Do banco, Carlos foi à Delegacia do Estado do Espírito Santo no Rio, dirigida pelo seu tio, José Monteiro (nono filho de Francisco de Souza Monteiro e Henriqueta, nascido em 1876 e falecido em outubro de 1937), que sempre fazia questão de manter a formalidade. Pediu-lhe para fazer um ofício suspendendo a arrecadação da Estrada de Ferro Leopoldina Railway (a Leopoldina arrecadava como se fosse uma coletoria estadual e tinha compromisso de entregar o dinheiro ao banco Ítalo-Belga). José espantou-se: "V. Excia. vai mandar fazer uma coisa dessas?" Carlos respondeu: "Vou."

José Monteiro pediu a seu assessor Luiz Fraga que fizesse o ofício e assinou. Dias depois, Carlier convidou Carlos para nova conversa. Falou sobre tudo, ofereceu muito café. Quando todos os funcionários saíram para o almoço e os dois ficaram sozinhos, Carlos se despediu e Daniel levou-o até a porta e, afinal, disse: "Bem, ao invés de nos pagar os 10 mil dólares, o senhor nos paga 21 mil, que é o que os senhores estão devendo atualmente, contando os juros e a subida do dólar, porque assim o senhor não perderá nada com isso." Carlos replicou: "Olha, senhor Carlier, eu não boto mais os pés neste banco. Se o senhor quiser tratar desse assunto, que vá a Vitória."

Deu-lhe as costas e Carlier continuou chamando-o. A indignação de Carlos surgiu porque entendia que Carlier queria suborná-lo. Mais tarde, o diretor do Ítalo-Belga apareceu em Vitória, visitou Carlos em casa, apareceu na secretaria, conversou muito "para ver se havia uma melhora naquele assunto" e acabou marcando uma entrevista com Punaro Bley, à qual Carlos também compareceu. Porém Bley foi irredutível: não haveria outra solução. Carlos relembra:

— Então Carlier pediu um prazo para consultar a direção do banco em Antuérpia e andou consultando também o comércio de Vitória para saber qual era o nosso conceito. Chegou depois na secretaria e queria passar um telegrama para Antuérpia. Pedi à secretária para ceder a ele a máquina (ele não sabia escrever à máquina: catava milho), mas ele mesmo redigiu o telegrama. Mais tarde voltou dizendo que Antuérpia aceitaria a proposta e assinamos o contrato. Pagamos os 10 mil dólares a ele e assim pagou-se aquela dívida. Paguei também aos outros dois bancos: com os 22 mil contos de réis pagamos toda a dívida

externa. Então a partir daí melhorou-se o orçamento, porque do orçamento constava uma grande parcela para pagamento desse empréstimo.

Quando informou a um deputado paulista, Carlos de Melo Neto, que o estado do Espírito Santo não tinha mais dívida externa, porque a havia liquidado, Carlos, que fora à Câmara só para informar isso, ouviu o seguinte: "O senhor fez muito mal. Quem não deve não tem crédito. Não devia ter pagado." Carlos respondeu: "Bom, mas já paguei. Acabou o assunto."

Naquele tempo, o governo usava selos adesivos com as armas do estado, que eram fornecidos pela Secretaria da Fazenda aos comerciantes. Fizera-se uma proposta, no valor de 125 contos de réis, para que o estado comprasse selos da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Desconfiado, Carlos demorou a responder, "havia ali alguma coisa errada". Três dias após, apareceu o representante da Melhoramentos, um amigo de Carlos, Germano. O representante explicou: "Vim resolver o negócio dos selos porque está muito demorado e eu tenho que ir embora." "Vou resolver logo," disse Carlos. "Se o senhor resolver, o senhor vai ter 10% da compra", acrescentou Germano. Carlos retrucou: "Não, Germano, você está me confundindo. Você me conheceu quando eu era comerciante. Mas aqui eu sou secretário da Fazenda, é diferente. E se você repetir isso eu vou mandar você daqui pra fora."

Carlos chamou então um de seus auxiliares e pediu que trouxesse o processo. Examinou-o e desceu até à Tesouraria, para verificar o estoque de selos. Como o tesoureiro estava ausente, Carlos mandou os dois homens voltarem mais tarde: "Vou examinar o estoque com o tesoureiro e depois compro o que faltar. Se for tudo isso que o senhor quer me vender, tudo bem. Caso contrário, só comprarei o necessário." O representante da Melhoramentos disse então, com tranquilidade: "É, doutor, nesta semana eu estou infeliz. O senhor é o segundo secretário que me diz a mesma coisa. Eu quis vender um material para a Secretaria de Educação, mas ofereci uma percentagem ao doutor Arnulfo Matos e ele se zangou, me disse que não era homem de receber gorjeta e não fez a compra. Agora vem o senhor e me diz a mesma coisa? Eu negocio com catorze estados da Federação e, quando ofereço dez por cento, eles querem vinte."

À tarde, Carlos verificou que só faltavam selos de 50 mil réis, o que dava um total de cinco contos. O representante da Melhoramentos não quis aceitar a encomenda.

Carlos tinha como diretor de Agricultura um bom amigo, Napoleão Fontenelle,[87] "com uma capacidade de trabalho muito grande e que conhecia muito o interior e suas

87 Conforme dados fornecidos pela família, Napoleão Fontenelle da Silveira nasceu em 8 de setembro de 1902 em Viçosa do Ceará. Formou-se engenheiro agrônomo na Escola de Agronomia do Ceará em 1925. Veio

necessidades". Os dois dividiram o estado em dezesseis zonas e para cada uma nomearam um agrônomo com a função de orientar os lavradores e os pecuaristas. Através do Fomento Agrícola, o estado comprava material e o revendia aos lavradores, incrementando as lavouras de milho, feijão, arroz, trigo (plantaram muito trigo "naqueles altos de serra em Castelo e Afonso Cláudio e deu um trigo muito bom. A questão era que as áreas eram muito pequenas e não davam para plantio industrial"). O estado também construiu viveiros (laranjeiras, mamoeiros, etc.) e isso de vez em quando gerava confusão por causa da radicalização política. Um chefe da estação em Viana procurou certa vez Carlos para informar: "O doutor Lauro Faria Santos quer comprar umas cinco laranjeiras, mas estamos encontrando dificuldades para vender."[88] "E você não vendeu por quê?" quis saber o secretário. "Ele não é da oposição?" indagou o funcionário. Carlos respondeu: "Você não tem que perguntar se a pessoa é ou não da oposição, porque o produto quando vai ser vendido ninguém pergunta se é de vendedor da oposição ou não. Você tem que vender para todo mundo que queira comprar."

O Departamento Nacional do Café controlava todo o produto que entrava em Vitória naquela época, liberado pela Secretaria de Agricultura. Isto fez com que Orlando Bulcão Viana, promotor em Vitória, processasse o secretário Carlos Lindenberg e Oswald Guimarães, da firma Antenor Guimarães e Cia., que agenciava os vapores transportadores do produto para o Rio. A secretaria descobriu uma carga clandestina que não poderia sair pelo porto porque não tinha a guia do DNC. A secretaria fez um levantamento e encontrou certa quantidade de café clandestino. Legalizou a entrada em Vitória, "para ser exportado e entrar dinheiro para o estado. Orlando Bulcão Viana entendeu que isto era um ato ilícito e iniciou o processo". O caso foi arquivado porque a operação foi considerada lícita.

---

para o Espírito Santo no governo Florentino Avidos, convidado por Moacir Avidos para ocupar o cargo de inspetor de agricultura em Santa Leopoldina, onde chegou em 25 de maio de 1926. Em fevereiro de 1932 foi nomeado prefeito do município pelo interventor Bley. Eleito prefeito do município em janeiro de 1935, tomou posse em 13 de março mas renunciou no dia seguinte para exercer o cargo de diretor geral de Agricultura do Espírito Santo, onde permaneceu até 16 de março de 1947. Nesta data tomou posse no cargo de secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, nele permanecendo até janeiro de 1951, quando assumiu o mandato de deputado à Câmara Federal, reelegendo-se em 1954 e em 1958. Na Câmara foi autor do projeto de lei que regularizou a profissão de engenheiro agrônomo no Brasil. No primeiro governo Lindenberg exerceu também o cargo de secretário da Fazenda por alguns meses. Em janeiro de 1958 foi nomeado por Kubitschek presidente do Serviço Social Rural, onde ficou até janeiro de 1961, exercendo cumulativamente esse cargo com o mandato de deputado por resolução especial da Câmara. Em março de 1961 licenciou-se da Câmara para ocupar o cargo de secretário de Agricultura, Terras e Colonização do Espírito Santo, no segundo governo Lindenberg, até julho de 1962. Em 14 de janeiro de 1965 assumiu como diretor do Instituto Brasileiro do Café. Exerceu a presidência da Federação das Associações Rurais do Espírito Santo por doze anos. Foi o introdutor das raças zebuínas em nosso estado. Faleceu em 29 de maio de 1975 no Rio. (FA)

88 Segundo informações fornecidas pela família, Lauro Faria Santos nasceu em São Mateus em 26 de setembro de 1895 e faleceu em 19 de outubro de 1942 em Vitória. Foi deputado estadual e federal e prefeito de Santa Leopoldina. De acordo com Achiamé, F., p. 198-200, nos anos 1930 pertenceu ao Partido da Lavoura, de oposição ao situacionismo pessedista do Espírito Santo. (FA)

Para incrementar a pecuária, o secretário começou a comprar reprodutores em Minas Gerais, São Paulo e outros estados:

— Vendíamos aos pecuaristas pela metade do preço e com isso introduzimos o zebu em escala bastante razoável no Espírito Santo. Comprávamos mais machos e algumas fêmeas para quem encomendasse. Houve alguns que eu cheguei a dar, para que o pecuarista colocasse na fazenda, o que deu grande resultado. Custou a começar, custou para que acreditassem. Tivemos muita dificuldade para introduzir o zebu aqui, porque o pessoal do Ministério da Agricultura era contra e fazia campanha contra. Eles queriam (inclusive meu primo Benvindo de Novaes) que nós prosseguíssemos na política do gado leiteiro, com o gado europeu, que já vinha sendo explorado há muito tempo, desde a época de Jerônimo, sem resultado nenhum porque nosso rebanho diminuía cada vez mais. Com a introdução do zebu, o rebanho aumentou extraordinariamente, porque o zebu é um gado muito rústico e por isso se cria com mais facilidade do que o gado europeu. Nós incrementamos também o cooperativismo. Fundamos diversas cooperativas, umas maiores, outras menores, inclusive uma para criadores de gado de corte, que funcionou em Vitória durante muitos anos e muito bem, mas depois acabou também.

Uma dessas cooperativas foi a de laticínios de Cachoeiro de Itapemirim. Naqueles anos de crise, Carlos queria evitar o perigo da monocultura, "o estado dependia do café, era o que garantia a sobrevivência do agricultor, embora ele produzisse milho, arroz, mas em quantidade pequena, que dava como manutenção, ainda assim mal, mal. Foi muito difícil por causa do costume que se tinha de plantar café. Eles só queriam plantar café, era o que dava".

A cidade de Vitória entrou em pânico, em 1926,[89] quando chegaram os animais para a Primeira Exposição, que se realizou na então Fazenda Maruípe: os bois foram retirados do trem, colocados em batelões para a travessia da baía e, nas ruas, invadiram casas comerciais e praças, provocando corre-corre. O responsável fora o diretor de Agricultura, Terras e Colonização, que ocupava o cargo desde 1924, o agrônomo Djalma Eloy Hees, filho de alemães, nascido em Petrópolis,[90] e que, após diplomado em 1919 pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em Pinheiral, estagiou durante dois anos nos Estados Unidos (de 1920 a 1922), no Iowa State College e na fábrica International Harvester, na época a maior fábrica de máquinas agrícolas do país. Fez um estágio também na Fazenda Experimental de Máquinas da mesma empresa, em Hinnsdale.

Djalma Hees teve muito trabalho no Espírito Santo: na Fazenda Maruípe montou um laboratório veterinário, pesquisando a vacina antirrábica porque naquela época a raiva

89 Antônio de Pádua Gurgel registra esse ano como 1936, o que parece improvável, já que Djalma Hees nessa época já estava em Cachoeiro. Cf. Gurgel, A. P. *Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda., 2000, p. 117. (FA)

90 Djalma Eloy Hees nasceu em 23 de novembro de 1898 e faleceu em Cachoeiro em 10 de setembro de 1994. (FA)

era uma epizootia e os animais dos principais municípios eram atingidos em larga escala. Os ensaios foram feitos com medula cerebral de cães: Cachoeiro, Serra, Cariacica, Santa Leopoldina enviaram rapidamente cães para a pesquisa. Houve época em que a Fazenda Maruípe mantinha cem cães aguardando a trepanação. No serviço de Colonização, Hees construiu, em Santo Antônio, Vitória, vários galpões amplos para alojamento de imigrantes. A uma firma polonesa foram doados dez mil hectares à margem do rio São José, em Colatina, onde se formaria o Núcleo Águia Branca, com imigrantes poloneses: construiu-se armazém, igreja, mas as terras foram invadidas por lavradores e "caboclos que migravam do nordeste".

Em 1934, Hees foi convidado a ocupar o cargo de inspetor do Serviço de Produção Animal do Ministério da Agricultura, em Cachoeiro. A partir da ideia de Lindenberg para aproveitamento da terra com a criação de gado leiteiro, Hees chegou a ter sessenta touros, emprestando-os para reprodução. Mais uma vez, os agricultores não aceitaram com facilidade touros das raças normanda, holandesa preto e branco e holandesa vermelho e branco, e, quando os aceitavam, não sabiam como tratá-los. Hees chegou a fornecer plantas e, finalmente, prêmios em dinheiro para construção de banheiros-carrapaticidas: conseguiu a construção de dezesseis no sul do estado.

Todo o queijo e a manteiga consumidos no Espírito Santo eram importados de outros estados, num serviço irregular, principalmente o fornecimento de leite. Hees propôs a Carlos quatro metas: fomentar a pecuária de leite; criar a indústria de laticínios para dar mercado ao leite; melhorar o rebanho; e melhorar a alimentação do gado. Já existia então o Sindicato Rural dos Criadores e Lavradores de Cachoeiro de Itapemirim. Como se considerava inviável o estabelecimento de uma indústria de laticínios em uma zona quente como Cachoeiro, Carlos deu a Hees recursos para visitar várias regiões do país e estudar as chances de viabilização da nova ideia. Depois de visitar uma fábrica de manteiga em Santa Maria Madalena, no estado do Rio, e uma usina de laticínios em Macaé, além das cidades de Palmira, Barbacena e Juiz de Fora, encontrou-se com Otto Frensel, velho especialista em laticínios, com muita experiência. Frensel sugeriu a criação de uma usina de laticínios com capacidade para oito mil litros-dia, o que forneceria leite à cidade de Cachoeiro e manteiga e queijo a todo o estado. A Secretaria de Agricultura assegurou a aprovação do projeto, insistindo que a usina deveria ser explorada por uma cooperativa: a Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim, fundada em outubro de 1938, com vinte associados, tinha inicialmente uma recepção de dois mil litros-dia.

O Sindicato Rural dos Criadores e Lavradores de Cachoeiro de Itapemirim fora fundado em setembro de 1934, na mesma época em que o estado recebera 18 mil réis por excesso da taxa de cinco xelins sobre o café, quantia que deveria ser distribuída entre os produtores, já que o Espírito Santo não tinha dívidas com o Departamento Nacional do Café. Hees lançou então a ideia de fundação de um Banco de Crédito Agrícola, "pois assim a taxa de cinco xelins seria bem aplicada, já que só os produtores de café teriam possibilidade de se beneficiarem de tal iniciativa". Começou-se a campanha, com alguns

pronunciamentos favoráveis na Assembleia Legislativa e, ao final, um encontro de lavradores, em Vitória, com o governador Bley. "O Sindicato Rural de Cachoeiro conseguiu levar perto de mil lavradores a Vitória, para ouvir o texto do decreto 6.639, que criava o Instituto de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo". O texto não agradou totalmente: o Sindicato Rural queria que o banco funcionasse sob forma cooperativista, tendo sede em Vitória e, no interior, cooperativas de crédito. Mas o essencial fora mantido: o presidente do banco seria eleito pelas cooperativas de crédito, das quais só poderiam fazer parte lavradores e criadores. O então secretário da Agricultura, engenheiro Jorge Kafuri, aceitou com relutância: o texto original foi modificado quando ele saiu da secretaria, nascendo daí o Banco de Crédito Agrícola do Estado, sob a direção direta do governo, e que mais tarde se chamaria Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes.

Hees insistiu durante muito tempo com sua ideia. Recorreu a Carlos, foram falar com o Bley ("sujeito besta", segundo Hees), houve muito "tra-lá-lá, tra-lá-lá", porém Bley continuava hesitando. Até que Napoleão Fontenelle informou a Hees e a seus seguidores que "seriam todos presos", não só por causa dos artigos que escreviam a favor de suas ideias integralistas, mas porque já era maio de 1938 e as ideias de Benito Mussolini encontravam-se proscritas no país, assim como as dos comunistas.

Uma facção do Partido Comunista organizara um movimento de frente popular chamado Aliança Nacional Libertadora, com 1.600 sedes locais até maio de 1935. Em fins de novembro do mesmo ano, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma quartelada, assassinando oficiais superiores, não conseguindo, porém, coordenar-se com os conspiradores do sul. Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi facilmente dominada. Em 25 de novembro, o Congresso, a pedido de Vargas, concedia o estado de sítio. Em dezembro, a Câmara dos Deputados aprovava três emendas constitucionais, autorizando o presidente a demitir sumariamente qualquer funcionário público, dando-lhe poderes sobre a promoção de todos os oficiais e o local onde deveriam servir, além de poderes "temporários de emergência". Em novembro de 1937, após o fechamento do Congresso, Vargas dava a si mesmo poderes autocráticos, prevendo um plebiscito dentro de seis anos para a escolha de um presidente.

Plínio Salgado e seus seguidores também se prejudicaram com a extinção dos partidos, mas, em maio de 1938, um pequeno bando de integralistas armados e ajudados por alguns militares não integralistas mas anti-Vargas atacou o palácio presidencial. Uma parte da guarda do palácio ajudou os atacantes, mas os legalistas socorreram Vargas e sua filha Alzira, de arma em punho, a conter os atacantes, até que chegasse a guarda militar. A organização foi desmantelada, os lideres presos ou exilados.

Djalma Hees foi preso junto com seus companheiros. Carlos, no entanto, arranjou um meio para que ele recebesse colchão, cobertores e até alimentação. Mas a Cooperativa custou muito a engrenar: a Secretaria de Agricultura construiu o prédio, comprou o

maquinário, mas "havia uma disputa entre alguns: uns queriam a cooperativa para si, para explorarem as máquinas, outros queriam explorar a cooperativa. Essa brincadeira durou uns dez anos, até que ela se acertou e hoje é uma grande potência", comenta Carlos Lindenberg.

Houve um município em que o incentivo à pecuária não deu certo: Domingos Martins, na época com propriedades de 25 e 50 hectares, por causa do terreno acidentado encontrava dificuldades na cultura do café. Apesar da "inundação de bois", não havia remédio para o combate ao berne: "o colono pegava fumo de corda, e fazia aquilo bem miudinho, botava em maceração, juntava depois óleo de baga para passar no boi, o bicho ficava tonto e caía". Otaviano Santos, fundador da Ação Integralista Brasileira local, pela qual se elegeu prefeito (seria nomeado para um segundo mandato por Bley, em dezembro de 1937, após o golpe de Vargas), cogitou uma solução: "Meu Deus, como é que vou arranjar matéria orgânica para esses colonos progredirem? Só tem um bicho que não dá berne: galinha, que tem pena". Carlos incentivou a ideia, promovendo exposições agropecuárias, tentando animar o lavrador.

Porém, um técnico americano, Frank Moore, foi contra, afirmando que "a avicultura no Brasil só acontecerá do estado de São Paulo para baixo, principalmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porque eles produzem soja, têm frigoríficos para farinha de carne e são grandes produtores de milho. Esse é o triângulo da comida de galinha. Por que vocês fizeram avicultura no Espírito Santo?" Havia uma única resposta, segundo Otaviano: "O senhor vai me desculpar, mas tem uma palavra em português que diz tudo: bosta".

Numa granja em Itaipava, Rio de Janeiro, comprou-se peru mamute, galinha carijó e galinha poedeira. Com Claide Cruz, que também tinha uma granja como Otaviano, a ideia cresceu, através da ajuda do interventor, que destinou cem contos de réis à Prefeitura de Domingos Martins. Teodoro Schwambach organizou uma granja, em seguida, na propriedade da família Kautsky e na do médico Moacir Ubirajara. Trouxeram tudo de trem, "vigiando os pintos para não fugir". A matéria orgânica ajudaria nesse crescimento, servindo para outras culturas.

Em 1935, o secretário Carlos recebeu carta de um amigo de Barra de São Francisco avisando que os mineiros estavam invadindo o estado através de Aimorés, inclusive nomeando policiais para vigiar as terras apossadas. Carlos comunicou-se com Bley, mas nada foi resolvido. Em 1938, o amigo tornou a enviar uma carta com o mesmo teor. Relembra Carlos:

— Então eu organizei uma caravana para irmos lá na região. Éramos eu, Otto de Oliveira Neves (prefeito de São Mateus, que naquele tempo incluía Barra de São Francisco), Wilson Cunha e Eugênio Cunha, e nos mandamos para lá. Antes disso, eu já tinha mandado Eugênio e Wilson para fazer a medição de terras no distrito de Barra de São Francisco e legitimar as posses das pessoas que requeressem as terras. Saímos de Vitória e chegamos em São Mateus e de lá, até Nova Venécia, seguimos de carro. De Nova Venécia fomos a cavalo, percorrendo centenas de quilômetros. Saímos às quatro da tarde e chega-

mos às seis da manhã em Nova Venécia. Fomos parar na casa de uma família italiana cujo chefe se chamava Justo. Não primava muito pela higiene. Fomos dormir na mesma casa como hóspedes novos, mas tinha muito piolho de galinha e não dormimos a noite inteira. No dia seguinte, descobrimos um monte de papel no quarto, uma galinha chocando, cheia de piolho. Eu lembro que dormi num colchão de palha e o resto nos montes de café mesmo. Viajamos o dia inteiro e a noite toda por uma picada que eu mandara abrir, pois não tinha nenhuma estrada naquela época. Fomos parar em Barra de São Francisco ao anoitecer. A Barra tinha naquela época seis ou oito casas. Ficamos lá na casa de um espanhol, uma casa de madeira, mais ou menos acomodados. Como estávamos podres de cansaço ficamos dois dias para depois prosseguir viagem.

O destino do grupo era Gabriel Emílio (hoje Mantena) e a serra dos Aimorés. Carlos queria conferir se era serra mesmo, porque alguns diziam que sim, outros negavam. Em Mantena, o secretário Carlos mandara construir três casas, uma escola e um posto de polícia para marcar o território como pertencente ao estado do Espírito Santo. Encontraram apenas um cabo de polícia, mais sua família e uma outra. Após o café, seguiram até Mantenópolis, hospedando-se na casa de um sobrinho de Getúlio Vargas:

— Um frio danado que fazia. No dia seguinte fomos verificar a cavalo o alto da serra (era realmente uma serra), que dividia o estado de Minas e o estado do Espírito Santo, mas os mineiros estavam querendo passar para o lado de cá, conquistando terras. Subimos em dois lugares e em todos os dois estavam passando mineiros. Lá em cima tinha um pau divisório. Depois fomos para Mantena, passamos um dia lá e procuramos um conhecido de Wilson Cunha, mas o camarada não quis nos receber, alegando que tinha sido ameaçado por um capitão da polícia mineira, porque, se ele recebesse os capixabas, quando voltasse ia levar uma surra. Desistimos e fomos procurar uma pousada num arraialzinho que tinha perto. Felizmente encontramos uma pousada e ficamos na Pensão Paulista. Chegando lá o camarada disse que daria dormida, mas comida não podia, pois sua mulher estava para dar à luz e por isso não tinha comida na casa. Fomos então comer na pensão mineira que era perto. Passamos lá uns dois dias, com uma impressão de insegurança absoluta, pois não tinha polícia, não tinha nada. Ali era a lei do mais forte. Basta dizer que na subida da serra, onde se dividiam as águas, lá para o lado de Minas, eu encontrei uma cerquinha que tinha mais ou menos dez metros quadrados. Então perguntei ao camarada que me acompanhava e que era de lá mesmo o que era aquela cerquinha e ele disse: Não é nada não, senhor, é de um camarada que no mês passado matou dois e a única obrigação do assassino é de enterrar o morto. Ele enterrou aqui e fez esta cerquinha para marcar o lugar. Eu disse: E onde ele está? O outro respondeu: Continua por aí mesmo, já cumpriu sua obrigação. Nós estávamos ali por nossa própria conta, e bancando os valentes. Conversamos muito, os mineiros muito desconfiados, uns achavam que aquilo ali era Minas, outros que era Espírito Santo, mas depois seguimos e fomos sair em Cachoeirinha,[91] onde íamos pegar o trem.

91 Hoje a cidade de Tumiritinga, em Minas Gerais. (FA)

Viajamos a noite toda e o dia todo e chegamos lá com os animais que não se aguentavam mais. Pegamos o trem e descemos.

No meio do caminho, o grupo encontrou um menino de treze anos tocando um porco muito grande. Carlos perguntou o que ele estava fazendo. O menino respondeu: "É que eu peguei uma empreitada para levar para o seu Mané em Cachoeirinha." Carlos disse: "E quando é que você vai chegar lá?" "Daqui a dois meses", respondeu o menino. "Daqui até lá o porco vai ficar magro", disse Carlos. O menino disse: "Mas mesmo assim, eu empreitei e tenho que levar." O menino pretendia chegar ao destino hospedando-se nas casas que encontrasse pela estrada. Ia com fome e com sede, era setembro, os rios estavam secos.

O grupo continuou a cavalo e, logo adiante, encontrou várias tropas carregando café em três lotes: dois na frente, no meio um sanfoneiro e atrás o último lote. Carlos perguntou: "Por que o senhor está tocando sanfona?" A resposta foi: "É para o burro andar melhor. Quando eu toco sanfona o burro anda melhor."

Na volta a Vitória, Carlos fez um relatório, pedindo ao interventor Bley e ao secretário da Justiça, Celso Calmon, para "colocar mais escolas, mais policiamento". A invasão, pelo menos por ora, fora contida.

Nessa ocasião, Carlos gostava muito de orquídeas e, após uma visita ao prefeito de Santa Teresa, Enrico Hildebrando Aurélio Ruschi,[92] foi convidado a visitar, no quintal da família, a coleção de orquídeas do irmão mais novo, Augusto, então com 22 anos.[93] Para chegar ao orquidário, era preciso passar pelo porão da casa, cheio de toscas mesas de madeira. Carlos quis saber o que significavam. Enrico Ruschi explicou: "Esse meu irmão tem mania de estudar. Coloca umas caixas de sapato em cima da mesa, com papeletas para classificar os bichinhos que ficam dentro. São borboletas, lagartas, um monte de bichinhos. Esse meu irmão é meio maluco, trabalha na prefeitura, faz uns gráficos lá. Ganha 150 mil réis e tem mania de colecionar esses bichinhos." Carlos observou todo o material e então

92 Político, militou certo tempo nos quadros da Ação Integralista Brasileira no Espírito Santo e ocupou cargos de destaque na administração pública estadual, a exemplo da pasta da Agricultura. (FA)

93 Sobre Augusto Ruschi, o site do Museu de Biologia Mello Leitão informa: "Nascido em Santa Teresa, a 12 de dezembro de 1915, Ruschi teve uma vida marcada pelo amor à natureza. Estudou diversas espécies de plantas e animais, tornando-se mais conhecido por seus estudos com orquídeas e beija-flores. Defensor incansável da natureza, teve papel fundamental na criação de áreas de conservação no Estado do Espírito Santo, além de alertar a sociedade sobre os impactos ambientais de grandes projetos industriais e os riscos de desertificação no norte do Estado. Faleceu em 3 de junho de 1986, e foi sepultado no Dia Mundial do Meio Ambiente, na Estação Biológica de Santa Lúcia, onde realizou várias pesquisas. Após seu falecimento, a Câmara dos Deputados concedeu-lhe o título de 'Patrono da Ecologia do Brasil'". Cf. http://www.melloleitao.iphan.gov.br/museuHistoriaAugusto.asp. Acesso em 15/08/2009. (FA)

disse: "Esse camarada não tem nada de doido. Por que você não o aproveita?" Ruschi respondeu: "Não mandamos ele estudar porque não podemos."

Carlos não conseguiu esquecer o "laboratório". No Rio, conversou com o biólogo Mello Leitão,[94] seu compadre (era padrinho de batismo de Carlos Fernando), muito influente no meio científico e que tinha ótimas relações com Heloísa Alberto Torres,[95] diretora do Museu Nacional. Rememora Carlos: Então eu falei com ele que tinha me aparecido um rapaz assim, assim, expliquei como ele era, descendente de italianos, que vivia fazendo coleção de bichinhos e me parecera um rapaz muito aproveitável: Veja se dá um jeito dele entrar no Museu para ajudar a doutora Heloísa e ganhar algum dinheiro para poder estudar e fazer carreira.

Dois anos depois, Mello Leitão avisou a Carlos: "Manda buscar sua preciosidade porque Heloísa tem um lugar para ele." Carlos enviou um telegrama para Vitória e mandou dinheiro para a passagem. Apareceu Augusto Ruschi, um rapaz de rosto pequeno, de olhos muito vivos, com um ar humilde e falando pouco. Heloísa Alberto Torres, uma senhora muito bonita, de cabelos grisalhos, "uma simpatia de pessoa", recebeu os dois. Carlos explicou-lhe como o descobrira. Ela quis saber com quem Augusto aprendera a classificação dos "bichinhos". O rapaz respondeu: "No ginásio. De vez em quando eu consulto a dona Stelinha, ela é que é minha professora." Ela perguntou: "E quem é dona Stelinha?" Carlos explicou: "É Maria Stella de Novaes,[96] uma professora de História Natural que se dedica muito a plantar, é minha parenta e gosta muito de biologia. Ruschi de vez em quando vai lá e conversa com ela."

---

94 Cândido Firmino de Mello Leitão (1886-1948), paraibano de Campina Grande, cientista que se distinguiu como zoólogo, especialmente no estudo dos aracnídeos, professor e escritor; de 1934 a 1941, publicou e traduziu diversos trabalhos para a Coleção Brasiliana. Cf. http://www1.capes.gov.br / estudos/dados/2004/32001010/040/2004_040_32001010043P1_ProjPesq.pdf. Acesso em 02/09/2009. (FA)

95 Heloisa Alberto Torres (1895-1977), diretora do Museu Nacional de 1938 a 1955, "esteve diretamente envolvida com diferentes campos científicos, especialmente na área de antropologia, arqueologia e etnologia, com a preservação e constituição do patrimônio histórico e museológico nacional e com políticas públicas indigenistas entre as décadas de 1930 e 1960. Foi personagem fundamental para a consolidação e institucionalização da antropologia e das ciências sociais no país e, por isso, tornou-se figura imprescindível para a compreensão e 'mapeamento' da história científica e intelectual no Brasil". Cf. http://www.pagu.unicamp.br/files/HAT/apresentacao.htm. Acesso em 18/07/2009. (FA)

96 Maria Stella de Novaes, conhecida como Stellinha, era filha do médico alagoano Manoel Leite de Novaes Melo e de Maria de Souza de Novaes Melo, Maria de Souza Monteiro em solteira. Nasceu a 18 de agosto de 1894 em Campos dos Goitacazes (RJ) no quarto do hotel onde seus pais estavam hospedados "em viagem do Rio de Janeiro para Cachoeiro de Itapemirim". Ficou órfã de pai aos quatro anos. Fez os estudos primários no Colégio Nossa Senhora da Penha em Cachoeiro. Em 1907 muda-se para Vitória em companhia da mãe e de um irmão, passa a residir junto ao tio, o bispo Dom Fernando de Souza Monteiro, e completa sua formação escolar no Colégio do Carmo, onde se forma normalista. Leciona para cursos de nível primário e secundário em diversas escolas vitorienses. Militante do feminismo e de causas da educação, é autora de vasta e pioneira obra nas áreas de biologia, folclore e história espírito-santense. Faleceu na capital capixaba em 8 de dezembro de 1981. Cf. Leite, J. L., op. cit., passim. (FA)

Heloísa, querendo se informar de tudo, perguntou se Ruschi trouxera algum documento. Ele apresentou uma pasta com seus trabalhos. Ela os examinou durante muito tempo e depois perguntou, mostrando uma página em que para Carlos só havia um monte de rabiscos: "O que é isso, seu Ruschi?" O rapaz respondeu: "É uma sistemática que eu organizei para os meus estudos." Heloísa então perguntou: "Quanto o senhor quer ganhar?" Carlos interferiu: "Isso não é com ele não, é comigo. Quanto a senhora pode pagar?" "Para começar eu pago um conto e duzentos", respondeu ela.

Para quem ganhava 150 na Prefeitura de Santa Teresa, 1.200 réis davam para se manter no Rio; e já no segundo mês Heloísa aumentou-lhe o salário para dois contos e quatrocentos. Em menos de dois meses, ele havia levado para o Museu mais de cinco mil espécies de plantas. Dois anos depois, voltou ao Espírito Santo para continuar os estudos, formando-se em agronomia. Conta Carlos Lindenberg:

— Ele continuou mandando espécies e enriquecendo o museu. Nessa ocasião descobriu uma espécie de sapo pequeno (o Museu tinha alguns espécimes) e levou uma porção desses sapos e também uma espécie de lagarta, porque havia só três espécimes no mundo e ele entregou nove de uma vez ao Museu, que tinha descoberto. De fato nesse negócio de descobrir coisas ele era de uma habilidade extraordinária. Nesse meio tempo já tinha também começado os estudos referentes aos beija-flores e realmente era o homem que mais conhecia beija-flores no mundo. Aí foi se desenvolvendo e mais tarde fundou o Museu Mello Leitão, estabelecendo relações com gente até do exterior. Foi um homem mundialmente conhecido pelos trabalhos com beija-flores, orquídeas, bichos. Ele achava que existe uma ligação entre o beija-flor e a orquídea. Uma vez passou um carnaval inteiro atrás de uma formiga. Havia uma formiga preta que a gente encontra na mata sempre sozinha. Mas ele achava que essa formiga não mora sozinha e sim com outras companheiras. Tinha um padre de Santa Catarina que afirmava que ela morava sozinha, que era uma formiga solitária. Pelo carnaval ele estava na mata procurando os bichinhos e encontrou essa formiga, foi acompanhando até que descobriu onde ela morava. De manhã, elas saíam cada uma por um caminho e de noite se reuniam para dormir no mesmo lugar. Isso serviu para contestar a tese do padre. Ele tinha coisas muito interessantes. Por exemplo, era inimigo de eucalipto, não admitia o seu plantio e achava que eucalipto cria desertos. Ele era contra a plantação em Aracruz, ao norte de Vitória, achava que aquilo tudo pode virar deserto, o eucalipto espanta pássaros, os bichos, essas coisas todas. Não sei se ele tinha razão, eu acho que o eucalipto é uma mata e como mata traz benefícios, mas ele achava que não, que eles estavam fabricando desertos para o futuro.

Durante o primeiro governo de Carlos Lindenberg, seu assessor Paulo Fundão se encarregaria de enviar todo o material coletado por Augusto Ruschi para o Museu Nacional. Fundão confirma: "Tudo quanto é material, mandava coleção de beija-flores, aqueles sapos que tinham fio nas costas, eu levava para o aeroporto, botava tudo num saquinho com medo deles fugirem dentro do avião".

Antenor Guimarães[97] começou suas atividades comerciais com um pequeno quiosque instalado no início da avenida República (na época rua do Canal), ao lado do mar. Depois comprou saveiros (umas chatas de ferro, largas, sem cobertura, que abicavam ao lado dos navios) e fez concorrência ao então todo poderoso Sr. Mesquita, proprietário da firma Mesquita & Cia. Os saveiros recebiam a carga na prainha e a levavam ao meio do canal, onde ficavam fundeados os navios (não havia cais do porto). Como o negócio era muito rendoso e controlava a estiva local, a firma Guimarães & Silva, surgida em 1888, virou Antenor Guimarães & Cia. Falecendo Antenor, seus filhos Oswald (que foi secretário da Fazenda em dois períodos), Oscar, Orlando e Alcides prosseguiram os negócios, monopolizando, em certo período (1930-45) o comércio de sal e gasolina, que eram descarregados na ilha da Fumaça, de propriedade da firma.

Muitas de suas atividades supriam a carência de serviços públicos, na área portuária e dos serviços de transporte (o agenciamento de vapores era então de vital importância na economia capixaba, como forma de ligação entre Vitória e Rio e outras praças). Em junho de 1908, por exemplo, organizou o transporte coletivo em tílburis e "vitórias" para o banho de mar na Praia do Suá. O serviço de lanchas criado pela empresa permitia o acesso de pessoas de Vitória à estação da Leopoldina Railway em Argolas. As mercadorias todas passavam dos navios para os saveiros e depois para os armazéns da firma, onde eram descarregadas. O embarque e o desembarque de mercadoria só se faziam através dos saveiros, porque o porto de Vitória não tinha cais acostável. Todo esse serviço era creditado à firma.

Em 1939, com o término das obras, o porto de Vitória ficou apto a entrar em funcionamento. Oswald Guimarães, então secretário da Fazenda, tinha interesse em arrendar os novos armazéns do porto. Aborreceu-se com Carlos, secretário da Agricultura (que fizera as obras), que queria que o estado os explorasse. Houve uma dissidência, Carlos enviou uma carta a Bley, pedindo demissão. Bley não aceitou o pedido, mas guardou a carta.

Carlos organizara uma concorrência para a construção do porto. Duas firmas ficaram em primeiro lugar: a Lage e a Gebara. Em terceiro ficou a Delfim, uma firma alemã. Os editais eram muito detalhados, exigindo muita segurança não só na parte financeira, como também na de garantia. Na hora da decisão, Carlos escolheu a firma alemã que, além

97 Antenor Augusto Ribeiro Guimarães "chegou a Vitória no dia 13 de junho de 1886" e "organizou a firma Guimarães & Silva [...] a 27 de junho de 1888". Foi negociante de destaque em Vitória no decorrer da Primeira República, dedicando-se ao ramo de agência de navegação; "sua firma desenvolveu-se rápida e seguramente". No final do século XIX torna-se maçom e, a partir de 1902, frequenta a Loja União e Progresso. Foi empreiteiro de obras no governo Jerônimo Monteiro, de quem era grande admirador. Faleceu no ano de 1931, em Vitória. Cf. Novaes, M. S., op. cit., p. 308-9. (FA)

da planta, apresentou documentos informando que seria protegida por bancos alemães, que também a financiariam. Antenor Guimarães & Cia. era a representante da Lage.

Quando voltou do Rio, em novembro de 1939, onde "tratava de interesses do estado", Carlos foi informado de que havia sido demitido "a pedido". Bley utilizou para isso a carta escrita dois meses antes. A incompatibilidade com Bley provocaria fofocas, como conta Carlos: "Até me acusaram do incêndio de outubro de 1939, quando a Secretaria do Interior e Justiça (que também funcionava no palácio) pegou fogo, junto com o *Diário Oficial*, que funcionava embaixo. Deixaram um papel perto do fogo e queimou uma parte da secretaria e muito pouca coisa da Secretaria da Agricultura, que eu dirigia. Mas tudo ficou mesmo só em conversa. A responsabilidade foi mesmo do *Diário Oficial*, como ficou comprovado depois."

Ao contrário da Primeira Guerra, não havia similaridade entre os adversários envolvidos na Segunda Guerra Mundial: este foi um confronto entre duas diferentes concepções de vida e política, não o choque de imperialistas equivalentes. A guerra foi travada entre vítimas e seus opressores, entre liberdade e ditadura, entre civilização e barbárie. Deixaria dez milhões de mortos só na Europa.[98] A guerra era agora mais aterrorizadora para a população, que também estava na mira de fogo, assim como os soldados. Cada lado tentou destruir o inimigo através do terror, arrasando sua economia e suas cidades. Varsóvia, Rotterdam e muitas outras cidades foram bombardeadas. Paris capitulou e escolheu viver, temporariamente, ajoelhada diante do inimigo. Embora bombardeada, Londres resistia. Nos países ocupados pelos alemães, a população só encontraria no mercado negro os suprimentos para sua sobrevivência. A pobreza trazida pela guerra foi fator importante para o despertar de sentimentos nacionalistas e do desejo de resistência. Desapareciam o café, o fumo, o açúcar, o algodão; bônus de carne eram trocados por um prato de sopa.

O Brasil vivia sob o Estado Novo, forma híbrida de fascismo (a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT é uma tradução da *Carta del Lavoro* italiana, e o INPS reproduz o *Istituto Nationale della Provvidenza Sociale*). Muitas funções, antes exercidas por governos estaduais e municipais, foram transferidas para a área de competência federal. Eliminou-se uma das maiores fontes de renda estadual: o imposto interestadual ("imposto de exporta-

98 Variam bastante as estimativas sobre os números de mortos por país durante a Segunda Guerra Mundial e estudos recentes promovem sua revisão. No entanto, é fora de dúvida que o total de mortes causadas pelo conflito no continente europeu superou de muito o indicado por Amylton, mesmo sem contar as perdas em vidas humanas sofridas no território da antiga União Soviética. Para maiores informações, consultar http://www.worldwar-2.net/casualties/world-war-2-casualties-index.htm; e http://en.wikipedia.org/wiki/World_War_II_casualties. Acesso em 26/11/2009. (FA)

ção"). O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), montado em 1938, melhorou os padrões administrativos, mas foi também um meio pelo qual Vargas podia aumentar o controle sobre a administração federal. O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP reunia os órgãos de propaganda oficial e os de censura à imprensa, além da polícia secreta. Surgia "o culto da personalidade". De repente, a música popular virou ufanista e "verde-amarela": nossas praias, nossas matas, nossos índios. Vingou-se no carnaval: em 1937, "Mamãe eu quero, mamãe eu quero mamá" – talvez porque uma das características das ditaduras seja o infantilismo cultural. Em 1938 nós tínhamos banana, "banana pra dar e vender / banana, menina, / contém vitamina / banana engorda e faz crescer". Em 1939, Lamartine Babo saudava "a lourinha dos olhos verdes / cor da nossa mata. / Salve a mulata, cor do café / a nossa grande produção". Em 1941, pedia-se ao patrão: "O senhor tenha paciência / é preciso compreender / sempre fui obediente / reconheço o meu dever / um atraso é muito justo / quando há explicação / sou um chefe de família / preciso ganhar o pão".

Em Vitória, de 1939 a 1945, ninguém discutiu política, conforme afirmou o interventor Bley, que ficaria no cargo até 1943. Aproveitou o silêncio e a propaganda oficial para construir o Hospital dos Servidores Públicos, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, a Colônia de Itanhenga para isolar os portadores de doenças contagiosas, o Preventório Alzira Bley para os filhos dos leprosos isolados, a Granja Eunice Weaver para os jovens de dez a dezoito anos, o Asilo dos Velhos, um patronato para o menor abandonado, além de doar o terreno e elaborar o projeto de construção do Sanatório Getúlio Vargas para abrigar os tuberculosos. Criou também a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa.

O Espírito Santo não sofreu muito com a crise de 1929: nos anos da depressão continuou exportando seu café, que, em função de qualidade inferior e baixo preço, era usado na formação dos *blends* europeus e norte-americanos.[99] Em 1943, Bley anunciou o desenvolvimento do cooperativismo no Espírito Santo, com cooperativas em São José do Calçado, Muqui, Alegre, Cachoeiro e duas em Vitória, sete de produção espalhadas por diversos municípios e cinco agrárias mistas, localizadas em cinco comunas. Durante a guerra, houve um racionamento de gasolina: dos trezentos automóveis existentes em Vitória, só podiam trafegar os carros públicos, de médicos ou de hospitais. Havia racionamento de açúcar, de banha, de quase todos os produtos, pela dificuldade de transporte e pelo bloqueio de navios mercantes. Vitória era "uma ilha de funcionários públicos indolentes, com uma pequena aristocracia de beira de cais e de porta de palácio".

Depois que deixou a Secretaria de Agricultura, Carlos foi convidado pelo irmão Fernando para trabalhar em seu escritório de advocacia, onde se colocou uma mesa a mais para ele. Em 1940 passou a ser superintendente da agência do Banco do Distrito Federal em Vitória, a partir de sua inauguração (mais tarde, por problemas na sede no Rio, a agên-

99 Sem contar que esses cafés inferiores também eram destinados a consumo no mercado interno brasileiro ou adquiridos por produtores de outros estados para serem destruídos (por queima ou lançamento ao mar) na chamada "quota de sacrifício". Cf. Achiamé, F., op. cit., p. 66. (FA)

cia foi fechada). Em 1941, prestou serviços avulsos de advocacia, até que Dom Helvécio Gomes de Oliveira conseguiu com o presidente Vargas sua nomeação para a presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, que ele instalou e onde ficaria até 1946.

Vitória tinha quarenta mil habitantes no início da década de 1940, mas "todo mundo se conhecia". A rádio Espírito Santo, PRI-9, *Voz de Canaã*, dirigida pelo escritor Ciro Vieira da Cunha, apresentava programas como *Sinfonia inacabada*, *Serenata para você*, *Velhas melodias*, *O programa que você quer*, *A crônica do dia*, *Rádio esportes capixabas*, *O seu jornal*. Publicavam-se poesias nos jornais, comentavam-se namoros ("O jovem moreno, que trabalha no comércio, iniciou uma história lírica ali em Santo Antônio. Certamente, pelo que ouvimos dizer, a cousa é séria"). A cadeia pública registrava entre treze e quinze pessoas presas. Os jovens se reuniam no Café Estrela, à tarde; à noite, no Café Avenida, ambos na praça da Independência. Ainda resistia o *footing* na pracinha. Os cinemas Glória e Carlos Gomes reuniam a classe média e o Politeama, de madeira, os mais pobres e as crianças para as matinês e os seriados. Tolerava-se a prostituição: as "casas das meninas", na rua Duque de Caxias, nos números 120 e 130 da rua General Osório e no Formigueiro, na então distante Praia do Suá.

Todo mundo conversava sobre a guerra, na falta de outro assunto: o país poderia entrar no conflito. Em 1941, *O Liberal*, jornal oficial, anunciava que "o Brasil, fiel a seus compromissos, declara solidariedade aos Estados Unidos", que acabavam de entrar na guerra. A Raymond Morrison Knudsen, do Canadá, empregava centenas de operários para retirar dormentes e assentar trilhos e contratava ginasianos que falavam inglês. Prosseguiam as obras do porto de Vitória, iniciadas por Carlos Lindenberg, e a construção do *Péla Macaco*, o novo cais de minério do outro lado da baía, no morro do Atalaia: o transporte marítimo seria facilitado. Toda a população saiu à rua para a inauguração do ramal ferroviário do porto de Vitória; além disso, prolongou-se o cais e acrescentou-se um novo armazém.

Comentava-se à *bocca chiusa* que o interventor Bley sairia do governo para ser o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, constituída em junho de 1942, através do decreto 4.352, para extrair, transportar e comercializar o minério de ferro das jazidas de Minas Gerais: uma questão de estratégia no contexto da Segunda Guerra. O mercado bélico aliado seria abastecido com ferro brasileiro através do porto de Vitória. Em março de 1942, o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra assinaram um acordo, selando a aliança EUA-Brasil, com um financiamento de catorze milhões de dólares, através do Eximbank, para exploração das minas. A CVRD formou-se da Itabira Iron Company e de sua concessão no Brasil. A Estrada de Ferro Vitória a Minas ligaria as minas à cidade de Vitória. A empresa foi criada no sistema de economia mista, em que o governo brasileiro, com maioria de ações, se associava a particulares para realização do empreendimento, com direção conjunta de brasileiros e americanos; inicialmente, o Brasil ficou responsável pela construção do porto de minério em Vitória e pela exportação de, no mínimo, um milhão e meio de toneladas de minério anuais, além do reaparelhamento da ferrovia Vitória a Minas. Bley deixaria o governo do estado para participar da diretoria só em 1943.

Como todo mundo se conhecia, era fácil dizer, com respeito, que Fulano era comunista, Beltrano, integralista. No início da década de 1940 esses rivais se cumprimentavam a distância. Na década de 1930, o integralismo teve muitos adeptos no Espírito Santo devido à imigração italiana e alemã, principalmente em Castelo, Santa Teresa, Cachoeiro. Usavam camisa verde, "boina da mesma cor, com bandeiras". Gritavam muito, faziam "umas patacoadas até muito bonitas". Certa ocasião foram fazer uma reunião em Cachoeiro e Waldemar Mendes de Andrade (advogado, depois desembargador, considerado comunista por sua oposição ao integralismo)[100] recebeu toda a turma de revólver na mão: colocou todo mundo dentro de um caminhão e mandou embora da cidade. "Ele sozinho." Com isso, o filho de Olímpio Pereira, dono de um hotel em Cachoeiro, "rapaz muito simpático", resolveu ir pregar em outro lugar. No Colégio Salesiano, o padre Ponciano Stenzel discursava para os adolescentes. Aldemar Oliveira Neves pregava em São Mateus (primeiro foi do PSB, depois tornou-se integralista e terminou comunista), junto com Érico, seu irmão. Todo mundo se conhecia: "aquele Jaime da farmácia" aplicava injeções em Dodona, a tia de Carlos, toda vez que ela passava mal em sua casa perto do palácio. Uma vez Carlos lhe perguntou de brincadeira, porque os dois eram muito amigos: "Jaime, e se mandarem cortar o meu pescoço?" Mas o outro foi frio o suficiente para responder, seguindo as ordens do partido: "Está cortado, doutor Carlos. Se o partido me mandar cortar, está cortado, não tenha dúvidas não senhor."

Todo mundo se conhecia: Musso era aquele rapaz de Aracruz, também comunista. Tinha o apelido de Cavalo de Índio (os filmes de faroeste continuavam extremamente populares), por causa do rosto muito pintado, branco, "com umas manchas mais brancas ainda, aquela doença de fígado".

Hermógenes Lima Fonseca,[101] um dos telegrafistas da Western, conheceu Carlos Lindenberg aos 23 anos, quando já era presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Em-

100 Nasceu em Natividade de Carangola, Minas Gerais, em 22 de abril de 1912, tendo se transferido ainda jovem para Cachoeiro, onde exerceu atividades de advogado e professor. "Em 1946 elege-se deputado estadual constituinte, destacando-se de forma brilhante pelo esforço de redação da Constituição estadual aprovada em 1947. Foi ainda presidente da Assembleia Legislativa no biênio 1948-49. Jurista brilhante, após se afastar da política continuou suas atividades de magistério e de consultoria jurídica a várias firmas privadas, e apesar do seu afastamento continuou a exercer forte influência política nas décadas de 50 e 60". Foi também cronista e ensaísta, tendo se aposentado no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Waldemar Mendes de Andrade faleceu em janeiro de 2003. Cf. http://www.sefaz.es.gov.br /painel/Vultos67.htm. Acesso em 14/05/2009. (FA)

101 Nasceu no dia 12 de dezembro de 1916 em Conceição da Barra. Contador, sindicalista, político, jornalista, escritor e folclorista, autor de importantes pesquisas sobre a cultura popular capixaba e brasileira. Em 1956, "como político e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi eleito vereador (pela sigla do Partido Republicano, visto que o PCB já havia voltado à ilegalidade) de Vitória com a maior votação proporcional da história do município até os dias de hoje, obtendo aproximadamente 10,45% dos votos válidos". Foi presidente da Comissão Espírito-santense de Folclore e publicou diversos trabalhos abordando temas folclóricos e reminiscências. Hermógenes Lima Fonseca faleceu em 16 de maio de 1996. Cf. http://www.sefaz.es.gov.br/painel/folc13.htm. Acesso em 17/04/2009. (FA)

presas Telegráficas. Exatamente no dia em que fora exonerado da Secretaria de Agricultura, Carlos passou um telegrama a amigos no Rio, comunicando o fato. Estava constrangido, meio agitado e acabou revelando as razões: não compactuava com as coisas que o governo esperava que ele fizesse (o edital para favorecer a firma Antenor Guimarães & Cia) e discordava inteiramente da queima do café. Hermógenes ficou escutando o relato para concluir que "ali estava um grande homem". Fatos posteriores lhe dariam a certeza disso.

Aos dezoito anos, Hermógenes fora preso pela primeira vez e levou "dedo na cara", isto é, o chefe de polícia, Eurico,[102] o prendeu, como membro de sindicato, e lhe dissera: "Tá começando muito cedo, hein?" Todos os comunistas foram presos em 1936, inclusive os que se consideravam apenas "anarquistas convictos". Um soldado informou, após uma visita à sede do partido: "*Panhamos* uma porção de livro que estava lá." Eurico, que "era metido a estudar cosmogonia" e pretendia escrever um livro sobre o assunto, quis logo saber: "Que negócio de livro é esse? Traz aqui." Enquanto esperava, Eurico começou a contar episódios da história, mas só sabia até a Revolução Francesa. Quando os livros chegaram, ele perguntou a Hermógenes: "Esses livros são seus? Há muito tempo que estou tentando comprar, tudo precioso. Só devolvo depois de ler todos eles."

Nunca os devolveria. Hermógenes se constrangeu porque o partido organizava "ciclos de leitura para elevação do nível cultural" dos operários que, embora analfabetos, comentavam Marx e Lênin. Nesses ciclos, Hermógenes "colocava na cabeça da turma" que "comunista devia ser o campeão da amizade e no trabalho tinha que ser o primeiro lugar, o primeiro a chegar, o mais eficiente, porque senão não tinha autoridade para discutir com o patrão".

Em 1935, durante a greve geral decretada pelo partido, todos os operários fizeram uma concentração no alto da rua 7 de Setembro, em frente à Convertidora (subestação da empresa de energia elétrica).[103] Um tenente trouxe recado do chefe de polícia: "Olha, ele mandou dizer que daqui a pouco ele mesmo vem dissolver esse negócio todo". Quando a polícia realmente chegou, não havia mais ninguém: todos fizeram assembleias permanentes nas sedes dos sindicatos (estiva, docas, construção civil). Num deles, quando todos os presentes assinavam o ponto, levantou-se um rapaz: "Senhor presidente, peço a palavra." Foi-lhe dada: "Palavra lá ao companheiro." O rapaz disse: "Senhor presidente, quando saí de casa eu disse à mamãe: se até às dez horas eu não *vortar*, eu tô na mão daqueles *burgueis* desgraçados." O presidente declarou: "Muito bem. Reforça lá a palavra do companheiro."

Os primeiros anarco-sindicalistas a chegar a Vitória foram os imigrantes espanhóis e portugueses. Eram calceteiros, exímios mestres em cantaria, desenhando na pedra as casas mais belas de Vitória, que resistiriam até a década de 1950, quando foram substituídas por outro tipo de arquitetura. Com a participação de trabalhadores livres na orla marítima,

---

102 No original há um espaço em branco no lugar do sobrenome dessa autoridade. (FA)

103 No local está a nova sede do Arquivo Público do Estado, ao lado do Palácio da Fonte Grande; a empresa era a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica. (FA)

os anarco-sindicalistas capixabas passaram a manter uma organização, com reuniões operárias e caixas mútuas. Aos domingos, colocavam "o terno de ver a Deus" e, de gravata, iam para suas reuniões, seguindo a *Lei da Sociedade*, pela qual pautavam as normas de trabalho. A organização de trabalho das docas e da estiva manteve-se durante longo tempo, mas, com a criação dos sindicatos por Vargas, durante o Estado Novo, os trabalhadores reagiram com uma atitude a que chamavam resistência – recusa da interferência oficial na organização sindical. Eles se identificavam assim: "Eu sou da resistência".

Era a turma do "bravo meu mano", do "pega junto e vai arriar igual", através da Lei do Rodízio, quer dizer, o rodízio no trabalho: o operário escolhia seu turno de acordo com o câmbio, isto é, o último dia em que todos haviam trabalhado; por exemplo, no dia 15, o câmbio é 15. Esgotado aquele câmbio, vinham 16, 17, até chegar ao próprio dia. Havia os fiscais – o geral, a maior autoridade na beira do cais –, o fiscal dos ternos, os fiscais alvoradas, os operários nomeando um e outro.

Hermógenes entrou para o Partido Comunista através de Filadelfo Barraquinha, anarquista tradicional que, como os outros do cais, resolvera ingressar no PC através da Aliança Libertadora Nacional, de Luís Carlos Prestes, em 1935. Apesar de analfabeto, tinha uma eloquência extraordinária. Quando chegava o jornal do partido, ele convidava Hermógenes na Western: "Capitãozinho, chegou o jornal do partido". Também em 1935, durante as assembleias, Zé do Saco, que era fiscal geral, entrevistava os novatos: "Já leu romance? Conhece *Canção de Fogo*? *Zé do Telhado*?" Quatrocentos e oitenta conheciam: eram migrantes nordestinos.

Em 1938, quando morreu Lampião, o rei do cangaço, Filadelfo Barraquinha, todo gordinho, de capote nas costas, "com jeito de cobra que perdeu veneno", procurou Hermógenes pela cidade inteira: havia chegado o jornal do Partido. "Tem colégio hoje?" perguntou ele a Hermógenes, que estudava à noite. "Bom, colégio tem, né? Mas se tem aula eu não sei", respondeu Hermógenes. Filadelfo acrescentou: "Então, se tem colégio, não vai ao colégio, que chegou o jornal do Partido e fala sobre a morte de Lampião. Tem dez companheiros hoje. É lá no saveiro número 7."

O vigia já conhecia Hermógenes: vigiava, dava sinal, abria uma tampa, segurava para Hermógenes descer, com uma vela acesa. Ele lia o jornal das 19 horas até uma da manhã para os estivadores; lendo e relendo, esperando os protestos terminarem para continuar. Filadelfo era o mais exaltado: "Cambada". Em seguida pedia: "Agora lê o jornal da burguesia (geralmente *O Liberal*), mas lê só por cima".

No dia seguinte, na beira do cais, Filadelfo contava a outros estivadores "a verdadeira história" da morte de Lampião: oitenta por cento dos estivadores eram nordestinos, alguns haviam até participado de seu bando. À tarde Filadelfo avisou: "Não tem colégio outra vez". Por causa do número de ouvintes, a reunião passou a ser no boteco do Davino. Às 19 horas fecharam as portas e Hermógenes começou a ler. Mas a polícia descobriu e mandou levantar as portas: "Que que vocês estão lendo aí? Que negócio é esse?" "Nós estamos lendo

um troço aqui", disse Hermógenes. "Se você acha que o problema é a porta fechada, então nós vamos ler de porta aberta." Um detetive nordestino, "doido para saber o que era que estava sendo lido", afirmou: "Então tá. Amanhã vão ler de porta aberta."

No dia seguinte, o boteco lotou, com a presença da polícia, incluindo dois soldados nordestinos, também migrantes. Hermógenes começou a ler até que um deles disse aos outros policiais: "Vem cá ouvir, que a verdade é essa aí. Como é que é esse jornal aí?" "*A Classe Operária*", explicou Hermógenes. "É aí é que tá a verdade. Como é que é esse negócio de facínora?" "Bandido", explicou Hermógenes. "E eu sou facínora?" perguntou o soldado, que havia integrado o bando de Lampião.

Em março de 1937, uma comitiva paulista veio a Vitória para fazer campanha para a presidência da República (concorriam Armando de Sales Oliveira, apoiado pela União Democrática Brasileira, e o romancista paraibano José Américo de Almeida, antigo tenentista). Houve comício na praça Oito de Setembro. No meio do povo, Filadelfo, incomodado, disse: "Eu peço a palavra. É um *estiveiro* que vai falar." No palanque, explicou ao público: "Primeiro que tudo eu quero dizer que sou *anarfabeto*. Só sei fazer o O com o copo,[104] mas nesse negócio aí de Zé Américo eu sei porque sou conterrâneo dele." Após uma defesa inflamada, terminou convocando: "Porque, minha gente, as *arma* nós já *temo*, só tá fartando munição que *vamo* receber qualquer dia desses."

No dia seguinte, Filadelfo foi convocado imediatamente à delegacia pelo delegado Machado Guimarães (também migrante pernambucano). Colocou a *sabida* (um capote que se comprava de soldados do Exército, tingido de marrom, com um bolso grande, onde os operários guardavam restos de feijão, pedaços de carne etc., e que se chamava *sabida* porque com ela passavam essas coisas na Alfândega) e foi lá: "Pronto, doutor delegado, tô aqui." O delegado ordenou: "Senta aí. Você vai me dizer o seguinte: você disse ontem lá no comício que já tem as armas e as munições vocês vão receber. Como é esse negócio aí? Me explica." Filadelfo Barraquinha deu uma *gaitada* (gargalhada) e explicou: "Mas, doutor, todo mundo entendeu, só o senhor não entendeu, doutor? As *arma* é o título de eleitor que nós *temo* e a munição é o voto que nós vamos *votá* no Zé Américo. Ou não é em Zé Américo?"

Filadelfo era analfabeto, porém votava: sabia escrever o nome. Hermógenes passou meses ensinando a ele, no boteco do Davino. Primeiro escrevia o nome, para ele cobrir por cima. Quando ele aprendeu, comentou: "O cara mais inteligente do mundo foi quem inventou *soletrá fósco* (fósforo), porque é assim: apegociposo, pegociposo, pegociposo, perociro: *fósco*."

---

104 "Não faz o O com o copo" era uma expressão da época, provavelmente remontando ao período em que se usava a palmatória nas escolas primárias, significando a pessoa que, na dificuldade de aprender, fazia com o lápis um círculo em torno de um copo. (AA)

Embora todo mundo se conhecesse, houve um instante, em 1942, em que a cidade – embora fundada por imigrantes portugueses – estranhou italianos e alemães: submarinos nazistas torpedearam os navios brasileiros *Baependi*, *Aníbal Benévolo*, *Araraquara*, *Itagiba* e *Aras*. O que era híbrido ganhou uma definição: exigiu-se uma declaração de guerra, o país passaria a apoiar os americanos (que, segundo se espalhou na época, sem confirmação posterior, haviam ordenado o ataque). Na sequência dos fatos veio o quebra-quebra de lojas alemãs na cidade, como a Bayer, saqueada de seus remédios, e o Empório Capixaba, dos italianos Cinelli. "Se não eram nazistas, eram simpatizantes", isto é, *quinta-coluna*, o nome que se aplicava aos traidores. O povo aproveitou para saquear bicicletas, artigos de louça, perfumaria e cerâmica, máquinas fotográficas e datilográficas, brinquedos, faqueiros, e todo o estoque de sabão da fábrica Iori[105] (também de italianos). O interventor divulga nota pedindo calma, confiando no "pacifismo do brasileiro", pois o presidente Vargas tomaria as medidas que "nossa honra ofendida reclama".

O Consulado Alemão foi inteiramente danificado, assim como a escola de língua alemã que mantinha no andar térreo de seu prédio na rua General Osório: a casa ao lado, de um velho cego, foi também depredada. Ele mesmo acabou atirado à baía. Foram poupadas algumas casas particulares – as dos alemães Nicolau von Schilgen e Sofia Müller e a do italiano Mário Petrocchi – e a loja São Nicolau (também de italianos). Uma casa de alemães pobres foi incendiada na Vila Rubim e um menino de seis meses morreu queimado. A polícia interveio, mas foram apedrejadas lojas e casas comerciais das famílias De Biase e Vivacqua, italianas. No interior, alemães e italianos foram presos e detidos no Sanatório Getúlio Vargas, em Vitória.

Henrique Meyerfreund[106] veio para o Espírito Santo no início do século como imigrante, contratado por um conterrâneo, de Baixo Guandu, para plantar café. Atacado de impaludismo, foi internado na Santa Casa de Misericórdia e "saiu curado e limpo, apenas com a roupa do corpo". Arranjou um barracão para morar num lugar chamado Cantinho, em Vila Velha, onde existia outro enorme barracão, de propriedade da firma Arens & Langen. Alugou-o para fabricar balas em tachos de cobre, que ele e a mulher, de bicicleta, saíam vendendo nos bares e botequins. Desistira do café e recorrera à mesma atividade de sua família na Europa. Mais tarde comprou uma motocicleta para o transporte das balas e bombons.

Quando o pai morreu na Alemanha, ele conseguiu que a família transferisse para o Brasil o maquinário da fábrica do pai (ao que tudo indica, a família sofreu represálias do governo alemão por ter concordado em mandar o equipamento). Henrique constituiu

105 Situada no bairro de Santo Antônio, Vitória. (FA)

106 Segundos dados fornecidos pelo Centro de Documentação e Memória da Chocolates Garoto, Henrique Meyerfreund nasceu a 7 de julho de 1901 em Rehme, vila com cerca de dois mil habitantes na Westfália, norte da Alemanha. Chegou ao Brasil em 24 de julho de 1921. A firma H. Meyerfreund e Cia. foi fundada em 16 de agosto de 1929 e localizava-se inicialmente na Prainha, Vila Velha. Em 1962 a razão social passou a ser Chocolates Garoto SA. Faleceu em Vila Velha, no dia 11 de junho de 1973. (FA)

uma firma – a Fábrica de Chocolates Garoto S. A. – e, junto com um sócio, conversou com diversas pessoas na Alfândega do Rio, "gastou até um dinheirinho", porém não conseguiu liberar o maquinário, essencial para o desenvolvimento da fábrica.

Foi aí que ele procurou Carlos Lindenberg, então deputado federal constituinte no Rio, através de uma carta de apresentação de Eugênio Pacheco de Queiroz, cunhado de Carlos, nascido e criado em Vila Velha. Contou que a firma despendera dez contos de réis para retirar o equipamento, há dois anos na Alfândega, e que agora incluía impostos muito altos. A firma queria isenção dos impostos e liberação do equipamento. "Não podemos pagar e há interesse do estado de que a fábrica funcione," esclareceu. "Vou estudar o assunto", informou Carlos. "Volte daqui a três dias."

Na Alfândega, o "funcionário categorizado", um certo Badenes, ouviu a explicação, pegou um manual e começou a ler todos os artigos, para no final explicar que Carlos teria que requerer ao presidente da República: só o presidente Vargas poderia dar a isenção, "mas acho que ele vai lhe dar a fábrica", disse Badenes. Em casa, Carlos redigiu a petição, os sócios Henrique e Ernesto assinaram, Getúlio leu toda a papelada e disse: "O senhor protocole, passe no Protocolo e protocole o requerimento". Três meses depois o *Diário Oficial* publicou a liberação das máquinas e a isenção dos impostos e também das taxas.

Meyerfreund voltou quando Carlos era secretário da Agricultura: a firma Arens & Langen, sabendo que ele havia sido beneficiado com a isenção, exigiu um aluguel proibitivo. A firma pediu de volta o barracão e Meyerfreund não tinha terreno para construir sua fábrica. Carlos sugeriu que montasse a Garoto num barracão velho no bairro da Glória, também em Vila Velha: ali funcionara uma fábrica de ladrilhos da Pacheco & Cia., que deixara no local uma chaminé. E aconselhou: "Esse prédio tem um problema de invasão. Examine e vamos ver o que se pode fazer."

O terreno serviria, após uma reforma (as famílias foram transferidas para outro lugar), mas Henrique não possuía recursos para tanto. Carlos disse: "Vou nomear uma comissão para avaliar o preço do terreno. Enquanto o processo vai andando você vai consertando a antiga fábrica."

O prédio foi avaliado em nove contos de réis e o terreno em duzentos réis o metro quadrado, que era o preço em vigor para a região. Carlos acreditava que a fábrica daria emprego a muita gente e, com o seu crescimento, o estado receberia impostos maiores. Por isso propôs: "Você vai pagar 4.500 contos de réis pelo barraco e cem réis o metro quadrado do terreno. Quantos metros você quer?" Meyerfreund respondeu: "Cinco mil metros quadrados." Carlos discordou: "Não, vão ser dez mil metros quadrados e ainda vai ser pouco para a sua fábrica." O outro hesitou: "Isso é muito, doutor Carlos, não posso pagar." Carlos tranquilizou-o: "Você vai pagando em prestações e vai montando a fábrica. Enquanto isso o processo vai andando."

Em agosto de 1942, o povo ameaçou também queimar a fábrica de bombons porque Meyerfreund era alemão. Eugênio Queiroz pediu ajuda ao Exército. Enquanto não chegavam os soldados, ele mesmo, "pequenino daquele jeito", enfrentou o grupo agitado: "Aqui ninguém entra, isto é um patrimônio nosso, está dando trabalho a muita gente, aqui ninguém entra."

Com isso, a fábrica foi salva do incêndio e da depredação. Anos depois, Meyerfreund procurou novamente Carlos: não pagara ao estado porque ninguém cobrara. Por isso foi protelando, movimentando o dinheiro. Quando foi pagar no cartório, o major Besouchet, veterano de Guerra do Paraguai, disse que a fábrica não era de sua propriedade porque nem existia processo. "Mas como?" quis saber Carlos. "Como não existe se fui eu quem fez?" Meyerfreund explicou: "Sabe o que ele me disse, doutor? Que tinham queimado o processo. Porque sou alemão e ele não queria que eu ficasse com a fábrica." Carlos foi obrigado a reconstituir todo o processo e levá-lo em mãos ao cartório para "passar a escritura", com direito à isenção do imposto de transmissão que o estado também garantia.

Com a entrada do Brasil na guerra, Vitória conheceu mais americanos. As crianças se divertiam na pedra do cabo submarino (através do qual os vitorienses tomavam ciência do andamento da guerra): entre duas pedras, localizava-se o cabo, que se estendia da praia de Santa Helena até à ilha do Boi, seguindo para o Recife e depois para os Açores. A baía era permanentemente vigiada à procura de submarinos inimigos.

"Pelo Brasil, pela América, pelas Nações Unidas, pela Justiça e pela Liberdade", surgia em janeiro de 1943 a Sociedade Amigos da América, logo apelidada em Vitória de Sociedade Amigos da Amélia, numa referência ao samba *Ai que saudades da Amélia*, que fizera sucesso no carnaval do ano anterior. Também em janeiro de 1943 Jones dos Santos Neves substituiria Bley ("um homem sério, mas sem prática política, não conseguindo apoio popular para o seu governo, apesar de suas realizações administrativas") na interventoria. Como ocorrera antes, o estado de guerra autorizava frequentemente a suspensão ou supressão de direitos privados e políticos.

Mas, em outubro de 1943, Minas Gerais rompe o silêncio da censura com o *Manifesto dos mineiros*, lançado por um grupo de banqueiros desgostosos com a desapropriação das ações do Banco Hipotecário e Agrícola. Conclamava o povo mineiro "a se unir contra os ressentimentos, interesses e comodidades, sob os ideais vitoriosos de 15 de novembro de 1889 e reafirmados solenemente em outubro de 1930, a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América e de todo o mundo".

Em 1944, desembarcava na Itália o primeiro contingente das Forças Expedicionárias Brasileiras, seguindo-se mais quatro, num total de 25 mil homens, grande parte oriunda do interior do país. No mesmo ano, a Sociedade Amigos da América era fechada pelo chefe de polícia Coriolano de Góis, o que provocou o pedido de demissão de Osvaldo Aranha do seu cargo de ministro do Exterior. O jornal *Correio da Manhã* rompe a censura do DIP e publica uma entrevista com José Américo de Almeida, afirmando que "a hora da democracia havia soado, era necessário convocar novas eleições, de acordo com o ato adicional da Constituição, a fim de que o povo pudesse escolher livremente os seus candidatos". Numa série de entrevistas no mesmo mês trata-se de anistia, Constituinte, fim da censura e outras reivindicações proibidas até aquele momento. Em abril de 1945 é publicado o decreto que concede anistia total aos exilados e presos políticos em geral. Os "pracinhas" voltam da Itália, termina a Segunda Guerra Mundial com comemorações nas ruas.

Getúlio manobra para se manter no poder e contra-atacar todas as pressões. São seus principais partidários os interventores nos estados e parte das Forças Armadas. Para dividir a oposição, Getúlio incentiva a candidatura do ministro do Exército, Eurico Gaspar Dutra, mas, nos meses seguintes, vai ficando cada vez mais isolado. Em agosto de 1945 multiplicam-se os comícios *queremistas* (do *slogan* "Queremos Getúlio") e um decreto marca para janeiro de 1946 eleições para presidente da República.[107]

O dispositivo militar pró-Getúlio abandona-o e, sob a direção do general Góis Monteiro e do próprio Dutra, desencadeia-se o golpe, com a deposição do ditador em 29 de outubro. Cai a ditadura e o governo federal nomeará uma série de interventores para o Espírito Santo:[108] José Rodrigues Sette (27 de outubro de 1945 a 6 de novembro de 1945); Otávio de Carvalho Lengruber (de 6 de novembro de 1945 a 27 de fevereiro de 1946); Aristides Alexandre Campos (de 27 de fevereiro a 8 de junho de 1946); Ubaldo Ramalhete Maia (substituto, de 8 de junho a 14 de outubro de 1946), Moacir Ubirajara da Silva (de 14 de outubro a 24 de novembro de 1946), Ciro Vieira da Cunha (substituto, de 26 de novembro a 12 de dezembro de 1946) e outra vez Moacir Ubirajara da Silva (de 12 de dezembro de 1946 a 29 de março de 1947). [109]

---

107 Em agosto de 1945, quando a ditadura de Getúlio Vargas já estava em crise irreversível e explícita, seus partidários, apoiados pelo Partido Comunista, articularam-se em torno de um movimento que visava a adiar as eleições para presidente, que já estavam marcadas, sugerindo a continuidade de Vargas no poder até a Constituinte, ou a apresentação de seu nome como candidato. O lema desse movimento fracassado era "Queremos Getúlio" e vem daí o nome com o qual ficou conhecido, "queremismo". Ver Skidmore, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo, Paz e Terra, 1976, p. 75. (EFS)

108 Relação refeita de acordo com Oliveira, J. T., op. cit., p. 547, e http://www.es.gov.br/site/Espirito_santo/interventores_federais.aspx. Acesso 22/10/2009. (FA)

109 Maria Stella de Novaes, op. cit., p. 434, confirma, com pequenas discordâncias quanto às datas, a ordem dos sucessores do interventor Jones dos Santos Neves, que começa com a nomeação de José Rodrigues Sette em 27 de outubro de 1945, seguido por outros, até a posse do novo governador eleito, Carlos Lindenberg, em 29 de março 1947. Teixeira de Oliveira dá outras datas, op. cit., p. 461. (EFS)

Lindenberg afirma que "Aristides Campos queria muito favorecer o cunhado, Atílio Vivacqua, de modo que andou fazendo muitos benefícios com o dinheiro do governo, favorecendo demais os funcionários, um governo populista demais. Moacir Ubirajara era mais concentrado. Eu fui lá reclamar umas coisas que ele havia feito. A mentalidade dele era a seguinte: a pessoa quando chega num cargo como este deve aproveitar para satisfazer aos amigos todos. Então eu não tinha que dizer mais nada. Fui embora e ele ficou satisfazendo os amigos dele".

Com a redemocratização de 1945, todos os partidos foram reabertos e surgiram outros.

Capítulo Sete

Amarga ironia

Capítulo Sete

Amarga ironia

Em 1945 todo mundo ainda se conhecia em Vitória. Isto é, havia os ricos, a classe média em ascensão e os pobres, mas ninguém passava fome, era o que se chamava "pobreza digna". Os migrantes invadiram uma área no bairro de Maruípe: a invasão foi permitida, desde que se obedecesse ao nível da rua. Os adolescentes ricos jogavam futebol com adolescentes pobres em Santa Lúcia: comiam na casa da cozinheira e da lavadeira de mamãe a mesma moqueca que comiam em casa. Todo mundo tinha a sua roupa e a sua casa. Mudavam-se as ruas da Praia do Canto, o bairro dos abastados: 21 metros de largura ou 28 com um canteiro de sete metros centro.[110] De vez em quando ocorria um crime: um marreteiro assassinou um motorista de caminhão.

Não se comemorava mais, como no regime anterior, o *Dia da Raça*, que incluía a realização de olimpíadas estudantis de 3 até 8 de setembro, dia da cidade de Vitória. As olimpíadas continuaram com atletas dos colégios Salesiano, Americano, São Vicente de Paulo, Escola Técnica e dos colégios de Colatina e de Cachoeiro: futebol, vôlei, tênis, regata, basquete. Em 1936, o jogador Pavão chegara a participar das Olimpíadas de Berlim. A classe popular já frequentava clubes como o Centenário, o América e o Náutico.

Chamava-se Prainha o local da praça da Independência e seus arredores no tempo em que era alagado pelas águas do mar; após a construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição (demolida no governo Muniz Freire para dar lugar ao teatro Melpômene) chamou-se largo da Conceição; o nome de praça Costa Pereira seria dado em homenagem a José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1833-1889), ex-presidente da província, conselheiro do Império, ministro da Agricultura, em 1871. O nome praça da Independência foi dado em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência. Hoje, prevaleceu o nome de Costa Pereira.

---

110 No Novo Arrabalde, futura Praia do Canto, as dimensões das quadras, logradouros, canteiros e calçadas foram estabelecidas com múltiplos e submúltiplos do número sete, considerado especial pela doutrina positivista, perfilhada pelo engenheiro Saturnino de Brito, que idealizou essa expansão urbana de Vitória. Cf. Derenzi, L. S., op. cit., p. 174-5. (FA)

Em 1945, a Independência, juntamente com a praça Oito de Setembro, constituíam os pontos nobres da zona comercial (o centro) de Vitória. Para ela afluíam as linhas de bonde que ligavam os principais bairros da cidade; nela localizavam-se o Teatro Carlos Gomes e, dentro de sua área de influência, o Cine Glória (o Melpômene cedera lugar ao Hotel Império, em cuja parte térrea funcionava o Restaurante Estrela). Nas proximidades das saídas das ruas 7 de Setembro (ex-rua da Várzea) e 13 de Maio (ex-rua do Piolho) e da escadaria São Diogo, já existia então o Edifício Antenor Guimarães, o primeiro a ser edificado no local e o mais antigo prédio de apartamentos de Vitória, que era servido por elevador. Ali ficavam ainda a sede da Central Brasileira da Força Elétrica na esquina com a rua Duque de Caxias, o caldo de cana *A Simpatia* e o edifício (hoje demolido) do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. O Café Avenida ficava na esquina com a avenida Jerônimo Monteiro, ao lado da Casa Madame Prado, especialista no *dernier cri* da moda para senhoras elegantes. Havia também nas proximidades uma cancha esportiva, especialmente para a prática do basquete e do voleibol.[111]

Controlando o tráfego de veículos da avenida Jerônimo Monteiro para a praça da Independência havia, isolado, no meio da rua, um sinal de trânsito (um dos poucos de Vitória na década de 40), acionado manualmente por um guarda. À noite, quando o movimento de veículos, ainda bastante reduzido, praticamente cessava, o sinal era desligado. Aos domingos, o Cine-teatro Carlos Gomes apresentava matinês às catorze horas, com programação de filmes seriados como *O Garra de Ferro*, *O Besouro Verde*, *Flash Gordon no Planeta Mongo*, e filmes de Tarzan. As *soirées* eram interrompidas: as luzes se acendiam entre o noticiário nacional, as atualidades internacionais e o filme em cartaz, sempre precedido de um *trailer*.

Foi lá, na noite de 23 de maio de 1945, a solenidade de fundação do segundo Partido Social Democrático,[112] quando o interventor Jones dos Santos Neves, lembrando que "o Brasil é um só e pertence a todos os brasileiros", discursou: "Depois da experiência que fizemos com o Estado Nacional que corrigiu tendências separatistas da nacionalidade, integrando todos os estados na grande comunhão da Pátria Brasileira, não devemos retroagir à proliferação desagregadora dos partidos regionais".

Nascido em São Mateus no início do século, farmacêutico por formação, Jones foi um dos sócios da G. Roubach & Cia, uma das farmácias mais populares de Vitória na década de 1920.[113] Quando integrava a diretoria do antigo Banco de Crédito Agríco-

111 Essa cancha ficava ao lado do Teatro Carlos Gomes, onde depois foi construído o prédio em que funcionou o Hotel Canaã, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – IAPI e, posteriormente, o Centro de Referência da Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS; hoje se encontra desativado. (FA)

112 Na verdade, o diretório estadual do Partido Social Democrático – PSD, agremiação política de âmbito nacional. (FA)

113 Jones dos Santos Neves nasceu em 29 de dezembro de 1901. "Era filho do Dr. João dos Santos Neves e de D. Albina da Silva Neves. Casou-se com D. Alda Hithchings Magalhães Neves, com quem teve dois filhos:

la do Espírito Santo, foi nomeado por Getúlio Vargas interventor federal no estado, em substituição a Bley. Segundo Lindenberg, como Bley já estava no governo desde 1930, "naturalmente Getúlio quis fazer uma renovação e o nomeou para diretor da Companhia Vale do Rio Doce, escolhendo três candidatos para o governo. Bley, quando foi fazer a sua substituição, levou daqui três nomes: Jones, Américo Monjardim e Mário Freire. Como Getúlio não conhecia nenhum dos três, escolheu o mais moço, que era Jones.[114] Nessa ocasião, Celso Calmon Nogueira da Gama esperava também ser candidato e, como não foi indicado, brigou com o Bley".

A indicação de Jones dos Santos Neves provocou uma dissidência política: Atílio Vivacqua, diretor da Companhia Territorial de Colatina, queria a inclusão do nome de Carlito Medeiros. Como este fora preterido, ele insistiu para que seu próprio nome fosse aceito. Mas as lideranças políticas se negaram e Atílio rompeu com Bley, fundando mais tarde o Partido Republicano (de âmbito nacional) e levando as lideranças políticas de Asdrúbal Soares, Wilson Cunha e Paulo Rezende. "Nós tivemos que trabalhar muito para aguentar, pois foi um baque muito grande, mas mesmo assim conseguimos aguentar", diz Carlos.

Jones, "apesar de não gozar de grande simpatia do povo e sempre ter se mantido distanciado do convívio com a população, conseguiu grande prestígio"; governou pouco tempo e não chegou a enfrentar muitos atritos com as forças políticas, transitando livremente entre lideranças situacionistas, oposicionistas ou rivais.

Os interventores eram controlados, a partir de um decreto-lei de abril de 1939, por um Departamento Administrativo, que era uma espécie de substituto da Assembleia estadual, pois o orçamento e todos os decretos-leis dos interventores dependiam, para ser expedidos, de sua aprovação. Em novembro de 1945, Otávio Lengruber, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, era o interventor. Planejava-se uma eleição para o ano seguinte. Jones reunira em torno do PSD (Partido Social Democrático) o maior número possível de lideranças políticas e suas respectivas correntes e facções, formando uma frente única em torno do nome de Eurico Dutra como candidato à presidência, enfatizando a necessidade

---

Jones Filho e Joel (ambos engenheiros), e uma filha: Terezinha Neves Leal. [...] Fez o primário na Escola Modelo e Liceu Filomático, em Vitória; o curso médio, no Ginásio São Vicente de Paulo e Ginásio do Espírito Santo; e o superior, na Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro." Foi interventor federal no Espírito Santo (1943-45), senador da república (1947-50) e governador do estado (1951-55). Faleceu em Vitória em 20 de dezembro de 1973. Cf. http://www.ijsn.es.gov.br/institucional/gov_jones.htm. Acesso em 18/12/2009. (FA)

114 Essa deve ter sido a versão combinada entre Vargas e Bley para evitar desentendimentos políticos com os outros dois nomes da lista; segundo Bley, Vargas, reconhecendo sua lealdade ao longo de muitos anos, permitiu-lhe indicar o sucessor na interventoria do Espírito Santo, o que ele fez ao patrocinar o nome de Jones, com quem, admitia, se desaveio mais tarde. Na família Santos Neves, a opção de Vargas por Jones se atribuía à circunstância de seu currículo incluir o alistamento para combater os revoltosos que promoveram a Revolução Constitucionalista de 1932, prova maior de fidelidade getulista. Cf. entrevista concedida por Bley, transcrita na *Revista do IJSN*, ano IV, n. 2, p. 54-5, abr./jun. 1985. (FA)

de construir partidos nacionais que facilitassem a unidade e a integridade nacional. Contou com a ajuda de Fernando de Abreu, prefeito de Cachoeiro e líder do sul do estado, para essa articulação. O PSD foi um partido constituído pelos antigos interventores nos estados e pelos prefeitos nos municípios que aglutinaram em torno de si os políticos locais e até os adversários derrubados pela Revolução de 1930. Toda a estrutura política de cada estado brasileiro, sedimentada por oito anos de regime estado-novista, alistou-se nas fileiras do PSD, que tinha Vargas como "presidente de honra".

Cinco dias após a fundação do PSD no Espírito Santo, um decreto-lei fixou as eleições presidenciais e parlamentares para 2 de dezembro de 1945 e as eleições estaduais para 6 de maio de 1946. No dia 10 de outubro de 1945 um decreto-lei antecipava as eleições estaduais para 2 de dezembro, junto com as presidenciais.[115]

Cachoeiro deu ao presidente Dutra 86% da votação, a maior do Brasil inteiro, mas, em duas urnas de Mimoso do Sul, Dutra não teve nenhum voto. O PSD capixaba elegeu, para as duas vagas de senador, Atílio Vivacqua (60.319 votos) e Henrique de Novaes[116] (57.776) e, para deputados federais constituintes, Carlos Lindenberg, Eurico Sales, Asdrúbal Soares, Paulo Afonso Vieira de Rezende, Ari Viana[117] e Álvaro Castelo. Carlito Medeiros perdera para o candidato da UDN (União Democrática Nacional), padre Luís Cláudio de Freitas Rosa.

No dia 2 de fevereiro instalavam-se os trabalhos da quarta Assembleia Nacional Constituinte, na capital federal, Rio de Janeiro. O PSD ganhou 42% dos votos (151 cadeiras), a UDN, 26% (77 cadeiras), o PTB, 10% (22 cadeiras), e o PCB, 9% (14 deputados e um senador). Os votos restantes e as respectivas cadeiras foram para candidatos de partidos menores. A Ordem dos Advogados do Brasil indicou una lista de destacados estudiosos em legislação para propor a substituição da estrutura autocrática imposta em 1937.

---

115 A antecipação das eleições estaduais e municipais para 2 de dezembro de 1945, que neste caso se realizariam junto com as presidenciais e parlamentares, pretendida pelo novo decreto de 10 de outubro de 1945, foi um dos motivos para a deposição final de Getúlio Vargas pelos militares em 29 de outubro de 1945. Cf. Skidmore, op. cit., p. 76-7. De fato, as eleições estaduais no Espírito Santo só se realizariam em 19 de janeiro de 1947, depois de promulgada a nova Constituição federal. (EFS)

116 Henrique Novaes nasceu a 16 de agosto de 1884, em Cachoeiro. "Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, DF (1903), após o quê exerceu a profissão de engenheiro, em diversas localidades" do país. "Durante as décadas de 1930 e 1940 trabalhou em inúmeras obras de engenharia em diversos estados do Brasil, destacando-se nas obras de eletrificação e urbanização em Vitória, ES". Prefeito de Vitória de 1916 a 1920 e em 1944-1945. Na Constituinte de 1946, "concentrou sua atuação na defesa da mudança da capital do Brasil para o Planalto Central e na participação nos debates sobre o dissídio territorial envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo". Faleceu em 4 de abril de 1950. Cf. Sérgio Soares Braga, *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1998, v. 1, p. 305-6, disponível em http://www.marceloguimaraesfilho.com.br/legislacao /QFQ.pdf. Acesso em 12/11/2009. (FA)

117 No original está Wilson Cunha. (FA)

Em 27 de fevereiro de 1946 o presidente Dutra nomeou Aristides Campos, cunhado do senador Atílio Vivacqua, para interventor do Espírito Santo, seguindo norma que continuaria até a reconstitucionalização estadual em 1947. Isso se deveu ao prestígio do senador Vivacqua, "rapaz muito inteligente e habilidoso": impressionara de tal forma a Fernando de Abreu (que vivia apregoando suas habilidades com Jones) que Dutra acreditava – e Atílio assumia isso – ser ele "o chefe político no estado". As reuniões do partido eram "constrangedoras" porque Jones, Carlos e especialmente Eurico Sales "gemiam, diminuídos", porque Atílio falava sozinho, era o porta-voz do partido com o presidente "e naturalmente o poder foi passando para sua mão", chegando a conseguir, com seu prestígio, a legenda do partido.

A indicação de Aristides Campos surgira um pouco antes, em reunião convocada por Jones no Itabira Hotel, em Cachoeiro, que reuniu a maioria dos diretórios estadual e municipais. Waldemar Mendes de Andrade, membro da Aliança Libertadora Nacional em 1935, que depois passou para o PSD a convite do amigo Fernando de Abreu, sendo eleito deputado estadual em 1947, foi procurado um pouco antes da reunião por Aristides Campos: "Waldemar, se você me indicar para figurar na lista, eu serei o candidato. Só você tem com Jones o prestígio para me indicar." A lista para indicar o nome dos interventores incluía todos os membros dos diretórios, não eleitos naquele ano, em ordem alfabética. Aristides já tinha o apoio de Atílio, no Rio. Mas Andrade recusou-se: "Aristides, não faço não. Não indico."

Waldemar Mendes de Andrade afirma que sua posição sempre foi de "muito equilíbrio entre Jones e Carlos, dois homens de bem, cada qual com o seu ponto de vista, ambos honestíssimos, porém, que às vezes tinham suas turras". Aristides insistiu: "Você indica e nós vamos tomar conta deste estado e botar nas mãos dos moços. A lista pode ser de um milhão, mas o indicado serei eu, se figurar nesta lista." "Você não conte comigo", respondeu Waldemar. "E você será secretário da Educação," ofereceu Aristides. "Não", disse Waldemar.

Durante a reunião, Aristides permaneceu o tempo todo olhando para Waldemar, esperando que ele indicasse o seu nome, mas Waldemar não titubeou: "Não falei nada porque aí seria uma traição, eu não era homem disso". Quando Jones terminou de ler a lista em ordem alfabética, Aristides levantou o dedo: "Doutor Jones, eu também sou candidato." Jones pegou a caneta e colocou o nome de Aristides Campos em primeiro lugar. A ordem alfabética registrava em segundo o nome de Asdrúbal Soares. Quando Dutra recebeu a lista, virou-se para Jones e, com sua voz fanhosa, afirmou: "Não conheço ninguém no Espírito Santo, de forma que então é o primeiro da lista."

Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a nova Constituição, englobando dispositivos destinados a assegurar eleições livres e direitos civis; o eleitorado não mais incluiria os analfabetos nem os convocados das Forças Armadas; um dispositivo legal afirmava que os partidos "antidemocráticos" poderiam ser impedidos de participação aberta na po-

lítica (a cláusula foi invocada pelos procuradores do governo e o Partido Comunista seria declarado fora da lei, por decisão judicial, em 1947).

Com a proximidade da campanha para governador, Jones precisava contar com a maioria no diretório e conseguir maior prestígio com Dutra. Waldemar de Andrade arregimentou, a pedido de Jones, cinco presidentes de diretórios municipais (entre eles Luís Machado, que havia sido integralista, de Castelo; Messias Chaves, de Alegre; Dirceu Cardoso, diretor de colégio secundarista em Muqui, o qual relutou, afirmando que, onde estivesse Fernando de Abreu, ele passaria para o outro lado, seguindo "a velha política bernardinista e jeronimista"). Jones se alegrara com a indicação de Aristides Campos para interventor, mas logo descobriu que ele preparava o ambiente para a candidatura de Atílio Vivacqua. Este, no início, resolveu apoiar o candidato do partido, porém depois, já no PR, congregou "os pequenos partidos que pôde reunir e, junto com Asdrúbal Soares, faria a campanha contra o candidato do PSD".

O candidato seria o general Tristão de Alencar Araripe, natural de Castelo, que condicionou sua candidatura à união dos dois grupos. Ele não era muito conhecido no estado: Jones providenciou-lhe uma farda com várias medalhas para a impressão do cartaz de propaganda. Os próprios correligionários se perguntavam, contemplando o cartaz: "Mas como é que vamos eleger um homem desses?"

Todas as quartas-feiras, o presidente Dutra dava audiências aos deputados federais. Eurico Sales e Carlos Lindenberg não perdiam uma, pedindo ao presidente a substituição do interventor Aristides Campos porque – conforme provaram com recortes de jornais e revistas – ele já fazia campanha para Atílio Vivacqua. Conta Carlos:

— Toda vez que nós falávamos em substituir Aristides, o presidente ia consultar o senador Atílio Vivacqua, pois gostava muito dele. Todas as quartas-feiras estávamos lá até que, afinal, ele disse que ia substituí-lo por um nome escolhido por ele mesmo e não pelo que havíamos escolhido. Então indicou Moacir Ubirajara, que ele conhecia não sei de onde.[118] Moacir era um médico completamente apolítico e assumiu o governo mais ou menos neutro. Em algumas coisas, a gente percebia que ele torcia para o Atílio, mas nós continuamos a fazer a nossa campanha.

Em seguida, Jones recuou no apoio ao general Araripe, enquanto Atílio se ligava à UDN, lançando-se como candidato dela e do PR, desfazendo o compromisso com o amigo Araripe. Como não conseguira a união dos dois grupos, Araripe começou a hesitar. Aos reiterados pedidos dos correligionários em Vitória para que viesse e iniciasse a campanha, ele respondia que se deixasse para mais tarde.

---

118 Dutra pode ter chegado ao nome do médico Moacir Ubirajara da Silva pela circunstância de ele dedicar-se em Vitória, desde o início dos anos 30, ao atendimento de crianças doentes (fundou e dirigiu o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória), juntamente com a esposa, a enfermeira Mary Hosannah Ubirajara, amiga de Carmela Dutra (Dona Santinha), casada com o presidente. (FA)

A eleição seria no dia 19 de janeiro de 1947. No dia 28 de dezembro de 1946, Araripe convocou Carlos, então deputado federal, para uma reunião no Ministério da Guerra. Carlos se lembra de que o salão do general era "muito grande, bonito, todo encerado". O general foi logo dizendo: "Ô Carlos, mandei chamar você aqui porque não sou mais candidato." Carlos entrou em pânico: teve a sensação de que o chão crescia e ele diminuía de tamanho.

— Mas, general, tenha paciência, o senhor não sendo mais candidato, como é que vamos ficar?

— Ah, não. Vocês elejam qualquer um.

— Não, não vamos concordar com isso.

— Quer concorde, quer não concorde, não sou mais candidato. Não vou mais. Não quero saber.

— Mas por quê?

— Eu esperava o apoio de Atílio e de Bley e não consegui nem de um nem de outro. Foram me enrolando até agora, perto das eleições.

— Mas, general...

— Não tendo conseguido apoio dos outros, vocês arranjem outro candidato. Você, por exemplo.

Carlos estava completamente atordoado, mas conseguiu falar:

— Não, general. Eu não quero ser candidato, principalmente para governador do estado, e o senhor vai ganhar as eleições, está tudo preparado, faltam poucos dias, o senhor vai com a gente a Vitória, correr o estado todo, encerrar a campanha.

— Absolutamente. Nessa altura da minha vida não posso me arriscar a uma derrota.

— Vou levar isso para os outros, mas eles não vão querer, também não vão concordar.

Carlos saiu de lá meio tonto, enxergando mal, e na Câmara, na sala de café, chamou os outros parlamentares – Álvaro Castelo, Ari Viana, Asdrúbal Soares, Eurico Sales, Henrique de Novaes – e comunicou:

— O general desistiu da candidatura. Me chamou lá e me disse isso, não é mais candidato. De modo que me comprometi a dizer a vocês que providenciássemos outro candidato.

Um deles disse:[119]

---

119 Carlos Lindenberg afirma que o autor da frase foi Fernando de Abreu. Mas a lista dos representantes capixabas no Congresso Nacional em 1946 não registra o seu nome mas sim, além dos citados e do próprio Lindenberg, Paulo Afonso Vieira de Rezende (PSD), Atílio Vivacqua (PSD) e Luís Cláudio de Freitas Rosa (UDN). (AA)

— O candidato é você.

— Eu? Você é doido, eu não sou candidato coisa nenhuma, não estou aqui para isso. Você está querendo é boi de piranha.

— Não. É você o candidato e está acabado o general.[120]

— Não, — disse Carlos. — O partido é que tem que apresentar o candidato. Vamos ver em Vitória se botamos uma pessoa mais capaz, que esteja disposta a isso.

A 29 de dezembro todos embarcaram de trem para Vitória. Em Mimoso do Sul, Luís de Freitas entrou no trem e perguntou se era verdade que o general havia renunciado à candidatura. Em Vitória "foi um verdadeiro sucesso a chegada de Carlos, mesmo com aquela estrada de terra que havia naquele tempo, havia um monte de carros, batalhão de polícia, aquele foguetório só", relembra Waldemar de Andrade.

No dia 30 Carlos foi convidado para um encontro com Asdrúbal Soares na casa dele, "para ver se chegávamos a um candidato único e garantir a eleição". Carlos relembra:

— A essas alturas, Asdrúbal não era mais do PSD. Tinha passado para o PL. Ele estava querendo que saísse outro nome. Então me disse: Olha, Carlos, mesmo que você seja candidato, vai ser derrotado. E propôs uma lista de cinco nomes – Atílio Vivacqua, Ubaldo Ramalhete, Carlito Medeiros, ele próprio e Dr. Wanderley de Alegre. Eu vi os nomes e respondi: Eu levo a proposta conforme você está pedindo. O resto do partido pode aceitar, mas eu não aceito, porque a qualquer um desses eu prefiro entrar, mesmo que seja derrotado. No dia da reunião, apresentei a proposta dele e a minha posição. Fui candidato para perder.

A reunião de 31 de dezembro de 1946 começou às vinte horas. O PSD agora contava com o apoio de Fernando Lindenberg, irmão de Carlos e presidente da UDN, que traria consigo outros elementos do seu partido. Eurico Sales, do PSD, foi encarregado de fazer a ata ("nunca se viu ninguém fazer ata igual a ele, porque terminava a reunião e a ata estava pronta, numa letra magnífica", conta Waldemar de Andrade). Como a sede do PSD

---

120 Como relatou Carlos nessa passagem crucial da sua carreira política, quem lembrou o seu nome deve mesmo ter sido Fernando de Abreu, então influente líder em Cachoeiro e no PSD espírito-santense, além de presença frequente junto aos representantes políticos capixabas no Rio, apesar de naquela altura não exercer o mandato de deputado federal. Ademais, existe o depoimento de Waldemar de Andrade, que viveu essa conjuntura política: "Foi Fernando de Abreu que, ante a consternação gerada com a leitura do telegrama de renúncia do general Tristão de Alencar Araripe, segurou o papel com a esquerda, bateu no texto do mesmo com as costas dos dedos da mão direita e bradou: 'Mas aqui está a salvação! Carlos Lindenberg será o candidato e ganhará. É preciso convidá-lo já, e telefonar para o Rio convocando-o'. Ato contínuo, preveni os membros do Diretório Regional reunidos no Edifício Navegação [em Vitória] que iria procurar Fernando Lindenberg que presidia a UDN no estado e procurar assegurar uma aliança, pois os udenistas reuniam partidos políticos, já o disse, intransigentes contra o PSD." Após a morte de Carlos em janeiro de 1991, Waldemar de Andrade registra diversas conjunturas políticas vividas por ambos numa série de cartas endereçadas à viúva. Cf. carta manuscrita enviada a Maria Lindenberg em 14 de janeiro de 1991 (a segunda desse mesmo dia) e pertencente ao acervo da família Lindenberg. (FA)

fora assaltada pelo pessoal de Atílio, esperou-se a reunião acabar para que os documentos fossem levados em mãos à Justiça Eleitoral. Carlos apresentou a proposta de Asdrúbal e a sua posição contrária. A reunião terminou às 24 horas. Por isso, Carlos saiu direto para a missa do galo, ajoelhando-se e pedindo ajuda a Deus.[121] Conseguiu comunicar-se com a mulher, Maria, que ficara no Rio: "Olha, eu sou o candidato do PSD, eles querem que eu pegue esse rabo de foguete." Para não atrapalhar, "já que não era política", Maria decidiu ficar no Rio e só voltaria a Vitória no final da campanha.

Foi lido na reunião o *Manifesto aos amigos do Espírito Santo*, enviado pelo general Alencar Araripe, no qual afirmava: "a minha grande preocupação era harmonizar as correntes democráticas. Apesar do interesse e do carinho que alimento pela terra natal e apesar de sentir-me com ânimo e meios para trabalhar na fase política que se vai inaugurar, não vejo benefício em aumentar a discórdia, em insuflar ambições onde só deveria haver harmonia e espírito de sacrifício para o bem comum".[122]

Em seguida, lembrou uma das razões por que havia sido escolhido: a amizade com o presidente Dutra (o que aproximaria o grupo de Jones da Executiva Federal do PSD, onde, desde a eleição de Dutra, o grupo havia perdido terreno para a ala de Atílio): "É o que tenho afirmado aos membros da Comissão Executiva do PSD, por inúmeras vezes; é o que tenho declarado ao Exmo. Sr. General Dutra, quando aconselhou que aceitasse e mantivesse a minha candidatura. Acontece, porém, não vejo possibilidades de serem realizados os desejos manifestos no meu telegrama de 23 de outubro. De um lado, o Exmo. Sr. General Dutra, que tem me aconselhado a aceitar e a manter a minha candidatura e que, por várias vezes, tem prometido medidas para normalizar e harmonizar a situação do estado, não tem conseguido nenhum êxito nesse *desideratum*."

Logo após, reconheceria a dificuldade: "Por outro lado, não tiveram resultado os passos dados por quem de direito no sentido de congraçar os partidos de expressão política em torno do meu nome. Não tive conhecimento, até agora, de acordo, de concessões de parte a parte, apesar de minha interferência para que se harmonizassem os dissidentes e os outros partidos. Convenci-me de que não venceria as ambições, os interesses e ressentimentos pessoais de muitos. Chego, assim, à conclusão de que também os espírito-santenses não manifestam interesse de ter no governo um homem apolítico, com os meus propósitos e com as garantias que a minha vida íntegra lhes asseguraria. Por isso, retirei o consentimento de apresentação do meu nome pelo PSD, embora reconheça a lisura das intenções dos amigos que aí tenho."

---

121 O autor deve ter se confundido, já que a missa do galo é celebrada na noite de 24 para 25 de dezembro; mas existe o costume entre muitos católicos, em especial naquela época, de também assistirem à missa na passagem do ano. (FA)

122 Partes do discurso do general Alencar Araripe, inclusive estas que Amylton cita, foram transcritas no livro de Silva, Marta Zorzal. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA, SPDC, 1995, p. 209. A íntegra encontra-se no jornal *A Gazeta* de 01/01/1947. (EFS)

Os tempos eram outros, inclusive para as eleições. A realidade nacional das eleições a bico de pena mudara. Antes o recinto de votação era ocupado por membros do Partido Republicano, que assinavam em nome dos ausentes e não permitiam a entrada de fiscais da oposição. As articulações políticas no interior eram feitas pelos famosos "coronéis", "cuja importância era maior ou menor, de acordo com o número de votos que tinham". Agora a eleição seria, pela primeira vez, pelo voto direto.

Não foram apenas faixas de propaganda que se espalharam pelo estado promovendo a candidatura de Atílio Vivacqua para governador pela Coligação Democrática Espírito-Santense, formada pelo Partido Republicano (PR), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano Democrático (PRD) e por uma ala do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e uma ala dissidente da União Democrática Nacional (UDN). Ele contou também com a cobertura do jornal *A Gazeta*, dirigido pelo jornalista Rosendo Serapião de Souza Filho,[123] cujo domínio acionário pertencia a Eleosipo Cunha, candidato a vice-governador pela Coligação. No dia da reunião do PSD, o jornal, na primeira página, assinalava: "Para governador do estado: Atílio Vivacqua" e destacava a seguir: "Parlamentar insigne, jurista eminente, com uma bela folha de serviços à administração do estado e arraigada dedicação aos nossos legítimos interesses." Na mesma página, discretissimamente, na coluna *Política do Estado*, a seguinte nota: "Estado-maior jonista chegou – já se encontram nesta capital os deputados Carlos Lindenberg, Eurico Sales, Álvaro Castelo e Ari Viana,[124] que vieram participar da convenção pessedista. O Sr. Jones dos Santos Neves retornou ontem ao Rio." Sob o título *Situação curiosa*, dizia: "Conforme acaba de ser informado à nossa reportagem o caso do Espírito Santo apresenta-se curioso. No momento em que se inicia a campanha da candidatura do general Araripe, este renuncia em virtude de não obter o apoio dos outros partidos, promovendo assim a vinda imediata ao Rio do Sr. Santos Neves. Assentou-se, então, apresentar o nome do Sr. Carlos Lindenberg, deputado pessedista." Essa foi uma das poucas vezes, na fase da campanha eleitoral, em que o jornal se dignou a noticiar sobre o PSD: a tônica era a do silêncio, evitando-se menção ao que se passava nas hostes contrárias à Coligação Democrática.

Lindenberg faria a campanha sem faixas e sem cartazes: não dava tempo ("só sei que a gente viajava por este estado todo e não encontrava uma faixa com o nome de Carlos Lindenberg"). Ele faria discursos: ao todo 210, com um único teor: o cancelamento de to-

---

123 "Nasceu em Amargosa, Bahia, em 1894. Bacharel em direito. Jornalista vibrante, tendo sido diretor de *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário*, fato inédito na imprensa capixaba. Presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa". Cf. http://www.sefaz.es.gov.br/painel/jornal12.htm. Acesso em 22/07/2009. (FA)

124 "Ary de Siqueira Vianna nasceu no dia 25 de janeiro de 1905 em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, filho de Alziro Vianna e Corinta de Siqueira Vianna; foi servidor público e político, ocupando entre outros os cargos de secretário da Fazenda, diretor-geral do Departamento Estadual do Serviço Público (DSP), e exerceu os mandatos de deputado federal e senador pelo seu estado". Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1990. Cf. http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1490&li=40&lcab=1955-1959&lf=40. Acesso em 17/07/2009. (FA)

dos os impostos sobre a lavoura, porque "o lavrador não pode e não deve pagar imposto algum, já paga grande tributo à natureza e deve ser tratado pelo governo em primeiro plano".

No dia 1º de janeiro, a campanha começou em Campinho e Viana. No dia 2, em São Mateus. "Nós aproveitamos todos os dias e noites. A gente não comia, não dormia, só andando e fazendo discurso". Contra seu feitio, Carlos aceitou tomar o remédio Peritio Casset, um estimulante, para poder dar conta de visitar pelo menos as sedes dos municípios mais importantes.

Pouco antes da partida para São Mateus, na porta da sede do partido, Jones disse a Carlos: "Meus primos estão lá em cima para conversar com você. Veja lá o que você vai responder. Tome cuidado."

Carlos subiu e encontrou Érico[125] e Aldemar Neves,[126] este chefe do Partido Comunista. Foi logo dizendo: "Queria que vocês fossem rápidos, pois estou saindo para São Mateus. Sabe como é, fica muito longe e com essas estradas..." "Não, senta aqui, desejamos apoiar você", disse Érico. Carlos sentou-se. Aldemar informou: "Viemos aqui para dar apoio à sua candidatura. Mas temos umas condições." "Temos antes umas perguntas a fazer," confirmou Érico. "Você observará a Constituição?" perguntou Aldemar. "Claro, eu a assinei. Como não vou observar?" "Você é a favor da liberdade de imprensa?" perguntou Érico. "Sou, está também na Constituição." "Você é a favor da legalidade do Partido Comunista?" perguntou o chefe local. "Sou a favor da legalidade enquanto ele estiver dentro da legislação. Não estando legalizado, sou contra." "Está bem, então nós vamos dar apoio a você," disse Érico. Então Carlos anunciou: "Agora tem a minha parte. Se alguém me perguntar se eu aceitei, se eu desejei ou se eu pedi, vou dizer que não pedi nada ao Partido Comunista. Não pedi, não aceitei e não desejei." "Assim fica mais difícil." "Paciência. Só aceito nessas condições. Vocês estudem aí e depois resolvam," disse Carlos, despedindo-se.

No carro, Carlos explicou a Jones o que se passara. Jones se escandalizou: "Você é louco. Precisando de votos do jeito que está, vai falar uma coisa dessas?" Carlos respondeu: "Eu sei. Mas é só nessas condições que eu posso aceitar." Jones ficou "muito sisudo durante toda a viagem", mas depois voltou ao normal, apoiando Carlos. Que conta: "Fomos a São Mateus, fomos muito bem recebidos e ficamos muito satisfeitos. No dia 3, ainda passamos em Aracruz, em Ibiraçu e em diversos lugares até chegar a Vitória. Porque no dia 4 era o comício em Colatina, reduto muito importante de Atílio, onde havia trabalhado muitos anos como diretor da Companhia Territorial e era apoiado por Wilson Cunha, que havia sido prefeito e era deputado federal nesta ocasião. De modo que nós tínhamos de fazer um trabalho grande lá. Fomos em trem especial, fretado à Vitória a Minas, e começamos

125 Irmão de Aldemar Neves, era químico industrial formado em 1939 pela Escola de Química no Rio de Janeiro, atualmente incorporada à UFRJ. Membro do Partido Comunista Brasileiro. (FA)

126 Nasceu na cidade de São Mateus, onde mais tarde ocupou o cargo de prefeito municipal. Era médico e militou por longos anos no Partido Comunista Brasileiro. Faleceu em Vitória. (FA)

a parar desde Cariacica, onde houve uma grande manifestação e em outras cidades onde o trem ia parando."

Havia uma apreensão: o trem estava previsto para chegar às dezesseis horas, demorara no percurso e, ainda por cima, havia o prestígio de Atílio Vivacqua.[127] Membro de uma família de imigrantes italianos que se fixou, em fins do século XIX, em Muniz Freire e prosperou comerciando café, Atílio foi vereador em Cachoeiro e, depois, prefeito interino. Entre 1924 e 1928 foi, ao lado do coronel Ildefonso Brito,[128] diretor da Companhia Territorial, empresa pública encarregada da colonização da região do rio Doce, com sede em Colatina. Foi secretário de Educação no governo de Aristeu Aguiar e, durante os anos 1930, atuou como advogado e professor universitário. Em 1935, foi eleito deputado estadual pelo Partido da Lavoura. Foi o candidato mais votado em 1945 para senador constituinte e apresentou projetos considerados arrojados em defesa da preservação das riquezas nacionais e em favor do setor agrário. Foi também presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

No trem, inicialmente, só embarcaram Carlos e os amigos que participariam do comício, mas no caminho "entrava mais gente e foi enchendo. Fomos levando gente desde Cariacica, Acióli, João Neiva". À medida que chegava mais gente, Carlos foi mudando de ânimo e perguntou ao chefe do trem: "O que o senhor está achando?" O outro respondeu: "Acho que o senhor vai ganhar, porque quando passou o doutor Atílio ele vinha no trem dormindo e o senhor não pode nem sentar. O senhor vai ganhar."

Carlos já desanimara novamente por causa do horário: o trem só entrou em Colatina às 22 horas. Mas houve uma surpresa, segundo relembra ele:

— Foi a maior recepção que eu já tive num lugar, gente como o diabo esperando das quatro às dez da noite. Era preciso ter muito prestigio. Era um povão como eu nunca tinha visto daquilo. Foi um comício enorme e então me convenci de que estava bem mesmo, ainda mais que ali era o reduto de Atílio e eu com uma recepção daquelas. Isso organizado por

127 Atílio Vivacqua nasceu a 11 de outubro de 1894 em Muniz Freire, ES, filho de Antônio Vivacqua, fazendeiro e comerciante. Na Constituinte de 1946 "foi membro da Subcomissão Poder Judiciário da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao litígio territorial entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e na participação nos debates sobre a nacionalização das jazidas minerais e quedas d'água. [...] Colaborou em jornais no Espírito Santo e no Rio de Janeiro" e publicou diversos trabalhos com temas ligados ao direito e à pedagogia. Faleceu em 20 de janeiro de 1961. Cf. Sérgio Soares Braga, op. cit., p. 303-4. (FA)

128 Secretário da Fazenda no governo Nestor Gomes (1920-24). (FA)

amigos nossos que estavam de pouco tempo na política, o Baião,[129] o Álvaro Costa[130] e outros amigos nossos que tinham tomado conta da campanha e que se entusiasmaram com o negócio. Do lado contrário tinha Wilson Cunha, que tinha sido prefeito e que ia garantir oitenta por cento dos votos para Atílio e acabou conseguindo só vinte por cento. Então eu disse para um amigo que estava lá: Vamos ganhar esse negócio, com esse povo aqui assim, esperando tanto tempo para nos ouvir. Vamos ganhar. E aí fiquei mais animado.

A caravana dormiu em Colatina e prosseguiu no dia seguinte: "não almoçávamos nem jantávamos, só comíamos sanduíche e mal dormíamos um pouquinho. E nessa carreira Maria foi nos encontrar em Mimoso, muito preocupada porque não encontrava nenhuma faixa de Carlos Lindenberg em toda a viagem que fizera, só encontrava de Atílio." Em Cachoeiro houve outro comício com muita participação popular, enquanto, segundo Waldemar de Andrade, Atílio "fazia de tudo para poder vencer. Porque de um lado havia Bley com raiva de Jones porque tinha se unido a esse pessoal todo. Do outro lado, havia Atílio, que Bley havia expulsado daqui, inclusive classificando-o de ladrão por um processo injusto quando ele era secretário de Educação".

A 12 de janeiro o Partido Comunista divulgou um manifesto apoiando a candidatura de Atílio Vivacqua. No dia 15, *A Gazeta* anunciava: "Encerrar-se-á amanhã a Campanha Eleitoral da Grande Coligação Democrática Espírito-Santense. Comício monstro, às 20 horas, na Praça Oito, falando representantes de todos os partidos. Abrirá o comício o deputado Asdrúbal Soares". E acrescentava, no final da notícia, que "falará também um líder proletário cujo nome ainda não nos foi fornecido". Nenhuma notícia foi dada sobre o comício do PSD.

Também no dia 15, Carlos procurou o interventor Moacir Ubirajara, que "estava fazendo umas nomeações esquisitas, enchendo o palácio de gente, mordomo, um monte de funcionários, e então eu achei que devia chamar a atenção dele: Dr. Moacir, o senhor me desculpe, mas o senhor está nomeando gente demais para o palácio. Eu sou candidato a governador, o senhor sabe disso. De modo que estou vendo se consigo diminuir as dificuldades que vou ter depois. O senhor nomeou, por exemplo, um rapaz muito amigo meu também, como mordomo geral. Nunca teve isso, e nem há necessidade disso." "Olha, doutor Carlos, eu acho que quando a pessoa chega à altura que eu cheguei, é para auxiliar

---

129 Aqui Lindenberg refere-se ao filho de Antônio Pedro Tavares Baião e Zilda Zulmira Baião, o madeireiro e pecuarista Afrânio Baião, nascido em Natividade de Carangola, Minas, em 23 de dezembro de 1907. Em 1945 casou-se com Yedda Ferrari. Apesar de nunca ter concorrido a cargo eletivo, foi durante muitos anos dirigente do PSD em Colatina. Faleceu em Vitória em 1º de janeiro de 1985. Cf. informações obtidas junto à família. (FA)

130 Álvaro Costa nasceu em Salvador, Bahia, em 10 de março de 1902. Morou em São José do Calçado, onde tinha o apelido de "Secretário". Formou-se farmacêutico em 1932 pela Faculdade de Farmácia do Espírito Santo. Fixou-se em Colatina, onde era dono de farmácia e presidiu o diretório local do PSD. Foi vogal na Junta Comercial do Espírito Santo. Faleceu em Vitória em 10 de setembro de 1983. Cf. dados fornecidos por familiares. (FA)

os amigos." "Doutor Moacir, tenha paciência, o senhor tem que auxiliar o estado e não os amigos." "Não, um governador deve auxiliar os amigos," afirmou Moacir Ubirajara.

No dia 16 seriam realizados os últimos comícios dos dois partidos. *A Gazeta* convocava: "Comício monstro da Coligação Democrática, encerrando a campanha eleitoral, hoje, às 20 horas, na Praça Oito". O Comício do PSD ocorreria na praça da Independência. O jornal anunciava a exibição, para as vinte horas, no Teatro Carlos Gomes (onde seria realizado o comício pessedista) do filme *Paixão de zíngaro*, estrelado por Charles Boyer e Loretta Young, com a chamada: "Um espetáculo musical na mais bela tradição de romance e poesia para encantamento". Do outro lado da praça, o Cine Glória exibia *Amarga ironia*, com Lizabeth Scott e Robert Cummings. Lembra Carlos Lindenberg: "Na avenida Jerônimo Monteiro o carro não pôde prosseguir, pois praticamente me arrancaram de dentro e me carregaram nos ombros até o Teatro Carlos Gomes. Se eu não conseguisse descer ia acabar batendo a cabeça na porta, que era de sanfona e tinha uma barra de ferro em cima. Eu tapei a cabeça, me estrebuchei e me colocaram no chão." Seu filho, Carlos Fernando, então com onze anos, lhe perguntou: "Papai, você não machucou a cabeça?" Carlos replicou: "Pior é a mão do sujeito no saco da gente."

No dia seguinte, *A Gazeta* anunciava: "Coesa, vibrante e vitoriosa a Coligação Democrática. Compacta massa popular no comício de encerramento da campanha eleitoral. Vontade livre e soberana do povo capixaba: Atílio Vivacqua." No dia 18, um sábado, registrava: "Foi o mais empolgante comício da capital espírito-santense." Só uma nota de repúdio na coluna *Política do Estado*: "Causou a mais lamentável das impressões a atitude assumida anteontem por um dos oradores do comício jonista da praça da Independência" – sem dizer quem fora o autor da atitude censurada e do que se tratava. Não era a primeira vez que o jornal recorria à expressão "comício jonista": referia-se ao fato de ter sido Jones um dos fundadores do PSD, ex-interventor federal que sucedera a Bley na interventoria e candidato do PSD ao Senado contra o próprio Bley. Além disso, Eleosipo Cunha, proprietário do jornal, mateense como Jones, era seu desafeto político.

No dia 19, um domingo, era a eleição. *A Gazeta* lembrava na primeira página: "Atílio será eleito hoje governador do Espírito Santo." Grande parte dessa primeira página expunha a plataforma eleitoral do candidato. Na mesma edição anunciava-se "a chegada dos rádios Federal, 6 válvulas, ondas curtas e longas, a preço razoável, dentro em breve." Na página 9, a manchete era: "O carnaval vem aí." O Cine Glória exibia em matinê o seriado *A caveira* e, no Carlos Gomes, *Um gangster manso.* No Glória, em *soirée*, continuava em cartaz o filme *Amarga ironia*.

Dos 126.585 eleitores compareceram às urnas 94.558. Registraram-se 1.369 votos nulos e 2.213 em branco. Dos 90.976 votos válidos, Atílio Vivacqua recebeu 31.968. Carlos Lindenberg, primeiro governador da história do estado do Espírito Santo a ser eleito pelo voto direto, obteve 59.008 votos.

Apêndice A

Pagamento da dívida externa

Apêndice A

Pagamento da dívida externa

A lei 1.580, de 30 de julho de 1926, autorizou um empréstimo até o máximo de Rs. 30.000:000$000, "destinado exclusivamente aos três seguintes fins: 1º – regularização ou resgate do empréstimo externo de 1908; 2º – obras do Porto de Vitória; e 3º – obras da Estrada de Ferro do Litoral". Em março de 1927, o Banco Ítalo-Belga S/A, com sede na Antuérpia e sucursal no Rio de Janeiro, assinou o contrato de um empréstimo com o estado do Espírito Santo, pelo qual o governo entregou trinta notas promissórias de cinco mil libras cada uma, no valor total de 150 mil libras. A 30 de abril foi firmada uma nova operação, idêntica à primeira, para um empréstimo de mais 50 mil libras. Foram contraídos, na verdade, dois empréstimos: o primeiro, em desacordo com a lei, destinou o produto do empréstimo – como uma simples receita do estado – a intensificar as obras do Porto e "a outras obras públicas em andamento". As novas notas promissórias seriam pagas ao banco "em sua sede em Londres". O banco obrigou-se a descontá-las mediante a taxa de juros de oito por cento ao ano, e o pagamento, pelo estado, de uma comissão de meio por cento. Para a conversão parcial em mil réis seria adotada "a taxa de câmbio aplicado pelo Banco Ítalo-Belga". O banco foi autorizado a resgatar as notas "à sua taxa de câmbio da venda do Rio, para libras esterlinas telegráficas". Como garantia, foram dados os remanescentes do imposto de exportação, já oferecidos como garantia "dos empréstimos externos anteriores".

Em 9 de agosto de 1927 foi decretada a lei 1.624, contendo uma autorização para outro empréstimo, desta vez "até a importância líquida de Rs. 30.000:000$000 ou seu equivalente em ouro". O artigo 2º da lei determina que "o produto deste empréstimo, considerado como uma antecipação da receita do estado, será utilizado para intensificar as obras do Porto de Vitória e outras obras públicas em andamento e cuja conclusão é urgente para os interesses dos estados; aos serviços de Defesa do Café e à construção da Estrada de Ferro do Litoral. Nesse novo contrato ficou estipulado que essas obrigações seriam pagáveis na praça de Nova York. O Banco recebeu 350 obrigações ao portador do Tesouro do Estado no valor total de US$ 1.750.000 – ao par – deduzidos logo os cupons de juros do semestre inicial, e mais uma comissão de meio por cento sobre o valor das obrigações. Essa comissão, não prevista na lei, foi estabelecida como obrigação semestral. Em seguida diz o contrato: "Outrossim, em vista do prazo e da natureza excepcional do presente em-

préstimo, o Banco Ítalo-Belga cobrará, no ato da assinatura desse contrato, uma comissão especial de três por cento sobre o valor nominal do mesmo".

Em 16 de janeiro de 1936, o governador João Punaro Bley enviava um dossiê à Assembleia Legislativa informando que "com o presente cumpro o grato dever de levar ao alto conhecimento dessa ilustrada Assembleia que o meu governo, de acordo com a autorização legislativa que julgastes acertado lhe conceder, liquidou, em 16 de janeiro do corrente ano, pela importância de 12.164:028$900, o empréstimo de 2.500.000 dólares contraídos pela administração Florentino Avidos no Banco Ítalo-Belga, com sede em Antuérpia e sucursal no Rio de Janeiro".

* * *

Oficio em que o Secretário da Fazenda dá ciência ao Sr. Governador da operação financeira contratada

Vitória, 17 de dezembro de 1935.

Exmo. Senhor Governador:

Tendo o Governo do Estado conseguido chegar a acordo com o Banco Ítalo-Belga para liquidação total dos compromissos decorrentes do empréstimo de U$ 2.500.000 tomado em 1927, temos a honra de encaminhar a V. Excia. os documentos anexos solicitando a necessária mensagem à Assembleia Legislativa para que seja votado o crédito por conta do qual ocorrerá a operação.

O que esta operação representa para o estado do Espírito Santo, não precisa ser por nós exaltado, pois a expressão forte dos algarismos demonstrará o seu grande alcance financeiro e a necessidade e utilidade da mesma. O histórico desse empréstimo se encontra no volume anexo.

Quando assumimos a Secretaria da Fazenda tivemos, por força das necessidades do momento, de suspender imediatamente todos os serviços de juros e amortizações referentes aos Bancos estrangeiros para podermos atender a outros pagamentos, sempre com a intenção firme de estudarmos com calma a situação do estado para com os bancos referidos de que se chegasse a um entendimento razoável que, sem prejudicar a esses estabelecimentos, não nos levasse também a maiores esgotamentos financeiros, uma vez que a situação cambial era, como é, para nós, a mais desfavorável possível.

Lutamos meses a fio, levando sempre ao conhecimento de V. Excia., verbalmente, o andamento das "démarches". Por fim, em dias de novembro, com a presença nesta capital de um dos diretores do Banco Ítalo-Belga, tivemos ocasião de redigir a proposta anexa.

Finalmente, a 5 de dezembro corrente assinava-se o acordo (doc. n. 3) que, realizado, reputamos uma das melhores operações feitas pelos governos neste estado. A operação foi baseada nos valores expressados na demonstração de 30 de junho próximo passado. Naquela data, devia o estado ao banco, de capital e juros, US$ 1.163.203.64. Tomando-se por base a taxa livre do câmbio de 5 de dezembro (data do acordo) – 18$040 – temos em nossa moeda Rs. 9.984:193$666.

Como o estado deverá entregar o depósito de Rs.164:028$900 da conta vinculada ao contrato de empréstimo e mais Rs.10.000:000$000 do recebimento a ser feito no Departamento Nacional do Café na conta das sobras de 5 xelins ou sejam Rs.164:028$900, quantia esta dada por saldo, isto é, a troca da escritura de quitação, sucede que há nos cofres públicos uma economia de Rs. 820:164$766.

Se, porém, tomarmos os valores computados no dia 5 de dezembro, que representam a realidade de nossa dívida, porque até esta data contavam-se os juros, teremos essa economia aumentada para Rs. 872:740$428.

Junto encontrará V. Excia. os quadros demonstrativos que claramente elucidam o assunto. Estou certo de que o Governo de V. Excia., levando ao termo esta operação, terá prestado ao nosso estado um dos maiores serviços. Realizada a operação ficará a dívida do estado reduzida de mais de um terço e livre das mil oscilações cambiais que poderiam pesar sobre os cofres públicos relativamente à avultada soma de US$ 1.193.834,22 trazendo assim prejuízos os mais desconcertantes e nocivos à economia pública.

Atenciosas saudações,

(a) Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
Secretário da Fazenda

* * *

Ofício endereçado ao diretor do Banco Ítalo-Belga pelo Secretário da Fazenda

Vitória, 21 de novembro de 1935.

Ilmo. Sr. Daniel Carlier
M. D. Diretor do Banco Ítalo-Belga
Rio de Janeiro

De acordo com o pedido verbal de V. S., venho declarar, em nome do Governo do Estado do Espírito Santo, que fica mantida a proposta que fizemos para liquidação do débito do estado, para com esse banco, até o dia 5 de dezembro próximo futuro, dentro de cujo prazo devemos ter resposta decisiva, para nossa diretriz no sentido de saneamento das finanças a nosso cargo como tivemos ocasião de expor lealmente a V. S.

A proposta a que me reporto acima é a de liquidação total do débito do Banco Ítalo-Belga, com o pagamento, de uma só vez, de dez mil contos de réis e mais o depósito que temos de dois mil, cento e cinquenta contos de réis, aproximadamente, o que quer dizer 12.150:000$000 mais ou menos por saldo de nossas contas. Devo, mais uma vez, encarecer as vantagens de tal liquidação pela oportunidade única encontrada, em quase oito anos, para solução definitiva de um caso tão difícil. Escapada esta ocasião excepcional, não sei, como não sabe V. S., quando teremos outra.

Como tive ocasião de esclarecer, o sacrifício do Governo, no momento, seria verdadeiramente desumano para entregar ao Banco Ítalo-Belga tão avultada soma que está destinada especialmente à liquidação de dívidas internas nas praças do estado cujos pagamentos não só iriam desafogar o nosso comércio, como facilitar a ação dos governantes em situação difícil, presenciada por V. S. pessoalmente.

Este sacrifício que pretendemos nos impor e ao povo que governamos, precisamos convir, só pode ser justificado com uma liquidação total que compense os nossos esforços, amenizando os prejuízos decorrentes de um negócio desastroso para a economia espírito-santense. Temos feito propostas a outros bancos em quantias bastante inferiores, que, sendo aceitas, não nos trarão as dificuldades internas aludidas. Mas, para demonstrar a nossa vontade de satisfazer os compromissos com esse banco, deixamos as mesmas em suspenso, aguardando sua resposta até o dia 5 de dezembro, como acima ficou dito.

É notável o trabalho de V. S. em defesa dos interesses do Banco que dirige, cujo esforço eu louvo sinceramente. Porém, espero que não só a direção no Rio de Janeiro, como a da Bélgica reconheçam também o nosso desejo de liquidar e o nosso sacrifício prejudicando os interesses internos do nosso povo para satisfazer compromissos bancários e, digamos, externos.

Estou certo de que, exposta a situação com clareza aos interessados sobre todos os pontos de vista quer da nossa oportunidade, quer do nosso desejo de pagar, quer dos nossos esforços, sacrifícios e prejuízos, seremos também compreendidos para a aceitação integral da proposta. A entrega da importância de Rs. 800:000$000 e mais o depósito para ficar o governo a dever ainda Rs. 5.000:000$000 ou para pagar este resto em café não nos é possível aceitar porque seria, além de um sacrifício enorme, um desastre financeiro para o estado, em vista da ocasião única oferecida pela liquidação conveniente de outros débitos capazes de tranquilizar por anos a fio a ação do Governo. Se não for aceita esta nova proposta, é intenção do Governo um novo entendimento com o Banco no sentido de estabelecer depósito, na medida das possibilidades futuras, para uma liquidação posterior conveniente, permitindo a situação cambial.

Claro está que esse negócio se prende exclusivamente ao recebimento das chamadas "sobras da taxa de 5 xelins sobre o café", sem o qual não teremos recursos para solver a proposta em jogo.

Aceita, daremos procuração, em *causa própria*, ao Banco para receber do Departamento Nacional do Café, diretamente, a importância ou entraremos com o dinheiro, caso este já estiver em nosso poder.

Atenciosas saudações,

(a) Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
Secretário da Fazenda

* * *

Resposta que os Srs. Del Prere e Daniel Carlier deram ao Secretário da Fazenda

Banco Ítalo-Belga, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1935.

Exmo Sr. Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
M. D. Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo
Vitória.

Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que, havendo transmitido aos interessados credores, a proposta de liquidação constante da carta de V. Excia., nº 58, de 21 de novembro próximo findo, foi a mesma aceita.

Em consequência, daremos quitação definitiva do saldo do empréstimo em dólares constante do contrato celebrado, entre o Estado e o Banco Ítalo-Belga, por escritura pública lavrada nas notas do Tabelião Dr. José D. Rocha, na capital federal (livro n. 744, folhas 35 v.) depois de recebidas as seguintes quantias:

1ª) o saldo credor do Tesouro do Estado do Espírito Santo, em conta corrente vinculada, aberta junto ao Banque Italo-Belge, de acordo com a cláusula V (5ª) do contrato acima referido. O aludido saldo credor, na data de hoje, e sob reserva de verificação é de Rs. 2.164:028$900 (dois mil cento e sessenta e quatro contos, vinte e oito mil e novecentos réis).

*2*ª) Réis: 10.000:000$000 (dez mil contos de réis) parte das sobras da taxa de cinco xelins, devidas pelo Departamento Nacional do Café ao Estado do Espírito Santo.

Para o fim de pagamento da acima mencionada parcela de réis 10.000:000$000 (dez mil contos de réis) o estado outorgará, ao Banque Italo-Belge, poderes procuratórios, em causa própria, para cobrá-la do Departamento Nacional do Café. Caso, porém, se efetuado por aquele Departamento o dito pagamento de réis 10.000:000$000 (dez mil contos de réis) diretamente ao Estado do Espírito Santo, antes de outorgada a referida procuração em causa própria, será a mesma quantia entregue ao Banque Italo-Belge pelo governo do Estado do Espírito Santo.

Fica também entendido que, para o pagamento referido acima (dez mil contos de réis) o Estado do Espírito Santo atribuirá, preferencialmente, as quantias que irá recebendo do Departamento Nacional do Café.

Cumprindo o presente acordo, o Estado do Espírito Santo terá pago, em liquidação definitiva, o *Empréstimo Dólares* que seria, nesta data, US$ 1.163.203,44 (um milhão, cento e sessenta e três mil, duzentos e três dólares e quarenta e quatro cêntimos), correspondente à quantia de réis 12.164:028$900 (doze mil, cento e sessenta e quatro contos, vinte e oito mil e novecentos réis). O referido extrato do *Empréstimo Dólares* fica demonstrado pelo anexado.

O governo do Estado do Espírito Santo emprestou seus bons ofícios, junto às autoridades competentes, tomando as providências que se fizerem necessárias e, de acordo com o Banque Italo-Belge, para a transferência, em moeda estrangeira, dos fundos recebidos por este banco, em virtude do presente acordo.

Reiteramos a V. Excia. os nossos protestos de subido apreço e mui distinta consideração, servindo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas

Atenciosas saudações,

Banque Italo-Belge S.A,
aa) Del Prere e Daniel Carlier

Anexo que demonstra o saldo do EMPRÉSTIMO DÓLARES, a que se refere a nossa carta de 5/12/1935:

Prestação vencida em 30/9/1931 (saldo)....	US$	22.444,00
Prestação vencida em 30/3/1932.....	US$	77.500,00
Prestação vencida em 30/9/1932.....	US$	78.750,00
Prestação vencida em 30/3/1933.....	US$	157.500,00
Prestação vencida em 30/9/1933.....	US$	187.500,00
Prestação vencida em 30/3/1934.....	US$	187.500,00
Prestação vencida em 30/9/1934.....	US$	201.875,00
Prestação vencida em 30/3/1935.....	US$	201.875,00
Total.....	US$	1.114.944,00

Juros de mora em 31/12/1934 ..... US$ 84.595,95

Juros de mora em 30/6/1935 ..... US$ 33.079,31
Total ..... US$ 117.675,26

Menos juros pagos
até 30/6/1935 ..... US$ 69.415,62 ..... US$ 48.259,64

Total ..... US$ 1.163.203,64

Vitória, 5 de dezembro de 1935.

BANQUE ITALO-BELGE S.A.

(aa) *Del Prere*

Daniel Carlier

TOTAL DA DÍVIDA em dólares		Taxa de operação do empréstimo Rs. 8$150		Taxa de câmbio oficial Rs. 11$840		Taxa do câmbio livre Rs. 18$040	
Em 30/6/35	Em 5/12/35	Em 30/6/35	Em 5/12/35	Em 30/6/35	Em 5/12/35	Em 30/6/35	Em 5/12/35
1.163.203,64	1.193.834,22	9.829:070$753	10.087:899$159	13.772:331$097	14.134:997$164	20.984:193$665	21.536:769$328

Observações – O acordo foi firmado para liquidação total do débito de US$ 1.163.203,64 com o pagamento de Rs. 12.164:028$900, ou seja, 10$157 por dólar, considerada a dívida em 30/6/1935. Diferença a favor do Governo do Estado do Espírito Santo, Rs. 8.820:164$765.

Considerada a dívida real em 5/12/1935, data do acordo, teremos o dólar a 10$189. Diferença a favor do Governo do Estado do Espírito Santo, Rs. 9.372:740$428.

Contadoria Geral do Estado do Espírito Santo, em 5 de dezembro de 1935.

ULISSES RIBEIRO
Contador Geral do Estado

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS COM O BANCO ÍTALO-BELGA

	Dólares	Réis
Capital inicial recebido	2.500.000,00	21.087:500$000
Pagamentos efetuados até 5/12/35:		
Capital	1.385.056,00	11.990:463$660
Cupons de juros do empréstimo	667.975,00	7.061:898$640
Comissões semestrais	89.971,88	819:557$755
Comissões especiais	95.300,00	826:084$000
Juros (x)	51.800,00	489:408$000
Juros de mora	69.415,62	1.219:508$600
	2.359.518,50	22.406:920$655

RESUMO

Capital	1.385.056,00	11.990:463$660
Juros	789.190,62	8.770:815$240
Comissões	185.271,88	1.645:641$755
	2.359.518,50	22.406:920$655

O Estado ainda deve:		
Obrigações US$ 1.114.944,00		
Juros de mora até 5/12 US$ 78.890,22		
Total US$ 1.193.834,22	a 10$189	12.164:028$000

(x) Juros antecipados de 1 mês do empréstimo de US$ 750.000	$ 5.000
Juros s/ restante dos empréstimos no período de 1º de outubro de 1930 a 31 de março de 1931, quando foi reformado o contrato	$ 46.800
Total	$ 51.800

18-12-35

Ulisses Ribeiro
Contador Geral do Estado

* * *

LEI NÚMERO 39

Abre Crédito para liquidação do débito do Estado com o Banco Ítalo-Belga

O Governador do Estado do Espírito Santo, cumprindo o que determina o art. 44, n.1, da Constituição, manda que tenha execução a presente lei da Assembleia Legislativa.

Art.1º – Fica aberto o crédito de doze mil cento e sessenta e quatro contos e vinte e oito mil e novecentos réis (12.164:028$900) para atender à liquidação do débito do Estado para com o Banco Ítalo-Belga nos termos já ajustados e outros que melhor consultem o interesse do Estado e sem mais nenhum ônus para este.

Art. 2º – O referido crédito será coberto pelo depósito do Estado com esta conta corrente vinculada, junto ao mencionado estabelecimento e, pelas sobras de cinco xelins que vierem a ser restituídas ao Estado, por força do Convênio Cafeeiro em vigor.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário do Interior mande publicá-la, imprimir e correr.

Palácio do Governo em Vitória, em 28 de dezembro de 1935,

(aa) João Punaro Bley,

Carlos Gomes de Sá

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado do Espírito Santo em 28 de dezembro de 1935.

(aa) Dario Araújo, diretor de Expediente

Apêndice B

Situação econômica do Estado (1934-1939)

Apêndice B

Situação econômica do Estado (1934-1939)

Os reflexos da guerra europeia sobre o nosso intercâmbio comercial com a Europa não se fizeram sentir senão a partir de 1940, quando com o alastramento da situação belicosa a outros países, nos foram fechados os principais mercados compradores. Dentro, porém, de 1939, mesmo nos últimos meses, não houve reflexo sensível. Se, no primeiro semestre de 1939, o Espírito Santo exportou para a Europa 17.122.679 kg, ou 46% da exportação total para o exterior, no valor de 17.373.257$ ou 36% do valor total, já no segundo semestre exportou 19.509.992 kg ou 53%, valendo 23.446.930$ ou 49%.

A situação do Espírito Santo em confronto com os demais estados da Federação, no seu comércio com o exterior, é das mais lisonjeiras. Do nosso intercâmbio com o exterior em 1939, resultou um saldo favorável de 87.567.595 kg, no valor de 116.129.604$, importância que nos coloca em quarto lugar dentro os demais estados brasileiros, que apresentaram resultados favoráveis na balança comercial e que foram em número de 15. Os três estados que se colocaram antes do Espírito Santo são São Paulo, Bahia e Ceará.

Fazendo-se uma apreciação sobre a distribuição geográfica deste saldo obtido, observa-se que ele obedeceu à seguinte discriminação: América com 57% em relação ao saldo atual; Europa, 35% e África, 8%.

O intercâmbio comercial do Espírito Santo com os demais estados da Federação é um índice claro e seguro do desenvolvimento do comércio espírito-santense, cuja ampliação à conquista de novos mercados se vem fazendo de modo expressivo.

Em 1938, a exportação de cabotagem atingia 145.695.271 quilos, ou sejam 62% da exportação geral, que foi de 237.841.921 kg. Já em 1939, a exportação de cabotagem alcançava 143.295.043 kg, que correspondem a 69% da exportação geral a 204.875.745 kg. No período de 1931 a 1934, a importação excedia à exportação. De 1935 para cá, esta manteve-se superior àquela: em 1933, foram exportados 41.366 kg e importados 50.918 kg, com um déficit de 9.552. Em 1934, foram exportados 48.351 kg, importados 72.170, com déficit de 19.941. Porém em 1935, foram exportados 72.170 kg, e importados 68.784 kg, com um

saldo de mais 3.306; em 1936 foram exportados 141.676 e importados 76.316 kg, com um saldo favorável de 65.360. Em 1937: 155.687 kg exportados, importados 87.480 kg com um saldo a mais de 68.207. Em 1938, foram exportados 145.695 kg, importados 86.315 kg, com um saldo de 59.380 e, em 1939, 143.295 kg exportados, contra uma importação de 102.920 e um saldo de 40.375. Isso demonstra que a exportação que no período de 1931 a 1934 apresentou sobre a importação uma diferença, para menos, de 61.491 toneladas, no período de 1935 a 1939 apresenta a diferença positiva de 236.708 toneladas.

O saldo favorável em toneladas registra: em 1931, 92.194; em 1932, 78.078; em 1933, 73.782; em 1934, 67.426; em 1935, 74.626; em 1936, 72.610; em 1937, 68.602; em 1938, 88.563; e, em 1939, 87.568. Dos produtos vegetais (café, madeiras, milho, cacau, mamona) registraram-se em quilos, em 1937, 71.775.774; em 1938, 91.095.000; e, em 1939, 84.170.064; dos produtos animais (couros vacuns), em quilogramas, registrou-se em 1937, 332.746; em 1938, 365.128; em 1939, 261.360. Dos produtos minerais (mica e areia monazítica), 559.914 em 1937; 685.867 em 1938; 4.566.406 em 1939, representando 100% do produto sobre o total do triênio.

❁-❁-❁

Apesar da estiagem em 1939, o algodão alcançou uma safra de 600 mil quilos em 1939 contra 400 mil de 1938. A usina de Alegre descaroçou 45.952 quilos de algodão, produzindo 13.434 quilos de pluma, ou seja, 162 fardos. Essa produção foi toda vendida à firma Ferreira Guimarães S.A. Por sua vez, a usina de Santa Teresa, inaugurada em maio de 1939, beneficiou 31.720 quilos de algodão em caroço, produzindo 10.084 quilos de pluma, em 141 fardos. O diretor-geral do Departamento de Agricultura, Terras e Obras distribuiu 32.825 quilos de sementes para plantio no ano agrícola de 1939, tendo sido escolhidas, em seleção, as variedades Texas e Express. A safra próxima é estimada em 1.500.000 quilos de algodão, tendo sido plantada uma área de 1.600 hectares.

❁-❁-❁

O Governo do Estado adquiriu recentemente em São Paulo sementes e mudas e enxertos destinados à distribuição entre os agricultores. Essa aquisição se destina a selecionar e melhorar a produção agrícola do estado, assentando em bases padronizadas e capazes de atender ao desenvolvimento econômico do estado.

A quantidade de sementes adquiridas assim se distribui: 30 mil quilos de sementes de algodão; 11.700 quilos de batata Irati, polpa amarela; 7 mil quilos de batata argentina Mendoza; 8 mil quilos de arroz dourado; 1.200 quilos de arroz Honduras; 8 mil quilos de milho Cateto 18; 1.200 quilos de milho Armour amarelo; 600 quilos de milho Assis Brasil; 600 quilos de milho cristal, tipo duro; 20 quilos de milho argentino pipoca; 1.250 quilos de amendoim selecionado.

❁-❁-❁

O Departamento de Agricultura fez incluir as informações que se seguem no trabalho sobre desenvolvimento da cultura mecânica no Espírito Santo, distribuídas aos agricultores e criadores do estado:

> "A criação dos tipos padronizados para nossa produção é uma necessidade imperiosa, cuja solução estava reclamando do poder competente uma ação imediata. Temos tido, nos últimos meses, reiterados pedidos de compradores de outros estados e mesmo do exterior, de milho, arroz, etc., pedidos estes que o Espírito Santo não tem podido atender, não por falta de volume da produção senão pela falta absoluta de tipos padronizados. Empenhado como se acha o Departamento de Agricultura em dar a esta parte uma solução definitiva tem procurado organizar o serviço de distribuição de sementes de tal modo a garantir de futuro uma produção uniforme, padronizada e satisfazendo às exigências dos mercados compradores. Assim, é-nos gratos informar que o Departamento de Agricultura se acha aparelhado para atender a todos os pedidos de sementes das seguintes espécies: arroz, milho, feijão, mamona, algodão, amendoim e batata inglesa.
>
> Estas sementes, rigorosamente selecionadas e obedecendo como dissemos, a tipos padronizados, serão vendidas pelo custo ou cedidas mediante termo de compromisso para que na época da colheita o lavrador restitua igual quantidade da semente recebida. Para evitar que esta mesma semente seja distribuída a um elevado número de pequenos lavradores, cuja produção, pelo seu reduzido volume, não chegaria a ser canalizada para os mercados exportadores, o Departamento de Agricultura, nas instruções que baixou aos seus auxiliares, estabeleceu como mínimo a ser plantado para cada lavrador o seguinte: arroz, 40 kg; milho, 40 kg; feijão, 10 kg; mamona,15 kg; algodão, 20 kg; amendoim, 25 kg; batata inglesa, 300 kg.
>
> Como medida complementar a todas estas iniciativas anteriormente enumeradas, o Governo do Estado vem estudando os meios mais práticos e eficientes a serem postos em execução com o fim de facilitar o escoamento dessa produção de molde a permitir ao produtor a maior remuneração possível para as suas colheitas."

(*Boletim Estatístico do Espírito Santo*, Ano I, nº 2, 1940)

Caderno de imagens

tou-se a Carlos que a firma dispendera 10 contos de réis para retirar o equipamento, há dois anos na Alfândega, e que agora incluíam impostos muito altos. A firma queria a liberação do imposto e do equipamento:

-- Nós não podemos pagar e há interesse do Estado de que a fábrica funcione. Vou estudar o assunto, informou Carlos. Volte daqui a três dias.

Na Alfândega, o "funcionário categorizado" chamado Baldene ouviu a explicação, pegou um manuel e começou a ler todos os artigos, para no final explicar que Carlos teria que requerer ao Presidente da República: só o presidente Getulio Vargas poderia dar a isenção, "mas acho que ele vai lhe dar a fábrica" disse Baldene. Em casa, Carlos redigiu a petição, os sócios Henrique e Erneto assinaram, Getúlio Vargas leu toda a papelada e disse: "O senhor protocole, passe no protocolo e protocole o requerimento" Tres meses depois o Diario Oficial publicou a liberação das máquinas, a isenção dos impostos e também das taxas.

Meyerfreund voltou quando Carlos era secretário da Agricultura: a firma Arens Langen, sabendo que ele havia sido beneficiado com a isenção, resolveu fazer um aluguel que ficou proibitivo. A firma pediu de volta o barracão e Meyerfreund não tinha um terreno para construir sua fábrica. Carlos lhe sugeriu que montasse a Garoto num barracão velho, no bairro da Gloria. havia sido uma fábrica de ladrilho da Pecheco & Cia, que deixara no local uma chaminé:

-- Esse predio terreno tem um problema de invasão. Examina e vamos ver o que se pode fazer.

O terreno serviria, após uma reforma(as famílias foram transferidas para outro lugar), mas Henrique não possuía recursos para isso:

-- Vou nomear uma comissão para avaliar o preço do terreno. Enquanto o processo vai andando você vai consertando a antiga fabrica.

O prédio foi avaliado em 9 contos de réis e o terreno em 200 réis o metro quadrado, que era o preço da região.

Carlos acreditava que a fábrica iria dar emprego a muita gente

Nota explicativa

A descrição das fotos relativas aos dois governos de Carlos Lindenberg teve por base as relações de negativos que, por sua vez, foram elaboradas com informações retiradas dos envelopes de negativos produzidos pela extinta Seção Fotográfica do Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos (SCRTE) da Secretaria da Educação. O recolhimento de tais envelopes ao Arquivo Público do Estado ocorreu no início da década de 1980. Extraíram-se dessas relações de negativos as legendas e títulos que estão entre aspas.

Não está claro o critério utilizado para registro das datas naqueles envelopes, depois transcritas nas relações. Em alguns conjuntos de negativos referentes a eventos significativos, a descrição traz especificado o dia, sempre anterior àquele constante no espaço/coluna da data, o que faz supor esta última indicar quando o filme fotográfico foi revelado ou copiado na repartição. Assim, na grande maioria dos casos estão indicados apenas o mês e ano dos acontecimentos; somente aqueles que comprovadamente ocorreram em determinada data têm o dia especificado.

As referências das imagens obtidas no Arquivo Público do Estado levam no início as iniciais CFML e foram também extraídas das relações de negativos, cuja sequência segue a ordem numérica crescente e acompanha em linhas gerais a cronologia; em novembro de 1960 a numeração foi recomeçada. As fotos provenientes do acervo da família Lindenberg estão identificadas com a sigla AFL.

Apesar dos esforços empreendidos, não foi possível identificar a maioria dos autores das fotos. (FA)

FAMÍLIA



Carlos Lindenberg por ocasião da formatura em Direito. Rio de Janeiro, RJ, 1921.
Huberti & Cia, Rio de Janeiro/AFL



Carlos Lindenberg deputado à Assembleia Constituinte de 1934. Rio de Janeiro, RJ, 1934.
Stuckert, Rio de Janeiro/AFL



Inauguração da residência da família Lindenberg à rua Colatina, atual Desembargador Sampaio, e comemoração do 1º aniversário de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê). Esq./dir.: dom Helvécio Gomes de Oliveira, Carlos Lindenberg, Cariê Lindenberg no colo de Maria Lindenberg. Vitória, ES, Praia do Canto, 13 set. 1936.

Mazzei, Vitória/AFL

Residência da família Lindenberg na Praia do Canto, Vitória, ES.

Chanaan nº 31, abr. 1939





"Filhos do Dr. Carlos Lindenberg, Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo". Esq./dir.: Carlos Fernando (Cariê), Maria Henriqueta (Quetinha) e Maria de Lourdes (Lurdica).

Chanaan *nº 7, jul. 1937, p. 12 – Foto Paes*

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê) na capa da revista Chanaan.

Chanaan nº 26, nov. 1938, p. 13



SECRETÁRIO DA AGRICULTURA



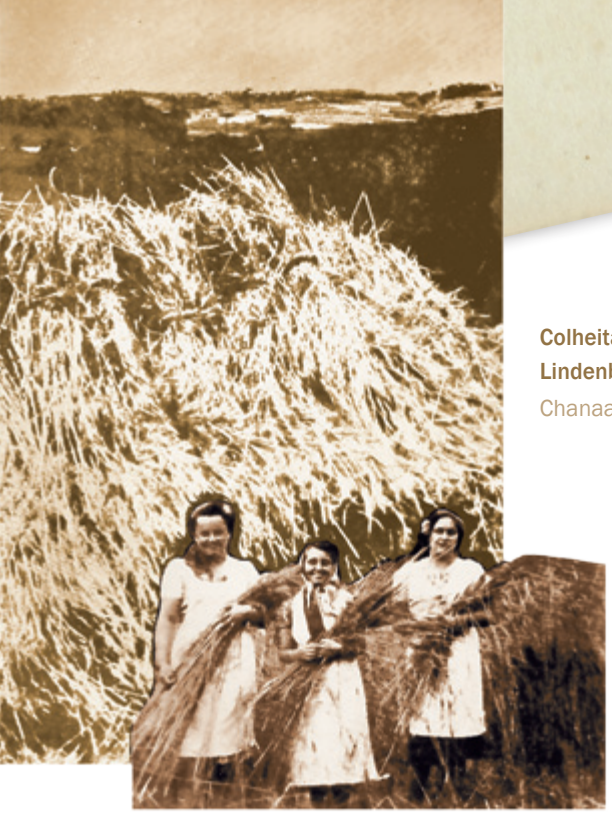
Atuação do Secretário da Agricultura. No verso: “Semana da Semente em Cachoeiro de Itapemirim 1937”. Ao centro, Carlos Lindenberg. Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1937. *AFL*



Excursão pela Serra dos Aimorés. No verso: “Grupo tirado no alto da serra divisora d’águas mineiras e espírito-santenses”. Divisa ES-MG, 1938. *AFL*



Assinatura de acordo entre o estado e o ministério da Agricultura. Carlos Lindenberg sentado, tendo à sua esquerda o ministro Odilon Braga. Rio de Janeiro, RJ, 1938 (?). *AFL*



Colheita de trigo. Esq./dir.: Alzira Douat Bley, Maria Queiroz Lindenberg e Alice Proença Monjardim. Castelo, ES, 1938.
Chanaan *nº 27, dez.. 1938 p. 38*



Outro aspecto da colheita de trigo. Castelo, ES, 1938.
Chanaan *nº 27, dez.. 1938 p. 39*



Carlos Lindenberg mostra repolho recém-colhido. Castelo, ES, 1938.
Chanaan *nº 27, dez.. 1938 p. 40*





Carlos Lindenberg deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Rio de Janeiro, 1946.

Alonso Bispo, Rio de Janeiro/AFL

Vitória, ES, 29 de março de 1947



Instalação da
Assembleia Constituinte.
O plenário e a galeria.
CFML 0695



Autoridades chegam de carro à
Assembleia. Praça João Clímaco.
CFML 0696



Carlos Lindenberg e
autoridades se encaminham
à Assembleia.
Praça João Clímaco.
CFML 0697

POSSE NO PRIMEIRO MANDATO DE GOVERNADOR

VITÓRIA, ES, 29 DE MARÇO DE 1947

Leitura do compromisso por Carlos Lindenberg como primeiro governador constitucional do Estado do Espírito Santo. Ao centro: Carlos Lindenberg, tendo à sua direita Antônio Ataíde e à sua esquerda Lauro Ferreira Pinto. *CFML 0698*



Carlos Lindenberg discursa perante a Assembleia Constituinte na posse como governador do estado. Esq./dir. sentados: Cícero Alves (1º), dom Luís Scortegagna (2º), Antônio Ataíde (3º), Carlos Lindenberg (4º), Lauro Ferreira Pinto (5º, presidindo a sessão). *AFL*





Transmissão do cargo. Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Mary Ubirajara, Maria Lindenberg, Moacir Ubirajara (lendo discurso). Palácio Anchieta. *CFML 0702*



Carlos Lindenberg com a faixa de governador do estado. Palácio Anchieta. *AFL*



Carlos Lindenberg com casaca e faixa governamental. Rio de Janeiro, RJ, 1947 (?).
Studio Ávila, Rio de Janeiro/AFL

Governador recebe exemplar da Constituição Estadual, promulgada nesse dia. Carlos Lindenberg discursa, tendo a sua esquerda Cícero Alves, Erildo Martins e Lauro Ferreira Pinto. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 26 jul. 1947.
CFML 0729



Anchieta, ES, novembro 1947



Chegada da comitiva. Carlos Lindenberg (de costas com terno claro) cumprimenta dom Helvécio Gomes de Oliveira.
CFML 0755



Grupo de visitantes e anchietenses. Esq./dir.: dom Helvécio Gomes de Oliveira (crucifixo no peito), Carlos Lindenberg, cônego Raimundo Pereira de Barros (chapéu na mão).
CFML 0756



Comitiva e populares na Praça D. Pedro II.
CFML 0757

"Chegada do governador e comitiva no campo de aviação General Agustín Justo"

Guaçuí, ES, setembro 1948



Comitiva chega de avião.
CFML 1004



Vista externa do hangar. Ao centro, Carlos Lindenberg (chapéu na mão), à sua direita Maria Henriqueta (Quetinha) Lindenberg, e à sua esquerda Francisco Lacerda de Aguiar (de terno), Maria Lindenberg e Zélia Viana de Aguiar (vestido claro).
CFML 1007



Visitantes em meio à assistência. *CFML 1012*



Carlos Lindenberg cumprimenta populares.
CFML 1014



Discurso do governador.
CFML 1015



Durante a bênção. Carlos Lindenberg (chave da cidade na mão), tendo à direita Maria Lindenberg e à esquerda Francisco Lacerda de Aguiar.
CFML 1017

VISITA A AFONSO CLÁUDIO E ANCHIETA



Visita do governador. Afonso Cláudio, ES, jan. 1948.
CFML 0772

“Inaugurações, reforma da escadaria, pedra fundamental do campo de aviação, marco da ponte sobre o rio Benevente”. Esq./dir.: Ceciliano Abel de Almeida (terno escuro, lenço no bolso), Carlos Lindenberg, dom Helvécio Gomes de Oliveira, cônego Raimundo Pereira de Barros (chapéu na mão). Anchieta, ES, ago. 1948. *CFML 0940*



"Inauguração do Instituto Biológico do Estado do Espírito Santo e da nova chocadeira"
Cariacica, ES, bairro Santana, novembro 1948



Cerimônia no laboratório.

CFML 1103



Governador examina de perto o novo equipamento.

CFML 1106

Santa Teresa, ES, distrito de São Roque, fevereiro 1950



Carlos Lindenberg conversa com lavradores. *CFML 1611*

Inauguração da ponte. *CFML 1613*





Governador discursa em frente à igreja. *CFML 1620*

"Inauguração do Parque de Exposição Permanente de Pecuária (Zebulândia)"
Cariacica, ES, bairro de Itacibá, 1950



Aspecto do banquete.
CFML 1742



À mesa principal. Da esquerda para a direita, Jones dos Santos Neves (1º), Carlos Lindenberg (3º).
CFML 1743



“Comissão Mista Brasileira Americana de Estudos Econômicos. Almoço no palácio”. Vitória, ES, Palácio Anchieta, Salão Negro, jan. 1949.
CFML 1141

“Visita do Sr. Ministro do Trabalho. Inauguração do IAPI (Vale do Rio Doce)”. Esq./dir.: ministro Honório Fernandes Monteiro (ao centro), Carlos Lindenberg (discursando) e Jones dos Santos Neves. Vitória, ES, mar. 1949
CFML 1237





VISITA DO PRESIDENTE DUTRA

Vitória, ES, setembro 1949



Desfile em carro aberto pela Avenida Jerônimo Monteiro. Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Eurico Dutra.
Mazzei, Vitória/AFL

Na escadaria do Palácio Anchieta. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º), Eurico Dutra (3º).
CFML 1453





No Palácio Anchieta, Dutra cumprimenta Jefferson de Aguiar sob o olhar de Carlos Lindenberg.
AFL



Dutra (ao centro) termina a visita ao prédio do IAPI.
CFML 1461-1474-ng1



Populares reunidos em frente ao prédio do IAPI. À esquerda, o armazém 3 do Cais do Porto. Na faixa ao fundo lê-se: "Os ferroviários confiam no Presidente da República".
CFML 1461-1474-ng2



Populares reunidos em frente ao prédio do IAPI.
CFML 1461-1474-ng3

"Visita ao Cais de Minério" - Vila Velha, ES, setembro 1949



Dutra observa as instalações da CVRD.
CFML 1475-1482-ng2



O visitante ouve explicações sobre o funcionamento do cais.
CFML 1475-1482-ng3



Eurico Dutra e Carlos Lindenberg (de chapéu claro).
CFML 1480A

Colatina, ES, 11 de setembro de 1949



Palanque com autoridades.
CFML 1526-1539-ng2

Colatina, ES, 11 de setembro de 1949



“Chegada da Comitiva Dutra”. *CFML 1526-1539-ng1*



Desfile cívico-escolar. *CFML 1526-1539-ng3*



“Inauguração da Casa de Saúde Sílvio Avidos e Maternidade”.
CFML 1546



“Casamento da filha do Governador Carlos Lindenberg”
Esq./dir.: o noivo Miguel, assinando os papéis, o pai do noivo, Maria Lindenberg (em pé) e a noiva Maria Henriqueta Lindenberg. Ao fundo, Carlos Lindenberg conversa com dom Jaime de Barros Câmara. Vitória, ES, Catedral Metropolitana, 1948. *CFML 1569-1587-ng1*



“Transmissão do poder”
Esq./dir.: Nelson Goulart Monteiro (de braços cruzados), José Rodrigues Sette, vice-governador, recebendo o abraço de Carlos Lindenberg que deixa o governo. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 1º jul. 1950. *CFML 1754*



Em missão do Senado Federal no Japão. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º, em pé), Juracy Magalhães (último sentado). Tóquio, House of Councilors, 30 nov. 1956.
AFL

Recepção na chegada do Rio de Janeiro para tomar posse no segundo mandato de governador. Vitória, ES, aeroporto, janeiro 1959



Carlos Lindenberg cumprimenta correligionários.
Maurício Foto, Vitória/ AFL



Ao centro, Carlos Lindenberg e Maria Lindenberg.
Maurício Foto, Vitória/ AFL



Leitura do discurso de posse perante a Assembleia Legislativa. À mesa, esq./dir.: Raul Giuberti (1º), Carlos Lindenberg (4º, em pé), Argilano Dario (5º, presidindo a sessão), Floriano Lopes Rubim (8º, de terno claro). Vitória, ES, 31 jan. 1959.

Maurício Foto, Vitória/ AFL



Recebimento da faixa governamental. Esq./dir.: Francisco Lacerda de Aguiar, Carlos Lindenberg, monsenhor Fuchs. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 31 jan. 1959.

Pedro Fonseca, Vitória/ AFL



"Legião Brasileira de Assistência (LBA). Posse da nova presidente Maria Queiroz Lindenberg." Esq./dir.: Maria Lindenberg (discursando), Judith Leão Castelo Ribeiro (de bolsa branca), Carlos Lindenberg (sentado). Vitória, ES, abr. 1959.
CFML 6941



"Dia das Mães na Obra Social Santa Luiza – Homenagem à Mãe representada pela Sr.ª Maria Queiroz Lindenberg, como mãe dos órfãos." Vitória, ES, maio 1959.
CFML 7204



"Dia das Mães no Praia Tênis Clube – Homenagem à Mãe representada pela Sr.ª Bárbara Monteiro Lindenberg, como Mãe do Ano." Esq./dir.: Maria Ester Lindenberg Coelho (Filhinha), Bolívar de Abreu, Bárbara Monteiro Lindenberg. Vitória, ES, maio 1959.
CFML 7213



"Legião Brasileira de Assistência (LBA) – Entrega de presentes do Natal dos Pobres." Maria Lindenberg de óculos escuros. Vitória, ES, dez. 1959.
CFML 8680



Bárbara Monteiro Lindenberg (sentada) aguarda desfile escolar. Vitória, ES, maio 1961.
CFML 3617



Bárbara Monteiro Lindenberg junto aos assistentes. Vitória, ES, maio 1961.
CFML 3618



“Conferência da presidente da LBA com professoras do Instituto Brasil – Estados Unidos.” Vitória, ES, maio 1961.

CFML 3718



Maria Lindenberg na gruta do Colégio Maria Matos. Anchieta, ES, ago. 1961.

CFML 4482



“Reunião de senhoras da sociedade, na residência do governador, estudando planos para o Natal dos Pobres.” Em pé, Maria Lindenberg. Vitória, ES, Palácio Anchieta, nov. 1961.

CFML 5405

Reunião do governador com os secretários, no gabinete do secretário da Fazenda.
Vitória, ES, Palácio Anchieta, maio 1961



À mesa, esq./dir.: Milton Caldeira, Armando Rabelo, Bolívar de Abreu, Carlos Lindenberg, Cariê Lindenberg, Asdrúbal Soares, Carlito von Schilgen e, de costas, Napoleão Fontenelle da Silveira, Darcy Pacheco de Queiroz.
CFML 3407



Esq./dir.: Armando Rabelo, Bolívar de Abreu, Carlos Lindenberg (com lápis na mão), Cariê Lindenberg, Asdrúbal Soares, Carlito von Schilgen, Napoleão Fontenelle da Silveira, Darcy Pacheco de Queiroz, Vilmar Barroso, duas pessoas não identificadas, e Milton Caldeira.
CFML 3408



Milton Caldeira. Vitória, ES,
Palácio Anchieta, maio 1959.
CFML 7269



Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
Filho atendendo ao público. Vitória,
ES, Palácio Anchieta, set. 1960.
CFML 10607



"Coronel Darcy Pacheco de Queiroz
em seu gabinete." Darcy Queiroz
uniformizado e Emir Macedo Gomes
(com cigarro na mão). Vitória, ES,
Palácio Anchieta, jan. 1961.
CFML 595



Informando-se por meio do rádio. Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Cariê Lindenberg, José Antônio de Figueiredo Costa e Maria José (Netinha) Sales de Sá. Vitória, ES, Palácio Anchieta, ala residencial, jun. 1962.
CFML 7239



Maria, Cariê e Carlos Lindenberg na ala residencial do Palácio Anchieta. Vitória, ES, 1962 (?)
AFL



Em despacho no Palácio Anchieta. À direita de Carlos Lindenberg, Bolívar de Abreu. Vitória, ES, 1961(?). *AFL*



Baile no Clube Vitória. Esq./dir.: Bolívar de Abreu, Graça Braga Abreu, Henriqueta Queiroz Lindenberg, Maria e Carlos Lindenberg. Vitória, ES, 1961 (?). *Pedro Fonseca, Vitória/AFL*



Visita de Mário Pinotti, ministro da Saúde. Vitória, ES, abr. 1959.
CFML 6948



Em conversa com visitantes estrangeiros. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 18 abr. 1959.
Pedro Fonseca, Vitória/ AFL



Visitantes estrangeiros confraternizam com o governador. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 18 abr. 1959.
Pedro Fonseca, Vitória/ AFL

Visita do governador José Francisco Bias Fortes para assinatura do Convênio Fiscal Minas Gerais – Espírito Santo

Vitória, ES, agosto 1959



O visitante cumprimenta o arcebispo João Batista da Mota e Albuquerque no aeroporto.
CFML 7769



Chegada ao Palácio Anchieta.
CFML 7775



Conversa no Salão Dourado. Esq./dir.: Tancredo Neves, Maria Lindenberg, Bias Fortes e Carlos Lindenberg. Palácio Anchieta.
CFML 7782



Assinatura do convênio. Esq./dir.: Tancredo Neves, Bias Fortes (assinando) e Carlos Lindenberg. Ao fundo, Asdrúbal Soares e ao seu lado Raul Giuberti (gravata clara). Palácio Anchieta.

CFML 7783



Outro aspecto da assinatura do convênio. Ao fundo, esq./dir.: José Parente Frota (terno claro), Asdrúbal Soares e Raul Giuberti. Palácio Anchieta.

CFML 7771

Visita do embaixador japonês Yoshiro Ando

Fevereiro 1960



Recepção no aeroporto. Esq./dir.: dom João Batista da Mota e Albuquerque, Yoshiro Ando, Milton Caldeira (de óculos), Carlos Lindenberg, Alberto Stange Júnior (terno claro). Vitória, ES.

CFML 8906

Visita à residência de verão do governo. Esq./dir.: Yoshiro Ando, Carlos Lindenberg, Carlos Fernando (Cariê) e Maria Lindenberg (ao fundo). Vila Velha, ES, bairro Praia da Costa.

CFML 8916



Banquete oferecido pelo governador. Esq./dir.: dom João Batista da Mota e Albuquerque, Yoshiro Ando e Carlos Lindenberg. Vitória, ES, Hotel Canaã. *CFML 8935*



Brinde no banquete. Vitória, ES, Hotel Canaã. *CFML 8936*

Visita do presidente da República Juscelino Kubitschek para inauguração de trecho da BR 5 e da Escola de Aprendizes Marinheiros

29 de novembro de 1960



Cumprimentos no aeroporto.
CFML 130



Comitiva se dirige à saída.
CFML 135



Perfilados para a saudação oficial.
CFML 138

Em carro aberto para início do desfile.
CFML 136



Chegada ao aeroporto. Vitória, ES.
CFML 4416

Na inauguração da fábrica Braspérola. Cariacica, ES.
CFML 4417



Na inauguração do embarcadouro de minério. Vila Velha, ES, distrito de Paul.
CFML 4423



Visita do governador Juracy Magalhães para assinatura de novo convênio sobre questão de limites entre o Espírito Santo e a Bahia

Vitória, ES, Palácio Anchieta, 21 de agosto de 1961



Assinatura do convênio.
CFML 4494-4504 – neg. s/n



Os governadores se cumprimentam.
CFML 4494-4504 – neg. s/n



Desfile escolar no dia do município.
Ao fundo, o solar da Família Simão.
Alegre, ES, ago. 1959.
CFML 7725



Desfile escolar no dia do município.
Alegre, ES, ago. 1959.
CFML 7726



Visita do governador do estado. Ao centro, Carlos Lindenberg e dom Luís Gonzaga Peluso.
Cachoeiro de Itapemirim, ES, distrito de Burarama, jul. 1960.
CFML 9937



Palanque de autoridades para assistir ao desfile escolar. Domingos Martins, ES, 7 set. 1960.
CFML 10181



Sessão comemorativa na Câmara Municipal. Domingos Martins, ES, 7 set. 1960.
CFML 10183

"Visita do Governador do Estado a Muniz Freire para tomar parte nas solenidades do Dia do Município"

Muniz Freire, ES, julho 1960



Autoridades no palanque. *CFML 9960*



Governador discursa sob chuva. *CFML 9962*

Desfile escolar.
CFML 9952





Carlos Lindenberg reunido com lideranças locais.
CFML 9943



Bolo de aniversário do município.
CFML 9950



Carlos Lindenberg participa do baile.
CFML 9975

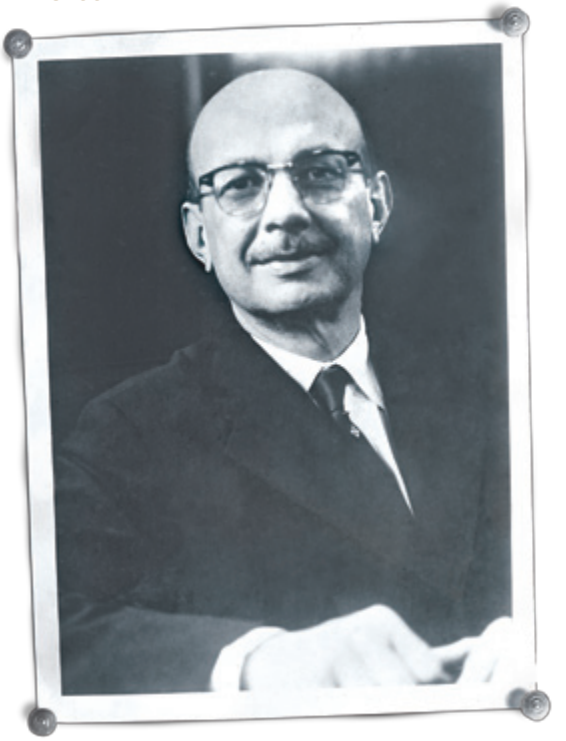


“Festa da Penha. Vários aspectos de missas, procissões, massas populares, etc.” Missa noturna. Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Tuffy Nader, dom João Batista da Mota e Albuquerque (pregando). Vila Velha, ES, maio 1959.
CFML 7280



“Festa da Penha. Vários aspectos de missas, procissões, massas populares etc.” Cerimônia no campinho do Convento da Penha. Vila Velha, ES, maio 1959.
CFML 7279

Retrato de Eurico de Aguiar Sales (reprodução). Set. 1959.
CFML 8433





“Homenagem ao ilustre homem público Dr. Eurico Salles”, que falecera recentemente. Esq./dir.: Namir Carlos de Souza (2º), Carlos Lindenberg (3º), Carlos Alberto von Schilgen (Carlito) (4º), João Luís Aguirre (5º). Vitória, ES, sede do PSD (?), set. 1959.
CFML 8092



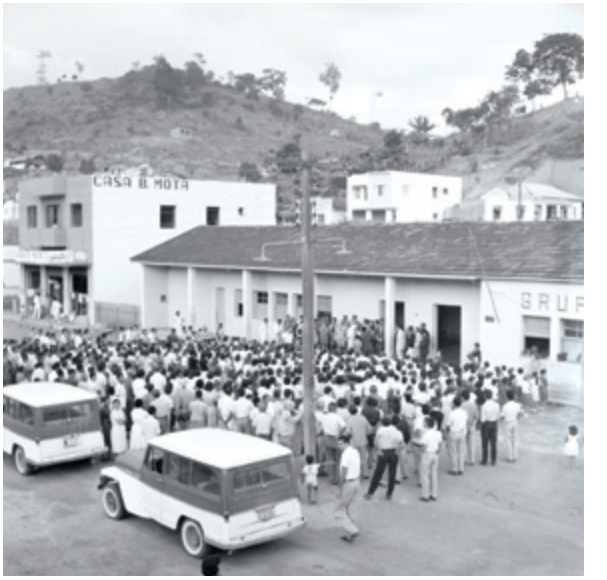
Baile no dia da inauguração da nova capital. Esq./dir.: governador de estado nordestino e esposa, Maria Lindenberg, Carlos Lindenberg. Brasília, 21 abr. 1960. *AFL*

Corte de fita em inauguração. Esq./dir.: Jango Goulart, Atílio Vivacqua, Carlos Lindenberg. Foto recortada. Cachoeiro de Itapemirim (?), ES, 1960 (?). *AFL*



"Questão de limites Espírito Santo – Minas Gerais. Encontro dos governadores Carlos Lindenberg e Bias Fortes na Zona do Contestado (Gabriel Emílio – ES e Mantena – MG)"

Mantena, MG, setembro 1959



Vista do local onde ocorreu a reunião.
CFML 7409



Discurso de Bias Fortes.
CFML 7407



Bias Fortes e Carlos Lindenberg.
CFML 7411



Os governadores se abraçam.
Ao fundo Tancredo Neves aplaude.
CFML 7404



Aspecto da assistência.
CFML 7410



Transferência do cargo de governador a Raul Giuberti, vice-governador. Esq./dir.: Raul Giuberti, dom João Batista da Mota e Albuquerque, Carlos Lindenberg, Otávio de Carvalho Lengruber. Vitória, ES, Palácio Anchieta, out. 1959. *CFML 8238*





"Missa solene no Colégio Salesiano em homenagem aos ex-alunos, pela passagem do aniversário de D. Bosco e 1º aniversário do Governo Carlos Lindenberg." Na primeira fila, esq./dir.: Adelfo Monjardim (lenço branco no bolso), Carlos Lindenberg, Maria e Bárbara Lindenberg. Vitória, ES, jan. 1960. *CFML 8814*



"Homenagem ao governador do estado pelo restabelecimento da Estrada de Ferro da Vila do Itapemirim a Cachoeiro." Cachoeiro de Itapemirim, ES, jul. 1960. *CFML 9876*



"Comemoração do dia do Trabalho. Homenagem ao Sr. Governador." Vitória, ES, Sindicato dos Estivadores (?), maio 1960.
CFML 9260



"Visita ao Sr. Governador da comissão de deputados federais para estudo da enchente no Espírito Santo." Vitória, ES, Palácio Anchieta, maio 1960.
CFML 9388





"Visita de misses ao Governador do Estado." Vitória, ES, Palácio Anchieta, maio 1960.
CFML 9494



“Instalação do Comitê Pró-Candidatura Lott e Jango.” Argilano Dario (de boina, braços cruzados), José Parente Frota (discursando). Vitória, ES, bairro de Santo Antônio, jul. 1960. *CFML 9909*

"Chegada da comissão parlamentar de propaganda política Pró Lott – Jango"
Vitória, ES, agosto 1960



Recepção no aeroporto. Ao centro, Luiz Buaiz (de mãos juntas).
CFML 10000



Comício na Praça 8 de Setembro. Carlos Lindenberg discursa.
CFML 10003



Público presente ao comício.
CFML 10004

"Visita do governador Carlos Lindenberg ao navio Mauá onde se verificou a exposição das realizações do governo Juscelino Kubitschek"

Vitória, ES, setembro 1960



Descerramento da fita inaugural.
CFML 10510



Exposição de caminhões.
CFML 10515



Pavilhão da indústria automobilística.
CFML 10516



Painel sobre exploração petrolífera.
CFML 10517

Reunião do secretariado

Vitória, ES, Palácio Anchieta, Salão Nobre, outubro 1960



O secretariado e convidados.
CFML 10743



Em torno da mesa, esq./dir.: Darcy Pacheco de Queiroz, pessoa não identificada, Armando Duarte Rabelo, servidor da Rádio Espírito Santo, Carlos Lindenberg (discursando), Cristiano Dias Lopes Filho, Milton Caldeira, Asdrúbal Soares e Bolívar de Abreu.
CFML 10744



Governador assina documento.
CFML 10747





Missa em ação de graças. Na primeira fila, esq./dir.: Bárbara Monteiro Lindenberg (1ª), Arlete Tardin Giuberti (4ª), Maria Lindenberg, Raul Giuberti, Carlos Lindenberg. Catedral Metropolitana.
CFML 799



Recepção no Palácio Anchieta.
CFML 833



Carlos Lindenberg examina painel.
CFML 838



Vilmar Barroso presta
informações ao governador.
CFML 851



Vista parcial da exposição.
CFML 854



Estande da Escelsa.
CFML 861

"Missa campal na Praça 8 de Setembro e solenidade de doação de um terreno para a construção do 'Palácio dos Sindicatos' junto ao monumento do ex-presidente Vargas, no dia 1º de maio de 1961"

Vitória, ES

Praça 8 de Setembro



Populares assistindo à missa. *CMLF 3371*



Aspecto do altar. *CFML 3370*



Caminhada para o monumento.
CFML 3369



Populares reunidos.
CFML 3367



Carlos Lindenberg discursa.
CFML 3368



Governador assina a doação.
CFML 3372

"Reunião na sede do PSD com a presença do governador Lindenberg"
Vitória, ES, maio 1961



Mesa dos pessedistas. Ao centro, Messias Chaves se pronuncia, tendo à sua direita Carlos Lindenberg e à esquerda Cristiano Dias Lopes Filho.
CFML 3577



Outro aspecto da mesa. Esq./dir.: Dílio Penedo (2º, de terno claro), José Parente Frota (4º), Napoleão Fontenelle da Silveira (7º), Judith Leão Castelo Ribeiro (ao fundo), Francisco Schwarz (de óculos), Cícero Alves (braços sobre a mesa).
CFML 3575

"Reatamento das relações de amizade entre o deputado Sebastião Cipriano e o Sr. Pedro Saleme, de Afonso Cláudio"

Vitória, ES, Palácio Anchieta, agosto 1961



O governador ouve as partes.
Esq./dir.: Darcy Pacheco de Queiroz,
Sebastião Cipriano, Carlos Lindenberg,
Pedro Saleme.
CFML 4486



Os políticos se cumprimentam.
Esq./dir.: Darcy Pacheco de Queiroz,
Sebastião Cipriano, Pedro Saleme.
CFML 4490



Conversa em palácio. Ao centro, no sofá:
Sebastião Cipriano, Carlos Lindenberg e
Pedro Saleme.
CFML 4488



"Conferência do governador Lindenberg com o secretariado, referente à renúncia do presidente da República Jânio da Silva Quadros." Esq./dir.: Armando Rabelo, Dílio Penedo, Milton Caldeira, Darcy Pacheco de Queiroz, Napoleão Fontenelle da Silveira, Bolívar de Abreu, Carlos Lindenberg (terno escuro), Vilmar Barroso (último). *CFML 4511*



"Membros de vários sindicatos hipotecando solidariedade ao governador por sua atitude diante dos últimos acontecimentos nacionais, a fim de que não seja transgredida a nossa Constituição." *CFML 4572*



"Estudantes hipotecando solidariedade ao governador Lindenberg, pela atitude tomada diante dos últimos acontecimentos, relacionados com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart." Esq./dir.: Wlamir Coelho da Silva (1º), Carlos Lindenberg (5º). *CFML 4569*



"Conferência do Sr. Governador com os deputados a respeito do parlamentarismo." Vitória, ES, Palácio Anchieta, out. 1961. *CFML 5171*



Governador lê sua mensagem.
À mesa, esq./dir.: dom João Batista da Mota e Albuquerque, Carlos Lindenberg, Mário Gurgel (presidindo a sessão).
CFML 4828



Vista da plateia com auxiliares do governo.
CFML 4826



Na saída, Carlos Lindenberg contempla a estátua de Domingos José Martins.
CFML 4829

"Convênio assinado entre o estado e a Companhia Vale do Rio Doce para ampliação do cais de Minério"

Vitória, ES, Palácio Anchieta, junho 1962



Leitura dos termos do convênio. *CFML 7265*



Assinatura do convênio. Esq./dir.: Eliezer Batista da Silva e Carlos Lindenberg. *CFML 7262*



Carlos Lindenberg com casaca e faixa governamental. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 1962.
Pedro Fonseca, Vitória/ AFL



Maria Queiróz Lindenberg de vestido de baile e Carlos Lindenberg com casaca e faixa governamental. Vitória, ES, Palácio Anchieta, 1962.
Pedro Fonseca, Vitória/ AFL



Maquetes da usina hidrelétrica de Suíça. Vitória, ES, nov. 1960 *CFML 163*



Visita do governador à subestação hidrelétrica de Rio Bonito. Dez. 1960. *CFML 229*

"Reunião do governador com vários prefeitos e deputados sobre a distribuição de luz [da usina] de Rio Bonito para diversos municípios." Esq./dir.: Carlos Lindenberg (4º), Emir de Macedo Gomes (6º), Dílio Penedo (7º). Vitória, ES, Palácio Anchieta, fev. 1961. *CFML 955*



"Visita do governador e sua comitiva à usina Suíça, ainda em construção"

Junho 1961



Em conversa com auxiliares. Esq./dir.: José Antonio de Figueiredo Costa (2º), Carlos Lindenberg, Armando Rabelo (de costas), Maria Lindenberg. *CFML 3849*



Examinando o terreno onde se localiza a obra. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º), Maria e Cariê Lindenberg. *CFML 3841*

A comitiva ouve explicações. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (3º), tendo à sua esquerda Maria e Cariê Lindenberg, Armando Rabelo (penúltimo), José Antonio de Figueiredo Costa (último). *CFML 3840*

"Visita do governador ao serviço de construção da usina Suíça"

Julho 1961



Carlos Lindenberg, ao centro, conversa com técnicos.
CFML 4211



O governador e técnicos examinam planta.
CFML 4219



Ouvindo explicações técnicas. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º), Maria Lindenberg, Maria José (Netinha) Sales de Sá.
CFML 5164



Observando andamento das obras.
CFML 5166

"Inauguração da luz em Santa Leopoldina e entrega do diploma de Cidadão Leopoldinense ao governador Lindenberg, em 19 de novembro de 1961"



Governador recebe o diploma.
Ao centro, de óculos, Francisco Schwarz.
CFML 5440



Autoridades na Câmara Municipal. Esq./dir.: Francisco Schwarz, Carlos Lindenberg, Ricardo Luiz Pagung, Floriano Emílio Guilherme Berger.
CFML 5443



Discurso inaugural. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º), Ricardo Luiz Pagung (4º), Floriano Emílio Guilherme Berger (5º), Gerson Camata (6º).
CFML 5437



Carlos Lindenberg aciona a chave elétrica.
CFML 5448



“Assinatura no palácio de um convênio sobre força e luz para Anchieta.” Vitória, ES, Palácio Anchieta, dez. 1961.
CFML 5692

Na direção de um trator de esteira. No verso: “‘Encontro com o Progresso’ – encontro que marcou o término das obras civis da Usina Suíça”. Santa Leopoldina, ES, 1962 (?).
AFL

"Departamento de Saúde Pública. Inauguração do Posto Médico e Lactário de Gurigica"
Vitória, ES, agosto 1959



Autoridades presentes.
CFML 7665



Desfile escolar.
CFML 7678



"Merenda escolar – visita do Dr. Carlos Von Schilgen ao Almoxarifado." Vitória, ES, jul. 1960.
CFML 9932

"Governador Lindenberg firma convênio com as Organizações SSR e SPLAN"
Vitória, ES, Palácio Anchieta, outubro 1960

Carlos Lindenberg assina convênio
CFML 10615





Governador discursa no evento. Esq./dir.: Carlos Fernando (Cariê) Lindenberg, Carlos Lindenberg, José Parente Frota, Jaime Santos Neves.
CFML 10618



Colégio Estadual do Espírito Santo, obras de conclusão. Vitória, ES, nov. 1960.
CFML 10873

Grupo escolar do Instituto de Bem Estar Social (IBES). Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Tuffy Nader. Vila Velha, ES, out. 1960. *CFML 10647*





"Entrega de novas casas construídas pelo Instituto de Bem Estar Social (IBES)." Esq./dir.: Henrique Cerqueira Lima (1º de terno), Inês Santos Neves Cerqueira Lima (lenço na cabeça), Darcy Pacheco de Queiroz (sorrindo), Maria Elvira Lindenberg Coelho (bolsa no braço). Vila Velha, ES, set. 1961. *CFML 4791*



"Reunião do secretário Bolívar de Abreu com o deputado Dirceu Cardoso e o presidente da União dos Estudantes Capixabas para a federalização da universidade." Esq./dir.: Wlamir Coelho da Silva (de uniforme), Dirceu Cardoso (com papel na mão) e Bolívar de Abreu. Vitória, ES, Palácio Anchieta, dez. 1960.
CFML 129



"Visita dos professores ao Sr. Governador em agradecimento pela federalização da Universidade do Espírito Santo." Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Cícero Moraes (de óculos), Berredo de Menezes, Bolívar de Abreu, Luís Flores Alves (terno escuro). Vitória, ES, Palácio Anchieta, fev. 1961.
CFML 924

“Inauguração da Faculdade de Medicina e do Instituto Anatômico, na Avenida Maruípe em 12 de abril de 1961”



Autoridades desfazem a fita simbólica. Esq./dir.: Carlos Lindenberg, Raul Giuberti, Afonso Bianco. Vitória, ES.

CFML 3179-3212 – neg. s/n

Visita às instalações. Esq./dir.: Raul Giuberti (gravata escura), dom João Batista da Mota e Albuquerque, Carlos Lindenberg, Afonso Bianco (braço estendido). Vitória, ES.

CFML 3179-3212 – neg. s/n





“Assinatura de um convênio entre o secretário de Educação e Cultura Dr. Bolívar de Abreu e o Sr. Américo Buaiz, presidente da Associação de Indústria e Comércio do Espírito Santo.” Esq./dir.: Anete Vitali Calil, pessoa não identificada, Américo Buaiz, Bolívar de Abreu. Vitória, ES, jul. 1961. *CFML 4141*



“O governador Lindenberg e o secretário Bolívar de Abreu em João Neiva para diversas solenidades no Grupo Escolar Barão de Monjardim.” Esq./dir.: Dílio Penedo (2º), Carlos Lindenberg, Bolívar de Abreu (abraçando menina). João Neiva, ES, ago. 1961. *CFML 4330-4345 – neg. s/n*



Prédio do Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Escolar (SCRTE) da Secretaria da Educação. Segunda edificação, da esquerda para a direita. Vitória, ES, Praça João Clímaco, set. 1961. *CFML 4734*



“Visita do governador Lindenberg a Imburana, no município de Ecoporanga, em 13 de dezembro de 1961.” À esquerda do orador, Bolívar de Abreu (1º) e Carlos Lindenberg (3º). *CFML 5785*



Discurso de liderança local. Carlos Lindenberg (terno branco, sentado à mesa), tendo à sua direita Bolívar de Abreu.
CFML 5787



Aspecto do público presente.
CFML 5789

O governador se manifesta.
CFML 5792



"Leite em pó para a merenda escolar (Aliança para o Progresso)"
Vitória, ES, junho 1962



Governador cumprimenta representantes do governo americano. Na embalagem estão os dizeres: "Leite em pó desengordurado – Leite fornecido pelo povo dos Estados Unidos e distribuído pelo Brasil". Esq./dir.: Carlito von Schilgen (1º), Carlos Lindenberg (4º).

CFML 7273



No cais. Esq./dir.: Carlito von Schilgen (1º), Vilmar Barroso (2º), Carlos Lindenberg (4º).

CFML 7293



No navio. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º).
CFML 7291



Desembarque do leite em pó.
CFML 7300



"Reprodutores adquiridos pelo governo do estado." Cariacica, ES, bairro de Itacibá, jan. 1961.
CFML 901



"Reunião do Governador com o pessoal do Centro do Comércio do Café, que reinicia gestões junto ao IBC, enviando secretário ao Rio." Esq./dir.: Napoleão Fontenelle da Silveira (1º), Carlos Lindenberg (2º), Armando Rabelo (5º). Vitória, ES, Palácio Anchieta, ago. 1961.
CFML 4318

"Reunião do Sr. Governador do Estado com diretores do IBC e exportadores de café." Esq./dir.: Armando Rabelo (2º), Carlos Lindenberg (4º). Vitória, ES, Palácio Anchieta, set. 1961.
CFML 4832



"Reprodutores expostos no Parque de Itacibá e visita feita pelo governador e secretário da Agricultura ao referido parque"

Cariacica, ES, setembro 1961



Autoridades examinam parte do plantel. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (de chapéu), Napoleão Fontenelle da Silveira (último). *CFML 4653*



Parte do plantel de reprodutores em primeiro plano. *CFML 4656*

Vista aérea do Parque de Exposição Pecuária Carlos Lindenberg. Cariacica, bairro de Itacibá, abr. 1962. *CFML 6621*



"Desfile dos caminhões carregando milho híbrido, tendo partido de Vala do Souza [atual Jerônimo Monteiro], passando por Cachoeiro e Iconha"

Junho 1962



Passagem pelo interior do estado.
Rio Novo do Sul (?), ES.
CFML 7190

Concentração ao lado do Palácio Anchieta. Na faixa lateral dos veículos lê-se: "Meta: Fomento da Agricultura – 600.000 kg Milho Híbrido – Administração Carlos Lindenberg." Vitória, ES, Praça João Clímaco.
CFML 7196



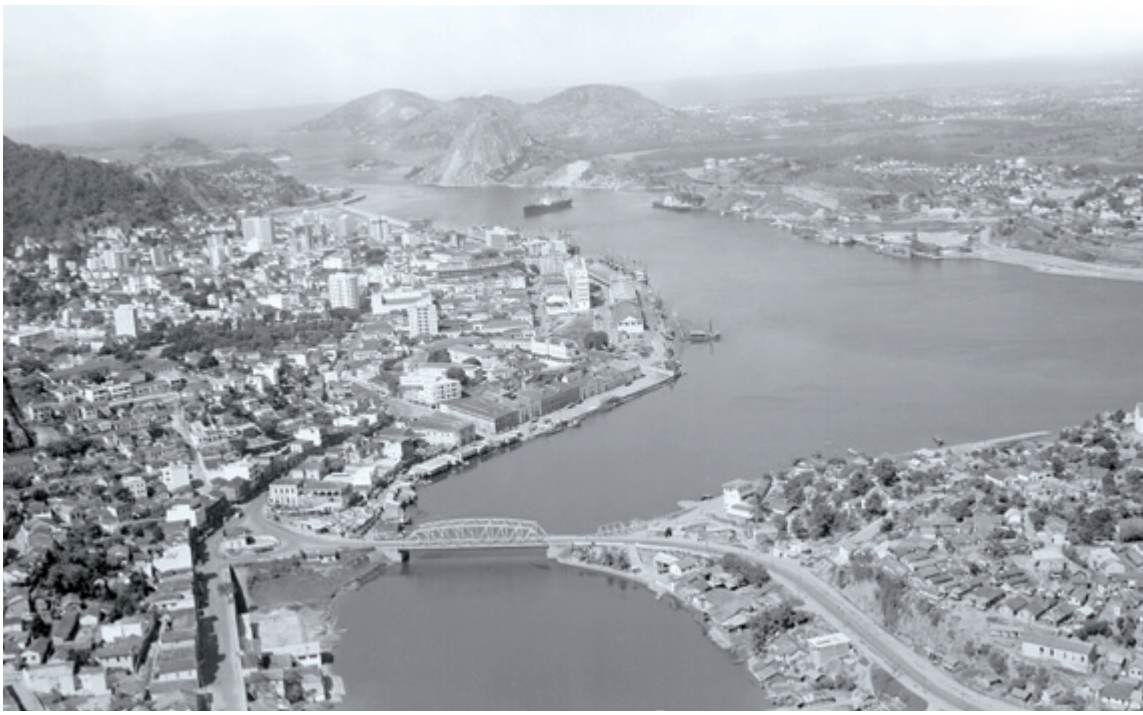
Autoridades prestigiam o evento. Carlos Lindenberg (terno preto), tendo à sua direita Napoleão Fontenelle da Silveira e Érico de Freitas Machado. Vitória, ES, Praça João Clímaco.

CFML 7188



Pronunciamento governamental. Carlos Lindenberg (com o microfone), tendo à sua esquerda Armando Rabelo e Érico de Freitas Machado. Vitória, ES, Praça João Clímaco.

CFML 7201



Vista aérea da Vila Rubim e Ilha do Príncipe. Vitória, ES, dez. 1959. *CFML 8602*

Vista aérea da Avenida Jerônimo Monteiro. Vitória, ES, dez. 1959. *CFML 8603*





Avenida Beira-Mar, placa da obra. Vitória, ES, nov. 1960.
CFML 10861



Avenida Beira-Mar. Esq./dir.: Vilmar Barroso, Carlos Lindenberg, Carlos Fernando (Cariê) Lindenberg (3º). Vitória, ES, nov. 1960.
CFML 10862



Avenida Beira-Mar, governador ouve explicações de auxiliares. Vitória, ES, nov. 1960.
CFML 10863



"Construção da Avenida Beira-Mar e visita do governador à referida obra." Esq./dir.: Armando Duarte Rabelo, Carlos Lindenberg, Asdrúbal Soares. Vitória, ES, dez. 1960.
CFML 127



Na altura da Ilha da Fumaça. Esq./dir.: Vilmar Barroso, Asdrúbal Soares, Carlos Lindenberg.

CFML 6531-6535 – neg. s/n



Inspecionando assentamento dos blocos intertravados. Esq./dir.: Asdrúbal Soares, Vilmar Barroso, Carlos Lindenberg.

CFML 6531-6535 – neg. s/n



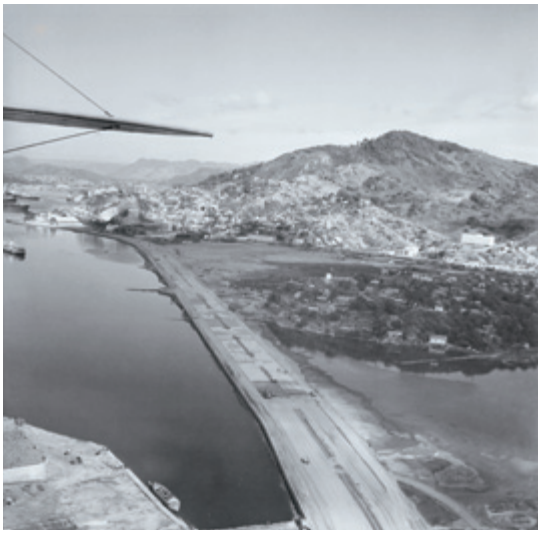
Trecho correspondente à antiga Esplanada Capixaba.
CFML 6583



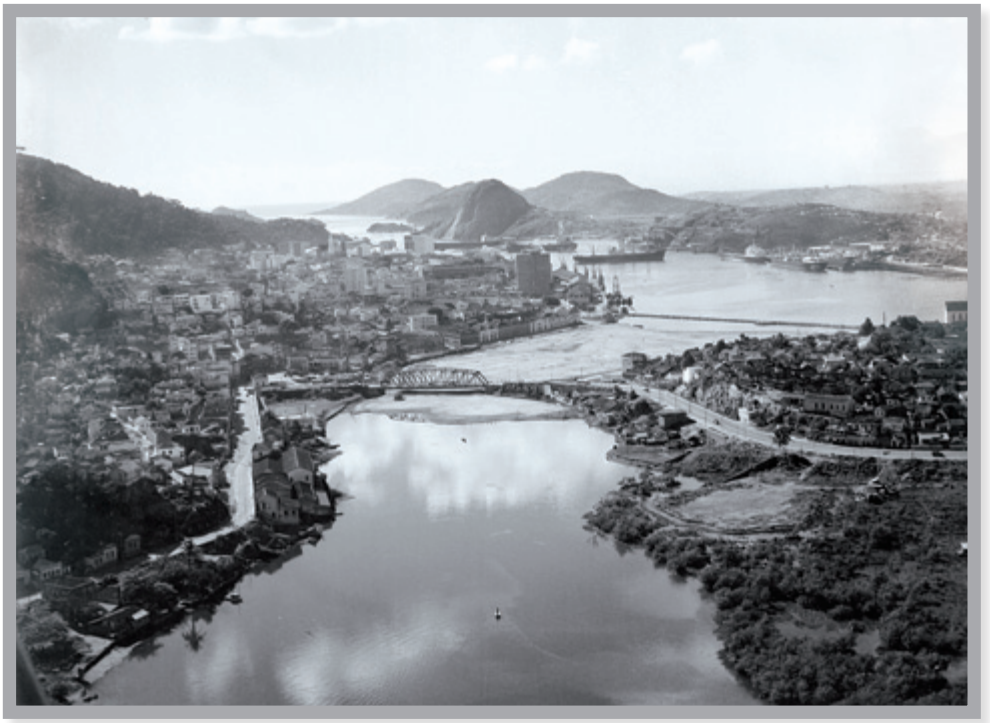
Trecho entre a Ilha de Santa Maria e a Ilha da Fumaça.
CFML 6610-6617 – neg. s/n



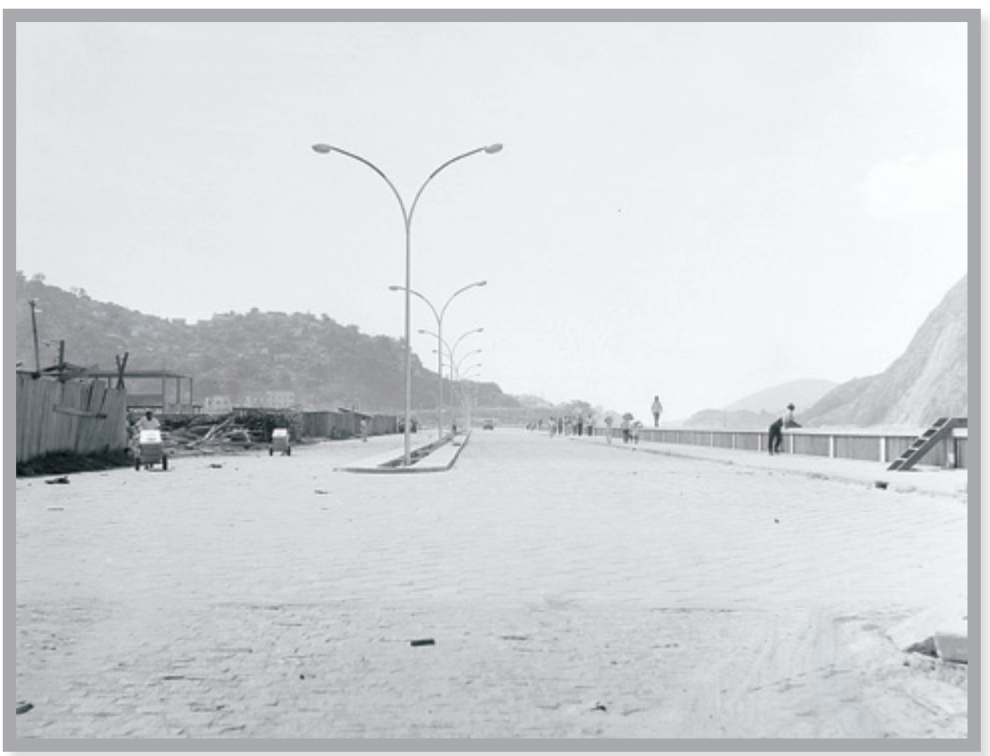
Trecho entre o Clube Saldanha da Gama e a Ilha de Santa Maria. *CFML 6610-6617 – neg. s/n*



Trecho próximo ao SENAI.
CFML 6610-6617 – neg. s/n



Aterro ligando o Cais Schmidt à ilha do Príncipe. Vitória, ES, abr. 1962. *CFML 6622*



Aspecto da Avenida Beira-Mar. Vitória, ES, abr. 1962. *CFML 6627*



“Vista do edifício das Repartições Públicas, em 27 de janeiro de 1962.” Vitória, ES.
CFML 6102



Término das obras do edifício das Repartições Públicas. Vitória, ES, set. 1961.
CFML 4738



Maria Lindenberg tira a fita simbólica na presença de autoridades.
CFML 7015



Descerramento da placa comemorativa. Esq./dir.: Carlos Lindenberg (2º), Adelfo Poli Monjardim, Vilmar Barroso.
CFML 7035



Carlos Lindenberg cumprimenta estudantes.
CFML 7037

Petrônio Portela e Carlos Lindenberg. No decorrer da Missão Portela (?). Vitória (?), ES, década de 1970. *AFL*



Carlos Lindenberg sorrindo. Vitória (?), ES, década de 1980. *AFL*



Reprodução, a partir de fotocópia, da página 328 dos originais. ***AFL***

imediatamente, Não recusou porque os "banquetes dessa época era inigualáveis". Quando Jânio Quadros esteve em Vitória, Paulo manteve um contato maior, durante um banquete, com a diretoria da Companhia Ferro e Aço e Jaime de Oliveira Santos convidou-o para trabalhar ~~na empresa~~. Impressionara-se com sua capacidade de organização (até mesmo a chegada dos automóveis, a banda de música, a formatura dos militares). Mas antes de se transferir para a Ferro e Aço, no cargo de relações públicas, Paulo foi ser diretor de administração na LBA, junto com dona Maria. Ela encontrou tudo organizado, mas "ficou meio com medo de enfrentar uma coisa nova". Era muito encabulada ("Eu não sei pedir voto, nunca pedi um voto para aquelas pessoas que iam lá para ser atendidas").

Devido à sua inexperiência, dona Maria recebeu orientação de Tomas Tommasi, inclusive para uma experiência-piloto, então inédita no país: a recuperação de ~~menores~~ carentes, 16 deles, numa casa de padres, que se dedica à fabricação de sapatos, no bairro Jardim América. Mas os padres e a comunidade se revoltaram com a idéia. Dona Maria foi lá e fez um discurso, citando um trecho do Evangelho em que diz "que um partor, embora tenha ovelhas, quando uma se extravia, larga tudo e vai atrás daquela". O receio maior da comunidade: os menores não ficavam presos, tinham direito de sair do local. "Desses 16 rapazes, 14 se recuperaram. Um era absolutamente ruim da cabeça e não se recuperou mesmo. Sendo que um deles se casou com a assistente social que o recuperou", conta ela. Dona Maria também criou outra obra social em Ourivânia, no interior do município de Anchieta: consegui a doação do terreno e ia visitar as obras de Rural Willys, porque naquela época a estrada era muito ruim.

Nesse período, numa viagem à sua fazenda em Linhares, Carlos pegou impaludismo. Dona Maria, quando viu que ele estava muito mal, ligou para Mario Pinotti, Ministro da Saúde, que enviou rapidamente um médico. Ele foi substituído nos dias de ausência pelo vice-governador Raul Giuberti. Netinha estranhou: o corre-corre o dia inteiro do período de Carlos foi ~~sobre~~ encontrou "a vida mansa" de Raul. Ela havia feito um fichário para anotar

Parte Dois

Doutor Carlos

Du siehst, mein Leser, hier ein Bild und Schatten stehen,
Den Mann, dem Gott verlieh viel Geist und Muth und Stärke,
Lass was er lehrte dir an Herz und Seele gehen,
Es war das reine Wort, kein Bild noch'Schattenwerke

Vês aí, leitor amigo, uma imagem e sombra
Do homem a quem Deus concedeu muito espírito, coragem e força;
Deixe o que ele ensinou chegar-lhe ao coração e à alma,
A palavra pura, nada de imagem ou sombras.

Epitáfio de Johann Gaspar Lindenberg

Capítulo Um

Arrumando a casa

Capítulo Um

Arrumando a casa

Às 15 horas de sábado, 29 de março de 1947, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Carlos Lindenberg tomou posse como governador. Sabia que "pegaria um governo que sucedia a várias interventorias", isto é, "um estado falido, uma coisa horrível". Relembra ele:

— Peguei um abacaxi muito grande porque Aristides Campos fizera uma política de um empreguismo tremendo e queria colocar o cunhado como governador, e depois veio Moacir Ubirajara, que não tinha conhecimento de administração nem nada. Começamos então a trabalhar, colocar em ordem as coisas. De modo que foi muito difícil essa primeira administração, justamente por isso, por causa da situação financeira do estado; por causa da situação econômica, porque a situação financeira estava muito desordenada, não se fazia nada para ordenar as coisas do estado. Ainda assim fizemos algumas coisas na parte da educação, na parte da lavoura, na parte da saúde pública. Os funcionários que não tinham nem cadeira para sentar, esses eu mandei embora. Mas o estado estava devendo muito, uma dificuldade horrorosa.

Já em seu discurso de posse ele falava da necessidade de orientar esforços "pelo progresso e desenvolvimento das zonas rurais, donde provêm os recursos de toda espécie, indispensáveis à vida nacional": "Não nos agrada o sistema de grandes empréstimos, dos quais só lançaremos mão premidos por circunstâncias extremas. Em hipótese alguma concordaremos com o aumento de impostos ou taxas que incidam sobre a atividade agropecuária ou sua produção, tendo em vista que a mesma já não mais comporta qualquer gravame e, antes, deve ser revestida de maiores atrativos e melhores compensações. Teremos dias de dificuldades e sacrifícios, porque não é fácil proceder-se a um reajustamento tão complexo e variado, como o que hoje se impõe. Contamos com a boa vontade, a colaboração, o patriotismo e mesmo com o espírito de sacrifício de todos, a fim de que possamos colocar em ordem a máquina administrativa, as finanças públicas, a economia dentro de nossas fronteiras, porque só assim poderemos retomar o ritmo do progresso, em proveito da coletividade."

O "justo equilíbrio orçamentário" seria uma preocupação em seu governo, porque, naquela época, os auxílios e transferências da União não eram regulares e dependiam, qua-

se sempre, da atuação dos deputados e dos senadores na capital federal. A obtenção de recursos financeiros via créditos estava fora de cogitação: as realizações de seu governo se fizeram com recursos possibilitados pela receita tributária do estado: 91,94% em média do total dos recursos. A maior parte tinha sua origem nos impostos sobre a produção e comércio cafeeiro, que dependiam das flutuações do mercado internacional. Conta ele:

— Encontrei o estado em uma situação de pré-falência e tivemos que tomar medidas drásticas para botar em ordem as finanças e fazer alguma coisa. Não houve demissões, mantivemos o pessoal todo,[131] mas tomamos medidas de contenção de despesas e organizamos as despesas de tal forma que pudéssemos fazer alguma coisinha e ordenar a administração.

Como a Constituição que ajudara a elaborar definia medidas no plano tributário a serem implementadas, redefinindo as competências tributárias da União, estados e municípios, o que significou por fim uma reforma do Código Tributário Estadual, Carlos encaminhou à Assembleia um projeto de reforma do Código, o que lhe possibilitou investir em obras públicas – principalmente na construção de estradas: todas de barro, em mau estado de conservação, de trânsito dificílimo e, às vezes, impossível, nas épocas das chuvas. Muitas delas varavam a mata: até os anos 1960, a mata do rio Doce, antes de se chegar a Linhares e logo depois, até São Mateus, margeava a estrada de ambos os lados (usavam-se toros de madeira para ultrapassar atoleiros). Mesmo as estradas de rodagem que ligavam Vitória aos municípios mais próximos – Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana – eram do mesmo molde: estreitas, esburacadas, de trânsito demorado. Foi no primeiro governo que Carlos construiu a nova estrada ligando Vitória a Vila Velha (a atual – hoje ampliada – rodovia Carlos Lindenberg):[132]

— Fizemos muitas estradas principalmente onde havia muita produção e muitas vezes com a colaboração de pessoas do local onde a estrada passava. Fizemos uma assim em Santa Leopoldina. Lá existia uma zona muito boa chamada Mata Fria onde se produzia muito feijão e agora é grande produtora de alho. Tudo era transportado em lombo de burro e lá tinha um amigo nosso chamado Antônio Gonçalves, que era um homenzarrão enorme, forte, e vivia pedindo uma estrada ali. Então eu combinei com Napoleão Fontenelle, secretário da Agricultura, que nós dávamos dez contos de réis[133] por quilômetro e eles ajudavam a construir. E assim conseguimos uns quarenta quilômetros de estrada, desde

131 Conforme referência em passagem anterior, "os funcionários que não tinham nem cadeira para sentar, esses eu mandei embora" deviam ser aqueles contratados de forma precária; assim, foram mantidos os servidores efetivos. (FA)

132 Que posteriormente passou para a administração da Prefeitura Municipal de Vila Velha e hoje denomina-se avenida Carlos Lindenberg. (FA)

133 Na ocasião, a moeda brasileira já era o cruzeiro. Foi mantida a expressão não só por fidelidade ao original mas também porque na época usava-se "contos" para referir-se a qualquer montante que ultrapassasse a cifra de mil. (AA)

Santa Leopoldina até Mata Fria. E inauguramos a estrada num automóvel, tinha gente que nunca tinha visto um automóvel, aqueles alemães vinham e passavam a mão para ver como era, outros se entusiasmavam com aquilo, e assim foi inaugurada a estrada. Três ou quatro meses depois já tinha 23 caminhões transportando feijão, farinha e outros produtos e até hoje a estrada é importante.

Reduzindo ao mínimo o gasto público, Carlos modernizou o aparelho arrecadador, "dotando-o de estruturas e mecanismos capazes de assegurar a máxima eficiência possível na arrecadação". A lei nº 135, de novembro de 1948, introduzindo alterações no Código Tributário Estadual, deu-lhe respaldo fiscal para a execução de suas metas: a lei extinguiu os impostos sobre transações e inversões de capitais e sobre a exploração agrícola e industrial e o imposto territorial, criando o imposto de exportação e a taxa de fomento da produção agrícola e industrial, elevando a alíquota do imposto de vendas e consignações (IVC) e a taxa de defesa do café. A partir de 1949, o peso das receitas tributárias no total das receitas do estado subiu, passando de 71,82% do total, em 1947, para 95,31%, em 1950.[134] Ainda assim ele conta:

— Não foi um governo de grandes realizações a não ser na parte da agricultura, porque nós renovamos o nosso programa de governo e continuamos com a assistência à lavoura. Auxílio mesmo nós não dávamos. Porque dar a semente ou o boi de presente, isso não trazia resultado nenhum, o lavrador é como outro qualquer; tudo que é dado não tem valor. Fizemos uma visita a uma fazenda de algodão para a qual tínhamos dado as sementes e quando lá chegamos havia sementes por todo o caminho. Assim, passamos a vender. Barato, mas vendíamos. Daí em diante nunca mais permiti que se desse nada de presente.

A lei nº 67, de dezembro de 1947, isentou de impostos todas as indústrias novas que se instalassem no Espírito Santo. A lei nº 4, do mesmo mês e ano, concedeu isenção de impostos à Companhia Ferro e Aço de Vitória e a lei nº 376, de dezembro de 1950, congelou por dez anos os impostos que recaíssem sobre indústrias com capital não inferior a CR$ 500.000,00. Isso possibilitou a criação da infraestrutura que daria suporte à expansão e diversificação econômica:

— Construímos muitas escolas, colocamos luz em várias cidades. Ajudei a construir a usina de Muniz Freire, a usina de Barra de São Francisco (usinas pequenas, para iluminação das cidades, apenas), colocamos motor a óleo em Anchieta. Eu tinha muito cuidado com Anchieta por causa de Dom Helvécio, filho de lá, que sempre me apoiou muito e tinha uma experiência política muito grande. De modo que nunca perdi uma eleição em Anchieta, só perdi eleição quando ele morreu. Ele sempre colocava prefeitos bons em Anchieta, o padre Barros foi um que ele colocou como prefeito; muito bom, por sinal. Ele escolhia o nome juntamente com os amigos e os indicados acabavam sendo eleitos.

134 Esses são os dados que constam da "Tabela 07: Espírito Santo: Receita por Fontes de Recursos – 1947/50", in Silva, Marta Zorzal e, op. cit., p. 227. (EFS)

Anchieta na época estava acabando, esta é que é a verdade.[135] Ele então criou e construiu lá a Escola Maria Matos, as freiras davam aula e a escola funcionou muito tempo, era uma escola grande. Aquela gente toda queria vender aquelas casas velhas enormes, e ele foi comprando. Comprava uma casa velha daqui, outra dali, aproveitava a madeira e tinha uma rua inteira de casinhas pequenas para alugar. E a renda era para o colégio.

Carlos também "organizou todo o setor de saúde pública, que estava totalmente desorganizado quando entrou no governo":

— Fizemos muitos postos de saúde, mandei vários sanitaristas fazerem cursos e aí nós tínhamos na saúde pública vários sanitaristas, hoje não existem mais. Eles iam para o interior, onde existiam postos de saúde para atender a toda a população. Eram médicos sanitaristas. Nessa ocasião é que nós fizemos a campanha de combate ao impaludismo. Aqui no Espírito Santo existiam muitos focos de impaludismo: em Linhares, Viana, em quase todo o estado. Então pedi ao doutor Mário Pinotti,[136] do Ministério da Saúde, que era muito meu amigo, para fazermos uma campanha contra o impaludismo e ele concordou. Fizemos então um convênio e o primeiro município a ser dedetizado foi Linhares. O Ministério da Agricultora e a Secretaria do Ministério da Indústria e Saúde fizeram um mapa completo do município com todos os caminhos, todas as estradas, localizando todas as casas, para depois dedetizarem. A primeira dedetização matou rato, percevejo, barata, acabou com tudo. Passamos depois para outros municípios e assim pelo estado inteiro. Pinotti queria erradicar o impaludismo do Espírito Santo e só não conseguiu porque deixou o ministério, mas mesmo assim o impaludismo diminuiu bastante aqui.

Na *Mensagem à Assembleia Legislativa*, em 1947, já antevendo a exaustão da monocultura cafeeira, Carlos pretendia livrar "o café do pesado ônus de ser quase exclusivo responsável pelo bem-estar de nossas populações e pela posição das finanças e dos orçamentos do estado". Assim, ele percebeu que a saída estaria na integração do estado à política de desenvolvimento do capitalismo industrial que o país então experimentava; o que era permitido devido ao relativo isolamento do Brasil e à crise do sistema capitalista ocorrida entre as duas guerras mundiais. Mas o desenvolvimento industrial que ocorria em algumas regiões brasileiras (Dutra incentivava a eletrificação e os transportes e apoiava a industrialização, concedendo cem por cento de isenção de impostos às novas indústrias) encontrava limitações no estado pela impossibilidade de realizar investimentos na infra-

135 Em 11 de janeiro de 1759 um alvará régio transformou a antiga aldeia jesuítica de Rerygtiba, ou simplesmente Reritiba, em vila, com o nome de Benevente. E em 12 de agosto de 1887 decreto promulgado pela Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo elevou a antiga vila à condição de cidade, com o nome de Anchieta. (EFS)

136 Mário Pinotti (1894-1972), médico sanitarista, ocupou diversos cargos de destaque no Ministério da Saúde, pasta da qual foi titular no segundo governo Vargas e, durante certo tempo (de junho de 1958 a 1960), na administração Kubitschek. Criador do "método Pinotti" para combate à malária, "aceito pela Organização Mundial de Saúde (OMS)". Cf. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/ biografias/Mario_Pinotti.asp. Acesso em 26/11/2009. (FA)

estrutura básica que assegurassem à iniciativa privada as disponibilidades necessárias de transportes, energia e comunicações.[137] Carlos conseguiu financiamentos com Dutra para obras rodoviárias e melhorias tanto em Cachoeiro como na Barra do Itapemirim e negociou com a Companhia Vale do Rio Doce para que assumisse os encargos com o pagamento do pessoal ligado à administração do porto de Vitória. Assim se refere ele a Dutra:

— Muito bom ele era, esteve aqui, passou uns dois dias conosco, muito cordial, muito boa pessoa, e me ajudou bastante, inclusive foi quem deu a verba para fazer a ponte do rio Doce. Ele me deu dez mil contos que naquela época era muito dinheiro. Ajudou o estado em outras coisas, sempre me atendeu bem. Não trouxe segurança pessoal, eu tinha organizado a segurança toda. Ele andava no meio do povo, só com a minha segurança.

O presidente ficou hospedado no palácio, junto com a família de Carlos Lindenberg. Foi nessa ocasião que Dona Maria lhe disse ("ele era uma figura, muito simpático, apesar de muito feio, e, além de muito feio, não era fotogênico") no meio de um jantar: "Presidente, eu vou lhe ser franca, os retratos não lhe fazem justiça." Dutra, que fora candidato à presidência tendo como opositor o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN e considerado "muito bonito", respondeu: "Agora, imagine a senhora a minha dificuldade para ganhar esta eleição, tendo o brigadeiro do outro lado."

Em agosto de 1948, Lindenberg, na *Mensagem à Assembleia Legislativa*, reconhecia que "os padrões de vencimentos e salários dos servidores do estado ainda estão em níveis não condizentes com as condições da vida hodierna". E propunha solução: "para a elevação dos proventos da classe, necessitará o governo reduzir-lhe o número". A UDN viu nisso "perseguição política aos funcionários públicos ligados às suas hostes", conforme afirmou num manifesto. Mesmo assim, só poderiam ser admitidos funcionários mediante concurso público realizado pelo Departamento Estadual do Serviço Público (DSP), organismo inspirado no DASP, seu congênere federal, e implantado no estado em 1943 por Jones dos Santos Neves. No setor de saúde, os médicos Jayme Santos Neves e Monsueta Santos Abreu examinavam as provas dos candidatos a atendente, em seguida faziam cursos extras: os centros de saúde que se abriram no estado já tinham fichários e uma organização.

No entanto, não havia um organograma para a saúde quando Carlos assumiu o governo. O Departamento de Saúde funcionava "nuns cubículos" na Vila Rubim: "Jayme idealizou um centro de saúde no centro da cidade, que passou a ser centro de saúde modelo para o país. Médicos do Rio vinham conferir". Jayme conseguiu uma escola para atendentes e visitadoras sociais. Os dados mostravam "uma coisa horrorosa: o índice de eclâmpsia era

137 Durante o governo Dutra, a manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e a imposição de medidas discriminatórias à importação de bens de consumo não essenciais, ou que tivessem similar nacional, resultaram num estímulo à implantação de indústrias substitutivas, especialmente de aparelhos eletrodomésticos. Cf. Vianna, Sérgio Besserman. "Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951", p. 105-22, in: Abreu, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1992. (EFS)

uma coisa de meter medo; intoxicação que ninguém tomava conhecimento; dizia-se assim: as pernas estão inchando, é porque o rim já estava estourando". Era alto também o índice de tuberculose: Jayme e Ovídio Paoliello lutaram pelo Hospital dos Tuberculosos, na época em que o bairro de Maruípe "era puro mato". Havia um controle total dos doentes.

O bairro de Jucutuquara tinha uma vala que era, segundo esses médicos, "um dos problemas mais sérios que nós tínhamos em Vitória": ali nascia muito mosquito, "era uma coisa horrorosa a água". O Ministério da Saúde colaborou mais uma vez. Chegaram a tirar fotografias de cobras dentro de banheiros nas escolas.

Durante sua campanha, Carlos prometera a 26 fiscais de renda interinos (alguns já idosos) que regularizaria a situação deles. Chamou o diretor geral do DSP, Milton Caldeira, e pediu-lhe um estudo. Milton voltou e disse: "Doutor Carlos, não tem jeito. Tem que fazer prova, concurso, de acordo com a lei. Eles passando, o senhor pode nomear *ex-officio*, porque eles são interinos." Carlos concordou: "Bom, faz tudo de acordo com a lei."

O Departamento do Serviço Público realizou o concurso em agosto de 1949. Dos 73 inscritos, compareceram à prova de Português apenas 45. Só passaram dois, que não eram fiscais e moravam em outros estados.

Conferiram-se as provas, que consistiam de questões para corrigir ou para responder. A primeira delas era: *Vossa Alteza chegaste bem?* Um candidato respondeu: "Cheguei bem, obrigado. Estou num hotelzinho, o Universal". Segunda questão: *O menino cai do galho e não machucou-se*. Resposta de um candidato: "Se o menino caiu e não machucou-se é porque teve sorte". Terceira questão: *O pessoal diz que chegaram às 2 horas*. "Para ir à praia", escreveu um candidato, enquanto outro anotou: "Devido à estiagem". Quarta questão: *O menino caiu e cortou-se todo*. Resposta: "O fato se deu às 3 horas da tarde". Quinta questão: *Eu farei prova hoje?* Resposta: "Certo ou errado, às 4 da tarde". Sexta questão: *Citar o feminino de quarentão*. Resposta: "Mulher Paraíba". Sétima questão: *Citar o feminino de cão*. Resposta: "Coa". Oitava questão: *Citar o feminino de poeta*. Resposta: "Beatriz".

Os 26 fiscais permaneceram trabalhando interinamente, mesmo porque tinham muito tempo de serviço. A Assembleia Legislativa acabou efetivando-os.

O único representante do Partido Comunista na Assembleia, Benjamim de Carvalho Campos,[138] também teve seus problemas. Dona Judith Leão Castelo Ribeiro,[139] do

138 Era operário (cavouqueiro) e foi eleito deputado em 19 de janeiro de 1947 com 996 votos. Cf. http://www.sefaz.es.gov.br/painel/vultos58.htm. Acesso em 29/11/2009. (FA)

139 Nasceu na Serra, ES, em 1898. "Professora normalista, parlamentar e política. Nascida na cidade da Serra. Primeira mulher capixaba a ser eleita para um cargo público, destacou-se em sua ação parlamentar por possuir uma oratória fácil e poderosa, bem como por uma forte preocupação com a educação e por suas ligações com a Igreja Católica. Deputada estadual em quatro legislaturas sucessivas – de 1947 a 1963 – estão registradas nos anais da Assembleia Legislativa as 'violentas' discussões travadas entre ela e o representante do Partido Comunista Brasileiro – deputado Benjamin de Carvalho Campos – no ano de 1947 sobre a questão religiosa.

PSD, vivia "esculhambando com ele" por causa de sua pouca cultura. Isso embora, a partir do momento em que fora eleito, o partido o tivesse obrigado a passar vinte dias lendo, diretamente, quase sem interrupção, para aprender tudo sobre leis.

Judith, muito católica, resolveu dar um basta a tamanho ateísmo. Resolveu fazer uma festa de *entronização* do crucifixo na Assembleia, com todas as pompas e circunstâncias e, é claro, a bênção do bispo, Dom Luiz Scortegagna. Judith falou, discursou todo mundo, mas quando foi cedida a palavra ao bispo, Benjamim se levantou: "Questão de ordem: ele não pode falar. O regimento não permite."

Estabeleceu-se a confusão, Dona Judith quase perdendo a pose porque sua festa ia por água abaixo. Até que o também deputado Fernando Rabelo, professor de Direito, disse que o bispo podia falar porque era o "representante da Santa Sé". Benjamim objetou novamente: "Ilustres colegas, eu quando era soldado aprendi que o representante da Santa Sé é o núncio apostólico e não um bispo."

Estabeleceu-se o impasse, até que por fim Benjamim aceitou que o bispo, ainda em pé, esperando, tivesse o direito à palavra: "Tanto faz vocês botarem Cristo aqui. Quero só que vocês me respeitem sempre." O certo é que Dona Judith passou a olhá-lo de maneira diferente.

Nessa época, Vitória seguia o ritmo da política econômica do presidente Dutra, que no primeiro período de governo ensaiou o retorno aos princípios do liberalismo do *laissez-faire*, política que fora abalada pelo rápido esgotamento das reservas brasileiras e de divisas e do resultante déficit no balanço de pagamento em 1947. A manutenção de um alto valor oficial para o cruzeiro provocava o desestímulo do setor de exportação, desviando assim os investimentos para a produção destinada ao mercado interno. A fase de desenvolvimento daí resultante foi chamada de "industrialização espontânea". Dutra anunciava com orgulho os esforços de seu governo para o desenvolvimento regional, assegurando que "o Brasil possui, em condições de funcionamento regular, indústrias de base indispensáveis".

Os intelectuais brasileiros descobriam que o mundo moderno não tinha solução: ao mesmo tempo em que admiravam Jean-Paul Sartre e Albert Camus por sua militância antinazista durante a Segunda Guerra, liam *A náusea* e *O estrangeiro*. Em Vitória, promovia-se a Quinzena de Arte Capixaba, que elegeu Geraldo Costa Alves "príncipe dos poetas capixabas" e Virgínia Tamanini "a melhor poetisa" do estado. O censo demográfico registrava um dos maiores coeficientes de natalidade observados no Brasil. Tudo parecia novo: o inglês, os filmes de Hollywood e mesmo as músicas. Por causa da guerra, que dificultara a exportação, via-se, ouvia-se e falava-se o que era moda nos Estados Unidos anos antes: a orquestra de Glenn Miller e seu sucesso *Moonlight Serenade*, repetido pelas orquestras cariocas nos clubes Vitória, Saldanha e Álvares. Todo mundo procurava agora

---

Escreveu *Presença*, livro editado em 1980". Faleceu no Rio a 23 de março de 1982, sendo sepultada em Vitória. Cf. http://www.sefaz.es.gov.br/painel/vultos09.htm. Acesso em 29/11/2009. (FA)

uma vestimenta de luxo. A cidade foi calçada a paralelepípedos. O povo frequentava o estádio Governador Bley: os times de futebol, Rio Branco, Vitória, Santo Antônio, Caxias e Americano, empolgavam as torcidas. Rita Hayworth escandalizava famílias com seu quase *strip-tease* no filme *Gilda*. Alguma coisa terminava, outra coisa muito forte começava, embora as pessoas não procurassem definir o que era.

Escondidos, como no resto do Brasil, existiam dois cabarés em Vitória. Jogo, mulheres, artistas que vinham do Rio, danças. Um deles era de propriedade de um homem conhecido como Robson Bereco, que tinha, naturalmente, um capanga muito valente (morreria no Rio, após um tiroteio), chamado João Ramiro. Esse conhecia Paulo Fundão, oficial de gabinete de Carlos Lindenberg, das noitadas de sábado no cabaré.

João Ramiro, "preto como carvão", apareceu no palácio certo dia, chorando desesperado, querendo uma passagem de trem para o Rio, porque sua mulher precisava ser operada urgentemente e não havia recursos em Vitória. Paulo entrou no gabinete: "Doutor Carlos, quem está aí é o João Ramiro, ele está desesperado, chorando." Carlos retrucou: "Mas esse negro é muito ordinário, ele é pistoleiro." Paulo insistiu: "Mas ele está chorando e muito." Carlos disse: "Pistoleiro chorando dessa maneira? Quer dizer que está arrependido do que fez. Diz que assim eu atendo."

Carlos fez à mão um cartão para o médico Darcy Monteiro, seu primo, que era chefe da III Enfermaria da Santa Casa, no Rio, que costumava atender esses casos de capixabas. Um mês depois apareceu João Ramiro, "rindo satisfeito, muito alegre", querendo falar com "Doutor Carlos". Paulo informou que o governador estava ocupado, mas passaria o recado. João Ramiro explicou: "Vim agradecer. Minha mulher ficou boa. E quando ele precisar de mim, quando tiver qualquer caso, é só ele me falar o nome, que eu não vou contar a ninguém e o sujeito desaparece." Paulo exclamou: "Você está doido, camarada? Se eu falar isso com ele, ele manda te botar na cadeia."

Paulo Fundão começou a trabalhar com Carlos quando ele ainda era secretário da Agricultura. Em agosto de 1942, recebeu um grupo de ornitólogos alemães recomendado por Augusto Ruschi, que estava de volta ao estado depois de uma temporada no Museu Nacional, onde ingressara por interferência de Carlos. Este se achava em Linhares quando ouviu rumores sobre o quebra-quebra em Vitória contra alemães e italianos. Paulo não sabia o que fazer com os cientistas porque de repente, no palácio, os soldados começaram a pegar todas as armas, a mando de Bley, para serem guardadas em seu gabinete. Estava lá também quando, em 1939, Carlos solicitou ao Ministério da Guerra interferência em favor de uma tia de seu pai, que queria fugir do regime nazista: tia Alice chegou falando em alemão horrores dos nazistas, mas, mesmo assim, admirava muito Adolf Hitler.

Sempre bem-humorado, Paulo era famoso na imprensa por causa das caricaturas que fazia de homens conhecidos no estado (certa vez Bley pediu-lhe uma, mas Paulo, para seu profundo desgosto, desenhou-o com cara de sapo). As audiências públicas eram sempre marcadas para as quintas-feiras. Quando esquecia o nome do visitante, Paulo fazia uma

caricatura e, enquanto a pessoa esperava, entrava e mostrava a Carlos: "Esse sujeito quer falar com o senhor". Carlos sempre reconhecia e mandava entrar, porque "era um político de fino trato, gostava de atender a todos com muito interesse, com lealdade, sem iludir ninguém, a palavra *não* nunca era usada".

Mas alguns o tapeavam, como um velhinho de Viana, que de vez em quando aparecia e "sempre queria uma coisa e outra". Mas "um belo dia ele me disse: Eu só queria cumprimentar o governador. Não quis me dizer o que queria, porque se dissesse eu logo ia providenciar na hora, eu dizia: Doutor Carlos, ele tá querendo isso assim, assim, dá para atender?"

Quando foi recebido, o velhinho finalmente disse: "Eu tô precisando de uma pedra para o meu isqueiro. Há cinco dias não acende." Paulo interferiu: "Por que o senhor não me disse logo?" "Manda comprar uma pedra pro isqueiro", ordenou Carlos. "Não, doutor Carlos, eu quero mostrar ao senhor que ele não acende de jeito nenhum." Era "um isqueiro enorme, parecia uma bala". O velhinho perguntou: "O senhor quer ver?" Então o isqueiro acendeu.

Na ocasião reclamava-se muito do nível cultural das professoras do interior. Carlos autorizou o secretário de Educação, Celso Cláudio, a submeter todas elas a um concurso. Logo após, apareceu no palácio uma professora do município de Ibiraçu, chorando muito: "Seu Paulo, eu queria falar com o senhor porque tenho certeza que houve um engano, eu fiz uma prova muito boa." Na mesma hora apareceu o deputado Ildo Garcia, que a conhecia: "Como vai? O que aconteceu, está doente?" A professora disse: "Não, aconteceu isso: eu não me conformo, tive uma decepção incrível, tenho certeza que fiz uma boa prova e não passei. Não é possível." "Ah, seu Paulo, eu conheço essa moça. Ela é muito preparada", informou o deputado. "O doutor Carlos está aí com os deputados. Por que a senhora não faz uma carta para ele, do próprio punho, explicando esse negócio aí? Eu entrego a ele", sugeriu Paulo. Carlos leu a carta ("muito bonita, muito bem feita, com uma letra bonita, sem um erro") e autorizou: "Paulo, vai lá na Secretaria de Educação ver o que aconteceu com essa moça."

Paulo relembra: "Naquele tempo tinha umas folhas enormes com o nome da professora e nota, nota nisso, nota naquilo. Fui correndo a régua e vi que a moça tinha passado com uma nota ótima: tinha havido um engano." Voltou ao palácio com a informação. Carlos deu-lhe nova incumbência: "Então você vai lá e diga a José Cláudio para me trazer aqui, ainda hoje, o decreto de nomeação da moça para sair amanhã no *Diário Oficial*, sem perda de vencimentos. Tem que pagar tudo que ela perdeu, todo o prejuízo que ela teve, imediatamente." José Cláudio tentou explicar, depois: "Mas não posso, não tem vaga. Como é que eu faço?" Paulo sugeriu: "Não sei; dê um jeito aí. Põe a moça que foi nomeada por engano em outro lugar e nomeia essa moça para onde ela estava. Tem que ser hoje."

Durante o Estado Novo, Getúlio baixou um decreto determinando a queima da bandeira de todos os estados. Com a democratização, o decreto foi cancelado. Em julho de 1947, Carlos baixou um decreto que dispunha sobre os símbolos do estado. Nessa ocasião, "a bandeira do Espírito Santo era metade azul, metade cor de rosa, assim no estilo da ban-

deira portuguesa". Paulo acreditava que azul e rosa juntos não combinavam e acrescentou o branco. "Aliás, eu pedi ao doutor Carlos para ver se podia tirar essa cor de rosa, porque rosa não é cor. Mas ele quis manter a tradição". Como era desenhista, Paulo deslocou para o centro do escudo (brasão de armas) a legenda "Trabalha e Confia" e incluiu dois morros, o do Moreno e o do Convento da Penha, por causa da religião católica.

Quando chegava alguém do interior, Paulo explicava que aquele era dia de audiência marcada, "mas para o senhor não tem disso não, vai ser atendido de qualquer maneira. Agora, depende do tempo, se for um negócio de cinco, dez minutos, o governador vai atendê-lo". Paulo colocava o visitante inesperado numa extremidade do Salão Nobre, que se comunicava com o gabinete, e o visitante com hora marcada na outra extremidade. Carlos atendia o primeiro e, após cinco minutos marcados de relógio, o sujeito tinha de sair. Quando ele não podia atender, o sujeito tinha que ir embora, e eu tomava nota de todas as pessoas que apareciam, inclusive o hotel onde estavam hospedadas. À noite eu ia até o hotel e deixava o cartão do doutor Carlos no hotel, agradecendo a visita. Sempre fiz isso."

Paulo sempre providenciava e facilitava tudo. Se alguém queria falar com o governador sobre um processo de terra, ele telefonava ao assessor: "Olha, vê o processo aí, urgente, de Fulano de tal, e vinha o processo e o doutor Carlos já podia dizer alguma coisa ao camarada. Enquanto o sujeito estava esperando, eu estava providenciando."

Certa ocasião Carlos Cortes, prefeito de Mimoso do Sul, apareceu para conversar com Carlos. Luís de Freitas, do PSD, era inimigo político de Cortes porque o tinha vencido no município pela UDN. Nesse dia, Luís estava na Assembleia e viu Cortes (que era médico, assim como o irmão, Joaquim, e ambos amigos de Carlos) da janela, esperando ser atendido. Telefonou imediatamente para o palácio: "Paulo, esse sujeito barbado que está aí. Não deixe falar com o doutor Carlos de maneira nenhuma." E disse todos os desaforos possíveis. Depois que Cortes foi atendido, Paulo ligou de volta para Luís de Freitas: "Olha, tem uma camarada aí imitando a sua voz. Ligou para cá e pediu para eu não deixar o Cortes entrar e falar com o doutor Carlos, olha que absurdo." Freitas informou: "Não: fui eu mesmo." Paulo exclamou: "Não é possível!" O outro insistiu: "Fui eu sim!" Paulo disse: "Não, Luís, pelo amor de Deus, não é possível. O governador não pode deixar de atender. Você vai me desculpar, eu pensei que fosse outra pessoa."

"Eu sempre levei uma vida muito alegre", relembra Paulo. Trabalhava muito, mas sempre de bom humor, mesmo quando obrigado a passar a noite acordado. Numa ocasião acompanhou Carlos na inauguração da energia elétrica em Rio Novo do Sul: armara-se palanque para comício, festa, tudo o mais. Enquanto se arrumavam as coisas e o governador era cumprimentado, Paulo conversava com as pessoas presentes. "Num bar encontrei uns amigos nossos que me convidaram para tomar água mineral e um deles disse: Olha, ali estão os cinco filhos de uma família e a empregada envenenados. A moça fez um pudim e, em vez de açúcar, colocou veneno e deu às crianças e depois o restinho que ficou na forma

ela comeu: está todo mundo envenenado. Eu fiquei apavorado, contei para o doutor Carlos e ele disse: Vá procurar recursos."

Paulo ligou para um médico amigo, que havia salvado a vida de uma pessoa com um remédio inglês chamado Ball. Ele sugeriu que se procurasse outro médico no Rio; passaram a noite toda ligando para uma clínica no Rio e um médico conhecido deles mandou dez ampolas. Paulo voltou a Vitória, pegou as ampolas no avião e, com Otávio Schneider, um aviador amigo, levou de teco-teco quatro ampolas guardadas numa caixa, jogando o embrulho no campo de futebol local. Paulo mandou o resto de automóvel. Só morreu a empregada, mas as crianças foram salvas.

Paulo Fundão também recortava jornais. Quando fizeram a estrada federal entre Anchieta e Guarapari, no princípio do governo, descobriu-se que não havia dinheiro para a construção da ponte. Colocou-se um aviso de perigo num trecho chamado Rio Fundo. Mas alguém retirou a placa. Em consequência, os carros "iam direto na reta e caíam". Paulo reclamava: "Doutor Carlos, aquela estrada está uma coisa incrível". Até que um dia teve uma ideia: "Ao invés de outra placa, manda botar umas pedras, uma porção de pedras aqui e acolá. O sujeito vai chegar e vai encontrar pedras. Aí eu peço a um amigo meu da *Gazeta* pra meter o pau." "Manda fazer", disse Carlos. Edgar Feitosa publicou uma matéria. Paulo recortou e mandou "providenciar" – isto é, enviou o recorte direto ao setor competente no Distrito Federal.

Certa vez Carlos disse a Paulo: "Vou fazer um relatório e não estou pra ninguém." Apareceu um homem que Paulo nunca vira: "Sou comandante de um navio, estou de passagem, só estou querendo abraçá-lo, coisa rápida, fui amigo dele." Para ganhar tempo e terminar a caricatura, Paulo continuou conversando, mas como o sujeito não parava quieto a caricatura não saiu exata. Então foi falar com Carlos: "Doutor Carlos, tem um camarada aí, diz que é seu amigo de muitos anos." "Lá vem você, eu não tô dizendo que não posso atender?" Paulo informou: "Mas esse aí é comandante de navio." Mostrou a caricatura e Carlos disse: "Ainda mais esse camarada. Esse aí já morreu há muito tempo." Paulo se assustou: "Puxa vida, será que eu errei no desenho?" Carlos é quem errara: o comandante ainda estava vivo e foi recebido.

Paulo abria a correspondência oficial, que geralmente era levada, a seguir, para o diretor de Administração, João Ribas da Costa. As cartas anônimas, por ordem de Carlos, eram imediatamente rasgadas. Em fevereiro de 1948 chegou uma caixa registrada que vinha do município de Nova Era, em Minas Gerais, com "uma carta mal escrita, aos garranchos, dizendo que aquela pedrinha preta era um diamante negro e pedindo que fosse entregue, através do governador, ao presidente Dutra". Como não havia remetente, Paulo guardou a pedra numa gaveta e jogou a carta fora. Além disso, ninguém enviaria diamantes pelo correio.

Um mês depois, Paulo recebeu um telegrama do gabinete do presidente da República. Ali se indagava sobre "o destino dado e o valor da pedra Diamante Negro" oferecida por José Francisco de Souza, ferroviário da Companhia Vale do Rio Doce, que depois se

registrara como garimpeiro na Coletoria Federal de Aimorés "para garimpar pedras preciosas no trecho do baixio do norte do rio Doce compreendido entre a margem esquerda do rio Doce e terrenos do baixio na nona zona". Também por causa do achado, ele fizera um contrato de sociedade com o amigo Nelson Joaquim Fernandes. O capital do primeiro era uma pedra preciosa "diamante negro" que encontrara em Baixo Guandu. O contrato tinha validade de dois anos.

"Que negócio é esse?" — perguntou Carlos ao receber uma carta do prefeito de Nova Era solicitando "acusar o recebimento da pedra número 1.126". Enviava também a peça original do contrato de sociedade dos dois garimpeiros. Paulo então disse: "A pedrinha é essa aqui." Carlos pediu a Heliomar Carneiro da Cunha, inspetor da Alfândega, que nomeasse três peritos para a avaliação. O laudo do fiscal de rendas José Alcanor Borges e dos compradores autorizados João Zanotti e Sebastião Antônio Muniz foi o seguinte: "pedra lisa, cor preta, mais ou menos oval, pesando 61 gramas, denominada manganês, sem nenhum valor comercial". Carlos enviou o laudo a Nova Era, afirmando que "a pedra encontra-se em meu poder, à sua disposição, podendo ser procurada por quem de direito". A presidência da República recebeu carta com o mesmo teor e o prefeito de Nova Era, Nelson Joaquim Fernandes, telegrafou inúmeras vezes e acabou vindo a Vitória para conferir.

Todo mundo já se esquecera do caso, mas em 1950 um novo prefeito escreveu ao governador substituto José Sette pedindo providências sobre a pedra. A questão teria terminado aí se, na década de 1970, a viúva do garimpeiro, assistindo à novela *Irmãos Coragem* (que focalizava, entre outros assuntos, garimpo e diamantes), não tivesse escrito à primeira-dama Yolanda Costa e Silva, reclamando que tinha direito à pedra, porque, já que o governador não a entregara ao presidente Dutra, ela era a herdeira legal. Claro que Dona Yolanda pediu providências e abriu inquérito no Ministério da Justiça: Carlos contatou Paulo Fundão, que mantinha arquivada toda a correspondência e a pedra. Foi ao Rio levar o material a Yolanda Costa e Silva e, por causa da dúvida, procurou uma casa que vendia pedras preciosas. Um especialista lhe disse: "O único diamante negro que existe os americanos chamam de ônix. Mas o diamante precisa ser cristalino." Como Paulo mostrava-se vexado porque mostrara o manganês, o especialista ainda acrescentou uma referência ao apelido de um jogador de futebol da época: "O único diamante negro que eu conheço é o Leônidas."

Josias de Aguiar, chefe da Casa Militar, não era adepto da religião católica, mas ninguém sabia. Aceitava de bom grado representar o governador nas missas, porém não se ajoelhava. Ninguém notava isso porque ele era baixinho. Mas um dia alguém reclamou ao governador que era "muito esquisito aquele homem que não se ajoelhava". O substituto natural foi Paulo, que passou a representar o governador até mesmo em enterros.

Paulo não ligava: trabalhava com entusiasmo, "porque ele dava apoio a gente". Quando morreu Braga, coletor federal em Cariacica, muito amigo de Carlos, "de família numerosa", Paulo foi representar o governador. Chovia muito, ainda assim o enterro saiu: o sino da

igreja batendo "pancadas monótonas de enterro, todo mundo com sentimento profundo, seu Braga era muito amigo". Na rua do cemitério, surge uma vaca malhada correndo e dois cavaleiros em sua perseguição. A vaca escolheu o rumo do cortejo: todo mundo saiu correndo e o caixão ficou no chão. Após o susto, o coveiro, seu Tonico, disse: "Cadê a guia para poder enterrar?" Paulo: "Eu não tenho, mas seu Braga era muito conhecido, enterra logo". Chovia. Seu Tonico foi irredutível e Celso Santos saiu em busca de uma guia no cartório de Cariacica. Paulo, como representava o governador e segurava a alça do caixão sob a chuva, disse: "Escuta uma coisa. Pelo menos o senhor podia deixar o caixão entrar e ficar ao lado da cova". Tonico manteve a negativa. Enquanto esperavam, Paulo passou a conversar. Um português que estimava muito o falecido reclamou da chuva: "Eu vim nesse enterro de calça, gravata e colarinho, agora o senhor vê se é possível". Quando chegou a guia, Paulo descobriu: seu Tonico era cego de um olho. Colocava o papel do lado direito e começou a ler – além de tudo, tinha dificuldade em ler. Quando ele liberou, começaram os discursos. "Discurso vai, discurso vem" e continuava a chover. O defunto estava "na beira do buraco esperando os discursos acabar". De repente, a terra cedeu e o orador e os circunstantes caíram na cova, junto com o caixão. Com medo de serem soterrados – ainda por cima com um defunto – todo mundo começou a pisar uns nos outros, querendo sair. Ninguém ficou para enterrar seu Braga.

Paulo Fundão compareceu a outro enterro, em Viana, "tarde da noite" também a pedido de Carlos, que não podia comparecer. Era "um pasto enorme, a casa e aquele negócio, aquele povo todo chegando para o enterro". Paulo cumprimentou todo mundo em nome do governador e sentou-se: o caixão da falecida amiga encontrava-se no centro da sala, apoiado em cadeiras. Um dos filhos chorava muito, gritando "Ai minha mãe, ela era tão boa". Chorava com a cabeça "escorada na mesa", sem ver ninguém. Naquela época, na roça, o filho mais velho tinha que gritar, anunciando "de longe que estava triste". Enquanto isso chegava gente. E ele gritava: "Ai minha mãe, ela era tão boa". Todo mundo ouvia, em silêncio respeitoso. De repente uma voz séria pergunta alto: "Quem foi o desgraçado que cortou o rabo de minha cachorra?" Correu todo mundo, acreditando que a falecida havia voltado à vida. Na verdade, na hora, um rapaz "meio doido", do lado de fora, resolveu cortar cana para dar a seu cavalo. A cadela passou na hora e, como ficou latindo muito, ele a lançou no tubo, cortando-lhe o rabo. Ganindo, ela correu para dentro de casa e passou debaixo da mesa onde o filho chorava.

Em Cachoeiro, em outro enterro, esperou-se a chegada da viúva para o reconhecimento e em seguida o sepultamento de um fazendeiro de Castelo, "um homem que gostava de farras e mulheres". A viúva baixinha, meio careca, nunca aprovou "que ele se metesse nessas trapalhadas". Mas ele viajou para a Europa com "uma dona, deixou a mulher na fazenda e viajou com a outra. Por azar, morreu na viagem, o corpo foi embalsamado e enviado para o Espírito Santo". A viúva apareceu para o reconhecimento após muito tempo de espera, "com um daqueles chorões compridos, um na frente e outro atrás, que se usava antigamente". Ela tirou o rosto do lenço e disse, retirando-se a seguir: "É o cão mesmo."

Às vezes Paulo não suportava e ria na presença do visitante, mesmo com Carlos recebendo com seriedade e mantendo a pose durante a visita: "Eu queria convidar o senhor para o *jabeleu* de São *Miguer* do Veado. Nós vamos *inaugurá* na praça principal um *belisco*."

Mesmo sem "perder a linha", Carlos participava das brincadeiras de Paulo. Uma vez, uma turma de médicos do Rio veio, em visita oficial, acompanhar o trabalho do Departamento de Saúde. Henrique Tommasi, médico sanitarista, não foi encontrado; por isso Paulo acompanhou Jayme Santos Neves na visita que a equipe fez a Cachoeiro. Na volta, Carlos fez à mão uma advertência no cartão de gabinete e pediu à secretária Jurema Barroso para datilografá-lo, "chamando a atenção de Tommasi, por ele não ter comparecido e tal e querendo saber onde ele se encontrava". Em seguida, Paulo procurou Carlos para assinar: "Não, doutor Carlos, é brincadeira. Se ele perguntar, o senhor vai dizer que não assinou." Tommasi recebeu o cartão e "ficou quase doido", não acreditava que aquilo era possível. Chegou a conferir nos decretos a assinatura e acabou procurando o governador: "Doutor Carlos, eu queria dar uma desculpa." "Desculpa de quê?" "Não, o negócio dos médicos do Rio, o cartão que o senhor me mandou." "Eu? Não tô sabendo de nada."

Uma vez veio da Bahia uma turma de formandos em Engenharia, que, depois de conhecer o porto de Vitória e as obras do governo, pediu para se despedir oficialmente do governador. No salão nobre, às quinze horas, a turma de baianos escolheu um orador. Carlos se entusiasmou tanto que convidou quatro deles para colaborar com o governo: Clermond Tavares, o orador, passaria a trabalhar depois na Escelsa; Fernão Tavares, Jonas Hortélio, depois professor na Ufes, e Raimundo Mascarenhas, que seria presidente da Companhia Vale do Rio Doce, radicando-se em Vitória.

Segundo Paulo, Carlos sempre recebia as pessoas com a maior atenção, "e a gente não podia fazer qualquer crítica que ele não gostava". Talvez por causa disso, quando iam viajar, ele pedia sempre a Paulo para interferir na cozinha: nascido e criado em fazenda, preferia a comida simples. O povo sempre inventava comidas complicadas, acreditando que fossem as preferidas de um chefe de Estado. Paulo sempre chegava na frente e pedia na cozinha: "O doutor Carlos gosta muito de uma polentinha, um feijãozinho simples, um arroz, não se incomode em fazer nada de sofisticado." No interior, relembra Paulo, a gente chegava na cidade, tinha maionese e peru. Ia para outra cidade e tinha maionese e peru. Não era possível.

Carlos sempre trabalhava de terno e gravata – sempre pretos – e só usava chapéu também preto, seguindo um costume da infância na roça, quando saía à rua. Sempre dizia "perfeitamente" após ouvir as propostas dos outros, "era muito educado, muito fino", mas era "um camarada que não se deixava influenciar, tinha uma atitude própria, sempre muito direito, atendia a todos, embora tendo inimigos". Fazia questão de cumprimentar a todos e, com sua "memória fantástica, nunca esquecia um rosto".

Conta Carlos Lindenberg: "Uma ocasião eu ia subindo a escadaria do palácio sozinho e vi que o soldado estava dormindo em pé. Então cheguei, peguei a arma dele, botei

num canto da entrada, subi a escada e fui embora. Daí a meia hora, chegou alguém e disse: Carlos, o que você fez com o soldado aí? Não fiz nada, não. Ele estava dormindo, eu guardei a espingarda dele para ele não perder. Ele continuou dormindo e quando acordou levou um susto desgraçado, coitado."

As recepções no palácio contavam sempre com a presença dos amigos e, mesmo se fosse só por consideração, os conhecidos e os vizinhos. Carlos conhecia Raimundo Nonato desde criança: ele tinha um boteco "onde vendia frutas, ali perto do Colégio São Vicente, nas proximidades do palácio, a que também atendia." Era muito velho e muito surdo. Carlos tinha que falar muito alto para se dirigir a ele que, por qualquer motivo, se ofendeu no meio de uma festa e foi embora. Mas arrependeu-se, voltou e disse bem alto para todos os convidados ouvirem: "Quando ele era pequeno ia lá no Quarto de Queijo[140] roubar laranja com o doutor Schwab, um me distraindo enquanto o outro ia lá roubar laranja. E agora está aí fingindo que é governador."

Haviam dito para dona Maria, quando Carlos assumiu o governo, que "mulher de governador sofre muito, recebe muita pressão, e cartas anônimas." Isso nunca chegou a acontecer, mas ela não gostava do palácio, achava muito frio: "Eu me sentia numa vitrina, iam muitas pessoas e eu não sou política", relembra ela. Ainda assim procurava ajudar Carlos a receber, nos intervalos das tarefas de cuidar do filho, Carlos Fernando (as duas enteadas eram internas no Colégio Sion, em Petrópolis). Ela preferia os fins de semana na casa de verão, na Praia da Costa, embora Carlos os passasse redigindo despachos até 22 horas (como a estrutura do estado era muito pequena, praticamente todos os processos do primeiro governo foram despachados de próprio punho e redigidos por ele, sem assessoria: levava "pilhas de processos para a Praia da Costa. Os processos de concessão de terra ele fazia questão de fazer a revisão inteirinha antes de assinar"). A família, evidentemente, compreendia: mas, mesmo com todas as atribuições do governo, ele nunca se atrasou para o almoço nem para o jantar, era muito metódico em relação a horários.

Maria procurava não atrapalhar, mas passava muita aflição, porque, "aérea, muito distraída", não conseguia guardar, ao contrário de Carlos, o nome de todos os convidados nas recepções nem de todos os visitantes. Procurava "trazer o Palácio sempre bem tratado e receber as pessoas da melhor maneira possível". Com uma criadagem simples – um cozinheiro, um garçom, o pessoal da limpeza – às vezes, ao receber uma pessoa mais ilustre, ela

140 Antigos moradores de Vitória chamavam de Quarto de Queijo, por ser aproximadamente desse formato, a um sobrado de três andares, já demolido, existente no alto da ladeira Doutor Azambuja em frente ao então largo de Santa Luzia, e perto do colégio São Vicente de Paulo; durante certo período, essa denominação foi estendida para a vizinhança. Cf. Elton, E., op. cit., p. 191. (FA)

ia pessoalmente para a cozinha ajudar a preparar um prato sofisticado, que Carlos nunca gostava "No interior, ele vivia dizendo às pessoas: A senhora não tem uma polenta aí não?"

— Eu sempre fui miúda. Eu me lembro de uma vez, eu estava com minha tia, ela veio nos visitar e nós fomos à fábrica de bombons em Vila Velha. O senhor Meyerfreund mostrou a fábrica com todo o empenho, o funcionamento daquilo tudo, e eu, pequenininha, me esgueirava assim para ver se também tomava conhecimento das coisas. Ele me dava cutucadas, me passava para trás, botava a minha tia na frente, achando que ela é que era a mulher de Carlos.

"Graças a Deus," diz ela, "eu nunca tive ares lá de cima, sempre achei que o mundo é de planície." Isso para explicar o tratamento que dava às pessoas. Certa vez recebeu uma visita e, à despedida, continuou descendo a escadaria do palácio, conversando, levando a visita até à rua – usava robe de chambre e chinelos. Nesse meio tempo mudou a guarda do palácio. Quando voltou e começou a subir as escadas, o soldado apontou-lhe o fuzil: "A senhora não pode entrar aqui." "Mas eu queria entrar", disse ela. E começou a ficar encabulada, "mais pelo soldado", que se mantinha firme: "Não, a senhora não entra. O que que a senhora quer aqui?" "Olha, eu moro aqui", respondeu ela. "A senhora mora aqui? Por quê?" "Porque meu marido trabalha aí, respondeu ela. "Seu marido trabalha aqui? Trabalha em quê?" "Bom, ele é o governador", disse ela. "Espera aí." O soldado voltou com um superior e Maria, toda envergonhada, tentava justificar sua simplicidade no trajar: "Olha, pelo amor de Deus, eu achei esse soldado maravilhoso, porque naturalmente ele está cumprindo uma ordem e não me conhecia. Eu não trago nenhuma estrela na testa, como ele vai saber? Uma pessoa com um sapatinho baixo, à vontade, e ele vai saber que eu sou a mulher do governador?"

Uma vez Carlos jurou que nunca mais a levaria em reuniões políticas. No interior, ofereceram um grande almoço ("essas coisas do interior, eles são muito formais"). Maria estava acompanhada das enteadas e, durante um dos inúmeros discursos, alguém se referiu a ela como "estrela portentosa e radiante". Maria e as meninas começaram a rir sem controle. Carlos permaneceu impávido, assim como o orador. Ela se recorda de ter dito às companheiras de mesa: "Ai, meu Deus, eu queria tanto me lembrar de uma pessoa que tivesse morrido só para ficar séria."

No início do governo, por causa do caos, Carlos disse uma vez à mulher: "Maria, a crise é mais de caráter, crise de homens. Eu não sei com quem vou contar para sair dessa." Uma noite ela acordou, procurou Carlos – ele ficava escrevendo até tarde – e encontrou-o chorando. Foi a primeira vez que o viu nesse estado. "Imagine você, Maria, que além de tudo eu estou com uma epidemia de cólera no estado. Não sei o que vou fazer." A solução foi apontada pelo próprio Carlos, mais tarde, naquela noite: enviar um rádio a Mário Pinotti, ministro da Saúde, que mandou uma equipe para combater a epidemia, com sucesso.

No início, o casal estranhou o ruído constante dos guindastes e dos navios no cais do porto em frente ao palácio, mas depois se acostumou.[141] O quarto do filho Carlos Fernando era o último, em frente à copa. O filho nunca fora bajulado. Havia uma tradição no palácio, que sobrevivia graças aos soldados da Polícia Militar. Eles garantiam ao menino que o palácio estava cheio de assombrações, com visitas constantes do fantasma de Anchieta. Mostravam buracos de tiro nas paredes do lado externo do palácio: Anchieta aparecera e o sentinela, apavorado, atirara nele. Paulo Fundão, que ensinava o menino a tocar violão (aprendera com Noel Rosa e Vicente Celestino na época de boêmio), garantia que era bobagem, nunca vira nenhum fantasma no palácio. Mas o menino não se convencia e reclamava com a mãe, que respondia: "Não, senhor, vai dormir no seu quarto, não tem que ter medo coisa nenhuma." (Dona Maria afirma que devia ter levado a sério a história na ocasião, porque, por causa dos compromissos sociais, deixava o menino sozinho com os empregados e os soldados.) Acrescentava-se a esse medo o fato de que as portas do palácio realmente se agitavam, com um barulho estranho, a qualquer hora. Só adulto é que Carlos Fernando foi entender: o palácio fora construído em cima de uma pedra e, com a vibração, as portas e janelas eram sacudidas.

Carlos Fernando também tinha um grupo de amigos, com quem "matava aula" para pescar cará e piabinha no Parque Moscoso. Levavam depois para a mãe do amigo Zé Fuinha fritar. Uma vez, um dos meninos do grupo matou um pato do lago do parque e o zelador deu queixa à polícia. Carlos Fernando passou a receber frequentes intimações da polícia. Por ser filho do governador, foi obrigado a ir vários dias à delegacia, sem que ninguém resolvesse, mesmo porque não queria que o pai soubesse. Até que, não suportando mais, contou a ele. Mesmo no Colégio Salesiano ele evitou privilégios: numa parada – em que os meninos usavam roupas militares – chegou, com traje de cabo, a desfilar carregando a bandeira do estado.

Num domingo à tarde, quando estava tudo tranquilo no palácio, Carlos, com a camisa fora da calça, descalço, olhava pela janela do porto, enquanto Maria conversava com as duas enteadas. Maria Henriqueta (Quetinha) e Maria de Lurdes (Lurdica) passavam creme no rosto e faziam papelotes com papel higiênico, amarrando nos cabelos para ficarem ondulados: as duas iam a uma festa naquela noite. Carlos observou um casal que, deixando um dos navios atracados em frente ao palácio, subia a escadaria: conversaram com o guarda e saíram pelo lado direito, em direção ao túmulo de Anchieta, localizado no próprio palácio.

Carlos, sabendo que o túmulo estava fechado, decidiu abri-lo para a visita do casal. Depois de comunicar à família a sua intenção, atravessou o palácio, desceu pelos fundos, pegou as chaves, encontrou o casal que realmente queria visitar o túmulo e, por causa da

141 Nessa época, e até meados da década de 1960, havia ainda o barulho do minério que, transportado por esteiras, caía nos porões dos navios atracados no Cais de Minério, ou do Péla Macaco, em frente ao centro de Vitória. (FA)

roupa simples, informou que era um funcionário qualquer: teve até dificuldade em abrir a porta porque a fechadura estava emperrada. Acabou abrindo, mostrou o túmulo, explicou toda a história de Anchieta e, de repente, passou pela rua Fernando de Abreu, seu secretário de Educação: "Governador, como vai? O que o senhor está fazendo aqui?"

Para dar uma melhor impressão, Carlos convidou o casal (ele historiador, ela escritora também) para tomar um cafezinho. Conversaram no salão, aguardando o café. No quarto, Lurdica – de papelotes, com creme no rosto, descalça – foi espiar, pé ante pé, para satisfazer a curiosidade. O pai tentava manter a pose de governador, apesar da situação. Quetinha, "muito moleca", empurrou a irmã que, perdendo o equilíbrio, caiu na sala, em plena reunião. Carlos disse: "Minha filha, vem cá, deixa eu lhe apresentar este casal." Carlos acredita que o casal deve ter pensado que o palácio "era casa de maluco, mas depois ele até mandou um livro para mim".

Às vezes, a família era obrigada a enfrentar "verdadeiros programas de índio", como se dizia na época. Uma vez Carlos e Maria viajaram a Alegre com Lurdica e Quetinha. Chegaram às 16 horas e às 20 havia um concurso de bandas de colégio no coreto da pracinha. Acabou às 22h30m, e só então souberam que o pessoal da cidade estava disputando para decidir quem hospedaria o governador e a família. O prefeito, mesmo com dez filhos e inúmeros parentes que haviam vindo do interior para a festa, não abriu mão da hospedagem: a casa era baixa, com uma porta de entrada dividida ao meio; fechava-se geralmente só a de baixo à noite. Estavam alargando a rua para a construção de uma praça e os caminhões jogavam poeira dentro dos quartos. Às cinco da manhã, outra banda de música veio fazer a saudação da alvorada para o governador e sua família.

Maria e Carlos ficaram no quarto do casal, mas a porta não tinha fechadura, ficava só encostada. O armário estava todo ocupado com roupas e apetrechos femininos. Às 5h30m as moças da família entraram no quarto e o casal preferiu fingir que dormia a ver as meninas trocando de roupa e passando pó de arroz e batom. Evidentemente a comida era "sofisticada". O interruptor do banheiro era preso e acionado por um palito de fósforo. Quando Maria, sentindo cólicas, se levantou à noite, não conseguiu achar o palito. E ainda tinha de enfrentar um dia inteiro de visitas a hospitais, colégios, etc., até à noite, quando haveria um baile.

Naturalmente o governador teve de dançar a valsa com a Miss Primavera da cidade. A moça não entendeu quando o governador lhe pediu licença e a abandonou sozinha no salão, saindo correndo. Carlos encontrou o amigo Mário Almeida: "Vamos rápido até a sua casa, rápido que eu não estou me aguentando de dor de barriga." Por sorte, a casa se situava perto do salão de festas. Carlos entrou "jogando as roupas para tudo quanto é canto". Quando voltou, a miss ainda esperava: ele a tomou nos braços e continuou dançando, embora "meio jururu".

No dia seguinte, bem cedo, viajaram para Carangola, Minas Gerais, para uma exposição de gado com muitas festas. A família se hospedou em casa de José Esteves, comer-

ciante de café, e foi necessário chamar o médico porque "Maria estava esbagaçada, ficou de cama, só se levantando no outro dia".

Nessa festa Lurdica conheceu o futuro noivo, Aloísio. Mas Carlos estranhou porque viu "dois sujeitos atrás de mim. Eu ia para um lado, os dois atrás, eu ia para outro e os dois me acompanhando". Chamou Aloísio e disse: "Esses dois sujeitos estão andando atrás de mim. Procura saber o que eles querem." Aloísio foi lá, voltou e disse: "Doutor, são agentes da polícia que o prefeito mandou acompanhar o senhor. Porque o governador daqui não anda sozinho. Eles estão aqui para vigiar o senhor." Então Carlos se lembrou de que no Espírito Santo nunca precisara de segurança.

Capítulo Dois

Udenistas e comunistas

Capítulo Dois

Udenistas e comunistas

A tentativa de Carlos para unir o desenvolvimento agrícola e o industrial, reduzindo os gastos públicos, provocou tensão entre os membros da oposição na Assembleia Legislativa, atingindo o clímax em novembro de 1947, quando foram realizadas eleições para os cargos de vice-governador, suplente do senador eleito em 1945, prefeitos e vereadores municipais.

Nas eleições estaduais o PSD havia logrado uma maioria apertada (Waldemar Mendes de Andrade, Lauro Ferreira da Silva Pinto, Otaviano Santos, Luís de Freitas, Judith Leão Castelo Ribeiro, Cícero Alves, Odilon Castelo Borges, Américo Aguiar, Pedro Saleme, Ildo Garcia, Honório Fraga, Otto de Oliveira Neves, Placidino Passos e Alfredo Antônio) que garantia a Carlos um apoio partidário sujeito à forte oposição dos partidos minoritários (UDN, PR, PCB, PRP). Haveria, assim, ao longo do seu governo, um renhido jogo de forças políticas dentro do Legislativo, obrigando o PSD a vencer votações por margem estreita de composições e adesões "trabalhadas". Esse esquema entrou em funcionamento desde o início dos trabalhos de discussão do projeto da Constituição, originalmente elaborado por Fernando Rabelo, eleito pelo PDC (Partido Democrata Cristão), e depois por Cícero Alves, projeto que não chegou a ser apreciado.[142] Cada um desses projetos tinha trezentos artigos. Waldemar de Andrade, eleito líder da maioria (que inicialmente incluía a UDN), se hospedou no Hotel Majestic e, junto com Fernando de Abreu, tentou adaptar a Constituição estadual à federal, incluindo as propostas dos polí-

142 Amylton se enganou neste ponto. Segundo Marta Zorzal e Silva, op. cit., p. 173 ss., o PDC (Partido Democrata Cristão) foi o partido, no Espírito Santo, onde se agruparam as lideranças políticas que haviam atuado durante o Estado Novo (1937-45) e que giravam, ainda em 1945-46, em torno da liderança do ex-interventor Bley. No Espírito Santo, ainda, o partido que agrupou os antigos integralistas da AIB (Ação Integralista Brasileira, foi o PRP (Partido de Representação Popular), cujo líder no estado era o padre Ponciano dos Santos Stenzel, incluindo também em seus quadros figuras como Antenor Bassini, Lino Ceotto, Henrique Ruschi e muitos outros líderes do interior, especialmente descendentes de italianos e alemães, antigos simpatizantes do fascismo. Este último partido não deve ser confundido com o PRP (Partido Republicano Progressista), fundado por Ademar de Barros em 1945, que em 1946 passaria a se chamar PSP (Partido Social Progressista), e que teria, assim, vida menos efêmera que seu antecessor. Cf. Benevides, Maria Vitória: *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 48. (EFS)

ticos locais. Fernando, que escrevia os artigos à mão, "com uma letra que parecia um desenho", provocou uma discussão violenta ao insistir que a tributação e a arrecadação deviam ser transferidas para os municípios. Waldemar, que conhecia a Constituição americana, afirmou que na América do Norte os municípios tinham escolas, juízes, polícia e uma série de encargos que, na época, no Espírito Santo, só o estado assumia. Segundo ele, "não era justo que se desse aos municípios aquela arrecadação se não se dessem os encargos correspondentes para sua aplicação". A discussão nesse dia acabou às cinco da manhã, depois que, pelo telefone, ele pediu aos deputados que apresentassem emendas. A Constituição acabou reduzida a 79 artigos. Em seguida, Waldemar foi para o *Diário Oficial*, onde, após corrigir frase por frase, chegou à redação final do texto. Quando pôde voltar para o hotel, sua mulher não o deixou entrar.

A UDN – União Democrática Nacional – foi a agremiação partidária que fez a mais intensa oposição parlamentar ao situacionismo durante o governo de Carlos.[143] Tinha seis deputados: Argeu Lorenzoni (por Domingos Martins), Dulcino Monteiro de Castro (por Cachoeiro), Mileto Rizzo (por Muqui), Moacir Brotas (por Colatina, que passaria depois para o PTB), Pedro Feu Rosa (pela Serra) e Roberto Silvares (por São Mateus). Eurico Rezende, nessa bancada, atuou como verdadeiro coringa: situado eleitoralmente como primeiro suplente, revezou-se com os companheiros eleitos que se licenciaram, praticamente durante todo o mandato, para que pudesse assumir, "em reconhecimento à sua capacidade oratória e jurídica". Ele e Fernando Rabelo eram os que mais contestavam. Eurico reclamava que "a ponte de tal lugar não tinha luz; que o governador, ao invés de cuidar da assistência social e amparar os menores, ficou gastando dinheiro com bois". Na época, Carlos construía o Parque de Exposições de Itacibá, no município de Cariacica. Wilson Cunha, do Partido Republicano (que elegera quatro deputados), apelidou a obra de Zebulândia. Eurico, num de seus discursos, comunicou que fora visitar "a grande obra do doutor Carlos Lindenberg, mas a Zebulândia tinha fracassado, não havia despertado interesse: o local era impróprio, deveria ser em Cachoeiro, Colatina, zonas pecuárias e não perto da capital". Terminou afirmando que Carlos "tinha conseguido uma grande criação: criar bois de rodas" (havia então tratores do estado no local). Numa exposição que houve no local, Carlos encontrou Wilson Cunha no meio do povo: "Wilson, você veio visitar essa porcaria, essa Zebulândia?" "Foi a melhor coisa que o senhor fez para os lavradores", Wilson admitiu. "Mas por que você não disse isso na Assembleia?" "Mas eu sou oposição, doutor Carlos", respondeu ele.

O governo não tinha um órgão de imprensa para apoiá-lo: *A Tribuna* e *A Gazeta* eram da oposição e a *Folha Capixaba*, comunista. Só havia o *Diário da Manhã* (que depois se transformou no *Diário Oficial*), que naquela época podia abrigar noticiário político.

143 Como se pode ver no parágrafo anterior do próprio texto de Amylton, inicialmente, a UDN apoiava o governo de Lindenberg. Somente em março de 1948 é que se deu o rompimento definitivo do partido com o mesmo governo. Cf. Silva, Marta Zorzal e, op. cit., p. 221. (EFS)

Quando se zangava, Carlos "dava uns coices aí", respondendo às críticas no jornal oficial e afirmando: "Para os amigos a lei, para os inimigos os rigores da lei" (a frase não era dele e sim do tio, Jerônimo, mas ele a repetia de vez em quando).[144]

Em 1947 Afonso Schwab quis se candidatar à vice-governadoria (que foi ganha por José Sette). Carlos lhe disse que não poderia ser candidato: havia concorrido ao cargo de senador, mas desistira no meio da campanha. "Então ele zangou-se com todo mundo" porque ninguém no partido aceitava seu nome. Rompeu definitivamente com Carlos (em 1950 seria candidato a vice-governador pela coligação dos partidos PSP, PR, PRP, PRT, PDC e UDN, perdendo com 49 mil votos), a ponto de barrar a entrada dos filhos de Carlos na casa dele no dia da festa de aniversário da filha, Maria do Carmo: da varanda, as crianças voltaram para casa. A humilhação dos filhos foi o fato definitivo de separação para Carlos. Os dois só voltariam a se falar no final da vida de Schwab, quando Carlos foi visitá-lo.

Hermógenes Lima Fonseca começou no jornalismo como redator da página *Roncar da cuíca*, publicada em *A Tribuna* a partir de janeiro para divulgar o carnaval. Em 1º de maio de 1945 foi convidado a participar da *Folha Capixaba*, jornal do Partido Comunista que, fundado por Aldemar e Érico Oliveira Neves, pelo deputado João Calazans e pelo bombeiro hidráulico Gaspaziano Meireles (o Parafuso), durou até 30 de março de 1964. Os comunistas sempre se preocupavam com Carlos: "O que esse homem tem?" Chegaram à conclusão de que era um "governador democrático, mas democrático na verdadeira expressão". A razão principal desse conceito estava no espírito capixaba de Carlos, que procurava prestigiar o elemento de casa e não fazia discriminação política, qualquer que fosse. Mesmo quando o PC se tornou ilegal em janeiro de 1948, "ninguém olhava para essa questão de clandestinidade". O jornal chamava Carlos de "latifundiário, reacionário e todos os adjetivos da época", mas ele dizia aos amigos comunistas que "o primeiro jornal a ler no sábado era a *Folha Capixaba*". Os comunistas esperavam que ele mandasse empastelar o jornal, processá-los e prendê-los. "No entanto, nunca houve processo contra nós", diz Hermógenes.

Em 1947 Washington, através do Plano Marshall, destinou um crédito de 17 bilhões de dólares para reconstrução da Europa arruinada pela guerra, incluindo a construção de refinarias de petróleo. Os grandes trustes queriam explorar o petróleo brasileiro, pagando *royalties* e impostos ao governo, com 51% da propriedade das refinarias, além do direito de dispor livremente do petróleo cru no mercado internacional e da faculdade de decidir onde e quando os novos campos descobertos entrariam em produção. Como o governo brasileiro se mantivesse imparcial em relação à Guerra Fria (o anúncio, em agosto, de que os russos também detinham o segredo da bomba atômica gerou uma hostilidade

144 De fato, o lema do "para os amigos tudo, para os inimigos, a lei", da qual parece derivar a expressão atribuída nesta passagem ao capixaba Jerônimo Monteiro, era um ditado muito popular no Brasil desde a chamada República Velha (1889-1930). Alguns atribuem sua autoria ao ex-presidente Artur Bernardes, outros ao próprio Getúlio Vargas. (EFS)

ideológica através dos meios de comunicação, desde os jornais até o cinema), os Estados Unidos mostravam-se indiferentes aos nossos problemas. O presidente Dutra, em fevereiro, havia designado uma comissão sob a direção do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) com o objetivo de equacionar a questão e elaborar um plano de ação. O debate levou oito meses e o *Estatuto do petróleo* daí resultante previa que o CNP continuaria a regular todo o setor e que o financiamento para a exploração, produção e refino deveria vir de um Fundo Nacional do Petróleo que, apesar de nacional, contaria com subsídios e concessionários estrangeiros. A completa nacionalização era impossível, segundo o *Estatuto*, por falta de verba, de técnicos especializados e de condições gerais. A comercialização do petróleo seria feita no mercado interno sob controle estatal, com participação da iniciativa privada. Apenas no mercado externo as companhias estrangeiras aqui atuantes poderiam comercializar seus produtos, brutos ou refinados. A divulgação do projeto provocou ira: no Clube Militar dois generais, Horta Barbosa (que fora, em 1938, o primeiro presidente do CNP) e Juarez Távora lançaram o *slogan O petróleo é nosso,* que serviria como título de um filme nacional e geraria intensa campanha política.

Até à instituição da Petrobrás, todo o país se envolveu na campanha. Em Vitória, os oposicionistas aderiram, entre eles Eurico Rezende (que chegou a discursar ao lado dos comunistas). O PC decidiu organizar um comício na praça Oito no fim da tarde, hora de maior movimento. O delegado Amúlio Finamore proibiu, mas os comunistas andavam o tempo todo com a Constituição nas mãos e citavam o parágrafo 11 do Artigo 141: "Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite". Mantida a proibição, o partido resolveu fazer o comício no bairro Santo Antônio, mas, na última hora, Finamore comunicou que o comício estava suspenso. Os comunistas perguntaram: "Quem mandou proibir? Foi o doutor Carlos?" "Não", respondeu o delegado. Como Carlos seria incapaz de impedir, os comunistas insistiram e o delegado sugeriu: "Eu vou lá e digo ao povo que é para se dispersar porque não vai haver comício. Está combinado assim?"

Na hora do comício, com a polícia presente, Hermógenes foi escolhido para explicar ao povo que não se permitira a sua realização e assim se pronunciou: "Povo de Santo Antônio, nós íamos realizar um comício em defesa dos nossos minérios e de nossas reservas petrolíferas. Entretanto, uma ação arbitrária da polícia impediu que ele se realizasse". Finamore puxou Hermógenes: "Pronto, já disse tudo, chega." Hermógenes disse que não e virou-se para o público: "De maneira que nós demos uma demonstração de que a nossa luta é pacífica e ordeira, numa demonstração a esse ato arbitrário desse aparato policial e eu peço aos senhores que se retirem para suas casas". Eurico Rezende impetrou habeas-corpus, cumulado de salvo-conduto, no Tribunal de Justiça, que não acolheu o pedido. O PC resolveu então fazer uma reunião num restaurante no segundo andar de um prédio. Carlos Cunha, que acabara de fazer um curso de polícia com a CIA no Rio, mas era amigo dos comunistas, foi avisá-los da proibição. Hermógenes ponderou: "Se eles chegam aqui, barram

a porta e vamos ter que pular do segundo andar." Por isso, a reunião foi transferida para o bairro de Jardim América; na volta foram todos presos por dezoito policiais. Nessa época Hermógenes era vereador (cumpriu seu mandato de 1947 a 1951, mas, embora tivesse sido o candidato mais votado, não se candidatou novamente, desiludido com "o mandonismo partidário") e, junto com seu colega Pedro Mário de Carvalho, fez um protesto na Câmara, pedindo que o governador explicasse a razão da prisão: os comunistas passaram uma noite detidos. Cunha, que fora responsável pela prisão, foi chamado para explicar. A *Folha Capixaba* "caiu em cima dele, chamando-o de capacho, do diabo a quatro". Cunha foi pedir "pelo amor de Deus" que eles parassem. Acabou se exonerando da polícia e voltando ao Rio.

Hermógenes conta que Carlos tinha mania de perguntar se ele era parente de Fulano, casado com Beltrana. Também em 1947, Roberto Morena, dirigente do PC e da Frente Sindical, chegou sem aviso a Vitória: Carlos acabara de voltar de um encontro em Minas com o governador Bias Fortes. "Ah, vem aqui agora", disse Carlos ao telefone. Abraçou Morena, que fora seu colega na Constituinte em 1934, e disse: "Mas o que você quer, Morena?" "Nós estamos fazendo uma edição especial da *Gazeta Sindical* e queríamos uma matéria. Mas não só a matéria, também queremos dinheiro para ajudar." Carlos perguntou: "Bom, quanto você quer?" Morena anunciou a quantia. Carlos sugeriu: "Então você faz o seguinte: dá uma procuração a Hermógenes e ele depois recebe aqui." "E a matéria?" "Hermógenes mesmo faz", respondeu Carlos.

Hermógenes escreveu a matéria, sem consultar Carlos: ela foi publicada e depois Hermógenes foi a palácio levar o comprovante. "Lê aí, doutor Carlos, lê as sandices que foram ditas sobre o seu governo." Carlos leu e replicou: "Ah, está bom. Vou autorizar você a receber."

Certa vez, Hermógenes, como sempre fazia, seguindo a tradição, estava comentando na praça Oito algumas negociatas escusas que "um tal de Montini" estaria fazendo em Cachoeiro para vender a velha fábrica de cimento, agora com o nome de Itabira. Paulo Fundão, que ouvira os comentários, relatou a Carlos, que telefonou a Hermógenes para que fosse a palácio.

— Paulo Fundão disse que você estava na praça Oito contando a história lá de Cachoeiro. Como é que foi isso?

— O pessoal está atribuindo e jogando a culpa no seu governo.

Carlos explicou a história, informando que havia nomeado três advogados para acompanhar o caso e mostrou-lhe documentos:

— Hermógenes, com esses documentos da venda do Montini qualquer um de nós poderia fazer essa negociata. Você, todo mundo. Mas nós estamos atentos, que a parte do governo é reservar e assegurar as jazidas e os bens do estado.

Carlos contou-lhe uma série de negociatas envolvendo pessoas conhecidas, prometendo dar as informações depois que resolvesse o caso. Hermógenes voltou ao jornal, todos

os redatores queriam publicar aquelas informações. "Não, não vai dar: vamos confiar no homem", disse Hermógenes. Duas semanas depois, Carlos telefonou passando os dados e a *Folha Capixaba* conseguiu "um furo em cima de toda a imprensa, denunciando o caso".

Em 1948, quando o partido já estava na ilegalidade, o presidente Dutra, tomando por base o *National War College*, dos Estados Unidos, criou a Escola Superior de Guerra. Uma das consequências foi a instalação de um serviço de rádio em todos os palácios de governo. Paulo Fundão adorou a novidade: passou quinze dias no Rio, no Ministério da Justiça, aprendendo a transmitir os radiogramas e os telegramas em código. Serviço secreto, antes, só fora visto em cinema. As comunicações na época eram muito precárias e a nova Estação Central de Rádio-transmissão, operada por transmissão a distância, comunicava-se com diversos pontos do estado e com a estação do Rio, na Procuradoria Fiscal, permitindo um contato mais rápido com as autoridades da capital federal.

Outra consequência da Guerra Fria foi uma visita de oficiais da Marinha a Vitória. Um garçom avisou então que o palácio estava sem água. Carlos ordenou: "Telefona para o Parafuso e ele vem dar um jeito". Parafuso (apelido de Gaspaziano Meireles), que era o bombeiro hidráulico mais conhecido da cidade, integrante do PC, surgiu com suas ferramentas para consertar o registro. O garçom foi à presença de Carlos e disse: "Governador, quem está mexendo aí na água é um comunista." Carlos retrucou: "Ah, é um comunista? Então está certo. Vamos ficar sossegados que daqui a pouco tem água." Faltando pouco tempo para o jantar, continuava faltando água. Carlos chamou Curry Carneiro, diretor de obras: "Que diacho! Ainda está faltando água." Curry disse: "Doutor Carlos, deve ser negócio do Parafuso, ele estava consertando as caixas aí em cima, naturalmente fechou os registros." Carlos ordenou: "Então você vai atrás dele, manda esse safado botar água". Parafuso voltou e consertou. Mais tarde, Carlos perguntou: "Vocês pagaram ao homem?" Ninguém se lembrara de que era preciso pagar o serviço de um comunista. Carlos contrapôs: "Tem que pagar o serviço do rapaz." "Mas, doutor Carlos, não sabemos onde achar o Parafuso". Carlos insistiu: "Procura saber quem é Parafuso, telefona para ele e pergunta quanto custou o serviço." Parafuso apareceu "com a mesma cara sem-vergonha" e disse: "Não precisa pagar nada, foi só consertar aquilo ali." Carlos decidiu: "Então eu vou mandar fazer o recibo." Parafuso explicou: "Não, doutor Carlos, não vamos entrar nessa burocracia. Depois o senhor dá uma ajuda aí para a *Folha Capixaba*."

Carlos conhecia a executiva do PC: Clementino [Dalmácio Santiago] tinha uma oficina e consertava o carro oficial. Carlos sentava lá para bater um papo, de chapéu preto. Hermógenes sempre teve entrada a qualquer hora no palácio: "Diga ao doutor Carlos que eu quero falar com ele." Paulo Fundão ia avisar. Aparecia o próprio Carlos: "Hermógenes, infelizmente não posso atender porque estou com um pessoal aí, você pode vir outra hora? Vem depois, janta comigo." Hermógenes, com receio da oposição, respondia: "Ah, não, que eu não quero ser da copa e da cozinha." "Que é isso, Hermógenes? Você come a mesma comida que a minha."

Mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista fazia atos públicos – geralmente na sede, para não entrar em atrito com o delegado Finamore. Os operários falavam sobre teses de Lênin e Marx. Num comício, Filadelfo Barraquinha chegou a contar a história dos *Mártires de Chicago*, os operários Sacco e Vanzetti. Finamore enviava sempre um policial para mantê-lo informado do que se passara: "Como é que foi o negócio dos comunas?" "Ah, foi ótimo: eles falaram dos mártires de Chicago e..." "Disseram isso? Você não vai mais lá. Já virou a folha."

Por ocasião da ameaça de fechamento do partido, às dez horas, apareceu um policial: "O chefe de polícia disse que às três horas é pra vir fechar a sede de vocês." "Então tá bom." Às quinze horas, quando apareceu a polícia para fechar a sede, os comunistas já haviam escondido toda a documentação. Um policial lembrou seu chefe do fichário. O chefe perguntou: "Que fichário? E essa cambada de comunista tem fichário coisa nenhuma. Vocês têm fichário? Acha que eles vão fazer fichário? Não são bestas." Depois o chefe de polícia sugeriu: "Procurem um canto para guardar os móveis. Guarda aí em algum sindicato."

Os comunistas lembram que o respeito era recíproco: Carlos apreciava e admirava muito Aldemar Oliveira Neves, médico sanitarista que trabalhava na Bahia mas sempre vinha ao Espírito Santo tratar da esquistossomose. Mas às vezes a *Folha Capixaba* cometia excessos através de um jornalista paulista que se chocava porque o Partido mantinha relações de respeito com "o governo burguês". Eles replicavam que aquele era "o Partido Comunista Capixaba" – mesmo porque todo mundo se conhecia. O jornalista paulista queria ação e dizia "cobras e lagartos" das pessoas. Hermógenes lembra: "Eu perguntava: Você assina? Porque às vezes era mentira, era jogar lama nas vítimas". Uma vez fizeram uma denúncia contra o Departamento de Saúde. Jayme Santos Neves telefonou e disse: "Olha, a repartição está aqui à disposição, vocês podem vir e verificar tudo." Descobriram que a denúncia não tinha fundamento: o partido se reuniu, decidiu e se retratou.

O pai de Eurico Rezende havia solicitado aposentadoria e, na época, era preciso prestar contas de todo o período de serviço e "dar quitação até a terceira geração". Alguém em Colatina avisou aos comunistas que Leôncio Vieira de Rezende fora processado por roubo. Quando o resto do partido percebeu, o jornalista paulista já havia publicado a matéria. Hermógenes foi escolhido para pedir desculpas a Eurico e pensou: "Eurico vai me dar um tiro". Foi ao escritório do suplente de deputado udenista. Quando o viu, Eurico baixou a cabeça. Hermógenes disse: "A mesma dor que você está sentindo eu também estou sentindo, porque é uma infâmia muito dolorosa. E eu estou aqui. Se quiser me dar um tiro, pode dar. Pode fazer o que você quiser."

Eurico nada disse, mas os membros do partido ficaram constrangidos porque Leôncio de Rezende era homem digno e, inclusive, ajudava ao jornal. Quando os comunistas iam pedir-lhe dinheiro, o velho dizia: "O que vocês vão fazer com isso? Esse pasquim." Depois abaixava o tom de voz: "Quanto vocês estão precisando?" Às vezes os comunistas não tinham dinheiro nem para pagar o papel de impressão: geralmente faziam rifa.

Enquanto isso, Carlos era criticado por todos os jornais (como acontecia em todo o país, os jornais pertenciam aos partidos políticos). "Preciso arranjar um jornal, preciso parar de ficar apanhando sem poder responder, assim não está nada bom", pensava. Convidou alguns amigos do PSD, mas ninguém o apoiou na ideia de comprar um jornal. O proprietário de *A Gazeta*, coronel Eleosipo Cunha, da UDN, era adversário de Carlos: estava disposto a vender o jornal desde que Carlos não fosse o comprador. Por isso Carlos chamou um amigo em comum, Alfredo Alcure, a palácio:

— Alfredo, você vai me fazer um favor. Você vai comprar *A Gazeta* para mim.

— Mas Eleosipo vai brigar comigo. O senhor sabe que ele não vai vender, ele já foi muito seu amigo, mas hoje é seu adversário e não vai vender de forma nenhuma.

— Você compra como se fosse para você e quando tiver passado uns dois anos e ele tiver esquecido você passa para o meu nome.

Três dias depois Alcure voltou com a novidade:

— O homem vende para mim por seiscentos contos. Nem toquei no seu nome.

Carlos assinou um cheque e a venda foi realizada. Em novembro de 1949 *A Gazeta* passou a ser dirigida por José de Mendonça; as ações foram transferidas para o nome de Fernando, irmão de Carlos, e, em seguida, para ele próprio.

Nessa época a *Folha Capixaba* era composta nas oficinas de *A Gazeta*, após a impressão do jornal: os redatores traziam o material num carro para sua redação, revisavam e levavam de volta à oficina de *A Gazeta* para as correções. O serviço costumava terminar ao amanhecer, para que o jornal circulasse sábado pela manhã, regularmente. Hermógenes às vezes redigia quase tudo: colunas sociais, esportivas, reportagens nos bairros, noticiário político.

Quando a direção de *A Gazeta* adquiriu uma linotipo nova, Nelson Borelli, que sempre ajudava na composição da *Folha Capixaba*, tentou consertar o maquinário antigo: sempre poderia ter uma validade. Quando ficou pronta a máquina, não se sabia mais o que fazer com ela. Carlos disse à direção do jornal: "Dá isso aí para o pessoal comunista, coitados, para fazer lá o jornal deles." Foi difícil o transporte do "monstrengo", mas Hermógenes – que sabia que nada lhes seria cobrado politicamente – suspirou aliviado: "A gente já pode dormir mais cedo."

Chegaram a ter duas edições semanais, insistindo nas teclas: "Dutra, governo de traição" e "Lindenberg, reacionário".

Em 1949 os ferroviários da Companhia Vale do Rio Doce passaram a reclamar do excesso de trabalho: a Companhia só tinha uma linha e o transporte de minério era feito com muita dificuldade: havia maquinistas que trabalhavam onze dias consecutivos; alguns acabaram em hospital, outros morreram: um maquinista, cuja máquina dera defeito, dormiu na linha enquanto esperava o conserto e foi esmagado por ela. Hermógenes foi

indicado para fazer o levantamento das horas extras, de acordo com as determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foi um trabalho exaustivo, porque ele foi obrigado a consultar caderneta por caderneta.

No meio do trabalho, a *Folha Capixaba* divulgou uma notícia com dados sobre a exportação de minério (na ocasião, não eram divulgados). Um juiz autorizou a presença de Hermógenes e Saturnino Rangel Mauro[145] na companhia, que se mostrara hostil ao movimento. Cinquenta por cento do trabalho já estavam feitos quando Hermógenes voltou ao juiz, que autorizou novamente sua presença no campo inimigo. O resultado foi que os operários ganharam a questão, mas entraram com um pedido na Junta Trabalhista para um ajustamento salarial, porque acreditavam que estavam sendo ludibriados. A Companhia não concordou e os operários fizeram greve de advertência por 24 horas.

Hermógenes, que prestava assistência à Comissão Sindical (na ocasião já era contador formado), foi avisado pelo chefe de polícia local que a polícia do Rio mandara alguns elementos com ordem de "baixar o pau" e que ele era um dos visados. À noite, sua casa estava toda cercada, "parecia a rainha quando sai do cortiço". Foi preso.

Eurico Rezende, como advogado, defendia a causa de dois maquinistas, Ernesto Ferreira dos Santos e um outro, conhecido como Manoel *Lasca Pau*. Eles reivindicavam na Junta de Conciliação um beneficio que, se vitorioso, seria estendido a toda a classe de funcionários da CVRD. Na Câmara, Pedro Mário de Carvalho fez um discurso violento exigindo que fossem informadas as razões da prisão de Hermógenes. Em seguida, esperou-se que o Supremo Federal desse ganho de causa aos operários, obrigando a Companhia a pagar o aumento exigido. Hermógenes orientava a Comissão Sindical para que não preparasse uma greve, "porque a solução seria numa questão de dias". Surpreendentemente, os membros da comissão chamaram a polícia para prendê-lo novamente e Mário de Carvalho levou Hermógenes para dormir na Câmara, enrolado na bandeira brasileira.

Carlos Lindenberg resolveu fazer um acordo: "não admitia que polícia de fora viesse para o estado nem tampouco que agisse contra pessoas do estado". Chamou os membros da Comissão Sindical e anunciou: "Vocês vão fazer um acordo e vão ficar num campo neu-

---

145 Saturnino Rangel Mauro nasceu em Jaguaripe, Bahia, em 25 de setembro de 1901. Foi comerciário, líder sindicalista e político; era casado com Maria da Penha Freitas. Começa a se interessar pela política no início da década de 1930 e luta pela autonomia municipal de Vila Velha nos dois períodos em que o município esteve incorporado a Vitória (1930-34 e 1943-47). Foi vereador à câmara municipal vila-velhense e participou da instalação da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em 1941, presidida por Lindenberg, a qual integrou na qualidade de vogal representando os empregados. Deputado estadual constituinte pelo PTB, eleito a 19 de janeiro de 1947, por sua iniciativa Vila Velha recupera a autonomia político-administrativa, conforme consta na Constituição estadual promulgada naquele ano. Faleceu em 5 de janeiro de 1975 em Vitória, tendo sido sepultado no Cemitério Municipal de Vila Velha. Cf. http://www.vilavelha.es.gov.br / index.php?view=article&id=8665%3A; e Helio Mário Arruda, *A Justiça do Trabalho no Espírito Santo*, in http://www.trt17.gov.br/sic/sicdoc/docviewer.aspx?id=241&sq=535267766. Acesso em 07/11/2009. (FA)

tro." A reunião foi feita no Hotel Tabajara e Carlos se comprometeu a acertar tudo com a CVRD, para que aceitasse a reivindicação.

Porém, no dia seguinte, estourou a greve, de surpresa, sem que ninguém soubesse (mais tarde o deputado Jefferson de Aguiar informaria que a greve fora forjada por elementos da CVRD que haviam pertencido ao partido integralista): os operários começaram a retirar os trilhos, "ninguém se entendia, ninguém sabia de onde tinha partido a coisa". Carlos acreditava que os comunistas haviam desrespeitado o acordo. Mesmo assim, no próprio dia da reunião, enviara uma carta aos associados do Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo, em que comunicava "que a Companhia Vale do Rio Doce S.A. reafirmou seu propósito de conceder o aumento salarial reivindicado por essa laboriosa e digna classe em consonância com tabelas elaboradas e já submetidas à apreciação do senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, logo retornem seus empregados ao trabalho. Creio que, dessarte, não mais existe motivo para a manutenção do movimento grevista. Por conseguinte, transmitindo-vos tão auspiciosa notícia, solicito o comparecimento de todos os servidores da empresa ao trabalho profícuo que sempre desenvolveram, pelo engrandecimento da Companhia e do Brasil, como obra do mais sadio patriotismo sem ressalva ou ódio, os quais não podem pairar ou medrar nas relações entre capital e trabalho".

A CVRD demitiu 480 operários, todos do Partido Comunista. Mas o serviço secreto do Exército acreditou que Eurico Rezende, advogado e suplente de deputado, tivesse aconselhado a greve para apressar o julgamento. Um tenente do Exército, seu amigo, avisou-o: "Eles vão prender o senhor. Vão detê-lo e levá-lo para Juiz de Fora." O Espírito Santo estava jurisdicionado na época a Juiz de Fora, em Minas, onde havia uma auditoria militar. "Nossa Senhora", disse Eurico, "deputado ser preso só em flagrante." Ficou na expectativa por causa da presença, na cidade, de um capitão de Juiz de Fora. Manteve-se em silêncio na Assembleia, sem denunciar a ameaça para não prejudicar o amigo tenente, embora "uma prisão em virtude de defender a causa de operários fosse politicamente conveniente". Mais tarde, o tenente o procurou para anunciar: "O governador estava sabendo das ameaças e tomou todas as providências para o senhor não ser preso em hipótese alguma." Eurico continuou denunciando na Assembleia as mazelas do governo. Mas era uma oposição, como anteriormente, "de uma semântica respeitosa, construtiva, sem a maldição da calúnia, da injúria, conforme consta dos anais".

Eurico nunca comentaria com Carlos essa interferência. Nem Hermógenes, 23 anos depois. Em 1958, na transição do governo de Francisco Lacerda de Aguiar para o segundo de Carlos Lindenberg, Hermógenes foi nomeado perito de uma ação de 32 processos de exportadores de café, que reivindicavam a devolução de uma taxa considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e que o estado foi obrigado a restituir. Junto com Messias Chaves, advogado do estado, Hermógenes chegou à conclusão de que os exportadores não poderiam receber: "Porque não foram eles que pagaram os tributos, porque a taxa é diferente de um tributo. O imposto pode ser direto ou indireto e uma taxa é por serviço prestado."

O certo é que Oswald Guimarães, secretário da Fazenda, pediu demissão e Oswaldo Zanello, assumindo em março de 1957, "fez um festival de cheques". Hermógenes fora procurado antes por um funcionário com a proposta: ele daria um recibo, receberia o dinheiro (na época, 32 mil cruzeiros) e ficaria com a metade, e o resto os envolvidos dividiriam entre si. E acrescentou: "Mas está um pouco difícil porque, de acordo com a praxe, eu entrego o laudo no cartório, o tabelião assina, o juiz assina anexo ao processo e depois o advogado. Então o senhor me paga ou terá que arbitrar os meus honorários de risco, depois vou requerer do estado." Hermógenes respondeu: "Mas eu nem entreguei ainda o laudo, como é que posso receber? A não ser que o doutor Messias Chaves assine. Mesmo assim tenho minhas dúvidas."

Hermógenes procurou Messias: "Se aparecer algum recibo meu dentro desse processo que não tiver a sua assinatura não é válido. Eu sei que o senhor não vai concordar com uma coisa dessas e eu também não concordaria em receber por aquilo que eu nem fiz ainda. Porque em toda mudança de governo há sempre aqueles processos, inquéritos, o diabo a quatro. E eu não quero me meter nesse negócio." Messias Chaves teve a seguinte reação: "Eu também não vou me meter nesse negócio. Não admito que nenhum canalha desses bote os pés no batente da minha casa."

Quando Carlos finalmente assumiu, Messias contou-lhe essa história. Após 1964, os comunistas e Carlos combinaram evitar-se um pouco. Abstinham-se até mesmo de cumprimentos na rua, os comunistas atravessando para a outra calçada.

Em 1972 Hermógenes foi preso: saía de casa para dar uma aula no Colégio Americano quando alguns homens apareceram "com uma metralhadora de um lado e de outro". Levaram-no numa Kombi para o 3º Batalhão de Caçadores, em Vila Velha, onde ficou incomunicável num cubículo de 1x2 metros. Um dia apareceu um capitão na cela e disse: "É fogo prender você, hein?" "Por quê?" "Sabe quem esteve aqui para depor a seu favor? O senador Carlos Lindenberg. O líder do governo no Senado veio aqui só para depor a seu favor. Ele me contou aquele caso da perícia." Mantendo-se fiel ao que fora combinado entre amigos, Hermógenes nunca contou o fato a ninguém. Abriu exceção para este livro.

Durante seu primeiro governo, Carlos Lindenberg fez construir a rodovia que liga São Domingos,[146] no município de Colatina, a Barra de São Francisco. Em agosto de 1947 concluiu o trecho da estrada Vitória-Rio de Janeiro e, em setembro do mesmo ano, uma nova linha da Estrada de Ferro Vitória a Minas.[147]

146 Hoje município de São Domingos do Norte. (FA)

147 Empreendimento realizado pela Companhia Vale do Rio Doce, na época uma empresa controlada pelo governo federal. (FA)

Em março de 1949 revogou o decreto de extinção da Faculdade de Farmácia e Odontologia, de 1944, enviando mensagem à Assembleia Legislativa na qual dizia que "o ensino superior é ministrado pela Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo e o governo está promovendo a instalação e funcionamento da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo. O Artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias restabeleceu a Faculdade de Farmácia e Odontologia, autorizando o governo a tomar as medidas necessárias para o seu funcionamento. Dos entendimentos havidos entre o deputado Eurico de Aguiar Sales e as altas autoridades do ensino do país, resultou o pedido de autorização para o funcionamento da Faculdade de Odontologia, eis que seria impossível, no momento, a instalação da de Farmácia, dado o alto custo do material". A faculdade seria instalada em março de 1950.

Antes de deixar o governo, Carlos começou a construção da ponte de Linhares, essencial para o crescimento do norte do estado. Relembra ele:

— Foi uma luta muito grande, pois não tínhamos recursos para construí-la. Eu achava que ela era necessária, pois viajava sempre para lá e via a quantidade de carros esperando a balsa para atravessar o rio. Depois de muito trabalho convencemos o presidente Dutra a nos dar um auxílio. Ele nos deu dez mil contos para começar a ponte. Eu mandei o nosso Departamento de Estradas de Rodagem para fazer o projeto e cobrava de vez em quando. Depois de seis meses vi que o Departamento não estava muito interessado. Então fui ao Rio tratar de assuntos no Departamento Nacional do Café e encontrei por acaso um engenheiro muito meu amigo que já tinha trabalhado no Espírito Santo, Flávio Ribeiro de Castro, e perguntei se ele seria capaz de fazer o projeto de uma ponte em Linhares. Ele aceitou e disse que queria como pagamento cinco por cento do valor do orçamento. Eu disse que só pagava quatro por cento e ele aceitou, disse que fazia qualquer negócio comigo. Em dois ou três meses daria a planta. Pediu que eu pusesse à sua disposição algumas embarcações para fazer umas perfurações no rio Doce e então foi a Linhares e começou o trabalho. Quem fez o desenho da planta foi o doutor Bianco, um alemão amigo nosso aqui de Vitória que trabalhava com Flávio Ribeiro de Castro. Quem introduziu essa estrutura leve de ponte foi Bianco. Quando voltei a Vitória chamei Dido Fontes, que era o diretor do DER, e disse: Contratei com o doutor Flávio o projeto da ponte de Linhares e o Departamento vai pagar. Dido respondeu: Mas, doutor, nós estamos fazendo o projeto. Eu repliquei: Mas está muito demorado e eu desisti de esperar por vocês. Ele vai entregar o projeto em dois ou três meses no máximo. Assim veio o projeto, ficou muito bonito e começamos a ponte com a ajuda de Dutra. Abrimos concorrência e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem me indicou três firmas para serem chamadas para a concorrência. Chamei as três e justamente a menor, a Ipiranga, é que ganhou a concorrência, por doze mil e quinhentos contos mais ou menos. Voltei ao Rio para conversar com o pessoal do DNER e eles queriam que eu anulasse a concorrência para fazer uma nova, alegando que a firma era muito pequena. Eu disse: Nada disso, foram os senhores que me deram o nome, agora vai ser ela mesma que vai fazer.

Mas havia alguns empecilhos, segundo conta Carlos:

— A firma Ipiranga tinha um engenheiro muito bom e eu lhe disse que o pessoal do DNER queria anular a concorrência porque não queria é fazer a ponte. O diretor do Departamento nessa época era do Espírito Santo, Manoelito de Carvalho. Ele achava que a ponte era prematura, não ia ter movimento, por isso achava que a obra devia ser adiada. Eu disse que ia fazer com aquela firma mesmo, porque não queria atrasar mais, queria deixar a ponte pronta no meu governo. E a firma veio e eu tive que abrir um crédito para ela no Banco do Espírito Santo de quase quinhentos contos e ainda emprestar uma porção de material, vagonetes, trilhos, etc., para começarem o serviço, porque ela não tinha nada disso. Começaram a bater as estacas, que só iam a dezoito metros com a aparelhagem que eles tinham. Consultei Henrique de Novaes e ele perguntou: O que o doutor Flávio disse? Eu respondi: Que teria que ir a 22 metros. Henrique concordou: Então tem que ir a 22 metros. Mas chamou um outro amigo dele do Rio, Luiz Vieira, e os dois juntos vieram, examinaram e chegaram à conclusão de que deviam ser mesmo 22 metros. Então Vieira explicou que eles tinham que mexer no cano junto da estaca e jogar a água por ali sob pressão, para aquela água ir penetrando o leito do rio e fazer descer a estaca. E assim foi, até chegar aos 22 metros. Mas aí o serviço foi atrasando, atrasando, e eu acabei o governo e deixei pouco mais da metade da ponte pronta. Mesmo assim ainda deixei dinheiro no estado para terminá-la e ela ficou mais ou menos em dezenove mil e poucos contos.

A ponte seria inaugurada no governo seguinte, em 22 de junho de 1954, com a presença do presidente Vargas. Mas o então governador, Jones dos Santos Neves, não aceitou o nome sugerido por Carlos para a ponte, que era uma homenagem ao presidente Dutra, que financiara o início da obra. Preferiu homenagear o presidente daquele ano e a ponte se chamou Getúlio Vargas.

Carlos renunciaria ao governo em 1950,[148] depois de construir 1.200 salas de aulas, melhorando as instalações da rede escolar existente e o ensino médio em geral, com a construção de ginásio em todas as sedes municipais. Em sua última *Mensagem à Assembleia Legislativa* reconhecia a necessidade de "aparelhamentos complexos" para a "reconstrução das atividades administrativas do estado, desempenhada com relativa facilidade, o bom giro das permutas industriais e comerciais, de que resulta a abastança e prosperidade dos indivíduos"; e salientava que "este primeiro prazo constitucional de administração espírito-santense, após 1947, tem procurado pôr em ordem a casa, de modo a permitir que ao futuro governo se deparem possibilidades de maior êxito".

Todos os partidos, exceto o PTB, se juntaram nas eleições seguintes numa aliança para derrotar o PSD, que, no entanto, estava unido e fortalecido. O partido não aceitou a indicação do mineiro Cristiano Machado à presidência da República, mantendo-se inde-

148 Carlos Lindenberg renunciou ao mandato de governador em 1º de julho de 1950 para concorrer ao senado, passando o governo ao vice, José Rodrigues Sette. (FA)

pendente da orientação nacional, e passou a apoiar a chapa PSP/PTB, que tinha por candidato Getúlio Vargas. A razão para recusar o candidato mineiro foi a questão dos limites entre Espírito Santo e Minas, até então não resolvida. O então senador Jones dos Santos Neves, na reunião do Conselho Nacional do PSD, votou contra essa candidatura, lendo a declaração que Carlos fizera em 26 de novembro de 1949, na reunião estadual do partido, quando fora repelida a "fórmula mineira": "Pendendo de julgamento uma ação judicial movida pelo estado de Minas Gerais contra o Espírito Santo, por questões de limites, nenhum compromisso poderemos assumir para com a fórmula proposta, enquanto perdurar essa situação, ainda porque em tais condições o nosso apoio seria inútil para o candidato e desastroso para a Seção Estadual do Partido, em face dos obstáculos encontrados na unânime consciência do povo, cuja vontade representamos e acatamos". Cristiano Machado fora indicado pelos grupos solidários ao presidente Dutra (no estado, Atílio Vivacqua e seus correligionários) e Jones era amigo pessoal de Getúlio. O PTB era o único partido que não havia entrado em conflito com o PSD estadual. Da aliança surgiu a chapa de candidatos: para presidente da República, Getúlio Vargas; para vice-presidente, João Café Filho; para governador do estado, Jones dos Santos Neves; para vice-governador, Francisco Ataíde; para senador, Carlos Lindenberg; e, para suplente, Edson Cavalcanti.[149]

A maioria dos outros partidos, unida, escolheu Afonso Schwab para governador; Fernando Rabelo para vice-governador (era presidente do Diretório Estadual do Partido Democrata Cristão); Asdrúbal Soares para senador (era presidente do Diretório Estadual do PSP); e Aristides Vieira (do PR) para suplente de senador. Atílio Vivacqua, líder do PR no Espírito Santo, apoiou a candidatura de Cristiano Machado do PSD. O PDC e o PR entraram na justiça eleitoral com pedidos de impugnação do registro de Lindenberg e da aliança PSD/PTB. Além disso, insinuavam que o vice-governador em exercício, José Sette, enviara "praças militares" para atuar nas delegacias do interior numa "ação de coação" que auxiliaria os partidários do governo na eleição. Os partidos coligados encaminharam uma petição ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral pedindo "a presença da força federal para garantir em todo o território do estado, especialmente nos municípios indicados, a livre manifestação da vontade eleitoral".

Jones dos Santos Neves seria eleito governador com 71 mil votos, e Carlos Lindenberg senador com 66.495. Deixaria o governo em janeiro de 1951, assumindo sua cadeira no Senado no mês seguinte. Em julho de 1952 foi designado para representar o Senado no Congresso Econômico de Blumenau, em Santa Catarina, e, durante o mandato, tomou parte na comissão incumbida de dar parecer sobre o veto do presidente Vargas ao projeto de lei que alterava a Consolidação das Leis de Imposto de Consumo. Além disso, presidiu

149 Nas eleições presidenciais de 1950, o PSD, por insistência do marechal Dutra, que se havia indisposto com Vargas, apresentou a candidatura do mineiro Cristiano Machado. Com o apoio do PTB, Vargas, que ganharia o pleito, conseguiu fazer com que boa parte do PSD o apoiasse discretamente, em detrimento da candidatura do partido. Esse artifício político ficou conhecido no Brasil todo como "cristianização". Cf. Skidmore, op. cit., p. 105. (EFS)

a Comissão de Economia, integrou as comissões de Redação, de Serviço Público Civil e de Finanças e foi, durante dois anos, terceiro-secretário da mesa do Senado.

— Como senador, eu tomava parte em todas as campanhas que eram a favor do estado e lutei sempre pelo homem do campo. Fiz muitos discursos durante aquela questão do açúcar, quando Getúlio mandou que se criassem as grandes usinas e que se acabasse com os pequenos engenhos. Eu era contra isso porque entendia que os pequenos engenhos barateavam o produto para o pessoal do interior por causa do transporte. Cada um tinha a sua engenhoca e fazia o seu açúcar e, apesar de ser um açúcar preto, tinha muito mais calorias do que o açúcar branco. Mas não consegui nada, Getúlio já tinha feito as coisas, então quebraram todas as engenhocas e ficaram só as grandes indústrias, como hoje. Fiz muitos discursos também sobre o serviço militar, eu queria alguma providência no sentido de não se tirar o homem do interior para o Exército, porque a maior parte depois não queria voltar. Eu achava que devia haver uma solução especial, ou fazer o serviço militar lá mesmo no interior ou isentar o pessoal do interior para impedir o êxodo rural.

Carlos reconhece que muitos de seus esforços como senador foram em vão, como no caso do monopólio da Petrobrás:

— Não consegui nada. Quando veio a lei 2.004, do monopólio da Petrobrás, eu e Assis Chateaubriand fizemos vários discursos, não contra o monopólio estatal, mas entendendo que devia haver o monopólio estadual, com a escolha de áreas eficientes para a extração do óleo, mas que o restante fosse aberto a qualquer país que quisesse explorar o petróleo aqui no Brasil. Fui muito xingado, fui chamado de entreguista, recebi muita descompostura de gente que era inteiramente partidária da Petrobrás. Tinha também na Câmara Municipal do Rio um comunista que me atacou muito, só eu e o Chateaubriand queríamos aquilo. Nós sabíamos que naquela época o Brasil precisava de cinquenta mil barris por dia, mas era difícil prever quantos barris o Brasil precisaria dentro de dez anos, pois estava crescendo muito. Então, com só uma empresa tirando óleo seria muito mais difícil conseguir a quantidade necessária do que com dez, quinze, vinte empresas. Não conseguimos nada, só descompostura. Hoje está todo mundo aí querendo fazer o que devia ter sido feito em 1952.

Mesmo assim, Carlos afirma ter conseguido muita coisa para o Espírito Santo, porque "trabalhava de acordo com Jones", embora, na época, o país estivesse "assolado por uma onda de populismo, na qual Jones não quis embarcar, o que contribuiu para o declínio de seu prestígio político. Não conseguiu fazer seu sucessor e pela primeira vez a UDN – então coligada com o PTB e outros partidos menores – chegou ao poder no estado".

Carlos foi o responsável pela entrada de Francisco Lacerda de Aguiar nas eleições partidárias. Em 1945 Aguiar foi prefeito de Guaçuí, indicado por João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores do governo Dutra. Nas eleições de 1947 foi eleito prefeito e, em 1950, deputado federal pelo PSD, a convite de Carlos, que evoca o fato: "Ele era fazendeiro em Guaçuí, muito bem apessoado, com muito boa conversa. Então achei que ele seria um bom deputado federal, como realmente foi."

Capítulo Três

Novamente em campanha

Capítulo Três

Novamente em campanha

O desenvolvimento econômico do pós-guerra na Europa levaria a uma significativa mudança no estilo de vida, acompanhando os Estados Unidos. Mais do que nunca, visava-se ao consumidor: ofereciam-se bens para comprar, lugares para visitar, diversões para desfrutar. Mas logo se veria que não era só a classe média a comprar automóveis, aparelhos de televisão, roupas, excursões de avião. À medida que aumentava o número de consumidores, esses bens chegavam à classe operária, modificando o que fora antes uma significativa distinção entre classes.[150]

Mas no Brasil essa diferença ainda era acentuada. Nos anos 1950, o rádio moldava a opinião pública e coroava reis e rainhas. Marlene e Emilinha eram as cantoras favoritas das "macacas de auditório", termo pejorativo que a imprensa inventara para marcar as diferenças: as empregadas domésticas eram as frequentadoras mais assíduas dos programas de auditório. A classe média preferia o som de Frank Sinatra e das grandes orquestras. Havia em tudo um ar moderno: os rapazes tinham direito a usar camisa esporte de manga curta e não mais paletó e gravata. As moças descobriam que os cabelos curtos também eram permitidos. Getúlio Vargas era então "o pai dos pobres". Os Estados Unidos pediam manganês, urânio e participação na guerra da Coreia. Vargas queria empréstimos para implantar usinas de base no país.[151]

---

150 Esse clima de prosperidade econômica do pós-guerra, mencionado por Amylton, ligou-se de maneira muito estreita à ajuda econômica que os Estados Unidos deram à Europa, principalmente através do Plano Marshall, programa econômico de "ajuda" proposto pelo general Marshall, secretário de Estado dos EUA em 1947. Cf. Mauro, F. *História econômica mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 417 e ss. (EFS)

151 De fato, em julho de 1951, já no segundo governo Vargas, foi instalada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que se propunha a elaborar projetos concretos passíveis de serem financiados por instituições controladas pelos americanos, como o Eximbank e o BIRD (Banco Mundial), visando especialmente à superação dos gargalos existentes na infraestrutura do país, em contrapartida do apoio brasileiro na Guerra da Coreia. Cf. D'Araújo, Maria Cecília S. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio, Zahar, 1982, p. 142-8, e Vianna, Sérgio Besserman. "Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951". In: op. cit., p. 125. (EFS)

Vitória, com cinquenta mil habitantes (o estado tinha 861 mil), também se modernizava: a prefeitura, com o objetivo de "cultivar o bom gosto, a cenografia e a luminotécnica", instituiu um concurso de vitrines. A Casa Madame Prado venceu ao apresentar modelos vivos "em vitrines sugestivamente decoradas": a classe de Chanel chegava para as damas capixabas. O espaço delas era o Parque Moscoso, bairro predominantemente residencial. A construção do Edifício Moscoso expunha a filosofia: a cidade crescia, como nos países industrializados. No térreo do edifício, o Bar Dominó reunia os filhos da classe média. O parque, ainda sem muros protetores (que só seriam construídos na década de 1970 como reação à invasão dos subúrbios), abrigara o Parque Tênis Clube, que reunia advogados, médicos, professores, comerciantes. Na Praia do Canto fundou-se o Praia Tênis Clube. Continuavam em atividade o Álvares Cabral e o Clube Vitória (na periferia, o Clube Náutico Brasil reunia a baixa classe média). Os carnavais viam blocos masculinos ("Libertação dos Casados") e femininos, devidamente fantasiados, todos com marcha própria, tocada e cantada quando o bloco entrava no salão para "puxar o carnaval". Bailes da Primavera, festas de debutantes, shows de artistas de rádio do Rio mantinham a tradição da classe média. A Rádio Espírito Santo apresentava aos domingos um programa para crianças, *Paraíso Infantil* e, diariamente, os seriados *Tarzan* e *O Vingador* (com seu cavalo Black e o fiel companheiro, o índio Calunga). Os músicos das orquestras dos clubes usavam traje "passeio completo", como os convidados, para tocar, por exemplo, *Always in My Heart* (*Sempre no meu coração*). As moças eram chamadas de "brotos" e os rapazes de "boys".

Para irritação do pessoal do interior, Jones dos Santos Neves só os recebia em pé: não havia intimidade.[152] Ele criara o *Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo*, que incluía o aparelhamento e ampliação do porto de Vitória; o aumento do suprimento de energia elétrica em todo o estado; a construção e o melhoramento das condições técnicas dos troncos rodoviários; e o incentivo à produção agrícola, em especial na região sul, mediante a criação de colônias agrícolas destinadas sobretudo a produzir artigos de alimentação, conforme consta de sua *Mensagem à Assembleia* de 1951. Mas Jones passaria alguns sustos: quando Vargas visitou o estado, Gregório Fortunato, o guarda-costas negro de Getúlio, mandou instalar uma cama à porta do quarto do presidente, no palácio, e anunciou que dormiria ali. "Não há necessidade disso, o presidente está seguro aí," objetou Jones, mas o outro só disse: "Eu não saio daqui não." Pela manhã, descobriu que a guarda pessoal do presidente havia consumido todo o alimento guardado na geladeira do palácio. Getúlio já estava acordado quando Jones mandou providenciar no comércio seu café da manhã.

Jones, que criaria a Universidade do Espírito Santo em maio de 1954, já autorizara a criação do Instituto do Bem-Estar Social (IBES) para "dotar as classes sociais menos favorecidas de habitações condizentes com a dignidade humana": isso significava a construção de um "núcleo operário padrão, com 886 casas, lojas comerciais, cinemas, ambu-

152 Diversos testemunhos coetâneos atestam essa prática; Bley, que rompeu politicamente com Jones, considerava que ele agia assim para imitar Vargas. (FA)

latórios médicos, igreja, escolas, clubes sociais e esportivos". O *Plano de Eletrificação do Estado* propunha a construção de três centrais hidroelétricas. Em sua *Mensagem* de 1952 ele já chamava a atenção para a situação privilegiada de Vitória – "posição geográfica medianeira entre o norte e o sul do País, posição estratégica do seu porto de mar, tendo como tributárias as regiões de todo o *hinterland* mineiro, o crescente caudal de minério de ferro que desce das vertentes do Itabira em busca do oceano para se encontrar com o carvão importado" – circunstância que a tornaria "um centro monopolizador de futuras indústrias".

No Senado, Carlos foi homenageado com a comenda do Mérito Naval (medalha de Tamandaré), porque havia sido o relator de projeto de interesse da Marinha quando se aprovou o Fundo Naval (um fundo que a Marinha há muito desejava para a renovação de seu material); e recebeu a medalha D. João VI como benemérito do Jardim Botânico, porque, quando governador, autorizara a construção de uma pérgula para as orquídeas que, através de Augusto Ruschi, enviara do Espírito Santo (no seu segundo mandato como senador receberia do Ministério do Exército a medalha de mérito do Pacificador (Duque de Caxias), e da Aeronáutica a medalha de mérito Santos Dumont).

Na mesma época, a Coligação Democrática de 1947 (PTB, PRP e parte da UDN) ganhou o reforço do PR, liderado por Atílio Vivacqua, e do PSP, recentemente fundado por Asdrúbal Soares.[153] O objetivo era minar o PSD, que já registrava cisões: Jones queria indicar Ari Viana como candidato a governador e outra corrente, liderada por Carlos, queria Eurico Sales (a ausência de Carlos – no Rio, como senador – contribuiu para as divisões).[154] Joaquim Leite de Almeida, do PSP, conta que o partido enviou uma carta à direção do PSD, "dizendo que estávamos dispostos a fazer uma coligação com eles; que o estado não suportava mais essa política desgastante e que estávamos nos oferecendo para uma coligação desde que o candidato ao governo fosse o deputado federal Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, que era do PSD", que já havia lançado, embora não ofi-

153 Como se pode ver em nota anterior, o PSP foi fundado de fato pelo paulista Ademar de Barros em 1946. No Espírito Santo, porém, sua fundação data das eleições de 1950, momento em que se introduz no estado as práticas ditas "populistas", que caracterizavam seu líder nacional, o próprio Ademar. No Espírito Santo, o PSP foi liderado principalmente por figuras como o engenheiro Asdrúbal Soares e o médico colatinense Raul Giuberti. Cf. Zorzal, op. cit., p. 287. (EFS)

154 Sobre essa conjuntura política, Waldemar de Andrade registra que participou como testemunha de uma reunião na ala residencial do Palácio Anchieta entre Carlos Lindenberg e o governador Jones dos Santos Neves, a chamado deste, para tratarem da escolha do candidato do PSD à sucessão governamental. Ante a recusa formal de Carlos ao nome de Ari Viana, Waldemar assim descreve a reação do governador: "Parece que ainda ouço as palavras de Jones: 'Bem, você pode escolher um outro candidato, porém eu tenho três atitudes a tomar: a) se for do meu agrado, irei para os palanques e arregaçarei as mangas e tudo farei para sua eleição; b) se não me agradar, irei para os palanques e arregaçarei as mangas contra!; c) se se tratar de amigo nosso, mas não sendo por mim indicado, ficarei no palácio e não subirei aos palanques'". Waldemar, que sugeriu o nome de Eurico Sales como candidato do PSD, informa adiante: "Eurico perdeu. Jones ficou distante e só no final se esforçou, mas não havia mais tempo. Carlos percorreu o estado inteiro e todos o apoiamos, mas Chiquinho venceu como previsto". Cf. carta enviada a Maria Lindenberg em 18 de setembro de 1991 e integrante do acervo da família Lindenberg. (FA)

cialmente, a candidatura de Eurico Sales. "O PSD comeu a isca", conta, "e respondeu que não aceitava, que o candidato deles era Eurico Sales. Chiquinho ficou ofendido em seus brios, por ter sido recusado pelo seu próprio partido, rompendo e abrindo uma dissidência e passando a ser o candidato da coligação". Conta Carlos:

— Como deputado federal, Chiquinho começou bem, mas depois apareceram em Guaçuí folhetos com o nome dele como candidato a governador do estado. Ele me negou que tivesse mandado fazer aquilo. Ele era do PSD (fez uma dissidência depois) e os outros partidos todos acharam que era a ocasião de se livrarem de nós, de derrubar o PSD, e então lançaram Chiquinho. Eles fizeram uma campanha muito populista. Chiquinho andava com os bolsos cheios de balas para serem distribuídas às crianças.

Em junho de 1954, o PSD lançou um manifesto às suas diversas seções, anunciando a constituição de uma comissão (integrada por Jones, Carlos e José Sette) para "a coordenação de entendimentos diversos em torno não só de candidatos, mas também de fórmulas que visem à concórdia e à união dos membros da família política capixaba". Chiquinho não se filiou a nenhum dos partidos coligados, permanecendo no PSD. Seguindo a linha populista aberta por Vargas e, em São Paulo, por Ademar de Barros, ele, que estivera na capital "apenas umas quatro vezes", adotou o slogan *Chiquinho vem aí* e venceu com 95.389 votos contra 77.476 dados a Eurico Sales.[155]

Em seu discurso de posse, ele salientou que era "um homem do interior, acostumado a ver o sofrimento da gente simples, revoltado com o abandono votado ao homem da lavoura", por isso se candidatara, para "imprimir novos rumos à administração, fazendo-a caminhar do interior para a capital". Em pouco tempo, migrantes e habitantes mais pobres ocuparam terrenos devolutos na periferia e nos morros de Vitória, como Gurigica, Itararé, Martelo (durante a madrugada só se ouvia o martelar da construção de barracos) e Romão. Além do inchamento dos quadros administrativos, Chiquinho ficou conhecido pelos constantes aumentos de salário concedidos à categoria dos funcionários públicos e pela equiparação dos vencimentos dos inativos. Carlos rememora:

— Daí eu virei oposição e em tudo que ele trabalhava eu metia o pau. Fiz muito discurso contra Chiquinho no Senado, mas sempre mantendo a decência: fazia discursos contra acontecimentos, contra perseguições políticas, contra seus desmandos. O governo era de todo mundo, ele deu muitas terras, prejudicou, e muito, ao estado. Mas ganhou muito prestígio, hoje não tem mais essa notoriedade, mas durante muitos anos teve muito prestígio. Os desmandos do governo de Chiquinho eram cada vez maiores, o funcionalis-

155 Marta Zorzal sintetizou num parágrafo a ascensão desse grupo político ao poder: "A vitória da Coligação Democrática para o governo estadual não foi acompanhada de um significativo rearranjo na correlação de forças no poder, tanto regional como central. Traduziu de certa forma a força do voto catalisado por lideranças carismáticas, como era o caso de Lacerda de Aguiar, o qual, habilmente, associou seu carisma a práticas populistas, num contexto que começava a se tornar permeável a esse tipo de prática. Como resultante, se verá que a Coligação Democrática 'reinou mas não governou'". Cf. Silva, Marta Zorzal e, op. cit., p. 298. (FA)

mo ficava sem receber até seis meses, a Justiça estava atrasada três meses, os cantoneiros (limpadores de estrada), dezesseis meses. A situação era mesmo caótica.

Na convenção do PSD, em março de 1955, Carlos foi eleito presidente do diretório regional e a direção executiva também foi totalmente renovada. Decidiu-se que o partido apoiaria a candidatura de Juscelino Kubitschek, candidato do PSD à presidência da República na eleição daquele ano (ele prometera solucionar a questão dos limites entre Minas e Espírito Santo, ainda pendente). Em 1956, o partido elaborou um programa de ação, aprovado na reunião de maio, tendo como metas a "reorganização e reestruturação de todos os diretórios regionais e subdistritais, criando-se departamentos (feminino, estudantil, de assistência social e trabalhista); regime de concentrações municipais com a presença de elementos mais destacados do partido, debatendo-se e apreciando-se os problemas na localidade ou zona onde se efetuar a concentração; apoio integral e decidido aos verdadeiros líderes partidários, numa tarefa de colaboração partidária, moral e humana para que defendam e estabeleçam os legítimos postulados do Partido Social Democrático". Na convenção ordinária de 28 de janeiro de 1958, em Vitória, Carlos foi lançado como candidato do partido para disputar a sucessão estadual. A candidatura seria homologada em convenção posterior e os demais cargos da chapa também preenchidos nessa ocasião, porque o partido acreditava na necessidade de formar alianças.

Em 29 de junho de 1958, na festa de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Lindenberg e Waldemar de Andrade foram visitar o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, que apresentava uma exposição de trabalhos dos alunos. Chiquinho estava presente. Apesar dos ataques no Senado, Chiquinho nunca deixara de falar com Carlos. Waldemar propôs: "Carlos, vamos conversar com Chiquinho? Coitado, ele está tão sozinho, um governador tão só. Vamos?"

Os três ficaram conversando até 23h30m, quando se encerrou a exposição. À saída, Waldemar tocou na questão da sucessão: "Chiquinho, como é que você está arrumando a eleição, hein?" Ele respondeu: "Doutor Waldemar, já tenho os meus planos feitos. Se eu perder essa eleição, deixo este estado ingovernável. Ninguém vai poder governar depois de mim." "Chiquinho, não diz isso. Você não pode fazer uma coisa desta." "Pode escrever. Vou fazer, se perder."

Carlos lembra que "a situação era mesmo caótica e minha candidatura surgiu sem ninguém saber como, até que foi oficializada. Eu não queria aceitar de forma alguma porque era um abacaxi de sete cascas, mas não tive jeito e acabei aceitando".

Ele afirma que foi uma campanha muito difícil, porque Chiquinho não tinha medidas: "Ele pouco se importava com o que acontecesse pelo interior, era a polícia e todo mundo trabalhando para os candidatos dele, que eram dois (ele era tanto de um quanto de ou-

tro, pois era coordenador de toda a campanha e nós estávamos praticamente sozinhos).[156] Depois fizemos um acordo com o PSP, tanto que Raul Giuberti foi meu vice-governador com esse acordo que nós fizemos, e assim eram o PSD e o PSP contra todo o resto."[157]

Durante a campanha, às sextas-feiras, Carlos saía do Senado perto do aeroporto Santos Dumont e vinha para Vitória num avião Convair da Cruzeiro do Sul. Às vezes havia uma reunião e um comício nos bairros de Vitória. No sábado, ele viajava para o interior e domingo à noite retornava ao Rio.

Desde o início do ano, Carlos fazia essa trajetória, ajudando a fundar subdiretórios nos bairros de Vitória. A campanha foi mais organizada, ao contrário da de 1947: agora, nenhum município ficaria sem comício; ele disporia de maior número de dias, de acordo com o tamanho do município e a necessidade de percorrê-lo em sua totalidade. Uma caravana composta dos candidatos a governador, a vice, e ao Senado (Jefferson de Aguiar, que se elegeria com 87.921 votos) juntava-se no interior aos candidatos a prefeito e deputado estadual e federal. A campanha começou em Alfredo Chaves.

Faixas, cartazes, alto-falantes, carros, volantes, palanques e gambiarras para a luz elétrica e o microfone eram indispensáveis. Foguetes anunciavam a chegada. A "Ala Moça" do partido – Carlito von Schilgen, Irany Médici, Mário Nicoletti, Manoel Soares, Francisco Soares, Guilherme Aires – organizava os preparativos. Manoel Soares era chamado de "Mané Maluco". Certa vez, no morro do Quadro, em Vitória, já estava tudo preparado, mas o avião se atrasara. Enquanto Mário e Carlito se dirigiam para o aeroporto, os outros, soltando foguetes, conversavam com o povo e Manoel o entretinha. Finalmente, às 20h30m, passa o avião. Manoel observou a luz "vermelha, redonda, lançando aqueles fachos de luz" e disse: "Olha lá, pessoal, o avião da Cruzeiro do Sul chegando, trazendo nossa comitiva. Dentro de poucos minutos Carlos Lindenberg e seus comediantes estarão aqui na praça." "Vocês tomem cuidado aí com o Manoel Maluco", disse Carlos depois.

---

156 Esses dois candidatos a governador do estado eram Floriano Lopes Rubim (PTB) e Eurico Vieira de Rezende (UDN/PRP). (FA)

157 Waldemar de Andrade relata que houve um encontro na tarde de 28 de junho de 1958, data em que o Brasil conquistou a Copa do Mundo, em sua casa em Cachoeiro entre Lindenberg, em campanha para o governo, e o governador Lacerda de Aguiar. Este propôs não se afastar do governo para ser candidato ao Senado, impedindo a ascensão do vice-governador Adwalter Ribeiro Soares que favoreceria a candidatura de Floriano Rubim a governador, conforme declarações destes em comício em Baixo Guandu, e que foram gravadas. Na visão de Waldemar, a proposta de Chiquinho facilitaria a eleição de Carlos ao governo e de Eurico Sales ao Senado pelo PSD. Em troca, Chiquinho queria ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas da União, "pois iria se dar uma vaga segundo estava certo". Carlos repeliu tal acordo por ser aético e por Eurico, então ministro da Justiça, não estar presente à reunião. Waldemar telefona então a Eurico no Rio, e este consegue do presidente Kubitschek a promessa do cargo no TCU para Chiquinho, que não se afasta do governo. Mas Eurico não se interessou pela candidatura ao Senado, e "parece-me que a vaga no Tribunal não se deu, e a promessa do presidente ficou sem sentido". Cf. carta a Maria Queiroz Lindenberg escrita em Vitória de 5 a 9 de agosto de 1991 e integrante do acervo da família Lindenberg. (FA)

Dona Maria, vindo do Rio, esperou na estrada porque o carro que a levava para o encontro com Carlos, em Alegre, dera defeito. Tomou carona num carro que passou na estrada e, de repente, percebeu que havia uma flâmula do candidato da UDN/PRP, Eurico Rezende. O motorista comentou: "Vamos ganhar isso fácil." Dona Maria pediu: "Será que o senhor podia guardar essa flâmula até a gente chegar? Porque se eu chegar fazendo propaganda de outro candidato vai extrapolar o negócio." "E a senhora, quem é?" "Eu sou a esposa do candidato que o senhor diz que vai perder."

Carlos Fernando, assim que saiu o anúncio da candidatura do pai, viajou para São Paulo e, munido de uma carta de apresentação assinada por Eurico Sales, comprou na própria fábrica uma Rural Willys, que seria o principal instrumento de transporte da campanha. Na tarde do mesmo dia conseguiu sair de São Paulo e, três dias depois, encontrou a caravana em Ecoporanga.

Carlos resolveu fazer de qualquer modo um comício em Guaçuí, terra natal de Chiquinho, mesmo com os boatos de que os partidários dele pretendiam desmanchar a reunião. Carlos Fernando, pela primeira vez na vida, "sentiu a necessidade, talvez a prudência, pela perspectiva do que pudesse acontecer", de se armar. Havia muita tensão e ele pediu um revólver emprestado.

Havia gente armada dos dois lados. Os candidatos do município xingavam Chiquinho e seus correligionários aparteavam no meio do público. O comício virou discussão, "eles davam um aparte e a gente respondia em cima da bucha, cada um era mais desaforado que o outro, naturalmente com muito medo, pois se saísse algum tiro seria uma mortandade danada", conta Carlos. No palanque, apesar do seu tamanho e peso – quase dois metros, 120 quilos – encontrava-se o vigário de Guaçuí, padre Avanza, há pouco tempo no município.

Carlos Fernando preferiu ficar no meio do público, junto a um grupo ligado a Chiquinho e, de propósito, atrás de Paulo Aguiar, filho do governador. Atrás dele estava um amigo, Geraldo Viana Sobrinho, mas também ligado à mesma corrente. Dirceu Cardoso, candidato pelo município, começou a fazer um discurso violento, com documentos e o *Diário Oficial* à mão. Revoltado, o grupo ligado a Chiquinho avançou. Um deles subiu à amurada e quis tirar o microfone de Dirceu, mas Carlos Lindenberg sacou o revólver e encostou-o à sua cabeça, dizendo: "Se subir eu te mato." No meio do público, Carlos Fernando viu quando o pai puxou o revólver e disse: "Meu Deus, ele é capaz de não reconhecer o Paulo." Saltou então ao pescoço de Paulo Aguiar, puxando-o para trás. Nesse instante, espocaram os foguetes e todo mundo pensou que fossem tiros. Padre Avanza foi mais rápido, "parecia uma bailarina", pulou do palanque e saiu correndo. Na tentativa de fuga, as pessoas em cima do palanque viram quando, não aguentando o peso, a estrutura desabou. O público embaixo correu também. Carlos Lindenberg, que permaneceu em pé, comentou: "Ainda bem que não eram tiros mesmo."

A campanha continuou. Mimoso do Sul era terra de Rubens Rangel, então secretário da Viação de Chiquinho. Nova divisão partidária: alguns a favor do comício, outros

contra. No hotel onde se hospedara, Carlos recebeu a visita de um enviado de Waldemar de Andrade, então em Cachoeiro: "Doutor Carlos, Waldemar mandou avisar ao senhor para ter cuidado porque eles vão lhe dar um banho de ovo podre e batata podre. Toma cuidado, vamos ver se evitamos isso." "Está bem", disse Carlos, e começou a tirar o paletó. "O senhor não vai tomar providências?" "Vou. Vou tirar o paletó e colocar uma roupa mais velha. Esta está muito boa ainda e pode sujar." "O senhor está brincando." "Não. A única providência que posso tomar é essa."

Mas o comício foi feito: Dirceu Cardoso trouxe todos os seus amigos de Muqui, igualmente dispostos a dar tiros nos adversários. Para cada um dos oposicionistas de Mimoso havia um candidato de Muqui. Na vila de Conceição de Muqui, a situação foi diferente. Havia um alto muro de arrimo entre uma rua e a igreja. Todos os candidatos dirigiram-se ao público (quase a totalidade da população da vila) de cima do muro. Carlos foi o último orador.

Ele estava com o microfone à mão, já no final do discurso, quando ouviu um tiro. De repente sumiram todos os que estavam à sua frente, atrás e nos dois lados do muro. Mas ele continuou falando, até aumentou a voz (aproveitou o ensejo para "falar mal de Chiquinho ainda mais"). Praticamente renovou o discurso. As pernas tremiam um pouco, mas ele "continuou firme". Isso durou até que uma pessoa "colocou a cabeça do lado de fora, outro também, e todo mundo foi se recompondo". Quando Carlos percebeu, Luís de Freitas, Jefferson de Aguiar e outros candidatos já estavam novamente sobre o muro. Quando acabou o discurso, ele comentou: "Vocês afinal me largaram aqui sozinho. E se eu corro também? Ia fazer esse mesmo papel horroroso que vocês." A resposta foi: "Não, a gente só foi ali atrás da igreja para ver o que havia. O tiro veio de lá. Não foi nada. Só dois sujeitos que estavam ali jogando e um atirou no pé do outro. Foi só isso."

Mas a tensão voltou em Afonso Cláudio, tradicionalmente conhecido como município violento, desde o início do século, quando fugitivos da justiça de Minas se escondiam por lá, protegidos por fazendeiros. As disputas políticas sempre envolviam muitas mortes – e, como também era tradicional, cruzes na estrada indicavam não só o local onde a vítima fora enterrada, mas a presença e valentia desses jagunços. Nesse município, na época "muito perigoso", o adversário político de Carlos era Sebastião Cipriano, conhecido como Totó, que já havia sido prefeito e tinha o apoio do sargento Costinha, igualmente temido pelo rancor e pela bravura e que fora sargento do Exército na Segunda Guerra. Costinha estaria a serviço das facções contrárias, com o objetivo de "fazer mal a alguém na comitiva". Totó era amigo de Carlos, "mas em questão de política ele era muito bravo".

Carlos e sua comitiva foram a Afonso Cláudio não só para o comício, mas também para a inauguração da estrada ligando a sede do município a Ibicaba, um distrito na fronteira com Minas Gerais. A exacerbação política era tamanha que Totó mandara seus jagunços colocar areia, várias vezes, no tanque dos tratores para impedir a construção da estrada.

Mas o desafeto político de Totó, o prefeito Pedro Saleme, também "homem destemido", preparava novamente as máquinas e a estrada finalmente seria inaugurada. Tinha o apoio, na fronteira com Minas, de um tio, Benedito (Bimbim), fazendeiro antigo que "tinha uma jagunçada muito grande" (a polícia dos dois estados sabia que eles recebiam abrigo ali). No primeiro dia, o sargento Costinha "ficou andando de lá para cá", mas não aconteceu nada. A tensão, entretanto, continuava.

Na pracinha, a comitiva foi informada de que não fosse à fazenda nem à inauguração "em hipótese alguma". Quando chegaram à casa de Pedro Saleme, Dona Irene, sua esposa, estava "debulhada em lágrimas". Carlos se assustou.

— Chegou um rapazinho aqui, — anunciou ela, — mandado por seu Totó, dizendo que um fenemê era pouco para trazer os defuntos.

Na época, a expressão *fenemê* era muito popular e, além de designar os caminhões fabricados pela Fábrica Nacional de Motores, sólidos o suficiente para enfrentar as estradas de tráfego difícil, passou a ser sinônimo de *grande* e *forte*.

— A senhora vai acreditar numa coisa dessas? Eles estão querendo fazer guerra de nervos, — disse Carlos. — A senhora fique tranquila, daqui a pouco o pessoal está aí de volta, não aconteceu nada.

Carlos deu queixa à polícia e "um rapazinho novo mas muito prestativo" encheu uma caminhonete com oito soldados armados de metralhadora. As pessoas convidadas por Pedro Saleme para o comício no distrito tinham à sua disposição uma bandeja cheia de revólveres. Cada um que entrava na casa escolhia a arma, acomodando-se a seguir num ônibus. Na estrada inaugurada, o povo gritava à medida que passava o carro da comitiva: "Vão com Deus, vão com Deus." Perto da sede do distrito, numa "pequena vala que descia do morro", Totó apareceu e fez sinal para a comitiva parar (o carro da polícia já ia muito à frente): "Carlos está aí?" "Estou, Totó, o que há?" Ele se aproximou: "Eu vim aqui justamente para dizer aos senhores que essa história de que aqui tem uma porção de jagunço é conversa dessa gente que está com medo, com medo à toa." Carlos corrigiu: "Não, Totó, ninguém tem medo. Porque você vê, estamos aqui para fazer a inauguração e nosso comício. Não estamos com medo. Eu agradeço a sua atenção." "Pode ir, doutor Carlos, não vai acontecer nada."

Na sede do distrito, alguém contou a Carlos que na véspera "Totó havia pedido que se preparasse um almoço para 35 pessoas" – os jagunços que iriam desmanchar o comício. Mas "hoje de manhã Totó tinha mandado um recado dizendo que não viria mais ninguém aqui, e eu não preparei nada. Mas se o senhor quiser a gente prepara um almoço". Carlos aceitou, desde que não fosse peru com maionese. Como não havia quase ninguém, Carlos fez uma "reuniãozinha ali na porta da igreja". Mas viu dois homens andando de lá para cá do outro lado da rua. Os habitantes do lugar apontavam, em voz baixa: "Aqueles ali são

jagunços." Não havia, porém, público suficiente para o comício. Carlos Fernando acompanhava a comitiva, ainda armado.

Em Alto Mutum Preto, município de Baixo Guandu, o delegado de polícia ("o sujeito morre, eu esqueço o nome dele", diz Carlos), um "sujeito atrabiliário, diziam até que mandava assassinar os outros", amarelo, magro, enfezado, havia sido antes defensor do PSD mas agora estava contra. No comício, Dirceu Cardoso continuou com seus ataques violentos, com documentos à mostra, contra Chiquinho. Numa casa distante, o delegado chegou a apontar uma carabina para atirar em Dirceu, mas acabou sendo desestimulado por Sebastião Fafá, outro correligionário do PSD.

Carlos Fernando não acompanhou a comitiva a Cachoeiro, onde a caravana permaneceria dois dias. Todos se hospedaram no hotel Itabira e Carlos, à tarde, saiu para dar um passeio pela cidade e rever os amigos. Quando ia voltando para o hotel, apareceu o padre Otávio Moreira, vigário da cidade e "alta personagem da UDN". Carlos cumprimentou-o: "Como vai o senhor?" "O senhor não sabe o que aconteceu?" "Não. O que foi?" "Seu filho foi assassinado hoje em Guarapari." "Como? Não é possível." "Seu filho não é Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho?" "É sim, senhor." "Pois é, ele foi assassinado hoje de manhã em Guarapari." "Não é possível. Meu filho é um rapaz pacato, rapaz novo, não tem inimizade com ninguém, ser morto por quê?" "Pois a cidade toda sabe. Só o senhor é que não sabe." Carlos respirou fundo: "Obrigado pela notícia. Nós vamos jantar agora, pois eu tenho dois comícios para fazer."

Na dúvida, Carlos pediu uma ligação telefônica para Vitória – levava duas horas para ser feita. Não conseguiu jantar, mal tomou um pouco de sopa. Em casa ninguém atendia, por isso ligou para o irmão, Fernando, contando o que acontecera e pedindo-lhe para verificar. Em seguida foi para os comícios em Aquidabã e em São João. Perguntou aos amigos se sabiam de algum assassinato em Guarapari, mas ninguém ouvira falar nada. Ficou mais tranquilo: o padre teria mentido ou então ouvido a história de alguém e repetido para Carlos. Mas achava que, como padre, não poderia ter feito uma coisa dessas "com um homem de idade como eu já era naquela época". Encerrados os comícios, voltou às pressas para o hotel, esperando outra ligação. Ninguém sabia de nenhum assassinato em Guarapari (omitiu o nome do filho). Quando já estava dormindo, à uma hora da manhã, toca o telefone: Fernando avisava que saíra procurando o filho pela cidade de Vitória e o vira passando de carro pela praça Oito.

Nos comícios, se alguém lhe pedia para construir uma ponte em determinado lugar, Carlos só dizia: "Bem, vou estudar." Quando um amigo no meio de um comício lhe disse: "Promete alguma coisa", Carlos parou e disse: "Não posso prometer nada." E continuou sempre no mesmo teor.

O último comício da campanha foi realizado em Vitória, em 30 de setembro, na praça Costa Pereira, ao lado do Teatro Carlos Gomes, como em janeiro de 1947. No mesmo horário, também como naquele ano, realizava-se na praça Oito o comício dos opositores.

Carlos dizia em seu discurso: "Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar. Prometemos uma administração digna, capaz e eficiente, sem favoritismos nem conveniências pessoais, mas tendo como fundamento a ordem dos negócios públicos e a disciplina no governo e, como base, o interesse coletivo."

Carlos acreditava, pelo entusiasmo e pelo número de participantes no comício, que estava eleito. Trezentos carros acompanharam-no, e a Raul Giuberti, de Vila Velha até o centro de Vitória.

Nas eleições do dia 3 de outubro, Carlos teve 97.624 votos contra 54.619 de Eurico Rezende (UDN/PRP) e 54.088 de Floriano Rubim (PTB). Houve 11.098 votos em branco e 3.616 votos nulos. Raul Giuberti, como vice-governador, obteve 96.986 votos.

Em seu discurso de posse, na Assembleia Legislativa, em 31 de janeiro de 1959, Carlos deixou bem clara a sua posição: "Não há quem não sinta a necessidade de ser posta em ordem a administração do estado, normalizados os quadros, regularizadas as finanças, restabelecida a hierarquia, o respeito à autoridade e à causa pública, a fim de que, funcionando plena e normalmente a máquina estatal, seja beneficiado todo o conjunto de bens, de homens, de haveres, de cousas, que constituem o Espírito Santo." Repetiu a tônica dos discursos de sua campanha: "Como é de conhecimento público, o primeiro trabalho, o mais árduo e mais difícil da nova administração será o de reorganizar e de recuperar as finanças do estado. O governo não poderá, porém, ater-se apenas à reorganização administrativa e das finanças públicas, terá que se empenhar de modo a proporcionar ao estado meios de trabalho e de criação de riquezas que forneçam novas fontes de renda, acompanhando o país no seu acelerado crescimento."

Além da utilização das fontes de energia elétrica, "para aproveitamento de nossas matérias-primas e industrialização dos produtos da lavoura, o que redundará na sua valorização e fomento", ele reafirmou: "Nossos pendores e especial carinho, em todas as épocas, pelas populações do interior, principalmente aquela que trabalha a terra. O lavrador e o criador terão, pois, no governo, irrestrito amparo e absoluto apoio, através de medidas, orientação e técnicas modernas, que, facilitando os meios de aumento de produção e sua defesa, facilitem, também, o seu árduo trabalho e a ampliação de suas atividades."

Capítulo Quatro

O caos absoluto

Capítulo Quatro

O caos absoluto

A década de 1950 começou com o Brasil conhecendo eleições, as que levaram Getúlio Vargas à presidência do país. Edith Piaf repete nos quatro cantos do mundo o seu *Hymne à l'amour*. Enquanto isso, a Coreia do Norte invade a Coreia do Sul e a Alemanha Ocidental anuncia "o milagre econômico". Os Estados Unidos e a Europa reconhecem o aumento da incidência criminal. Somente três cidades brasileiras tinham população superior a quinhentos mil habitantes. Surgia a televisão; o automóvel era importado e constituía um luxo para poucos. O telefone era um privilégio para a comunicação local e funcionava precariamente. Da população adulta (entre quinze e 69 anos), 50% eram analfabetos. A indústria brasileira era quase artesanal e sua expansão resumia-se à Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 1941, que só começou a funcionar em 1946.[158] Em 1952 a Inglaterra realiza a sua primeira explosão atômica, em Monte Belo, na Austrália. E morre Stalin, de quem só depois se descobriram alguns dos crimes. Sabin introduz a vacina oral contra a poliomielite. Hollywood luta contra a TV e apresenta como novidade o primeiro filme em cinemascope, *The Robe* (*O manto sagrado*). Audrey Hepburn surge como estrela em *Roman Holiday* (*A princesa e o plebeu*), obrigando todas as mulheres do mundo a um emagrecimento que combinasse com seu estilo "menino" – o que foi copiado pelas "raparigas em flor" da classe média e da pequena burguesia brasileira, então ascendente. A guerra continua presente na comoção da descoberta do *Diário de Anne Frank*, jovem judia holandesa morta em campo de concentração. Uma adolescente francesa, saída da alta burguesia, de cabelos curtos e algo cínica, descreve nas poucas páginas de *Bonjour Tristesse* a ânsia por dinheiro e a devassidão de sua classe, virando sucesso instantâneo, talvez pelo ar de "pouco me importa" da sua principal personagem feminina. Muita gente nunca perdoou o sucesso

158 Amylton se engana ao afirmar que ainda na década de 1950 a indústria brasileira "era quase artesanal". Na verdade, desde a década de 1890 iniciara-se um incipiente processo de industrialização no país, baseado na substituição de importações. Esse processo, via de regra, ficou restrito ao setor de bens de consumo não duráveis (vestuário, alimentos, calçados etc.) e intensificou-se com a Primeira Guerra Mundial (1914-18) e sobretudo com a crise de 1929. Nas décadas de 1940 e 1950 o grande problema da industrialização brasileira estava justamente na montagem da chamada "indústria de base". Cf. Fishlow, Albert, "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil", in Versiani, F.R (org.) *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva, 1977, p. 7-40. (EFS)

de Françoise Sagan. A Columbia Records lança o elepê de 33 rotações e assim se descobriu o jazz. Em 1955, depois da queda de Perón na Argentina e de Evita Perón ter virado santa, os Estados Unidos informam que possuem quatro mil bombas atômicas. A União Soviética responde dizendo que tinha mil: continuava a Guerra Fria. Bertrand Russell e Albert Einstein assinam uma proclamação afirmando que a bomba H pode destruir a humanidade. Surge o *rock-and-roll*; Elvis Presley persistiria durante muito tempo nas revistas e jornais com seu rebolado e seus gritos. Com Elvis vêm o chiclete de bola, o *blue jeans* e o rabo-de-cavalo. Nelson Pereira dos Santos coloca a favela carioca no filme *Rio 40 graus* e espanta certa parte do público que de repente descobre um Brasil pobre e sem *glamour*.

Em agosto de 1954 Getúlio Vargas, prestes a ser deposto, se suicida, o que deu oportunidade para um dos enterros mais concorridos do país. "Saio da vida para entrar na História", escreveu ele em sua carta-testamento. A partir daí toda a história do Brasil teria muitas páginas alteradas, ampliadas e adulteradas. James Dean se torna famoso com o sucesso do filme *Rebel Without a Cause*, título com o qual a juventude mundial concordou, mas que na versão brasileira virou pejorativo, *Juventude transviada*, estimulado pela imprensa (a revista *O Cruzeiro*), sobretudo depois que a normalista Aída Cury morreu espatifada numa calçada, levando parte do público a condenar os blusões de couro, a cuba libre, a lambreta como símbolos de decadência da juventude perdida. Em Vitória a imprensa reclamava: "Acontecem excessos nos clubes sociais. Uma juventude cocacolizada expulsa a tranquilidade que devia imperar. As diretorias precisam tomar medidas drásticas e afastar do convívio social os falsos bonitões. Atualmente os *boys* só pensam em bebida, garotas e cenas de pugilato. Sinal dos tempos, que reflete a falta de corretivo paterno." Enquanto isso, o café-soçaite quis e fez sucesso, enchendo páginas de revista. Marilyn Monroe também era manchete: perguntada com que tipo de roupa dormia, respondeu que somente usava algumas gotas do perfume *Chanel nº 5*. Na França, surgia Brigitte Bardot e as mulheres engordaram mais um pouquinho, continuando a moda de rabo-de-cavalo e calças compridas para as moças.

Em 1955, no Brasil, Juscelino Kubitschek assume a presidência e na Rússia Nikita Kruschev denuncia os crimes de Stalin.[159] Enquanto surgem os tranquilizantes, as tropas soviéticas invadem a Hungria com o pretexto de reprimir a revolta operária e todo mundo descobre que a União Soviética já não era mais um mito. Em Londres, John Osborne dá origem ao movimento *Angry Young Men* (no Brasil conhecido como *Jovens Coléricos*) com a encenação da peça *Look Back in Anger* (*Geração em revolta*) em que anuncia que "já não existem boas causas". Jacques Heim inventa o biquíni, no início uma falta de pudor para as brasileiras. Em 1957 a Rússia lança no espaço o Sputnik I, primeiro satélite artificial, e planeja-se Brasília, cuja arquitetura assombraria o mundo.

Em 1958, ao ser eleito, o papa João XXIII traz o humanismo para o catolicismo. A Rússia anuncia a entrada em operação da maior usina atômica do mundo, na Sibéria. A

159 Pequeno lapso do autor: esses dois eventos ocorreram no ano seguinte. (FA)

publicação do romance *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, põe a direita mais uma vez em evidência, enquanto Grace Kelly troca Hollywood por um príncipe.[160] A França comanda o cinema com o individualismo, o cinismo, o casal, a cama. Em 1959 Fidel Castro derrota Fulgencio Batista e chega ao poder em Cuba, assustando os americanos. Em abril de 1960 inaugura-se Brasília e o Brasil descobre, de repente, que já está no futuro. John Kennedy vence as eleições nos Estados Unidos e Jânio Quadros, com muitos votos, as eleições brasileiras. Abrindo com a imagem da formação do famoso cogumelo da ilha de Bikini, o filme *Hiroshima Mon Amour*, de Alain Resnais, muda a narrativa cinematográfica. No Brasil, também em 1959, faz-se a melhor música. Quem canta é João Gilberto, num elepê orquestrado por Antônio Carlos Jobim e seu talento elegantíssimo, *Chega de saudade*, em que se admite a possibilidade de desafinação e a vantagem do canto intimista. A juventude boêmia capixaba, capitaneada pela cronista Carmélia M. de Souza, define-se "louca e triste". Fala-se inglês, fuma-se cigarro americano, viaja-se numa *fubica* Volkswagen, adquirem-se *hobbies*, não se entende *patavina* de qualquer coisa, e as moças usam produtos de beleza de Dorothy Gray. O carnaval é animado, as praias vivem repletas, o trânsito torna-se cada vez pior, o custo de vida sobe assustadoramente, o calor é muito forte. Funcionava a Academia Capixaba dos Novos e, aos sábados, Lurdica e Quetinha, filhas do governador, que moravam no Rio, compareciam aos cursos promovidos pelos jovens intelectuais. Há recital de poesia e de piano. São "dias de luz, de festa" com "um barquinho navegando no macio azul do mar". "Às vezes, no meio da noite, encharcados de música e poesia até a alma, ficávamos rodando por aí", escreve Carmélia sobre os amigos que falam de estrelas e convivem com Ronaldo Bôscoli, Sérgio Ricardo, Maysa, Bebeto, Silvinha Teles, os músicos da bossa nova. Carlos Fernando (Cariê), aos 23 anos, faz uma conferência sobre a *Influência cubana na Bossa Nova*, no Centro Universitário.

Carlos Fernando ia trabalhar deixando no estacionamento do palácio o Volkswagen que ainda não terminara de pagar e levando o violão consigo para protegê-lo da ação nociva do sol. Substituía Paulo Fundão, que só ficara dois meses, por prazer, no cargo de oficial de gabinete e já se aposentara. Paulo aceitaria depois trabalhar com Dona Maria na Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Naquela época as funções de planejamento, de imprensa e do Gabinete Civil estavam todas ligadas à própria Secretaria do Governo. O salário era baixo e Carlos Fernando sabia que, ocupando o cargo, tirava do pai a possibilidade de ter outra pessoa atuando na secretaria. "Como filho e amigo", não precisava do cargo, mas acabou aceitando. "Mas na verdade o tipo de coisa que eu exerci foi mais na área de planejamento e na área de impren-

160 Concluído em 1955, o romance *Doutor Jivago* só foi publicado pela primeira vez em 1957, na Itália. Em 1958 seu autor, o russo Boris Pasternak, foi agraciado com o prêmio Nobel de Literatura, mas impedido pelo regime comunista da URSS de receber o prêmio. Aliás, mediante uma sórdida campanha orquestrada pela imprensa e pelas organizações atreladas ao Partido Comunista da URSS, o autor foi obrigado a declarar submissão ao regime no jornal oficial, *Pravda*. Cf. Furet, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. São Paulo, Siciliano, 1995, p. 564 ss. (EFS)

sa, de divulgação das coisas do governo. Foi com isso que eu mais me preocupei", diz ele. Para conciliar com sua vida boêmia, saía do palácio às vinte horas, retornando às três, quatro horas da manhã, para estar de novo no trabalho às oito horas. Às vezes os companheiros de farra incluíam João Gilberto, que viera passar a lua de mel em Vitória, onde morava uma irmã dele, o Tamba Trio e a cantora Maysa, que escandalizou a burguesia com seus porres e fazia sucesso com *O barquinho*. Ele entrava e saía normalmente do palácio com o violão. "O Volkswagen tinha um lugar direitinho pra ele. Exatamente a conta do violão."

No dia da posse de Carlos no governo, Dona Maria estranhou: o motorista do carro oficial não tinha dinheiro para a gasolina e Carlos foi obrigado a pagar do próprio bolso, a fim de chegar a tempo para a cerimônia. Dona Maria "se sentiu mal vendo o palácio tão maltratado". Por isso voou para o Rio com umas fotografias do interior do prédio e procurou um decorador de muito bom gosto, que fez uma planta-baixa do local. Mas isso demorou muito e "não havia mais tempo para a Assembleia aprovar uma verba para a reforma". Saiu pelo Rio, andando, "com bolhas d'água nos pés", fazendo uma pesquisa de preços. Acabou conseguindo alguma coisa na tradicional rua da Alfândega.[161] Para terminar a decoração, pediu emprestadas no Museu Solar Monjardim algumas imagens barrocas de santos. Como o local estava fechado, ela usou um argumento simples: "Vocês estão fechados aqui, mas no palácio chega alguém e as imagens estão lá, bonitas". Assinou um termo de responsabilidade por tudo (na véspera de sair do palácio devolveu tudo). Mais tarde, durante a reforma do túmulo de Anchieta, seriam encontradas duas imagens – Santo Agostinho e Santo Inácio de Loiola – muito antigas, que seriam reformadas e entregues à igreja de São Gonçalo.[162]

Durante os preparativos da campanha, o PSD havia feito um acordo com o recém-criado PSP (Partido Social Progressista), através do qual esse partido ficaria com a vice-governadoria e uma secretaria.[163] Quando assumiu, Carlos ofereceu duas secretarias e eles optaram pela de Viação e Obras Públicas, para a qual seria indicado Asdrúbal Soares. Carlos acreditava que Raul Giuberti, vice-governador e presidente do PSP, fosse indicar Clóvis Stenzel para a Secretaria de Educação, mas a indicação acabou não saindo ("Clóvis esperava ser secretário, me parece, nunca me falou, mas me procurou e disse que iria embora daqui do Espírito Santo, sem dizer os motivos. Tinha recebido uma oferta do Rio Grande do Sul, sua terra natal, ia voltar e assim deixou o estado", conta Carlos). A

161 Para mais detalhes sobre o episódio, consultar a obra de Maria Lindenberg, por Lia Neiva, *Parabéns pra você*, Vitória, s. ed., 2008, p. 141-3. (FA)

162 As imagens que na atualidade existem na capela-mor da igreja de São Gonçalo representam Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier, devoções jesuíticas. (FA)

163 Segundo a professora Marta Zorzal e Silva, o acordo do PSD com o PSP incluía também o apoio do PSD à indicação do candidato à prefeitura de Vitória por parte do PSP, o que acabou não ocorrendo. Em consequência, o vencedor do pleito foi o candidato da UDN, Adelfo Poli Monjardim, como resultado da divisão de forças dos partidos no governo. Cf. op. cit., p. 350-1. (EFS)

Secretaria de Educação seria ocupada por Bolívar de Abreu (que morreria de um choque anafilático durante uma operação de apendicite). Seu pai, Fernando de Abreu, ocupara o mesmo cargo no primeiro governo de Carlos.

Quando Carlos assumiu, encontrou "o caos absoluto, a administração completamente desordenada". Chiquinho cumprira realmente a promessa.

— Uns três dias antes de assumir, eu tinha conseguido dois ou três fiscais da Receita Estadual para encerrar os pagamentos do estado em todas as coletorias, porque eles tinham estabelecido um sistema (naquele tempo, usava-se muito selo, quando não havia dinheiro eles pagavam em selo, e isso trazia um prejuízo enorme para o estado, e além disso vendiam guias de café) que era uma coisa horrorosa. Os fiscais percorreram as principais coletorias para estancar mais essa desordem da administração pública. A Secretaria da Fazenda – eu não fui lá, tive vergonha de ir – era um verdadeiro mercado, todo mundo de processo na mão arrancando ordem de pagamento para as coletorias, para pagar em selo ou pagar com qualquer coisa. Vários camaradas que não tinham nada com a Secretaria da Fazenda distribuíam benesses para os companheiros, mas eu não tive coragem suficiente para ver essa vergonha e então consegui esses fiscais para estancar essa corrente de descalabro financeiro. Nós então tivemos que fazer um levantamento geral do estado, em todas as secretarias, para poder tomar a altura das coisas e organizar uma reformulação e um programa e botar em ordem a administração pública.

Ele teria a sorte de encontrar a ajuda de Armando Duarte Rabelo, na época diretor do Departamento Estadual de Estatística. Mas havia um problema: era irmão de Fernando Rabelo, do Partido Democrata Cristão e tradicional adversário político de Carlos. Carlos só perguntou: "Ele é competente? Então chama." Armando seria secretário da Fazenda (mais tarde, prefeito de Vitória), um dos mais austeros da história. Pedro Merçon Vieira seria nomeado secretário da Agricultura; Erildo Martins (depois substituído por Alfredo Cabral), secretário de Governo; Carlos Lindenberg von Schilgen, secretário do Departamento Estadual de Saúde; e Darcy Pacheco de Queiroz, secretário de Interior e Justiça.

O funcionalismo público em geral – inclusive a Polícia Militar – estava com seis meses de atraso em seus pagamentos. A Justiça e a Assembleia Legislativa com três, e os cantoneiros (os homens que, com enxada, consertavam as estradas, naquela época quase todas de terra), com dezesseis meses de atraso.

Todas as subvenções do estado – Santa Casa de Misericórdia, casas de saúde, associações de caridade – também estavam atrasadas em dois anos.

— Na Secretaria da Fazenda eram montes e montes de contas para pagar. Do orçamento, 104% eram para pagar o funcionalismo. Quer dizer que não sobrava dinheiro nem para comprar lápis para a gente escrever. Para pôr em funcionamento os carros funerários, tive que assumir pessoalmente a responsabilidade do pagamento perante as bombas de gasolina que forneciam ao estado.

Foi de 259% o aumento percentual do funcionalismo entre 1955 e 1959 (224% do pessoal ativo e 570% do inativo). Em resumo, os compromissos do estado quando Carlos assumiu atingiam Cr$ 3.092.178.842,20, com recursos de orçamento na ordem de Cr$ 1.093.073.179,00. Insuficiência: Cr$ l.936.105.663,20. Naquele ano, o estado possuía 2.500 professoras primárias. Dessas, 663 estavam à disposição de outros órgãos: "À disposição da Casa de Saúde de Guaçuí, à disposição do governo do Paraná, à disposição do Sr. Fulano de tal, que era funcionário da Secretaria da Fazenda, e por aí a fora." Outras tantas substituíam aquelas, ganhando a mesma coisa, e algumas, substitutas de substitutas, também recebendo o mesmo salário. Havia "uma forma de pôr funcionários à disposição, procuradores à disposição, então quem queria passear um pouco e tratar dos negócios, ficava à disposição." Eram catorze os procuradores do estado, mas estavam à disposição de outros órgãos – do Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça, até da ONU, ou então residindo no Rio de Janeiro, "à disposição".

Geralmente, Carlos costumava pousar a cabeça no travesseiro e dormir em cinco minutos. Mas nessa época não conseguia dormir: andava pelos corredores do palácio, pensando. Foi lá que, um dia, Carlos Fernando viu pela primeira vez o pai chorando, com ar grave e atitude de quem está sofrendo muito. Perguntou a razão e o pai informou que teria que demitir quase duas mil pessoas: "Passei praticamente três meses sem dormir. Contando todo o funcionalismo à disposição, eram mais de mil pessoas, de modo que por aí se vê a desorganização em que estava o estado. Eu, depois que fiz o levantamento, lógico que teria que tomar uma providência, porque tinha de salvar o estado de qualquer maneira e, em face do prejuízo de alguns, tinha que dar benefício a todos. Tinha dias em que me ajoelhava na cadeira do meu quarto e ficava chorando feito criança e rezando."

Depois de dispensar os inúmeros substitutos, Carlos autorizou a criação de uma Comissão Especial de Revisão dos Atos Administrativos (havia casos de pessoas nomeadas na véspera da saída do governo anterior). Em mensagem à Assembleia Legislativa, expunha o fato: "Era tal a desordem, que está sendo preciso conduzir nossos primeiros esforços no sentido de reajustar a máquina administrativa a um plano desejável de produção e eficiência. Criado o preconceito aos funcionários 'à disposição', desligados de sua repartição para terem exercício em outros órgãos do serviço público, encontrando-se os mesmos que permaneciam sem exercer qualquer missão durante anos, isso vinha permitindo substituições sistemáticas, sacrificando sobremodo o erário, dando lugar, inúmeras vezes, a sucessivas e repentinas aposentadorias em cargos administrativos dos mais elevados padrões de vencimento. Dessa situação de fato nasceu a necessidade inelutável de procurar-se evitar desde logo tal indisciplina, com a adoção de medidas de ordem geral, que estão atingindo a todos indistintamente e se faziam indispensáveis, no que concerne ao reajustamento e reorganização da máquina administrativa, o que tem determinado um desdobramento de atividades crescentes."

Acentuando que "as despesas teriam que ser comprimidas dentro do possível", Carlos informou que os vencimentos atrasados do governo anterior "afetaram de tal modo os pro-

blemas de assistência médico-social que cidadãos reconhecidamente enfermos, manifestadamente necessitados de hospitalização, têm sido recambiados às casas de parentes e amigos, por não poderem obter internamento no Hospital Abrigo da Ilha da Pólvora, uma vez que não têm sido pagas as pequenas verbas destinadas à alimentação ou ao custeio dos hospitais".

Em seguida, baixou um decreto convocando todos os funcionários efetivos a retornar ao trabalho. Quase todos voltaram, mas alguns foram discutir com Carlos, como seu ex-professor no Colégio Salesiano, Aristeu Portugal Neves (fundador do Colégio Pedro Palácios, que deu origem ao liceu de Cachoeiro), funcionário do estado que obtivera outro emprego no Rio. Carlos explicou: "Não há exceção. Se abrir exceção para um, terei que abrir para todo mundo." "Você tem razão. Acerta isso."

Wagner Siqueira, funcionário do Ministério da Fazenda, procurou Carlos e, depois de conversar muito, lembrando fatos antigos, perguntou: "Mas você vai fazer isso com um seu colega?" "Walter, eu sinto muito, mas não vou abrir exceção." "Então vou entrar na Justiça." "No dia em que você ganhar, será reintegrado imediatamente."

Não entrou na Justiça, mas nunca mais falou com Carlos. Porém as despesas com o funcionalismo ocioso começaram a diminuir. Havia outro problema: a Universidade do Espírito Santo, que funcionava no prédio da Escola Normal Pedro II desde sua inauguração em maio de 1954:

— A Universidade era oportuna e necessária, mas começou a funcionar precariamente. Como não podia deixar de acontecer, lá também entrou a corrupção. Havia por exemplo escolas que estavam ainda no 1º ou 2º ano, mas os professores para o 5º e 6º ano já estavam todos nomeados, recebendo e tudo, sem alunos, nada. Então eu fiz a mesma coisa: dispensei todo mundo sem abrir exceção, amigos meus e tudo, mas não abri exceção. Programamos um sistema de pagamento daquelas contas em atraso, fomos classificando as contas por antiguidade e com alguma sobrinha que íamos conseguindo fomos pagando um pouco a todo mundo. Levamos uma porção de tempo para pagar todo mundo e colocar em dia – o que levou nove meses – o pagamento do funcionalismo público, começando pelos menores, que eram os cantoneiros e a polícia.

Armando Rabelo programou tudo isso. Carlos planejou então a federalização da Universidade do Espírito Santo:

— A Universidade era um peso muito grande para o estado, porque fora aberto um crédito de um milhão de cruzeiros e isso não dava nem para as primeiras despesas. Só o pessoal da Universidade exigia uma importância muito maior. Bolívar de Abreu, que era homem muito ativo, destacou um grupo de funcionárias para fazer o levantamento da Universidade e o preparo dos papéis regularizando o patrimônio, porque ainda não estava regularizado. O espaço físico era muito grande, mas não estavam regularizados ainda os papéis dos terrenos, os prédios, etc. Ao mesmo tempo mandei o doutor Afonso Bianco e o Sr. Alberto Monteiro ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, para preparar a

documentação necessária à formação do processo de pedido de federalização, que teria que ser enviado ao Executivo com o anteprojeto de instituição da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi muito difícil, levou mais ou menos uns três anos, até que a lei foi aprovada pelo Congresso, já ao apagar das luzes do governo Kubitschek. Ajudaram muito nessa lei os representantes do Espírito Santo, em especial o deputado Nelson Monteiro, e mais ativamente ainda o deputado Dirceu Cardoso, com quem eu tinha maiores ligações para o processamento dessa empreitada. O processo ficou pronto no finalzinho do governo e no dia 30 de janeiro de 1961, quando Juscelino já se despedia do cargo, Dirceu praticamente forçou a porta do gabinete com o processo nas mãos. Entrou pedindo a Juscelino que sancionasse a lei 3.868, que foi então promulgada pelo presidente com sua proverbial boa-vontade e pelos seus ministros. E assim a Universidade foi federalizada e passou a ter melhores resultados.[164]

Jurema Barroso, secretária de Carlos no primeiro governo, estava casada e não trabalhava mais. Na necessidade de alguém que organizasse o trabalho nos primeiros meses de "caos absoluto", encontraram a solução na pessoa de Maria José Sales de Sá (Netinha), secretária de Bolívar de Abreu, que não quis cedê-la, a princípio: "Ela vai ser meu braço direito aqui", disse Bolívar quando Paulo Fundão – que resolvera trabalhar de graça durante dois meses só para ajudar Carlos – lhe comunicara o pedido. Paulo tentou persuadi-lo, mas ele se manteve irredutível: enfrentava também o problema das substitutas das substitutas. Jayme Santos Neves interferiu: "No gabinete do governador ela vai auxiliar muito mais a sua secretaria."

Quando Netinha chegou ficou meio tonta com "o monte de cartas e expedientes que tinha para enviar". Carlos estava desesperado porque não tinha uma pessoa para ajudá-lo. Netinha lembra: "Aos pouquinhos a gente foi se organizando, mas era um trabalho muito duro!" Carlos chegava às oito horas e se refugiava no Salão Amarelo, despachando os processos ainda de próprio punho (mais tarde, Netinha passou a datilografar a correspondência). Saía para almoçar às treze e voltava sempre às catorze horas, mesmo se às vezes saísse às 13:30. "Não sei como ele não teve um infarto com tanto problema que surgia, era uma coisa louca," conta Netinha. Mas era sempre o mesmo homem tranquilo e gentil, elegante e educado. Só ficava aborrecido quando um político do interior, por causa do trabalho intenso, era barrado à entrada do gabinete por Carlos Fernando.

Netinha organizou um formulário, colocando no alto o nome e o endereço da pessoa, mais o número da carta – geralmente "quilométrica" – que recebia. Ele lia, mandava responder e, depois de familiarizada com o jeito de Carlos, ela já as entregava prontas. Porém, quando se tratava de resposta a um amigo, a quem devia maior atenção, ele nunca deixava de acrescentar um sobrescrito à mão, "uma referência pessoal, um assuntozinho

164 Para mais detalhes sobre a história da Universidade Federal do Espírito Santo, ver o trabalho de Borgo. Ivantir A. *UFES: 40 anos de história*. Vitória, Ufes/Sec. de Produção e Difusão Cultural, 1995. (EFS)

que não tinha focalizado, qualquer coisinha, para isso ele tinha uma memória muito boa". Carlos trabalhava mesmo aos domingos. Quando Netinha chegava, segunda pela manhã, encontrava a mesa entulhada de bilhetinhos. Carlos tinha um bloco com papel carbono e escrevia bilhetinhos: "Carlito, tive notícia de que o Centro de Saúde está com falta de remédios". Após alguns dias, cobrava. "Estava sempre a par de tudo. Acho que naquele tempo, também, o estado era menor. Não sei, mas ele sabia de tudo, tudo ele acompanhava", relembra Netinha.

Logo nos primeiros meses de governo começou a chover sem parar. "Cada pessoa que vinha do interior trazia notícias mais tristes, mais alarmantes," relembra Netinha. Em Santa Leopoldina, o rio Santa Maria "desmanchou mais de cinco quilômetros de estrada, carregando a ponte pênsil de treze metros". A parte sul do estado – Guaçuí, Alegre – foi muito atingida, com queda de barreiras e estradas interrompidas. Carlos chegou a sobrevoar a região de helicóptero. Pediu ajuda federal, "recebeu muita promessa, porém pouca ajuda".

Fora posta à disposição de Netinha uma mesa no próprio gabinete. Como Carlos, ao voltar do interior, trazia o bolso cheio de bilhetes, ela organizou para ele um outro fichário, de pedidos de emprego. Tendo demitido muita gente, Carlos sempre consultava o fichário, quando, por exemplo, o diretor dos Correios pedia uma relação para preencher vagas de mensageiros. Mas a maioria dos bilhetes pedia uma vaga no Banco do Brasil. Netinha se lembra de ter escrito dezenas de cartas à presidência do banco: "arranjando, trabalhando e se coçando é que ele arranjava emprego na esfera federal, na municipal e tudo".

Sempre risonha e alegre, de personalidade otimista, Netinha lembrava a Carlos a hora do remédio e a do jantar. Na reforma do palácio, após uma pintura na sala, ele se preocupou em evitar que o sofá, em atrito contra a parede, estragasse a pintura. Cedo Netinha passou a adivinhar qual a cor do terno que ele usaria naquele dia. O chapéu para sair à rua era o de sempre: preto. Os carros oficiais estavam todos quebrados quando Carlos assumiu, mas quando ela saía tarde, ele dizia: "Pode todo mundo ir a pé, mas Netinha tem de ir de carro", porque morava longe, na Praia do Canto. Às vezes Netinha comia com a família no palácio: quiabo com galinha, "era sempre assim, era comidinha caseira, Dona Maria se virava porque Carlos era muito econômico".

Milton Caldeira (no início do governo, diretor da Divisão do Interior e Justiça e, após a saída de Alfredo Cabral, secretário do Governo) tinha a incumbência de fazer a triagem dos processos e preparar os despachos do governador e as mensagens que encaminhavam à Assembleia Legislativa os anteprojetos oriundos das secretarias de estado. Ele relembra a harmonia reinante na equipe, afirmando que cada um procurava ajudar o outro: "O equilíbrio era também naturalmente arte do governador, com a sua estrutura moral, sua habilidade política, sua autoridade, tudo isso deve ter influenciado muito para que essa parte administrativa obtivesse êxito." Milton era sempre o primeiro a chegar e, em seu diário, anotava a chegada de todo mundo: "Cheguei às 7 horas, chegou doutor Carlos, menos Netinha." Netinha passava, lia o registro e acrescentava: "Protesto. Cheguei às 8:15

porque desci do ônibus ali no hotel Estoril e subi pela escada da frente, pela residência e pelo elevador, abri a janela e deixei tudo arrumadinho." Isso durante quase todo o governo: ele anotando de brincadeira e ela explicando embaixo: "Protesto."

Carlos se assustava às vezes quando tinha que viajar. Em Santa Leopoldina, perguntou certa vez: "Como esse pessoal ficou zangado comigo?" Pois fora visitar três escolas e em todas elas ofereceram-lhe uma mesa com salgados e doces quando ele, com receio de cólicas, insistia sempre na polenta, como a da Fazenda Monte Líbano. Para evitar os intrusos, Carlos quase sempre abandonava a sua mesa, maior, para sentar-se na cadeira da mesa de Netinha: assim, quem abria a porta "não dava de cara com ele". Às vezes, quando a situação era muito difícil, permanecia um pouco à janela, olhando os navios e o mar, para esquecer as dificuldades.

Um dos momentos mais difíceis durante a administração de Carlos foi "o incêndio no mar": era um dia de recepção no palácio, à noite. Um navio atracado perto da antiga estação Pedro Nolasco, do outro lado da baía, estava descarregando gasolina para os tanques da Shell, e a gasolina acabou vazando e se espalhando por toda a baía. Acredita-se que um catraieiro jogou um cigarro aceso n'água. Quando a festa estava começando, Carlos chegou à janela e viu labaredas "maiores do que o palácio, ainda mais altas", que foram vistas até da Praia Comprida. O incêndio se espalhou por quase toda a baía, que ficou coberta de gasolina. Mas de outro navio começaram a lançar uma espuma especial sobre as chamas, que serviu para debelar as labaredas e extinguir o incêndio. Só morreu o catraieiro, cujo bote também fora atingido pelo fogo.

Outro momento difícil exigiu paciência e habilidade de Carlos Lindenberg e de Carlos von Schilgen, do Departamento de Saúde, além de todo o sigilo de que Netinha fosse capaz. Apenas os três ficaram sabendo no Espírito Santo e a imprensa não divulgou: Carlito chegou do interior com a informação de que havia constatado cinco ou seis casos de peste bubônica em Cachoeiro. Carlos ficou desesperado: superara a enchente, que destruíra quase todas as estradas do estado, e o incêndio na baía e agora vinha outro "susto danado": "Você não está enganado?" "Não. E deve estar se alastrando. Antes eram dois casos, agora são cinco, com mais uma suspeita." Carlos perguntou: "Quais são as providências?" "Temos que nos entender com o Ministério da Saúde para arranjar os meios de acabar com esse surto." Então Carlos ponderou: "Mas não sei qual será o resultado disso se essa notícia vazar, não podemos divulgar a notícia porque isso vai fechar até o porto de Vitória. É um negócio muito delicado e grave. Chame os médicos, passe a conversa em todos eles para que não transmitem a ninguém essa notícia, que eu vou providenciar."

Os contatos telefônicos eram difíceis naquela época e, mesmo com uma linha especial, Netinha não completava a ligação. Quando conseguiu, já muito tarde, Mário Pinotti, ministro da Saúde no Rio de Janeiro, não estava em casa: havia saído para uma festa.

Ficaram esperando e, às 24 horas daquela quinta-feira, Mário ligou de volta. Carlos começou a contar o que estava acontecendo, porém, muito emocionado, começou a chorar.

O ministro tranquilizou-o: "Tenha calma, governador, tenha calma, não se incomode, eu resolvo isso. O senhor mande para Cachoeiro os seus médicos porque os meus vão estar lá segunda-feira com todo o material necessário para combater essa ameaça."

Netinha ligou para Carlito, que enviou os médicos na manhã seguinte. Descobriram nove casos numa fazenda, isolando-a e matando os ratos da localidade. Após a limpeza e o tratamento, morreram dois dos infectados. Os médicos permaneceram quinze dias no local, até que chegaram à conclusão de que haviam conseguido "debelar o surto".

Continuavam as descobertas referentes ao governo anterior: quatro professoras e dezesseis serventes num grupo escolar em Santa Teresa; um correligionário fora nomeado para um alto cargo no estado e aposentado três dias depois. E um escândalo maior: os compromissos internacionais assumidos por Chiquinho, "em relação aos quais não foram observadas as formalidades legais, reguladoras da matéria, deixando o governo, por outro lado, de levar em consideração o fato de não existir dotação própria no orçamento, nem o estado se encontrar em condições de assumir compromissos de tal vulto", escreveu Carlos em sua *Mensagem* à Assembleia.

No dia 26 de abril de 1956 Lacerda de Aguiar firmou contrato com a Société des Usines Gema GmbH, com sede em Saint Ingbert, Sarre, para adquirir equipamentos no montante de dez milhões de dólares; através dele, a firma se comprometia a obter para o Espírito Santo, na França, na Alemanha e na Dinamarca, não só o fornecimento dos equipamentos desejados pelo estado, como ainda o respectivo financiamento. Segundo a cláusula 4ª do contrato, o governo do estado obrigava-se a assinar os contratos das compras num prazo de noventa dias até a importância de cinco milhões de dólares, assinando os contratos de compra do restante no prazo de 180 dias. Segundo a cláusula 8ª do contrato, os litígios suscetíveis de surgir na execução do contrato seriam submetidos a arbitragem em Paris, conforme o regulamento da Câmara do Comércio Internacional (ver Apêndice A).

— Era um caos absoluto. E ele ainda comprou três usinas de laticínios com um dinheiro que tomou emprestado com o Banco Sul Americano, no Rio, e dois navios para pesca, tudo da Dinamarca, com um representante da Dinamarca que apareceu por aí. Não pagou nem a primeira prestação, e o negócio ia a 75 mil contos, naquela época dinheiro como o diabo. E eu fiquei com aquele abacaxi na mão. Então o banco começou a me cobrar a primeira e a segunda prestações e eu não estava levando o negócio a sério, mas mandei Armando Rabelo procurar na Secretaria da Agricultura, na Secretaria da Fazenda e no cartório alguma coisa sobre essa compra. Ninguém tinha nada. Então resolvi ir ao Rio e levar Armando comigo. Chegamos lá e o doutor Souza Dantas, que era o presidente do banco, nos mostrou o contrato, que estava com ele. O contrato fora feito no Rio, com tabelião do Rio, sem autorização alguma, de ninguém. E, além dos barcos e das três usinas que ficaram em garantia, Chiquinho ainda deu vinte mil apólices do estado, em garantia ao pagamento do empréstimo. Não tinha autorização da Assembleia, porque o estado tem um cartório que trabalha só para o estado. Todos os contratos passam por aquele cartório, que é

o cartório da Fazenda. Pois ele fez tudo no cartório do Rio. Lá mesmo fizeram o contrato, sem conhecimento de ninguém. Eu antes de ir para o Rio chamei Alcides Viana, sogro do ex-governador, que tinha sido meu colega de colégio, meu amigo, pelo menos eu contava com isso, ele sempre fora muito amável comigo, e digo: Chiquinho fez isso, assim, assim. O que que nós vamos fazer? Ele respondeu: Carlos, não sei. Ele conversou comigo várias vezes e eu dizia que não fizesse isso; se quisesse fazer, que fizesse certo, com autorização. De modo que agora você faz o que achar certo. Então eu fui para o Rio. Souza Dantas explicou como é que foi o negócio, o representante das tais usinas de laticínios e os navios de pesca, feitos de madeira.

Carlos lhe perguntou: "Como é que o senhor faz um negócio desses, sem documento algum?" "Governador, o senhor acha que eu ia duvidar de um governador de estado? Não podia pensar que havia um governador que era chantagista. Não podia pensar isso." "É, você tem razão. Mas e agora? Eu é que tenho que descascar esse abacaxi?" Souza Dantas hesitou um pouco e disse: "Vamos dar um jeito. Eu vou me interessar muito para o senhor vender os navios, porque nunca saíram de lá, não foram nem construídos. Já pagaram os motores, mas nós devolvemos os motores ao revendedor, que naturalmente tem que pagar alguma coisa de volta. Os navios o senhor cancela e as usinas, que já estão em viagem, o senhor manda vender para outra organização, que não tenha que pagar impostos ao governo federal. Eu ajudo o senhor a fazer isso."

E assim foi feito: duas das usinas foram vendidas e a terceira instalada em Colatina. Carlos ainda assinou vários títulos, com uma advertência do presidente do Banco Sul Americano: "Eu aceito que o seu governo acerte esses títulos, mas até o último dia do seu governo, porque com outro governador eu não faço não." Carlos informa: "Fiz essa bobagem, assinei até o último dia do governo, mas, quando saí em julho de 1962, deixei tudo pago."

No meio disso tudo, uma senhora, residente no morro do Atalaia, insiste em ser recebida pelo governador: ela queria que um médico da polícia receitasse injeções de morfina para sua sobrinha, que "sofria da vista". Carlos explicou que só o médico que tratava da menina poderia autorizar, no caso, segundo ela, Raul de Oliveira Neves: "A senhora conversa com ele. Se ele acha que precisa, naturalmente mandará aplicar." "Eu queria que o senhor mandasse um médico da polícia, sem falar com o doutor Raul." "Isso eu não posso fazer, já não é nem uma questão de medicina e sim de consciência. Não posso mandar um médico da polícia receitar para ninguém. Não compete ao governador, está fora das minhas atribuições." A mulher começou a chorar e a gritar; todos os assessores surgiram apressados: "Não é nada não, manda trazer um copo d'água para essa senhora. A senhora me desculpe, mas isso eu não posso fazer, tenha calma e procure conversar com o médico que trata de sua sobrinha." Quando ela saiu, Carlos ligou para Raul e perguntou se conhecia a senhora em questão: "Conheço sim. Ela é viciada em morfina."

Nessa época, todo dia, após o almoço, Dona Maria saía do palácio e ia trabalhar na Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja sede se localizava ao lado do palácio: nin-

guém descansava após as refeições. Como primeira-dama, tinha "o cargo honorífico de presidente da LBA". Embora achando muito bonito seu trabalho, disse a Carlos que devia ser remunerada, porque era muito cansativo. "Fui ficando obcecada com aquilo, não fazia outra coisa, só pensava e vivia a LBA o tempo todo, precisei até de ir a um médico e ele me disse que eu tinha que parar um pouquinho", conta ela. Em consequência Dona Maria organizou uma tarefa, a *Costura Anchieta*: "Eu reunia as senhoras no palácio toda semana e nós trabalhávamos para o que fosse, para a Santa Casa, para o Asilo dos Velhos, fazendo roupas. Nós mesmas trazíamos os tecidos, eu saía pelo comércio pedindo, e era um grupo muito simpático que fazia tudo. As pessoas iam porque queriam, não havia convite especial. Foi o que eu pude fazer, além de ajudar Carlos a receber ministros e embaixadores."

Em 21 de abril de 1961 Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília, e ela acompanhou Carlos à nova capital. Ele fora uma primeira vez à cidade ainda quando senador, em 1956; Juscelino terminava de construir o Catetinho (hoje um museu). Não havia casas ainda: só barracões de madeira e estradas sendo abertas. Com a presença de vários senadores, Juscelino colocou uma cruz no local, após uma missa, embora Carlos não acreditasse que pudesse inaugurar a cidade, seguindo sua filosofia de "cinquenta anos em cinco".

— Foi uma época de muita euforia, acho que o brasileiro adquiriu confiança nele próprio quando viu que Juscelino tinha condições de fazer tanta coisa. Ele realmente disse que iria fazer cinquenta anos em cinco e realmente fez. Ninguém acreditava naquilo, na capacidade de trabalho dele. Mas ele era desses homens que não veem as coisas pequenas, só as grandes, as pequenas ele passava por cima. Ele queria fazer e assim fez. Foi uma beleza de festa. Juscelino era um homem extraordinário, lembrava-se de todo mundo, agradava todo mundo, era muito simples, muito gentil, de vez em quando me chamava para almoçar com ele no Catete, ele estava lá, sem sapato, e o almoço dele era galinha com arroz e quiabo.

"Um homem de futuro, de uma pressa, de uma capacidade de transmitir o progresso e o desenvolvimento e ao mesmo tempo de uma capacidade de democracia e perdão", como diz Carlos Fernando, que, quando o pai era senador, conviveu com Juscelino porque, após se formar em advocacia, passou a trabalhar com Eurico Sales, então ministro da Justiça.

Mas Juscelino enfrentou problemas para ser empossado: em outubro de 1955 instituiu-se a cédula única de votação, defendida pela UDN e por setores militares, a cédula oficial, o voto impresso pela Justiça Federal, que podia ser distribuído pelos partidos. Juscelino venceu Juarez Távora por 470 mil votos e João Goulart, como vice, venceu Milton Campos por pouco mais de duzentos mil. O debate sobre a "legitimidade" da vitória passara a girar em torno da tese de "maioria absoluta" (JK recebera menos da metade do total de votos no país), defendida principalmente pela UDN, e da ilegalidade dos votos comunistas, defendida pela oposição parlamentar e pela Cruzada Brasileira Anticomunista, liderada pelo almirante Pena Boto. O marechal Lott declarou que se colocaria sempre do lado da Constituição e endossaria a posse dos candidatos eleitos. Com uma crise cardíaca, o presidente Café Filho se afastou e o marechal Lott articulou a punição dos militares que

fizeram declarações contra os eleitos. O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu a presidência e recusou a Lott licença para processar militares. Lott pediu demissão, sendo substituído oficialmente pelo general Fiúza de Castro no cargo de ministro da Guerra, cuja posse foi marcada para o dia seguinte. Na madrugada do dia 11 de novembro, oficiais generais, sob a liderança do general Odílio Denys, convenceram Lott a se colocar à frente de uma operação para depor o presidente, porque atacara a hierarquia do Exército, impedindo a punição de um inferior indisciplinado, o coronel Jurandir Mamede. As tropas saíram às ruas. O Congresso declarou o impedimento de Carlos Luz. Nereu Ramos, presidente do Senado, assumiu a presidência da República, de acordo com o processo de substituição prevista na Constituição. Café Filho, restabelecido, foi novamente impedido pelo Exército de assumir a chefia do governo, com respaldo do Congresso, que decretou estado de sítio. Em janeiro de 1956 Juscelino e Goulart tomaram posse. Em fevereiro criou-se o Conselho de Desenvolvimento, terminou o estado de sítio, aboliu-se a censura à imprensa e às telecomunicações. Houve uma rebelião da Aeronáutica em Jacareacanga, facilmente debelada. Por fim, o presidente concedeu anistia a todos os envolvidos.[165]

Em março de 1956 Juscelino visitou Vitória para inauguração do "novo serviço de águas" da capital. Dias depois, o *Correio da Manhã* publicou editorial afirmando que Carlos, enquanto senador, procurou "vetar a viagem e ameaçou abandonar a maioria parlamentar", acusando-o de político fossilizado e provinciano. Mesmo reconhecendo como "profundamente constrangedor ocupar a atenção do Senado para tratar de política estadual que deveria ficar nos limites do estado", ele fez um discurso respondendo ao ataque, afirmando que fora "criado e educado pelo sistema antigo, dentro dos princípios de lealdade, de sinceridade, de correção", entendendo que a política "também tem moral e, quando se a perde, passa-se à politicagem, que nada cria, que desvirtua a administração, que abastarda os sentimentos pelo ódio, pela vingança, pela mentira, pela injúria, pelos desmandos".

Revelava que não havia visto Juscelino depois de empossado. Soubera pelos jornais que iria a Vitória para inaugurar o serviço de água, planejado, projetado e em grande parte construído pelo ex-governador Jones dos Santos Neves. No dia 13, recebera telefonema do senador Atílio Vivacqua afirmando que "estava autorizado pelo governador do estado a convidá-lo para assistir às festas". Carlos respondeu que não compareceria porque apenas assistiria à festa de aniversário da mãe, no dia 15, voltando ao Rio no dia 16. Disse mais no discurso: "Nesse mesmo dia, tendo sabido que se projetava a demissão de alguns amigos que ocupavam cargos em autarquias e ministérios, a cargo de elementos do PTB, do PR e

165 Desde o início, JK teve que enfrentar a resistência da oposição militar ao seu governo. Depois da derrota da tentativa de impedir sua posse, que foi conseguida com o "contragolpe preventivo" comandado pelo marechal Lott em novembro de 1955, JK ainda teve que enfrentar duas pequenas rebeliões militares. A de Jacareacanga, liderada por oficiais da FAB, debelada em fevereiro de 1956, e a de Aragarças, também realizada por oficiais da FAB, em 1960, em protesto por uma suposta desistência da candidatura de Jânio Quadros. Cf. Benevides, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 163-4. (EFS)

do PSB, procurei o meu amigo, o ministro Parsifal Barroso, para saber o que se passava. O ilustre ministro me declarou que o assunto não era tratado com os senhores ministros, mas com o chefe da Casa Civil da Presidência. Disse-me mais: Acho que você deve ir lá hoje, pois estou com o termômetro na mão e talvez vá chegar tarde demais."

Carlos procurou Álvaro Lins, chefe da Casa Civil da Presidência. Não sendo recebido, voltou no dia seguinte, 14 de março, e, como havia muita gente, foi obrigado a esperar. Quando foi atendido, referiu-se à *guerra de nervos* que o PSD capixaba vinha sofrendo com as notícias de demissão dos "pouquíssimos amigos nossos" em cargos de ministérios, entregues agora ao PTB, ao PR e ao PSB, já que havia um acordo, feito durante a campanha eleitoral com o PTB, e não lhe parecia justo que seus correligionários fossem substituídos. "Que as novas nomeações fossem de elementos do PTB estaria certo, mas a substituição nessa altura seria para nós injustiça e desprestígio". Lembrou que a imprensa de Chiquinho fizera campanha contra Juscelino (do PSD), "afirmando que capixaba de vergonha não vota em mineiro" e utilizando carros, gasolina e motoristas para picharem cartazes do candidato, por ordem do diretor da Imprensa Oficial do estado, com tinta da própria repartição, tudo isso com apoio do PR e do PSP. Lins respondeu afirmando que "o PR tem direito a um lugar na Caixa Econômica por exigência do PR nacional", porque "o presidente, precisando desse apoio, teve que ceder alguns favores a alguns partidos".

Em Vitória, no dia 15, o PSD fez uma reunião. Depois que Carlos transmitiu o que acontecera, todos decidiram não comparecer à recepção e explicar os motivos ao presidente em telegrama enviado nos seguintes termos: "Partido Social Democrático Secção Espírito Santo, que arrostando violenta e injuriosa campanha adversários, colocou-se lado Vossa Excelência desde primórdios sua candidatura, lamenta sinceramente impossibilidade associar-se homenagens lhe serão prestadas sua próxima honrosa visita nosso estado. Nossa própria solidariedade ao candidato e ao Presidente da República que se tem mantido inalterável dentro absoluta fidelidade pessedista em todos os momentos incertos, impõe-nos obrigação adotar essa atitude. A aproximação do PSD com aqueles que violentamente combateram e atacaram seu virtuoso candidato, ainda que para homenagear supremo mandatário brasileiro, não seria compreendida pelo povo capixaba e menos ainda pelos nossos correligionários interior Estado, vítimas tenaz perseguição tão somente porque são pessedistas [...]."

"A verdade," dizia Carlos no Senado, "é que não podíamos, em menos de seis meses, esquecer as ofensas por nós sofridas e atiradas sobre o nosso candidato por aqueles que hoje procuram envolvê-lo".

O senador Atílio Vivacqua, retornando a Vitória no dia 16, insistiu no convite e, ao final da tarde do mesmo dia, Carlos recebeu um rádio do governador Chiquinho para assistir à inauguração, prevista para as onze horas do dia seguinte, 17. "Como se vê, a ética protocolar foi a mais 'delicada' que tenho conhecido", explicou Carlos em seu discurso, terminando por dizer que se honrava "de ser provinciano e como provinciano nunca corri

atrás de cargos políticos, nunca me insinuei como candidato a qualquer cargo eletivo, inclusive para a Mesa do Senado e por isso mesmo ando com a cabeça erguida e digo o que sinto quando devo dizer".

O fato é que, em três anos e meio de governo, Carlos teria três presidentes da República. Em 1960, cada ministério em Brasília "possuía uma casa enorme, cheia de gente, uma burocracia enorme. Os ministérios eram bem menores. Quando mudava um presidente da República, mudava o ministro, mudava também toda a estrutura de comando". A cada mudança, Carlos voltava a Brasília para "explicar tudo que estava acontecendo, tudo outra vez; o que estava pleiteando, o que estava produzindo, o que estava querendo fazer", conforme explica Carlos Fernando, então seu oficial de gabinete. Quando Carlos assumiu, Juscelino estava no último ano de governo. No dia 3 de outubro de 1960 realizaram-se as campanhas presidenciais, com Jânio Quadros recebendo 5.636.623 votos (48% do total) contra 3.846.825 votos (32%) do marechal Teixeira Lott. Conta Carlos: "Juscelino não encaminhou bem a sua sucessão, deixou correr mais ou menos, e o partido acabou escolhendo o marechal Lott, que evidentemente não tinha condição para ser presidente da República e não tinha também capacidade para atrair o povo. Como se diz na roça, não tinha cheiro de égua para juntar o rebanho. Era um homem muito duro. Era ministro da Guerra de Juscelino e eu de vez em quando ia lá falar com ele, pedir qualquer coisa, uma promoção para um soldado, qualquer coisa assim."

Certa vez Carlos foi visitá-lo num final de tarde. No meio da conversa ouviu-se um toque de corneta e em seguida uma música. O marechal Lott estava sentado, "mas seus pés não alcançavam o chão". Imediatamente ficou de pé em posição de sentido na frente de Carlos, que fez a mesma coisa, porém olhando para a porta. Quando acabou, voltou a sentar-se, assim como Carlos, e disse: "Estão arriando a bandeira." Mais tarde, Carlos soube que, num quartel-general, todo mundo se perfila nesses momentos: ninguém podia entrar na sala do marechal porque, obviamente, todos estavam perfilados. Em visita ao Senado, dizia a seu amigo Benedito Valadares: "Quero ver você perfilado quando eles arriarem a bandeira."

Em sua *Mensagem* à Assembleia, dois meses após assumir, Carlos denunciou que a Junta Comercial apresentara uma diminuição na sua renda referente ao exercício de 1958. O motivo fora a fraca atuação da administração estadual, "pois é evidente o desenvolvimento do comércio e da indústria em nosso estado". Afirmou que, durante os quatro anos anteriores, a Junta Comercial não adquirira um único fichário ou arquivo, objeto de solicitação e reclamação em todos os relatórios: "Péssimo é o estado dos móveis e utensílios da repartição; a situação dos funcionários é agravada pela falta de limpeza do prédio, há muito sem uma pintura, e pela falta de higiene, pois não existe água em suas dependências; o mobiliário, com muitos anos de uso, encontra-se em mau estado de conservação. Até o material de expediente é escasso. Muitos dos serviços estão completamente paralisados por falta de material e pessoal para ser realizado." Era também "deplorável o estado em que se encontra o edifício em que funciona o Arquivo Público, assim como o prédio da Chefatura

de Polícia (reunindo delegacias, gabinetes, administração, serviço de radiopatrulha, registro de estrangeiros, Serviço Médico Legal, serviço de carceragem, alojamento para guardas) – sem as mais elementares condições higiênicas; "além de encontrarem-se completamente sujas, todas as instalações sanitárias e elétricas se acham em precariíssimo estado de conservação." A maioria dos veículos do estado estava em péssimo estado de conservação, alguns inutilizados. O Instituto Biológico do estado, "que tanto serviço prestou na fabricação de vacinas, encontra-se paralisado há quase um ano por defeito em suas instalações elétricas".

As usinas de laticínios registravam total descaso, como a de Mimoso do Sul, que desabara e estava sendo reconstruída; a de Guaraná teve suas máquinas transferidas para quatro municípios; a de Ibiraçu não fora colocada em funcionamento; na Secretaria de Viação e Obras Públicas havia excesso de pessoal: trezentos empregados desnecessários na Administração do Porto de Vitória, sessenta no Departamento de Estradas de Rodagem (quase todos os tratores estavam em mãos de particulares "e muitas unidades desses equipamentos, sobretudo caminhões, ainda hoje não foram encontradas"). Na Secretaria de Educação haviam sido admitidos, sem a existência de recursos orçamentários próprios, 236 diaristas. Para atender ao pagamento de 1.167 docentes de emergência admitidos em 1958 foi também necessário lançar mão de recursos extraorçamentários. No mesmo ano, 450 professores foram colocados à disposição, trazendo, em consequência, acúmulo de professores em estabelecimentos de zonas privilegiadas, incluindo a capital e cidades prósperas, em flagrante prejuízo para a zona rural. Por isso, o governo anterior lançara mão dos docentes de emergência, aproveitados sem nenhum critério de seleção. As condições higiênicas da Escola Normal Pedro II exigiam da Secretaria "providências enérgicas quanto ao material didático, reparação de móveis e carteiras, pintura geral, instalação de nova rede elétrica e reforma completa das instalações sanitárias, já que as privadas não tinham água para o seu funcionamento". Registrava-se que 60% das escolas no interior estavam vagas, além de altíssimas taxas de analfabetismo. Nas escolas superiores, professores eram nomeados sem apreciação e aprovação do respectivo currículo pelo Ministério da Educação e Cultura.

Restringindo o gasto corrente, cortando os gastos supérfluos, reaparelhando o órgão arrecadador e dinamizando os mecanismos de controle de arrecadação, o primeiro ano do governo Lindenberg registrou um superávit de Cr$ 59.236.229,40, com um excesso de receita de Cr$ 523.686.789,00 em relação ao montante orçado para 1959, significando um aumento da ordem de 47,59% em relação ao previsto.[166]

Mas os problemas continuavam a surgir. Carlos os enfrentava, conforme o testemunho de seus contemporâneos, com coragem, a mesma que tivera durante a campanha, quando deputados aconselharam-no a não comparecer a Guaçuí, terra de Chiquinho, e falar mal da administração. Carlos respondera: "Acham que eu vou lá para falar bem do go-

166 Como já foi notado, Lindenberg assumiu o segundo governo acusando o descalabro nas finanças públicas do estado deixado por seu antecessor. Já no primeiro ano, porém, ele conseguiria reequilibrar as finanças públicas obtendo esse superávit. (EFS)

verno dele?" Aos que lhe diziam que não fizesse comícios em determinada região, porque teria problemas, ele afirmava: "Então tenho que ir, porque a lugar que não tem problema eu não preciso ir." Aos que lhe pediam água para determinado lugar, só dizia: "Não posso prometer, porque não sei como vou encontrar o governo. As notícias que tenho são bárbaras, não posso prometer água para vocês, mas daqui a um ano ou dois eu passo novamente aqui e vocês vão perguntar: e a água que o senhor prometeu? Agora, posso fazer o seguinte: vou botar na prioridade, se encontrar razoável a situação do estado e tiver sorte, aí eu boto água, mas não posso prometer."

Seu contemporâneo e amigo Guilherme Aires relembra: "Ninguém tinha coragem moral de fazer uma proposta menos digna a doutor Carlos. Ele não precisava usar o último cartucho da ignorância para botar o sujeito para fora." Certo dia, um cidadão[167] que precisava vender um terreno em Muquiçaba insistiu muito com o governador: "Carlos, me ajuda, compra esses terrenos." Após muita insistência, Carlos concordou: "Tá bom, vou comprar para ajudar ao amigo." Quando o cidadão saiu, Paulo Fundão avisou: "Doutor Carlos, eu não quis falar nada, mas o senhor fez um bom negócio, porque a ponte vai sair lá no terreno." "Vai lá, atrás dele", ordenou Carlos. Quando o homem voltou, Carlos lhe disse: "Não tenho condições de comprar. Acabei de saber que a ponte vai sair no seu terreno. Então, por favor, devolva o cheque." "Eu também estou sabendo disso, mas preciso do dinheiro." "Não. Se um dia a ponte sair e souberem que eu comprei antes, vão dizer que comprei para ganhar dinheiro. Portanto, não tem negócio. Sei que é um grande negócio, o estado está com dinheiro em caixa, mas não tenho coragem de comprar. Aguarde um pouco, vê o que pode fazer, você vai vender melhor para outra pessoa."[168]

Quando foram nomeados como fiscais de renda Darly Negreiros (contador e ex-chefe de serviço na Secretaria de Viação e Obras Públicas), Júlice de Almeida (contador e ex-diretor do Departamento Estadual de Estatística) e Orestes Soneghetti (contador e ex-secretário do diretor-geral do Departamento Estadual do Serviço Público), o jornal *A Tribuna* criticou, afirmando que o governador fazia "o seu inventário pessoal", isto é, os nomeados seriam protegidos do PSD. Como acabara de morrer um dos fiscais, havia uma vaga. Atílio Soares Guimarães, que ingressara no serviço público através de concurso, era contador como "os protegidos" e exercera funções gratificadas e cargos de direção, enviou requerimento ao governador pedindo sua nomeação para o cargo. Argumentava que, devido à crítica do jornal, os futuros nomeados para o cargo de fiscal de rendas deviam ser contadores e ter exercido função gratificada ou cargo de direção. Apresentou currículo: chefe de administração, chefe do SPD, chefe da seção de fiscalização de material, secretário do

167 A pedido do entrevistado foi omitido o nome da pessoa em questão. (AA)

168 Anacronismo de Amylton. Como a ponte entre Muquiçaba e Guarapari foi inaugurada no governo de Jones dos Santos Neves (1951-55), o episódio refere-se, certamente, à primeira administração de Carlos (1947-50), período em que Paulo Fundão trabalhou por mais tempo no gabinete do governador. (FA)

diretor-geral do DSP, diretor de divisão etc., concluindo: "como se vê, senhor governador, o suplicante ocupou diversas funções gratificadas e não apenas um cargo de direção".

Por acreditar que o documento pudesse ser engavetado, Guimarães pediu uma audiência, por meio do seu chefe, Milton Caldeira. Para sua surpresa, o governador sabia seu nome: "Atílio, o que há com você?" "Vim falar, doutor Carlos, a respeito de uma vaga de fiscal de rendas." "Lamentavelmente, Atílio, para esta vaga estou com cinco pedidos de deputados estaduais e três de deputados federais." Notando que não deveria insistir, Atílio só disse: "Eu trouxe um requerimento nesse sentido, e como não é permitido que o funcionário se dirija pessoalmente ao chefe do Poder Executivo, vou dar entrada na Secretaria do Governo, com a sua permissão, porque já percebi que no momento não serei atendido." "Infelizmente, Atílio, não posso prometer que vou nomeá-lo." Ao levantar-se, Atílio ainda acrescentou: "Doutor Carlos, quando ler o meu requerimento tenho a certeza de que o senhor vai nomear-me porque o senhor é um governador digno e numa administração digna não se faz injustiça." No dia seguinte, Atílio se surpreendeu: fora nomeado para o cargo no dia anterior, logo após a sua saída da sala e da leitura do requerimento.

Na festa do município de Muniz Freire uma comissão pediu a Carlos para promover a cabo um soldado da Polícia Militar devido à sua eficiência. Ele assegurou isso pessoalmente. Em Vitória, convocou Darcy Pacheco de Queiroz, secretário de Interior e Justiça, que, porém, respondeu: "Mas como, Carlos? Esse camarada tem que fazer um curso de seis meses para ser promovido. Não pode ser promovido assim de orelha não." "Camarada, eu já promovi o homem em público. Então você chama o rapaz e manda fazer o curso para ser promovido." O soldado veio, fez o curso e voltou promovido. "O compromisso foi cumprido, apesar de ter demorado algum tempo", diz Carlos.

Darcy Queiroz também teve "muito trabalho porque a Polícia estava completamente desarranjada e havia naquela época muito crime, muita arbitrariedade pelo interior. Então foi obrigado a fazer uma centena de processos e expulsar toda essa gente ruim que tinha na Polícia, num trabalho dificílimo." O general Tércio Moraes e Souza chefiava a Polícia Militar.

O coronel Pedro Maia de Carvalho fora eleito deputado pela UDN e atacava o governo de Carlos por causa dessas expulsões de policiais, que dizia serem arbitrariedades. Darcy convidou Pedro Maia e outros deputados do PSD e da UND para uma reunião na Secretaria do Interior e Justiça e disse: "Eu queria dar uma explicação aos senhores sobre essas expulsões. Está aqui: Fulano de tal, expulso quando eu era comandante da Polícia, foi reposto no cargo pelo coronel Pedro Maia de Carvalho." Darcy mostrou oito ou nove processos, todos com o mesmo teor. Maia pediu licença e se retirou da reunião: todos os policiais expulsos agora já haviam sido expulsos anteriormente. Mais tarde, numa visita ao quartel, Carlos estendeu a mão, após cumprimentar o general Tércio, para Pedro Maia. Este bateu continência e permaneceu com a mão à testa, deixando Carlos com a mão estendida por algum tempo. Carlos chamou o comandante Tércio e pediu:

"Quero que o senhor tome as providências disciplinares de direito e dever." Pedro Maia foi repreendido oficialmente.

Durante a Guerra do Contestado (devido à questão de limites entre os estados do Espírito Santo e Minas), Carlos enviara o major Floriano Rubim para chefiar um batalhão. Presidente do PTB no estado, um dos articuladores da candidatura de Chiquinho, deputado federal eleito em 1959, ex-secretário de Viação e Obras Públicas, Rubim enviou longo telegrama a Carlos, pleiteando a sua promoção.[169] Carlos comenta: "Chamei o secretário Darcy Queiroz e mandei que estudasse a possibilidade da promoção de Floriano. Darcy mandou fazer o estudo, mas na Polícia existia uma Comissão de Promoção. E o parecer da comissão foi inteiramente contrário às pretensões dele: um dos motivos é que ele não tinha feito estágio. Tinha passado quase toda a sua vida dentro do gabinete de secretários e governadores. Darcy me levou o estudo e disse: Não é possível promovê-lo. A não ser que você faça um ato de força e o promova. Eu respondi que não faria isso: Fora da lei eu não faço. Então pedi que mandasse a comissão reestudar a matéria. O processo foi novamente à comissão e veio de lá com a mesma decisão. Então chamei o vice-governador e pedi que estudasse aquele processo com carinho porque eu tinha muito interesse em promover Floriano. Ele levou para casa e dois ou três dias depois voltou com o processo e disse: Carlos, dentro da lei não tem jeito. Eu, se fosse governador, promovia esse sujeito, que considero um filho. Eu disse a ele que fora da lei eu não promovia nem o meu pai. Encerrei o assunto. Aí Floriano começou a brigar comigo.

Desde a campanha Carlos Fernando conhecia as lideranças políticas do estado e, por isso, cuidava para que a agenda do governador fosse cumprida de forma racional. "Então eu fazia uma seleção; fazia jogo de zagueiro, que era uma coisa horrorosa, acabei incompatibilizado com muita gente, mas foi o jeito que eu dei para deixar o governador trabalhar". O líder do PSD de Cariacica insistiu três vezes para falar com Carlos. Na última vez, adiantou que havia acontecido alguma coisa muito grave. "Mas quem sabe você me diz o que é?" tentou Carlos Fernando. Afinal, o homem confessou o que desejava: "Eu queria que o governador mandasse prender o ladrão do meu cachorro. Um camarada na Serra roubou, levou e está com ele." Carlos Fernando pegou o telefone e ligou para o chefe de polícia: "Nosso correligionário e amigo Fulano de tal teve o cachorro roubado e está aqui para falar com o governador. Como o governador está ocupado e não pode atender, espero que você o atenda e resolva o problema dele." Desligou imediatamente e o queixoso saiu satisfeito. Em seguida, voltou a ligar para o chefe de polícia: "Você me desculpa, mas foi a única solução."

Carlos reconhece que o filho trabalhava muito: "Não tinha hora para sair, ia jantar tarde da noite, ficava atendendo aquela gente toda, procurando levar ao governador só aquilo que não podia resolver, trabalhava muito e recebia um salário miserável. Então eu

169 Floriano Rubim fora também candidato derrotado ao governo do estado pelo PTB em 1958, justamente contra o próprio Lindenberg, que saiu vitorioso no pleito, como se sabe. (EFS)

complementava do meu bolso para ele poder sobreviver condignamente. Parece que ele ganhava dez contos naquela ocasião, então eu dava mais dez do meu bolso."

Carlos Fernando foi "o braço direito do pai", segundo Dona Maria, porque "sempre teve esse espírito ativo e impulsionou muito o segundo governo. Não sei da interferência dele junto ao pai, acredito que tenha sido grande, porque Carlos realizou muita coisa no segundo governo. Carlos Fernando é uma pessoa que pensa alto, com ideias grandes, de maneira que isso ajuda muito. Não pensava tão provinciano quanto nós".

Fora um adolescente que não gostava de privilégios: quando chovia, o motorista do palácio ia "buscá-lo no Colégio Salesiano, mas ele dizia: Gilberto, eu já te falei: quando chover pode trazer para mim uma capa e um guarda-chuva e volta, porque eu vou com os meus amigos. Nesse carrão bonito eu não vou não. Me dá o guarda-chuva e a capa e vai embora."

O pai via com "certa preocupação" a vida do filho fora do palácio, "porque boêmio é meio irresponsável". José Costa, o assessor de imprensa, era amigo e confidente de Carlos Fernando e o retirou das ferragens quando bateu com seu Volkswagen, vindo da Praia Comprida, após uma farra. Machucou-se muito, foi parar num hospital, mas continuou as farras. "Eu não me incomodava com isso. Eu tinha preocupação apenas", diz o pai. Durante as campanhas, mal teve tempo para frequentar a casa da noiva, "porque era a vocação que ele realmente tinha. Não chegamos a impor nada, mas, sendo ele o filho que é, sentiu que não seria de nosso agrado se saísse para outro ramo". Netinha conta que Carlos às vezes se zangava com ele porque tinha mania de redigir os discursos do pai à noite e passava a noite toda trabalhando: "Menino, por que você não faz isso de dia, hein?" — perguntava o pai.

Nos aniversários, era sempre Carlos Fernando quem levava o violão, tocado por ele e por Paulo Fundão. Trabalhava-se aos sábados e, por isso, a turma se reunia para almoçar no Restaurante Valentim. Quando veio a Vitória com os dois filhos, a primeira-dama Maria Teresa Goulart – "parecia o Bambi de Walt Disney com aquele olhinho puxado", segundo Dona Maria – passou uma semana em Guarapari numa casa que Paulo conseguira com um amigo. Muito alegre, Maria Teresa ouvia Carlos Fernando e seu grupo de amigos tocando violão e "tomando um uisquezinho". A família achava "que era coisa de juventude" sua amizade com o cantor e compositor Sérgio Ricardo, por exemplo.

Quando o pianista Bené Nunes esteve em Vitória, foi apresentado em palácio ao governador: "Não é o senhor o pai do Carlos Fernando?"[170]

170 Outros detalhes da relação de Carlos Lindenberg com seu filho, o empresário Cariê Lindenberg, podem ser encontrados em um dos livros deste último: Lindenberg, Cariê. *Eu e a Sorte*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2002. (EFS)

Capítulo Cinco

Desenvolver para sobreviver

Capítulo Cinco

Desenvolver para sobreviver

No início de 1960, o presidente norte-americano Dwight Eisenhower visitou o Brasil, assinando com Juscelino Kubitschek uma declaração pela democracia, sob protestos da União Nacional dos Estudantes (UNE), enquanto uma convenção nacional do PTB homologava a chapa Lott-Jango para as eleições de outubro. Deixando o Ministério da Guerra, o marechal Lott se desincompatibilizou para entrar em campanha, sendo substituído pelo marechal Odílio Denys.

No Espírito Santo, Carlos Lindenberg obteve inesperada ajuda financeira do governo federal – pura sorte, na definição do governador. A Leopoldina Railway fora constituída como concessão dos estados de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo a uma empresa inglesa. Ao final de cem anos, seu patrimônio deveria ser doado aos estados por onde transitava. O governo de Minas foi o primeiro a se interessar pela desapropriação por parte do governo federal.

O Espírito Santo também recebeu, a fundo perdido, o equivalente na época a Cr$ 1 bilhão e 900 milhões, em parcelas de Cr$ 200 mil, recebendo, até a saída de Carlos, Cr$ 1 bilhão e 500 mil: "Ainda deixei mais ou menos Cr$ 900 mil para meu sucessor". Em sua *Mensagem* à Assembleia Legislativa, ele afirmava que, "conquanto os orçamentos para 1960 e 1961 também consignassem consideráveis déficits" – quando assumiu o governo o déficit teórico previsto correspondia a 51,4% da receita orçada – "foram eles encerrados com superávit, graças ao recebimento da receita extraordinária representada por dívida do governo federal em decorrência da encampação da Estrada de Ferro Leopoldina. Nessas condições consideramos não terem sido totalmente vãos os nossos esforços no sentido de atingir a meta – restabelecimento do equilíbrio orçamentário".

O dinheiro permitiu a construção de estradas asfaltadas como a de Cachoeiro-Alegre-Guaçuí e a de Colatina-Barra de São Francisco, que só chegou até quase a metade, e, também, a construção da Usina de Suíça. Conta Carlos Lindenberg:

— A Usina de Rio Bonito já havia sido construída por Jones e a Escelsa criada no governo de Chiquinho. No primeiro ano, só procurei pagar as dívidas. Não pagamos todas, mas pelo menos colocamos em dia o salário dos funcionários públicos e procuramos

diminuir a dívida do estado, sem pedir dinheiro emprestado nem nada, mesmo porque naquele tempo não havia organismo para isso. Conseguimos algumas verbas federais para a eletrificação porque inclusive as verbas de eletrificação que o governo anterior havia recebido foram gastas com o funcionalismo. De modo que tive de prestar contas de um dinheiro que havia sido destinado para a eletrificação e recebeu outra destinação, pois só então poderia receber a segunda parte da subvenção e começar a Usina de Suíça: Cr$ 500 milhões. Tratamos então de começar a usina para complementar as necessidades do estado em matéria de energia elétrica. Deixamos a usina bem adiantada, pois não pudemos terminar, mas deixamos também os recursos necessários para o pagamento do restante da obra.

Naquela época, a produção industrial contribuía apenas com 10% para a renda total do estado. "Nessas condições", afirmava Carlos Lindenberg em sua *Mensagem* à Assembleia Legislativa, "incumbe ao Governo adotar providências enérgicas no sentido de criar condições mínimas capazes, não apenas de impedir a evasão dos capitais do estado, como também visando a atrair, estimular e radicar novos investimentos, de tal forma que se faça registrar uma elevação no índice percentual de sua contribuição para a formação da renda total do estado. Já no que concerne à produção agrícola, o problema se nos apresenta bastante diverso, vez que a sua participação na renda total do estado excede a 50%. Entretanto, no cotejo das atividades que contribuem para a constituição desse percentual, se evidencia o predomínio do café, que consigna uma parcela de mais de 65%. Se esta primazia nos tem proporcionado alguma euforia econômico-financeira, por outro lado as crises periódicas por que passa a cafeicultura brasileira determinam, no Espírito Santo, reflexos mais intensos que em outro qualquer estado produtor da rubiácea. Essas oscilações do café são uma constante de apreensões e dívidas; só a diversificação das culturas nos conduzirá ao desenvolvimento agrícola, libertando-nos definitivamente das inconvenientes algemas da monocultura".

Para "acelerar o desenvolvimento do estado", já que "a luta é de sobrevivência e estagnar não significa, hoje, estacionar, senão mesmo perecer, cumpre-nos desenvolver para sobreviver", Carlos criou grupo de trabalho que propôs algumas medidas "vitais para a economia do estado e que depois seriam aperfeiçoadas nos governos seguintes", conforme afirma seu filho, Carlos Fernando. O Conselho Técnico, organizado em maio de 1959, estabeleceu como diretrizes para estudos os seguintes itens:

- Siderurgia (posição do estado em relação à produção nacional; diretrizes a serem tomadas em função da posição geográfica do estado);
- Geografia industrial (levantamento de uma carta geoeconômica estadual);
- Agricultura industrial (tipos de cereais e grãos a serem produzidos com vistas à industrialização); e
- Levantamento da realidade econômico-social do Espírito Santo.

Em fevereiro de 1960 foi realizado o Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, contando com a participação da Federação do Comércio (fundada em

1954) e da Federação das Indústrias (fundada em 1958), bem como do Serviço Social Rural (criado em 1951 para atender aos projetos sociais do governo federal na área rural). Em outubro de 1960, em solenidade no palácio, Carlos Lindenberg criava o Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codec), para estudar a possibilidade das seguintes ações: (a) adaptar o Banco do Estado do Espírito Santo a um programa amplo de crédito agrícola e reestruturá-lo em face da possível criação da Carteira de Desenvolvimento Econômico (com Américo Buaiz, José Saade, Guilherme Pimentel Filho, José Ferrari Valls, Carlos Lindenberg Filho); (b) instituir uma Caixa Econômica Estadual (José Sinval Lindenberg, Pedro Merçon Vieira, Armando Rabelo, Asdrúbal Soares, Arthur Gerhardt Santos, Eugênio Sette); (c) conceder favores fiscais às indústrias no sentido de radicar as existentes e atrair novas (Grey Prado de Freitas, Alvino Gatti, Aldo Franklin dos Santos, Arthur Gerhardt Santos, Pietrangelo de Biase); (d) obter recursos para a Carteira de Desenvolvimento Econômico (Armando Rabelo, Pedro Merçon Vieira, Eugênio Sette, Carlos Lindenberg Filho, Pietrangelo de Biase).

O resultado foi a apresentação de três projetos de lei que foram enviados à Assembleia Legislativa em dezembro de 1960. Em fevereiro e em agosto foram aprovadas as leis que criavam, respectivamente, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Fundo de Crédito Rural. O projeto que permitia a concessão de incentivos fiscais às indústrias pioneiras que viessem a se estabelecer no estado baseava-se em lei federal que previa a recuperação desse tipo de investimento em até doze anos. O projeto só seria aprovado em janeiro de 1962, concedendo, pelo prazo de três anos, isenção de impostos às indústrias que se instalassem no Espírito Santo.

Vários projetos foram examinados em Punta del Este, no Uruguai, durante a conferência da *Aliança para o progresso*, programa do governo norte-americano lançado pelo presidente John Kennedy. O Espírito Santo foi o primeiro estado brasileiro a receber recursos internacionais – no caso, Cr$ 600 milhões para criação da Carteira de Crédito Agrícola no Banco do Espírito Santo e Cr$ 2 bilhões e 300 milhões para construção da Usina Hidrelétrica de Suíça. Carlos rememora:

— Pedro Merçon, na Secretaria da Agricultura, fomentou várias culturas, como cereais e essas coisas todas, e depois eu mandei que ele estudasse a fundação da Carteira de Crédito Agrícola do Espírito Santo, e a Comissão da Codec apresentou o projeto na conferência de Punta del Este. Com isso injetamos os recursos recebidos na Carteira, recursos que, aliás, foram pagos em parcelas. O crédito agrícola é muito interessante. Nós o tínhamos aqui desde 1937, mas um lavrador que queria um empréstimo tinha que preencher promissórias endossadas, arranjar dois ou três avalistas. Quer dizer, era um crédito comercial como outro qualquer; nunca tinham feito crédito agrícola nenhum. E eu estava com aquilo na cabeça, não gostava daquela história. Queria fazer uma carteira de crédito agrícola mesmo, arranjar empréstimo de juros menores e de prazo maior. E insistia sempre com os diretores do banco, mas, quando eu falava nisso, José Valls ia logo metendo a mão no bolso, tirava um lenço e começava a chorar, mas chorava lágrimas mesmo, com medo

de quebrar o banco. Até que afinal veio essa oportunidade e eu consegui. No final do ano perguntei a Valls, que achava que o agricultor não tinha responsabilidade para cumprir suas obrigações com o banco: Me diga uma coisa, quantos lavradores deixaram de pagar?. Ele respondeu: Doutor Carlos, nenhum. Alguns até pagaram adiantado.

"A intenção," revela o filho, Carlos Fernando, "era emprestar para plantar com orientação, porque o crédito agrícola tem essa característica especial, tem que ser orientado. Não é o sujeito dizer assim: Quero o empréstimo para plantar café. Tem que ter um técnico para ir lá ver se plantou, essas coisas direitinho. Então foi feita uma nova articulação que deu à lei o sentido de tentar, através do crédito rural e da Acares (que hoje é a Emater)[171] a indução às novas culturas, além do café."

O Fundo de Crédito Rural não procurava apenas "fomentar a produção, dentro da imprescindível necessidade de diversificar as culturas, senão também permitir-lhe um sentido eminentemente social, reconhecidas as dificuldades e os obstáculos com que se defronta o pequeno agricultor", dizia Carlos em *Mensagem* à Assembleia Legislativa. "A este será facultado, inclusive, recorrer a empréstimos para completar gastos domésticos e de subsistência, para melhorar as suas condições de habitação ou mesmo regularizar os títulos de sua propriedade. Com um limite-teto de empréstimo até 120% do salário mínimo mensal vigente nas diversas regiões, com prazos dilatados até seis anos, com taxas módicas e juros e possibilitando sua obtenção, inclusive, pelos não proprietários, representados em sua grande maioria pelos parceiros, meeiros e pequenos agricultores, estamos seguros de que o Espírito Santo operará considerável transformação econômica e social em sua estrutura agrária".

A mudança dos destinos econômicos do estado continuou em 16 de dezembro de 1960, quando se explodiram as primeiras rochas às margens do rio Santa Maria, no local chamado Suíça, para a construção da nova usina hidrelétrica. No meio das autoridades (entre elas o general José Lindenberg, presidente da Escelsa, muito sério e compenetrado) surgiu de repente Mané Maluco. Guilherme Ayres tentou avisar aos amigos: "Nós estamos roubados, se der chance ele apanha o microfone". E foi o que fez. Saudou todo mundo, o povo e se enrascou: "Estamos aqui para inaugurar a pedra fundamental do lançamento da Suíça. S de sucesso, U de ufanismo, I desse infernal barulho e Ç... Com o cê-cedilha eu não vou me enrascar não. É saçaricante."

O Espírito Santo deixava de pertencer aos estados que, segundo a definição do Conselho Nacional de Economia, integravam a Classe C, caracterizada por estes fatores: unidade de economia primitiva, acelerado processo de descapitalização e consequente em-

171 Criada em 1956, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo – Acares teve diversas de suas atividades absorvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater-ES a partir de 1975; elas são exercidas, na atualidade, pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper. Cf. http://www.fundagres.org.br/downloads/pi-mamao/2005_cap_14.pdf. Acesso em 29/11/2009. (FA)

pobrecimento e despovoamento, desaparecimento da classe média, baixa taxa de produção de energia elétrica e aceleração da alta dos preços dos bens de consumo.

Na primeira etapa, a Usina de Suíça teria potência de 30 mil KW; no sul, concluía-se o projeto de aproveitamento da cachoeira da Fumaça; no norte, construía-se a Usina de Rio Preto, no município de Barra de São Francisco; em Nova Venécia, elaborava-se o projeto de construção da Usina de Cachoeira do Inferno. Conta Carlos:

— Com a Suíça dobramos a capacidade de energia elétrica. Não só cobrimos a região de Vitória, como também estendemos linhas até Alfredo Chaves e mais tarde até Cachoeiro. Para o norte, estendemos até Linhares, colocamos energia em 23 municípios (naquela época eram 44). Eu queria colocar água e energia elétrica em Anchieta, porque era um compromisso com um morto, que era Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Fiz, mas depois meteram o pau. Quando mandei José Lindenberg, que era presidente da Escelsa, a Anchieta para estudar a viabilidade de estender até lá a energia de Rio Bonito e da Usina de Suíça, ele voltou e disse: Carlos, é melhor mudar Anchieta aqui para perto, pois fica mais barato do que botar energia lá.

Ao procurar obter junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) um possível financiamento para a Usina de Suíça, Carlos teve a resposta rejeitada: o banco não fazia mais transações com o Espírito Santo "por se tratar de um estado relapso no cumprimento de obrigações contratuais ali assumidas". Na Contadoria Geral do Estado ele descobriu que, embora registrando um crédito de Cr$ 21 milhões, as prestações vencidas e os juros elevavam-se a mais de Cr$ 150 milhões, numa dívida geral de Cr$ 430 milhões, representando 90% do valor das hidrelétricas de Rio Bonito e Suíça. A recomposição só foi possível depois de entregues ao BNDE Cr$ 80 milhões correspondentes às seis prestações vencidas no governo anterior.

Com o acirramento da crise econômica cafeeira em 1961, o governo Lindenberg, junto com a Federação das Indústrias do Espírito Santo e da direção da Companhia Vale do Rio Doce, conseguiu que a sede da Companhia fosse transferida para Vitória. O governo Jânio Quadros indicou o engenheiro Eliezer Batista, então superintendente, para a presidência. A empresa passou a investir mais intensamente no estado, o que elevou a taxa de exportação do minério e a taxa anual de arrendamento do cais de minério de Paul, cobradas à CVRD, e criou condições para a instalação da indústria siderúrgica. Em junho de 1962 o estado e a CVRD assinaram contrato de Cr$ 375 bilhões para a construção do porto de Tubarão.[172]

Em junho de 1958 o BNDE havia aprovado o projeto de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória: 9 milhões de dólares e participação societária do banco na empre-

172 Estas informações podem ser confirmadas em Silva, Marta Zorzal, op. cit., p. 362. Ver também da mesma autora seu livro sobre o assunto, *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Vitória, Edufes, 2004. (EFS)

sa, através da subscrição de 200 milhões de dólares. A implementação dos investimentos iniciou-se no segundo semestre de 1959, aumentando-se a capacidade de produção da aciaria de quarenta mil para trezentas mil toneladas de aço por ano, em perfis leves, médios e pesados.

Uma das indústrias beneficiadas com recursos do Plano de Metas do governo federal foi a Fábrica de Cimento Barbará, do complexo industrial Itabira Agroindustrial S/A (Fábrica de Cimento Nassau). Ela se instalou no parque fabril às portas das jazidas de calcário da Fazenda Monte Líbano, numa área de quinhentos hectares. Em 1930 duas empresas tentaram fazer sobreviver no local a Fábrica de Cimento Portland. Em 1935, no período do interventor Bley, o grupo gaúcho Barbará colocou-a em funcionamento. Posteriormente, a indústria foi vendida à família Volpini, que a transferiu, a seguir, à família Montini.

O presidente Kubitschek esteve no Espírito Santo para a inauguração da Escola de Aprendizes Marinheiros em Vila Velha, da estrada asfaltada Vitória a Guarapari e para uma visita às usinas de Rio Bonito e Suíça.[173] Em visita ao estado, o embaixador do Japão, Yoshiro Ando, propôs um convênio com a Pacific Consultants do Brasil para a promoção da rizicultura nos vales úmidos capixabas, entre eles o vale do Orobó. O embaixador dos Estados Unidos, John Moors Cabot, também visitou Vitória, assim como o embaixador da República Federal Alemã, Herbert Dittmann, elogiando as condições que o estado oferecia ao incremento de atividades industriais. Dittmann visitou, a seguir, os municípios de colonização alemã.

Quem organizou as recepções para as personalidades internacionais e para o presidente Kubitschek foi Paulo Fundão. Apesar de não serem grande coisa os vencimentos naquela época, a equipe era estimulada por Carlos. Milton Caldeira reconhece que "a gente ia cedo e trabalhava muito, naquele apego à causa pública, uma vontade de acertar, o prazer de colocar o Espírito Santo para frente, acho que isso era um estímulo muito grande".

Como Dona Maria se via "em verdadeiro desespero, porque dias antes tinha que preparar tudo para receber os visitantes", Paulo a assessorava. Ele se aposentara, aos 45 anos, no governo de Jones (entrara no serviço público estadual aos quinze anos como contador e relações públicas). Tinha experiência desde a visita de Vargas, que era muito amigo de Jones; por ocasião das manifestações no Senado contra Getúlio, Jones fez um discurso reconhecendo que o ditador fizera muita coisa errada, mas também fizera o voto secreto, atitude em que foi apoiado apenas por um senador, Dornelles, parente de Vargas. Quando visitou Vitória, na época da campanha de Jones para governador, Getúlio disse da sacada do hotel Tabajara para o povo: "O meu candidato é o doutor Jones dos Santos Neves e peço a vocês para votar nele." Depois, qualquer coisa que o estado precisasse do governo federal, "Getúlio mandava imediatamente atender, inclusive autorizou abrir a estrada Vitória a Itabapoana, com asfalto".

173 Essa visita presidencial ocorreu em novembro de 1960. (FA)

Em 1954, durante a inauguração da ponte de Linhares, Paulo Fundão foi encarregado de organizar um "almoço papal", assim chamado por causa da quantidade de pessoas. Houve um percalço na organização. Carlos lhe dissera: "Vai ver se arranja mais uma moqueca de robalo pro Getúlio que ele gostou muito." Mas os convidados haviam comido tudo. Paulo "ficou muito sentido", ainda mais porque uma semana depois Getúlio se suicidou.[174]

Em outra ocasião, em Vitória, houve um almoço em homenagem a Vargas no Clube Saldanha. Mas Paulo estava tenso: um dia antes da chegada de Getúlio, vieram do Rio membros do gabinete civil e da segurança, tratando de todos os detalhes. Mas apareceu no palácio um homem idoso querendo falar em particular com Paulo. No Salão Nobre, o homem contou sua história: "Seu Paulo, o senhor, pelo amor de Deus, me ajude. Essa noite eu acordei às quatro horas e ouvi uma voz me dizendo assim: Vou matar Getúlio Vargas! Não me deixa matar." O homem começou a chorar e Paulo, com receio de que os seguranças o ouvissem, telefonou para um médico, que veio pessoalmente verificar a situação. Mas o velho começou a gritar: "Não me deixe matar Getúlio", e o jeito foi convidar a polícia para acompanhá-lo até seu barraco, onde ficou vigiado até a partida de Vargas.

Paulo coordenava tudo, inclusive quem sentava ao lado de quem nas recepções. Não podia haver falha. Mas, como muita gente recebia convite e na última hora não desmarcava, Paulo sempre tinha um membro da equipe de sobreaviso. Uma vez faltou o representante da Polícia Militar e a secretária Netinha o substituiu imediatamente, com prazer: "Os banquetes dessa época eram inigualáveis".

Quando Jânio Quadros esteve em Vitória, Paulo teve contato, durante um banquete, com a diretoria da Companhia Ferro e Aço, e Jaime de Oliveira Santos convidou-o para trabalhar lá. Impressionara-se com sua capacidade de organização (até mesmo a chegada dos automóveis, a banda de música, os militares perfilados). Antes de se transferir para a Ferro e Aço, no cargo de relações públicas, Paulo foi ser diretor de administração na LBA, junto com Dona Maria. Ela encontrara tudo organizado, mas "ficou meio com medo de enfrentar uma coisa nova". Era muito encabulada ("Eu não sei pedir voto, nunca pedi um voto àquelas pessoas que iam lá para serem atendidas.").

Devido à sua inexperiência, Dona Maria recebeu orientação de Tomás Tommasi, inclusive para uma experiência-piloto, então inédita no país: a recuperação de menores carentes, dezesseis deles, numa casa de padres, que se dedicavam à fabricação de sapatos no bairro Jardim América. Mas os padres e a comunidade se revoltaram contra a ideia. Dona Maria foi lá e fez um discurso, citando um trecho do Evangelho que diz "que um pastor,

---

174 Projetada no primeiro governo Lindenberg (1947-50), a ponte Getúlio Vargas foi construída no governo Jones e inaugurada em 22 de junho de 1954, com a presença do homenageado que, como é sabido, faleceu em 24 de agosto do mesmo ano. Essa data de inauguração é registrada na publicação *O Espírito Santo trabalha e confia 1951-1955 – o Estado do Espírito Santo no governo Jones dos Santos Neves*, Vitória, s. n., p. 48, e em Maria Stella de Noves, op. cit., p. 436; já Teixeira de Oliveira registra o evento como ocorrido em 24 de julho, cf. op. cit., p. 475. (FA)

embora tenha ovelhas, quando uma se extravia, larga tudo e vai atrás daquela". O receio maior da comunidade era que os menores não ficavam presos, mas tinham direito de sair do local. Conta ela: "Desses dezesseis rapazes, catorze se recuperaram. Um era absolutamente ruim da cabeça e não se recuperou mesmo. E um deles casou com a assistente social que o recuperou." Dona Maria também criou outra obra social em Olivânia, no município de Anchieta: conseguiu a doação do terreno e ia visitar as obras numa Rural Willys porque naquela época a estrada era muito ruim.

Nesse período, numa viagem à sua fazenda em Linhares, Carlos contraiu impaludismo. Dona Maria, quando viu que ele estava muito mal, ligou para Mário Pinotti, ministro da Saúde, que enviou rapidamente um médico. Carlos foi substituído durante seu afastamento pelo vice-governador Raul Giuberti. Netinha estranhou: o corre-corre o dia inteiro do período de Carlos deu lugar à "vida mansa" com Raul. Ela havia feito um fichário para anotar os despachos, mas os papéis se acumulavam, embora Raul só se ocupasse de assiná-los. Ele deixava o palácio, todo dia, às seis horas em ponto.

Quando ia casar, Orestes Soneghetti convidou Carlos para padrinho de casamento: "Olha, tenho muito prazer de ser seu padrinho de casamento, mas não dou geladeira não, hein?"

Certa vez, houve uma programação oficial em Linhares: Carlos marcara com seu oficial de gabinete, Adjalmir Borges, e seu motorista, Gilberto Sousa, para saírem às 6h30m. No dia seguinte, os dois, mesmo sabendo da rígida pontualidade do governador, resolveram tomar um café na esquina. Quinze minutos depois da hora marcada, surgiu o motorista palitando os dentes. Carlos entrou na camionete e saiu dirigindo sozinho. Adjalmir e o motorista saíram apressados em outro carro: acabaram batendo contra um barranco. Quando chegou a Linhares, à noite, Adjalmir pediu desculpas: Carlos respondeu: "Não tem desculpa porque o senhor fez um papel horroroso, fiquei esperando uma meia hora e o senhor não me apareceu e então vim sozinho."

Uma outra vez Carlos também se aborreceu: foi com um promotor oriundo da Paraíba e que designara para Linhares, a pedido de João Pereira Lima. Toda vez que vinha a Vitória, o promotor reclamava muito. Nesse dia, começou com "um desfile das pessoas ordinárias de Linhares". Iniciou pelo padre ("que realmente não era lá essas coisas, mas sei que foi mandado lá por mim, pois era vigário em Barra de São Francisco e tinha feito um serviço de catequese muito bom, mas em Linhares se desandou um pouco"). Em seguida, num estilo semelhante: "Seu Fulano é amante da mulher de seu Beltrano, o prefeito é corrupto e ladrão, o juiz é um canalha e um venal". Quando acabou, Carlos perguntou: "O senhor tem mais alguma coisa a falar?" "Não senhor." "Então, por favor, levante-se. Venha cá. Está vendo o porto ali? Tem navios para levar passageiros também. Mas pode-se sair de carro, ônibus e avião. O senhor não pode continuar aqui, pois parece que em Linhares só o senhor que é certo. Então eu o aconselho a sair daqui em menos de 24 horas. Tome uma condução dessas e desapareça."

O promotor saiu "de mansinho" sem se despedir do governador e sumiu por uns tempos. Depois, houve uma vaga de promotor em Barra de São Francisco e Carlos, como "sabia que o juiz de lá era muito brigão", transferiu-o, "pois assim os dois brigavam entre si e tudo bem". Em seguida, ele foi para Mimoso do Sul até se aposentar. Quando encontrou Pereira Lima, Carlos protestou: "Você me mandou um camarada que é um desastre, uma coisa horrorosa." "Quando mandei ele para o senhor eu pensei que fosse consertar, porque já correu oito estados e não se deu bem em nenhum."

Nos fins de semana, Carlos preferia ficar no palácio, porque a casa de verão na Praia da Costa "seria um incômodo, porque incomodaria todo mundo no transporte". Mas, no verão, quando a família passava na casa os meses de janeiro e fevereiro, ele ia para lá nos fins de semana. A criadagem incluía o cozinheiro, o copeiro, o camareiro Gilberto e o motorista, que ensinara todo mundo a dirigir (com exceção de Carlos, que já sabia) e que de vez em quando levava o filho.

O clima de camaradagem permitia que Gilberto se desse o direito de pregar peças no governador e na família. Por exemplo, quando assustou todo mundo com uma "visagem" – comprara papel em rolo, subiu no forro da casa, amarrou num chumbo, e levou-o com um barbante até seu quarto. À meia-noite começou a puxar e Carlos bateu à porta de seu quarto: "Gilberto, parece que tem um troço batendo aí em cima do forro". Respondeu: "Não, doutor Carlos, bobagem. Meia-noite, o senhor sabe como é. Tem dessas coisas que gostam de sair". Mas toda a família se assustara, na sala. Gilberto puxou novamente o fio. "Gilberto, chame o copeiro aí". A família queria ir embora para Vitória, enquanto os três homens saíam para o jardim. Gilberto e o copeiro passaram a noite toda rodando a casa e, no dia seguinte, Dona Maria mandou-o ir a Vitória em busca de uma camionete para transportar toda a bagagem, mesmo reconhecendo "que estou gostando tanto da praia, não queria ir embora por causa de uma bobagem dessas". Gilberto, que chegara a subir no forro da casa na noite anterior, informando que era só um saruê, acabou confessando a brincadeira a Carlos: "Ah não me faça mais isso, você me fez um papel danado".

No palácio, quando ficou noiva, Lurdica interferia na cozinha. Gilberto brincava: "Ih! Hoje é dia que a gente vai comer mal". Ela dizia: "Gilberto, eu quero aprender". O cozinheiro explicava: "Mas pra quê, Lurdica? Você vai casar com esse sujeito, homem rico". Ela respondia: "Não é nada não. Eu tenho que ir pra cozinha aprender. Eu tenho que saber fazer para saber mandar". Quando se casou – no civil, em festa no palácio; no religioso na catedral – "sabia fazer tudo".

Em novembro de 1955, durante a crise que sucedeu à eleição de Kubitschek, Carlos era senador no Congresso Nacional, então sediado no Rio. Ele historia:

— Entrou Café Filho depois de Vargas e então houve outro golpe, porque os políticos achavam que Café Filho estava trabalhando para não dar posse a Juscelino, e então houve uma revolta no Rio. Café Filho se meteu num navio e fugiu junto com Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, porque sentiram que iam ser presos. O governo foi declarado vago porque não se sabia onde Café Filho estava. Então a Câmara e o Senado elegeram Nereu Ramos para ficar até a posse de Juscelino, que já tinha sido eleito. Eu me lembro que trabalhamos três dias sem sair do Senado para passar a vacância do cargo e votar o nome de Nereu como presidente interino. Ele só queria aceitar se fosse com o apoio da Câmara e do Senado, e isso levou dias. Decretou-se então o estado de sítio. No governo de Nereu houve até um período de calma.[175]

Como o presidente do Senado ocupava o cargo de presidente da República, Lindenberg, como terceiro vice-presidente, seria encarregado de empossar o presidente Juscelino e o vice-presidente João Goulart a 31 de janeiro de 1956. Mas, ao tomar um banho de mar em Copacabana, caiu e quebrou o braço. Por isso ficou impossibilitado de comparecer.

Às 19 horas do dia da posse, Carlos Fernando, ouvindo tocar a campainha, abriu a porta do apartamento: era João Goulart, que não conhecia Carlos pessoalmente. "Eu fiquei em dúvida", conta Carlos Fernando, "não podia nem acreditar, Jango chegando ali, o homem tinha acabado de tomar posse. Então levei-o até uma salinha, mas ao invés de sentar no sofá, ele preferiu uma banqueta, que encostou na parede. Como tinha uma perna dura, esticou-a e ficou ali, sentado, esperando. Eu fui até o quarto falar com papai: ele não podia vestir nem camisa, então vestiu um robe de chambre e foi falar com Jango. Os dois ficaram duas horas conversando sobre cavalos, gado etc. E o motivo da visita é que ele sabia que papai não pôde dar posse porque tinha quebrado o braço e por isso achou que tinha que fazer uma visita. Vê que homem: claro que fazia aquilo por interesse político, mas era uma atitude que cativava."

Em 1953 Jânio Quadros venceu as eleições para o governo paulista, tendo aplicado na Prefeitura Municipal de São Paulo uma política de contenção de despesas e moralização administrativa, o que lhe deu forte apoio popular. Depois, foi deputado federal pelo Paraná.[176] "Varre, varre, vassourinha, varre, varre a bandalheira" era seu *slogan*

175 Essa descrição dos fatos relativos ao "contragolpe preventivo de 1955", como ficou conhecido o movimento político comandado pelo marechal Lott, supostamente para garantir a posse de JK, pode ser confirmada no livro de uma especialista no período, Benevides, M. V. M. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, op. cit., p. 98-9; mas o texto seminal sobre os episódios de 1955 continua sendo o de Bento Munhoz da Rocha, Radiografia de novembro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961. (EFS)

176 Amylton se equivocou aqui a respeito da trajetória política de Jânio Quadros. De fato, em março de 1953, Jânio, que já fora vereador e deputado estadual, elegeu-se prefeito de São Paulo com o famoso lema do "Tostão contra o Milhão". No ano seguinte, 1954, renunciou à prefeitura e elegeu-se governador do estado de São Paulo, derrotando, desta vez, o popular Ademar de Barros; seu governo foi muito marcado pelo lema da "moralização administrativa", como lembrou Amylton. Em outubro de 1958, sem renunciar ao governo do estado e já preparando a candidatura à presidência em 1960, elegeu-se com

durante a campanha presidencial. Uma vez visitou Carlos no Rio: "Falou, falou, falou e não disse nada, também eu não dei entrada". Ao contrário do que fazia em campanha, compareceu "muito bem arrumado, muito chique". Carlos relembra:

— Faltando uns quinze dias para a eleição, recebo um telefonema de São Paulo, era Mauro Lindenberg me pedindo audiência aqui em Vitória. Eu imediatamente concordei e até gostei. Foi no palácio: ele veio insistir comigo para que aderisse a Jânio, que já estava eleito. Eu estaria muito bem com Jânio se aceitasse. Eu disse que não faria uma coisa dessas porque seria uma traição. E não queria ficar marcado como traidor. Mauro ficou lá conosco, dormiu lá, e depois foi embora. Era tesoureiro da campanha de Jânio. Jânio não ficou zangado por isso e em tudo que eu pedia ao governo federal eu era atendido. Por exemplo, foi nomeado diretor do SAPS[177] um camarada que naquela época era meu inimigo. Eu o tinha processado umas três ou quatro vezes por calúnia, embora os processos ficassem lá na Justiça e acabassem arquivados. Mas achei que aquilo era um ato contra o governo do estado. Então passei um telegrama a Jânio e no dia seguinte ele o demitiu e colocou outra pessoa. E outras coisas que eu consegui.

Jânio começou o governo acusando a administração anterior de descontrole e prometendo um governo moralizador. Disciplinou o horário dos funcionários e reduziu os vencimentos de militares no exterior. Proibiu briga de galos e biquínis nas praias e determinou que as corridas de cavalo só fossem realizadas aos domingos e feriados. Na política externa, ampliou os contatos com países socialistas, inclusive condecorando Ernesto "Che" Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. No mesmo dia esteve em Vitória para inaugurar um novo setor da Companhia Vale do Rio Doce, sendo recebido por Carlos e voltando à tarde para Brasília. Conta Carlos: "Ele iniciou o governo até bem, de modo meio peculiar; governava por meio de bilhetinhos, mandava bilhetinhos para ministros, para funcionários e todo mundo tinha medo dele. Adotou um tipo de roupa diferente, tipo safári, de cor bege." Conta Netinha: "Cheguei a ficar com dor de cabeça de tanto atender telefone, porque Jânio vivia se comunicando com todos os governadores." Após a visita do presidente, Carlos comentou com a secretária: "Você sabe, Netinha, que sou contra Jânio. Não votei nele e acho que ele não está fazendo muita coisa boa. Não está fazendo muita coisa pelo Brasil. Ele não vai dar certo."

Jânio tinha contra si toda a imprensa do país e o Congresso. "No Congresso," queixava-se ele, "as mensagens que eu enviava não caminhavam. O projeto de lei antitruste era

---

grande votação deputado federal pelo Paraná, sem assumir o cargo, entretanto. Cf. Skidmore, op. cit., p. 154. (EFS)

177 O Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS foi criado em 1940 e extinto em 1967 e destinava-se a fornecer refeições a preços populares e gêneros alimentícios básicos aos trabalhadores. Cf. João Bosco Bezerra Bonfim, *A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer*, in http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/especiais/AfomenoBrasil.pdf. Acesso em 29/11/2009. O nome da pessoa exonerada foi omitido a pedido da família do biografado. (FA)

acusado de esquerdista e mutilado; o de remessa de lucros era acusado de direitista e afinal substituído por outro". Carlos Lacerda, governador do Rio, denunciava a articulação de um golpe, objetivando a instauração de uma ditadura janista à moda da república francesa de De Gaulle. No dia 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou. Já na visita a Vitória, Herbert Levy dissera a Carlos que Jânio se tinha mantido sóbrio até junho. "Depois de junho passou a beber mais de um litro de uísque por noite, daí desandou. Foi a bebida que o levou à renúncia," Carlos supõe.

Na ocasião, Carlos estava em São Paulo com o objetivo de proferir uma conferência para estudantes que nem chegou a acontecer. Tomou conhecimento da renúncia do presidente quando almoçava com os governadores Carvalho Pinto e Ney Braga, de São Paulo e do Paraná, e com o ministro do Trabalho de Jânio, Castro Neves. Relembra ele: "Ficamos muito preocupados, mesmo porque Dirceu Cardoso já tinha lido a carta de renúncia, não sei como ele pegou a carta e leu lá na Câmara. Carvalho Pinto se despediu de nós para ir conversar com Jânio, que já tinha chegado ao aeroporto de Cumbica. Continuamos almoçando, mas quase ninguém conseguiu mais comer e dali a pouco Carvalho Pinto voltou e disse que achava que nós deveríamos ir com ele para conversarmos com Jânio; para ver se ele tomava outra atitude; para ele não renunciar. Nós não estávamos sabendo que o Congresso já estava votando a renúncia dele. Então fomos todos juntos no automóvel do ministro."

Jânio estava muito pálido, de olhos vermelhos, um pouco alterado. Já eram dezesseis horas, a sessão do Congresso em Brasília havia terminado. Jânio disse aos visitantes: "Renunciei, está renunciado e está acabado." Carlos ponderou: "Presidente, o senhor me desculpe, acho que o senhor cometeu um engano em tudo isso. Pressões todos sofrem. O senhor hoje tinha mais apoio do que quando foi eleito. Homens como eu e Mauro Borges éramos contra o senhor e hoje o estamos apoiando. Como nós existem inúmeros pelo Brasil a fora."

Jânio continuou: "Renunciei porque estava sofrendo pressões internas, pressões externas e pressões ocultas." "Que pressões ocultas, presidente?" "Nesta renúncia eu recebi o apoio absoluto das Forças Armadas, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Imaginem os senhores que quando fui comunicar aos três ministros das Forças Armadas a minha renúncia as lágrimas vieram-me aos olhos e então virei-lhes as costas e dei uma caminhada para me recompor. Quando me virei, imaginem os senhores, um homem daquele tamanho, o ministro da Guerra, Denys, chorando. Renunciei. Está renunciado, vou ser professor e está acabado."

Tocou o telefone. Dona Eloá Quadros apareceu à porta. A chamada era para Jânio. Jânio saiu para atender a ligação e ela entrou na sala e sentou-se numa cadeira. Virou-se para Castro Neves e disse: "Castro Neves, sabe qual a minha maior preocupação hoje?" "Qual a sua maior preocupação? Talvez a gente possa ajudá-la." "A minha maior preocupação é saber com quem vou deixar os meus quatro cachorros, porque nós vamos viajar amanhã de manhã para o exterior." Fez-se silêncio e Carlos chegou a pensar: "É tudo doido: ele, a mulher e tudo".

Toda a equipe do governo, tensa, foi esperar Carlos no aeroporto. Netinha ficou sozinha no palácio; por isso lhe disseram depois, de brincadeira: "Se você quisesse, tomava o poder".

Carlos evoca os acontecimentos que se seguiram à renúncia de Jânio:

— Ele renunciou, vim embora para o Espírito Santo, não houve mais a conferência. Uns quinze dias depois, recebo um telefonema de Juracy Magalhães: ia passar em Vitória e seguiríamos juntos para o Rio. Até esse momento João Goulart estava no exterior e Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, havia assumido a presidência. Fomos direto para o Ministério da Guerra e lá encontramos Carvalho Pinto, Magalhães Pinto, o representante do Ceará, Wilson Gonçalves (que depois foi senador), e mais alguns governadores, éramos dez ou doze ao todo. Os ministros militares queriam saber a nossa opinião frente à situação. Pelo que pude sentir, uns queriam a legalidade e outros queriam dar logo um golpe. O ministro da Marinha, Sílvio Heck, era o mais violento de todos. Depois de muita conversa, já de noite, eles queriam saber a opinião de cada um. Quando chegou a minha vez eu disse: Se os senhores quiserem seguir a Constituição, só existe um meio: dar posse a João Goulart. Aí gritou o ministro Heck: Ele é um ladrão, um patife, e isto e aquilo e os outros já haviam dito quase a mesma coisa. Era voz geral, mas para se cumprir a Constituição teriam que dar posse ao vice. Eles se reuniram numa outra sala e quando voltaram ficou resolvido que dariam posse a Goulart, apesar dos protestos do ministro da Marinha, que insistia ainda que Jango não tinha condições para ser presidente da República e que era errado dar posse a ele. Jango, coitado, era um homem muito bom, era um menino grande. Tinha continuado menino, de modo que vacilava muito nas decisões e não tinha capacidade alguma para ser presidente. Foi muito manipulado por Leonel Brizola, cunhado dele, e pelos próprios políticos.

No dia 2 de setembro de 1961, por 233 votos contra 55, a Constituição foi alterada e instituído o parlamentarismo. A 5 de setembro chegou a Brasília, via Uruguai, para ser empossado, o vice-presidente João Goulart. Prestou juramento perante o Congresso como presidente em regime parlamentar.

No segundo governo de Carlos ocorreu uma perda muito sentida por ele. No dia 1º de setembro de 1959 morria, aos 49 anos, Eurico de Aguiar Sales, candidato do PSD a governador em 1954, derrotado por Chiquinho. Eurico fora secretário da Educação durante a interventoria de Jones e, no Rio, diretor do Sesi (que implantou no Espírito Santo), diretor da Sumoc, Superintendência da Moeda e do Crédito, e responsável pela introdução da indústria automobilística no Brasil. No governo Juscelino foi ministro da Justiça e Negócios Interiores (de novembro de 1957 a julho de 1958). Carlos se desesperou com a notícia: seu filho o encontrou com os cotovelos numa mesa, as mãos na cabeça, chorando muito, ao lado de Netinha. Conta Carlos Fernando: "Eurico era muito amigo dele, e além do mais era uma pessoa que estava ajudando demais a ele no governo, porque Eurico tinha

sido ministro e você como governador ter um ministro junto a você é muito importante. Eurico era homem muito sério, correto."

Carlos levou quase todos os amigos, de avião, para o enterro no Rio, porque Eurico "era um homem de muito valor, de uma correção inigualável. Um homem completo, sincero, leal, capaz, sério, honesto, incomparável. Ter perdido a eleição para Chiquinho foi a maior injustiça que eu vi se fazer a uma pessoa".

Outro bom amigo morreria durante o seu governo, o secretário de Educação Bolívar de Abreu, em maio de 1962. Carlos rememora:

— Era um domingo e nós estávamos numa reunião, eu, Emir de Macedo Gomes, Dirceu Cardoso e Carlos Fernando. Estávamos ali, naquela mesa redonda do salão, quando de repente sentimos as portas começarem a trepidar. Então eu disse: Carlos Fernando, olha aí na sacada se está passando algum caminhão ou alguma coisa assim. Ele olhou e disse: Não tem nem navio no porto. Mas o palácio continuou a tremer e ele disse: Saiam daí porque senão esse lustre vai cair em cima de vocês, porque o lustre também tremia. Então toca o telefone e era Jair Coser comunicando que Bolívar de Abreu acabava de morrer. Então houve essa coincidência, uma espécie de aviso.

Em 1959, através de um levantamento, Bolívar descobriu que "dos 1.611 prédios escolares, apenas 457 eram próprios estaduais e construídos especificamente para servir como escolas, evidenciando-se, na oportunidade, um déficit de aproximadamente 1.154 prédios escolares. Registrou-se também um déficit de 16.345 carteiras para um total de 2.232 salas de aulas (1.108 escolas eram de parede de tijolos, 172 de madeira, 331 de estuque ou de adobe e 1.183 cobertas com telhas de barro)". Em 1961 foram construídas 668 novas escolas, distribuídas, em sua maioria, nas regiões de ocupação recente, "e que, por essa razão mesmo, se apresentavam mais carentes de instrução. O governador solicitou à Assembleia autorização para ampliar em 1.200 o quadro do magistério primário e assegurar o aproveitamento de mais de 400 normalistas, como docentes de emergência, com o que estamos assegurando a elevação anual de 200 professoras no decurso de oito anos". Conta Carlos:

— Bolívar de Abreu reorganizou todo o ensino. Havia uma grande demanda de escolas e ele preparou um grande programa de escolas feitas pela comunidade com auxílio do estado, para que as pessoas do povo sentissem que as escolas eram propriedade sua e as conservassem melhor. Fizemos 450 escolas assim, numa espécie de mutirão, onde todos tomavam parte na construção. Na inauguração, nós íamos lá e fazíamos uma festa muito grande. Conscientizávamos a população de que a escola era dela e devia conservá-la. Assim conseguimos um número muito grande de escolas isoladas para atender à gente do interior. Teve uma professora numa fazenda de Guaçuí que assumiu ela mesma a construção da escola. Era uma beleza de escola, sempre muito bem tratada, florida. Não me recordo o nome da professora, só sei que ela não quis auxílio algum do estado. O pai dela é que construiu a escola para ela na fazenda. Inauguramos também o Colégio Estadual no Forte de São

João. Bolívar teve de legalizar também a situação de professores assistentes e contratados, isso levou tempo, foi um trabalho enorme que ele fez.

No setor da Saúde, lembra Carlos, "Carlito von Schilgen fez um excelente trabalho, construindo diversos postos de Saúde. O secretário de Viação e Obras Públicas foi Asdrúbal Soares, que também trabalhou muito, naquela ocasião esse setor estava muito desorganizado. Nós encontramos os cantoneiros (trabalhadores que conservavam as estradas, que eram quase todas de terra) largando o trabalho e voltando para a roça para poderem sobreviver. Até organizarmos tudo isso deu muito trabalho".

— Além da conservação das estradas de terra, tratamos também da construção de estradas asfaltadas. Começamos com a estrada de Cachoeiro a Alegre, que deixamos quase concluída; a estrada de Colatina a Barra de São Francisco, que deixamos quase na metade, e ainda outros trechos. Já havíamos construído a estrada de Vila Velha no primeiro governo, o que deu grande desenvolvimento àquele município; construímos a estrada para Cariacica, que antes era um lamaçal enorme e com a estrada nova dava para ir de Cariacica a Vitória em apenas onze minutos. Espalhamos a eletrificação rural por 23 municípios, justamente para possibilitar a criação de indústrias e melhorar a vida desse povo. Araram-se terras, fizeram-se terreiros, sanearam-se brejos e melhorou-se a vida do pessoal da lavoura.

Com recursos do porto de Vitória, Carlos autorizou a construção da avenida Beira-Mar, margeando a baía: era tudo mangue na ocasião e ficou "aquele colar por fora. A avenida Beira-Mar deu grande desenvolvimento à Praia do Canto. Foi uma festa a inauguração da avenida, com centenas de carros, o povo todo me abraçando."

O Espírito Santo, também no mesmo período, pôde ser incluído nas áreas de atuação da Ceplac, que até então só agia na área do estado da Bahia, através de assistência técnica e de adiantamento de crédito para a cacauicultura, em cooperação com o Escritório Técnico da Agricultura do Ministério da Agricultura. A luta para inserir o estado no crescimento econômico que ocorria no centro-sul do país continuava: embora colocado à margem do projeto da Sudene – criada em fins de 1959 com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial do nordeste – o estado solicitou ao governo federal a criação imediata da Comleste (Comissão de Desenvolvimento do Leste Meridional), organismo semelhante à Sudene. Em sua *Mensagem* à Assembleia, em 1962, Carlos defendeu essa comissão, "que, promovendo, coordenando e executando projetos de desenvolvimento econômico e social de áreas do sul da Bahia, norte do estado do Rio, leste de Minas Gerais e todo o Espírito Santo, virá contribuir, decisivamente, para fazer despertar esta região, cujas potencialidades aguardam a presença da contribuição federal para emergir em empreendimentos da mais alta expressão, num desenvolvimento uniforme, capaz de evitar a marginalização de economias regionais. É que, sobretudo, se faz mister propiciar à área abrangida pela Comleste condições mínimas de competição na corrida dos investimentos industriais com as demais regiões do País, muito principalmente às alcançadas pela Sudene".

Em 25 de setembro de 1961, Carlos discursou também na Assembleia sobre a "dramática conjuntura espírito-santense", afirmando que, "relativamente ao café, verifica-se que a arrecadação percentual do imposto sobre ele incidente, que era de 64,5% nos quatro primeiros meses do ano, em relação ao ano anterior, caiu para 18,6% nos primeiros sete meses, tendo como causa única a política cafeeira do governo federal. Se a queda de arrecadação do imposto sobre esse produto continuar nos meses subsequentes do exercício a decrescer no mesmo ritmo registrado após a vigência do atual regulamento de embarque, teremos uma redução da ordem de Cr$ 345 milhões, a qual se elevará a Cr$ 394 milhões, computando a taxa de defesa do café".

Devido ao excesso de produção de café, o governo federal ameaçava proibir a exportação de cafés inferiores ao tipo 5. Ocorre que os cafés do estado eram os de mais baixa cotação tanto no mercado externo como no interno (em 1.488.221 sacas classificadas pela Bolsa Oficial de Mercadorias, durante o ano de 1959, nada menos de 1.186.750 correspondiam a cafés de tipo 7 e inferiores, ou seja, oitenta por cento da produção espírito-santense). Ainda assim não existiam estoques retidos, a não ser os que correspondiam às cotas de propriedade do IBC (expurgo e consumo interno).

"Mas acabou sendo bom negócio para o estado a erradicação do café", diz Carlos Fernando, "porque acabou-se com o café que não estava prestando mais e financiaram-se novas lavouras. Hoje o Espírito Santo produz mais café do que produzia naquela época, em área muito menor, o que permitiu também reconstituir a fisionomia fundiária do estado. O estado tinha 72 mil propriedades agrícolas, e com a erradicação do café voltou para sessenta mil. Agora está em 71 mil, em função da renovação do café e da entrada de outras culturas. O incentivo, na época, só poderia ser aprovado pelo Congresso Nacional, o que veio a acontecer mais tarde, com muito esforço das bancadas, durante o período ditatorial, com o DL-880, que foi o que começou a induzir o desenvolvimento dessas indústrias menores."

Em face da distribuição de guias de café, o que ocorria no governo anterior, Armando Rabelo foi obrigado a fazer vários processos, pesquisar e localizar testemunhas. Afirmou-se na época que o objetivo era proceder à perseguição política. Mas o próprio general Tércio Moraes trouxe para a comissão administrativa as provas das apurações feitas na Delegacia de Terras de São Mateus. Um dos maiores implicados era um correligionário do PSD, que Carlos demitiu sumariamente. No final do governo, o processo foi encaminhado à Justiça, constando de dezoito volumes. Nunca foi julgado e não se tomou conhecimento mais dele: simplesmente desapareceu.

No governo anterior, Chiquinho havia suprimido, entre outros, o imposto sobre a exportação do café, *ad valorem* de cinco por cento. Na Assembleia Legislativa era preciso "fazer composições para passar as mensagens de Carlos", relembra Cristiano Dias Lopes Filho, deputado na ocasião, "e composição na área política só se faz por troca de favores. Essa história de que é dando que se recebe, isso já havia antes, só que com certa compostura. Então era-se obrigado a aceitar em troca exigências da oposição, e Carlos não transigia.

Em assunto do governo, em assunto de Estado, ele não transigia de jeito nenhum. Então eu ia até o filho, Cariê, e dizia: Não dá, o pessoal não aceita, o governador não transige, fica difícil. Às vezes Cariê conseguia amolecer um pouco a resistência do governador e a gente conseguia compor na Assembleia uma ou outra jogada parlamentar. Mas o fato é que nós conseguimos, Carlos não perdeu nenhuma batalha na Assembleia".

Armando Rabelo também não transigia. Uma vez Carlos precisou de uma lei que modificasse o Código Tributário, revogando impostos e criando ou aumentando outros tantos. Isso porque, como acontecera no primeiro governo, Carlos fazia questão de não deixar dívidas para seu sucessor. Então, revendo decretos de Chiquinho, Armando colocou, sub-repticiamente, entre as modificações que se faziam no texto, a revogação de uma lei que era questão fechada para a oposição. "Quando a oposição descobriu, foi um dilúvio de pedidos de explicação, e nós alegamos que foi um equívoco, mas o texto passou", conta Cristiano Dias Lopes. "Na ocasião, Vicente Silveira, que era da UDN, ajudou a passar a lei e é preciso que se diga que não pediu nada em troca." Na verdade, ele manteve um contato com Armando Rabelo e por isso ajudou o governo.

Capítulo Seis

O grande erro

Capítulo Seis

O grande erro

Em 1962, o estado registrava mais de um milhão de habitantes e Vitória oitenta mil.178 Todo mundo ainda se conhecia. Os rapazes e moças da classe média estudavam inglês no Ibeu, não só porque Kennedy era um presidente jovem e católico, mas também porque todas as novidades vinham dos Estados Unidos. Frequentava-se a lanchonete Bob's na rua Sete de Setembro, que apresentava como atração um conjunto musical tocando bossa-nova e os sucessos americanos. As "domingueiras" no clube Álvares Cabral permitiam a dança até às 24 horas. Aos sábados frequentava-se o Praia Tênis Clube. Tudo dentro do padrão: namorava-se e, de madrugada, todo mundo que tinha nome e sobrenome frequentava o Bob's. No governo de Chiquinho, mesmo proibido, o jogo funcionava numa casa em Jucutuquara, só frequentada por rapazes, e na boate Vagalume, no bairro Campo Grande que, para dar uma satisfação à polícia, apresentava shows com Sílvio Caldas, Nelson Gonçalves, Orlando Silva e outros para uma plateia, no máximo, de dez pessoas. Em outra dependência, que ficava lotada, o público se reunia para jogar.

Alguns dos rapazes eram comunistas; ainda assim domingo pela manhã praticamente abriam o Iate Clube para tomar chopinho. "Mas você aqui, frequentando esses burgueses? Como pode ser comunista? No dia em que você tiver dinheiro vai deixar de ser comunista", brincavam os rapazes do centro – ou da oposição, como preferiam ser conhecidos. Quem não era oposição era "chapa branca", isto é, do PSD.

A plataforma desses rapazes era a imprensa. Seguia-se o lema "guerra é guerra", significando que o jornalismo naquela época se fazia menos em cima de ideias do que de uma paixão desenfreada, como conta Plínio Marchini, que editava a *Revista Capixaba* e o semanário *Sete Dias*. "Havia excessos de lado a lado. Do lado do governo, contra os seus adversários; do lado dos adversários, insultando o governo o tempo todo. Todos os atos

178 Em 1960, a cidade de Vitória já possuía uma população de 83.351 habitantes, que em 1950 era de apenas 50.922 habitantes, o que demonstra que na década de 1950 a cidade teve um crescimento populacional notável, de mais de 60%. Cf. "Dinâmica Populacional de Vitória" de Aurélia H. Castiglioni e Gutemberg Hespanha Brasil. In: *Agenda Vitória: relatórios do eixo sócio ambiental*, Vitória, 2008. http://www.agendavitória.org.br. Acesso em 11/11/2008. (EFS)

do governo eram errados para os da oposição, assim como tudo o que a oposição fazia era errado para o governo. As pessoas podiam ter o talento que tivessem, mas, se eram da oposição, não teriam vez no governo jamais. Já naquele tempo nós nos empenhávamos em insultar o governo do doutor Carlos e eles também nos insultavam através do jornal dele, *A Gazeta*, que representava naquela época o pensamento oficial."

"Naquela época", conta o jornalista Paulo Maia, que começou sua carreira aos quinze anos, "se chovesse fora de época, o culpado era o governador. O carro batia no poste, o culpado era o governador, que não cuidava das estradas. Tudo que acontecia de errado a culpa era do governador. As matérias eram muito opinativas. O sujeito ia para o jornal e escrevia o que ele pensava."

Usava-se politicamente a sentença: "amigo não tem defeito; inimigo, se não tem, a gente inventa". A imprensa era toda partidária, seguindo uma norma em vigor no país inteiro. Não existia meio-termo. "Engajamo-nos no jornalismo aos dezessete anos pelo lado da oposição", revela Maurílio Cabral Perpétuo, que acompanhara o pai, Jadir Perpétuo, aos dez anos, pelo interior, fazendo campanha para Carlos, e começou escrevendo a coluna *Assembleia e outras notas* no jornal *Sete Dias.* "Éramos oposição para não fugir à regra da nossa geração. Nascemos e crescemos, até engatinhar na profissão, vendo Carlos Lindenberg no lado do governo, o lado dominante. Por isso, fosse quem estivesse em seu lugar, iríamos para a luta, combateríamos a situação. Seríamos contra. Está visto que não se tratava de um combate particular. Estabelecia-se, apenas, um lado profissional. Adotamos o nosso. Cuidava-se, enfim, de marcar uma posição. Com muito arrojo e sacrifício, diga-se de passagem. Era muito mais difícil fazer oposição naquele tempo, deve-se imaginar."

Além da *Revista Capixaba*, *Sete Dias*, *Folha Capixaba* (o jornal comunista), *A Tribuna* (do PSP), também *O Diário* fazia oposição. Pertencia na época à Coligação Democrática, isto é, ao governador Lacerda de Aguiar em sociedade com vários políticos. Era dirigido por Plínio Marchini, que viera aos dezoito anos de Cachoeiro para estudar em Vitória e foi ser "repórter parlamentar": "Não tinha a menor ideia do que estava acontecendo, então eu fui instruído, tomei partido, porque naquele tempo não havia o profissionalismo de hoje. Quer dizer: você trabalhava em *A Tribuna*, era oposicionista. Se trabalhava em *A Gazeta*, era governista. Tínhamos que acreditar em alguma coisa, senão não ganhávamos a eleição."

O resultado foram onze processos por calúnia e difamação. Quando governador, Jones dos Santos Neves contratou um técnico americano, recebendo em dólar, para preparar asfalto para as estradas, com saibro e cimento, o que saía mais barato. Jones foi acusado de corrupção quando começou o aterro da Esplanada Capixaba: irregularidades, favorecimentos, apropriação de terras públicas. Na época da construção do parque de exposições agropecuárias em Cariacica, Napoleão Fontenelle foi acusado do sumiço de sacos de cimento, uns quatro mil: isso deu origem a uma comissão de inquérito.

Uma acusação de Marchini em *O Diário* magoou Carlos. Nicanor Alves dos Santos, coronel da PM, oposicionista discreto, fornecera a informação: a Polícia Militar havia

comprado carne deteriorada dos frigoríficos do deputado pessedista Hilário Toniato. "Deitamos e rolamos em cima dessa notícia", conta Plínio. Processado, Plínio foi notificado pela Justiça para revelar o autor da denúncia. O advogado Eurico Rezende (da UDN) convocou várias testemunhas em presença do juiz Edson Queiroz do Valle. "Uma delas foi outro coronel da PM, que levou para a audiência pedaços de carne estragada." No final, todos os processos de imprensa prescreveram. Conta Paulo Maia:

— O pau comia de cabo a rabo, quem estava do outro lado que se virasse. E com isso a gente atraía muita encrenca, muita confusão, principalmente naquela época, em que a Polícia Militar era uma quadrilha de jagunços. Lá dentro, toda a Polícia era dividida. Cada coronel tinha o seu bando. Era comum haver tiroteio dentro do quartel. Uma vez houve um tiroteio dentro do quartel quando mataram dois caras e a gente na rua sempre estava sujeito a isso. Uma vez fui ameaçado por cinco deles, com revólver na cara. Todo mundo trabalhava com revólver em cima da mesa e alguém vigiando, da sacada, a porta lá em baixo, porque *O Diário* tinha uma entrada só, um portão de ferro fechado à chave. Todo mundo para entrar tinha que chamar. Uma tarde Plínio disse: Recebi uma comunicação agora, estão vindo uns jagunços para empastelar *O Diário*. Quem quiser fica, quem quiser pode sair. Nós ficamos na redação, mais dois capangas de Setembrino Pelissari que eram da Polícia Militar e o sogro de Plínio, que levou carabina e espingarda, todo mundo armado. Fechamos as janelas, Alemão, o gráfico, botou a caldeira de chumbo para ferver. De repente subiram a rua Sete um Buick e um Nash, os carros foram subindo devagar, os homens viram tudo fechado, então manobraram e desceram: deviam ter visto pelas frestas os bicos das armas. Estávamos todos armados lá dentro esperando os caras, porque a gente fazia oposição mas cada um tinha que cuidar de si.

Plínio Marchini andava armado, mas, canhoto, usava o revólver no bolso esquerdo da calça. Dirigia um Citroën. "Quando um dia eu saltei perto de *O Diário* e abri a porta do Citroën, o revólver caiu do meu bolso, bateu no paralelepípedo e disparou. Mas eu não percebi, só escutei o tiro e vi que o carro tinha sido atingido exatamente no friso da porta. Tomei um susto terrível, achei que estava sendo atacado. Quando procurei o revólver instintivamente no bolso, não achei, ele estava no chão. Aí percebi que tinha cometido um atentado contra mim mesmo."

Uma questão que ocupou durante muito tempo a imprensa foi a do Contestado, a luta pelos limites entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, que já datava de mais de um século. Em 1911, os dois governos concordaram em formar um Tribunal Arbitral, composto por representantes das Assembleias Legislativas dos dois estados. O laudo final dizia: "Se pelo auto de demarcação de 1800 ficou assentado que nessa região servisse de limite a serra do Souza, a própria serra e não a linha de vertentes, como pretendeu-se que, nos pontos em que houve solução de continuidade, se deva recorrer à linha de vertentes, entre tais e tais rios? Se o auto não fala em vertentes e sim em serra, é claro que quis estabelecer como linha divisória a linha de cumeadas e, esta, embora a serra seja interrompida, não se interrompe, pois ficam sempre dois pontos que não

poderão deixar de ser ligados por linhas diretas. Tais linhas preencherão a solução de continuidade da serra dos Aimorés."[179]

A ambiguidade desse texto provocaria mais tarde hostilidades. Em 1938, Carlos Lindenberg, secretário da Agricultura, visitou a região, do que resultou um relatório em que pedia ao interventor Bley para "colocar no local mais escolas, mais policiamento para conter a invasão dos mineiros". Em 1938, Bley insistiu com Vargas para que nomeasse uma comissão (a Comissão Geográfica do Exército) para delimitar as fronteiras. O próprio Carlos insistiu nisso com o Exército, para impedir a invasão, já que a Constituição de 1937, em seu artigo 184, dizia que "os estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais", lembrando, em seu parágrafo primeiro, que "ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal, as questões de limites entre estados". A Comissão do Serviço Geográfico do Exército, que contava, na época, com o então capitão Humberto Castelo Branco, funcionou durante o governo de Jones, fornecendo, ao final, um laudo que favorecia ao Espírito Santo. Contente, o secretário da Agricultura autorizou seu tesoureiro, Paulo Fundão, a comprar "500 mil réis de foguetes Adrianino" para comemorar. Paulo havia fotografado a região: havia uma placa com o nome Gabriel Emílio (depois Mantena), mas os mineiros a substituíram por outra: "Benedito Quintino, ex-Gabriel Emílio". A foto foi anexada ao processo. Porém, "os mineiros daqui viram os foguetes e telegrafaram imediatamente para Minas", comunicando o fato a Israel Pinheiro, que por sua vez avisou ao governador Benedito Valadares. O decreto 1.780 seria publicado no dia seguinte no *Diário Oficial da União*. Mas Valadares compareceu ao local com o ministro da Guerra, o general Dutra, e retirou o decreto que começava a ser impresso. Conta Carlos:

— Estava tudo certo, medido pelo Exército, mas, por causa da política, foi retirado. Nunca mais conseguimos nada. Isto é verdade porque eu tinha um amigo de escola, Murilo Araújo, que era um dos diretores da Imprensa Nacional e que me deu o chumbo com o decreto. Eu entreguei esse chumbo na Secretaria do Governo. Murilo me contou que o governador de Minas estivera lá com o ministro da Guerra para retirar o decreto. Depois fomos muitas vezes a Getúlio pedir para mandar publicar, mas depois foi passando, passando, nunca se teve oportunidade.

O assunto voltaria a ser discutido quando Juscelino Kubitschek, governador de Minas, encontrando resistência para o lançamento de sua candidatura à presidência da República, convidou Jefferson de Aguiar, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito

179 A Questão do Contestado, como ficou conhecida a disputa do Espírito Santo com Minas em torno de seus limites territoriais no noroeste, originou-se do "Auto de demarcação de limites entre a capitania de Minas Gerais, e a nova província do Espírito Santo" redigido e assinado pelo governador Silva Pontes, do Espírito Santo, em 1800. A controvérsia entre os dois vizinhos estendeu-se até 1963, quando foi assinado um acordo pelos governadores Lacerda de Aguiar e Magalhães Pinto. Ver uma discussão dos efeitos do auto em Santos, E. F. dos, "O território do Espírito Santo no fim da era colonial", in Bittencourt, Gabriel (org.) *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória Edufes, 2002, p. 153-87. (EFS)

Santo, para uma conversa: precisava do apoio dos capixabas, dando, em troca, o compromisso de, se empossado, resolver a questão de limites com base no documento técnico do Exército. Jefferson chegou a discursar na Assembleia, em Minas, sendo muito aplaudido.

A questão encontrou resistência durante o governo de Juscelino, porque a bancada mineira, em número superior, resistia à minoria capixaba. Chiquinho era o governador quando surgiu a crise: contingentes das polícias militares dos dois estados foram transferidos para Gabriel Emílio e São Francisco, na divisa, posicionando-se a doze quilômetros um do outro.

Já no primeiro governo Lindenberg (1947-51), os mineiros continuaram invadindo, conquistando áreas e criando povoados no território dos atuais municípios de Ecoporanga, Montanha, Pinheiros: pessoas que se refugiavam do lado de cá por causa de brigas pela posse de terras e de cacau. A situação se complicou quando entrou em cena um fazendeiro de café e madeira chamado Fernandinho: tinha uma filha estudando em Vitória e um filho noivo de uma moça em Barra de São Francisco, vendia a maior parte do que produzia a comerciantes capixabas, procurava médico em Colatina, "mas não gostava do clima do Espírito Santo".

As tarifas eram diferentes nos dois estados: o Espírito Santo cobrava mais caro. Os caminhões levavam café capixaba e pagavam imposto no lado mineiro, voltavam para o Espírito Santo e preenchiam falsas guias de café. O mesmo acontecia com a madeira capixaba retirada por Fernandinho. Formou-se até mesmo um grupo de exploração. Daí a imprensa reacendeu uma antiga hostilidade em relação aos mineiros, o que já acontecera durante a Revolução de 30 quando eles invadiram o estado (eles teriam medo de mar, de caranguejo etc.). Conta Carlos:

— O governador de Minas era Milton Campos,[180] da UDN, e então eu mandei para lá o batalhão da Sexta Infantaria para evitar a invasão e a nossa Sexta foi até Mantena (nós considerávamos que Mantena era do Espírito Santo). O destacamento de lá resistiu um pouco, mas acabou entregando a cidade praticamente nas nossas mãos, e sem que precisássemos disparar nenhum tiro. Mas aí Darcy Queiroz, que era secretário da Justiça, quando viu que o negócio ia dar mesmo tiro para lá e para cá, me disse: A munição que tem lá não dá para dar mais do que dois tiros, porque a munição tem mais de quinze anos. Eu disse: Você vai ao Rio arranjar mais munição. Nós não tomamos a cidade, ficamos em torno dela, e diziam que iam chegar reforços de Minas. Milton,

180 Milton Campos foi um dos mais notáveis políticos mineiros do século XX. Udenista, foi candidato derrotado à vice-presidência da República duas vezes: em 1955, na chapa de Juarez Távora, e em 1960 na de Jânio Quadros, além de governador de Minas na mesma época em que Lindenberg governava o Espírito Santo pela primeira vez (1947-51). Em seu governo, realizou profícua obra administrativa nos setores de agricultura e de energia elétrica, além de sustar o empreguismo e recuperar as finanças de seu estado, no que muito se aproxima da própria figura política de Carlos, o que talvez explique em parte a aproximação e a amizade entre os dois, apesar de pertencerem a partidos tradicionalmente rivais. Milton, já próximo do fim de sua vida política, apoiou o golpe militar de 1964 e ainda foi ministro da Justiça no governo Castelo Branco. Uma boa apresentação de seu pensamento político encontra-se em Campos, Milton. *Testemunhos e Ensinamentos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972. (EFS)

que tinha mais juízo do que eu, não mandou força. Nós nos fixamos naqueles pontos e não houve combate. Houve só alguns tiros do destacamento, mas a cidade ficou mesmo em poder deles, depois. Resolvemos então ir para a Justiça, fui ao Rio, contratei um advogado para poder me defender, porque nesse meio tempo, nesse entusiasmo, nós chegamos a ter lá mais de 1.200 soldados. Darcy foi ao Rio, arranjou uma munição boa, mandamos para lá outro batalhão. Um era chefiado por Floriano Rubim e outro pelo coronel Josias de Aguiar. Quando botamos a questão na Justiça, retiramos o batalhão de lá e deixamos os policiais e as escolas em vários pontos para evitar que continuassem a invadir. A questão continuou rolando durante muito tempo, não terminou no meu governo, passou ainda pelo governo de Chiquinho, eu já tinha ido lá com outro governador de Minas, Bias Fortes, e fizemos um acordo, uma espécie de trégua. Mas os mineiros queriam mesmo era empurrar com a barriga e a questão continuou rolando na Justiça até que Chiquinho fez um acordo com Magalhães Pinto. A disputa era em torno de dez mil quilômetros quadrados e então Chiquinho cedeu mais ou menos três mil quilômetros. Gabriel Emílio virou Mantena, mineira. Na época, eu recebi um telegrama de Clóvis Ramalhete propondo a republicação de uns artigos que Carlos Lacerda havia escrito em favor do Espírito Santo, mas o pagamento era muito alto e preferi não republicar nada, porque já eram artigos conhecidos. Então Lacerda passou a não escrever mais a favor do Espírito Santo.

Quem incentivava o conflito, "a defesa do nosso território até a última gota de sangue", era a imprensa, que cobrava uma posição do governador no sentido de atacar os mineiros. Quando alguns jornalistas procuravam Carlos para saber o que acontecia na fronteira, ele respondia: "Estou me louvando nos dois jornalistas que estão lá."[181]

A guerra no front era diferente: à noite, os dois comandos se juntavam para tomar cerveja e farrear; a hostilidade entre mineiros e capixabas não existia nesse momento. A violência era descrita por dois jornalistas, mas eles estavam trancados desde o início do conflito, enviando matérias de última hora, num apartamento alugado em Vitória. Jamais viram o front.

Os jovens jornalistas daquela época não perdiam uma sessão na Assembleia, "porque era um negócio vibrante, era como chegar num filme de bangue-bangue. Era a coisa mais comum um deputado sair no tapa, xingar a mãe do outro, ameaçava-se tiroteio todo dia; todo deputado andava armado. Os deputados que faziam oposição faziam o mesmo. Levavam com mais seriedade a proposta político-partidária", conta Paulo Maia. Mas se apreciava também a eloquência, por exemplo, de Otaviano Santos que, "embora não fosse um homem culto", tinha muita facilidade de guardar frases; fazia muitas citações, construía frases bonitas. Cristiano Dias Lopes Filho, Dirceu Cardoso, Waldemar Mendes de Andrade, Judith Leão Castelo Ribeiro, Oscar de Almeida Gama, Djalma de Oliveira também rebatiam, pelo PSD, as acusações da oposição de que "Carlos passava para Jones, Jones pas-

181 São omitidos os nomes dos jornalistas em questão por solicitação da fonte. (AA)

sava para Carlos", formuladas por Mário Gurgel, Isaac Lopes Rubim, Danilo Monteiro de Castro, Eurico Rezende, Antônio Gil Veloso. Dona Judith, talvez pelo fato de ser a única mulher entre os deputados, era muito destemida. Acabou sendo conhecida como "o único homem da Assembleia".

Foi então que Antônio Gil Veloso, também da oposição, magoou Carlos Lindenberg, ao dizer num discurso que "desde o primeiro dia de governo ele tinha colocado quatro tratores do estado trabalhando na sua fazenda":

— Na mesma hora o meu líder na Assembleia, Hilário Toniato, convidou-o a ir na minha fazenda e ver o trabalho dos tratores. Hilário se prontificou a fornecer até condução. Veio me participar isso. Eu disse que ele tinha feito muito bem e que os carros estavam à disposição. Alguns dias depois Gil Veloso voltou à Assembleia e disse que não ia mais porque eu tinha mandado desmanchar todo o serviço que os tratores tinham feito. Isso não é coisa de gente digna.

Foi quando surgiu, novamente, a expressão "Papa-terra". Aparecera antes, em 1954, quando Carlos era senador: os deputados Floriano Rubim e Oswaldo Zanello em pronunciamento – publicado no *Diário Oficial* em 10 de novembro daquele ano – afirmaram que Carlos era "ladrão de terras do estado". Em carta ao presidente da Assembleia, Carlos solicitou licença para processá-los, propondo que, se se provasse com documentos a afirmação "de que ao longo da minha vida pública tenha praticado, em proveito próprio, qualquer deslize, comprometo-me solenemente a devolver imediatamente ao estado ou a quem de direito as terras que assim haja adquirido, inclusive as benfeitorias que nelas tenha construído, e ainda, a renunciar imediatamente ao mandato de senador que me outorgou o nobre povo do Espírito Santo, como à política, transferindo definitivamente minha residência para fora do estado, independentemente das sanções legais. Se eles não provarem, por meios e documentos honestos, perante essa Casa ou em juízo as referidas afirmativas no prazo de sessenta dias, também terão o mesmo procedimento, isto é, renunciarão, esgotado o prazo acima, aos mandados recebidos, aos cargos públicos que exerçam, à política, e se mudarão definitivamente do estado do Espírito Santo." O fato foi esquecido, mas Carlos voltaria a falar com Floriano anos mais tarde, não sem antes ter afirmado que "terra não se guarda no bolso, mas em cartório".

Em 1922, Carlos e alguns amigos passaram oito dias caçando na lagoa das Palmas, na região que se chamava Sesmarias do Rio Doce, em Linhares, então praticamente uma floresta. "Num só dia conseguimos caçar onze pacas, além de passarinhos, mutum, cuco, oncinha, macacos. Parte da turma voltou de canoa e os outros, inclusive eu, ficamos lá, e dormimos nos barracos de alguns negros." Na casa de um deles havia um pé de banana nanica. Carlos comeu algumas, sentou-se e anunciou: "Um dia eu vou comprar esse pedaço de terra."

Em 1937, quando a Fazenda Monte Líbano de sua infância já fora vendida e ele era secretário da Agricultura, Francisco Pereira Passos lhe ofereceu vender as Sesmarias das

Palmas, 223 alqueires cada uma, por vinte contos de réis (Carlos recebia quatro contos de réis como secretário). Carlos aceitou, mas pagaria em duas parcelas, uma como entrada e outra seis meses depois. Pagou com o dinheiro que recebera quando desfez sua sociedade com a firma Duarte & Fundão. O engenheiro civil Auto Guimarães (que se tornou rico com um prêmio que ganhara pouco antes), estabelecido em Linhares, plantava cacau para diversos fazendeiros. Carlos contratou com ele o plantio de cem mil pés:

— A região estava em progresso, a terra era muito boa para cacau. Eu gostava muito de café, mas preferi cacau não só porque era melhor, mas também porque era o que se devia plantar no rio Doce. Plantamos o cacau a quinhentos réis o pé por ano. Eram cinquenta contos por ano pelo plantio de cem mil pés de cacau. Guimarães me daria o cacau em quatro anos, era justamente o tempo que eu levaria para pagar a ele os duzentos contos, já que eu contratara por duzentos contos cem mil pés de cacau. Era um negócio mais ou menos razoável, não era um grande negócio para ele, mas era o preço da época no rio Doce. De vez em quando eu ia lá e encontrava vinte sujeitos na cama e só dois em pé: o impaludismo era uma coisa horrorosa. Uma ocasião encontrei carne espalhada por todos os cantos. Eles haviam matado 42 porcos-do-mato, tinha uma quantidade de caça incrível. Secavam os porcos e faziam carne seca e viajávamos comendo aquilo tudo.

Em 1939 foi-lhe oferecida a sesmaria de Palminhas por sessenta contos. Carlos se interessou, embora tivesse, um ano antes, interrompido o plantio de cacau por causa de uma seca: só voltaria a plantar em 1940. No entanto, como não tivesse o dinheiro, fez um empréstimo com um amigo e hipotecou a fazenda de Palmas. Palminhas representava 223 alqueires a mais, com trinta mil pés na época. Seis anos depois, quando pagou a hipoteca, Carlos requereu ao estado uma ponta na barra entre as terras e uma lagoa. Havia uma lei, número 1.711, segundo a qual quem plantasse mais de seis mil pés e os conservasse por mais de seis anos teria direito a um hectare de terra gratuito por cada duzentos pés plantados. Ele não era obrigado a requerer o hectare onde estava plantado o cacau e sim onde havia terra devoluta:

— Continuei plantando, paguei tudo a Auto Guimarães, ele me entregou em quatro anos e um cunhado dele ficou aqui administrando. Andei apertado por uns tempos, embora nessa época já ganhasse seis contos de réis como deputado, e com o dinheirinho que sobrava consegui ir levando até certo ponto. Quando a fazenda já começava a produzir, produzir pouco (eu imaginava que fosse produzir com seis anos, mas levou nove anos), coloquei também um gado, mas tive que vender por falta de pasto. Andei passando meio apertado nessa ocasião e fiquei até com vontade de vender a fazenda.

Ele a ofereceu a Pedro Fontes,[182] que conhecera quando construía o leprosário, enquanto governador. Carlos pediu setecentos contos. Fontes tentou dissuadi-lo:

182 Médico baiano; veio para o Espírito Santo na década de 1920 e aqui combateu a hanseníase e foi dono de fazenda de cacau. (FA)

— Você vai se arrepender pelo resto da vida, porque fazenda de cacau a gente não vende nunca. Aquilo vai valorizar muito e vai lhe dar uma renda muito boa. Fazenda é preguiçosa, vai pingando o ano inteiro mas quando começa a dar mesmo, aí é que começa a render. Se você vender vai acabar se arrependendo. Vai ver a bobagem que fez.

— Fontes, eu estou muito endividado, quero me tranquilizar, não aguento mais, vou comprar uns sítios.

— O seu plano está todo errado, fique com a fazenda, deixe de bobagem, não venda de forma alguma. Mas se você quiser vender mesmo me procure. Mas eu vou lhe propor um negócio: vê quanto você precisa e eu lhe adianto isso, sem documentos, sem prazos, sem juros. Vê se aguenta.

Carlos vendeu a casa que possuía na rua Nestor Gomes, em Vitória, por 125 contos, para um descendente de sírio-libaneses. Agradeceu muito a Pedro Fontes, mas dispensou o dinheiro oferecido. "Aí a fazenda começou a dar, um bocadinho hoje, um bocadinho amanhã." Dona Maria lembra que no começo "era difícil chegar lá, às vezes levava um dia inteiro de viagem, porque a estrada era toda de barro e zona de cacau tem barro mole, precisava-se colocar correia e corrente nos carros para se chegar. Chegávamos em Linhares, pegávamos uma canoa e subíamos duas horas o rio para chegar na fazenda". Conta Carlos: "No princípio o cacau custava dezessete réis a arroba, depois é que foi aumentando. Os meus negócios foram se desenvolvendo, tinha madeira também, tinha gado. Nessa ocasião, quando eu estava no governo, é que inventaram que eu era 'Papa-terra' porque tinha terras desde o rio Doce até São Mateus. Isso era uma mentira, uma calúnia, e nunca conseguiram provar nada. Até convidei a quem quisesse para ir e conferir nos cartórios."

O jornal *Folha Capixaba*, comunista, nada comentou sobre o episódio em 1962: em 1954, havia apoiado Floriano Rubim e Oswaldo Zanello nas acusações. Sem que Carlos soubesse, no entanto, o pessoal do jornal pediu a um agrimensor em Linhares para averiguar a denúncia e verificou que Carlos comprara tudo "honestamente, pelo preço certo, tudo certinho. Diante disso, nós botamos a viola no saco, ficou o dito pelo não dito". O resto da imprensa oposicionista aproveitou, já que o udenista Setembrino Pelissari – um dos integrantes da empresa *O Diário* – tentava popularizar a expressão e transformá-la num epíteto.

Os jornais atacaram também quando Carlos fez uma escada no atracadouro de Paul para facilitar o acesso da população às lanchas. "A única obra que ele fez foi a escadinha de Paul", gritava a oposição. Havia estratégias também para votação. Carlos enviara à Assembleia um projeto aumentando o IVC, imposto sobre vendas e consignações. Quando o deputado oposicionista Pedro Vieira, que era cego, foi ao banheiro, Luís de Freitas, de conluio com Waldemar de Andrade, o presidente, correu atrás e trancou-o no banheiro com a chave, que ficava do lado de fora. Imediatamente o projeto foi votado e Carlos ganhou por um voto. Pedro saiu de lá gritando, após a votação, "Voto contra, voto contra".

Mas aquele também era um ano eleitoral. Em maio de 1961, o PSD, em sua convenção, decidira organizar uma comissão "para estudar, junto às demais agremiações partidárias, o problema sucessório, isto sem cogitar de nomes". O PSD tentou articulações com os partidos que normalmente faziam coligação ou o apoiavam e que ainda não se haviam posicionado em termos de disputas eleitorais. Fez aliança com o PTN, recém-constituído, a partir de uma dissidência com o PTB, e recebeu apoio do PRT. O PSP, pelo qual Raul Giuberti se elegera vice-governador, também pretendia indicar um candidato para suceder a Lindenberg, já que atuara apenas como suporte para o PSD vencer em 1958: Giuberti fora prefeito em Colatina, onde tinha muito prestígio. Mas, em janeiro de 1962, isso era apenas cogitação.

No PSD ficara mais ou menos estabelecido que Carlos renunciaria seis meses antes das eleições, de acordo com a Constituição, para se candidatar ao Senado, e Raul Giuberti assumiria o cargo. A convenção do Partido seria realizada excepcionalmente no dia 27 de fevereiro, porque, de acordo com a Constituição, em maio – as reuniões decisórias aconteciam no dia 23, data de fundação – Carlos já deveria estar desvinculado.

Nas várias vezes em que esteve em Colatina, Carlos sempre deixou claro a Raul que lhe cabia assumir o governo para que ele, Carlos, pudesse se candidatar ao Senado. Raul respondia que "não tinha dúvida alguma de que assumiria". Na última visita, Carlos almoçou com Raul Giuberti e disse:

— Estou com a consciência pesada de me beneficiar às suas custas. Você vai ficar seis meses no governo e depois sem cargo algum. Mas espero que você receba uma posição de destaque no governo.

— Absolutamente, doutor Carlos. Não se incomode com isso. Sou vice-governador e é para isso que fui eleito. O senhor não precisa ter remorso que eu estou muito satisfeito. Vem um novo governo e naturalmente haverá um entendimento. Haverá de surgir uma solução qualquer para mim. Eu assumo o governo como devo assumir e vou cumprir a minha obrigação.

— Eu gostaria que continuasse o mesmo esquema do PSP com o PDS.

— Doutor Carlos, como o senhor sabe, houve uma intervenção no PSP e o interventor será nomeado por Ademar de Barros, lá em São Paulo. Asdrúbal Soares foi a São Paulo e deve voltar de lá com a minha nomeação. Dentro de oito a dez dias isso será resolvido.

Estava muito quente em Colatina no final de janeiro. Quando saiu da casa de Raul, Carlos foi tomar um sorvete num bar. Surgiu então um amigo de Raul chamado Pedro Epichin, mestre de lanchas, de ascendência russa, e perguntou:

— Doutor Carlos, o doutor Raul é candidato a governador?

— Epichin, se eu pudesse tirar um candidato do bolso, eu tiraria o doutor Raul como meu candidato. Mas isso não é possível. A gente tem que sentir a média de opinião do partido para então poder dizer quem é o candidato. Eu não digo que ele seja candidato ou não seja. Ele combinou comigo de assumir o governo. Como eu já disse, não posso tirar um candidato do bolso. Isso eu não posso fazer.

No dia 15, passado o prazo, Carlos telefonou a Raul:

— Doutor Raul, Asdrúbal já trouxe a solução da interventoria para a gente continuar com o mesmo esquema?

— Não, doutor Carlos. Mas antes do dia 27 eu vou conversar com o senhor.

Três dias depois, Carlos achou "esquisito, porque não estava combinado" ao ver os jornais de oposição se manifestarem a favor da candidatura de Raul Giuberti a governador. E no dia 27 de fevereiro, data da convenção, Giuberti apareceu no palácio, "muito pálido, muito sério", e Carlos o recebeu na mesa que havia no centro de seu gabinete:

— O senhor trouxe as credenciais?

— Não, doutor Carlos, não trouxe porque também sou candidato a governador.[183]

— Como, doutor Raul? Depois de tudo que o senhor me afirmou? Agora, no dia da convenção, vem me dizer que é candidato? Não é possível uma coisa dessas.

— Sabe de uma coisa? O senhor é que é o culpado.

— Eu?

— É, sim, o senhor disse a Epichin que eu era o seu candidato. Então fizeram aquelas manifestações para mim lá em Colatina.

— Não. Eu disse a Epichin que, se pudesse tirar um candidato do bolso, tiraria o seu nome, mas que a gente tinha que sentir a média do partido para então estabelecer qual seria o candidato. Foi isso que eu disse a ele. Eu nunca seria capaz de dizer uma bobagem dessas.

— Agora não posso mais recuar. Sou candidato de qualquer maneira. Não vou mais assumir o governo.

— Mas, doutor Raul, o senhor vem me dizer isso na última hora, sem mais tempo para nada. Isso não se faz.

— É. Mas agora eu não posso.

Carlos esperou um pouco e disse:

— Está bom. Até logo.

---

183 Na sequência das composições políticas, Raul Giuberti acabou candidato ao Senado, na chapa de Lacerda de Aguiar, e venceu o pleito. Para maiores detalhes sobre essa conjuntura política, consultar Marta Zorzal e Silva, op. cit., p. 401-2. (FA)

Logo depois, Cristiano Dias Lopes Filho e Parente Frota comunicaram a Carlos que iam apoiar o nome de Jones dos Santos Neves (então diretor, no Rio de Janeiro, do Banco Operador) como candidato. Carlos lhes disse:

— Eu acho que ele não é o candidato ideal. Gosto muito de Jones, é meu amigo, sempre foi muito correto comigo. Mas eu acho que da maneira como ele deixou o estado, perdendo as eleições para Chiquinho e passando todo esse tempo fora, não é conveniente ele ser candidato.

— Não, doutor Carlos, nós estamos trabalhando para ver isso.

— Vai ser uma eleição muito difícil.

— Não vai ser não, doutor Carlos.

Na hora da convenção, Carlos informou que Raul se apresentara como candidato de última hora, afirmando que "devíamos fazer um entendimento com ele para ser o candidato". Todos foram contra, Carlos acabou vaiado, sendo defendido apenas por Dirceu Cardoso. Uma corrente apoiava o nome de Carlito von Schilgen, diretor do Departamento de Saúde, e outra apoiava Jones.[184] Carlos conta: "Pela manhã, Carlito estava certo que seria candidato, já havia conversado com o pessoal da convenção. Acreditava que ia dar um banho, seria o candidato e não tinha jeito, todo o esquema estava organizado. Eu tinha muita simpatia pelo nome de Carlito. Além de ser meu sobrinho, tinha sido meu auxiliar, embora eu tivesse minhas dúvidas de que seria indicado."

Havia um impedimento legal para a candidatura de Carlos von Schilgen: a lei exigia que o nome do candidato fosse inscrito na Justiça Eleitoral 45 dias antes da data das eleições, 10 de outubro. Todo candidato a governador deveria ter no mínimo 35 anos de idade. Carlito completaria 35 anos no dia 15 de setembro. Pela lei, ele precisaria ter completado 35 anos no dia 25 de agosto.

Os convencionais do partido tiveram muita pressa para a escolha do candidato. Descobriram que nem mesmo havia uma urna na sede. O jeito foi utilizar o chapéu preto de Carlos, "servindo de cumbuca". Carlos ficou esperando a contagem: saíam votos para Jones e Carlito. Frederico Pretti, que votava em Carlito, não comparecera. Carlito perdeu por um voto. Carlos então disse: "O senhor Jones é o candidato, tudo bem. A Comissão Executiva aprovou o nome dele, mas eu não me responsabilizo pelo resultado da eleição. Os senhores que votaram que se responsabilizem." E teve uma reação inesperada: deu um soco forte na mesa. "Está encerrada a sessão". E saiu, já como candidato ao Senado.

Em junho, Carlos foi a Brasília com o filho Carlos Fernando para tratar de assuntos do governo. Nessa ocasião, o país atravessava um período difícil, com a experiência parlamentarista do governo Goulart. Tancredo Neves fora eleito primeiro-ministro em setembro do ano anterior por 259 votos contra 22 no Congresso. Havia o crescimento da

184 Marta Zorzal e Silva descreve esse episódio; cf. op. cit., p. 395-7. (FA)

inflação, a rápida desvalorização da moeda, o encarecimento do custo de vida, e uma dívida externa calculada em cerca de 3 bilhões e 400 milhões de dólares.

Antes de chegar ao presidente, Carlos encontrou o ministro Antônio Balbino, ex-governador da Bahia, que o chamou a um canto e disse:

— Estou autorizado a convidá-lo para ser o primeiro-ministro.

— Não é possível, o senhor está brincando.

— Você vai ser convidado, mas o presidente mandou sondá-lo para saber se você aceita.

— Não tenho altura para ser primeiro-ministro nem aceito. Quero é ser governador do Espírito Santo e olhe lá, mas primeiro-ministro eu não aceito de forma alguma.

— Estou falando sério. Se você aceitar, sai a nomeação logo.

— Não, senhor. Muito obrigado.

Mais adiante, Carlos encontrou-se com Magalhães Pinto, que lhe perguntou:

— Você foi convidado para primeiro-ministro?

— Fui, Magalhães, mas não aceitei de jeito nenhum.

— Mas aceita, que nós vamos ajudar você de todo jeito. Você vai ser um bom ministro e fazemos questão de estar solidários com você.

Mas, no encontro com o presidente, Goulart não tocou no assunto. Conversou-se sobre política: no ano anterior, registraram-se casos de tentativa de levante e insubordinação na Aeronáutica, em Brasília e em São Paulo, e alguns portos pararam: no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, cunhado do presidente, formou uma rede de emissoras de rádio, a Rede da Legalidade, que irradiava discursos inflamados – chegariam a ser censurados em alguns estados (ver apêndice B) – contra a intervenção dos militares e pela posse de Jango, conclamando o povo à resistência. Mas o presidente não tocou nesse assunto. Carlos Fernando perguntou a ele: "Presidente, Vossa Excelência não tem receio de um golpe de direita, apoiado pelos militares?" Goulart, que nunca encarava o interlocutor, continuou olhando para o chão: "Eu também posso dar um golpe neles, hein? Vou parar o país inteiro."

Segundo Carlos, ele tinha certeza de contar "com o apoio de todos os trabalhadores brasileiros, da Liga Camponesa, etc. Percebi então que ele estava indo na conversa de Brizola, de que podia parar o país todo e nem o Exército, a Marinha e a Aeronáutica teriam força para fazer o povo voltar ao trabalho". O certo é que Tancredo Neves – que estivera no ano anterior no palácio em Vitória, em visita a Carlos, e, muito cansado, pediu a Carlos Fernando, redator dos discursos do pai, que lhe escrevesse um, porque ia, às 16 horas, fazer uma palestra na Escola Normal sobre a Vale do Rio Doce – renunciou a 26 de junho. Auro de Moura Andrade, senador paulista, acabou indicado presidente do Conselho dos Ministros, depois que o Congresso rejeitou, por

170 votos contra 110, o nome de San Tiago Dantas, indicado por Goulart. Mas Auro tomou posse e logo renunciou, dando vez à ascensão de Brochado da Rocha, que teve, também, curta passagem pelo governo. A campanha pela realização do plebiscito para decidir pela permanência ou não do parlamentarismo começava a ser suscitada. Enquanto isso, as greves se repetiam quase diariamente por todo o país, em sua maior parte por motivo de salário e contra a inflação incontida.[185]

Carlos só deixaria o governo no dia 6 de julho. Antes disso, inaugurou a avenida Beira-Mar, que viria a mudar a geografia da cidade de Vitória: as novas perspectivas abertas ao tráfego motorizado foi um dos pretextos invocados pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica para extinguir a velha linha de bondes que servia à Praia do Canto. A construção "reduziu em um terço o tempo gasto no percurso para a Praia, chegando muitas vezes os bondes a circular com apenas quatro ou cinco passageiros". Durante muito tempo, desde o governo Jerônimo Monteiro, os bondes tinham sido o único meio de transporte coletivo da capital, permitindo a ligação do centro com os bairros. Mesmo quando começou a se tornar usual o serviço de transporte à base de ônibus – na década de 1950 – os bondes continuaram a deslizar tranquilamente sobre os trilhos. O mais madrugador de todos os bondes, o *Bagageiro* (popularmente conhecido por *Taioba*), destinava-se a servir à população no transporte de todo gênero de mercadorias. Seriam suprimidos completamente em junho de 1965 e com eles os famosos anúncios fixados lateralmente em seus tetos, como os dos sabonetes Eucalol e Gessy e de remédios como A Saúde da Mulher, Dinamogenel, Rum Creosotado ("Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro que o senhor tem a seu lado. E, no entanto, acredite, quase morreu de bronquite, salvou-o o Rum Creosotado) e *Bromil* ("Tosse?, Bromil, o amigo do peito").

Carlos relembra: "Na oportunidade, eu não estava com muita vontade de deixar o governo, mas Jones achava que eu devia deixar, porque assim facilitaria a minha eleição e a dele. No dia em que eu deveria renunciar ainda telefonei a ele às 16 horas e disse que ainda estava em dúvida se deixava o governo porque não estava com vontade. Mas ele insistiu, dizendo que eu deveria deixar o governo e ir a campo e fazer a campanha. Fui protelando, protelando, até meia-noite. Os amigos achavam que seria melhor deixar porque eu estava um pouco cansado."

Carlos hesitava porque, como Raul Giuberti também pretendia ser candidato, seu substituto no governo seria o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado (por Cachoeiro de Itapemirim) Hélcio Cordeiro:

---

185 Em virtude da objeção militar à posse de João Goulart no final de agosto de 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros, foi introduzido o sistema parlamentarista no país. O primeiro gabinete foi presidido por Tancredo Neves e durou até 26 de junho de 1962. Com a recusa de Auro de Moura Andrade, assumiu em 10 de julho Brochado da Rocha, cujo governo só duraria até 15 de setembro. Em 18 de setembro assumiu Hermes Lima, cujo governo duraria até janeiro de 1963. Nesse mês, um plebiscito nacional restabeleceu o presidencialismo. Cf. Iglesias, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 290-1. (EFS)

— Mas eu achava que ele não tinha credenciais para governador. É por isso também que eu tinha dúvidas na hora de renunciar, para não entregar o estado nas mãos de Hélcio Cordeiro. Acabei foi renunciando bem tarde da noite. Saí do palácio e ele assumiu na mesma noite, ele e todo o pessoal que era contrário a nós. Mas eu já estava preparado: tinha tirado tudo o que era meu de lá. Aí é que eu vi que nós tínhamos dado um golpe errado, desde a primeira noite eu senti isso. Ele ficaria um mês e então a Assembleia elegeria outro. Nós contávamos com um candidato, que a princípio seria eleito, Olímpio José de Abreu. Mas depois apareceu a candidatura de Asdrúbal Soares, que tinha sido meu secretário, eu conversei com ele várias vezes sobre a situação e no final combinamos que ele seria o candidato. Assim ele foi eleito, com o nosso apoio.

Logo ao assumir, Hélcio Cordeiro modificou as coisas:

— Primeiro ele vendeu uma parte da Monte Líbano, que eu havia reservado para montar uma outra fábrica de cimento, se João Santos começasse a encarecer muito o cimento. Por isso tinha reservado uma parte da Monte Líbano. A primeira coisa que Hélcio fez foi vender a João Santos por pouco mais de dez mil cruzeiros. E por aí foi: fez um outro contrato com a Vale do Rio Doce, porque eu estava exigindo uma igualdade com a Companhia num negócio de carvão, e ele fez o que a Vale queria. Não sei se houve propina, mas o fato é que ele facilitou demais o negócio.

Carlos reconhece que ter renunciado ao governo foi um erro:

— De toda essa minha vida de político, só me arrependi de um ato político, que foi a renúncia. Até hoje tenho arrependimento daquele ato porque acho que cometi quase um crime com o povo do Espírito Santo. Porque entreguei o estado a alguém que não merecia esse cargo. Me dá até hoje um aperto no coração quando lembro que cometi esse ato contra os interesses do Espírito Santo, eu achava que o estado nunca me perdoaria por ter cometido aquele ato. Muitos amigos insistiram para que eu continuasse. Mas gente do partido queria que eu renunciasse e acabei cometendo essa asneira.

Na véspera, ele havia escrito um discurso à mão, como sempre, em que dizia que pretendia, após o governo, "recolher-se à vida privada". Mas, por fidelidade ao partido, "disciplinado aos seus julgamentos e orientações democráticos, convocado novamente, senti que não devia desertar, nessa conjuntura difícil e perigosa para a vida política administrativa do nosso estado e grave, por que atravessa o país. Aceitei, assim, minha candidatura ao Senado Federal, onde continuarei a servir dedicadamente ao Espírito Santo e ao país, se merecer, ainda, mais uma vez, a confiança popular, que tanto me tem honrado no passado. Deixo espontaneamente o governo para integrar-me, livre das teias que restringem a ação do governador, nas campanhas políticas, na luta para a renovação dos quadros que terão responsabilidade no futuro quatriênio. Posso afirmar, com toda convicção e sinceridade, que não levarei comigo nem mágoas, nem ódios, nem rancores, sentimentos que não têm guarida permanente no meu coração. Às injustiças, às distorções da verdade, às calúnias, às injúrias, às ofensas, às insinuações malévolas, respondi sempre com fatos e atos positi-

vos, com calma e com tolerância. Por isso mesmo é que, de coração aberto, posso a todos perdoar, isento de sentimentos subalternos, que intranquilizam mais quem os conserva do que a quem são dedicados".

Netinha, a secretária "que tinha o telefone de todo mundo na cabeça" e que não tirara férias durante o período, fora transferida em maio para a diretoria da Divisão de Expediente Escolar. Mas permaneceu trabalhando até o último dia.

Nessa campanha, em comícios, ou onde quer que fosse, ninguém colocava os braços ou as mãos sobre os ombros de Carlos. Por causa do acidente sofrido durante o banho de mar na praia de Copacabana, ele sempre estendia a mão segurando o braço direito. Seu maior pavor, principalmente nas cidades do interior, era ser carregado nos braços, segundo o costume.

Antes de viajar para o interior, ele acordava mais cedo e só ia após a missa, se fosse um domingo. A campanha começara antes, em 13 de julho, quando as rádios Capixaba e Vitória, mais a TV Vitória, anunciavam a participação dele e de Jones numa entrevista. Em Marilândia ele percorreu o município a cavalo. O senador Gerson Camata, na época radialista, se lembra de que ele parava e perguntava: "A senhora não é filha de Fulano, que tinha uma família em Alegre?" Conhecia todo mundo e todas as famílias. Em Santa Leopoldina, o prefeito resolveu ler um discurso muito longo. Em dado momento Carlos tomou o texto das mãos dele e disse: "A outra parte eu leio no carro." Quando assumiu o governo em 1982, Camata – "que deu os recursos para sustentar o desenvolvimento do estado 15 anos depois" – foi conversar com Carlos, mostrando-lhe a situação. Carlos lhe disse: "Meu filho, é duro ser governador. Você tem que guardar o coração no peito e agir só com a razão".

Durante a campanha, Dona Judith Castelo Ribeiro fez uma festa em sua casa, na Serra, em homenagem a Carlos: "Tinha gente como o diabo. Às oito horas fui entrando na casa de Dona Judith. Ela disse: O senhor já chegou, doutor Carlos? Eu respondi: Eu cumpro horários, Dona Judith. Ela virou-se e disse a um menino: O governador já chegou aqui e você não soltou ainda o foguete? Vai lá correndo e solta esse foguete! Tinha um papagaio pendurado na sala. Quando o menino soltou os foguetes do lado de fora, o papagaio voou e ficou pendurado na corrente pelo pé e dizia os palavrões mais horrorosos do mundo, tudo quanto é nome feio. Depois ela acabou rindo também e disse: Menino, tira este papagaio malcriado daqui. Foi o Álvaro, meu irmão, que me mandou este papagaio do Rio e eu não sabia que ele era tão malcriado assim. E o papagaio continuou xingando."

Viajando para Nova Venécia com Napoleão Fontenelle de caminhonete, Carlos encontrou-se com um homem na estrada: "Ah doutor Carlos, como vai? E o senhor, o que está fazendo agora? Não deixou o governo?" Carlos, que dirigia, respondeu: "Não está vendo? Agora eu sou o chofer do doutor Fontenelle." "Não é possível", exclamou o homem, confuso, enquanto o carro saía.

Durante a campanha, Carlos teve um momento de grande mágoa e decepção: seu irmão José Lindenberg publicou nos jornais uma "carta aberta à população capixaba", acusando Jones dos Santos Neves de irregularidade: de ter feito despesas pessoais com dinheiro do estado, quando governador. Carlos conta:

— Jones havia tido um desentendimento qualquer com José Pedro Aboudib que era procurador do estado no Rio de Janeiro. Por isso, José Pedro andou fazendo umas declarações pelos jornais, dizendo que Jones não era correto, que havia feito compras particulares através das delegacias do estado. Nas suas prestações de conta na Secretaria da Fazenda, Aboudib indicava que Jones era desonesto. Sempre achei que não era verdade e sempre disse isso a José Lindenberg, que acreditou na história de Aboudib. José escreveu a carta, mandou publicar, contando todas as histórias que Aboudib tinha lhe contado. Aí eu escrevi uma carta a ele, em particular, garantindo a honestidade de Jones. Em resposta, José me escreveu uma carta malcriada, também em particular. Isso foi às vésperas das eleições, parecia ser uma jogada minha contra Jones. Falei com José pelo telefone e foi daí que nós ficamos brigados durante uns quatro ou seis anos. Desde o início Jones sabia que não era eu, de forma alguma, que estava por trás daquilo.

No comício final na praça Costa Pereira, Carlos Fernando foi o locutor. Convocava o povo através de um serviço de alto-falantes: "O Partido Social Democrata e o Partido Trabalhista Nacional, cônscios das responsabilidades que atingem as organizações encarregadas por seu destino histórico de levar ao eleitorado e ao povo os homens públicos mais dignos que assumam o comando do governo, levam como suas bandeiras e como seus candidatos os nomes de Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg na certeza que eles não desmentirão as tradições de honra e glória do Espírito Santo".

Com o slogan "Sem ódio e sem rancor, Chiquinho para governador", Francisco Lacerda de Aguiar foi eleito em 3 de outubro de 1962 com 114.586 votos na coligação dos partidos PTB, PRP, PSP e UDN. Jones dos Santos Neves (PSD/PTN) recebeu 105.673 votos. Eurico Rezende foi eleito senador pela UDN com 111.897 votos e Raul Giuberti pelo PSP com 88.807. Carlos Lindenberg, derrotado, teve 84.029 votos. Conta Carlos:

— Eram eleitos dois senadores naquela ocasião. Na campanha eles só se preocupavam com a eleição deles e de Eurico Rezende, que também era candidato. Fizeram uns entendimentos com Eurico e uma campanha muito forte contra mim, muito forte mesmo. Dizem que Asdrúbal Soares queria a minha eleição, mas a verdade é que nos cinco meses de governo dele ele fez campanha contra mim. Os dois, Eurico e Raul, combinaram dizer (um negócio até inteligente), na hora de pedir voto a alguém: Você dá um voto ao doutor Carlos e o outro a mim. Então tiraram votos do outro candidato da minha chapa, Olímpio José de Abreu, que teve uma votação muito baixa, e a deles cresceu. Foram muito hábeis. Muita gente afirma que fomos derrotados na contagem de votos. Não fomos derrotados no campo, fomos derrotados na liga. Tínhamos fiscais, mas a própria mesa apuradora em Vitória fechou por oito dias para ajustar as coisas e nesses oito dias não houve fiscalização

nenhuma. Tivemos uma fiscalização muito falha. Eu acho que, se as coisas fossem feitas com lisura, nem eu, nem Jones teríamos perdido essas eleições. A diferença foi pequena, mas foi uma diferença.

Carlos Fernando afirma que o esplendor político do pai aconteceu exatamente quando perdeu a eleição:

— As pessoas não entendem por que ele perdeu a eleição. Uns dizem que, como Eurico tinha muito voto, com a aquiescência dele tirava-se voto dele e dava-se a Raul Giuberti para que Raul tivesse pouco mais do que Carlos. Essa é uma explicação. Não se tirou voto de Carlos, se transferiu voto de Eurico para Raul. A outra explicação é matemática, muito curiosa, porque naquele tipo de eleição – que não existe mais – havia dois candidatos de cada lado. Cada eleitor tinha direito a dois votos. Se ele votasse em Carlos e em um candidato de outro partido, o voto era neutralizado. Então o que aconteceu foi o seguinte: o cidadão que era eleitor de Carlos, ao invés de votar no companheiro de chapa dele, portanto, enfraquecendo os adversários, os fortaleceu. Então, Carlos teve os votos dele mas não teve a sobra dos adversários que, além dos votos próprios, tiveram as sobras de Carlos.

Carlos nunca fez qualquer comentário com a família a respeito da eleição, de que se lembra sem mágoa:

— O município que eu mais beneficiei foi Linhares, onde deixei a ponte quase pronta, coloquei energia elétrica, botei água e esgoto. Quando fui secretário da Agricultura e no primeiro governo fiz o saneamento completo do município, que tinha muito impaludismo (depois todo mundo perdeu o medo dessa doença). Beneficiei Anchieta e Cariacica, colocando energia elétrica e água num e noutro. E foi nesses três municípios que eu sofri as maiores derrotas da minha vida. Fui derrotado em Linhares, Anchieta e Cariacica como se fosse um desconhecido. Fiquei magoado e depois passou. Mas que magoa, magoa.

Como acontecera quando pediu demissão do governo Bley, em 1939, o irmão Fernando Lindenberg voltou a oferecer-lhe "uma mesa em seu escritório de advocacia". Mas Carlos não aceitou: tinha em vista trabalhar na Fazenda Três Marias, em Linhares.

Conta a lenda que a cantora Carmen Miranda, depois de se tornar um sucesso internacional, na volta ao Brasil resolveu passar pela Bahia, cujos símbolos havia popularizado no mundo inteiro, de traje típico a comida e frutos. Foi vaiada, sob a acusação de ter retornado americanizada. Teria saído de lá retirando a poeira dos sapatos. A lenda capixaba afirma que, após a campanha, Jones voou para o Rio fazendo o mesmo. Isso teria tido repercussões negativas.[186]

---

186 Amylton confundiu-se neste trecho. Jones dos Santos Neves mudou-se para o Rio, onde trabalhou na direção de um banco, depois de passar o governo em janeiro de 1955 a seu sucessor e adversário político. Após perder as eleições para o governo do estado em 1962, Jones se estabeleceu em Vitória, onde trabalhou na CIEC, firma de engenharia e construção de seus filhos, até falecer em 1973. Carlos Lindenberg, em seguida à derrota para o Senado em 1962, morou algum tempo no Rio, conforme informado mais adiante. (FA)

Capítulo Sete

A saída honrosa

Capítulo Sete

A saída honrosa

Entre 1963 e 1964, Vitória perdia suas características provincianas e familiares. Os verdureiros já não surgiam nas ruas com duas cestas equilibradas numa vara às costas, oferecendo verduras e legumes de casa em casa. Mas permaneciam alguns hábitos: às 11:30 os funcionários públicos assinavam o ponto, arrumavam a mesa, preparavam mata-borrão, tinta, pena, pegavam os processos, estudavam, verificando a legislação, davam um parecer e encaminhavam. As repartições públicas federais permitiam um lanche; jogava-se baralho após o expediente nos bares. A prostituição abandonara o tempo de glória e de romance ao som de tango e bolero: era já um problema social. Em setembro de 1963, em Mantena, o governador Chiquinho assinava com o governador mineiro, Magalhães Pinto, o acordo do Contestado. A imprensa opositora chamou a data de "Dia da Vergonha": os organizadores da solenidade esqueceram a bandeira capixaba.

Morria o Papa João XXIII e John Kennedy era assassinado em Dallas, no Texas. Crescia a ação dos soldados americanos no Vietnã. Em 13 de março de 1964, o presidente João Goulart realizava o Comício das Reformas, no Rio de Janeiro, com duzentas mil pessoas. Em 31 de março começa a revolução militar, com a deposição do presidente e a posse, no dia 12 de abril, do general Humberto de Alencar Castelo Branco, através de eleições indiretas – 361 votos e 72 abstenções – no Congresso Nacional, para completar o período presidencial que se estenderia até 31 de janeiro de 1966.[187] Afirma-se que no instante da crise Chiquinho estaria presente num batizado de bonecas no bairro de Paul e, como convidado especial, quando lhe perguntaram depois de que lado estava, respondeu: "Do lado da Escola Normal". Uma testemunha afirma que, quase no final de março, antes de viajar para o Rio, ele encomendou ao desembargador José Fortunato Ribeiro, secretário da Justiça, três decretos: o primeiro exonerava um delegado, o outro nomeava um subdelegado e o terceiro demitia o segundo e nomeava um terceiro. Chiquinho explicou. "Eu vou viajar para o Rio. Estou nomeando esse delegado aqui a pedido de uma facção. A exoneração vai dar um bode

187 Para um estudo mais recente sobre o golpe militar de 1964 veja-se o trabalho de Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio, Record, 2004. (EFS)

danado. Então vamos nomear esse aqui que é de outra corrente, mas vai dar uma reação desgraçada. Então já fiz esse aqui exonerando o delegado e fica respondendo pelo expediente o subdelegado."

Durante o levantamento de um escândalo de contrabando de café, ele pediu a Eurico Rezende para fazer um pronunciamento na Assembleia. Seria um discurso violento, dizendo que o governador estava incurso no artigo tal do Código Penal; que deveria haver um *impeachment* contra ele, por omissão, porque sabia da existência do crime e não tomava providências. Chiquinho leu o discurso antes e disse: Eurico, não precisava exagerar. Era só pedir providências e pedir a abertura de inquérito.

Quando tomava conhecimento de um ato ilícito, mas que envolvia um amigo íntimo ou um parente, "Chiquinho procurava embaraçar a ação da polícia e da Justiça". Em 1965, a denúncia de seis deputados provocaria um inquérito policial militar. Em abril de 1966, Chiquinho renunciou, assumindo o governo o vice-governador Rubens Rangel, pouco depois da visita do general Castelo Branco para a inauguração do cais de Tubarão, "o maior embarcadouro de ferro da América Latina". Em fevereiro de 1967, assumia o governo o deputado Cristiano Dias Lopes Filho, que fora um dos principais opositores ao governo de Chiquinho.[188]

Carlos não teve participação na Revolução de 64: "Eu estava sem mandato em 1964. Apoiei a revolução, mas como livre atirador.[189] A gente sentia que tinha de ser tomada alguma providência por parte das Forças Armadas. Meu irmão sempre foi muito discreto, o marechal Lindenberg. Eu dizia a ele: Eu acho que o Exército devia pedir emprestadas as calças daquelas mulheres de Minas para poder tomar uma atitude. Ele ficava meio zangado comigo e nunca abriu o bico, nunca me contou nada do que estavam tramando. E ele era um dos cabeças, porque nessa época trabalhava com Castelo Branco no Ministério da Guerra e era ele quem fazia as ligações com os grupos; mas nunca abriu a boca para falar nada. Quando estourou a Revolução, ele passou sumido uma porção de tempo, só depois é que reapareceu."

A casa dos Lindenberg em Vitória foi alugada à Companhia Ferro e Aço para servir de residência ao seu diretor, logo após as eleições, quando a família se transferiu para o Rio. Carlos Fernando permaneceu porque "podia parecer constrangedor sair de Vitória e deixar a suspeita de que nós estávamos aborrecidos com o estado, e já havia a história de que Jones teria no aeroporto limpado as últimas poeiras do Espírito Santo". Carlos Fernando começou a trabalhar em incorporação imobiliária e publicidade (fora responsável pela pu-

188 Em função do inquérito policial-militar instalado contra seu governo, Chiquinho Aguiar pediu licença do cargo em 31 de janeiro de 1966, assumindo o vice-governador Rubens Rangel. Mas as pressões contra o governador se avolumaram ainda depois disso, praticamente obrigando-o a apresentar sua renúncia, o que fez no início de abril de 1966. Cf. Silva, Marta Zorzal e, op. cit., p. 430. (EFS)

189 No original estava: "Não apoiei, mas como livre atirador.", o que fica sem sentido. (FA)

blicidade durante o governo do pai), na empresa Eldorado. Até que Eugênio Pacheco de Queiroz chamou-o na redação de *A Gazeta*, dizendo: "Meu filho, isso aqui é de seu pai". Carlos Fernando não sabia o percentual das ações do pai e Eugênio acrescentou: "Estou ficando velho e preciso de alguém para me ajudar". Carlos Fernando ficou por um período "ajudando na construção do prédio (na rua General Osório)". Integrou-se "inteiramente" quando Eugênio teve um problema de saúde. Em 1969, quando o administrador da Fazenda Três Marias saiu, ele percebeu que o pai encontrava dificuldades e se ofereceu para administrá-la. O pai disse: "Mas como é que você vai fazer? Você já está com *A Gazeta*, a Eldorado". Carlos Fernando respondeu: "Não, deixa eu dar um treino aí. Se não der certo, eu saio." E conta: "Eu não entendia nada daquilo. Fiquei e gostei." Em 1976 ele inauguraria a TV Gazeta (atingindo dois terços do estado), filiada à Rede Globo. Em fevereiro de 1983, já com duas rádios – AM e FM –, a empresa Rede Gazeta de Comunicações passou a funcionar em sua sede própria, no bairro de Bento Ferreira.

Em 1965 Carlos chegou a ficar alguns dias no MDB (Movimento Democrático Brasileiro): "Naturalmente os partidos acabaram. Foram formados a Arena e o MDB por decreto. Cada político tinha de se ajeitar num desses dois partidos. As opções eram muito poucas. Eles procuravam se alinhar onde a conveniência ditava. Não havia interesse ideológico nem coisa alguma. A questão era se agrupar com o seu pessoal. A suposição era de que, no Espírito Santo, a exemplo do que ocorreu no estado do Rio, os egressos do PSD passariam para o MDB. Eu, por exemplo, escrevi uma carta a Amaral Peixoto, que era presidente nacional do PSD, relatando a situação daqui e não obtive resposta. Então fiquei quieto e vi todos entrarem na Arena. E eu fui para o MDB. Mas depois fui notando que não devia ficar num partido que tinha o Argilano Dario como presidente. Eu me dava muito bem com ele, mas àquela altura achei que não podia dirigir um grande partido no estado, quando ele não era sequer daqui. Em 1966, a Arena me chamou para ser candidato ao Senado. Discuti o assunto com Dirceu, Carlito e Cristiano e cancelei meu registro no MDB. Vi logo que eles queriam apenas o meu prestígio. Um dia chamei Dirceu, Carlito e Mário Nicoletti e disse que do lado de lá, na Arena, onde está a maioria dos meus amigos, estavam me convidando para ser candidato a senador e os do lado de cá, no MDB, onde estou, não me convidam para nada. Estão me abafando o máximo possível. Estou disposto a cancelar a minha inscrição no MDB e me inscrever na Arena. Eu estava acostumado com a vida política há muitos anos, de modo que não senti diferença com o bipartidarismo. Evidentemente que, com o bipartidarismo, o prestígio dos representantes diminui bastante, mesmo porque a Constituição foi completamente modificada, muita coisa que os deputados e senadores podiam fazer, já não podiam mais. Houve uma modificação grande nesse nível."

Carlos não podia terminar sua carreira política como derrotado. Cristiano Dias Lopes Filho, então governador, achava que "o estado estava devendo alguma coisa a ele, precisava resgatar uma dívida com doutor Carlos porque ele não podia ter perdido aquelas eleições em 1962 depois do governo que fez. A Arena havia escolhido Oswaldo Zanello

para ser candidato a senador. Mas, naquela ocasião, ainda estavam muito acesas as divergências entre os antigos partidos. A Arena era a soma dos antigos partidos e Zanello ficou receoso de não receber o apoio das correntes de outros que vinham de outros partidos. Então resolveu não trocar a certeza de uma reeleição para deputado federal pela incerteza de uma eleição a senador. E aí renunciou à indicação. Eu então disse aos meus companheiros: Nós temos que resgatar a dívida do estado com Carlos Lindenberg. Carlos relutou muito, porque sempre foi muito apegado às posições políticas que assumia."

Carlos Fernando foi procurado por Cristiano e outras pessoas, inclusive antigos adversários políticos do pai, para que cancelasse o registro no MDB e ingressasse na Arena. Só que foi procurado no último dia de registro: "Mas papai está lá na fazenda. São duas da tarde." "Mas você vai, Cariê, você vai de qualquer maneira", pediu Cristiano.

Carlos Fernando alugou um avião e escreveu um bilhete numa caixa de sapato, no qual pedia para o pai se vestir e ir imediatamente para Linhares. O avião deu um voo rasante sobre a fazenda e ele deixou cair a caixa de sapato.

— Fui para o aeroporto de Linhares e lá peguei um carro com ele e fui para um botequim. Então expliquei a ele que existia a possibilidade de ser candidato a senador pela Arena, que eu não sabia se isso era bom ou ruim, mas levava essa informação e que o prazo de inscrição se encerrava naquele dia. Se ele quisesse, tinha que correr, para preparar os papéis. Ele disse: Vamos. Foi feito na justiça um requerimento de saída do MDB e outro de entrada na Arena. Dias depois veio a convenção da Arena e ele foi indicado candidato ao Senado.

Havia só uma vaga para senador. Jefferson de Aguiar disse a Carlos que não seria candidato, mas na última hora entrou com uma sublegenda. Sólon Borges concorreu por outra sublegenda. Cristiano diz que a campanha foi feita com a presença de Carlos, "eu fiz questão que ele viajasse comigo em todas as visitas ao interior para fazer campanha". A situação era outra: na derrota de 1962, quando o filho lhe dissera que o resultado era desfavorável até em Cariacica, ele fez um único comentário: Mas nem em Cariacica? E manteve a mesma postura, não fazia promessas, como nunca fizera antes. Certa vez Carlos comentou: "Não sei se uma pessoa com rigidez de caráter pode se eleger sem fazer promessas, porque o povo muitas vezes quer ser enganado também. Muita gente prefere uma promessa do que uma verdade."

Durante a campanha, em Alfredo Chaves, um padre espanhol lhe disse: "Aqui quem tem voto é o Sólon, porque prometeu que vai fazer muita coisa." Carlos lhe respondeu: "Eu não prometi não, eu já fiz. Essa luz que está iluminando a sua casa fui eu quem colocou. Essa água que o senhor bebe fui eu quem colocou." O padre replicou: "Isso é passado, agora queremos aquele que venha dar mais coisa." E Carlos disse: "Então o senhor fica aí com o seu candidato e vá para o inferno."

Foi "uma campanha que deu muito trabalho". Em nenhum momento a família percebeu nele qualquer abatimento. Quando os primeiros resultados mostravam que Sólon

Borges estava bem à frente na capital, Dona Maria, o filho Carlos Fernando e sua mulher Maria Alice, com quem se casara em 1964, viajaram às pressas para a fazenda, onde Carlos se encontrava e onde todo mundo se isolou: combinou-se que não levariam jornais para evitar que ele soubesse dos resultados. "Dona Maria, coitada, vivia chorando, porque era a última oportunidade dele e a última coisa que nós queríamos era que ele perdesse. Todo mundo chorando e ele lá, tranquilo", comenta Maria Alice. No sábado, o administrador chegou e pôs um jornal em cima da mesa e Maria Alice e Dona Maria ficaram irritadas com ele, porque Carlos pegou o jornal e começou a ler: "A coisa vai virar, eu estou ganhando as eleições."

Ainda assim a família ficou preocupada naqueles feriados, "todo mundo arrasado, lá no chão". Quando chegaram a Vitória, a mãe de Maria Alice informou: "Mas que virada bonita! Doutor Carlos passou à frente."

"Eu ganhei com uma boa margem", comenta Carlos. "Tive mais votos que a soma dos votos dos dois adversários e fui eleito".

Dona Maria decidiu morar em Brasília, para evitar a distância e a ponte aérea entre o Rio e a capital federal. Levou todos os móveis, "mudei para Brasília de mala e cuia, procurei arrumar o apartamento a meu gosto, bonitinho e gostoso. Mas nos primeiros tempos eu tinha a impressão de que ia ficar louca, porque não tinha com quem falar, era um isolamento total, não conhecia ninguém, a cidade era muito fria". Mas não falava nada com Carlos para não aborrecê-lo, já que ele trabalhava tanto: ficava no Senado pela manhã e depois do almoço e às vezes continuava lá à noite. No Rio, ela tinha um círculo de amizades, trabalhava na Ala Feminina da Tuberculose do hospital em Itaipava: ensinava tapeçaria a auxiliares. Quando uma amiga do Rio a convidou para um chá, ela decidiu: "É hoje que eu vou sair desse marasmo em que estou". Puxou o assunto de tapeçaria, então em voga, revelando timidamente:

— Eu sou professora de tapeçaria. Se vocês quiserem, eu posso ensinar.

— Não vai ser difícil aprender?

— Não, é facílimo. Vai ser assim: turma de três, que não pode ser mais de três pessoas, três vezes por semana.

Quando saiu de Brasília, oito anos depois, "saí aos prantos, já adorava a cidade, podia ter morado lá o resto da minha vida". Acabou fazendo amizades com senhoras de deputados e senadores de outros estados e também senhoras de ministros do Supremo. "É gente de todo o canto. Carlos era muito amigo de Petrônio Portella, que era presidente do Senado. Então fizemos uma amizade grande e nos reuníamos muito para jantares, estávamos sempre reunidos. Tenho a impressão que isso era por necessidade de aconchego, porque, sendo Brasília uma cidade fria, o pessoal procura se reunir para ter um pouquinho mais de calor humano".

Primeiro vice-presidente da mesa diretora do Senado a partir de 1971, Carlos foi também vice-presidente da Comissão de Projetos do Executivo e membro titular das Comissões de Constituição e Justiça; de Economia; de Finanças; de Minas e Energia; de Relações Exteriores; de Transportes; de Comunicações; de Educação; e de Serviço Público. Em seu maior número, as sessões daquela época eram presididas por ele, porque Petrônio Portella "precisava viajar muito e aparecia mais quando a coisa ficava muito complicada. Eu estudava as matérias que eram apresentadas, votava contra ou a favor". Cristiano afirma que "Carlos era meu ponto de contato em Brasília, mais do que qualquer outro parlamentar, apesar da minha amizade com outros parlamentares como o general Parente Frota, Oswaldo Zanello, Floriano Rubim e Raimundo de Andrade. Quando pleiteei do governo federal autorização para o primeiro empréstimo em dólares que o estado obteve depois da revolução militar (eram dez milhões de dólares e o processo, depois de cumpridas as tramitações, já estava no Ministério do Planejamento, no da Fazenda e no Senado), telefonei para Carlos a respeito do processo. Em 24 horas ele conseguiu a aprovação do Senado. Ele sempre foi um desses companheiros que primeiro se colocava do lado do amigo, em apoio ao amigo. Mas nessa época ele queria ficar recuado, porque não desejava aparecer no noticiário dos jornais". Carlos também era o ponto de contato com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e "foi assim que eu consegui viabilizar vários projetos nossos, sem precisar fazer um esforço muito grande para estar sempre em Brasília".

Conta Carlos:

— Eu fiz aquele projeto para dar assistência social aos fazendeiros, que não era de interesse só do Espírito Santo, e batalhei muito durante três anos. Os comerciantes e os industriais tinham esse benefício, já eram apoiados pelo INPS, e eu achava que os fazendeiros também tinham esse direito. Já os trabalhadores eram apoiados pelo Funrural. Levei isso até o fim, mas depois terminou o meu mandato e o projeto ficou lá engavetado. Daqui eu escrevi duas vezes ao ministro Nascimento e Silva, chamando a atenção dele para o meu projeto e dizendo que teria grande repercussão para o governo, era um eleitorado grande que não tinha apoio algum dentro da Assistência Social. Ele nunca me respondeu. Depois veio uma lei que colocou os fazendeiros não no INPS mas no Funrural. Pelo meu projeto eu não seria atendido, pois já tinha mais de 75 anos, mas pelo projeto que o governo fez votar, aqueles que já fossem fazendeiros antes de completar 65 anos, que era a idade-limite, podiam pagar dois ou três anos e serem atendidos também. Assim, eu sou aposentado pelo Funrural. É a única pensão que eu tenho, além do IPC do Senado.

No princípio, Carlos não gostou de Brasília. "Senti uma nostalgia muito grande porque sempre vivi no meio de montanhas, sentia muita falta de morro e me dava uma angústia, uma saudade! Mas depois foi indo e acabei gostando". A saudade do estado acabou quando foi decretado o AI-5, em 1968, e fechado o Senado pelo presidente de então, Costa e Silva. "Estava tudo muito tumultuado, faziam muita provocação, pagaram os justos pelos pecadores", relembra Carlos.

Por isso, ele veio para sua fazenda e "levamos uma porção de tempo aí na cerca". O apartamento do Rio estava alugado. Dona Maria, para passar o tempo, passou a dar aula na escola da fazenda para as crianças do local.

Carlos teve pouco contato com Costa e Silva: "Estive com ele para tratar de Tubarão e com referência a negócios de café, porque eu pleiteava mais recursos para o governo, para fazer estradas, etc. Costa e Silva me disse que o Espírito Santo era um estado verde, que não precisava daquilo, era um estado muito rico. Mas ele não foi de todo mau para nós."

Em 1968, Carlos discursou defendendo a inclusão da Usina Siderúrgica de Tubarão como obra de "absoluta prioridade", porque esta parte "do litoral brasileiro é o ponto principal, no momento, onde se poderá colocar uma usina competitiva. Não adianta instalar usinas no interior, porque a mão de obra para o transporte do carvão, do minério e dos transformados encarece de tal maneira o produto que ele não poderá competir com o mercado estrangeiro. Nosso dever é procurar diminuir a exportação de minério e aumentar a exportação de produtos acabados e semi-acabados, dando serviço à nossa gente e valorizando nossa mercadoria. Verificamos o exemplo dos demais países, que estão levando suas usinas para a beira do mar, onde o minério se encontra com o carvão, facilitando principalmente o transporte. Além disso, a nova política é, como disse, exportar semi-acabados, abrindo para o Brasil um grande mercado. Tais países poderão ser grandes compradores nossos, face à conjuntura mundial, no que se refere à produção de aço, sendo certo que há excesso de ofertas de minério de ferro ocasionando o aviltamento de preços, mas, por outro lado, há escassez de produtos acabados e especialmente de semi-acabados, convidando-nos a pôr mãos à obra antes que seja tarde demais. Apelamos para as autoridades responsáveis pelo desenvolvimento do país no sentido de pôr em prática as medidas complementares e necessárias à execução do plano de implantação da Usina de Tubarão".

Em 1969, Lurdica completaria quarenta anos, com quatro filhos adolescentes. Sofria de artrite, "sofria loucamente", tratando-se em São Paulo e até nos Estados Unidos, "tomava muita cortisona, a única coisa que controlava um pouco, mas tinha uma destruição de glóbulos pelo excesso de cortisona que tomava", conta Maria Alice. Uma vez por ano fazia uma transfusão de sangue, recuperando os glóbulos, no que já era quase uma rotina em sua vida. Tinha um apartamento em Guarapari porque se dava muito bem com o clima. Na véspera de viajar do Rio para a cidade, em janeiro de 1971, foi fazer a transfusão. O médico lhe dissera: "A senhora faz a transfusão e vai aproveitar duplamente a sua passagem em Guarapari. Vai com todos os glóbulos direitos." Lurdica conseguia conciliar a doença com uma vida absolutamente normal, mesmo porque era uma pessoa muito ativa.

Após a transfusão, como sempre fazia nessas ocasiões, voltou para o apartamento no Rio, mas começou a sentir-se mal. O marido já dissera ao médico que Lurdica se sentia "muito mole": "Vou deixá-la aqui porque vou trabalhar, no apartamento ela vai ficar sozinha." O médico respondeu: "Não há necessidade, o senhor pode levá-la." Aplicou um antialérgico porque acreditava que ela estava tendo um processo alérgico por causa

da transfusão. Ela ficou deitada o resto do dia. A irmã, Quetinha, ligou para o pai: "Eu telefonei para me despedir de Lurdica (que vinha para Guarapari) e Aloísio disse que ela não está bem, está muito mole. Vamos fazer uma visita?" Lurdica morava em Ipanema. Uma candidata a empregada doméstica apareceu e Lurdica do quarto avisou: "Diga a ela que volte outra hora, que eu agora estou muito mal". Como o médico dissera que era mais por causa dos antialérgicos, Carlos e Quetinha se despediram e foram dormir. Às quatro horas, o marido telefonou, desesperado, avisando que Lurdica, passando muito mal, estava no hospital. Morreu em seguida. Maria Alice e Carlos Fernando viajaram para o Rio, onde Dona Maria estava desesperada, mesmo porque "ajudara a criar Lurdica e era muito ligada a ela". Durante o enterro, Carlos permaneceu abraçado aos membros da família. Após a cerimônia, todos voltaram para o apartamento: Dona Maria se deitou, Carlos Fernando foi tomar um banho e Maria Alice ficou sozinha com Carlos na cozinha. De repente, ele baixou a cabeça, escondendo-a com os braços e finalmente chorou como uma criança desesperada.

Na mesma época, Netinha, a ex-secretária, sofreu um acidente: caiu de uma escada, quebrou os braços e levou sete pontos na testa. Ele foi visitá-la, ainda sofrendo muito a perda da filha. Netinha nessa época tinha um problema funcional, que custaria a resolver, na Universidade. Quando conseguiu, escreveu-lhe uma carta comunicando o fato, porque ele se preocupara muito com a situação dela. Ele respondeu, à mão, expondo sua satisfação.

Em 1974, Carlos abandonaria a política:

— Se eu quisesse mais um mandato, tenho absoluta certeza de que teria continuado senador, porque o próprio candidato que foi eleito, Dirceu Cardoso, me disse mais de uma vez que, se eu fosse candidato, ele não seria. Mas eu achava que ele deveria ser candidato, mesmo sendo da oposição, porque da oposição eu achava que ele seria o melhor. Eu votei em José Carlos da Fonseca, e Dirceu sabia disso. José Carlos era um candidato muito novo e ainda não tinha uma boa base para se eleger, eu votei nele, mas teve muito poucos votos. Fiz campanha para ele, de acordo com o que o partido resolveu. Quando fiz uma declaração no Senado de que tinha encerrado a minha carreira, dei plena liberdade ao partido para fazer o que bem entendesse. Já em junho, respondendo a uma carta que Eurico Rezende me escreveu, afirmando que eu devia me candidatar, porque ele viria ao estado fazer campanha para mim, eu declarei que não seria candidato.

Ele achava que era hora de "pendurar as chuteiras":

— Eu já estava com 75 anos e achava que mais uma eleição era muito penosa para mim. Não era homem de ficar esperando que me elegessem sem eu trabalhar, de modo que era um trabalho que exigiria muito de mim. E, com 75 anos, não queria ir lá para Brasília e dormir naquelas cadeiras do Senado. Insisti com João Cleophas, com Fernando Corrêa e com Leandro Maciel para que não fossem candidatos. Corrêa não foi e todos eles eram mais ou menos da minha idade. Mas Cleophas e Maciel entraram por um cano desgraçado. Cleophas me disse: Eu quero morrer lutando, e morreu. Eu tinha muito cuidado e

muito receio, digamos assim, de voltar para casa derrotado, achava que seria uma frustração muito grande na minha vida, então preferi encerrar e encerrei mesmo.

Ele se emocionou muito na despedida no Senado (ver Apêndice C) porque quase todos os senadores, discursando, elogiaram sua atuação. Em Vitória, foi convidado pelo governador de então, Élcio Álvares, para ser presidente da Companhia Seguradora do Estado ("a implantação da companhia, que era o mais difícil, eu já encontrei pronta, o pessoal de lá era muito competente, bons companheiros de diretoria. Demos bastante desenvolvimento a ela").

Carlos nunca pensou num sucessor: "Se eu fosse pensar num sucessor, seria meu filho, um rapaz de visão e inteligente. Mas ele nunca quis. Quando fui candidato a senador, ele seria a deputado. Mas ele não quis ser candidato. De modo que eu também não procurei outro. Ele foi convidado por Dirceu Cardoso para ser candidato por Muqui. Foi quando não aceitou. Não admitiu de jeito nenhum. Já tinha idade na ocasião. Quando eu saía do governo em 1962, ele já estava formado e ia morar no Rio. Então pedi a Eliezer Batista, que era presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para arranjar um lugar para ele como advogado da companhia. Mas se você falar para ele que eu pedi, ele não vai aceitar, eu disse. Dias depois Eliezer me disse: Eu convidei, mas ele não quer. Ele me disse que não quer ser empregado, quer ser empresário.

O filho queria, inclusive, entrar no MDB. Contou para o pai, que "não disse nem sim, nem não". Dias depois, encontrou-se com Eurico Rezende e contou a decisão. Eurico respondeu que Adil[190] deveria entrar no partido e isso "ia criar um problema com Carlos". Assim, Carlos Fernando desistiu.

Em 1974 a imprensa capixaba já se modernizara, seguindo as reformas gráficas e editoriais iniciadas pelo *Jornal do Brasil*. Fora-se a época em que o jornalista só seria considerado brilhante se escrevesse pomposamente, vestindo a frase de muitos advérbios e adjetivos. As notícias passaram a ser mais curtas e objetivas, com uma linguagem direta. Uma nova geração de jornalistas aprendera com Alvino Gatti, Plínio Marchini, Cristiano Dias Lopes Filho e José Carlos da Fonseca, que iniciaram a mudança na década de 1950, porém mantinham os editoriais pomposos que foram depois abandonados por *A Tribuna*, numa iniciativa de Cláudio Bueno Rocha. Essa geração já não se encontrava mais no Praia Tênis e no Bob's, este então extinto. O Britz Bar era o ponto de encontro no período do "Eu te amo, meu Brasil", do "milagre econômico", da censura aos meios de comunicação, da expansão dos meios de transporte, de comunicação e da própria cidade, que, junto aos municípios vizinhos, fazia jus ao título de Grande Vitória.

Nessa época, Paulo Maia era secretário de redação de *A Gazeta* e também redator da *Rádio Espírito Santo*. Passava umas notícias para Maurílio Cabral Perpétuo, redator da coluna *Praça Oito*, recebendo uma "gruja" em troca. Como Paulo permanecia até tarde no jor-

190 No original existe um espaço em branco correspondente ao sobrenome dessa pessoa. (FA)

nal, às vezes Maurílio telefonava e, quando atendido, dizia: "Paulo Maia, aqui é seu patrão." Num domingo, a direção do jornal havia telefonado pedindo para suspender uma matéria que envolvia Napoleão Fontenelle numa questão de herança e terras no interior do estado. Em certo momento, Paulo Maia atende o telefone, quase na hora de fechamento da edição. A voz do outro lado disse: "Paulo Maia, aqui é Carlos Lindenberg." Paulo imaginava que Lindenberg, com 75 anos, não teria aquele timbre firme de voz. Pensou que fosse Maurílio, fazendo gozação. Por isso disse: "E aqui é o rei da Arábia, palhaço." O interlocutor riu. Paulo pensou: Se não é Maurílio, só pode ser outro gozador. "Não, Paulo Maia," insistiu o interlocutor. "Aqui é Carlos Lindenberg, pai." "Rapaz, eu estou aqui fechando jornal e você liga para cá às dez da noite com palhaçada. Diz logo o que você quer." "É sobre a matéria do Fontenelle." "Já ligou Cariê, já ligou Seu Eugênio, ainda vem você me encher o saco." "Paulo, eu não queria que saísse a matéria porque é mentirosa." "E quem é você para dizer que não vai sair matéria aqui, rapaz? Agora ficam enchendo o saco por causa dessa merda do Fontenelle. A matéria já está na gaveta, não precisa encher o saco." "Quer dizer que não vai sair?" "Não vai sair nada." Paulo Maia desligou o telefone. Daí a poucos minutos toca o telefone: a telefonista queria saber se ele tinha recebido uma ligação do doutor Carlos que ela passara. Paulo Maia disse que não. "Ah, então deve ter caído", disse a telefonista. Então Paulo pediu a ela que ligasse para a casa de Carlos. Quando Carlos atendeu, era a mesma voz. Paulo explicou: "Doutor Carlos, é o seguinte. É que uma pessoa ligou pra cá há pouco se identificando como o senhor. Como não conheço a sua voz, estou ligando pra ver se é verdade a história de não publicar a matéria, porque já havia uma recomendação. Mas como a pessoa se identificou como o senhor..." Carlos, prendendo o riso, disse: "Paulo Maia, era eu mesmo. Você fez muito bem em ligar pra cá pra confirmar porque essas coisas não podem ser por telefone."

Esse mesmo clima ocorria na redação do jornal. Certa vez, Carlos Fernando encontrava-se em sua sala, ocupado ao telefone, quando o outro aparelho começou a tocar. Um repórter que ia passando atendeu: Aqui é da *Gazeta*. Ah, um momento. Vou verificar. Tapou o bocal do telefone e gritou: "Cariê, trabalha algum Lindenberg aqui?"

Em 1936, duas famílias residiam na casa da chácara da rua Elesbão Linhares, que Carlos comprara quando a Praia do Canto era apenas uma aldeia de pescadores. Cobrava aluguel; com o tempo deixou de cobrar, avisando: "Vocês podem ficar aí o tempo que quiserem, porque no dia que eu precisar, eu peço". Em 1976 ele anunciou que venderia o terreno para uma incorporadora. A família Martins Silva procurou uma casa em Goiabeiras, suficientemente espaçosa para todos os membros que haviam nascido na Praia do Canto. Carlos só vendia o terreno com a condição de que a incorporadora pagasse a casa para as duas famílias. E assim foi feito. Uma das filhas, Helena Martins Silva, lembra-se da despedida: Carlos apareceu, "alegre como sempre, perguntando: Como é, não tem café não?". Sentou-se na varanda, observando as árvores frutíferas e os passarinhos, "tomando aquela fresca", e então disse para Olívio, o pai: "Eu vou durar mais que você, hein?"

Em 1984 Carlos passou a ocupar os cargos de diretor-presidente da TV Gazeta e diretor-vice-presidente do jornal *A Gazeta*, na Rede Gazeta de Comunicações.

Carlos é sempre definido pelos amigos e pelos íntimos como homem extremamente educado. "Nunca o vi de pijama, nem mesmo quando estava doente", conta Maria Alice, sua nora. "Quando ia sair do quarto, se levantar, colocava um robe de chambre. Não anda de pijama na frente de alguém de jeito nenhum. É uma pessoa extremamente carinhosa, mas elegante. Um traço dele que eu acho muito importante é que é um homem muito forte, com vigor. Em 1985 ele teve um problema de próstata e aquela compulsão de urinar. Vivia preocupado, porque ia em lugar público e precisava do banheiro, aquilo dava um constrangimento enorme. Então foi fazer a operação. E o médico dizia: "Doutor Carlos, o senhor tem que marcar para fazer a operação." A minha sogra ficou em pânico. Ele tinha 84 anos. Ela começou a minar a paciência dele, e ele dizia: "Eu estou tão bem e depois da operação vou ficar melhor ainda." Já Dona Maria reconhece "que ele é uma pessoa tão educada e tão fina (e eu digo isso depois de mais de cinquenta anos de convívio) que faz as pessoas ficaram também educadas e delicadas ao lado dele, porque ninguém tem coragem de falar mais alto ou qualquer coisa, ele estando presente. E ele se impõe muito por esse lado, pela delicadeza, pela maneira de levar as coisas. Agora, no meu caso, essa convivência me prejudicou em parte, eu digo como mulher, porque muitas vezes eu deixava de fazer alguma coisa que estava com vontade de fazer, achando que, se eu falasse, ele iria aceitar, mesmo contra a vontade. Só por delicadeza. Então, às vezes, eu me privava de muita coisa para não obrigá-lo a fazer nada. Ele é absolutamente simples, a única coisa que exige, mas não chega a pedir, porque também nunca foi necessário, é que tudo seja limpinho".

Carlos Fernando acha que o pai "foi um homem extremamente equilibrado, de atitudes absolutamente coerentes: as pessoas que fossem da família ou correligionários ou mesmo adversárias sabiam absolutamente o que ele faria diante de tal circunstância. Esse equilíbrio, essa maneira de ser tão coerente gerava uma confiança que crescia cada vez mais".

Uma coerência que permaneceu através do hábito de responder a qualquer correspondência, como sempre à mão. Em 1987 Dona Maria foi visitar a Loja Master e o gerente informou-lhe que a partir daquele dia ela teria um abatimento nas compras. A explicação do gerente foi que "nós distribuímos não sei quantos mil cartões dizendo que tínhamos mudado de endereço, estávamos aqui e a única resposta foi do doutor Carlos".

Em 1985 ele recebeu uma homenagem da Associação do Comércio. Fez um discurso, muito comovido, e, ao fazer uma referência a Dona Maria, porque "sua vida tinha sido um sucesso" e devia isso, em grande parte, "à minha companheira", ele mesmo se emocionou, chorando. Todo mundo aplaudiu. Na saída, ele disse para a nora Maria Alice: "Eu acho que eu estou ficando velho." "Por quê, doutor Carlos?" "Eu fiz tanto discurso na minha vida. Que vexame eu dar aquela chorada."

Uma vez Carlos se definiu como um soldado do PSD. Mais do que um lema que ele adotou, a frase era um verdadeiro princípio de conduta, uma filosofia político-com-

portamental, diversas vezes comprovada por fatos. Sua prática valoriza virtudes como a disciplina, a lealdade, a humildade, o desprendimento, postos, principalmente, a serviço do antigo PSD:

— Eu nunca criei caso nas minhas candidaturas, nunca fui candidato de mim mesmo, sempre fui candidato do partido, e nunca declarei a ninguém que queria ser candidato a isso ou aquilo, absolutamente. Sempre fui convidado e muitas vezes insistiram para que eu aceitasse o cargo, principalmente para governador. Porque eu não queria ser candidato a governador nem da primeira nem da segunda vez.

Ao longo dessa narrativa, ele deixou essa posição bem clara: "Fui convidado primeiro para ser senador, mas depois ele (Jones) me pediu para abrir mão em favor de Henrique de Novaes e assim fiz.[191] No governo de Jones, eu trabalhava de acordo com ele" (era senador, na ocasião); "eu não me candidatei a senador, o partido é que me colocou como candidato"; "sempre aceitei a deliberação do partido e ele resolveu que eu seria candidato a senador"; "na oportunidade, eu não estava com muita vontade de deixar o governo, mas Jones achava que eu devia deixar o governo porque assim facilitaria a minha eleição e a dele".[192]

Mesmo contrariando sua vontade e até mesmo sua intuição política, Carlos deixou o governo em 1962 para se candidatar ao Senado. A derrota sofrida pelo PSD confirmou o erro tático dessa saída, percebido por Carlos na mesma noite em que se afastou do governo. Esse gesto ele amargaria por muitos anos, sentindo-se pessoalmente responsável pelas consequências daquela decisão. Mais tarde, reconheceria: "Política exige muito. Às vezes você tem uma orientação para determinado caso e na hora é obrigado a aplicar outra. O problema é a coerência. Você vai para um partido e adota a orientação dele. Veja como a política é complexa. Não tenho saudades do governo. Não só pela responsabilidade como pela chateação."

Ele também tem um conselho para a atividade política:

— Acho que o bom político deve procurar servir ao seu povo e ao seu estado, mas dentro da verdade e nunca enganando ninguém; não enganar o povo, prometendo uma porção de coisas que não pode realizar. Só deve prometer aquilo que pode cumprir porque é melhor ter menos gente a seu lado, mas gente de confiança, do que muita gente desejosa de obter favores apenas pelas promessas que o indivíduo vai fazendo. Aparentemente aquele que promete muito tem mais prestígio do que outro que não promete, mas, na hora mesmo de luta, aquele que menos promete, mas realiza, é muito mais considerado do que o outro que promete muita coisa que não pode fazer. É muito simples, muito comum você ver um político qualquer prometendo ao povo este mundo e o outro. Mas, depois de eleito,

191 Aqui, Carlos Lindenberg se refere à eleição de 1945; Henrique de Novaes foi eleito senador e ele deputado federal constituinte. (FA)

192 Como antes assinalado, Carlos Lindenberg renunciou ao mandato de governador em 1º de julho de 1950, passando o posto para o vice, José Rodrigues Sette. (FA)

nem se lembra do que prometeu. O que eu aconselho é que a pessoa seja correta, seja séria, seja leal para com o povo e consigo mesma; que encaminhe sua campanha dentro da lealdade, dentro do respeito e da consideração que deve ter, principalmente para com o povo e também para com seus adversários.

Carlos é lembrado de muitas formas e maneiras tanto pelos amigos quanto pelos adversários políticos. Em 1936, na Secretaria de Agricultura, chamou um amigo, o português Carlos Castro, que, guiando-se pela via telegráfica, construiu a estrada de São Mateus a Linhares. Não chegou a ser terminada em sua administração, mas a iniciativa partiu dele. Estava sempre presente nas solenidades dos doqueiros e dos estivadores, que ganharam um terreno de Jones e construíram, sozinhos, o prédio da estiva e no dia da inauguração pagaram a última prestação ao engenheiro. O mesmo homem que, também em 1935, ao visitar em Águia Branca ("que naquele tempo era tudo mato"), um aldeamento dos índios, encontrou dois do Espírito Santo, dois do Paraná falando espanhol e um português fingindo-se de índio. Em Vitória, havia um escritório, uma inspetoria indígena, com várias salas, "máquina de escrever, funcionários e o diabo. De vez em quando vinha um general inspecionar". Carlos comentou com o interventor Bley: "Olha, eu cheguei lá, encontrei dois capixabas índios, dois paranaenses com sotaque do Paraguai, querendo ganhar em dólar, e um português fingindo de índio. De modo que vou fazer um ofício ao ministério contando isso e pedindo que feche essa bodega aí para economizar para o país. E eu fiz. Uns três a quatro meses depois fechou o negócio e acabou que o índio que era aqui do Espírito Santo ficou por aí mesmo. Os outros dois foram embora para o Paraná e acabou o aldeamento dos índios".

Mas Carlos sempre foi mesmo "um agricultor nato", como afirma Waldemar Mendes de Andrade: "Ele é lavrador e tem uma capacidade extraordinária para entender o lavrador, o nosso agricultor. Mais do que essa capacidade só a sua habilidade política, a sua inteligência e a sua honestidade". Isso se evidencia até mesmo em sua linguagem, fiel às origens de menino nascido em fazenda: "abacaxi de sete cascas", "pegar o pião com a unha", "uma porção de tempo aí na cerca" são expressões comuns em sua conversa.

Diversas vezes, nesta narrativa, ele deixa clara a sua preocupação com a zona rural: "Não foi um governo (o de 1947-51) de grandes realizações, a não ser na parte da agricultura"; "Como senador, eu tomava parte em todas aquelas campanhas a favor do estado e lutei pelo homem do campo"; "Eu queria que houvesse alguma providência no sentido de não tirar o homem do campo para o Exército pois a maioria depois não queria voltar e eu achava que esta questão devia ter um tratamento especial, ou o pessoal do interior fazer o serviço do Exército lá mesmo ou ser excluído do Serviço Militar"; "Fui também muito amigo de Milton Campos, ele era um homem muito seco, mas um homem do interior"; "Eu sempre vivi no meio das montanhas, eu sentia muita falta de morro". Ao longo de sua carreira política, essa preocupação esteve implícita na luta pela instituição da Carteira de Crédito Agrícola no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo; na proposta a Getúlio para extensão do projeto de casas populares ao homem do campo; mesmo na

crítica ao presidente Juscelino ("esqueceu a lavoura") e ao marechal Lott ("não tinha cheiro de égua"). Ou, ainda, em sua definição de governo:

— Eu acho a carreira política muito ingrata. O político é muito respeitado, encontra muito companheirismo enquanto tem uma posição saliente, mas acabou aquela posição o camarada está sozinho. Como eu costumo dizer: o sujeito para ser governador é o mesmo que montar num burro bravo, junta uma porção de gente para segurar o burro. Um segura na orelha, outro segura no rabo, etc. e tal. Bota o sujeito em cima do arreio, aguenta e mete o chapéu na cara do burro para ele pular. E o sujeito está lá em cima sozinho e não tem jeito de se segurar, tem que pular sozinho. Bota um outro sujeito lá em cima no governo e no dia seguinte desaparece todo mundo.

Menino de roça tem costume de andar com canivete para descascar fruta – laranja, manga, goiaba. Numa ocasião, numa recepção elegante e sofisticada no Palácio das Laranjeiras, no Rio, Dona Maria, conversando com amigas, perdeu-se de Carlos. Passou a procurá-lo e de repente encontrou-o de *smoking* com o príncipe D. Pedro de Orléans e Bragança. Assustou-se quando viu que Carlos tirava algo do bolso. Os dois estavam comparando os canivetes que carregavam. Ambos eram colecionadores.

Da Fazenda Monte Líbano não existem nem mais os restos das cumeeiras. Mas ficam a memória, o sabor e o cheiro; a luz da lua, das estrelas, mesmo do cometa Halley; os sons dos animais no meio da noite; o riso dos italianos em suas festas; as empregadas ao amanhecer, cantando simplesmente porque era dia e o cheiro de café percorria todas as dependências. Estava-se vivo e era-se criança. Pode ser que não exista mais a força dos sentidos para acompanhar a descoberta das maravilhas. Pode ser que hoje o bacurau seja apenas uma lenda e não uma metáfora sobre a ingratidão. A fazenda não mais existe, é só memória, fora do domínio sensorial e do alcance visual. Permanece, atemporal, na sensação que transmite um canivete, repetida em vários modelos que formam uma coleção. Mesmo porque "fazenda é isso", diz Carlos Lindenberg, "fica fazendo a vida inteira".

Apêndice A

Compromissos internacionais

Apêndice A

Compromissos internacionais assumidos pelo Estado

(Quarenta e quatro dias após assumir o governo do estado, em 15 de março de 1959, Carlos Lindenberg enviou mensagem à Assembleia Legislativa na qual apresentava aspectos relacionados a determinados compromissos financeiros de natureza internacional assumidos pelo governo anterior).

Pelo governo anterior foram assumidos alguns compromissos internacionais relacionados com a aquisição de equipamentos para diversos fins, em relação aos quais não foram observadas as formalidades legais reguladoras da matéria, deixando o Governo, por outro lado, de levar em consideração o fato de não existir dotação própria no orçamento, nem o estado se encontrar em condições de assumir compromissos de tal vulto.

A 26 de abril de 1956, o governador do estado firmou um contrato com a Société des Usines Gema GMBH, com sede em Saint Ingbert, Sarre, para adquirir equipamentos no montante de dez milhões de dólares. Por esse contrato, a referida firma comprometeu-se a obter para o estado do Espírito Santo, na França, na Alemanha e na Dinamarca, não só o fornecimento dos equipamentos desejados pelo estado como ainda o respectivo financiamento. Segundo a cláusula 4ª do contrato, o governo do estado do Espírito Santo obrigou-se a assinar os contratos das compras num prazo de 90 dias até a importância de cinco milhões de dólares, no prazo de 180 dias. Segundo a cláusula 8ª do contrato firmado com a Gema, os litígios suscetíveis de surgir na execução do contrato serão submetidos à arbitragem, em Paris, conforme o Regulamento da Câmara de Comércio Internacional.

Dando cumprimento às obrigações assumidas com a Gema, o governador do estado dirigiu-se à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) por meio de vários ofícios dos quais não encontramos cópia no arquivo da Secretaria do Governo, solicitando licença para importação dos equipamentos encomendados à Gema. Em ofício nº 176/57, de 12 de abril de 1957, dirigido ao governador do estado, a Sumoc transmitia cópia do voto do seu Diretor Executivo, aprovado pelo plenário, do qual constava: Em 24 de setembro de 1956 deram entrada, na Superintendência da Moeda e do Crédito, vários pedidos do Governo do

Estado do Espírito Santo que foram encaminhados às Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio, para os necessários estudos. Cada um desses pedidos veio acompanhado de uma carta do senhor governador do estado, a mim dirigida, salientando que, para poder cumprir um programa econômico que traçou, firmou um convênio financeiro no valor de 10 milhões de dólares com o grupo financeiro Gema e que, com base nesse convênio, efetuou diversas encomendas a fábricas ligadas a esse grupo, para utilização dos citados recursos.

As mercadorias encomendadas pelo Governo do Espírito Santo, através da Gema, são as seguintes, de acordo com cada processo:

a) 200 camionetas
b) 150 furgões marca Mercedes Benz
c) 60 caminhões Berlier Diesel
d) 30 micro-ônibus
e) 50 conjuntos de irrigação marca "Laninger"
f) 300 tratores agrícolas marca "Deutz"
g) 50 motoniveladores marca "Orenstein-Koppel"
h) 50 basculantes marca "Orenstein-Koppel"
i) 1 barco policial marca Schot
j) 30 motores marca Gema de 12 HP
k) 2 equipamentos e instalações completas para montagem de 2 entrepostos frigoríficos
l) 3 barcos de pesca, com a capacidade de 35 toneladas cada um
m) 3 escavadeiras universais tipo pesado
n) 10 grupos geradores Diesel modelo HSA-4-G-140
o) 10 grupos geradores Diesel modelo HSA-4-G-140
p) 10 grupos geradores Diesel HSA-5-G-140
q) 4 usinas para pasteurização de leite
r) 130 unidades "Unimog"

A 22 de janeiro de 1957 o Governador do Espírito Santo dirigia-se novamente à Sumoc solicitando fosse aumentado o pedido de autorização para importação de mais 2.020.476 marcos alemães em máquinas e equipamentos agrícolas a serem importados à Gebrüder Eberhardt, por intermédio da Eberhardt Agrícola Industrial S.A., do Rio de Janeiro. A especificação desse equipamento é ignorada, posto que não existe na Secretaria do Governo, nem na da Agricultura, cópia do expediente de 22 de janeiro de 1957, mencionado no relatório da Sumoc.

O valor do material a ser adquirido em virtude do contrato firmado com a Gema e para cuja importação o governador solicitou autorização à Sumoc, tomando-se por base o câmbio a que tais importações estariam sujeitas na data atual, seria o seguinte:

a) material a ser importado a câmbio de custo atual de Cr$ 81,00
por dólar ou seu equivalente em moeda estrangeira.....Cr$ 383.801.976,00

b) material a ser importado a câmbio de categoria especial de Cr$ 36,20 por dólar ou seu equivalente em moeda estrangeira....Cr$ 2.316.793.272,00

Total.....Cr$ 2.700.595.248,00

A essa importância devem, ainda, ser acrescentados os juros de financiamento, correspondentes a 4 anos, no montante aproximado de trezentos milhões de cruzeiros. Feito isso, o valor dos compromissos assumidos pelo estado com a Gema montam a três bilhões, quinhentos, noventa e cinco mil duzentos e quarenta e oito cruzeiros, ou seja, mais de três vezes a receita geral prevista para o corrente exercício.

Atendendo a que os materiais enumerados nas alíneas a, b, c, e, i, j e r estão, em sua maioria, classificados na categoria especial, que corresponde à antiga 5ª categoria e considerando que os equipamentos enumerados nas alíneas a) e b) poderiam ser importados sob o regime estabelecido pelo Decreto nº 40.260, de 1/1/1956, decidiu a Sumoc autorizar, apenas, a importação do seguinte material:

2 frigoríficos
3 barcos de pesca
30 barcos geradores
4 usinas de pasteurização de leite.

Posteriormente, o Governo do Espírito Santo cedeu ao estado do Amazonas 2 dos barcos de pesca e ao estado de Santa Catarina os 30 grupos geradores.

Com essa redução, a encomenda feita pelo Governo à Ceres ficou limitada a um barco de pesca e a 4 usinas de pasteurização, no valor atual de 5.534.399 coroas dinamarquesas, equivalentes, ao câmbio de custo, a Cr$ 62.781.156,00, importância que possivelmente se elevará a Cr$ 77.507.600,00 em virtude da elevação do câmbio de custo para Cr$ 100,00 por dólar, conforme noticiário da imprensa carioca.

Em virtude de exigir a firma vendedora o aval bancário, foi esse obtido do Banco Sul Americano, com o qual o Governador firmou contrato de aval em 11 de agosto de 1958, em virtude do qual, além da obrigação de recolher ao referido Banco, mensalmente, a importância necessária ao pagamento das prestações semestrais, deveria o estado pagar uma comissão de 4% calculada sobre o total da importância dos avais e mais um e meio por cento semestralmente. Em garantia do aval, o Governo do Espírito Santo entregou os seguintes títulos do patrimônio do estado:

180.900 ações do Banco do Espírito Santo, no valor nominal de Cr$ 100,00 cada uma.....Cr$ 18.900.000,00
24.963 ações da Petróleo Brasileiro S.A. no valor nominal de Cr$ 200,00.....Cr$ 4.982.600,00
20.000 apólices da dívida pública estadual no valor de.....Cr$ 20.000.000,00

Estabelecia a cláusula 6ª do contrato firmado com o Banco Sul Americano:

"6ª – Na falta de cumprimento, nas devidas datas, das obrigações assumidas pelo Governo por força das cláusulas 3ª e 4ª deste contrato, poderá o Banco, após o transcurso de trinta dias do inadimplemento, mandar vender, por corretor de fundos públicos de sua confiança, pública ou particularmente, independente de toda e qualquer consulta, aviso ou intimação judicial ou extrajudicial, os títulos apanhados, para o que fica, desde já, investido de amplos e especiais e irrevogáveis poderes, inclusive os de transigir, receber e dar quitação e assinar transferência. A venda de títulos será feita, entretanto, apenas na quantidade necessária à cobertura da dívida resultante da falta eventual de qualquer dos pagamentos devidos pelo Governo, acima referidos".

Um outro contrato foi firmado com a firma A. S. Frederikssund Skibsvaerft, da Dinamarca, relativo à construção do barco de pesca, definindo os compromissos não só do estado, como da referida firma. Esse contrato assinado pelo Governador estava redigido em língua alemã, motivo pelo qual foi necessário mandar traduzi-lo no Rio de Janeiro para seu melhor entendimento. De acordo com esse novo contrato, o preço de aquisição do barco pesqueiro ficou sujeito a reajustamento decorrente do aumento do custo de materiais e mão de obra no decorrer de sua construção.

O governo assumiu o compromisso de enviar à Dinamarca, após a construção do barco, os homens necessários à formação da sua guarnição, a fim de serem submetidos a treinamento e conduzirem o mesmo ao Brasil.

A 28 de janeiro de 1959 o Banco Sul Americano dirigiu-se por carta ao governador do estado solicitando a remessa urgente da importância de Cr$ 5.086.000,00 para integralização da primeira prestação contratual, a vencer-se a 22 de fevereiro. A partir dos primeiros dias de fevereiro, o Governo procurou inteirar-se dos compromissos assumidos pelo estado com o referido Banco e com a Ceres, para o que foi necessário solicitar a ambos a remessa de dossiê completo sobre o assunto, posto que nenhuma documentação foi encontrada nem registrada nos protocolos das Secretarias do Governo e da Agricultura.

Constatou-se, todavia, que pelo ofício NG. 2.021, de 18 de junho de 1957, o governador do estado dirigiu-se à Assembleia Legislativa afirmando que "Para que se efetive a aquisição aqui mencionada (de equipamentos cuja importação fora autorizada pela Sumoc) imprescindível se torna a audiência dessa Colenda Assembleia na indispensável autorização legislativa". O referido expediente estava acompanhado de projeto de lei que recebeu no Legislativo o nº 139/57. Esse projeto, entretanto, finda a legislatura de 1957, foi arquivado por não haver sido votado, deixando de ser renovado na legislatura seguinte.

Por outro lado, na data em que foi firmado o contrato com o Banco Sul Americano (27 de agosto de 1958) estava em pleno funcionamento o Tribunal de Contas e bem assim em vigência a Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, cujo artigo 10º preceitua:

”Art. 10 – Fica sujeito ao registro prévio do Tribunal de Contas qualquer ato da administração estadual, inclusive autarquias ou órgãos autônomos, de que resulte obrigação de pagamento, pelo erário estadual ou por conta dele”.

Atendendo a que a Assembleia Legislativa não autorizou a celebração dos contratos de compra, que reclamavam aval bancário e este, por sua vez, importava na caução de “bens patrimoniais do estado e considerando, por outro lado, que o Tribunal de Contas não registrou previamente o contrato firmado com o Banco Sul Americano, entendeu o meu Governo ser-lhe defeso enviar ao referido Banco o numerário solicitado. Determinou, à vista disso, que o Secretário da Fazenda mantivesse contacto pessoal com a direção daquele estabelecimento bancário no sentido de que aguardasse o início da atual legislatura para que o Governo possa adotar as medidas aconselháveis ao caso”.

Apêndice B

Ordens federais

Apêndice B

Ordens federais

Em 25 de agosto de 1961, o marechal Teixeira Lott divulgava um manifesto "Aos meus Camaradas das Forças Armadas e ao Povo Brasileiro", no qual dizia: "Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do senhor Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao representante do governador do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, Dr. João Goulart, entre em exercício de suas funções e, ainda, de prendê-lo no momento em que pise o território nacional. Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e as instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação. Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e os intelectuais, os operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história e os destinos da Pátria".

No Rio Grande do Sul, emissoras de rádio formavam uma Rede da Legalidade com discursos inflamados contra a intervenção dos militares e pela posse de Jango. No dia 29 de agosto de 1961, o governador Carlos Lindenberg recebia o ofício 1.931 do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretoria regional dos Correios e Telégrafos do Espírito Santo, assinado por Luiz José Barbosa, diretor regional, que dizia o seguinte: "Senhor, Cabe-me comunicar Vossa Excelência que esta Diretoria Regional acaba de receber do Sr. Presidente da Comissão Nacional de Telecomunicações – Tte. Coronel Gustavo Eugênio de Oliveira Borges – o telegrama nº 252, ontem, Urgente Recomendado – em que determina que este Gabinete notifique a todas estações de radiodifusoras do estado que ficam proibidas retransmissões de rádios de Porto Alegre, bem como manifestos políticos, ainda que oriundos do Governo do Estado. Apresento a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração".

No mesmo dia, a notificação de gabinete nº 2.032, assinada por Carlos Lindenberg, chegava ao diretor Regional de Correios e Telégrafos. Dizia: "Senhor Diretor, recebi o ofício de Vossa Senhoria nº 1.931 de 29 de corrente, expedido no cumprimento do dever. Peço, entretanto, que responda ao Sr. Tte. Coronel Gustavo Eugênio de Oliveira Borges que as suas ordens, sobre serem arbitrárias e violentas, representam total desconfiança no Governo do Estado, que prima por manter a ordem legal e os princípios constitucionais como atestam todos os seus atos. Por tudo isso, lanço o meu mais veemente protesto e participo que só impedido pela força ou pela morte deixarei de cumprir os atos de Governo que me garantem as leis e a Constituição, com a serenidade, equilíbrio e bom senso recomendáveis em tais emergências. Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protestos de elevada estima e distinto apreço".

No dia 30 de agosto, a notificação de gabinete nº 2.049 era enviada ao deputado Mário Gurgel, presidente da Assembleia Legislativa: "Para conhecimento de V. Excia. e dessa augusta Casa de Leis, remeto cópias do telegrama recebido do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e da resposta que dei, bem como dos ofícios recebidos do Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos e da resposta formulada e ainda da correspondência que tive oportunidade de dirigir ao referido ministro. Com as expressões de alta consideração...".

No dia anterior, ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Martins Rodrigues, era enviada a Notificação de Gabinete nº 2.039: "Cumpro o dever de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que recebi o expediente cuja cópia vai anexa, juntando, também, cópia da resposta que formulei. O procedimento de meu governo e as minhas atitudes no grave episódio que atravessa o País, como em toda minha vida pública, não merecem tal desrespeito e me impõem a repulsa oferecida. Certo de que Vossa Excelência tomará as providências que o caso requer, envio, com os melhores votos de felicidades, cordiais saudações. Ass. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg".

Apêndice C

Despedida do Senado

Apêndice C

Discurso de despedida de Carlos Lindenberg no Senado Federal

Proferido na sessão de 28 de novembro de 1974 em que foi homenageado por parlamentares da ARENA e do MDB e publicado no Diário do Congresso Nacional - Seção II, em 29 de novembro de 1974)[193]

O Sr. Presidente (Paulo Torres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Lindenberg.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) (Pronuncia o seguinte discurso)

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nesta alta Casa do Congresso Nacional, tenho vivido 16 preciosos anos da minha existência modesta, quase humilde, porém dedicada aos elevados interesses do Espírito Santo e do Brasil.

Trazendo no sangue pendores para a política, para a administração, para a vida pública enfim, pelos idos de 1920, quartanista de Direito, 3º escriturário da Secretaria da Fazenda do Estado e Supervisor da antiga Fazenda Monte Líbano, de propriedade de minha avó D. Henriqueta Rios de Souza, fui, a convite do então chefe político da oposição local, o meu saudoso amigo Dr. Luiz Tinoco da Fonseca, que também, mais tarde, pontificou nesta Casa, candidato ao cargo de Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, minha terra natal.

Estávamos ainda na era das eleições chamadas "a bico de pena" ou voto na "boca da urna", que invariavelmente davam vitória aos Governos.

Sabíamos, por isso mesmo, que aquela candidatura era apenas um sinal de afirmação, de protesto contra o sistema reinante. Para ilustrar, conto um fato verdadeiro: na véspera da eleição, pela tardinha, apareceu em minha residência, na Fazenda, o gordo tabelião do então distrito de Pindobas, meu amigo que, de longe, vai gritando: "Vim dormir com

193 A transcrição feita por Amylton foi cotejada com a existente em Antonio de Pádua Gurgel, op. cit., pp. 257-282, completando-se os trechos faltantes. (FA)

você hoje, que amanhã quero chegar cedo ao Cachoeiro". Mas amanhã, disse eu, você tem eleição no seu distrito. É, mas a minha já está aqui, na garupa da mula, disse ele, apontando para um livro dentro de um embornal. Evidentemente fui derrotado. Ali, porém, se iniciava minha carreira.

São decorridos 54 anos de militância política e aqui me encontro, ainda, representando meu estado.

Tomei parte ativa nos acontecimentos de 1922, nas sucessões estaduais de 1924 e 1928, sem ser candidato a qualquer cargo, e na revolução de 1930, afinal vitoriosa.

Em 1932/33, sendo comerciante, advogado e presidente da Junta Comercial do Estado, fui convidado, pelo então interventor Capitão João Punaro Bley, para ajudá-lo, com outros amigos, a fundar um partido no estado por determinação do então presidente Getúlio Vargas.

Fundamos o Partido Social Democrático do Espírito Santo. Naquela época os partidos eram estaduais, não havia partido nacional, o que só mais tarde ocorreu.

Marcadas as eleições para a Constituinte, tive a surpresa de ser convidado, pelo eminente interventor Bley, a ser um dos candidatos a Deputado Federal Constituinte, pelo partido que acabávamos de fundar, de apoio ao governo.

Transcorrido o pleito, o Partido da Lavoura, de oposição, contestou as eleições na apuração, alegando que os envelopes usados, contendo as cédulas eleitorais, eram transparentes, deixando margem a que se conhecesse o voto do eleitor. Sob tal pretexto a eleição foi anulada.

Procedeu-se a nova eleição e o resultado foi exatamente o mesmo: fomos eleitos 4 candidatos do partido do Governo e dois da oposição.

Em 1935 houve eleição indireta, pelas Assembleias Constituintes dos estados, para governadores e senadores, quando as ambições se inflamaram, as paixões recrudesceram, resultando em focos de lutas em quase todos os estados, inclusive o nosso.

Nessa ocasião fui convidado, pelo digno Interventor João Punaro Bley, a ser candidato ao Senado, com o que concordei com a advertência de que, se houvesse necessidade, poderia lançar mão de meu nome para qualquer composição. Face a determinados acontecimentos políticos, dias depois, o Sr. Interventor me solicitava abrisse mão da candidatura ao Senado. Respondi-lhe que poderia ter feito mesmo sem me consultar, pois para isso estava autorizado. Assim continuei como Deputado Federal.

Em abril de 1935, já eleito Governador do Estado, o Capitão João Punaro Bley me chamou para ser seu Secretário da Fazenda. Renunciei ao meu mandato e atendi a seu chamado.

Decorrido algum tempo, fui nomeado Secretário de Agricultura interino, permanecendo cerca de um ano no comando das duas secretarias, até que, deixando a Fazenda, pas-

sei a titular apenas da Agricultura, em cujo cargo permaneci até novembro de 1939. Como advogado fiquei até 1941, quando fui nomeado Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, que me coube instalar, pois foi a primeira criada no Espírito Santo.

Em 1943/44 [sic, 1945], inesperadamente, fui convidado pelo então Interventor, meu saudoso amigo Dr. Jones dos Santos Neves, a ser candidato ao Senado Federal na segunda Constituinte a se instalar. Entendendo embora que o cargo estivesse muito além de meu merecimento, aceitei, advertindo-o de que se fosse necessário lançar mão de meu nome para outra composição, o fizesse mesmo sem me consultar. Dias depois, fui consultado e passei a candidato a Deputado. Eleito deputado à segunda Constituinte, também não terminei o mandato porque me foi imposto ser candidato a Governador do Estado, numa eleição que se realizaria 19 dias depois do lançamento de meu nome. Foi a mais memorável e apressada campanha eleitoral de que há notícia na história política do Espírito Santo: fui eleito por maioria absoluta.

Ao fim do mandato, no prazo legal, renunciei, por insistência do meu partido, e fui eleito Senador.

Em 1958, também por insistência e necessidade partidária, estando nós em oposição ao Governo do Estado, fui eleito Governador do Estado pela segunda vez. Se na primeira Governança tivemos dificuldades em normalizar a vida do estado para pô-lo em marcha, na segunda não encontrei pedra sobre pedra. Era o caos mais bem organizado que se poderia imaginar. Auxiliado por um grupo de dedicados amigos e estimulado pelo passado e pela família, pusemos mãos à obra, aceitando o desafio.

Deixando de lado o coração para prevalecer apenas a ideia de restaurar as finanças públicas e a economia do estado, a autoridade e a austeridade do Governo em benefício da coletividade, lutamos como fanáticos, sem considerar amigos ou adversários, e derramando lágrimas muitas vezes, mas vencemos. O milagre se operou, embora os autores do caos administrativo me alcunhassem de "mau e rancoroso". Não importa.

Poucos acreditavam que, das cinzas impregnadas pela corrupção, reerguêssemos um estado organizado e progressista. O trabalho e os sacrifícios foram ingentes, mas o milagre se operou pelas mãos e pela inteligência daquele grupo disposto e dedicado, sem dúvida apoiado pelas pessoas de bom senso, interessadas na grandeza do Espírito Santo. Por insistência de correligionários e candidatos às eleições de 1962, renunciei e fui candidato ao Senado. Perdi a eleição.

Em 1966, convidado pelo então Governador, meu velho amigo Dr. Cristiano Dias Lopes Filho, fui candidato novamente e eleito Senador pela segunda vez, cargo que vou deixar ao final deste mandato, deliberadamente, aos 76 anos de idade.

O Sr. Daniel Krieger (Rio Grande do Sul) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com prazer.

O Sr. Daniel Krieger (Rio Grande do Sul) – Fui colega de V. Exª no meu primeiro mandato e posso declarar que a vida de V. Exª é um exemplo para a juventude que ingressa na vida pública; ela é cheia de desprendimento, de trabalho e de grandeza. V. Exª sai desta Casa por vontade própria, mas com respeito e admiração de todos os seus pares.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Agradeço, nobre Senador Daniel Krieger, o aparte de V. Exª, que me honra sobremodo e que, partido do seu bondoso coração, me comove profundamente. Muito obrigado a V. Exª.

Nesta alta Casa do Congresso fui constantemente distinguido pelos meus eminentes e nobres colegas, muito mais do que mereço. Dentro de minha norma de conduta, sem jamais pleitear, conhecedor da modéstia de meus méritos, fui elevado à 1ª Vice-Presidência do Senado e do Congresso Nacional, Presidente das Comissões de Serviço Público Civil e de Redação, 3º Secretário da Mesa Diretora e membro efetivo e suplente de várias Comissões Técnicas nos meus 16 anos de Senador. Tive ainda a excelsa honra de ser condecorado com as medalhas de Mérito Naval e Mérito Tamandaré; Medalha de Mérito Duque de Caxias, o Pacificador; Medalha de Mérito Santos Dumont e Medalha de Mérito Saint-Hilaire, além de inúmeros títulos outorgados por vários Municípios e instituições do meu estado.

O Sr. Clodomir Millet (Maranhão) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muito prazer, nobre Senador Clodomir Millet.

O Sr. Clodomir Millet (Maranhão) – Cumpro um dever imperioso de trazer, nesta hora em que o nobre colega se despede desta Casa, o testemunho de ação profícua de V. Exª em todas as atividades que exerceu, sempre com alto espírito público, trabalhando pelo seu estado e pelo País. Quero dizer a V. Exª que me fiz seu amigo nesta Casa, e para mim foi uma grande honra poder inscrever-me como seu amigo. Nesta hora em que V. Exª s despede – lá fora mais tarde nos encontraremos, porque eu também estou saindo – quero afirmar que o Espírito Santo teve em V. Exª sempre o mais exaltado defensor dos seus direitos e das suas prerrogativas, e o País sempre contou com o elevado espírito público de V. Exª, na defesa dos seus maiores interesses. V. Exª, em mais de meio século de atividade pública, tem sido exemplo, como disse o nobre Senador Daniel Krieger, para os moços e para quantos queiram ver, no passado das figuras gloriosas desta República, paradigma a ser imitado. V. Exª deixa muita saudade nesta Casa. Foi eminente Senador, perseverante defensor do seu estado e das tradições da sua grande terra.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Agradeço, nobre Senador Clodomir Millet, o aparte com que acaba de me honrar. V. Exª enaltece exageradamente uma pessoa modesta, que sempre teve em mira apenas servir ao seu estado e a seu povo. As declarações de V. Exª enchem o meu espírito e meu coração de gratidão imorredoura, sem dúvida, corolário da grande amizade que nos une. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muito prazer, nobre Senador Ruy Carneiro.

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) – Toda a Casa sabe dos laços que nos ligam, do apreço excepcional que lhe voto. Desde o Rio de Janeiro trabalhamos juntos no Senado, pois fui eleito em 1950, presumivelmente quando V. Exª também foi eleito. A conduta de V. Exª no Senado tem sido exemplar, e foi exaltada pelos outros colegas, pelo eminente Senador Daniel Krieger, a grande voz autorizada desta Casa, pelo Senador Millet, do estado do Maranhão, e agora a voz da Paraíba acompanhará V. Exª de maneira fraternal. Estou em condições de julgá-lo, a despeito de ser seu amigo, e dizer: quando tive a notícia de que V. Exª não desejaria voltar ao Senado, procurei-o e disse que era uma pena, porque o Senado necessitava do seu trabalho. Nós fizemos parte da Mesa em que foi Presidente o Senador Petrônio Portella, V. Exª como 1º Vice-Presidente, e eu, o 2º Vice-Presidente, e durante esses dois anos pude na realidade conhecer bem as suas admiráveis qualidades de homem público, seu acendrado espírito de amor ao Brasil, de homem escravo no cumprimento do dever, e, por isso mesmo, se impunha a continuação de V. Exª no Senado. O Espírito Santo pode ganhar com a vinda de um novo senador, mas perde com a saída de V. Exª, porque V. Exª é exemplo de patriotismo, de honestidade, de espírito público, de alto devotamente ao País e ao seu estado.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Agradeço a V. Exª suas palavras que, como as demais que ouvi dos nobres Senadores que me apartearam, tocam profundamente meu coração. Conhecidos há longos anos, sempre mantivemos as mesmas relações de amizade e de família e, por isso mesmo, atribuo a bondade de suas palavras à nobreza de seu coração. Muito obrigado a V. Exª.

Em traços largos, essa a minha vida política, que achei de meu dever rememorar perante meus nobres pares, no momento em que me apronto para deixar esta Casa que tanto me honrou e a quem procurarei retribuir para sua maior grandeza e austeridade.

O Sr. Danton Jobim (Guanabara) – V. Exª me permite um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Concedo o aparte a V. Ex ª.

O Sr. Danton Jobim (Guanabara) – Sr. Senador Carlos Lindenberg, V. Exª sabe dos laços que me unem ao estado que V. Exª tão honrosamente representa nesta Casa. Lembro-me sempre de que tive um tio-avô que foi Senador do Espírito Santo durante 40 anos – no Império era vitalícia a cadeira senatorial. Mas não é apenas por esta razão que me sinto ligado ao Espírito Santo. É que ali tive e tenho grandes amigos; lá foram buscar, os meus dois filhos, as suas esposas e, então, fiquei com um núcleo permanente de capixabas que pertencem à minha família, famílias essas que frequento constantemente. Tive amigos, grandes amigos, que já se foram. V. Exª os conheceu porque foram seus amigos também. Agora entre esses amigos, com os quais não tive o prazer de privar tão intimamente, mas que eu admirei de longe, está, sem dúvida, V. Exª. Sei o conceito em que V. Exª é tido no

seu estado. Conheço também o grande apreço e o respeito que toda esta Casa tem pela figura excepcional desse grande servidor do Espírito Santo e do País, que é Carlos Lindenberg. Desejo, pois, que nesta hora eu seja o intérprete da minha Bancada, da Bancada do MDB, falando como seu líder, nas homenagens que todos nós devemos, aqui, de ambos os Partidos, a esta figura exemplar que está se preparando para, voluntariamente, deixar o nosso convívio.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Nobre Senador Danton Jobim. V. Exª me emociona com suas palavras, lembrando os nossos amigos que continuam no Espírito Santo, com suas esposas, trabalhando pela nossa grandeza e pelo nosso desenvolvimento, através dos quais já eu o conhecia, antes mesmo de ter o prazer de conhecê-lo pessoalmente. Suas palavras me honram profundamente, exaltam minha personalidade de tal maneira que eu me sinto vaidoso, porque partem não só de um amigo, mas de um senador de alto gabarito, e falando em nome do Partido da Oposição, quando eu pertenço à Arena. Agradeço suas bondosas palavras, que tanto me sensibilizaram, e que ficarão guardadas para sempre na minha memória, no meu coração. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Benjamin Farah (Guanabara) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muito prazer, nobre Senador Benjamin Farah.

O Sr. Benjamin Farah (Guanabara) – No instante em que V Exª pronuncia essa oração, que não direi da despedida, nem do adeus, mas a oração do até logo ou até breve – porque nós nos encontramos constantemente – eu, como antigo colega seu na Câmara dos Deputados, e que no Senado tive a honra de, também, ser seu colega, conheço sua vida peregrina, suas grandes virtudes. V. Exª é homem raro a exemplo daqueles que, na Grécia antiga, figuram na História pela sua inteligência e, sobretudo, pelo seu caráter. Assim é que de V. Exª não nos devemos distanciar nem esquecer. Por isso, nobre Senador, é que estou dizendo que esta não é oração da despedida, nem oração do adeus, mas, oração do até logo ou até breve; se V. Exª não nos der a honra de telefonar, de nos procurar, nós iremos a seu encontro, iremos a sua casa, iremos a sua terra para pedir as luzes de sua inteligência, para sentir os benefícios desse encontro. É uma honra e uma felicidade para um País dispor de homens como V. Exª. Quem queira trilhar os caminhos da honra, os caminhos da defesa da Pátria, precisa seguir os caminhos dos grandes homens como V. Exª constitui ponto de relevo. Receba os nossos cumprimentos e as nossas homenagens e, acima de tudo, a nossa gratidão. E nós, se queremos construir uma democracia de verdade, se queremos uma Pátria digna sobre todos os aspectos, temos que, antes de mais nada, prestigiar a classe política, através daqueles que têm dignificado essa classe entre os quais V. Exª merece destaque especial.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Muito obrigado, nobre Senador Benjamin Farah, pelas palavras com que V. Exª me exalta e me honra – homem que na vida pública tenho procurado apenas cumprir o meu dever. Lembro-me, e muito bem, de V. Exª, da sua

ação e do seu trabalho na Constituinte, quando, moços ainda, éramos colegas. Depois nos encontramos nesta Casa, e V. Ex ª continua agindo, trabalhando com o mesmo espírito público, a mesma tenacidade da época da juventude. V. Ex ª disse que meu discurso não é de despedida, e tem razão. Ele é apenas um pronunciamento de agradecimento pelo muito que recebi desta Casa, de todos nobres colegas, como de todo o funcionalismo e de todos que aqui trabalham. Porque a minha luta partidária continua; não abandonarei o Partido nem as lutas. Não digo que voltarei a esta Casa, tendo em vista o avançado de minha idade – sou o primeiro a reconhecer – mas continuarei trabalhando pelo Espírito Santo e pelo Brasil, e aqui voltarei muitas vezes para vê-los e abraçá-los. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Catete Pinheiro (Pará) – Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Carlos Lindenberg?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com prazer, nobre Senador Catete Pinheiro.

O Sr. Catete Pinheiro (Pará) – Permita-me V. Exª prestar-lhe, também, a minha homenagem de respeito e de admiração às suas altas virtudes de patriota, de homem público. Tive a honra de tê-lo como companheiro exemplar na Comissão do Distrito Federal e ali, mais uma vez, pude avaliar o seu espírito público, sua dedicação às causas maiores da Pátria. Assim, neste momento, não poderia deixar de manifestar todo meu respeito, toda minha estima e a profunda admiração, que comigo ficará por todo o tempo, para com o grande brasileiro que V. Exª representou, sob todos os títulos, nesta Casa do Congresso Nacional.

O Sr. José Esteves (Amazonas) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Ouço com muita honra o aparte do nobre Senador José Esteves.

O Sr. José Esteves (Amazonas) – Senador Carlos Lindenberg, diante das palavras pronunciadas pelos eminentes colegas que me antecederam, pouco tenho a dizer, senão dar meu testemunho da atuação de V. Exª nesta Casa como representante do Espírito Santo. Aprendi, Senador Carlos Lindenberg, a respeitar V. Exª pelo exemplo que sempre deu a seus Pares, através de sua conduta exemplar, da sua luta em prol do estado do Espírito Santo que, honrosamente, representou nesta Casa, sobretudo, pela sua qualidade de verdadeiro intérprete da solidariedade humana, do que fui testemunha ocular. Receba, pois, Senador Carlos Lindenberg, no abraço do seu mais humilde colega desta Casa, o abraço dos amazonenses que lamentam o seu afastamento, ainda que por vontade própria, por livre vontade, mas que para o Senado representará grande lacuna. Portanto, Senador Carlos Lindenberg, receba a manifestação da minha amizade, da minha estima e do meu respeito. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Agradeço aos nobres representantes do extremo Norte do País, Senadores Catete Pinheiro e José Esteves, as palavras com que me honraram, sem dúvida, como as dos demais, partidas da amizade que nos une e que tanto

me enaltece, neste instante. Sou profundamente reconhecido a todas essas manifestações que vêm do Norte, que vêm de todos os pontos do País, de quase todos os estados aqui representados, porque elas ficarão na memória, como lembrança permanente dos tempos passados no Senado da República. Muito obrigado a V. Exªs.

Dizer que deixo esta Casa sem saudades seria mentir aos meus próprios sentimentos. Aqui, durante todo esse espaço de tempo, só fiz amigos entre todos os meus nobres colegas, entre o funcionalismo do mais graduado ao mais modesto, entre os Corpos Médico e Assistencial, sempre carinhosamente prontos a zelar pela nossa saúde e pelo nosso bem-estar, entre os assessores do Executivo e representantes da imprensa que aqui trabalham e os que por aqui passaram, enfim, entre tantos quantos, nesta Casa, exercem ou exerceram qualquer parcela de responsabilidade.

O Sr. Guido Mondin (Rio Grande do Sul) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com prazer, nobre Senador Guido Mondin.

O Sr. Guido Mondin (Rio Grande do Sul) – Embora a tranquilidade com que V. Exª, eminente amigo, faz a sua despedida da vida parlamentar, confesso-lhe que acho por demais melancólico este que chamaria "o nosso adeus". Adeus tomado, principalmente, no sentido mais profundo que tem esta despedida, eis que a ele pertence o nosso destino. Direi a V. Exª que estamos nós na mesma situação, eu também estou a despedir-me, mas digo-lhe que não o farei. Prefiro aceitar este término de mandato como, apenas, uma transição para outras atividades. É assim que procuro compensar emoções que V. Ex ª pode imaginar que as enfrento. Mas, a respeito de V. Exª, tão merecidamente exaltado nesta tarde, por todos os seus colegas, não quero circunscrever, nesta despedida, o conceito que de V. Exª faço, porque há oito anos – eis que não compartilhei do primeiro mandato de V. Exª – creio ter manifestado no cotidiano, através dos nossos diálogos, da amistosa participação que tivemos em todos os trabalhos nesta Casa, que ali, no decurso desses oito anos, V. Exª encontrará sempre, a homenagem que eu vinha prestando, em silêncio ou não, e é por isso que não quero circunscrevê-la a estas palavras de despedida, porque, meu caro Senador, nós prosseguiremos, a vida lá fora nos espera. Eu dizia, ainda hoje, ao falar sobre o Dia de Ação de Graças, que esta Casa tem sido para nós um laboratório de humanismo e é das experiências aqui levadas que nós encontraremos razão, força e determinação para prosseguir, lá fora, na prática do bem. E, lá, nos encontraremos sempre.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Guido Mondin.

Como V. Exª, eu também não pretendia e nem pretendo que este meu pronunciamento seja uma despedida, como acabei de declarar ao nobre Senador Benjamin Farah; é apenas um pronunciamento de agradecimento, porque também sou avesso a despedidas, que nos provocam profundas emoções.

De modo que quis dar o caráter apenas de agradecimento a todos, aos nobres Senadores como a todos aqueles que nos cercam, pelo modo com que sempre fui considerado nesta Casa.

Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Guido Mondin, que tanto me honrou com suas palavras.

O Sr. Lenoir Vargas (Santa Catarina) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador Lenoir Vargas.

O Sr. Lenoir Vargas (Santa Catarina) – Senador Carlos Lindenberg, no momento em que V. Exª faz este pronunciamento ao Senado da República, e que, naturalmente, pela sua imaginação, pela sua sensibilidade, nesta hora, devem estar passando estes mais de 50 anos de vida pública, com uma atuação de liderança permanente, destacada no Estado do Espírito Santo, desejo incluir, na oração de V. Exª, a homenagem e o agradecimento de um modesto Senador, que V. Exª transformou num amigo e num discípulo, pela maneira fidalga, elevada e criteriosa com que V. Exª desempenhou, durante o período que tenho estado no Senado, o mandato que o povo do Espírito Santo lhe confiou. O meu agradecimento a V. Exª é pelo exemplo de dignidade cívica, de elevado espírito público e, sobretudo, de humanidade profunda que cerca a personalidade de V. Exª. É uma pena que V. Exª não fique mais tempo conosco, mas é uma glória que esta ausência, que daqui a algum tempo iremos ter desta Casa, tenha sido livre e de modo próprio, escolhida por V. Exª. Felizes os homens públicos que, ocupando tantas e tão elevadas funções, podem, da altura das posições em que estão, resolver por si fazer uma interrupção na parte mais vibrante, mais árdua da vida política, que é a disputa eleitoral. E V. Exª, que diz não estar se despedindo, mas agradecendo, e também que continuará a ser o político que sempre foi, será, portanto, um exemplo de alta postura, de grande envergadura, de destacada atuação na vida pública do seu estado e do Brasil. Esta homenagem que faço a V. Exª não é protocolar, não é apenas com o sentido de que na representação de Santa Catarina, que sei que neste ponto é unânime, alguém deixasse de dizer uma palavra. Pessoalmente, tenho por V. Exª a maior, a mais distinguida e singular admiração, porque, durante o convívio que tive com V. Exª nesta Casa, somente colhi oportunidades, momentos e horas de ensinamentos, de compostura, de altivez e, como disse antes, de dignidade cívica.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Nobre Senador Lenoir Vargas, V. Exª sabe que as afinidades entre os nossos estados são muito grandes, não só por motivos de colonização, mas de semelhança existente entre os mesmos.

As palavras de V. Exª, já repeti várias vezes aqui, tocam profundamente ao meu coração, ao lembrar que, durante estes oito anos, nos fizemos amigos e soubemos respeitar-nos como homens de bem, sempre a serviço dos interesses dos nossos estados e do nosso País.

E V. Exª, como um defensor de Santa Catarina, tem sabido cumprir com o seu dever neste Plenário e em sua vida pública. Muito obrigado a V. Exª nesta Casa pelo aparte.

O Sr. Heitor Dias (Bahia) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muito prazer, nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias (Bahia) – A presença de V. Exª nesta Casa, no exercício do honroso mandato que lhe confiou o povo do seu estado, já por si só dignifica a classe política brasileira. V. Exª tem nesta Casa, sem exceção, a estima, o respeito e o apreço devidos ao homem da sua altitude moral. V. Exª, sem quebrar a sua austeridade, sabe manter o diálogo amigo, lhano, sem barreiras, porque sabe impor-se. V. Exª tem uma longa vida pública. Não é por acaso que os capixabas têm recorrido à sua pessoa nos momentos difíceis. Por mais de uma vez, foi V. Exª Governador do Estado, e sei do apreço que o povo de sua terra lhe devota, sobretudo pela obra moral que V. Exª realizou – esta se sobrepõe às realizações materiais. Quem está à frente do governo é para realizar, é para construir, mas o exercício do poder é também uma escola para as lições que devem formar os caracteres; que devem servir de exemplo e de estímulo aos mais moços, porque não se pode construir o futuro sem olhar o passado. Quero, neste instante, dizer ainda do seu espírito de renúncia, quando, mais uma vez, teve de ser posta à prova, quando V. Exª poderia, pelo seu prestígio com a sua terra e a cúpula partidária, apresentar-se novamente como candidato ao Senado. Achou, porém que deveria dar oportunidade a outro, a um mais moço, ao qual não faltou com o seu apoio decidido. E, no momento em que V. Exª se despede desta Casa, mas onde continuará presente, pelo alto sentido que soube dar ao exercício do seu mandato, não posso deixar de, em meu nome pessoal – e me honro de sua estima – mas também no do estado que represento, a Bahia, que também tem fronteiras com o Espírito Santo, apresentar-lhe a reafirmação desta amizade e os votos de felicidade pessoal, certo de que V. Exª, onde quer que esteja, será sempre um homem a serviço da sua terra e de sua Pátria.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Agradeço, nobre Senador Heitor Dias, as palavras de V. Exª que tanto me sensibilizam, não só por transparecerem a amizade que nos une com o representante do Norte do Espírito Santo que é o grande estado da Bahia, mas também pelas lições que elas encerram para aqueles que virão depois de nós.

V. Exª estará também sempre no meu espírito e no meu coração como um dos bons amigos que tive nesta Casa e tem sabido igualmente, representando o seu estado, cumprir o seu dever para com ele e a nossa Pátria.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) – Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Carlos Lindenberg?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muita honra.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) – Depois, nobre Senador Carlos Lindenberg, de ouvirmos vozes do Norte, do Nordeste, do Leste e do Sul, o estado de Goiás não poderia

silenciar diante do discurso de V. Exª, mesmo porque, se no passado fomos ligados até geograficamente, ainda hoje somos, Goiás e Espírito Santo, profundamente ligados espiritualmente. Tanto que sinto que a saída de V. Exª desta Casa, nesta legislatura, representa não só uma perda da representação do Espírito Santo, senão a perda de parte da representação do estado de Goiás, sobretudo quando a saída de V. Exª representa a saída de um dos mais valorosos homens públicos desta República, homem que, com a sua tranquilidade, inspira paz, amizade, de que V. Exª falou há pouco, e o respeito entre os homens. Homem que, com sua atitude de probidade, de altanaria no trato dos problemas públicos, representa um exemplo à juventude brasileira, a essa juventude cantada e decantada em favor de um resultado eleitoral, cantada e decantada em favor de um partido político, mas que aí está, à espera de homens como V. Exª, de homens sérios no trato dos problemas públicos, de homens com probidade, com seriedade e honestidade, para transformar este País num grande país em futuro próximo. V. Exª nada tem que agradecer a esta Casa. Ao contrário, o Senado da República, sim, deve e muito a V. Exª porque retirará das suas atitudes, retirará da sua tranquilidade, retirará da sua ação, nesta Casa, muitos e muitos exemplos para bem conduzir o País. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Tem razão V. Exª, nobre Senador Osires Teixeira, ao falar das ligações entre o estado de Goiás e o do Espírito Santo, pois muitas famílias do Espírito Santo vieram para Goiás e muitas famílias de Goiás vivem no Espírito Santo. Por outro lado, desde que entrei nesta Casa, e nas outras Casas em que funcionei, as ligações entre as bancadas capixaba e goiana foram sempre as melhores, repetidos agora, neste Plenário, com a amizade de V. Exª e dos demais Senadores que representam o seu grande estado.

Não tenho mais palavras para agradecer estas homenagens, mas repito que são pronunciamentos que tocam profundo o meu coração e meu espírito, que guardarei, para sempre, como o melhor tesouro de minha vida.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) – V. Exª me honra com um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Concedo o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) – Desejo focalizar dois pontos: o primeiro, reportando-me ao aparte do eminente Senador Osires Teixeira, que falou e exaltou o relacionamento entre o pequeno-grande estado do Espírito Santo e o estado de Goiás. E V. Exª confirmou essa ligação sentimental, apontando o fato de várias famílias capixabas haverem se deslocado para aqui, para o planalto infinito, tendo até uma delas dado o Vice-Governador de Goiás – me parece que até chegou a assumir o Governo do Estado. Mas essa interligação não é apenas familiar; tem também raízes históricas, porque, quando ocorreu a implantação do regime de Capitanias Hereditárias, Goiás pertenceu ao Espírito Santo. Então, historicamente, Goiás é capixaba. Daí por que, em termos sentimentais, considerar também a representação goiana no Congresso Nacional fortemente vinculada

ao Espírito Santo. O segundo ângulo é depositar no pronunciamento de V. Exª a minha emoção, quando vejo o eminente colega e coestaduano se despedir desta Casa e deste Congresso. Quer-me parecer que não são muitos os homens públicos que "decolam" da política com essa sensação tão tranquila do dever cumprido. V. Exª percorreu várias etapas da vida parlamentar e da vida administrativa do nosso estado: Secretário de Estado, Deputado Federal, Senador por duas vezes, Governador, igualmente, por duas vezes. Só esses postos e essa continuidade de presença permanente na vida pública dão a entender que poucos devem ter vivido tão intensamente a oportunidade de prestação de serviço público como V. Exª. Se fizermos confronto entre todos os Membros do Congresso Nacional, muitos se igualaram a V. Ex ª nesta constância na vida pública, mas nenhum – quer-me parecer – se igualou a V. Exª na diversificação de tantos cargos, não obtidos por influência pessoal de V. Exª, mas por imposição da voz soberana das urnas. V. Exª prestou ao nosso estado grandes serviços, dedicou-se, com seu aplaudido espírito público, na colaboração, aqui, no Congresso Nacional, em obséquio da solução dos grandes problemas brasileiros e granjeou não apenas a gratidão dos seus coestaduanos, mas também o respeito dos seus pares. Lembro, perfeitamente, que o seu exercício na Vice-Presidência do Senado e, por via de consequência, do Congresso Nacional, gerou uma atmosfera muito favorável a essa investidura e V. Exª soube corresponder ao voto de confiança dos seus pares. Já fomos adversários políticos. V. Exª teve oportunidade de me derrotar nas urnas, candidatos ambos que fomos ao Governo do nosso Espírito Santo. E, como não podia deixar de acontecer, eu, quatro anos depois, retribuí esse evento, derrotando V. Exª nas urnas para o Senado. Era a época do pluripartidarismo, mas o destino e a Revolução nos colocaram juntos. De lá para cá, temos mantido uma intervivência de muita cordialidade, de muito respeito e de profunda afeição. Quero, então, neste momento, congratular-me não pela saída de V. Exª do Congresso, mas pela tranquilidade da sua consciência, pelo dever exemplarmente cumprido, em favor do Espírito Santo e em obséquio da nossa civilização cristã e eterna.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Nobre Senador Eurico Rezende, as palavras de V. Exª refletem apenas a bondade do seu coração. Historiou a minha passagem pela política do Espírito Santo. Realmente, àquele estado prestei serviços durante muitos anos e continuo prestando. Fomos adversários e adversários bastante acirrados. Derrotado por mim em eleições para o Governo do Estado, depois V. Exª me derrotou para o Senado Federal. Mas uma coisa é verdade: entre nós nunca houve inimizade nem mágoas, que nos separassem a ponto de nos tornarmos não apenas adversários, mas inimigos. Encontramo-nos no mesmo Partido após a Revolução de 64 e depois, nesta Casa, nós nos tornamos verdadeiros amigos – não só com relação a V. Exª pessoalmente, mas a sua família – e assim, temos ambos procurado defender os interesses do Espírito Santo e os deste País.

Agradeço, pois, este pronunciamento, que toca a minha sensibilidade por todas as circunstâncias e que guardarei como uma relíquia desta minha longa vida pública.

Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Adalberto Sena (Acre) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Concedo o aparte ao nobre Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena (Acre) – Sr. Senador Carlos Lindenberg, uma das desvantagens de chegar tardiamente é não poder repetir o que tantos outros disseram, como também perder o lugar desejado na fila de aparteantes. A minha situação é exatamente esta. Eu gostaria de ter sido dos primeiros a aparteá-lo. Infelizmente, não estava presente no início do seu discurso, mas posso afirmar a V. Exª, com a máxima sinceridade da minha alma, que a minha homenagem, agora prestada nestas breves palavras, é das mais francas e leais. Tudo que se disse a respeito de V. Exª eu poderia repetir, pela longa observação que tenho de sua vida pública, que sempre mereceu atenção e respeito. Pela convivência que tivemos aqui, pude constatar, entre muitas outras coisas, o exemplo de afabilidade no trato, de bondade, de cultura jurídica e, sobretudo, de sensatez nos exames dos problemas submetidos às nossas comissões. Fique V. Exª certo de que sempre terá em mim um amigo sincero e que sua passagem por esta Casa deixou, no meu coração, sulcos profundíssimos de amizade e de afeto. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Muito obrigado, nobre Senador Adalberto Sena, pela homenagem que V. Exª presta à minha pessoa. Sempre vi em V. Exª um amigo sincero, respeitador dos direitos alheios, e cumpridor dos seus deveres para com seu estado e para com o País.

Agradeço, profundamente sensibilizado, suas palavras e, onde quer que eu me encontre, também saberei corresponder à amizade sincera de V. Exª. Muito obrigado.

O Sr. Magalhães Pinto (Minas Gerais) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muita satisfação ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Magalhães Pinto (Minas Gerais) – Desejo trazer-lhe, com a minha homenagem, a palavra de Minas Gerais. Considero V. Exª um dos maiores homens públicos deste País. Desculpe-me ferir a sua modéstia. Conheci-o através dos tempos, convivi com V. Exª, inclusive no seu palácio, quando governador do Estado do Espírito Santo, acompanhei a sua atuação parlamentar e de governante. Nesta hora, em que V. Exª se despede do Senado, quero dizer-lhe que a nossa Minas Gerais toda tem por V. Exª a maior admiração, o maior apreço e eu, particularmente, com amizade antiga, devoto grande admiração ao homem público que se tem revelado grande estadista em todas as funções que exerceu. Receba, pois, V. Exª, com essas poucas mas sinceras palavras, a homenagem do meu apreço, da minha admiração ao homem público e ao amigo que V.Exª tem sabido ser ao longo de sua vida.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Agradeço ao nobre Senador Magalhães Pinto as palavras com que me honra. Quero relembrar que as raízes de minha família vêm

de São Domingos do Prata e certamente com os mineiros, eles e eu muito tivemos que aprender os mesmos costumes, o mesmo modo de vida, o mesmo espírito de trabalho, pela grandeza de nossa terra. A V. Exª, que me honra há tantos anos com a sua amizade, devo também grandes lições políticas, grandes lições administrativas, que nos deu na sua passagem pelo Governo de Minas Gerais e, ainda, nas suas atitudes patrióticas tomadas em todas as ocasiões. A V. Exª, pois, o meu sincero agradecimento pelas palavras com que me homenageia nesta hora.

O Sr. Leoni Mendonça (Goiás) – Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Com muito prazer.

O Sr. Leoni Mendonça (Goiás) – Pelo curto espaço de tempo de convívio com V. Exª, aprendi a admirá-lo como amigo, como exemplo de homem público, bom, generoso, humilde, apesar de um passado e um presente gloriosos, a quem muito deve o grande Estado do Espírito Santo e nossa Pátria.

O Sr. Carlos Lindenberg (Espírito Santo) – Senador Leoni Mendonça, V. Exª, que está há pouco tempo nesta Casa, conquistou a nossa amizade e nós o admiramos pelo seu trabalho, pela sua dedicação ao seu estado. Muito agradeço as palavras com que me honra, que também guardarei no mais recôndito no meu coração. Muito obrigado a V. Exª.

Levo muita saudade de tudo e de todos os que me honraram com sua amizade, mas levo também a certeza de haver cumprido integralmente meus deveres e obrigações para com o Brasil e o meu estado, para com esta Casa e o nosso Partido, ao qual fui, sou e serei fiel, como sempre agi, até às últimas consequências.

Quero deixar consignado nos Anais do Senado minha imensa gratidão a todo esse elenco de esplêndidos companheiros, de amigos, de cidadãos, com os quais tanto tempo convivi na mais perfeita harmonia, estima e respeito mútuo, tudo resultando em estreita amizade que nem a separação nem o tempo apagarão. Um agradecimento especial aos funcionários lotados em meu Gabinete, que, com dedicação, boa vontade, correção e dignidade, têm sido meu braço direito.

Sou um homem plenamente realizado, porque ultrapassei na vida, há muito tempo, qualquer gabarito que pudesse haver arquitetado intimamente.

Sou um homem feliz, porque encerro as minhas disputas partidárias, e elas foram muitas e acirradas, sem ódios, sem inimigos, sem rancores, sinceramente esquecidos os agravos, as injustiças, os exageros de linguagem de que porventura tenha sido alvo no aceso das lutas, nas drásticas medidas administrativas que tenha sido obrigado a tomar para salvar do caos o meu Espírito Santo. Não conheço, depois de 54 anos de política, de administração, na qual fui duro muitas vezes por necessidade, e de atividades várias, não conheço, repito, uma única pessoa da qual não me possa aproximar por considerá-la inimiga, fato que constitui para mim a maior felicidade.

Percorri todo o nosso estado por várias vezes de ponta a ponta como candidato, como Secretário, como Governador, como simples cidadão, e jamais tive necessidade de contratar guarda-costas para me proteger. Isto é ser tranquilo, é ser feliz.

É certo que contrariei muita gente, a centenas mesmo de conhecidos, de amigos, correligionários, de adversários, porque os interesses da coletividade assim exigiram. É certo que não houve no estado, até hoje, outro governador que usasse mais a palavra "não" do que eu, obrigado pelas circunstâncias em que assumi o poder. Mas é certo, também, que fui compreendido, chegando ao fim da jornada sem identificar qualquer pessoa como inimigo.

Prestei ao estado, até agora, 54 anos de modestos, porém leais serviços, nos quais outros talvez pudessem ser mais brilhantes, entretanto, nenhum mais dedicado, atuante e desprendido.

Dos cargos públicos efetivos que tive, pedi demissão, pelo que, não tendo direito à aposentadoria, não serei pesado aos cofres públicos do meu estado, nem aos do País. Volto ao meu trabalho com a consciência tranquila do dever cumprido, venturoso e feliz por ter recebido de Deus essa graça.

Como percebem V. Exªs, tive sempre uma constante na vida partidária, nunca me apresentando como candidato a coisa alguma, não pedindo, não insinuando nem disputando indicação de meu nome para qualquer cargo eletivo. Todas as vezes fui convidado por quem de direito e algumas vezes insistido com veemência para aceitar a indicação. Adotando por norma esse princípio, tive em mira não ser meu próprio julgador, no que tange ao apoio do eleitorado. São os amigos, os correligionários, o povo enfim, os mais capacitados a medir o nosso prestígio popular. E, por isso mesmo, deles deve surgir a indicação dos candidatos que nas eleições não sejam pesados de carregar. Evitam-se assim, muitas vezes, exagerados sacrifícios de companheiros, obrigados a esforços extraordinários para conseguir uma vitória escassa, quando não uma flagrante e desastrada derrota.

Devo à minha família meu estímulo constante, aos meus amigos, aos correligionários e ao povo capixaba todo o êxito de minha longa carreira política, merecendo sempre seu apoio e confiança, como provam as reiteradas vezes em que fui eleito para os mais elevados cargos.

Findo este mandato, não voltarei à representação pública por minha livre e exclusiva vontade. Entendo que dei ao Espírito Santo o que de melhor podia fazer em trabalho, dedicação e serviço. De agora em diante virá o irrecorrível declínio mais ou menos lento, do qual ninguém escapa, pela função do tempo que passa. Darei à minha família, embora um pouco tarde, o que me resta de capacidade, de eficiência, de atividade.

Quero consignar aqui uma palavra da profunda saudade em homenagem àqueles nossos companheiros queridos que Deus levou para Seu reino eterno, uma palavra de sincera reverência e de profundo respeito à sua memória, pelo que de bom fizeram nesta

Casa, engrandecendo-a perante a opinião pública, pelos serviços relevantes que prestaram aos seus estados, a seu povo, ao nosso Brasil.

Por fim, nobres Senadores, quero consignar, neste provável último pronunciamento nesta Casa, a gratidão imorredoura que devo à minha família, aos meus amigos, aos meus companheiros e correligionários, ao povo capixaba, ao Estado do Espírito Santo enfim, pelo que me deram, e por tanto tempo, de apoio, de solidariedade, de estímulo, de confiança.

Não me afastarei do meu Espírito Santo; ao contrário, ali permanecerei pelo que me resta de vida e saúde, para servi-lo pelo tempo em fora.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Muito bem! Palmas. O Orador é cumprimentado).

Bibliografia

Bibliografia

ALENCAR, Edgar de. O carnaval carioca através da música. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

AMARAL, Amadeu. Tradições populares. São Paulo: Hucitec, 1982.

ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. Vol. II: Imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

_____. As origens do totalitarismo. Vol. III: Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República. Vol. I: Das origens a 1889. Vol. II: De 1889 a 1930. Vol. III: De 1930 a 1960. Vol. IV: De 1961 a 1967.

BASTOS, Abguar. História da política revolucionária no Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo*: o roteiro da industrialização. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

_____. *Café e modernização*: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BLUM, Daniel. *A pictorial history of the silent screen*. London: Hamlyn Publishing, 1953.

BOWRA, C. M. *Inspiration and poetry*. London: MacMillan, 1955.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Vol. V. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. Rio de Janeiro: Xerox, 1981.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Tancredo Neves, a trajetória de um liberal*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

DERENZI, Luís Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DIAS, Luzimar Nogueira. *Massacre em Ecoporanga*. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

FELICE, Renzo de. *Entrevista sobre o fascismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FITZGERALD, F. Scott. *Seis contos da era do jazz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GALLO, Max. *I manifesti nella storia e nel costume*. Milano: Arnaldo Mondadori Editore, 1972.

HARVEY, Paul (Comp.). *Dicionário Oxford de literatura clássica, grega e latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

LADEIRA, José. *Traduções de textos latinos*. Porto Alegre: Globo, 1959.

LEAL, José Carlos. *A natureza do conto popular*. Rio de Janeiro: Conquista, 1985.

LINDENBERG, Augusto. *Luís Lindenberg*: sua vida, sua descendência. São Paulo: Gráfica Papiro, 1968.

LLOYD, Ann (Org.). *Movies of the fifties*. London: Orbis Publishing, 1982.

MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MONTEIRO, Jerônimo. *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio 1908-1912*. Vitória: Imprensa Oficial, 1913.

MORAES, Ormando. *Seu Manduca e outros mais*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1977.

NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NEVES, Graciano. *Doutrina do engrossamento*. Rio de Janeiro: Arte Nova, s/d.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d.

_____. *Jerônimo Monteiro, sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

NOVAES, Maria Stella de. *Um bispo missionário*. Vitória: Escola Técnica Federal do Espírito Santo, 1951.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural, 1975.

PACHECO, Renato. *Reino não conquistado*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida (Ufes), 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida*: um estudo sobre a linguagem erótica. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

RENAULT, Delso. *A vida brasileira no final do século XIX*: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

REZENDE, Eurico. *Memórias*. Brasília: Senado Federal, 1988.

RIBEIRO, Domingos Ubaldo Lopes. *Município do Cachoeiro de Itapemirim*: suas terras, suas leis, seu progresso, sua gente. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato, 1928.

RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil. *A historiografia conservadora*. Vol. II, Tomo I. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1988.

_____. História da História do Brasil. *A metafísica do latifúndio – o ultra-reacionário Oliveira Viana*. Vol. II, Tomo II. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1988.

ROMERO, Abelardo. *Origem da imoralidade no Brasil*: história da formação do caráter nacional. Rio de Janeiro: Conquista, 1967.

SCOTT, A. F. *The poet's craft*. London: Cambridge University Press, 1957.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação de blocos: 1930-1942* (O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

SILVA, Hélio. *1942, guerra no continente*. (O Ciclo de Vargas, vol. XII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1945, por que depuseram Vargas*. (O Ciclo de Vargas, vol. XV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Osmar. *Música popular capixaba: 1900-1980*. Vitória: DEC/SEDU, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

SOUZA Carmélia Maria de. *Vento sul*. Edição póstuma organizada por Amylton de Almeida. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

TORRES FILHO, Arthur E. Magarinos. *O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Tipografia Pimenta de Mello, 1913.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ZANDONADI, Máximo. *Venda Nova: um capítulo da imigração italiana*. São Paulo: Escola Salesiana, s/d.

_____. *Reminiscências de um século: 1889-1989*. São Paulo: Escola Salesiana, s/d.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. *Panorama histórico de Linhares*. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1982.

Entrevistas

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Entrevista a Maria Henriqueta Monteiro Lindenberg, a partir de 17 de fevereiro de 1980.

_____. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 31/8/1988.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho e Maria Alice Paolielo Lindenberg. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 29/8/1988.

Cristiano Dias Lopes Filho. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 24/8/1988.

Eurico Rezende. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 26/8/1988.

Francisco Schwartz. Entrevista a Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Em julho/1988.

Geni Grijó. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 12/8/1988.

Gaspaziano Meireles. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 30/8/1988.

Gilberto Souza. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 30/8/1988.

Helena Martins Silva. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 15/9/1988.

Hermógenes Lima Fonseca. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 22/8/1988.

Lauro Pinheiro. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 26/8/1988.

Maria Ester Lindenberg Fernandes Coelho. Entrevista a Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Em junho/1988.

Maria Cecília Lindenberg Coelho Soares. Entrevista a Luiz Guilherme Santos Neves e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Em 1/6/1988.

Maria Antonietta Queiroz Lindenberg. Entrevista a Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Em 20/6/1988. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 25/8/1988.

Maria José Salles de Sá. Entrevista a Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves. Em 28/6/1988.

Maurílio Cabral Perpétuo. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 22/8/1988.

Milton Caldeira. Entrevista a Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves. Em 1/7/1988.

Otaviano Santos. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 23/8/1988.

Otto de Oliveira Neves. Entrevista a Linda Kogure. Em 5/9/1988.

Paulo Fundão. Entrevista a Luiz Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco. Em 2/7/1988. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 27/8/1988.

Paulo Maia. Entrevista a Linda Kogure. Em 18/8/1988.

Plínio Marchini. Entrevista a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 22/8/1988.

Waldemar Mendes de Andrade. Entrevista a Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves. Em julho/1988.

Depoimentos

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Em 3/10/1984.

Djalma Eloy Hees. Depoimento a Amylton de Almeida e Linda Kogure. Em 28/8/1988.

Gerson Camata. Depoimento a Amylton de Almeida. Em 27/8/1988.

Publicações oficiais e artigos

AGUIAR, Francisco Lacerda de. *Defesa do governador*. Imprensa Oficial. Vitória, dez/1965.

Annuário do Espírito Santo e Norte do Brasil. 1939.

Atualidades Capixabas. Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo. Ano I, nº 3, 1950.

Boletim Estatístico do Espírito Santo. Departamento Estadual de Estatística, julho de 1940 a julho de 1942.

Boletim da CLCI (Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim), 1978.

O Diário. 18/8/1962.

FOUQUET, C. *A família Lindenberg na Alemanha e no Brasil* (separata da *Revista Genealógica Brasileira*. Ano I, nº 1, 1940). Instituto Genealógico Brasileiro, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1941.

GNERRE, Maorizio. Os italianos no Espírito Santo – de qual Itália imigraram? *Revista de Cultura da Ufes*, 1979.

Governo do Estado do Espírito Santo. *Pagamento da dívida externa*, 1936.

Jerônimo Monteiro contesta eleição de Teixeira Mesquita. Vitória, abril, 1927.

Lei nº 1634. Vitória, agosto, 1961.

LINDENBERG, Carlos Fernando Monteiro. *Mensagem*, 15/3/1959. Imprensa Oficial.

_____. *No limiar da esperança*. Imprensa Oficial, 31/1/1960.

_____. *A dramática conjuntura espírito-santense*. Imprensa Oficial, 15/9/1961.

_____. *Desenvolver para sobreviver*. Imprensa Oficial, 31/1/1961.

_____. *A economia espírito-santense em face do problema do café*. Imprensa Oficial, Vitória, 1961.

_____. *Plano de desenvolvimento trienal*. Resumo dos objetivos definidos para 1961-1963.

_____. *Encontro com o progresso*. Imprensa Oficial, Vitória, 31/1/62.

_____. *Discurso no Senado Federal*. Em: 23/10/68

_____. *Discurso no Senado Federal*. Em: 9/7/71

_____. Caderno especial de *A Gazeta*. 2/75

_____. *O PSD nasceu no Espírito Santo*. *A Gazeta*. 22/7/1979

A maçonaria no Espírito Santo. Suplemento especial de *A Gazeta*. 8/1988.

Obra de propaganda geral do Estado do Espírito Santo. Oficina da Papelaria Vênus, Rio, 1924.

Olimpíada Escolar 1950. Secretaria de Educação, Vitória, 1952.

PACHECO, Renato José Costa. Estudo sociológico de uma comunidade (Cachoeiro de Itapemirim). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 18, 1958.

Prédios escolares rurais. Programa de construção. Secretaria de Educação do Espírito Santo, 8/61.

Primeira página, 60 anos de história, 1928-1988. *A Gazeta*, 1988.

Revista do Instituto Jones Santos Neves. Ano VI, nº 2. 1987.

Revista de Cultura da Ufes. Ano VI, nº 19, Vitória, 1981.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nº 34, 1983 (depoimento de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg sobre a história de Cachoeiro de Itapemirim, 25/4/1973).

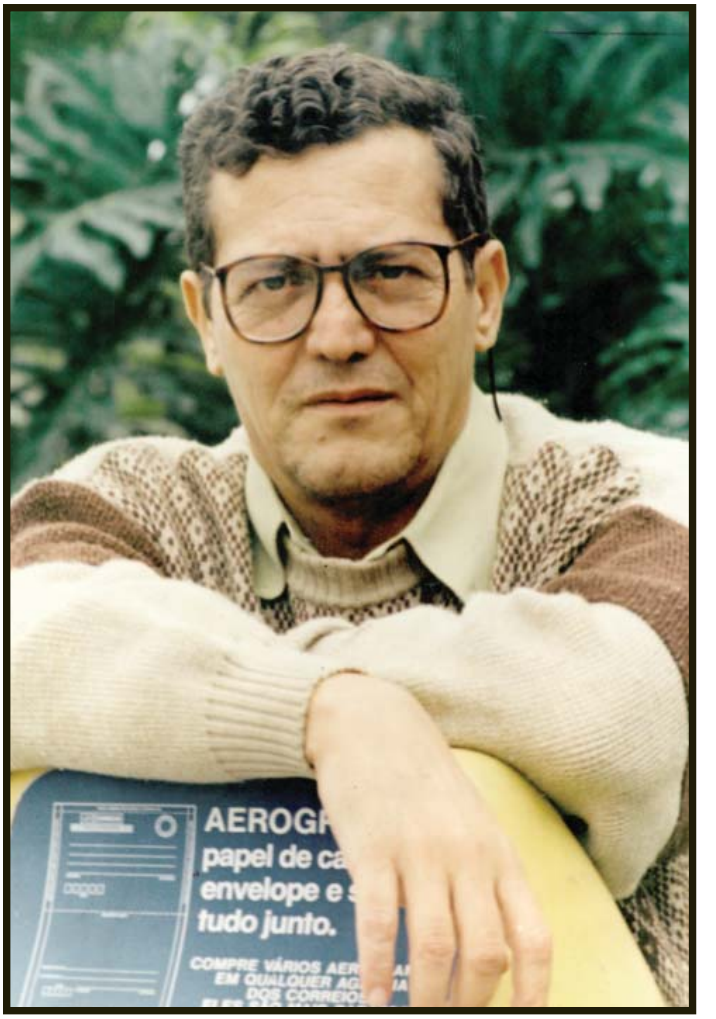
Vida Capichaba. Fevereiro, 1956.

Obras inéditas [na época em que o livro foi escrito]

ZORZAL, Silva, Marta. *Espírito Santo*: *Estado, interesses e poder*. 2 vol. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, monografia mimeografada, Rio de Janeiro, 1986.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo*, 1874-1896. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986, mimeografada.

PACHECO, Renato; NEVES, Luís Guilherme Santos e ALVARENGA, Lea Brígida. *Notas e verbetes ao depoimento de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg*, organizado pela Cultural ES (Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo), 1988.



Evaristo Borges

Amylton Dias de Almeida nasceu em 21 de março de 1946, na localidade de Lagoa, município de Afonso Cláudio, ES, mudando-se em 1951, com a família, para Vitória. Interrompeu os estudos formais na terceira série ginasial, tornando-se autodidata. Sua carreira de jornalista teve início em 1965, em *O Diário*, prosseguindo, a partir de 1972, em *A Gazeta*, onde trabalharia até a morte. Teve atuação destacada no meio cultural do Espírito Santo não só como jornalista (em especial na qualidade de crítico de cinema e literatura), mas também como romancista, autor e produtor de peças de teatro, vídeos e filmes, membro do Conselho Estadual de Cultura e formador de quadros artísticos, no caso como coordenador do curso O corpo e a imagem, na Escola de Arte FAFI. Faleceu em Vitória, no dia 11 de outubro de 1995. Publicou, entre outras obras, os romances *Blissful Agony* (1ª. edição, em tiragem limitada, 1972; 2ª. edição, FCAA / Ufes, 1988), *A passagem do século* (Artenova, 1977), e *A autobiografia de Hermínia Maria* (1994, Secretaria de Cultura da

Ufes, vinte e dois anos depois de escrito) e as peças de teatro *Mamãe desce ao inferno* (1982) e *A noite das longas facas / My funny Valentine* (1985). Organizou a edição póstuma do livro de crônicas *Vento sul*, de Carmélia M. de Souza (1976) e a segunda edição de *Biografia de uma ilha*, de Luiz Serafim Derenzi (1995). Realizou vários vídeos polêmicos sobre temas ligados ao Espírito Santo, como *São Sebastião dos Boêmios* (1976), *Os pomeranos* (1977), *Último quilombo* (1980) – os dois últimos premiados no ano de estreia pelo Festival de Verão da Rede Globo –, *Lugar de toda pobreza* (1983), *Piúma Conchas* (1988), *Nasce uma cidade* (1989), e *Incêndio nas mentes* (1990), e o longa-metragem *O amor está no ar*, lançado postumamente em 1997. Em 1996 a Secretaria de Cultura da Prefeitura de Vitória publicou o livro *A múltipla presença: vida e obra de Amylton de Almeida*, organizado por Deny Gomes, reunindo uma seleção de seus ensaios e artigos críticos e um estudo da produção de Amylton nas diversas áreas em que atuou. Em 2005 foi lançada a sua biografia, *As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida: O cinema como mundo, a arte como universo*, escrita por Jeanne Bilich.

ÍNDICE ONOMÁSTICO*

A

Aboudib, José Pedro Fernandes (advogado e político) 150, 437
Abreu, Bolívar de (médico) 385, 387-388, 416
Abreu, Fernando de (político) 145, 151, 153, 163, 167-168, 200-202, 350, 353, 385
Abreu, Monsueta Santos (médica) 337
Abreu, Olímpio José de (político) 435, 437
Aguiar, Américo (político) 353
Aguiar, Aristeu Borges de (advogado e político) 145-147, 150-151, 208
Aguiar, Francisco Lacerda de (fazendeiro e político) 362, 367, 371-373, 375-376, 378, 385, 391-392, 395, 397, 400, 403, 415-416, 418-419, 422, 425-426, 432, 437, 441-442
Aguiar, Jefferson de (político) 362, 374, 376, 424, 444
Aguiar, Josias de (militar) 344, 426
Aguiar, Paulo [Viana de] 375
Alcure, Alfredo (comerciante) 360
Alemão (gráfico) 423
Almeida, Joaquim Leite de (militar e político) 371
Almeida, José Américo de (escritor e político) 189, 193
Almeida, Júlice de (fiscal de renda) 398
Almeida, Lourenço de (governador de Pernambuco) 96
Almeida, Mário 350
Aloísio (marido de Lurdica) 351, 448
Álvares, Élcio (advogado e político) 449
Alves, [Francisco de Paula] Rodrigues (presidente da República) 115
Alves, Cícero (político e magistrado) 353
Alves, Geraldo Costa (professor e poeta) 339
Amaral, Otávio Campos do (militar) 149, 151
Anchieta, José de (padre) 124-125, 384
Anchieta, José Fernandes 76
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de (político) 145
Andrade, Auro de Moura (político) 433
Andrade, Guilherme de Carvalho Pais de 64
Andrade, Raimundo de (político) 446
Andrade, Waldemar Mendes de (advogado e político) 186, 201-202, 204, 209, 353, 373, 376, 426, 429, 453
Anjos, Emiliano dos 112
Antônio, Alfredo (político) 353
Aranha, Osvaldo (político) 193
Arariboia 125
Araripe, Tristão de Alencar (militar) 202-203, 205-206
Araújo, Murilo 424
Arcoverde, Joaquim (cardeal do Rio de Janeiro) 105
Arens, Henrique (comerciante) 64
Assis Chateaubriand (jornalista, empresário e político) 367
Ataíde, Antônio Francisco de (engenheiro e político) 150
Ataíde, Francisco (político) 151, 153, 366
Avanza (padre) 375
Avidos, Durval Monteiro (engenheiro) 148
Avidos, Florentino (engenheiro e político) 118, 167, 170
Avidos, Moacir (engenheiro) 143
Ayres, Guilherme 406

B

Babo, Lamartine (compositor) 184
Badenes (funcionário da Alfândega) 191
Baião, [Afrânio] (pecuarista e madeireiro) 209
Baião, Antônio Pedro Tavares (comerciante) 118-120
Balbino, Antônio (ministro) 433
Barata, [Joaquim] Magalhães (militar e político) 148-149, 151
Barbosa, [Júlio Caetano] Horta (militar) 356
Barbosa, Rui (jurista e político) 67-69
Barcelos, Cristóvão (militar e político) 145, 150
Barraquinha, Filadelfo (estivador) 188-189, 359
Barreto, Carlos Xavier Paes (magistrado) 134
Barreto, José (militar) 110
Barros, [Raimundo Pereira de] (cônego) 335
Barros, Ademar de (médico e político) 372, 430
Barros, Augusto de 99
Barroso, [José] Parsifal (ministro) 395
Barroso, João de Matos (estivador) 136-137
Barroso, Jurema (servidora estadual) 346, 388
Bebeto [Adalberto José de Castilho e Souza] (músico) 383
Beiriz, José Gonçalves da Costa (comerciante) 90
Belo, Venceslau de Oliveira 82
Benedito "Bimbim" (fazendeiro) 377
Bereco, Robson (dono de cabaré) 340
Bianco (engenheiro) 364
Bianco, Afonso (médico) 387
Bias Fortes, [José Francisco] (governador de Minas Gerais) 357, 426

*De brasileiros (na sua maioria) citados por Amylton de Almeida. (FA)

Bley, João Punaro (militar e político) 150-152, 156, 160, 166-171, 176-177, 179, 182-185, 192, 199, 203, 209, 210, 214, 340, 408, 424, 438, 453
Borelli, Nelson 360
Borges [da Cunha], [Milton] Pio (militar) 148-150
Borges de Medeiros, [Antonio Augusto] (advogado e político) 166
Borges, Adjalmir (oficial de gabinete) 410
Borges, José Alcanor (fiscal de rendas) 344
Borges, Mauro (político) 414
Borges, Odilon Castelo (magistrado) 353
Borges, Sólon (político) 444-445
Bôscoli, Ronaldo (compositor) 383
Boto, [Carlos] Pena (militar) 393
Braga (coletor federal em Cariacica, ES) 344-345
Braga, Ney (político) 414
Bragança, Pedro de Orléans e 454
Bremede (família) 90
Bremer, Paulo 106
Bringalinha *ver* Ramos, Anísio (delegado de polícia)
Brito, Afonso Ramos Carvalho de 135
Brito, Ildefonso (diretor da Companhia Territorial) 208
Brizola, Leonel [de Moura] (engenheiro e político) 415, 433
Brochado da Rocha, [Francisco de Paula] (advogado e político) 434
Brotas, Moacir (deputado estadual) 354
Buaiz, Américo (empresário) 405
Bueno, Domingos Freitas 73
Bueno, Pedro 73

C

Cabot, John Moors (embaixador dos EUA) 408
Cabral, Alfredo 385, 389
Café Filho, João (presidente da República) 366, 393-394, 412
Calazans, João (jornalista e político) 157, 355
Calazans, Tereza 157
Caldas, Sílvio (cantor) 421
Caldeira, Milton (servidor estadual) 338, 389, 399, 408
Calmon [de Aguiar], Xenócrates [João] (político) 150
Calmon, Alexandre (político) 110
Camata, Gerson (político) 436
Campagnaro (família) 90
Campos, Aristides Alexandre (interventor) 193-194, 201-202, 333
Campos, Benjamim de Carvalho (político) 338
Campos, Milton (jurista e político) 393, 425, 453
Cardim, [Carlos Alberto] Gomes (educador) 102, 104, 130
Cardoso, Dirceu (político) 202, 375, 378, 388, 414, 416, 426, 432, 448-449
Carlier, Daniel (diretor de banco) 170-171
Carloni, André (construtor) 131
Carneiro, Baltazar Caetano 73
Carvalho (capitão) 134
Carvalho Pinto, [Carlos Alberto Alves de] (governador de São Paulo) 414-415
Carvalho, Alexandre de 85
Carvalho, Antônio Alexandre Eloy de 74
Carvalho, João Evangelista de (administrador de fazenda) 103, 116, 136
Carvalho, João Manuel de (magistrado e político) 133, 151
Carvalho, Manoelito de (diretor do DNRE) 365
Carvalho, Pedro Maia de (militar e político) 357, 361, 399
Carvalho, Pedro Mário de (vereador) 361
Castelo Branco (fiscal rodoviário) 161
Castelo Branco, Humberto de Alencar (presidente da República) 424, 441-442
Castelo, Álvaro (político) 200, 203, 206
Castelo, Cassiano [Cardoso] (magistrado) 137
Castelo, Rômulo (político) 149, 154
Castro, [Álvaro] Fiúza de (militar) 394
Castro, Carlos 453
Castro, Danilo Monteiro de (político) 427
Castro, Dulcino Monteiro de 354
Castro, Flávio Ribeiro de (engenheiro) 364
Castro, Francisco de Assis e (comandante da Tropa de Linha) 127
Cavalcanti, Edson (suplente de senador) 366
Celestino, Vicente (cantor) 157, 349
Chagas, Francisco Carlos 107
Chaves, Messias [Lins de Oliveira] (advogado e político) 202, 362-363
Chiquinho *ver* Aguiar, Francisco Lacerda de (fazendeiro e político)
Cinelli (família) 190
Cipriano, Sebastião (Totó) (político) 376
Cláudio, [José] Celso (secretário de Educação) 341
Cleophas, João (político) 448
Coelho, Anísio Fernandes (comerciante) 148
Coelho, Maria Ester Lindenberg (Filhinha) 71, 98
Conceição, Ramiro [de Barros] (político) 134
Cordeiro, Hélcio (político) 434-435
Corrêa, Fernando 448
Cortes, Carlos (médico e político) 342
Cortes, Joaquim (médico) 342
Coser, Jair (empresário) 416
Costa Alves (engenheiro) 91
Costa, Álvaro (comerciante e político) 209
Costa, Epitácio (jornalista) 152
Costa, João Ribas da (servidor estadual e escritor) 342
Costa, José [Antônio de Figueiredo] (jornalista) 401
Costinha (sargento) 376-377
Coutinho, Vasco Fernandes 124
Couto, Josefa (fazendeira) 76
Cruz, Augusto (comerciante) 161
Cruz, Claide (granjeiro) 177
Cunha, Carlos (policial) 356-357
Cunha, Ciro Vieira da (escritor, jornalista e professor) 155, 185, 193
Cunha, Eleosipo (fazendeiro e político) 206, 210, 360
Cunha, Eugênio 177
Cunha, Francisco de Paula 74
Cunha, Heliomar Carneiro da (inspetor da Alfândega) 150, 344
Cunha, Wilson (fazendeiro e político) 177-178, 199, 207, 209, 354
Cunha, Wolmar Carneiro da (jornalista) 148-150
Curry Carneiro (diretor de obras) 358
Cury, Aída 382

D

Dantas, [Francisco Clementino de] San Tiago (advogado e político) 434
Dantas, João Duarte 147
Dario, Argilano (político) 443
Davino (dono de boteco) 188-189

De Biase (família) 190
De Biase, Pietrangelo (comerciante) 405
Delavia (padre) 106
Delfino (ex-escravo) 89
Denys, Odílio (militar) 394, 403, 414
Dessaune, Etienne (político) 133-134
Dessaune, Jair Etienne (advogado e político) 147
Dittmann, Herbert (embaixador da República Federal Alemã) 408
Dodona *ver* Monteiro, Helena de Souza
Domingos Santeiro *ver* Lima, Domingos de Abreu e (escultor)
Dornelles (senador) 408
Duarte, Antônio José (comerciante) 90
Duarte, Licério (comerciante) 141
Dutra, Eurico Gaspar (presidente da República) 193, 199-202, 205, 336-337, 339, 343-344, 356, 358, 360, 364-367, 424

E

Emilinha [Borba] (cantora) 369
Engole Garfo (campeão de remo) 142
Epichin, Pedro (mestre de lancha) 430-431
Ernesto (sócio de Henrique Meyerfreund) 191
Espíndula, Roberto [Serrat] (comerciante) 168
Esteves, José (comerciante de café) 350
Estrada, Osório Duque (compositor) 110
Eurico (chefe de polícia) 187

F

Fafá, Sebastião (empresário e político) 378
Faria, Manuel Pereira de 74
Faustino (escravo) 75
Feitosa, Edgar (jornalista) 343
Felisberto (fazendeiro) 84
Fer¬nandes, Nelson Joaquim (político) 344
Fernandinho (fazendeiro) 425
Ferraz, Áureo 156
Finamore, Amúlio (delegado de polícia) 356, 359
Fonseca [Manuel] Deodoro da (presidente da República) 68
Fonseca, Hermes [Rodrigues] da (presidente da República) 150
Fonseca, Hermógenes Lima (contador, folclorista e político) 186-189, 355-363
Fonseca, José Carlos da (jornalista, advogado e político) 448-449
Fonseca, Luiz Tinoco da (médico e político) 136
Fontes [de Farias Brito], Dido (engenheiro) 364
Fontes, Lourival (jornalista e político) 161
Fontes, Pedro (médico e fazendeiro) 428-429
Fontoura, João Neves da (ministro das Relações Exteriores) 367
Fortunato, Gregório 370
Fraga (família) 153
Fraga, Honório (político) 353
Fraga, Luiz (servidor) 171
Francisco (ex-escravo) 116
Freire, José de Melo Carvalho Muniz (jornalista, jurista e político) 69-71, 93, 197
Freitas, Grey Prado de 405
Freitas, Luís de (político) 204, 342, 353, 376, 429
Freitas, Wilson (esportista) 142
Frensel, Otto (especialista em laticínios) 175
Frota, [José] Parente (militar e político) 432, 446
Fundão, Francisco (comerciante) 141
Fundão, Paulo [Vieira] (servidor estadual) 162, 181, 340, 343-345, 349, 357-358, 383, 388, 398, 401, 408-409, 424

G

Gabeira, Gilbert (político) 167, 169
Galiazzo (família) 90
Galvêas, Ernane (economista) 446
Gama, Celso Calmon Nogueira da (secretário de Justiça) 179, 199
Gama, Oscar de Almeida (político) 426
Gama, Sebastião "Tatão" Monteiro da (político) 153
Garcia, Feliciano (político) 169
Garcia, Ildo (deputado estadual) 341, 353
Gatti, Alvino (jornalista e escritor) 405, 449
Germano (representante comercial) 172
Gilberto, João (cantor e compositor) 383
Giuberti, Raul (médico e político) 374, 379, 384, 410, 430-432, 434, 437-438
Góis, Coriolano de (chefe de polícia) 193
Gomes, Alércio Moreira (astrônomo) 164-165
Gomes, Eduardo (militar e político) 337
Gomes, Emir de Macedo (político) 416
Gomes, Nestor (contador e político) 133-135, 137-138
Gonçalves, Nelson (cantor) 421
Gonçalves, Wilson (político cearense) 415
Gonçalves, Wilson 155-156
Goulart, João [Belchior Marques] (presidente da República) 393-394, 412, 415, 432-434, 441, 463
Goulart, Maria Teresa (primeira-dama) 401
Guimarães, Alcides (comerciante) 182
Guimarães, Antenor (comerciante) 137, 182
Guimarães, Atílio Soares 398
Guimarães, Auto (engenheiro civil) 428
Guimarães, doutor 114
Guimarães, Orlando (comerciante) 182
Guimarães, Oscar (comerciante) 182
Guimarães, Oswald (comerciante e político) 152, 173, 182, 363
Gurgel, Mário (político) 427

H

Heck, Sílvio [de Azevedo] (ministro) 415
Hees, Djalma Eloy (agrônomo) 174-176
Horta, Cipriano da França 73
Hortélio, Jonas (engenheiro) 346

I

Isaac (escravo) 75, 77, 80, 87, 94
Itapemirim, barão de *ver* Lima, Joaquim Marcelino da Silva
Ivanilde (moradora em Conceição da Barra, ES) 163

J

Jacob (carreiro) 136
Jaime (empregado de farmácia) 186

Jango *ver* Goulart, João [Belchior Marques] (presidente da República)
Jerônima (escrava) 75
Joana [Gomes] (fazendeira) 84
João Baiano *ver* Barroso, João de Matos (estivador)
João Gualberto 164
João V (rei de Portugal) 61, 73
João VI (rei de Portugal) 60, 96, 170
João XXIII (papa) 382, 441
Joaquim (escravo) 76
Jobim, Antônio Carlos (músico) 383
Johnson, Guilherme (feitor) 76
Justo (chefe de família italiana) 178

K

Kafuri, Jorge (engenheiro) 176
Kautsky (família) 177
Kronenberg, H. (engenheiro) 102

L

Lacerda, Antônio de Jesus (lavrador) 76
Lacerda, Carlos (político) 414, 426
Ladislau 95
Lampião [Virgulino Ferreira da Silva] 188-189
Langsdorff, Georg Heinrich von (barão) 60
Laurindo, Maria da Penha 163
Leal, Felipe Pereira (presidente do Espírito Santo) 128
Leal, Manoel Cardoso 63
Leal, Rosa Maria 63-64
Leandro (escravo carpinteiro) 77
Leão, Kosciuszko Barbosa (advogado e professor) 162
Leitão, Cândido Firmino Mello (biólogo) 180
Leitão, Sílvia Mello 156
Lengruber, Otávio de Carvalho (magistrado) 193, 199
Levy, Herbert (jornalista) 414
Lima, Domingos de Abreu e (escultor) 84
Lima, João Pereira 410
Lima, Joaquim Marcelino da Silva (barão de Itapemirim) 73, 80-81, 87
Lima, Manoel José Esteves de 73
Lima, Mário (médico e fazendeiro) 164
Lima, Miguel Ferreira (capitão) 110
Lima, Sinhá 164
Lindenberg Filho, Carlos Fernando Monteiro (empresário) 156, 383, 405, 419, 444, 450
Lindenberg, Alice 65, 340
Lindenberg, Alice Maria 65
Lindenberg, Antonietta Pacheco de Queiroz 146-147, 152
Lindenberg, Ary Adolfo Monteiro 71, 99
Lindenberg, Bárbara Monteiro 71-72, 77, 80, 94, 97, 104
Lindenberg, Cariê *ver* Lindenberg Filho, Carlos Fernando Monteiro (empresário)
Lindenberg, Carlos Adolfo Frederico 65, 69, 71-72, 77
Lindenberg, Fernando Monteiro (advogado) 204, 438
Lindenberg, Francisco Monteiro 71
Lindenberg, Guilhermina 65
Lindenberg, Hermann 65
Lindenberg, João 64
Lindenberg, José Sinval Monteiro (militar) 71, 141, 147-151, 164, 167, 405-407, 437
Lindenberg, Luís 53, 60-64, 69
Lindenberg, Luís Antônio Monteiro 71, 99, 104, 106, 150
Lindenberg, Luís Benjamin 65
Lindenberg, Luís Bonifácio 64-65
Lindenberg, Luíza Maria 64
Lindenberg, Maria [Leal] 64
Lindenberg, Maria 54
Lindenberg, Maria Alice Paoliello (jornalista) 445, 447-448, 451
Lindenberg, Maria Antonieta Queiroz 143, 155-156, 168, 205, 209, 337, 347-351, 374-375, 383-384, 389, 392-393, 401, 408-411, 429, 445, 447-448, 451, 454
Lindenberg, Maria de Lurdes [Queiroz] (Lurdica) 143, 349-351, 383, 411, 447-448
Lindenberg, Maria Henriqueta [Queiroz] (Quetinha) 143, 349-350, 383, 448
Lindenberg, Mauro 413
Lins, Álvaro (advogado e crítico literário) 395
Lins, Augusto Emílio Estelita (advogado e político) 168
Lírio, Afonso Correia (jornalista e político) 112, 151
Lopes Filho, Cristiano Dias (político) 418-419, 426, 432, 442-444, 446, 449
Lorenzoni, Argeu (político) 354
Lott, [Henrique] Teixeira (militar e político) 393-394, 396, 403, 454
Lugatto (família) 90
Luiz, Washington (presidente da República) 145-146, 149, 151
Lurdica *ver* Lindenberg, Maria de Lurdes [Queiroz]
Luz, Carlos (presidente da Câmara dos Deputados) 394, 412

M

Macedo, Joana Gomes Pereira de 75
Machado Guimarães (delegado) 189
Machado, Cristiano (político) 365-366
Machado, Lídio 117
Machado, Luís (político) 202
Maciel, Leandro (político) 448
Magalhães, Juracy [Montenegro] (político) 148, 415
Magalhães, Jurandir (político) 148-149
Maia, Paulo (jornalista) 422-423, 426, 449-450
Maia, Ubaldo Ramalhete (advogado e político) 193,204
Maitan (família) 90
Mamede, Jurandir [Bizarria] (militar) 394
Manoel "Lasca Pau" (maquinista) 361
Manoel, o Venturoso (rei de Portugal) 61
Manoelzinho (empregado) 69
Marchini, Plínio (jornalista) 421-423, 449
Maria do Céu (moradora em Afonso Cláudio) 163
Marlene (cantora) 369
Marly (órfã) 163
Martins Silva (família) 450
Martins Silva, Helena 450
Martins, Abílio (militar) 136
Martins, Bento José 64
Martins, Erildo (advogado) 385
Martins, Ramiro (militar) 112, 134
Mascarenhas, Raimundo (engenheiro) 346
Massarelo, Pedro (cônsul brasileiro em Hamburgo) 60
Matielo (família) 90
Matos, Arnulfo [Martins de] (professor e músico) 172
Mauro, Saturnino Rangel (sindicalista e político) 361
Maysa (cantora) 383-384

Mazzili, Ranieri (político) 415
Medeiros, Carlito *ver* Medeiros, Carlos Marciano de (militar e político)
Medeiros, Carlos Marciano de (militar e político) 152, 168-169, 199-200, 204
Médici, Irany 374
Meiatto (família) 90
Meireles, Gaspaziano (Parafuso) (bombeiro hidráulico) 355, 358
Melo Neto, Carlos de (deputado paulista) 172
Melo, Manuel Leite de Novaes (médico) 86, 89
Mendonça, Gabriel Monteiro de 91
Mendonça, José de (Mesquita Neto) (jornalista) 360
Mendonça, Miguel Carlos de 63
Menezes, Francisco da Cunha (governador da Bahia) 73
Mesquita (comerciante) 182
Mesquita, Joaquim Teixeira de 137
Messias (tenente) 146
Meyerfreund, Henrique (empresário) 190-192, 348
Monteiro de Barros (advogado) 133
Monteiro Filho, Jerônimo de Souza (engenheiro e político) 167-169
Monteiro, Alberto (servidor federal) 387
Monteiro, Antônio de Souza (Antonico) (fazendeiro e político) 72, 80, 83, 86, 89-90, 94-98, 103
Monteiro, Antônio de Souza (nascido em 1733) 75
Monteiro, Antônio de Souza (nascido em 1776) 75
Monteiro, Antônio Lino de Souza 84
Monteiro, Bárbara de Souza (Barbinha) *ver* Lindenberg, Bárbara Monteiro
Monteiro, Bárbara de Souza (Sinhá Bárbara) 80
Monteiro, Bernardino de Souza (Didino) (político) 72, 80, 86, 97-98, 110-114, 117-118, 120, 133-134, 136-138, 142
Monteiro, Darcy (médico) 137, 340
Monteiro, Fernando de Souza (2º bispo do Espírito Santo) 72, 98, 100, 103, 112
Monteiro, Francisco 148
Monteiro, Francisco de Souza (fazendeiro) 75, 77, 79-80, 84-88, 100, 171
Monteiro, Helena de Souza (Dodona) 80, 98, 104, 112-113, 133, 149, 153-154, 186
Monteiro, Henriqueta de Souza (Quequeta) 80
Monteiro, Henriqueta Rios de Souza (Sinhá Riqueta) 75, 77, 84-89, 95-97, 100, 103-104, 112, 116, 118, 133, 143
Monteiro, Jerônimo de Souza (advogado e político) 72, 80, 86, 100, 102-104, 106, 111, 114-115, 118, 120, 129-131, 133-137, 141, 148, 152-154, 174, 355, 434
Monteiro, José de Souza (político) 72, 80, 86, 114, 116, 136, 171
Monteiro, Luiz Vahia (governador do Rio) 61
Monteiro, Maria de Souza (Maricota) 80, 100
Monteiro, Maria Graciana de Souza (Iota) 80, 86
Monteiro, Nelson Goulart (advogado, político e tabelião) 97, 142, 388
Monteiro, Pedro Aurélio de Góis (militar) 151, 166, 193
Monteiro, Severiano de Souza 84
Montini 357
Montini (família) 408
Moore, Frank (técnico americano) 177
Morais, Evaristo de (jurista) 145-146
Moreira, Otávio (padre) 378
Morena, Roberto (político) 357
Moscoso, [Henrique de Ataíde Lobo] (presidente do Espírito Santo) 92
Moulais 163
Moulais, Fifi 163
Moulais, José Neves 163
Moura, Jacinto de (hoteleiro) 163
Mourão, Abner [Carlos] (jornalista e político) 133
Mourgues, Antônio 118-119
Müller, Sofia 190
Muniz, Augusto Seabra (político) 117, 170
Muniz, Sebastião Antônio 344
Musso (rapaz de Aracruz) 186

N

Nagar, Carlos (cônsul da Itália) 93
Narciso (ex-escravo) 116
Negreiros, Darly (fiscal de renda) 398
Netinha *ver* Sá, Maria José Sales de
Neves, [Francisco Carlos de] Castro (ministro) 414
Neves, Aldemar Oliveira (médico e político) 186, 207, 355, 359
Neves, Aristeu Portugal 387
Neves, Érico Oliveira (químico e político) 186, 207, 355
Neves, Jayme Santos (médico) 337-338, 346, 359, 388
Neves, Jones dos Santos (político) 192, 198-199, 201-202, 205-207, 209-210, 337, 365-367, 370-372, 394, 403, 408, 415, 422, 424, 426, 432, 434, 436-438, 442, 452-453
Neves, Otto de Oliveira (político) 177, 353
Neves, Raul de Oliveira (médico) 392
Neves, Tancredo [de Almeida] (político) 432-433
Nicoletti, Mário 374, 443
Nietta *ver* Lindenberg, Antonietta Pacheco de Queiroz
Nonato, Raimundo (comerciante) 347
Novaes, Benvindo de (agrônomo) 97, 114, 168, 174
Novaes, Henrique de (engenheiro e político) 77, 86, 118, 133, 200, 203, 365, 452
Novaes, Maria Stella de (Stellinha) (professora, historiadora) 116, 180
Nunes, Bené (pianista) 401
Nunes, Otacílio (professor) 105-106
Nunes, Sebastião Machado 74

O

Oliveira, Armando de Sales 189
Oliveira, Djalma de (político) 426
Oliveira, Helvécio Gomes de (arcebispo de Mariana) 104-105, 107, 185, 335, 407
Oliveira, Juscelino Kubitschek de (presidente da República) 373, 382, 388, 393-396, 403, 412, 415, 424-425, 454
Orly (órfã) 163
Otávio, Francisco 152

P

Paiva, Maurício 160
Paiva, Misael Ferreira de 74
Paoliello, Ovídio 338
Passos, Francisco Pereira (engenheiro) 427
Passos, Placidino (professor e político) 353
Paula, José Armando Ribeiro de (militar) 151
Pavão (jogador de futebol) 197

Peçanha, Nilo [Procópio] (presidente da República) 106
Pedro (escravo carpinteiro) 77
Pedro I (imperador do Brasil) 61
Pedro II (imperador do Brasil) 80, 127, 168
Pedro Maria 137
Peixoto, [Ernani do] Amaral (militar e político) 443
Pelissari, Setembrino (jornalista, advogado e político) 423, 429
Pereira Júnior, José Fernandes da Costa 92, 197
Pereira, Antônio 112-113
Pereira, Olímpio (comerciante) 186
Pereira, Rui (padre) 124
Perpétuo, Jadir 422
Perpétuo, Maurílio Cabral (jornalista) 422, 449-450
Pessoa, Epitácio [Lindolfo da Silva] (presidente da República) 135
Pessoa, João (jurista e político) 145, 147
Pessoa, Manoel [Evaristo] 134
Petrocchi, Mário 190
Piedade, Graciana Justa da 75
Pimenta, Basílio 133
Pimentel Filho, Guilherme 405
Pimentel, Mirabeau [da Rocha] 145, 147-148
Pinheiro Júnior, José Gomes (político) 110
Pinheiro, Genaro (político) 169
Pinheiro, Israel (político) 424
Pinotti, Mário (ministro da Saúde) 336, 348, 390, 410
Pinto, [José] Magalhães (político) 415, 426, 433, 441
Pinto, Francisco Ribeiro (padre) 127
Pinto, Lauro Ferreira da Silva (político) 353
Pires Rebelo (senador) 145-146
Pontes, Antônio Pires da Silva (governador do Espírito Santo) 74, 126
Portella, Petrônio (político) 445-446
Prado, Pedro Dias do 73
Prestes, Júlio (político) 145, 147
Prestes, Luís Carlos (militar e político) 188
Pretti, Frederico 432

Q

Quadros, Eloá (primeira-dama) 414
Quadros, Jânio da Silva (presidente da República) 383, 396, 407, 409, 412-415
Queiroz, Darcy Pacheco de (militar e político) 385, 399-400, 425-426
Queiroz, Eugênia Pacheco de 156
Queiroz, Eugênio Pacheco de (comerciante) 149-150, 191-192, 443, 450
Quetinha *ver* Lindenberg, Maria Henriqueta [Queiroz]
Quintanilha, Zenith 65

R

Rabelo, Armando Duarte (secretário da Fazenda) 385, 387, 391, 405, 418-419
Rabelo, Fernando Duarte (advogado e professor) 146, 154, 339, 353-354, 366, 385
Ramalhete, Clóvis (jurista) 426
Ramiro, João 340
Ramos, Anacleto (fazendeiro e político) 136, 153
Ramos, Anísio (delegado de polícia) 136
Ramos, Nereu (político) 394, 412
Rangel, Rubens (fazendeiro e político) 375, 442
Rezende, Eurico Vieira de (advogado e político) 354, 356, 359, 361-362, 375, 379, 423, 427, 437-438, 442, 448-449
Rezende, Leôncio Vieira de (fiscal estadual e político) 359
Rezende, Mário 135
Rezende, Paulo Afonso [Vieira de] (político) 199-200
Ribeiro, Filomeno 112
Ribeiro, José Fortunato (magistrado) 441
Ribeiro, Judith Leão Castelo (professora e política) 338-339, 353, 426-427, 436
Ribeiro, Júlio (escritor) 67
Ricardo, Sérgio (cantor e compositor) 383, 401
Rio Branco, barão do 69
Rios, Antônio 84, 86
Rios, Bernardino Ferreira 74
Rios, Domitila 74
Rios, João Paulo 84
Rizzo, Mileto (médico e político) 354
Rocha, Cláudio Bueno (jornalista) 449
Rocha, José D. (tabelião) 217
Rosa, Luís Cláudio de Freitas (sacerdote e político) 200
Rosa, Noel (compositor) 157, 349
Rosa, Pedro Feu (médico e político) 354
Rubim, Floriano Lopes (militar e político) 379, 400, 426-427, 429, 446
Rubim, Francisco Alberto (governador do Espírito Santo) 74, 81
Rubim, Isaac Lopes (militar e político) 427
Ruschi, Augusto (cientista) 179-181, 340, 371
Ruschi, Enrico Hildebrando Aurélio (político) 179-180

S

Sá, Carlos [Gomes de] (advogado e político) 168
Sá, Maria José Sales de (Netinha) 388-391, 401, 409-410, 413, 415, 436, 448
Saade, José (comerciante) 405
Saleme, Irene 377
Saleme, Pedro (político) 353, 377
Sales, Eurico de Aguiar (advogado e político) 162, 200-204, 206, 364, 371-372, 375, 393, 415-416
Salgado, Plínio (escritor e político) 176
Salomão (ex-escravo) 116
Salustiana (escrava) 85
Sanema (jogador de futebol) 142
Santa Úrsula, Manoel (frei) 128
Santiago, Clementino Dalmácio (militante do PCB) 358
Santos, Agostinho Alves dos (escrivão em Pindobas, Castelo, ES) 117
Santos, Aldo Franklin dos (professor) 405
Santos, Arthur Carlos Gerhardt (engenheiro) 405
Santos, Celso 345
Santos, Ernesto Ferreira dos (maquinista) 361
Santos, Getúlio Florentino dos (capitão) 131
Santos, Jaime de Oliveira 409
Santos, João (empresário) 435
Santos, Lauro Faria (político) 173
Santos, Nelson Pereira dos (cineasta) 382
Santos, Nicanor Alves dos (militar e político) 422
Santos, Otavarino (político) 162
Santos, Otaviano (político) 177, 353, 426
Santos, Ponciano Stenzel dos (padre e político) 186
Scatamburlo (família) 90

Schilgen, Carlito von *ver* Schilgen, Carlos Alberto Lindenberg von (médico e político)
Schilgen, Carlos Alberto Lindenberg von (médico e político) 374, 385, 390, 417, 432
Schilgen, Nicolau von (comerciante) 190
Schneider, Otávio (aviador) 343
Schwab, Afonso (médico e político) 347, 355, 366
Schwab, Francisco 133-134, 153
Schwab, Maria do Carmo (arquiteta) 355
Schwambach, Teodoro (granjeiro) 177
Scortegagna, Luiz (4º bispo do Espírito Santo) 339
Seixas, Artur 163-164
Serra, Lourival (jornalista) 163
Sette, Eugênio [Lindenberg] (advogado e professor) 405
Sette, José Rodrigues (advogado e político) 193, 344, 355, 366, 372
Silva, [Artur da] Costa e (presidente da República) 446-447
Silva, [Luiz Gonzaga do] Nascimento e (ministro) 446
Silva, Eliezer Batista da (engenheiro) 407, 449
Silva, Joaquim Nogueira da 64
Silva, José Bonifácio de Andrada e 64
Silva, Leônidas da (jogador de futebol) 344
Silva, Moacir (tabelião) 149
Silva, Moacir Ubirajara da (médico) 177, 193-194, 202, 209-210, 333
Silva, Olívio 450
Silva, Orlando (cantor) 421
Silva, Silvana (professora) 97
Silva, Yolanda Costa e (primeira-dama) 344
Silvares, Roberto (político) 354
Silveira, Domingos Correia da 73
Silveira, Napoleão Fontenelle da (pecuarista e político) 172, 176, 334, 422, 436, 450
Silveira, Vicente (político) 419
Sinhá Barbinha *ver* Lindenberg, Bárbara Monteiro
Sinhá Riqueta *ver* Monteiro, Henriqueta Dias de Souza
Siqueira, Wagner 387
Soares, Asdrúbal [Martins] (engenheiro e político) 148, 151-152, 166-169, 199-205, 209, 366, 371, 384, 405, 417, 430-431, 435, 437
Soares, Francisco 374
Soares, Josias (magistrado) 168-169
Soares, Manoel (Mané Maluco) 374
Soneghetti, Orestes [Secomandi] (fiscal de renda) 398, 410
Sousa, Gilberto (motorista) 410-411
Souza Dantas (presidente de banco) 391-392
Souza Filho, Rosendo Serapião de (jornalista) 206
Souza, Carmélia Maria de (cronista) 383
Souza, José Francisco de (ferroviário e garimpeiro) 343
Souza, Manoel Goulart de 128
Souza, Marcondes Alves de (fazendeiro e político) 98, 117, 131
Souza, Tércio Moraes e (militar) 399, 418
Stefanatto (família) 90
Stenzel, Clóvis (político) 384

T

Tamanini, Virgínia (escritora) 339
Targino (chefe de polícia) 113-114
Tavares, Clermond (engenheiro) 346
Tavares, Fernão (engenheiro) 346
Távora, Ademar (magistrado e político) 152
Távora, Juarez (militar e político) 148, 356, 393
Teles, Silvinha (cantora) 383
Tommasi, Henrique (médico sanitarista) 346
Tommasi, Tomás (médico) 409
Toniato, Hilário (empresário e político) 423, 427
Tonico (coveiro) 345
Torres, Heloísa Alberto (antropóloga) 180-181

U

Ubirajara, Moacir *ver* Silva, Moacir Ubirajara da (médico)

V

Valadares [Ribeiro], Benedito (jornalista e político) 396, 424
Vale, Edson Queiroz do (magistrado) 423
Valentim (padre) 96
Valls, José Ferrari (bancário) 405-406
Varejão, João Milton 147
Vargas, Alzira 176
Vargas, Getúlio 145, 151-152, 154, 161-162, 166-168, 176-178, 184-185, 188, 190-191, 193, 199-200, 341, 365-367, 369-370, 372, 381-382, 408-409, 412, 424, 453
Vasconcelos, José Marcelino de (sargento-mor) 127
Veloso, Antônio Gil (político) 427
Viana Sobrinho, Geraldo 375
Viana, Alcides (político) 392
Viana, Ari (político) 203, 206, 371
Viana, Geraldo (advogado e político) 133, 167
Viana, Orlando Bulcão (promotor em Vitória) 173
Vicente, Cirilo (ex-escravo) 116
Victor, Charles (banqueiro) 129
Vidal, Armando 170
Vieira, Aristides 366
Vieira, Luiz (engenheiro) 365
Vieira, Pedro (deputado oposicionista) 429
Vieira, Pedro Merçon (político) 385, 405
Vitti, Euclides (interno de Santa Teresa) 99
Vivacqua (família) 190
Vivacqua, Atílio (advogado e político) 194, 199-202, 204, 206, 208-210, 366, 371, 394-395
Volpato (família) 90
Volpini (família) 408

W

Wanderley, Dr. (político de Alegre) 204

X

Xandoca *ver* Calmon, Alexandre

Y

Yoshiro Ando (embaixador do Japão) 408

Z

Zanello, Oswaldo (político) 363, 427, 429, 443, 446
Zanotti, João 344
Zé do Saco (fiscal da estiva) 188
Zé Fuinha 349
Zé Furtado 112
Zenha, Antônio Rebelo 118



Coleção Canaã

Vol. 1 – *O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895). Relato do cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória*. Tradução: Nerina Bortoluzzzi Herzog (Vitória, 1995).

Vol. 2 – *Projeto de um novo arrabalde (1896)*. Relatório de Francisco Saturnino de Brito. Edição fac-similar (Vitória, 1996).

Vol. 3 – *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. Organização de João Eurípedes Franklin Leal. (Vitória, 1998).

Vol. 4 – *Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da colonização do Espírito Santo*. Nara Saletto (Vitória, 1998).

Vol. 5 – *Viagem à província do Espírito Santo – Imigração e colonização suíça – 1860*. Johann Jacob von Tschudi. (Vitória, 2004).

Vol. 6 – *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Renzo M. Grosselli. Tradução: Márcia Sarcinelli. (Vitória, 2008).

Vol. 7 – *A viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Levy Rocha. (3 ed., Vitória, 2008).

Vol. 8 – *História do Estado do Espírito Santo*. José Teixeira de Oliveira. (3 ed., Vitória, 2008).

Vol. 9 – *Os Capixabas Holandeses: uma história holandesa no Brasil*. Ton Roos e Margje Eshuis Tradução: Ruth Stefanie Berger. (Vitória, 2008).

Vol. 10 – *Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil*. Klaus Granzow Tradução: Selma Braum. (Vitória, 2009).

Vol. 11 – *Carlos Lindenberg, um estadista e seu tempo*. Amylton de Almeida. (Vitória, 2010).

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APEES, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço: *www.ape.es.gov.br*.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Sete de Setembro, 414 – Centro – Vitória – CEP: 29015-905 – Espírito Santo – Brasil

Este livro foi impresso em Vitória,
no Espírito Santo, no outono de 2010,
com tiragem de dois mil exemplares.





CARLOS LINDENBERG

UM ESTADISTA E SEU TEMPO



A história capixaba de tempos recentes é ainda pouco retratada em pesquisas e publicações. Algo até compreensível, dado o pouco distanciamento no tempo, mas plenamente injustificável, em função do caráter estratégico daquelas décadas para a definição dos dias que estamos vivendo hoje. Afinal, o nosso presente é, em larga medida, o futuro que se vislumbrou e se plantou naqueles tempos. Tempos em que Carlos Lindenberg se colocou, a partir de uma precoce incursão no universo da política, em decorrência, sobretudo, da vocação familiar, como uma das lideranças mais destacadas da moderna história capixaba.

Liderança que vem descrita numa obra que faz jus ao gênio de Amylton de Almeida, mestre intelectual que se tornou referência para gerações de capixabas no projeto de compreender, revelar e criticar o mundo por meio da arte e da cultura, com sensibilidade, inteligência e argúcia. Aqui não é diferente. Temos um livro de fôlego e conteúdo.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

INSTITUTO SINCADES

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura